3

CORPO DIPLOMATICO PORTUGUEZ

CONTENDO

OS ACTOS E RELAÇÕES POLITICAS E DIPLOMATICAS

DE PORTUGAL

COM AS DIVERSAS POTENCIAS DO MUNDO

DESDE O SECULO XVI ATÉ OS NOSSOS DIAS

PUBLICADO

DE

ORDEM DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA

POR

LUIZ AUGUSTO REBELLO DA SILVA

TOMO III

LISBOA

TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS

M DCCC LXVIII

LIBRARY
AUG 21 1970
UNIVERSITY OF TORONTO

JX
821
A4
t.3

CORPO DIPLOMATICO PORTUGUEZ

RELAÇÕES COM A CURIA ROMANA

REINADO DE D. JOÃO III

CORPO DIPLOMATICO PORTUGUEZ

CONTENDO

OS ACTOS E RELAÇÕES POLITICAS E DIPLOMATICAS

DE PORTUGAL

COM AS DIVERSAS POTENCIAS DO MUNDO

Abraça o terceiro Tomo do *Corpo Diplomatico Portuguez*, que hoje damos á estampa, um periodo de quatro annos apenas, desde 1534 até dezembro de 1538, mas um periodo tão interessante para a historia interna, e para a historia da Europa em geral, que estes quatro annos de seguidas e laboriosas negociações bem podem representar pelo seu vulto decadas inteiras de relações ociosas, ou estereis. O assumpto mais discutido entre Portugal e a Curia, aquelle, que a nossa côrte antepunha a todos os que seus ministros versavam na mesma época em Roma, foi ainda o do estabelecimento da inquisição. D. João III e o seu conselho não descansaram nunca de o suscitar, e seus agentes empregavam-se com egual ardor e excessivo zêlo em vencer as repugnancias e os obstaculos, que a cada passo lhes levantavam as diligencias dos christãos novos ameaçados, e o apoio, não gratuito, dos protectores, que tinham conseguido attrahir.

Publicámos no volume antecedente os documentos relativos á concessão da primeira bulla, que erigiu no reino o Tribunal da Fé. Seguiu-se a lei de 14 de junho de 1532, promulgada em Setubal, a qual, fechando as portas do paiz aos conversos, que o queriam deixar, foi como um facho sinistro, que veiu illuminar a voragem aberta debaixo de seus pés,

revelando-lhes a extensão do perigo. A rapidez quasi incrivel, com que a communicação da lei chegou a todos os angulos do reino, mostrava-lhes, além d'isso, que suas provisões não ficariam em lettra morta. O terror da gente de raça hebrea devia ser, e foi na realidade profundo, vendo-se repentinamente encerrada no paiz, como dentro de uma vasta prisão, e exposta sem defeza á malevolencia popular, de que recebêra cruentas provas nos tumultos de Lisboa, reinando D. Manuel, nas desordens de Gouveia, e nas perseguições de Olivença perpetradas no governo de seu filho. O odio e a avareza de mãos dadas não lhes promettiam quartel, e as violencias anteriores inculcavam-lhes claramente o que deviam esperar do soberano. Por isso, persuadidos, de que a inquisição significaria para elles em um porvir proximo a morte e a ruina, como o estava sendo para seus irmãos no resto da Peninsula, os mais previdentes e audazes intentaram esquivar-se á sorte, que os aguardava, mudando de patria, e optando pelo exilio.

A vigilancia das auctoridades reaes frustrou as tentativas de muitos, castigando-as severamente, e a residencia de Portugal tornou-se-lhes tão insupportavel, que reputavam preferivel, diziam elles, viver na Turquia e até na companhia dos demonios. Em tão dolorosa extremidade restava-lhes sómente um recurso. Era appellarem para a Curia romana, visto que ostensivamente todo o negocio se resumia n'uma questão religiosa. Adoptado este ultimo alvitre, enviaram a Roma o homem, que suppozeram mais apto para aproveitar em sua defeza as armas poderosas, confiadas d'elle, armas, que principalmente consistiam nos avultados cabedaes, de que os conversos associados e organisados podiam valer-se com largueza. Esse homem foi Duarte da Paz, cavalleiro da Ordem de Christo por seus serviços em Africa, aonde, ao que parece, perdêra um olho. Ousado, activo, astucioso, eloquente, e sem escrupulos, o procurador da gente hebrea possuia os dotes mais efficazes para realisar na Curia o commettimento, de que os seus o encarregaram.

Presidia então na cadeira de S. Pedro o Papa Clemente VII, da casa de Medicis. Desde que as negociações para o estabelecimento da inquisição haviam tomado mais calor a côrte pontificia conhecêra, que a presença de um homem digno de confiança e revestido do caracter de nuncio era absolutamente necessaria em Portugal, mas vacillou muitos mezes na escolha. Foi por fim nomeado Marco Tigerio della Ruvere, bispo

de Sinigaglia, o qual, partido de Roma por fins de maio de 1532 já se achava no reino em principios de outubro do mesmo anno. Por sua parte D. João III, quasi pelo mesmo tempo, tractava de substituir o seu embaixador junto á Curia, Braz Netto, por pessoa que melhor podesse representar suas intenções, e que fosse capaz de envidar com energia e destreza os esforços precisos para sustentar a nova instituição combatida pelos christãos novos. Mereceu a preferencia para esta melindrosa missão D. Martinho de Portugal, cujo passado, pelo menos na apparencia, afiançava a mais excessiva intolerancia, e que a experiencia provou depois ser homem capaz de tudo, mesmo de atraiçoar a lealdade devida ao soberano e á propria consciencia. D. Martinho conhecia praticamente a Curia e o modo de tractar com ella os negocios, e gosava de sufficiente conceito em Roma. O arcebispado do Funchal, confirmado por Clemente VII, foi a recompensa com que o monarcha lhe premeou os serviços prestados, procurando estimular ao mesmo tempo o seu zelo para de futuro os realçar ainda mais. D. Martinho saiu do reino nos ultimos mezes do anno, e só depois de janeiro de 1533 é que nos consta haver chegado a Roma.

A escolha dos tres agentes, que acabâmos de apontar, não satisfez a todos os intentos dos que os enviavam, pelo menos os dos hebreus, e os da côrte portugueza. Sinigaglia pelo seu caracter artificioso, ductil, e sem nenhum escrupulo era de certo mui adequado para grangear os interesses romanos e os proprios, aproveitando as queixas e as luctas inevitaveis desde que principiasse a inquisição, e mesmo antes, para tirar vantagem da dependencia do rei e dos conversos, forçados pela propria posição a recorrerem frequentes vezes á sua influencia. Roma tanto podia negociar com o oppulento grupo, que invocava a tolerancia disposto a remuneral-a, como com o gremio exclusivo e implacavel dos fanaticos, que advogavam a perseguição com os olhos no céu e a alma mergulhada na cubiça. Inclinando-se hoje para uns e ámanhã para outros, e, obrigando os menos favorecidos a multiplicar as diligencias, conquistaria dobrado vigor para a intervenção pontificia sem contar a gratidão generosa dos que triumphassem. O novo nuncio tomou esta politica habilmente vacillante por norma, segundo se deprehende dos factos, e os christãos novos, seguindo as entradas mais sabidas d'aquelle animo, depressa alcançaram insinuar-se na sua benevolencia. As riquezas, que possuiam, a imminencia do perigo, e os pactos illicitos e simoniacos celebrados em sua casa, que Marco

della Rovere não receiava lançar nos registros da nunciatura sem temor de futuras accusações, tudo nos denuncía, que a protecção do agente romano não devia ser gratuita. Para lhe elevar mais o valor o astuto ministro affectou por algum tempo absoluta imparcialidade.

Duarte da Paz, pela sua parte, tinha-se estreado com exito, e os fructos já haviam começado a responder ás esperanças dos que tinham entregado em suas mãos a propria sorte e a das familias. D. João III foi avisado pelo cardeal Santiquatro, Antonio Pucci, do que os conversos tramavam, mas, caso singular, não só não mandára as instrucções pedidas por Pucci, auctorisando-o a rebater os esforços de Duarte da Paz, como, parecendo adormecer depois do triumpho, nem ao cardeal, nem ao embaixador enviára resposta alguma. Ignoram-se as causas de tão extraordinario silencio, mas, como affirma o sr. A. Herculano, cujo livro admiravel estamos resumindo, não é difficil conjecturar, que a mesma chave occulta, que em Roma alcançára devassar todos os segredos e abrandar as resistencias mais tenazes, serviria dentro do paiz para paralysar os conselheiros de um rei, que nada sabia, ou podia fazer sem o auxilio d'elles. Ao mesmo tempo por outra coincidencia rara frei Diogo da Silva, nomeado inquisidor geral por proposta da nossa côrte, quasi na hora, em que se cuidava da execução das provisões da bulla da inquisição, declinou as responsabilidades do encargo, e sua renuncia, tornando indispensavel nova nomeação e uma nova bulla, veiu aggravar, por isso, de um modo notavel todas as difficuldades. Contribuiriam os christãos novos para este resultado tão util á sua causa? Se contribuiram, a inspiração foi assás feliz. N'aquelle momento o que mais lhes importava era demorar a execução da bulla de 17 de dezembro, e a recusa de D. Diogo da Silva preenchia esse fim inteiramente.

Em quanto D. João III pela sua inexplicavel inacção, e pela opposição occulta, ou manifesta dos elementos, de que julgára dispôr, se via assim embaraçado, causavam profunda sensação no espirito de Clemente VII as allegações de Duarte da Paz. Uma d'ellas, principalmente, a despeito de quaesquer artificios dialecticos, era de si mesma tão evidente, que uma consciencia recta e um juizo claro não podiam deixar de a attender. Referimo-nos ao argumento deduzido da conversão forçada dos judeus portuguezes. A lei de 14 de junho, vedando a saida do reino e convertendo-o em prisão da gente hebrea, rematára aquelle acervo de atrocidades. Na

supplica do rei ao Papa para obter o estabelecimento da inquisição, a chancellaria de D. João III puzera o maior cuidado em não alludir, nem de longe, áquelle facto, calando com a mesma pouca lealdade as promessas solemnes de D. Manuel revalidadas por seu filho, quando ambos asseguraram ás victimas moderação e tolerancia. Estas circumstancias, que destruiam pela base os fundamentos da supplica, ministrando mais do que um protesto plausivel, offereciam razões sobejas para a bulla de 17 de dezembro ser revogada, ou suspensa pelo menos até novo e mais sincero exame.

Foi a resolução que o Papa abraçou, e o breve de 17 de outubro de 1532, dirigido ao nuncio Sinigaglia, firmou-se n'ella para declarar sem effeito temporariamente a bulla de 17 de dezembro e quaesquer diplomas pontificios concernentes ao mesmo assumpto, sem que se entendesse por isto, que a Santa Sé desamparava a idéa de proceder de um modo excepcional contra os offensores das doutrinas catholicas.

Duarte da Paz lográra, pois, derrubar o primeiro e o mais forte obstaculo, mas restava-lhe obter outra concessão mais valiosa ainda, se é possivel. Era o perdão absoluto e pleno de todos os culpados de erros contra a fé, perdão que devia despojar a nova instituição de todo o effeito retroactivo. Esta segunda pretensão, communicada por Braz Neto e Santiquatro, ainda não conseguira quebrar o silencio inexplicavel de D. João III, e o astuto procurador dos christãos novos, que provavelmente contava com elle, e não ignorava talvez as suas causas, redobrou de esforços, senhor do campo, até decidir a maioria dos membros influentes do Sacro Collegio a protegerem abertamente a causa dos conversos. O proprio Pucci, illudido, escutou-o a principio com favor.

D. Martinho de Portugal, entrando em Roma, veiu encontrar as cousas já tão adiantadas que difficilmente poderia lisonjear-se de fazer retrogradar os prosperos resultados, que Duarte da Paz com tanta arte soubera propiciar. O novo embaixador recebera instrucções escriptas assás extensas, mas não se descobre n'ellas uma só palavra ácerca da inquisição. Procedia a inacção da força do mesmo poder occulto, a que alludimos, e que parece ter sido um dos meios efficazes de salvação para os christãos novos? É plausivel e até natural esta hypothese. O que não devia sel-o, e que se deu, foi que o procurador dos conversos, ao passo, que trabalhava activamente no bom desempenho da sua missão tractasse ao mes-

mo tempo de se congraçar com elrei pouco depois de expedido o breve de 17 de outubro, encetando com elle uma correspondencia secreta, e, escrevendo com egual fim ao seu valido o conde da Castanheira; o que parece incrivel é que endurecido em deslealdades e dissimulações vendesse a ambos os segredos dos christãos novos, que intentavam fugir de Portugal. Não podia tambem suppor-se, que D. Martinho de Portugal, por todas as razões inculcado como o mais energico e resoluto campeão da intolerancia da côrte, travasse occultamente relações com Duarte da Paz, e acabasse por trahir os interesses, que fôra incumbido de sustentar. Todavia assim o attestam os documentos e por um modo irrecusavel. A corrupção immensa, que n'aquella época minava a sociedade, explica semelhantes rasgos de cynismo e de venalidade, embora excedam tudo o que a imaginação mais ardente possa fantasiar.

Estes foram os termos, em que o Tomo II do *Corpo Diplomatico Portuguez* deixou as nossas negociações com a Curia. O estabelecimento da inquisição suspenso, mas com a clausula explicita, de que, dadas certas circumstancias, a concessão pontificia do Tribunal da Fé se renovaria; Duarte da Paz, trahindo perante elrei a causa que defendia, e ao mesmo tempo sustentando-a perante o collegio cardinalicio com a insistencia do perdão geral. Sinigaglia principiando a abrir os ouvidos ás queixas dos conversos, e provocando as iras dos fanaticos; finalmente, D. Martinho de Portugal, chegado a Roma já tarde, não só para atalhar a expedição do breve de 17 de outubro, mas para se oppor até á bulla de 7 de abril pela qual o Papa concedêra o perdão geral solicitado pelos christãos novos, eis o estado das relações até ao fim do anno de 1533, anno tão pouco favoravel, como o anterior, ao exito das pretensões de D. João III e dos admiradores da politica ultra religiosa.

Abre-se o Tomo III com a carta de D. João III a Clemente VII, acreditando junto d'elle a D. Henrique de Menezes, nomeado nos ultimos mezes de 1534 em missão extraordinaria para juntamente com D. Martinho de Portugal tractar do estabelecimento do Santo Officio e da revogação do perdão geral. Um projecto de instrucções passadas aos dois embaixadores, e os apontamentos mandados redigir por elrei sobre a fórma por que desejava que fosse expedida a nova bulla da inquisição, acompanham aquella enviatura. Vê-se que o monarcha, obedecendo á necessidade, e por fim acordado do somno de uns poucos de annos, rompe o si-

lencio, depois tão exprobrado por Santiquatro, e busca restaurar os negocios mais do que arriscados pela sua inacção. Nas instrucções a côrte portugueza queixava-se da Curia, e, estranhando-lhe a volubilidade, attenuava o facto da conversão forçada com exemplos, e mandava insinuar claramente a Clemente VII ser voz publica em Portugal, que as provisões contrarias á inquisição haviam sido obra de avultadas peitas. Nos apontamentos offerecia elrei ao Papa uma verdadeira transacção, propondo modificações, não quanto á idéa fundamental da instituição do Tribunal da Fé, mas quanto ao modo de elle se regular nos primeiros actos.

Munido d'estas instrucções, dos apontamentos, e de cartas para Santiquatro e para o Papa, D. Henrique de Menezes chegou a Roma em fevereiro de 1534, e logo com o seu collega e com o cardeal Pucci se occupou do assumpto, de que vinha encarregado. Á força de supplicas e de instancias os tres obtiveram a revisão da materia, e alcançaram que fosse commettida de novo aos cardeaes De Cesis e Campeggio homens de provada sciencia no conceito do Papa, os quaes deviam discutil-a com Santiquatro e os representantes do governo portuguez, assistindo como consultores ás conferencias theologos e canonistas eminentes. A longa exposição, publicada a paginas 11 com o titulo de « allegações propostas pelos embaixadores contra a bulla do perdão geral », e redigida em harmonia com as instrucções vocaes e escriptas dadas a D. Henrique, serviu de base aos debates. Protrahiram-se estes por muitos dias, empregando-se de parte a parte as maiores diligencias para ganhar a victoria ; mas a grande maioria dos cardeaes e das pessoas influentes na Curia, apesar dos esforços incessantes do cardeal protector (Pucci), e dos dois embaixadores, e a despeito das cartas de Carlos V ao Pontifice, recommendando vivamente o negocio, mostrou-se inclinada a indulgencia, e a politica de tolerancia triumphou.

Os theologos, que tinham entrado nas conferencias refutaram os argumentos da exposição portugueza em uma extensa dissertação, e em uma memoria, e as duas defezas da bulla de 7 de abril estampadas a paginas 11 e 19, cortaram pela raiz todas as esperanças de favoravel solução. O mais que os nossos ministros poderam alcançar foi, que o breve de 2 de abril, expedido para compellir D. João III a aquiescer á bulla do perdão geral, saisse mais suave na fórma, do que se achava redigido na primeira minuta. D. Henrique de Menezes desgostoso pediu a elrei, que o mandasse

recolher por ser inutil sua presença em Roma, avisando-o ao mesmo tempo do melindroso estado da saude do Papa; mas D. João III, cuja obstinação não esmorecia com as contrariedades, não só não attendeu a supplica, como enviou aos embaixadores outro projecto de instrucções segundo as allegações dos letrados portuguezes, e novos apontamentos para serem apresentados ao Pontifice, os quaes damos a paginas 90, 93, e 111 d'este volume. Estes papeis revelam a insistencia e o calor, com que a nossa côrte então procurava remediar o mau resultado dos erros e negligencias commettidas.

D. Martinho de Portugal, elevado á dignidade de Primaz do Oriente, e opposto quasi sempre em opiniões ao seu collega, escrevêra tambem a elrei, dando-lhe conta do mau exito da negociação, e sustentando que elle devia attribuir-se a ter sido invocado o auxilio de Castella contra seu parecer, acto, que, não trazendo vantagem de vulto ao negocio, servira só para o divulgar. D. Henrique via as cousas por diverso modo, approvára a intervenção de Carlos V, e ainda não perdêra de todo as esperanças. A variedade de votos dos dois embaixadores nascia da diversidade dos caracteres e da differença das posições. D. Martinho, astuto e habil, desejava prolongar a lucta para realisar á sombra d'ella seus designios ambiciosos, alcançando o barrete cardinalicio. Duarte da Paz, já ligado com elle n'esta época por laços misteriosos lucrava, egualmente, em que a decisão definitiva se demorasse pelos proventos e pela importancia, que d'ahi lhe resultavam. A communhão de interesses approximára provavelmente o ministro de Portugal do agente dos conversos. Clemente VII, fallecendo, fez mudar o aspecto das cousas, perturbando os calculos e manejos tenebrosos de ambos.

A saude do Papa declinára desde a sua volta de Marselha, e elle mesmo se mostrava convencido, de que a morte vinha perto. O estio exacerbou-lhe os padecimentos. Não era, porém, a velhice, que lhe cavava o tumulo, pois contava cincoenta e seis annos apenas. Suspeitou-se até um envenenamento, porque a Curia detestava-o, os principes não confiavam n'elle, e sua reputação era geralmente má, passando por timido, avaro, e desleal. Compensavam estes defeitos as qualidades de sagaz, de atilado, e de circumspecto. Ninguem proferia juizo mais seguro, quando o temor, ou as paixões o não assombravam. Em julho reputavam-o moribundo, e as semanas decorridas desde esse mez até septembro, em que expirou, foram

para elle uma longa agonia. Já no leito da dôr, quando o mundo lhe fugia e a eternidade se avisinhava, a sós com a verdade e com a consciencia é que mandou expedir o breve de 26 de julho, pelo qual ordenou a Sinigaglia, que fizesse vigorar a bulla de 7 de abril, e, se a nossa côrte oppozesse obstaculos insuperaveis á sua publicação, que absolvesse os culpados de todas as penas canonicas impostas nos tribunaes ecclesiasticos.

A carta escripta a elrei por D. Henrique de Menezes ácerca do conclave e das probabilidades da sua escolha é expressiva pela sinceridade rude. Tinham começado os enredos, e só a 13 de outubro saiu eleito o cardeal Alexandre Farnese, decano do Sacro Collegio, com o nome de Paulo III. A pintura do novo Pontifice, feita pelo arcebispo D. Martinho no despacho de 14 de março de 1535, estampado a pagina 181 d'este volume, póde passar por um retrato acabado. O Papa, nobre e rico aspirava a grandes reformas, não se conhecia pessoa capaz de o influir, e resolvia tudo pela propria opinião. Tractava os embaixadores com menos consideração, e a seus olhos valia mais um cardeal, do que todos os ministros estrangeiros juntos. Tinha e merecia a reputação de incurruptivel, e estabelecêra como regra o respeito dos actos do seu antecessor. Cioso em extremo da auctoridade e regalias da Sé Apostolica não hesitaria em quebrar, fosse a que principe fosse, os privilegios offensivos dos direitos da Curia.

Paulo III, apesar de pouco facil em conceder audiencias aos embaixadores, escutou por varias vezes, logo depois da sua accessão, o conde de Cifuentes, enviado de Carlos V, Santiquatro, D. Martinho de Portugal, e D. Henrique de Menezes; mas depois de os ouvir a todos limitou-se a ordenar uma nova informação, e nada deliberou decisivamente. As instrucções recentes de D. João III, a que alludimos, haviam chegado a Roma a 24 de septembro, vespera da morte de Clemente VII, e o cardeal Pucci tomára a peito com grande ardor a defeza da côrte de Portugal. Sairam esta vez seus esforços na apparencia menos infelizes. Cedendo em parte o Papa mandára redigir um breve para suspender a bulla de 7 de abril, e em outro, endereçado a elrei, advertia-lhe, que instituira uma commissão encarregada de estudar maduramente o assumpto, devendo abster-se no emtanto os inquisidores, e até os ordinarios de qualquer procedimento contra os suspeitos, ou accusados de heresia. Paulo III reconduziu interina-

mente Sinigaglia no cargo de nuncio, e incumbiu-o do cumprimento d'estas provisões.

Os commissarios escolhidos pelo Pontifice para rever a questão foram o bispo milivitano Jeronymo Ghinucci, auditor da Camara apostolica, e o bispo pisauriense Jacobo Simonetta, auditor da Rota, ambos poucos mezes depois elevados ao cardinalato. Em uma instrucção secreta D. João III tinha auctorisado os seus embaixadores a transigirem se não fossem plenamente aceitas as modificações propostas; mas a transacção era só quanto aos relapsos admittidos ao beneficio de segunda reconciliação. Em suas cartas ao Papa, abstendo-se de discutir a materia, elrei só pedia que não se lhe rejeitassem as ultimas bases apresentadas, e pedia-o pura e simplesmente como graça especial da Santa Sé. Esperava a nossa côrte que Roma cedesse, mas ordenava, caso succedesse o contrario, que os dois ministros o avisassem logo para lhes expedir novas instrucções, recommendando, que se Carlos V protegesse outra vez o negocio, tractassem tudo sempre com o seu embaixador junto da Curia, não recusando nenhum serviço d'elle bom, ou mau. Não esqueceu, egualmente, avivar o zêlo dos cardeaes, que tinham favorecido a causa da chancellaria portugueza, escrevendo-lhes D. João III para mais os attrahir ainda.

No seio da commissão Santiquatro, notado de fallar peitado em favor da nossa côrte, empregou todas as diligencias para que ella prevalecesse; mas Ghinucci, que havia composto e impresso um livro em defeza dos christãos novos, e que sendo nuncio em Castella contemplára de perto as atrocidades do Tribunal da Fé, não duvidava patrocinar abertamente a causa dos conversos. O conde de Cifuentes, como enviado de Carlos V, envidou toda a sua preponderancia para que as razões de D. João III fossem attendidas. Restava o auditor Simonetta, cuja probidade e sciencia parecem inconcussas, e este, como fiel da balança, conservou-se sempre imparcial e desapaixonado. Ouviu a commissão em varias conferencias os argumentos dos embaixadores, concedendo sempre vista de todas as suas allegações a Duarte da Paz, cujas exterioridades zelosas nunca se desmentiram. No meio das discussões suscitadas o destro hebreu apresentou de subito treslados authenticos dos diplomas, em que D. Manuel e seu filho haviam afiançado aos christãos novos sua tolerancia, e certidões dos testemunhos dados em favor d'elles pelo bispo de Silves D. Fernando Coutinho. O golpe foi decisivo. Ghinucci e Simonetta emmu-

deceram Santiquatro e os embaixadores, observando-lhes, que se mostrassem a falsidade d'estes documentos por si mesma cairia a defeza dos conversos, mas que se a authencidade dos diplomas não podesse ser contestada, a côrte de Roma não podia tomar sobre si a acção odiosa de invalidar os effeitos da clemencia dos principes portuguezes.

As conclusões que a commissão, em harmonia com estas idéas, adoptou como base, foram quanto ao perdão geral, a distincção entre os judeus convertidos á força por D. Manuel, e os que não podessem allegar violencia. Os primeiros não deviam ser considerados como relapsos se depois de indultados reincidissem ; os segundos sel-o-iam. Ácerca da execução da bulla de 7 de abril admittiam que fosse encarregada a um individuo designado pelo rei, mas só no caso de não estar ainda publicada, porque, estando-o, deveria vigorar e ser juiz executor o nuncio. Por ultimo, quanto á inquisição concordavam em que se sustentasse, porém com duas modificações importantes — a de não existirem carceres incommunicaveis por espaço de oito annos, e a de pertencerem durante doze os bens dos sentenciados a seus legitimos herdeiros christãos. Levadas estas decisões ao conhecimento do Papa renovaram os agentes de Portugal suas instancias auxiliados pelo embaixador de Carlos v, mas em vão. Simonetta, cuja austeridade de principios era acatada, conseguiu fazer respeitar o seu voto, e o mais que D. Martinho e D. Henrique poderam alcançar foi que o Papa, restabelecido o Tribunal da Fé, reduzisse os dois prazos de oito e doze annos a sete e a dez, e, mesmo quanto a esta derradeira concessão, a côrte de Roma não a afiançou, senão reservando para si a apreciação da legitimidade dos confiscos depois de expirarem os dez annos. Os documentos relativos a tão renhida e embaraçosa negociação encontram-se n'este volume desde paginas 163 até paginas 176 e desde paginas 190 até paginas 202.

Duarte da Paz e os protectores dos christãos novos redobraram tambem por seu lado os esforços para attenuarem os effeitos do restabelecimento da inquisição, e Paulo III attendeu-os geralmente em parte. A influencia do procurador dos conversos crescia, pois, e era necessario dar em Roma uma demonstração publica de desaggravo contra elle. D. João II prescreveu ao arcebispo D. Martinho que o exauctorasse do habito de Christo ; mas o prelado não o fez, ignoramos porque, e D. Henrique de Menezes, propondo-se cumprir as novas instrucções recebidas a este res-

peito nunca pôde illudir tambem a ardileza do agente. Na impossibilidade de se vingar, o embaixador aconselhava irado, que o governo perseguisse e atemorisasse em Portugal os chefes dos christãos novos, que subministravam o dinheiro, de que se valiam junto da Curia os seus defensores. Ao mesmo tempo Santiquatro e D. Martinho de Portugal informavam a nossa côrte das resoluções definitivas do Pontifice, procurando fazer-lhe conceber claramente o verdadeiro estado das cousas, e convencel-a de que nenhum d'elles tinha esquecido meio algum de promover o triumpho. D. Henrique de Menezes, mais aspero e violento, não encubria no seu despacho a magoa e o despeito; insistia pela demissão porque estava saciado de desprezos e humilhações; e, referindo-se á Curia e á importancia de Duarte da Paz perante ella, acrescentava, fallando dos cardeaes, «que não eram principes, nem nada, mas peiores que mercadores e belforinheiros, e que não valiam tres reaes pretos; homens sem educação, que se moviam só pelo medo, ou pelo interesse pessoal, porque do espiritual não curavam nunca.» Discorrendo por ultimo sobre o systema mais opportuno a seguir, lembrava dous arbitrios — negar elrei a obediencia ao Papa, como a Inglaterra, ou aceitar a inquisição como lha offereciam, e proceder o novo tribunal com justiça e moderação, porque d'este modo facil seria depois obter-se tudo. Estas curiosissimas confidencias, assim como o breve de 17 de março de 1535 *Inter caetera*, communicando a elrei as decisões da Santa Sé, e enviando-lhe copia d'ellas, e o breve *Dudum postquam*, commettendo ao nuncio Sinigaglia a execução da bulla de 7 de abril, tambem se acham publicadas n'este tomo desde paginas 177 até paginas 220.

Não se ignorava em Roma, que a bulla de 7 de abril já havia sido notificada aos prelados portuguezes, e por isso as modificações da minuta, que devia substituil-a, não passavam de simples apparencia, e tanto o sabia a Curia, que pelo mesmo correio, em que remettia a minuta ao nuncio, avisando-o de que o Papa indeferira as pretensões dos embaixadores de Portugal, lhe ordenava que executasse a bulla, e considerasse como annullado o breve, que suspendia os seus effeitos. Esta contradicção, que poderia qualificar-se com motivo de dobrez, é-nos explicada pelas narrações dos christãos novos. As impaciencias do fanatismo haviam ministrado novos pretextos a Roma para favorecer os conversos. Os despachos de Sinigaglia, chegados no momento mais critico da negociação,

relatavam o que succedera em Portugal desde as primeiras providencias de Paulo III. Longe de obedecer ao breve de 26 de novembro, soltando os individuos presos nos carceres da inquisição, a nossa côrte ordenára novas arrestações. A resistencia aberta irritou o Papa, e Paulo III em suas instrucções ao nuncio exigiu de elrei a declaração cathegorica da aceitação, ou da recusa das condições com que determinára auctorisar o restabelecimento do Santo Officio, insistindo, egualmente, pela revogação da lei de 14 de junho de 1532, que inhibia aos christãos novos a saida do reino. Dois breves, um dirigido a elrei, outro ao infante D. Affonso, significaram a ambos o desgosto e estranheza da Santa Sé em virtude dos actos praticados contra suas prescripções.

Os conversos não se descuidavam entretanto de suscitar obstaculos ao accordo definitivo sobre a questão entre Roma e Portugal. Nos fins de abril de 1535 redigiam elles uma obrigação, pela qual se compromettiam a dar ao papa trinta mil ducados se este accedesse ás propostas annexadas ao contracto. Assignaram a obrigação os dois chefes da gente hebrea Thomé Serrão e Manuel Mendes. Sinigaglia, consultado por elles, encarregou-se de levar o papel ao conhecimento do Pontifice, o que effectimente cumpriu no primeiro de março d'aquelle anno. Ao mesmo tempo começavam as ultimas communicações de Roma a produzir em Portugal a sensação, que era de esperar. Declarado o governo em opposição clara contra o nuncio impedia-o de executar as instrucções recebidas, e D. João III mandava examinar attentamente as propostas definitivas da côrte de Roma. Os fautores da intolerancia vacillaram por um momento, parecendo inclinados a promessas de indulgencia para suster a emigração dos conversos, e até a um accordo com elles para desarmar em Roma suas instancias; mas recobrando-se logo do primeiro desalento, optaram, por meios energicos, renovando a lei de 14 de junho de 1532, e arremessando assim a luva ás faces do Pontifice, que exigia a sua revogação. O resentimento do Papa, avivado pelas sombrias cores, com que o nuncio lhe pintava o que se estava passando em Portugal, respondeu ás provocações com o breve de 20 de julho *Cum sicut*, pelo qual concedeu aos christãos novos a liberdade dos reus nomearem quem quizessem para seus advogados, ou procuradores, reconhecendo-lhes além d'isso o direito de sair do paiz, quando lhes aprouvesse, direito que D. João III lhes negára.

Entretanto, apesar de decidida a não acceitar as propostas da Curia, e a não recuar, nem por isso a nossa côrte resolvera suspender os meios diplomaticos, embora confiasse pouco no resultado d'elles. Elrei escrevendo n'este sentido a seus embaixadores, mandou que elles exigissem a remoção de Sinigaglia, cuja residencia em Portugal reputava damnosa pelas perturbações, que suscitava, e prescrevia-lhes no caso do Papa não a facilitar promptamente, que lhe apresentassem contra o seu representante os capitulos de queixa que remettia. Quanto ás minutas das novas bullas do perdão e da inquisição subministrava aos seus agentes pretextos para estes poderem protrahir indefinidamente os debates. Por ultimo concluia, que, certificando sempre ao Pontifice a sua obediencia, mesmo na hypothese de Roma não ceder, empregassem as maiores diligencias para demorar por mais tres mezes a negociação, mas de modo que não se desconfiasse d'isso. Os documentos, que referem todas estas circumstancias foram inseridos desde paginas 225 até paginas 239 do presente volume, e a carta de Sinigaglia ácerca da obrigação dos trinta mil cruzados offerecidos ao Papa pelos conversos acha-se a paginas 290.

O motivo por que D. João III recommendára a demora de tres mezes na prosecução dos debates, era porque tratava, como o inculcam os factos posteriores, de obter a influencia irresistivel de Carlos V na occasião, em que o imperador havia de vir a Roma resolver os graves assumptos, que então preoccupavam a Europa, mas o negocio da inquisição, em vez de parar, precipitou-se. A irritação do Papa e a má vontade de Simonetta e Ghinucci contra o governo portuguez eram grandes, e uma decisão a favor dos conversos não podia tardar. De feito, com a data de 12 de outubro foi redigido o breve *Illius vices*, o qual, suavisando ainda as provisões da bulla de 7 de abril, mandava cessar todos os processos pelo crime de heresia, tanto no fôro secular, como no ecclesiastico, soltando os presos, revocando os desterrados, facultando a entrada da patria aos foragidos, e suspendendo os confiscos. Quanto aos reus julgados pela inquisição obrigava-os á abjuração perante qualquer sacerdote, mas eximia-os de penitencia publica, e ordenava que fossem restituidos á liberdade. O que mais devia espantar n'esta resolução era a acquiescencia de D. Martinho de Portugal, o qual a occultas de Santiquatro, e de D. Henrique de Menezes instára com o Pontifice pela publicação d'este perdão assim pleno como unico meio de terminar as contendas

entre a nossa côrte e a Curia. Entretanto o procedimento do astuto prelado explica-se perfeitamente pelo seu caracter. Trabalhára com ardor por alcançar a realisação das promessas de Clemente VII, na concessão da purpura cardinalicia, e acreditava ter obtido o resultado de seus designios. D. Henrique de Menezes, advertido de suas relações secretas com Duarte da Paz, e dos esforços envidados para conseguir o cardinalato, seguira-lhe os passos, e avisara elrei do que se tramava.

Não contente com isto o nosso embaixador apenas se avistou com Santiquatro soube arrancar-lhe o segredo dos meneios occultos do seu collega, decidindo-o a oppor-se ao exito da pretensão já a essa hora muito adiantada. Conformes ambos n'este ponto informaram D. João III das intrigas do arcebispo, pedindo-lhe profundo segredo. D. Martinho, em quanto elles estavam absorvidos em contrariar suas ambiciosas esperanças, aproveitando o ensejo, apressara a promulgação do breve de 12 d'outubro de modo, que tanto Pucci, como o embaixador extraordinario sómente averiguaram com certeza a sua existencia na vespera d'elle ser affixado. Mallogrados assim todos os esforços, e perdida a questão principal, a residencia de D. Henrique tornava-se em Roma assás perigosa, porque o seu collega suspeitara, ou descobrira o que havia praticado contra elle. Requerendo, pois, de elrei sua prompta retirada de uma côrte, aonde faltava a segurança pessoal, e tudo se fazia sem rebuço por dinheiro, o ministro não duvida revelar explicitamente os tractos secretos do arcebispo com Duarte da Paz e a parcialidade manifesta do Papa pelos conversos. Vejam-se as correspondencias e diplomas publicados desde paginas 254 até paginas 280.

O breve *Illius vices* desanimara, entretanto, os fautores da inquisição, o vulgo, e o proprio D. João III. Abrangendo no perdão geral todos os reus de judaismo concedia-lhes o praso de um anno para se aproveitarem do beneficio de suas provisões, o que annullava virtualmente o Tribunal da Fé; mas o desalento da côrte durou pouco. Contrariado pela Curia, trahido por D. Martinho de Portugal, e receioso de o ver elevado ao cardinalato, hombreando com os infantes, D. João III depressa creou animo e novos brios. A impotencia de todos os recursos empregados até então mostrava-lhe, que a unica alavanca capaz de alluir e de arrancar os obstaculos era a vontade omnipotente de Carlos V. Decidido a obter em seu favor a intervenção do cunhado elrei entrou deliberadamente n'este caminho, e

não omittiu nada do que o podia ajudar a trilhal-o com firmeza e vantagem.

O arcebispo do Funchal foi chamado pela posta a Lisboa com o pretexto de ministrar informações exactas ácerca do estado dos negocios, e teve de sair de Roma por meiados de dezembro. D. Henrique de Menezes recebeu instrucções para se encaminhar a Napoles, aonde Carlos v havia chegado, e para conferir com o imperador sobre o modo opportuno de alcançar o restabelecimento da inquisição. O nosso embaixador junto á côrte de Castella, Alvaro Mendes de Vasconcellos, tambem recebeu ordem para coadjuvar o seu collega de Roma, devendo ambos acompanhar Carlos v á capital do orbe catholico, quando partisse de Napoles, aproveitando todas as conjuncturas de adiantar a pretensão, reduzida para maior facilidade aos termos de obter do Papa ácerca do perdão e da organisação do Tribunal da Fé o mesmo que se achava estabelecido em Castella. O imperador tinha promettido auxiliar elrei e mostrou-se diligente. O conde de Cifuentes começou pedindo a revogação da bulla de 12 d'outubro, e Carlos v escreveu a Pier Ludovico, filho do Papa, exigindo seus bons officios para o mesmo effeito. Paulo III redarguiu estar disposto a concordar no que aos dois principes aprouvesse quanto á materia da inquisição, mas quanto ao perdão disse que resolvera não ceder. Esta resposta avivou as esperanças dos nossos ministros, que, unidos com o secretario de estado hespanhol Covos, convenceram o nuncio de Napoles Paulo Vergerio, já instado pessoalmente pelo imperador, a intervir perante a sua côrte para as maiores difficuldades se aplanarem, o que tudo consta das correspondencias de Alvaro Mendes de Vasconcellos e de D. Henrique de Menezes a paginas 283, 286 e 288 do presente volume.

A avareza dos conversos n'este meio tempo veiu duplicar a força a todas estas poderosas influencias. Os peiores adversarios da sua causa n'aquelle momento foram talvez os proprios christãos novos. Respirando com a suspensão das perseguições, quando Sinigaglia exigiu d'elles o cumprimento dos contractos occultos ajustados e das promessas feitas em Roma por Duarte da Paz, responderam com evasivas, invectivando contra o seu procurador, e jurando que não podiam pagar o que elle afiançára. Marco della Rovere intentou persuadir-lhes, que pelo menos se desculpassem com a insufficiencia de cabedaes, mas nem isso mesmo alcançou. Prestando-se ao pagamento de cinco mil escudos negaram-se a tudo

o mais, e um d'elles, mestre Iorge de Evora, até chegou a confessar o pacto a elrei. Notando a obstinação dos chefes da gente hebrea, o nuncio concluia a sua carta de 1 de março, dizendo que se elles insistissem, não se assegurando a peso de ouro de quem podia salval-os, cumpria provar-lhes que eram loucos, arrancando santa e justamente a mascara. Assim o demasiado apego ás riquezas desarmava os conversos na occasião mais critica. O effeito da carta de Sinigaglia foi decisivo contra elles, especialmente quando Santiquatro e Alvaro Mendes acabavam de prometter dinheiro ao proprio Papa, promessa não cumprida, e que Paulo III teve o brio de nunca recordar.

O primeiro acto, que denunciou as vantagens obtidas pelos fautores da inquisição foi a exoneração de Ghinucci da junta consultiva encarregada do exame da questão, na qual foi substituido pelo cardeal protector de Portugal, Pucci, ao mesmo tempo juiz e parte. Simonetta, illudido, deixou-se vencer, e por fim a 23 de maio de 1535 saiu da chancellaria romana a bulla, que instituiu definitivamente a inquisição, annullando na essencia a de 12 d'outubro, embora affectasse respeital-a na apparencia. As clausulas d'este documento importante constam do seu texto, que damos a paginas 302.

No meio do triumpho a côrte de Portugal no principio quiz-se inculcar moderada. No dia 22 d'outubro de 1535 é que foi publicada solemnemente a bulla *Cum ad nihil magis*, porque a aceitação do cargo de inquisidor mór pelo bispo de Ceuta só a 5 do mesmo mez se verificára. O Papa e Santiquatro haviam recommendado muito a elrei a maior prudencia, especialmente quanto aos christãos novos violentados a receber o baptismo, e parece que D. João III, satisfeito o capricho offendido, se conformou com os bons conselhos. O bispo de Ceuta em 20 de novembro publicou o monitorio, que regulava o systema das delações ácerca dos crimes contra a pureza da fé, monitorio, que a poucos deixaria a esperança de poderem escapar á malevolencia geral, mas os effeitos no principio não corresponderam á grandeza e intensidade da ameaça. A côrte devia receiar que suas violencia dessem força ás representações dos conversos em Roma, e os hebreus portuguezes, cheios de terror com o edital do inquisidor mór, tinham procurado minorar o perigo, promettendo a elrei, que nenhum christão novo fugiria do paiz com a familia e os bens moveis se sua alteza alcançasse do Papa a prorogação por mais

um anno do prazo concedido na bulla de 12 d'outubro. A proposta não foi aceita, mas influiu de certo na suavidade relativa, observada durante o tempo que o bispo de Ceuta exerceu o cargo.

Entretanto, principiaram a soar em Roma as allegações dos conversos contra o estabelecimento do Tribunal da Fé, contra a escolha dos primeiros inquisidores, e contra a fórma de processo adoptada. O nuncio Marco della Rovere protegia em Roma estas queixas, e conseguira até peitar Ambrosio Riculcati, secretario particular do Papa, e outras pessoas influentes. Ao mesmo tempo expunha o prelado italiano ao Pontifice com vivas cores os inconvenientes das ultimas concessões feitas por motivos politicos. Paulo III temia indispor contra si Carlos V e D. João III, mas as suggestões dos que o rodeavam faziam-o vacillar. Para sair da perplexidade tomou o arbitrio de nomear os cardeaes Ghinucci e Jacobacio, incumbindo-os de examinarem se a bulla de 23 de maio devia ser modificada. A nomeação de Ghinucci era indicio evidente, de que a politica da Curia tomava nova direcção. A presença de Sinigaglia nas conferencias tinha egual significação. O resultado foi declararem os dois cardeaes, que a bulla havia sido indevidamente concedida, e convencerem Paulo III da necessidade de remediar o mal. Para encetar o caminho decidiu a côrte pontificia enviar novo nuncio a Portugal, e escolheu o protonotario Jeronymo Ricenati Capodiferro, cujo breve de nomeação expediu a 24 de dezembro de 1536, mas que só partiu em fevereiro de 1537, munido de duas curiosas instrucções, uma ácerca da inquisição, e outra sobre o modo de se apresentar perante a nossa côrte e de tratar os differentes negocios de que vinha incumbido. A esse tempo, e talvez mesmo antes, achava-se encarregado dos negocios de Portugal em Roma Pedro de Sousa de Tavora, mas este, porque esperasse ser substituido, porque se perdessem suas correspondencias, ou, finalmente, porque os conversos soubessem tornal-o indifferente, não consta que se esforçasse por contrariar as novas tendencias da Curia. A paginas 347, 354 e 355 do volume III se encontram os documentos relativos a este incidente.

O intuito das instrucções passadas a Capodiferro era hostil á inquisição, e os christãos novos, em harmonia com a ultima parte d'ellas, que não ignoravam de certo, dirigiram a elrei uma extensa supplica, ponderando o que havia de tyrannico e de atroz na lei de 14 de junho de 1532, revalidada em 1535, e pedindo a liberdade natural dos outros vassallos

da corôa, não só para sairem do reino, mas para venderem os bens de raiz e levarem comsigo os proprios cabedaes. O verdadeiro fim da supplica envolvia provavelmente a ideia de dar maior plausibilidade á crença arreigada em Roma, de que a mente de D. João III não era manter a pureza e integridade da fé em seus estados, mas verter o sangue de muitos subditos oppulentos para se apoderar de suas riquezas; mas o nuncio, porque o rei soubesse conciliar-lhe a benevolencia, ou porque os actos da inquisição não lhe ministrassem motivos sufficientes, não usou dos largos poderes que trazia. No emtanto havia publicado o bispo de Ceuta segundo edital. Levantaram os conversos contra elle queixas energicas, e submetteram-as ao Papa. Paulo III enviou então ao seu agente mais apertadas recommendações, prescrevendo-lhe, que procedesse com vigor; não parece comtudo, que este executasse a vontade pontificia, talvez porque insinuações secretas assim lh'o determinavam. Entre outros aggravos representavam os hebreus portuguezes contra a falta de cumprimento do breve de 20 de julho de 1535, o qual absolvia de toda a cumplicidade no delicto o facto de aceitar procuração nas causas de judaismo. A Curia resolveu attender os seus clamores n'esta parte, e expediu no ultimo d'agosto o breve *Dudum a nobis*, redigido para restituir ás disposições de 20 de julho a sua interpellação genuina.

A isto se reduziu, porém, no anno de 1537 toda a sua intervenção. A gravidade dos negocios geraes da Europa obrigava o Papa a contemporisar com D. João III, e mesmo a propiciar-lhe o animo, insinuando ao nuncio que se houvesse com destreza, favorecendo os christãos novos, sem todavia alienar por isso absolutamente a benevolencia do rei. Ao mesmo tempo disputava a junta creada em Roma sobre a conveniencia de ser alterada, ou não, a bulla, que restebelecera a inquisição, e naturalmente por identicas razões não concluia nada. O anno de 1538 correu assim todo n'estas controversias e nos obscuros enredos, que deviam acompanhal-as. A corrupção de Capodiferro, animada pelo exemplo do seu antecessor, Marco della Ruvere, e pela certeza de que o oiro lhe asseguraria em Roma a impunidade, assumira proporções escandalosas. O nuncio negociava descobertamente com os christãos novos a absolvição dos hebreus, que os inquisidores condemnavam, e com todas as classes as dispensas e favores da Curia. Segundo D. João III pouco depois affirmava ao Pontifice estas simonias tocaram tal excesso, que a sua residencia

tornava impossivel o castigo dos crimes religiosos e da dissolução do clero. Auctorisado pelo breve de 9 de janeiro de 1537 e pela lettra de suas instrucções para rever quaesquer processos Capodiferro locupletava-se sem escrupulo, convertendo-os em mina inexgotavel. Os documentos respectivos a estes pontos achar-se-hão a paginas 348 e 402 d'este volume.

Outro assumpto importante prendia n'aquella época a attenção da côrte portugueza. Era a imposição de duas decimas nas rendas ecclesiasticas, que Paulo III decidira arrancar do reino pela bulla de 12 de junho de 1537. Apesar do seu zelo pelas coisas religiosas D. João III não hesitou em combater a pretensão da Curia, oppondo-se com vigor á execução da bulla, e ordenando ao enviado Pedro de Sousa de Tavora, que acompanhasse de seus officios diplomaticos este negocio importante. Obrigado a dissimular os abusos de Capodiferro por causa da complicação dos negocios pendentes com a Curia el-rei tinha resolvido substituir Pedro de Sousa por D. Pedro Mascarenhas, mandando partir este nos fins de 1537. As instrucções passadas em 29 de dezembro ao embaixador apontavam entre outros assumptos, como principal, o da imposição das duas decimas, e logo depois o da escusa pedida á Curia para só assistirem ao concilio geral, convocado por Paulo III, os prelados portuguezes que o soberano designasse.

Chegou D. Pedro Mascarenhas a Roma depois de meiados de 1538, porque materias de ponderação tratadas na côrte de Castella e de França o tinham demorado, e veiu encontrar ambos os negocios muito mal assombrados. O breve *Recepimus litteras*, de 30 d'agosto de 1537, em que o Pontifice se desculpava de não conceder a elrei a liberdade de escolher os prelados, que deviam concorrer ao concilio, difficultava qualquer outra solução pela repugnancia sabida da Curia em voltar atraz nos actos consummados, e o segundo breve *Dicet magestate tuae* de 22 de maio de 1538, em que o Papa insistia na primeira decisão, ainda menos esperanças deixava, de que elle podesse ceder. Quanto ao ponto ainda mais grave da imposição das decimas, escrevendo em abril de 1538 a D. Pedro Mascarenhas, e encarregando-o de sollicitar da Santa Sé, não só a livre disposição do seu producto por tres annos, mas tambem a do producto de todas as rendas dos beneficios vagos e da venda da jurisdicção dos vassallos dos arcebispados, bispados, conventos do reino, e

a conversão em fateusins dos prasos de vidas pertencentes ás corporações religiosas, D. João III fallava uma linguagem quasi aspera, invocando os seus serviços na diffusão do Evangelho pelas partes da Asia, da Africa, e da America, e as immensas despezas prodigalisadas nos presidios, armadas, e soldados indispensaveis para sustentar tão vasto imperio.

O Papa resistiu, porém, a tudo cobrindo-se com o interesse da christandade, e com o motivo urgente da necessidade de fortificar a liga contra os turcos. As cartas de Santiquatro e de D. Pedro Mascarenhas de 23 e 24 de dezembro de 1538 provam, que depois de largas e repetidas conferencias, nem o cardeal protector, nem o ministro portuguez poderam arrancar de Paulo III mais do que a concessão, pouco satisfactoria, mas talvez opportuna pelos pretextos de dilação, que offerecia, de serem introduzidas as decimas, mas da arrecadação correr por officiaes da Curia e d'elrei, devendo caber do producto d'ellas dois terços a Roma, e sómente um a elrei. Os documentos d'estas negociações acham-se estampados a paginas 386, 399, 401, 406, 412, 433, 438, 442, 460, e 463.

São estes os assumptos de maior vulto, de que encerra noticia o tomo III do *Corpo Diplomatico Portuguez*. Encontram-se n'elle, egualmente, as bullas de 4 de março de 1534 provendo D. Diogo da Silva no bispado de Ceuta, as de 3 de novembro do mesmo anno erigindo os bispados de Angra, de S. Thomé, e de Goa, a de 26 de julho de 1535 narrando o procedimento de Henrique VIII de Inglaterra, e a de 17 de dezembro pedindo a D. João III, que empregue a sua influencia para resolver o imperador a mandar sair a expedição contra o turco, a bulla de 2 de junho de 1536 annunciando a abertura do concilio geral em Mantua, as bullas relativas ao processo da legitimidade de D. Martinho de Portugal, a de 11 d'abril de 1537 provendo D. João de Albuquerque no bispado de Goa, a de 24 d'agosto do mesmo anno provendo D. Gonçalo Pinheiro no bispado de Saphim, e as de 25 de setembro de 1538 provendo D. Manuel de Sousa no bispado de Silves e D. João no de Santiago de Cabo Verde.

De proposito nos demoramos com a apreciação dos monumentos relativos ás negociações para o restabelecimento do Tribunal da Fé, aproveitando para indicar o nexo e o sentido d'ellas as copiosas informações

ministradas pelos livros III e IV da excellente obra do sr. A. Herculano *Da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*, seguindo suas paginas quasi litteralmente em muitas partes, e abreviando-as sómente n'aquellas em que fomos obrigados a resumir. Sem este fio difficilmente poderiam os leitores desenredar-se da confusão e obscuridade d'alguns incidentes, para formar juizo exacto ácerca da significação de muitos diplomas. O periodo, que o III tomo abrange, curto quanto ao numero de annos, foi por tanto longo e fertil, como notamos, em resultados quanto aos factos que viu e consummou. Os documentos do seguinte volume não serão menos instructivos, nem menos repassados de verdadeiro interesse historico. Sem esta chave, tantas vezes esquecida nos archivos, fôra mais do que temeridade, fôra louco atrevimento até querermos devassar os segredos das gerações extinctas para restituir á metade mais inquieta e mais fecunda em transformações do seculo XVI sua physionomia e caracter proprios. Quando se abrem os tumulos d'aquellas grandes épocas sem o poder de lhes insufflar de novo um sopro de existencia as narrações, frias e descoradas, mostram apenas cadaveres mumificados, e não vultos vivos e expressivos.

CORPO DIPLOMATICO PORTUGUEZ

RELAÇÕES COM A CURIA ROMANA

Carta d'el-Rei ao Papa Clemente VII.

1534?—.....

Muyto sancto in christo padre e muito bem aventurado senhor, o voso devoto e obidiente filho dom Joham etc. com toda humildade envio beijar seus santos pees.

Muyto santo in christo padre e muito bem aventurado senhor, eu sprevo e mando a dom Martinho etc. e a dom Anrique de Meneses, meus enbaixadores, que falem a vosa santidade alguumas cousas sobre a Resolução e detriminaçam que tomou acerqua do perdam dos christãos novos e Inquisiçam, que me pareceo que devia asy fazer pelo que toca a serviço de noso Senhor e descarego de Vosa Santidade.

Soprico e peço muyto por merce a vosa santidade que os queira ouuir, e em tudo o que acerqua diso lhe falarem de minha parte lhe dar inteira fee e crença; e em muy singular merce o Receberey de Vosa Santidade.

Muyto santo etc.....[1]

[1] *Minuta sem data no* Arch. Nac. Cartas missivas, Maç. 2, n.º 104. *Parece ser esta a credencial de D. Henrique de Menezes, o qual chegou a Roma no dia 10 de Fevereiro de 1534.*

Projecto de Instrucções.

1534 ? —.....

ISTRUÇÃO DO QUE PARECE QUE SUA ALTEZA DEUE MANDAR ESPREUER AO EMBAIXADOR SOBRE A MATERIA DO SOBRESTAR DA INQUISIÇAM E PERDAM GERAL.

Item. Parece que se deue dizer ao papa como sua alteza ora tem visto per sua bula que sua Santidade tem mandado de sobreestar na inquisiçam, que á muito pouco que tem concedida a sua instancia nestes regnos, e asi que concede perdam geral aos christãos nouos dos dictos regnos; o que sua alteza nom speraua que sua Santidade fezesse, asi pela calidade dos casos, como pela dicta inquisiçam ser concedida a sua instancia, maiormente nom auendo causa noua nem velha justa pera o deuer de fazer. E que ainda o modo que nisso teue he indeuido e desordenado querer pasar as dictas prouisões a pitiçam das partes, sem querer ouuir primeiro o embaixador de sua alteza, que he presente em sua corte, e sem querer saber a verdadeira enformaçam do caso de sua alteza. E se ha causas justas pera se nom concederem taes provisões, porque, ainda que causas justas ouuera pera se concederem as semelhantes prouisões, se nom deuem conceder sem primeiro se saber se as causas allegadas som justas, ou se ha outras iustas rezois em contrairo pera se nom concederem, porque nas cousas menos calificadas e concedidas a outras pessoas he rezam e iustiça nom se mudarem a pitiçam das partes contrairas sem has ouuir, quanto mais as que se concedem aos principes e Reis, maiormente sendo tam justas e em fauor da fee catolica, a que sua Santidade tanta obligaçam tem de fauorecer.

Item. Parece que o embaixador deue de dizer a sua Santidade as causas principaes por que se pedio ha Inquisiçam, pera per ellas se uer como he contra toda iustiça mandar em ella sobreestar, e asi conceder perdam geeral, as quaes causas sam as seguintes:

Foi sua alteza de muitos annos a esta parte per muitas vezes en-

formado, e asi lhe foi notificado per pregadores, confesores, homeis virtuosos e dignos de muita fee, e asi por prelados e outras pesoas de muito credito de seus regnos, que os christãos nouos delles iudaizauam e cometem grandes errores contra nosa fee catholica, os quaes erros cometem muitas vezes desemvergonhadamente em oprobrio de nosa santa fee e com escandalo dos christãos. O que tambem se soube per sua alteza per alguuns fectos que se delles julgaram; e pera disso ser mais certificado quis ver com letrados e pessoas Religiosas de sam consciencia algumas inquirições tiradas pelos ordinarios sobre has heresias, que em sua diocesi se cometem, pelas quaes achou ha enformaçam que lhe he dada ser verdadeira.

E porque as semelhantes ofensas de deus e erros comitidos contra ha fee nom deuem de ser desimulados nem consentidos, ouue sua alteza conselho com prelados e alguns grandes de seus regnos, e com pessoas letradas e religiosas de sãas consciencias; e examinadas todas as causas, asi as que fazem pelos dictos christãos nouos e por elles se podem alegar, como as que contra elles sam, determinou com parecer de todos que se deuia pedir ha inquisiçam, e ha deuia aver pera Remedio de tantos males e saluaçam das almas desta gente, e pera se nom coromper mais a christindade nestes regnos.

E auendo hi tanta causa pera se fazer inquisiçam, o papa sendo sabedor a deuera enuiar e conceder sem ser requerido, e amoestar e persuadir a sua alteza que ha consentira e aiudara e fauorecera, como vigario de jesu christo, subcesor de sam pedro, protector e defensor da fee; e a sagrada scriptura e santos canones obligam ao papa e aos bispos e outros prelados prouerem e vigiarem como tirem has heresias e erros da fe, e manda aos dictos bispos que tirem inquisições em suas diocesis, onde ha infamia dos tais crimes, e punem os prelados que sam em isso nigligentes, e excumugam os que impidem has inquisições e que contra ellas aconselham; e esta he a principal cousa a que o papa e bispos sam obligados, maiormente em nosos tenpos em que por nosos pecados ha tantas heresias, pelo que os Reis e principes christãos, que em seus regnos has querem euitar e castigar, deuem ser muito fauorecidos e aiudados de sua Santidade.

E respondendo ás ocasiões que as partes alegam que se querem tomar por causas das tais prouisois dando nom verdadeiras enformações a

sua Santidade, quanto ao que dizem que foram tornados por força, posto que asi fora, a tal força foi condicional e nom absolluta, e no tal baptismo, segundo disposiçam do direito canonico, foi impresso charater, e os baptizados ficaram obligados a guardar a fee catolica; e os dictos baptizados, depois do baptismo, Receberam os santos sacramentos e viueram como christãos, pelo que deuem ser compelidos a guardar nosa fee, e podem se castigar os que ha nom guardam, como foy determinado no concilio toletano, e decidido per muitas decretais dos que foram tornados per força em tempo do muito Religioso principe sesebuto, ao qual principe os canones poem nome de Religiosissimo, pelo que parece louuarem a obra que fez, e nom menos ha deuem louuar nos outros principes que ha tal obra fezeram.

Item. Estes de que se tracta ha trinta e cinco annos que foram tornados christãos, e do dicto tenpo pera qua consentiram no santo baptismo que Receberam, e Recebem os sacramentos da crisma e eucarestia e confisam, e muitos tomaram ordees menores e outras per suas puras e liures vontades, pelo que he muito escusado falar na tal força.

Item: teueram muitos tempos pera se irem e sairem fora destes regnos, como fezeram muitos que se foram a gulfo, e pera outras partes, pera viuerem em seu judaismo; e os que se nom foram consentiram serem christãos, e, se ho nam sam, nom sam christãos nem judeus, e parece que nom tem nosa fee nem sua danada perfia de judeus, e nom deuem ser permitidos que viuam em seus errores e que façam escarnio dos sacramentos que Recebem, cousa de que todo christão se deue muito de doer, e nam sam dignos de misericordia alguma [1].

perdoa aos obstinados nos pecados, e o direito canonico neste caso nom recebe a reconciliaçam, nem manda perdoar senam aos de que se presume que sam verdadeiramente arrependidos e que deixam seus erros e heresias, e expresamente defende que aos inpinitentes se nam perdoe, e aos de que se presume que fingidamente pedem reconciliaçam manda que os nom recebam ao gremio da santa madre igreia; e por isso per-

[1] *Acaba aqui a parte escripta da pagina, ficando umas sete linhas em branco. A folha seguinte começa abruptamente, como vai no texto. É provavel ter-se extraviado alguma folha do meio; mais é certo que já em 1772 o documento estava assim, porque uma cópia feita n'esse anno apresenta a mesma lacuna.*

doar geralmente a todos de que nom consta serem penitentes nem arrependidos senam per confisões, que podem ser fingidas, e per confisam secreta perdoar no foro contencioso, he contra justiça e rezão e direito diuino e humano, e o tal perdam será causa de os taes perdoados remanecerem nos mesmos erros, e lhe daria ousadia pera mais pecar, pois tam facilmente sam perdoados, e esperarám de o serem outras vezes asi.

Item: do tal perdam a christindade receberá grande escandalo, o que sua santidade deue muito euitar, maiormente nestes tempos.

E pera os que se querem emendar e tirar de suas culpas, neste caso abastam as prouisoes e beneficio, que o direito lhe dá e a samta madre igreia, e o custume que os inquisidores tem, que dam tempo de graça aos que se querem arrepender e tirar de suas culpas, dentro do qual os Recebem com leues penitencias a reconciliaçam.

E quando sua Santidade ouuesse por bem de ainda vsar com estes de mais misericordia, o perdam nom ha de ser geral, mas em modo que fose modo pera estes se emendarem de suas culpas, e nom dado aos de que nom consta serem penitentes e arependidos. E auia de vir per capitulo na mesma inquisiçam comitido ao inquisidor maior e inquisidores, na forma e modo abaixo declarado: que podesem perdoar aos que viessem pedir perdam, que specificadamente confesassem seus erros e culpas e has declarassem, e que dos taes erros mostrasem arependimento e penitencia; que aos taes se perdoassem as penas do direito postas aos herejes em que teuessem encorido, dando lhe algumas penitencias arbitrarias, ocultas ou publicas, segundo calidade dos casos e das pessoas, nom sendo os taes relapsos; e has taes confisões se deuem spreuer per notario da inquisiçam, e sospreuer pelo confitente e pelo inquisidor com outra pessoa ecclesiastica, pera que se saiba os erros de que for perdoado: e desta forma ainda parece que teria rezam alguma o perdam.

Item: em todo caso deue insistir o embaixador que cousa que a esta materia toque se nam cometa ao nuncio nem a pessoa alguma, saluo as que sua alteza ordenar, nem inquisiçam nem modo alguum de perdam nem diligencia; e deue de dizer ao papa que, fazendo se o contrairo, sua alteza nom será rezam consentilo, porque sabe bem as pessoas a quem conuem a seruiço de deus e bem de seus regnos as tais cousas se cometerem.

Item. Deue muito insistir que ha inquisiçam se conceda como he

concedida e como se pede, e que Reuogue toda prouisam, se he pasada, em contrairo: e ainda parece que se lhe deue dizer que he fama nestes regnos que por peita grosa de dinheiro, que se deu em sua corte, se negoceam as prouisoẽs contra tam santa e tam necesaria obra; e que, inpidindo se ou vindo prouisoẽs contra ella, se afirmará por estas partes e terá por certo que he asi, o que gerará escandalo aos christaõs [1].

Projecto de instrucções.

1534? —.....

EMFORMAÇAM PERA EXPEDIR HA BULA DA INQUISIÇAM NA FORMA QUE ELREI NOSO SENHOR HA ORA MANDA PEDIR.

A instancia de sua alteza, o santo padre concedeo ha inquisiçam e se expedio a bula, cuio trelado com esta vai, na qual veo comitida a dicta inquisiçam ao padre frei diego da silua, confesor de sua alteza. E por o dicto frei diego, por algumas causas, se escusar do dicto cargo, pede se ora por parte de sua alteza que Sua Santidade cometa esta inquisiçam ao bispo de Lamego, capelão mor do dicto Senhor Rey, asi e da maneira que ha cometeo ao dicto frei diego, com mais os capitulos seguintes:

Item. Primeiramente, auendo respecto a algumas calidades que neste caso concorem, parece boa equidade que na bula venha huum capitulo na forma della, per que Sua Santidade haja por bem que toda pesoa, que for morador nestes regnos e senhorios de sua alteza ao tenpo da primeira publicaçam que da bula que ora se conceder se fezer, e que em elles for presente, que dentro do tempo da graça, que os inquisidores daram no lugar onde a tal pessoa for morador, que vier aos inquisidores pedir perdam de heresia, apostasia na fee, ou blasfemea, dezendo soomente in genere que cometeo heresia ou apostasia na fee ou blasfemou, sem mais ser obligado a declarar aos inquisidores spicialmente os casos e circuns-

[1] *Cópia ou minuta incorrecta e sem data no* Arch. Nac. Gav. 2, Maç. 2, n.º 35.

tancias dos casos em que pecou, nem a quantidade das vezes, seia Recebido a reconceliaçam, e seia perdoado de todas as culpas pasadas e atee entam cometidas, pelos dictos inquisidores, com tanto que se vaa confesar aos sacerdotes que pera isso o inquisidor deputar e ordenar, e que prometa e iure perante ho inquisidor que de hi em diante viuerá como catolico christaõ: e este perdam lhe será concedido, posto que a tal pesoa que o pedir no dicto tempo seia pubricamente infamado de hereie ou d apostatar da fee ou blasfemar, e posto que os crimes desta calidade estem contra ella prouados per inquirições gerais ou speciaes, com tanto que nom seiam ainda accusados nem presos por os taes crimes. E dos dictos crimes comitidos antes do dicto perdam nom posam depois ser em algum modo accusados nem punidos, posto que delles depois conste em juizo ou extra per as dictas inquisiçoẽs ou em outro qualquer modo.

Item. Que aos asi perdoados se lhes conceda o dicto perdam e reconciliaçam com qualquer leue penitencia arbitrio do inquisidor, a qual será secreta; e os asi perdoados fiquem com suas fazendas, e restituidos a suas honras, dignidades, beneficios e oficios, priuilegios e liberdades, asi como si os tais crimes nom teueram cometidos.

Item: aos dictos confesores sua santidade conceda poder de absoluer os tais, que a elles se confesarem, de todos os dictos pecados, e das escumunhoẽs em que encoreram a iure vel ab homine por causa dos dictos crimes, etiam pela bula cene domini.

E os que forem moradores dos dictos Regnos e senhorios, e forem absentes delles ao tempo da primeira publicaçam, que se da dicta bula fizer no bispado onde o tal absente he morador, poderám gozar deste beneficio, vindo dentro de huum anno a pedir o dicto perdam na dicta forma, contado do dia da dicta publicaçam.

Item: quanto aos que iá forem accusados ou presos se procederá como for direito, e nom poderám gozar deste beneficio; e asi se procederá segundo for direito contra os que se acharem culpados nos dictos crimes, que nom vierem pedir o dicto perdam e reconciliaçam no dicto tempo da graça, que os inquisidores derem em hos bispados onde os culpados forem moradores ao tempo da primeira publicaçam desta bula, porque somente gozarám deste beneficio os que *vierem* neste primeiro tempo de graça que se der ao tempo da dicta primeira publicaçam.

Item: os que vierem pedir o dicto perdam e reconciliaçam serám

espritos em huum caderno ou liuro, que pera isso auerá, pelo notario que da inquisiçam for, com declaraçam do dia mes e anno; o qual asento será asinado pelo que pedir o perdam, e per ho inquisidor-a quem o pedir, e per duas pessoas religiosas, perante as quaes pessoas, sem mais serem presentes, se poderám pedir e conceder os tais perdoẽs e reconciliaçoẽs; e a estas pessoas se mande, soo pena de excumunham ipso facto, que nom descubram nem defamem os que asi vierem pedir os tais perdoẽs e reconciliaçoẽs, salluo vindo estes perdoados a cometer, depois de perdoados e reconciliados, crime de heresia ou apostasia na fee ou blasfemea, e sendo disso acusados ou inquiridos.

Com declaraçam que os que asi forem perdoados e reconciliados, se depois cometerem crime de heresia ou aposthasia na fee, se proceda contra elles segundo forma do direito [1].

Item: conceda se que o dicto inquisidor principal ás pessoas calificadas segundo forma da bula, que elle deputar por inquisidores, posa dar comisam in totum, ou reseruando pera si alguuns capitulos, a saber, sentenças finaes e condenações, ou outros quaesquer capitulos ou partes da inquisiçam ou processos, que lhe bem parecer.

Item: que estes comisarios ou deputados pera inquisidores posam ser nom somente licenciados in altero iurium, mas ainda bachareis, atento que o bacharelado em espanha he grao, e nom se concede saluo aos que tem cinquo ou sete annos d estudo segundo statutos das vniuersidades, e será dificil acharem se doctores e mestres, pelo que, pelo muito custo dos taes graos que nas vniuersidades fazem hos que os tomam, fazem se poucos doctores e mestres nestas partes em ellas.

Item: que o dicto inquisidor e seus deputados posam condenar e absoluer finalmente, e meter a tormento, e condenar a carcere perpetuo ou temporal, e a entregar os condenados aos juizes e braço secular, proceder e todo oficio da inquisiçam exercitar, sem requerer os bispos e outros ordinarios, e lhe dar parte e cumunicar os processos; e derogue se a disposiçam do texto na clementina prima de hereti*cis* [2], e qualquer direito em contrario.

[1] *Entre este § e o immediato tem á margem a cota seguinte:* Ate aqui sam clausulas que tocam ao perdam.

[2] *Vide:* Clementinarum, Lib. V, Tit. III.

Item: conceda se que, tanto que o inquisidor ou inquisidores deputados começarem de proceder de qualquer caso de heresia contra alguma pessoa, que os ordinairos se nom posam mais do tal caso entrometer nem tomar conhecimento, e derogue se a disposiçam do texto no capitulo Per hoc, De hereticis, in VI.º [1].

Item: com poder que o inquisidor posa auocar a si todas as causas de heresia, que nos regnos e senhorios de sua alteza penderem perante quaesquer juizes ecclesiasticos, asi ordinarios como delegados, posto que seiam delegados do papa, ou nuncios ou legados, etiam de latere, em qualquer ponto e estado que as tais causas estem, dummodo nom seiam findas per final sentença.

Item: que posam os inquisidores proceder, appellatione remota etiam ab interlucutoriis, porque, podendo appellar das interlucutorias, nom se poderá fazer justiça com appellaçoẽs.

Item: conceda se poder ao inquisidor principal e seus deputados que posam absoluer os culpados de quaesquer excomunhoẽs, que tenham incorridas a iure vel ab homine, etiam pela bula da cea, que por causa dos dictos crimes de heresia e apostasia in fide tenham encorrido, e dispensar sobre irregularidade encorrida por os taes excumungados por se ingerirem nos oficios diuinos, estando pelos dictos crimes excumungados.

Item: que posam nas reconciliaçoẽs e abjuraçoẽs publicas fazer o dicto inquisidor e seus deputados todos os autos e solenidades e absoluiçoẽs, que o direito requer, sem requererem os bispos ordinarios, e sem outro alguum bispo.

Item: que posam chamar huum soo bispo, qual lhes parecer, posto que nom seia o ordinario do lugar ou diocesi, pera depoer e degradar verbal e auctualmente os que forem condenados por hereies que forem clerigos asi de ordees menores como sacras, etiam presbiteratus, que se ouuerem de depoer; o qual bispo por elles chamado posa fazer a dicta deposiçam e degradaçam verbal e auctual com dous religiosos ou clerigos seculares constituidos em dignidade, porque seria dificultoso fazerem se as tais deposiçoẽs e degradaçoẽs pelos bispos ordinarios.

Item: que o dicto inquisidor principal possa punir e castigar os outros inquisidores que elle deputar e ordenar, e os outros oficiaes da in-

[1] *Vide*: Sexti Decret. Lib. V, Tit. II, Cap. XVII.

quisiçam, se delinquirem em os dictos oficios, ou fizerem o que nom deuem em elles, segundo achar que suas culpas merecem per direito e justiça, posto que seiam religiosos e exemptos de qualquer ordem, dado que seiam dos mendicantes, sem embargo de seus priuilegios e exempçoẽs.

Item: que o dicto inquisidor principal, quando quer que lhe parecer, ad libitum posa reuogar os inquisidores que deputar e ordenar, etiam nos negocios e causas que ia teuerem começados ao tempo da reuogaçam.

E porem, sendo caso que o santo padre nom aia por bem de conceder algumas destas faculdades e poderes, que ora se pedem, alem dos que estam na bula derigida ao dicto frey diego, expida se a bula como estaua concedida com os que mais conceder de nouo mudado o inquisidor, com a forma e modo que acima se declara do perdam e capitulos que em elle falam.

Item: que esta bula se expedirá com clausulas derogatorias, nas quais se derogue largamente e plenisimamente a bula, per que Sua Santidade concedeho ho perdam aos cristaãos novos, sub data VII idus aprilis ano Incarnacionis dominice 1533, pontificatus ano 10, a qual latisimamente se derogue, e asy quaesquer outras letras, que amte desta emanaram de Sua Santidade e de seus antecesores, pelas quaes o efeito desta se posa impedir [1].

[1] *Cópia ou minuta sem data no* Arch. Nac. Gav. 2, Maç. 1, n.º 22. *Nas costas do documento lê-se a cota seguinte:* Instruçam pera a expidiçam da bula da inquisiçam; *e por outra letra tambem contemporanea:* Ver o que levou dom Hanrique.

Allegações propostas pelos embaixadores contra a bulla do perdão geral (a).

1534 — . . . . . .

RATIONES ALIAS PRO PARTE REGIS ET INQUISITORUM ADDUCTAE IN TOTA ISTA MATERIA.

LE RAGGIONI DEL RE

Le cause principali, per che il Re di Portogallo, obediente figliolo di Vostra Santità, gli fece chiedere l'Inquisizione sopra li Eretici in lo Reame e Domini suoi, sono le infrascritte:

È stato quella Maestà informata spesse uolte, e fattoli toccar con mano da Prelati [1], Predicatori, et uomini di gran merito e credito, che li cristiani nuovi, quali dal Giudaismo furono alla santa fede nostra conuersi, e loro figlioli, nepoti e descendenti, Giudaizino *(sic)* e commettono grandi errori contro detta fede Cattolica, Spesso discopertamente e senza uergogna, in obbrobrio della fede e scandalo delli fedeli Cristiani; e questo ancora l'ha saputo detta Maestà per processi de alquanti di detta progenie, quali delle predette Eresie furono accusati [2]; et oltra detto signore Re, per megliore informazione sua, si fece leggere alcuna Inqui-

(a) *Este e outros documentos, que extrahimos da* Symmicta, *resentem-se da impericia das pessoas, a quem foi commettido o trabalho de os copiar do Archivo do Vaticano. Conhecendo o perigo que ha sempre em corrigir cópias semelhantes, não alterámos o texto, limitando-nos a lembrar uma ou outra vez, entre parentheses, a lição que julgamos preferivel, e a acrescentar em italico a palavra ou syllaba que suppomos omittida pelo copista, ou que nos parece necessaria.*

As observações em latim, feitas provavelmente pelos cardeaes encarregados do exame d'este negocio, estão á margem nas paginas da Symmicta.

[1] Episcopus Ceptensis potuit bene dicere quid fecit quando, denegatis nominibus testium impotentissimis personis, illas indifensas igni tradidit.

[2] Quid fuit uisum in processibus illorum de Gouvêa, Chaves, Insulae de la Madera, et aliorum quamplurium.

sitione Generale fatte *(sic)* per li ordinarj, quando uisitano sopra le Eresie, che si commettono in loro Vescouati, per le quali trouò chiaro la detta informazione esser'uera.

E perchè le simili offese di Dio et errori contro Sua Santa fede non deono essere dissimulate nè permessi, detta maestà, con consiglio de alquanti Prelati e Magnati de suoi Reami, e di persone religiose litterate e di sana coscienza, viste le raggioni, cause et inconuenienti, quali per parte de' conuersi [1], e cosi quelle, che contra loro si poteuano allegare, ordinò chiedere a Vostra Santità detta Inquisitione in quelli Regni per rimedio e correzzione della vita e costumi di detti Erectici, e salute di loro anime, e per euitare lo scandalo, che li fedeli Christiani de simili errori pigliano, e per ovviare che non si corrompa, ò in parte degeneri, la religione Cristiana in detti Reami e Dominii.

Et il dover'vuole che l'Inquisitione si faccia contra costoro che della gente Ebrea furono conuersi, come contra qualsiuoglia Eretici, benche per parte loro uogliano dire che furono battezzati per forza, perche il contrario è la verita [2]. E se a qualcheduno fu fatto forza, la tal forza, quale dicono esserli fatta, è stata condizionale e non precisa et assoluta, onde nel tale cosi battezzato fu impresso il carattere, et de jure è obligato ad osseruare la fede cattolica, al che dèe essere astretto; e doppo lo tal battezimo loro hanno molte volte riceuuti li sagramenti dell' Eucarestia e confessione, et è deciso per li Sagri Canoni che li tali debbano essere astretti all' osseruazione della fede Cattolica, e quelli, che non l'osseruarono, castigati, come fu deciso contra quelli, che furono battezzati nel tempo del Religiosissimo Principe Sisebuto, a cui li Canoni chiamano religiosissimo per il zelo che cosi ebbe alla Religione Cristiana.

E questi, de' quali si tratta, passa 35 anni che furono fatti Cristiani; e quelli che dicono esser' fatti per forza, se alcuni sono stati, de tanto tempo in qua hanno consentito nel santo battessimo, e riceuuto li Sagramenti della Santa Chiesa, e molti di loro di sua spontanea uolontá si fecero ordinare in minoribus, et etiam ad Sacros Ordines promoueri, Onde la tal forza, se è stata, non è sufficiente causa di farla immune (*al.* farli immuni)

[1] Non est uerum quod istorum causae fuerint uisae nec consideratae; nam, si sic fuerat, non impetrarent Inquisitionem subreptitie, et tacita ueritate conuersionis uiolentae, ac priuilegiorum, necnon occisionum, et aliorum....

[2] Non est verum, ut constat ex publicis instrumentis.

dell' Inquisizione, e per queste cause et altre il predetto signore Re fece informare Vostra Santità per suo Ambasciatore [1] al tempo che chiese e li fu concessa detta Inquisizione, sopra che fu spedita la Bolla e mandata a Sua Maestà; et essendo cosi, e durando le medesime cause, e moltiplicando ancora de ogni uolta più, la Santità Vostra sospese detta Inquisizione, e commandò che cessasse l'effetto della Bolla, e più ad altri concesse per un' altra Bolla venia e perdono generalmente di tutte l'Eresie sino allora commesse alli Eretici di detti Reami e Dominj, sotto certa forma prout in Bulla.

Et appare che non ui sia causa giusta ne raggioneuolle per douersi sospendere detta Inquisitione, perchè, come di sopra è detto, ui sono ancora le cause giustificatissime, per le quali Vostra Santità la concesse, e per non douersi concedere agl' Eretici cosi ampia Venia e perdonanza, perche, se si concesse, come appare, per auersi respetto a quelli, che della Ebraica progenie furono battezzati per forza, che allegano essergli fatta, non si dèe auere simile considerazione, ne anco per questo rispetto concedersi un'tanto perdono, perche, se forza li fu in alquanti, oltrache la tal forza è stata condizionale, com' è detto, è tale, che non li scusa per auer' tanto tempo che viuono come Christiani, pigliando li sagramenti; e quelli che dicono esser' l'atterati (*al.* battezzati) per forza, se alquanti sono stati, sono al presente pochissimi [2], Perche per essere trascorso tanto tempo, sono la più parte morti, e gl'altri, quali non uolsero uiuere come Christiani, si partirono di questi Reami ad altre bande per poter' uiuere nel suo giudaismo; E queli che al presente uiuono, e non si partirono, quali non essendo Christiani pigliano li Sagramenti della Chiesa, non sono nè Christiani, nè Giudei, e poiche abbitano in questi Regni per loro utilità temporale, non osseruando la nostra fede, nè anco la loro dannata perfidia Giudaica, non sono degni di misericordia veruna, anzi più tosto meritano di essere grauemente puniti, perseuerando nelli loro errori, per tante biasteme come hanno commessi contra la nostra Santa fede, e tanto vilipendio delli Santi Sagramenti.

E quasi tutti quelli, che al presente di detta progenie si trovano in

[1] Quare ergo non dixit Orator Regis Pontifici de Violentia, priuilegiis, et aliis cum miseris istis conventis, sed subreptitie impetravit Inquisitionem?

[2] Non est verum, ut experientia demonstrat.

detti Regni e Dominj di Sua Maestà, furono battezzati Putti, e figlioli de Padri quali giá al tempo de loro natiuità erano battezzati e riputati come Cristiani, et altri, quali di loro libera uolonta [1] sono stati battezzatti in questi Regni et in Regni di Castigla, e vennero ad abbitare in questi di Portogallo per timore dell' Inquisizione concessa nelli detti Regni di Castigla, et alcuni di loro vennero sentendosi già colpeuoli per li Processi fattoli adosso, et alcuni doppo d'essersi riconciliati, et altri già condennati, donde non è sufficiente causa allegarsi detta forza [2], se qualche*d*una è interuenuta già a costoro, contra che si tiene informazione che uiuono male, non fù fatta forza alcuna, che con uerità si possa dire essergli fatta nel Battesimo.

Item: come è detto, passa 35 anni che fù la conuersione generale di questi di detta progenie, e d'allora in qua uiuono come Cristiani, et odono li Uffizi diuini e Predicazzioni, e si confessano e sono instrutti nella fede nostra per li Prelati e Rettori delle Chiese [3], E molti di questa Gente sono Preti in sacris constituti, e sono letterati in tutte le scienze, Di modo che li errori suoi non procedono da ignoranza, nè da non essere instrutti, onde non meritano perdono, Poi si uede che peccano per malizia, massime bastando per sua dottrina, se loro auessino voluto seguire, il buon essempio della antica gente Christiana di detti Reami.

Item: è passato gran tempo che contra loro non si fece Inquisizione delli suoi errori, nè per li Ordinarii, nè per autorità Apostolica, nel qual tempo hanno ben'potuto essere insegnati et instrutti nelle cose della fede, se loro non auessino abusato detto tempo, per che, douendosi in quello instruire e farsi insegnare la Dottrina Cristiana, pigliarono occasione di mal uiuere e di commettere li suoi errori più audacemente e più sfacciatamente, per il che non sono degni di un' simile perdono [4], come Vos-

[1] Etiam cum istis de jure est mitius agendum.

[2] Non solum fuit allegata violentia, sed odia populi et occisiones contra ipsos, quibus omnes isti miseri sunt astricti.

[3] Non est verum; imo istos omnes absque doctrina per longissimum tempus reliquerunt, ut experientia ostendit; Imo loco doctrinae occisiones in istos miseros perpetrati sunt.

[4] Tanto magis debet moueri PP. misericordia erga istos, quando videtur quod non solum ipsos uiolenter ad fidem conduxerunt, sed postmodum quasi in medio maris absque velis sine doctrina suaui derelinquerunt, ac deinceps crudelibus mortis (*sic*), tormentis, et persecutionibus consumarunt.

tra Santità li concede, perche con quello pigliaranno occasione di peccare, secondo che in sino a quest'ora hanno fatto.

Nè anche non dèe essere causa del detto perdono il dirsi che li antichi Cristiani hanno in odio questi conuersi, Perche è cosa molto notoria esser' detti conuersi in questi regni accarezzati e fauoriti tanto dalli Rè, quanto daquelli, che sono posti al gouerno della giustizia, e ben trattati et onorati. E sonoli concessi giudicature e gubernazione de Città e terre [1], e frà loro e li antichi Cristiani non si fa differenza per loro esser 'nuoui Cristiani [2], e non è dubbio esser loro tanto innanzi, e che ualeno in modo nel Paese, che ancora che altri per odio li uogliano soprafare, non li potranno nocere [3]. E se per qualche odio l'antichi Cristiani hanno, non è se non contra le male opere e mal' uiuere delli Tristi, quali con loro Eresie et orrori scandalizzano la pia mente delli fedeli Cristiani. Et il tale odio è certo che cessarà emendadosi loro delli errori, e cessando di perseuerare nell' Eresie, con le quali si fanno maluolere, mà pure li buoni sono ben uoluti e stimati e accarezzati.

Item : il prefato signore Re per seruizio di Dio e discarico di sua coscienza, e bene delli suoi Regni, e come colui a chi molto importa conseruare li sudditi, presertim questi di questa nazione, delli quali troua molta utilita [4] alli detti Regni per esser' loro trattanti et artegiani di tutte le arti, per il negozio dell' Inquisizione ha eletto et è per eleggere persone di tanto merito e lettere e bona coscienza [5], che cessa ogni sinistra oppinione di esser' fatta a nessuno ingiustizia, e che molto uegliaranno perche non sia persona alcuna per falsi testimonj, o altrimente, condannata a torto, e che faranno giustizia con ogni misericordia et equità : Per il che è superfluo il perdono e venia che si concede.

E manco dèe dar' causa a sospendere l'Inquisizione, et a concedere detto perdono, e (*al.* il) voler dire che in la petizione di detta Inquisizione si ebbe rispetto all' interesse temporale, quale della confiscazione della robba de' condannati può seguire, perche è assai lontano del verissimile

[1] Non est verum.

[2] Absit et...

[3] Occisiones et scandala et alia in istos miseros perpetrata hoc possunt attestari.

[4] Maior utilitas erat in coligendis fructibus ab Inquisitione, si illam, ut credebant, obtinuissent.

[5] Notum bene videatur quos crearunt officiales.

pensare d'un' Rè tanto Cattolico, e che tanto spende ogni dì, et ha spesso del suo per ridurre alla cognizione della vera fede Maomettani, Gentili, et Idolatri de diuersi Paesi, e tanto lontane Prouincie. Insuper le robbe di questa Gente sono per la maggior parte in moneta, argento, gioie, e mobili [1], le quali coloro, che si sentano colpeuoli, gia hanno estratte e leuate da questi Regni, et ogni dì le leuano per paura dell' Inquisizione, e le quali facilmente possono occultare et inturbare in modo che non siano trouate per auerse dette robbe per questo timore estratte e leuate fuora; e per la cessazione de'trafichi hanno patito questi Regni gran 'danno e sono l'Entrate molto scemate [2]. Di modo che, se il rispetto dell' interesse temporale ui fosse, molto maggiore riuscirebbe d'auerli promesso uiuere per il passato, che della confiscazione sopradetta, della quale nessuna utilità è per seguire, e per uia d'interesse se fosse ito molto più facile è auerlo da loro, perche è cosa chiara che lo daranno grosso spontè acciocche non se insista in la inquisizione. E perche questa è la vera informazione, è onestissima e raggioneuole cosa che l'Inquisizione ui sia, e la sospensione si leui: e quanto al generale perdono nel modo e forma che si concesse, Vostra Santità deve comandare per seruizio di Dio e per le cause dette che non abbia effetto.

Praesertim perche della forma e modo di questo perdono nascono l'inconuenienti infrascritti usandosi prout jacet.

In primis [3] perche la Bolla mostra dire che Vostra Santità informata che in questi Reami uierano *(sic)* alcuni, quali aueuano preso l'acqua del santo battesimo per forza, li quali dice che non debbino essere riputati per membri della Chiesa, nè castigati come Christiani, la qual cosa si deue intendere in li battezzati per forza assoluta, perchè d'altra forza

[1] Non est verum, quia habent immobilia bona quamplura.

[2] Non crediderunt nec putarunt quod in istis miseris tanta animorum potentia esset, ut contra eorum Regem et Regnum coram Papa ita arduè et animosè litigassent, quasi credentes uno ictu dare Inquisitionem et Incarcerationem, legis istis exitum prohibentis et eorum personarum et bonorum unico contextu fieri Patronos, ipsosque postmodum posse paulatim et pedetentim euellere et exterminare; si enim talia, prout postmodum euenerunt, cogitassent, nunquam profecto hac via contra istos miseros usi fuissent.

[3] Ad haec omnia inconuenientia inferius annotata respondetur abundantissime nomine Clementis, ac etiam iidem Theologi respondent. Ideo ad eorum responsiones est recurrendum.

non si può intendere ; e se a costoro dona indulgenza e perdono per mezzo della confessione sacramentale, è grande inconueniente e contra Jus Diuinum, Perchè, giacchè costoro non sono Cristiani, non se gli può dare sagramento alcuno della Santa Madre Chiesa ; et altrimente se in questi, che pretendono essere battezzati per forza assoluta, non s'intende il perdono della Bolla, restano dichiarati non Cristiani per la medesima Bolla, quo casu non si dà rimedio ò prouisione, e si permette che viuano come per il passato pigliando li Sagramenti, e ministrandoli se sono riputati sacerdote : et intentando questi tali ad uscire del rimedio della Bolla, si entra in maggior confusione e senza potere con loro de jure ritoccare de cose passate.

Item : altro inconueniente nasce ancora di questa Bolla del perdono, quale è che uuole che alli non colpeuoli nè sospetti di Eresia, confessandosi e scriuendosi secondo la forma datagli, siano date le cedole qualiter se sono confessati, e che più non possino essere accusati nè inquisiti dell' Eresie e Biasteme sino allora commesse. Del che seguita che li colpeuoli potranno ficte confessarsi non confessando colpa alcuna, com' è da presumere che facciano, auendo quarant' anni che alcuni lo fanno e si confessano ficte, come già constò per processi, e cosi restaranno perdonati et assoluti nel Foro contentioso de quello, che non hanno chiesto perdono nè nel penitenziale nè nel contenzioso Foro, e restando negl' errori pristini pigliaranno e trattarano li sagramenti in grand obbrobrio di nostra santa fede.

L'altro inconueniente appare che abbia seco detta Bolla molto grande che dice Vostra Santità essere informata che molti di quelli, che nacquero de Cristiani, ouero saranno battezzati spontè, per indiscreta conuersazione ò diabolica persuasione incorsero nell' eresie et apostasie, e uolle che tali Eretici, non essendo accusati nè inquisiti, nè altramente li loro eccessi notoriamente in giudizio manifesti, ouero non essendo publicamente infamati, la quale infamia peruenga alle orecchie del Vescouo Marco Vigerio, Nunzio di Sua Santità, siano perdonati per confissione segreta, scriuendosi nel memoriale secondo la forma della Bolla ; e senza constare alla Chiesa nel foro contenzioso come li tali Eretici chiesero perdono delle loro Eresie, e senza esser' riconciliati delle colpe passate, commanda che siano ammessi al grembo della Santa Madre Chiesa, et alli Sagramenti et amministrazione di quelli, potendo constare alla Chiesa di loro colpe et

infamie nel foro contenzioso, per il che è obligata ad euitarli ; e cosi gli perdona nel foro contenzioso, nel quale non consta auer' chiesto perdono, del che seguirà gran' scandalo alla Chiesa e fedeli cristiani, uedendo alli tali receuere et amministrare li sagramenti, e conseruati nelle dignità et Offizi Ecclesiastici e secolari quelli, i quali sanno essere Eretici, senza constare auer' loro chiesto perdono delle loro Eresie.

Item : è da credere che cosi quelli, che non sono infamati, li delitti delli quali al presente sono occulti, per paura che imposterum gli saranno discoperti per l'Inquisizione, ò altrimenti, e cosi ancora l'infamati ed inquisiti, li eccessi delli quali già sono manifesti, e cosi li condannati, e tutti li altri, che usaranno delli rimedj di questa Bolla e della confessione segreta, com timore delle pene, che di raggione incorrono, che per euitarle e per godere delli benefizj di detta Bolla, come è del certo da presumere per la perseueranza che sino al presente hanno tenuto in loro errori, usaranno de detti rimedj della Bolla e della confessione ficta, e pur restaranno immersi nelli loro errori senza emenda alcuna, conseruati nelli onori e dignità loro con non poco scandalo delli fedeli Cristiani.

Item : la Bolla commanda rilassare delle carceri e Priggioni tutti quelli, che saranno presi per questo crimine di Eresia, Apostasia e Bestemia, acciochè possano andare a confessarsi et usare delli rimedj dell' Indulgenza, del che ne può seguire un' grand' inconueniente, perche la Bolla uuole che siano rilassati auanti che si confessino nè scriuano; et osseruando la forma di essa, et essendo cosi rilassati, se trasferiranno doue li piacerà per essere in sua libertà, senza altrimente far quello che la bolla ordina e commanda.

Item : appare addurre altro inconueniente, dal quale ponno nascerne molti altri, perche perdona alli condannati, inquisiti e riconciliati, quali in questi Regni aueranno domicilio, ancorachè in essi siano venuti d'altri Regni : sono abbitanti at hanno domicilio molti, quali sono inquisiti, et altri riconciliati e condannati nelli Regni di Castiglia ; et auere questi in Portogallo per perdonati, e commandare che non gli sia tolto la robba, sarebbe occasione del scandalo sì delle giustizie secolare come ecclesiastiche delli Regni di Castiglia, e potrebbe ancora suscitare scandalo frà Regno e Regno, cosa che Vostra Santità molto dourebbe pensare ad euitare.

Item : sarà ancora causa questa Bolla che delli Regni di Castiglia

uengano a Portogallo molti colpeuoli in detti eccessi, quali con testimonj falsi provaranno abbitare ò auer' domicilio in questi Regni al tempo della publicazione di detta Bolla per poter godere dell' indulgenza et esenzione di quella, quel che etiam sarà grande scandalo alle persone del Re di Castiglia, et alle giustizie sì ecclesiastiche come secolari delli suoi Regni, e cause di gran' discontento.

Item: sarebbe ancora causa questa Bolla del perdono d'una grande infamia de questi Regni, perche potranno dire quelli delli Regni vicini che Portogallo sia ricettacolo sicuro et asilo d'Eretici.

Item: dice la Bolla che quelli saranno condannati da qualsiuoglia giudice, ancora che siano riconciliati ò rilassi, che se uorrano mostrare dinanzi al detto Nunzio che sono stati mal condannati, che siano uditi di nuouo, et in questi Regni commessi: e detti sono molti, che furono condannati e riconciliati nelli Regni di Castiglia, e se adesso douessero essere uditi di nuouo per altro a mostrare che sono stati mal condannati per l'Inquisitore di Castiglia, gli bisognarebbe allegare molte cose, le quali tornarebbono ad infamia de detti Inquisitori et Ordinarii da quali fossero stati condannati, e delli testimonj; e questo loro intento ageuolmente potria riuscirgli con testimonj falsi esaminati contro detti Inquisitori et Ordinarj, e testimonj assenti, quali è certo che non saranno chiamati nè vorrànno difendersi; e questo sarebbe causa di gran scandalo ad essi Inquisitori di Castiglia, Arciuescoui, Vescoui, e Cardinali, et altre persone di gran dignità e credito, et alli testimonj; et oltra di se trattare del pregiudizio del loro onore e fama, può generare scandalo e differenze trà l'uno e l'altro Regno, et ancora da questo ne può seguire pregiudizio all' onore delli Giudici Ordinarii, che le cause delli sopradetti in questi Regni di Portogallo giudicaranno *(sic)* delli quali molti sono morti.

Item: non si può l'Eretico al corpo mistico di Cristo et alla Chiesa unire, perseuerando il tale in Eresia; e perche nessuno si può reintegrare a questa unione, se non ritornano alla fede Cattolica, non si può dichiarare per reuerso, se non costando al Papa et alla santa Chiesa della reuersione.

Item: per la sola confessione sagramentale, quale si chiama auriculare, non consta alla Chiesa, ne può constare, della reuersione dell' Eretico, dato che il confessore dia al confitente cedola secondo la forma della Bolla.

Item : in quanto la Bolla dispone che dette Cedole si diano ancora a quelli, che non confessaranno esser' colpeuoli di Eresia, nè sospetti, acculta più la chiesa la riuersione di detti Eretici, e dà occasione che si facciano più ficte confessioni, e porta conseco grande inconueniente con dare occasione che qualchuno sarà perdonato nel foro contenzioso, che nel foro della coscienza non confessarà l'Eresie, nè ha auuto di quelle contrizione, nè anco nel foro contenzioso chiese perdono.

Item : questa bolla, in quanto dispone che li Eretici siano perdonati mediante detta confessione, non appare che conceda questo perdono in modo conueniente al foro misto ò contenzioso, non potendo per il tale perdono constare alla Chiesa della reuersione delli Eretici, constandogli già ò potendogli constare nel futuro loro colpe nelli detti fori.

Item : cum sit che molto sia di euitare la communicazione delli fedeli Cristiani con li Eretici, saluo con quelli, dà chi si può sperare bene, e la loro reuersione senza pericolo de una tale partecipazione, per essere il crimine dell' Eresia contaggioso per la cupidità, che li Eretici tengono di ridurre tutti alle loro false opinioni, Da questo perdono ne nasce che non si possa conoscere per la Chiesa e per li fedeli cristiani l'Eretici, per euitare la tale partecipazione et acautelarse de loro ficte e triste conuersazioni, del che siegue gran pericolo alli semplici et indotti.

Item : del tanto facile modo di perdonare si dà occasione et incentiuo alli tristi di peccare, perche aueranno speranza d'un altra uolta ottenere simile perdono. Et il non essere puniti nè ripressi delle loro colpe, in modo che si risentino e si uergognino delle colpe passate, dà causa al non si leuare da quelle, nè anche emendarsi, e che facilmente commette delle altre.

Item : perdonandogli le colpe passate mediante la segreta confessione, tornando doppoi a peccare e reincidere, non si ponno castigare come Rilassi, perche, chiedendo uenia e riconciliazione delle colpe commesse doppo la detta confessione, hanno ad essere rimesse e ridotti al grembo della Santa Madre Chiesa, Il che gli darà occasione et audacia a non uscire mai dalli loro errori, confidandosi nella tal riconciliazione, che ancora ponno fare.

Altro grande inconueniente e scandalo se seguita de detta Bolla, in quanto dona venia e perdono a quelli che furono battezzati, ma ancora alli antichi Cristiani, Il che appare che dimostra che li antichi Cristiani

tengono necessità di tal perdono, ò qualcuno di loro [1], la quale induce infamia alla Nazione Portoghese, quale sempre è stata Cristianissima, come chiaramente si è visto e saputo per tutta la Cristianità, et in molte altre Prouincie de Maomettani, Gentili, et altri Infedeli, del che danno chiaro testimonio la morte che hanno patito, et il sangue che hanno sparso e di continuo spargono detti Portoghesi per la fede di Cristo, seguitando di mano in mano le vestigie dei loro antecessori; e cosi, concedendogli il tale perdono, sarebbe supporre loro essere involti nelli errori delli conuersi discendenti della progenie Ebraica, cosa que gli antichi Portoghesi Cristiani non potriano sopportare senza graue scandalo [2], cum sit che in questi Regni, per la somma bontà e grazia dell' Omnipotente Dio, non ci sono altri che habbino bisogno di essere come Eretici perdonati, saluo quelli che dalla Ebraica Gente discendano, e però è cosa scandalosa e non necessaria, e di grand' Infamia al Regno, parlarsi in simile materia de altri che delli detti nouiter conuersi.

E quello che più aggraua et accresce detto scandalo è che la Bolla parla in Maestri, et Arciuescoui, e Vescoui, et altre Persone costituite in dignità Ecclesiastica e seculare, essendo li detti Maestri delle milizie del Regno le Persone, che sono, e li Arceuescoui, Vescoui, et altre persone constituite in dignità, persone Cristianissime, e di grande nobiltà, et antica prosapia, netti d'ogni macula et infamia de simili peccati, alli quali sarebbe vergogna e grande incarico esser 'nominati in tale materia con quelli, che dalla Ebraica Progenie discendono.

Ancora nella detta Bolla vi è altro inconueniente che l'essecuzione di quella è commessa al detto nunzio con facoltà d'Inquisitore prout in Bulla, e qual nunzio, essendo forastiero in questi Regni, benchè sia persona di credito e molto letterata e che molto merita, pur simili Officii sempre si sogliono commettere alli naturali e Regnicoli, che hanno più conoscenza delle qualità delle persone, tanto delle colpeuole quanto delli testimonj, e conoscano e sanno di chi s'hanno da confidare, et a quelli hanno da dar credito, e sanno ancora capare le Persone per aiutarsi nelli Esercizi delli tali Officii, e per altre cause molte e raggioneuoli, che concernano il seruizio di Dio et il bene del Regno, non si deue concedere facultà d'Inquisitori, saluo alli naturali Regnicoli.

[1] Quod veteres christiani portugalenses non indigent venia ab haeresi.

[2] Quis est, qui possit dicere: peccatum non habeo, nec venia indigeo?

Per le quali raggioni e grande inconueniente Vostra Santità non deue uolere che detta bolla del perdono si publichi nè abbia effetto, perche, publicandosi nella forma concessa, oltre che non sarà di seruizio di Dio, sarà causa de molti scandali.

Supplicasi per parte del Signore Re a Vostra Santità che, per le cause di sopra dette, e per seruizio di Dio, uoglia che si usi di detta Inquisizione nelli Regni e Dominj suoi; e piacendoli concedere venia e perdono del crimine et Eresia, Apostasia e Biasteme sino al presente commesse, sia solamente a quelli, che della Ebraica Gente discendono, quali furono battezzati e conuersi nella conuersione generale, e d'allora in quà, et a loro figlioli e discendenti, e sia in modo che cessino l'inconuenienti detti di sopra; e che costoro siano perdonati delli eccessi di questa qualità sino al presente commessi, e restino ritenuti e con timore acciochè non ardiscano a reincidere nelli detti eccessi e peccati, e reincidendo possino essere castigati secondo li loro delitti meritaranno. Item in modo che costi alla chiesa nel foro misto e contenzioso, doue costa e può costare de loro colpe, che loro chiesero perdono, e uolse ritornare al grembo della santa Madre Chiesa, che non si dia causa a che si facciano confessioni ficte.

Et il modo che quella Maestà supplica Vostra Santità che si debbia usare nella Inquisizione, et in forma et in che si può concedere venia e perdono senza l'inconuenienti di sopra annotati, è l'infrascritto: [1]

In primis che si usi dell' Inquisizione come era concessa al Padre frà Diego di Silua Confessore di Sua Maestà; e perchè lui per certe cause si scusa di non potere accettare detto offizio, si commetta detto offizio al Vescouo di Lamego, cappellano maggiore di detto Signore Re, con la facoltà et autorità che era commesso al detto frà Diego, e con la forma del perdono e capitoli infrascritti, cioè:

Che a Vostra Santità piaccia ch'ogni persona di questa progenie Ebraica, quale furono battezzati e conuersi nella general conuersione, che in questi Regni e Dominii di Portogallo si fece, e d'allora in quà, tanto di quelli primi conuersi, come de loro discendenti, quali saranno abbitanti ò aueranno domicilio nelli Regni e Dominj di Sua Maestà al

[1] Consideretur qua misericordia amplectuntur quos ad fidem violenter conduxerunt.

tempo della prima publicazione, che si fara della bolla concedenda, et che in tali detti Regni e Dominj saranno presenti, e dentro del tempo della grazia [1], e quale l'Inquisitori assegnaranno conueniente, nel Vescouato, doue la tale persona sarà abbitante, acciochè le persone che si sentiranno colpeuoli vengano a chiedere perdono, quale uorrà a detti Inquisitori, ò a qualsiuoglia di loro, che a questo abbia autorità, chiedendoli perdono dell' Eresia ò apostasia della fede, che biastemon, senza che più sia obligato a chiedere all' Inquisitori, ò a qualsiuoglia de loro, specialmente li casi ò loro circostanze in che peccò, nè anche la quantità delle uolte che li tali eccessi commesse, sia ammesso alla riconciliazione e grembo della Santa Madre Chiesa, e perdonato dell' Eresia, apostasia, e biastema di qualsiuoglia qualità e grauità, che si sanno allora commesse, con questo, che prometta e quieti il tale, che chiederà perdono in presenza dell' Inquisitore, che d'allora innanzi uiverà come Cattolico Cristiano, et abiuri ogni Eresia, e si uada a confessare alli Sacerdoti, li quali saranno deputati dall' Inquisitori, che possano udire tali confessione segrete e sagramentali ; e, fatto questo, sia perdonato de tutti li eccessi sopradetti sin 'allora commesi, ancorchè lui chiederà il tale perdono a quel tempo sia publicamente infamato d'Eretico, apostata, e di giudaizare e biastemare, ed ancorchè li detti eccessi siano provati per Inquisizione generale ò speciale, altrimente con questo, che nessuno allora non sia stato accusato in giudizio ò messo in priggione per causa de detti ecessi, e delli eccessi di detta qualità commessi sino al detto tempo, in che si chiederà perdono, non potrà colui, che cosi sarà perdonato, dappoi in modo alcuno essere accusato, nè d'Inquisizione punito, ancorchè di detti eccessi costi in giudizio ò extra, per inquisitionem ò alias.

Item : a quelli, che chiederanno perdono, gli sarà concessa la riconciliazione con qualche leggiera penitenza arbitrio Inquisitoris [2], la qual sarà segreta ; et alli cosi perdonati resterà la loro robba, e saranno restituiti alli onori, dignità, Benefizj, Offizj, Priuilegj, esenzioni, cosi come se mai simili eccessi auessino commesso.

[1] Sic fit in hispania, et vocatur publice tempus gratiae illud ab Inquisitoribus assignatum ; et idem petunt fieri cum istis miseris, quibus divinum et humanum jus favet, ut clarum est.

[2] Volunt quod Inquisitores faciant, sed non Papa.

Item : alli confessori, che cosi saranno deputati, si concede facoltà di assoluer 'li tali, che a loro si confessaranno, de tutti li detti eccessi e censure ed anche scommuniche, in che fossero incorsi a jure uel ab homine per causa di detti eccessi, etiam che siano compresi in Bulla Coenae Domini ; e cosi ancora li possano udire di confessione, et assoluere delli altri peccati in foro conscientiae.

E se li prefati della Nazione Ebraica, che abbiteranno in detti Regni e Dominio al detto tempo, essendo per caso assenti al tempo della publicazione, che sarà fatta della detta bolla nel Vescovato dove il tale assente obbita, potranno godere di questa venia e benefizio, venendo dentro d'un 'anno a chiedere la detta venia nella predetta forma, computando l'anno dal dì della prima publicazione, che sarà fatta nel Vescouato doue è l'abitazione del assente.

Item : contra quelli, che sono già stati accusati ò incarcerati auanti, che chiedano venia nella forma sopradetta, si procederà prout de jure, e non potranno godere della forma di questo perdono ; e cosi ancora si procederà prout de jure contro quelli, che saranno colpeuoli nelli prefati eccessi, se, essendo presenti in questi Regni e Dominj di Sua Maestà, non vennero a chiedere perdono nel termine della grazia, che l'Inquisitori assegnaranno nelli Vescovati doue li colpevoli abbitaranno, al tempo della prima publicazione, che di questa Bolla si farà in detti Vescovati ; poiche solamente goderanno di questo benefizio di Venia quelli, che in questo primo tempo della grazia, quale si darà al tempo della prima publicazione della Bolla nelli detti Vescovati, chiederanno detta Venia, et ancora li assenti che dentro dell' anno veniranno a chiederla, come di sopra si è apieno dichiarato.

Item : quelli che chiederanno detta Venia e riconciliazione saranno scritti in un' libro, che si ordinarà a quest' effetto per il notaro ò scriba dell' Inquisizione con annotazione de loro nomi e delle terre doue abbitano, e del giorno, mese, et anno, nel quale chiedino perdono [1] ; la quale annotazione sarà sottoscritta per colui che chiederà il perdono, e per l'Inquisitore a chi si chiederà, e per due Persone Religiose di qualsiuoglia Ordine, ò Preti secolari, in presenza delli quali, senza più essere

[1] Judicialis Venia : quid ergo istis dabitur quod pietatem aliquam contineat ?

presenti, si chiederà la detta Venia e riconciliazione, e se concederanno a queste persone, cioè l'Inquisitore, notaro, e due Testimonj Religiosi ò Preti, che a tal atto saranno presenti, si commandi et imponga silenzio perpetuo sotto pena d iscommunica ipso facto incurrenda circa l'atto, eccetto se quelli che cosi fossero perdonati loro dicessero *(sic)* poi nelli eccessi sopradetti, essendo di quelli Inquisiti o accusati, perche allora potranno discoprire e dire come li tali già ebbero venia e furono riconciliati.

Con dichiarazione che questi, che cosi saranno perdonati e riconciliati, se dapoi commetterano crimine d'Eresia ò apostasia della fede saranno puniti secundum dispositionem et formam juris et justitiae [1].

Item : Vostra Santità conceda se qualcuno allegherà et affirmarà per certo che sia stato battezzato per forza precisa et assoluta, questo tale, uolendo al presente essere Cristiano e battezzato di sua libera volontà, sia battezzato ad cautelam, et gli siano perdonati tutti li errore passati d'eresia, apostasia e biastema ; e pur li tali non potranno esser 'promoti ad sacros Ordines intra decennium, da computarsi dal dì che saranno fatti Cristiani, e gli sarà la loro robba restata [2]. E non uolendo questi, che cosi proueranno la forza assoluta, esser' Cristiani, non saranno puniti tanquam haeretici, perche non si puo dire che mai fussero Cristiani ; mà, se li tali aueranno riceuuti li sagramenti della santa Chiesa, saranno puniti come sagrileghi et illusori delli sagramenti, e saranno dichiarati giudei.

Et in questa forma di perdono si usa con li sopradetti, che dalla Gente Ebraica discendono, di molta benignità e misericordia, e loro sono perdonati, e sodisfatta la Chiesa nel foro contencioso, e costa li colpeuoli chiedere perdono, e torsi via l'occasione de confessioni fitte, e perdonarsi a quelli che chiedono perdono, e non a quelli che non lo chiedono. Item : restano li perdonati con timore di tornare a reincidere nelli eccessi sopradetti ed essere puniti tanquam relassi [3], Onde andaranno

[1] Ut relapsi puniantur : ergo veniae concessio ac petitio pro condemnatione quoad primum delictum habetur, quo nil crudelius.

[2] Quibus favoribus etiam praecisè conuersos attrahunt ad fidem, et hic approbant praecisam violentiam ; si enim hoc sic esse non scirent utique etiam istud non concessissent.

[3] Videte istorum intentionem, licet alias supra proximè dixerant ut iusta formam juris punirentur.

piu ritenuti, e uiueranno più correttamente e con manco pericolo della vita e dell' anima, e senza scandalo delli Cristiani che iui sono.

Item: concedasi facoltà all' Inquisitor principale che le persone qualificate secondo la forma della bolla dell' Inquisizione concessa a fra Diego [1], che lui deputarà Inquisitorj, gli possa commettere l'Inquisizione in toto uel in parte, riseruando a se qualche capitolo come sententiae difinitiuè condemnatione, et similia ad eius placitum.

Item: che possa detto Inquisitore principale riuocare detti Inquisitori per lui deputati, in totum uel in parte, ad eius libitum et negotiis et causis caeptis a tempo della riuocazione.

Item: che li Commissarj e deputati Inquisitori per detto Inquisitore principale possano essere non solamente licenziati in Theologia, uel in altero jurium, ma ancora Baccalarii, attento che il Baccalariato in Spagna è grado, e non si concede senon à chi ha studiato cinque o sette anni, secondo le costituzioni dell' Uniuersità; Perche sarà difficile cosa trouarsi tanti Maestri e Dottori qualificati per questo negozio, quanti saranno necessarj, che in queste bande si fanno manco Dottori per causa della gran spesa, che si fà ad ascendere il tal grado.

Item: concedasi che detto Inquisitore principale e li deputati possino condannare et assoluere finaliter, e mettere a tortura, e condannare a carcere perpetuo e temporale, e procedere ad traditionem Curiae Saecularis, et ogn' altr' offizio dell' Inquisizione, e seguire senza richiedere l'Ordinarj, e senza dargli parte nè altrimente communicare con loro li Processi; e derogarsi alla Clementina prima de haereticis, et quicumque alteri Juri in questo caso [2].

Item: che tantoche qualunque dell' Inquisitori communicarà procedere in qualsiuoglia caso d'Eresia, Apostasia, Biastema con li Ordinarii, non possano più di tal caso conoscere nè intromettersi [3], e derogarsi alla disposizione del testo in capitulo per hoc, de hereticis, lib. 6.°

Item: concedasi che si proceda per detto Inquisitore e commissarii

[1] Erga Inquisitionem petitam a Rege seu Inquisitoribus, ubi clarè constat quanta ferocitate in istos miseros eleventur, quando jura contra illos violari petierunt.

[2] Petunt jura communia violari in hoc: quid turpius, cum istorum miserorum favore sunt jura mutanda et reuocanda, ut clarum est et fuit decisum in consiliis Bononien. ad longum?

[3] Contra jus commune.

appellatione remota et ab interlocutoriis sententiis [1], perche, potendosi appellare delli interlocutori, non si potrebbe con tanta appellazione far giustizia.

Item: che detto Inquisitore principale [2] possa avvocare a se tutte le cause delli detti eccessi, che nelli Regni e Dominii di Sua Maestà penderanno auanti qualsiuoglia giudice Ecclesiastico e Ordinarii, etiam Episcopis, Archiepiscopis, ac Delegatis, etiam si sint Delegati Papae, aut Nuntii uel Legati de Latere, ancora che dette cause pendano auanti li detti Nunzj e Legati, in qualunque punto e stato che dette cause si troveranno, dummodo non siano finite per sentenza. Et nihilominus non potrà auocare a se le cause, che sopra detti eccessi penderanno auante li Prouisori e Vicarj ed Espeditori delle Prelazie e Case del Cardinale Infante, e dell' Infante D. Enrico, fratelli di Sua Maestà, [3] per loro auere in simili Officii persone di tanto credito e lettere, delle quali sicuramente si possono dette cause confidare [4].

Item: che l'Inquisitori principali e deputati possino assoluere qualunque scommunica e sentenza e censure promulgate a jure vel ab homine, etiam in Bulla Coenae Domini, incorse per cause de detti eccessi, e dispensare sopra l'irregolarità incorsa per li tali scommunicati per auersi intromessi et ingieriti negl' officj diuini, essendo scommunicati e sospesi ed interdetti per causa de detti eccessi commessi.

Item: che possino chiamare un' sol Vescouo, ancorache non sia Ordinario della Diocesi, per deponere e degradare verbalmente et attualmente quelli, che saranno condannati per Eretici, che saranno Preti, tam promoti ad minores quam ad sacros et etiam Praesbyteratus Ordines, nelli casi che saranno deponendi et degradandi. Il qual Vescouo per loro chiamato possa fare detta deposizione e degradazione, etiam attuale, con due Religiosi di qualsiuoglia Ordine, ò vero Preti Secolari costituti in

[1] Contra jus commune.

[2] Quare magis de Inquisitoribus quam de Legatis, etiam de latere, est confidendum? et quod dicimus est quod causae jam instructae coram aliis Judicibus et de latere Legatis ab illis auocantur, quo nil injustius.

[3] Quidem sunt cum Rege.

[4] Alii ergo, etiam Nuntii apostolici, ac etiam Legati de Latere, talibus personis carent, nec de illis est confidendum: quid turpius dici potest?

dignità [1], perche sarebbe molto difficile farsi *per* il Vescovo Ordinario, et auersi da congregare più d'un' Vescouo insieme.

Item: che l'Inquisitori deputati possano fare publiche riconciliazioni et assoluzioni con le solennità giuridiche, senza alli tali atti richiedere il Vescouo Ordinario, nè altro Vescovo.

Item: che l'Inquisizione principale possa punire e castigare come sarà di raggione l'Inquisitori, e qualunque altri Officiali dell' Inquisizione, che delinqueranno ò mancaranno nelli loro officj, ò che faranno quello che non deuono, secondo le loro colpe e demeriti, ancorche li tali Inquisitori et Officiali siano religiosi e esenti di qualsiuoglia ordine, etiam delli mendicanti, non ostante qualunque Priuilegio et essenzione; e cosi ancora possa compellere a religiosi de qualunque Ordine, ancorachè siano detti mendicanti, ad accettare l'Offizio d'Inquisitore, se gli pareranno atti, etiam senza licenza del Prelato, uel petita licet non obtenta.

Item: si supplica la Santità Vostra a concedere questa Bolla con clausole derogatorie, che deroghino e reuochino latissime et plenarie qualunque Bolla, Lettere e Priuilegj, che all' effeto e forma di questa possa impedire, in toto uel in parte et in specie, la Bolla di perdono [2], che Vostra Santità concesse sub Data sexto Idus Aprilis, anno Incarnationis Dominicae 1533, Pontificatus sui anno decimo, e la Bolla della sospensione, per la quale sospese l'Inquisizione, che prima concesse in questi Regni, e qualunque altra bolla ò lettere. Quibus caeterisque contrariis et Priuilegiis latissime derogetur [3].

[1] Nominem volunt, etiam de dictis Regnis, qui eorum negotiis secum assistat: mirandum est, quia qui bona facit non odit lucem.

[2] Petunt derogari Veniae.

[3] *Cópia na* Bibliotheca d'Ajuda. Symmicta, Tom. XXX. p. 366. *Documento n.° 15, junto ao Memorial dos Christãos novos, de 1544, que publicaremos no logar competente.*

Resposta ás allegações antecedentes.

RESPONSIONES AD RATIONES PRAECEDENTES (*a*).

Cum superioribus annis, postulante Serenissimo Johanne Rege Portugalliae, Sanctissimus Dominus Noster Clemens Septimus Inquisitionis Bullam adversus illos concessisset, qui a 35 annis citra in eius Regnis fuerant baptizati, quod celebris esset rumor et fama plerosque ex eis, Christianae Religionis specie profitentes, veteribus adhuc Patrum superstitionibus teneri; ac non multo post ex litteris et sermone multorum ad aures Suae Sanctitatis peruenisset neminem fere ex agente *(al.* ex ea gente) ad Christi Religionem sua sponte et Dei timore perculsum peruenisse, sed partim uiolenter ad Sacri Baptismatis fontes pertractos fuisse, partim imminentium poenarum direptionis bonorum ac filiorum distractionis metu compulsos ad eosdem accessisse; Quodque miserabilius et a Christiana pietate alienius Suae Sanctitati visum est nullam deinceps per huius Regni Prelatos Principes singularem (ut par erat) curam habitam fuisse ut isti, opportunis hominum doctrina fidei et sermonis suauitate praestantium sermonibus atque adhortationibus persuasi, illud aliquando per Dei Misericordiam velle inciperent, Quod initio conuersionis se voluisse simulauerant, Quodque temporalium damnorum metu ficta mente susceperant, id aeternae Beatitudinis expectatione ex animo retinere et amare assuescerent, conuertit hic rumor Sanctitatis suae animum in huius gentis causam diligentius perpendendam, ne fortasse, ipso auctore et sub Religionis specie, in eos acerbius saeuiretur quam humanitas et Christiana mansuetudo ac Lex denique diuina paterentur.

(*a*) *Veja-se o que dizemos a pag.* 11 *do presente volume; e advirta-se mais que, além de rectificarmos a pontuação, empregamos as commas para indicar os textos citados no corpo do documento. Quanto ás notas, que estão quasi indecifraveis nas margens da* Symmicta, *procurámos, até onde nos foi possivel, tornal-as mais claras acrescentando em italico tudo o que nos pareceu necessario para esse fim, e mettendo em parenthesis as correcções ou additamentos, que nos occorreram.*

Quare, cum certior primum de his omnibus fieri voluisset, eaque uti dicebantur uera fuisse pro comperto habuisset, Illico saluti, pro qua sciebat Jesum Christum, Dei filium, acerbissimam Crucis mortem subire voluisse, maturiore consilio prouidendum esse censuit. Ac primo sacuientis iamdudum in eos Inquisitionis gladium, ne pietatis nomine impie in hanc miseram Gentem grassaretur, tantisper in christianae charitatis vagina recondendum esse putauit, Dum idem sibi honestius et majore cum fructu in eos distringi posse videretur, Nihil scilicet magis a Christi Doctrina, et professione alienum esse intelligens, quam quod aliqui ad eum violenter pertrahantur, Tum quod ita pertracti, uel alio etiam quouismodo ad eum uenientes, suppliciorum terroribus prius cogantur quam salutari doctrinae verbo docti crebrisque sermonibus ad tollendum lubenti animo uerae pietatis jugum fuerint adhortati. Nam, si hoc gentium Philosophi [1], solo naturae lumine perfusi, cognouerunt impium esse ac tirannicum inuitos homines ad humanarum legum obseruantiam cogere, priusquam fuerint persuasi, illis omnino, cum honestatis tum vtilitatis causa, parendum esse, Hoc certe dissimulare non debuit christianae professionis Princeps, in qua nihil non mite, non placidum, non mansuetum praecipitur, nihil quod a caritate et dilectione alienum sit comprobatur, Praesertim cum hoc sanctissimi viri, quorum sapientia vniuersa regitur Ecclesia, plerisque in locis [2] testatum reliquerint improbe cuiusdam dominationis argumentum esse suppliciis homines terrere, priusquam doceantur, et ad Domini Seruum Ecclesiae praefectum pertinere placidum erga omnes esse, propensum ad docendum malos cum mansuetudine toleranter, eosque erudientem, qui obsistunt, si quando det illis Deus poenitentiam ad agnoscendum veritatem et resipiscant e diaboli laqueo, Tum denique curare ipsum opportere, non tam ut delinquentes coerceantur, quam ut meliores efficiantur, quos emendandos sibi diuina prouidentia commiserit.

Huic vero Lusitanorum Pastorum negligentiae illud etiam accessisse intellexerat quod ipsi, Regum suorum promissa sequentes, hanc gentem ab omni ecclesiasticae correctionis metu per multos annos liberassent, quod sane indiscrete nimis et contra christianae disciplinae factum fuisse

[1] Plato in primo de Legibus.

[2] Augustinus Vincentio Epistola 48 et Donato... Epistola 127 — Paulus ad Timotheum 2.ª, cap. 3 — Chrisostomus. De sacerdotio lib. 2 cap. 3 — Ad Vincul. Ep. 48.

animadvertit, cum hac ratione sublato cum sanioris doctrinae cultu, Tum seuerae correctionis metu nimis ampla miseris hominibus ad peccandum via fuerit patefacta, quibus potius fuerat prouidendum (Sancto Augustino credimus) ut eodem tempore lux veritatis ab eorum cordibus errorum tenebras expelleret, et male consuetudinis vincula uis timoris obrumperet.

Illud praeterea non parum Sanctitatis Suae animum commouit, cum intellexit quod si contra hanc gentem praeteriti temporis errores, quo parum adhuc in fide erant confirmati, seuerius cognosci atque uindicari permitteret, facile fieri posset ut multi, non solum ex his qui se Reos esse intelligunt, sed ex hiis etiam qui minime harum scelerum sibi conscii sunt, uel poenae uel infamiae metu perterriti (quod ingenti inter alios Christianos inuidia se flagrare intelligunt), vel tam seuera suorum supplicia cernere non ualentes, ad Turchas, quod non paucos hactenus fecisse compertum est, essent transituri. Quare, etsi praedictae rationes cessarent, eos tamen mitius tractandos cognouit, ne vel mali in deterius desperatione adducti laberentur, uel bonis etiam tam enormis scandali occasio relinqueretur [1]. Aduertit postremo Sua Sanctitas ecclesiasticam mansuetudinem eos semper aliter tractasse, qui, cum semel illam deseruissent, poenitentia ducti ad eam iterum redire desiderarent, aliter eos, qui nunc primum ejus pacem acciperent et cum ea uniri postularent; illos, ut inquit Augustinus, vehementius humiliando; istos leuius suscipiendo; utrosque tamen diligendo, et vtrisque sanandis materna charitate seruiendo. Quamobrem initio nascentis Ecclesiae multa per Apostolos ob conuersorum infirmitatem illis donata fuisse sciebat, Tum sequentibus etiam temporibus per eius Predecessores multo clementius cum iis actum fuisse non ignorabat quam seuerior Ecclesiae disciplina pateretur.

Ac si illi tanta mansuetudine dignos esse eos existimabant, qui nuper sua sponte se christianae legi obligassent, certe multo clementius cum iis agendum esse putauit sanctitas sua, qui violenter ad eam suscipien-

[1] *Cap.* De iis (*al.* De his) (*Causa*) 26, *questio* 7—*Cap.* ut constitueretur I. (*al.* L.) Dist*inctio* — Jo. II Sede 9 c. 8 ac 1 ad Vicen. Ep. ast. cap. XVI (*sic*) — *Cap.* Si. De diuor*tiis (Decretal. Greg. Lib. IV, Tit.* 19) —*Cap. Qui* sincera XLIIII (*al.* XLV), Distinc*tio* — *Cap.* Quaedam (*Causa*) 35, *questio* II et III — *Cap.* Deus qui. De poeni*tentiis* et remissio*nibus (Decretal. Greg. Lib. V, Tit. 38).*

dam coacti fuissent, cum et humanae leges hoc uelint ut multo humanius cum illis agatur, qui necessario, quam qui sua sponte se ipsos obligauerint, et Pontificum etiam ac Sanctorum Patrum decreta statuant longe leuiora esse peccata, quae justo metu coactus quispiam perpetrauerit [1], Illud secum subinde reputans nihil esse quod istis imputari posset nisi semel baptismatis unda aspersi Christiani deinceps religionem mentiti fuissent; Hoc autem eos initio per vim metumque fecisse, et eius causa valde probabile esse ipsos eandem prefessionem ficta mente perpetuo simulasse.

Quibus ex causis jure merito istorum infirmitatem sustinendam potius quam desperandam esse animaduertentes, memor quod aliquando diuina bonitas ipsi etiam Petro adhuc infirmo dixerit «modo me sequi non potes: sequeris autem postea», nihil Deo gratius, nihil Ecclesiae Suae Salubrius fieri posse existimauit, quam si huic genti praeteriti temporis errores, in quos fere ob Pastorum suorum negligentiam incurrisset, dimitterentur, et ipsi temporalis poenae metu liberi ad suauissimum Christi iugum alacrius promptiusque ferendum inuitarentur [2], ac ita im posterum illorum vitae prouideretur, ut, cum non esset amplius cui isti futuros errores quam suae ipsorum perfidiae imputare possent, inexcusabiliter se deinceps peccaturos esse cognosceretur.

Quare summa ratione [3] seruandam potius hanc gentem quam oppugnandam esse existimans, eius exemplum imitari uoluit, cuius vices in terris gerere se nouit, qui rogantibus discipulis ut samaritanos coelesti flamma consumi paterentur, quia illum non receperant, ea ratione illos increpauit quod se ad saluandas, non ad perdendas animas venisse, diceret melius esse si illos existimans tolerasset, dum ipso praedicante conuerterentur, quam si caecorum adhuc et ignorantium animas simul cum

[1] *Lex* Fideiussor § quam necessarium *(sic)*, Digest., Qui satis*dare* co*gantur* — *Lex* Si dictis *(al.* dictum*)* § Si compromissero, Digest., De evict*ionibus* — Bal*dus* in *Lege* Eos § Cautione (?) *Cod.* De app*ellationibus* — Ancha*rano* Consil. CLVIII — *Cap.* Sacris. *De his* quod (*al.* quae vi) met*usve* caus*sa* (*Decret. Greg. Liv. I, Tit. XL. Cap. V*). — *Cap.* Siquis coactus (*Causa*) 22, quest. V. ubi Glos*sa*, et Cap. IXV qui VI (*sic*).

[2] Glossa et Doct*ores* in *Lege* Multum interest, Digest., De Verb*orum* oblig*ationibus* — Doc*tores* in *Cap.* Multorum (*Decret. Greg. Liv. V. Tit. VI*) De Judaeis.

[3] Doct*ores* in plerisque locis, quos refert Dec*ius* in *Lege* In omnibus, Digest. De reg*ulis* jur*is*, et in Consil*io* CCXIX — Joann*es* (*Evang. Cap.*) XIII — Aug*ustinus*, De moribus Eccl*esiae* Catholi*cae*, lib. I *cap.* I.

corporibus perdidisset. Quamobrem, si eius benignitatem erga hanc gentem sequi uoluit sua sanctitas (vegentibus praesertim supradictis rationibus), quis digne potest illam repraehendere, uel potius, si id non fecisset, quis non summa ratione illam posset incusare, Cum sciamus in qua re Pater familias sit largus, in ea minime decere tenacem esse dispensatorem [1] ?

Veruntamen, cum nuper idem Rex Serenissimus, per oratorem suum ad hoc destinatum, Sanctitati Suae significauerit non satis aequam sibi visum fuisse praedictae remissionis bullam, quod ex eius tenore multa aduersus Christi gloriam inconuenientia profectura esse videantur, et ea ratione alterius tenoris veniam per Suam Sanctitatem concedendam transmiserit, censuit ipsa (id quod de scandalo et sincero Regis animo credendum est) satis se eius intentionem facturam esse, si illi ostenderet quam male fuerit de concessionis suae justitia et aequitate sua persuasus ab iis fortasse, qui nimiae seueritatis studio justitiae opinionem apud eum consequi affectant. Quare constituit Sua Sanctitas ut ad obiecta, praesertim quae Regiis Oratoribus ualidiora esse uiderentur, quam breuius fieri posset, responderetur.

Dum itaque ipsi ex postulationum suarum initio praecipuum huius veniae fundamentum subuertere conantur, affirmantes satis longum temporis spatium ab omni etiam Inquisitionis metu una cum hominibus istis fuisse relictum, quo instrui et in fide confirmari poterant, nisi ipsi et temporis opportunitate et Regis benignitate abuti maluissent, faciunt ut eorum etiam testimonio et auctoritate Sua Sanctitas pro comperto habeat illud, quod ex certis aliorum sermonibus iam pridem acceperat. Nam, obsecro, ii, qui alienam Religionem simul cum lacte imbiberant, in eaque tot annos otiose consenuerant, qui nuper in nostram inuiti ac nolentes nomen dederant, Judaei praesertim, gens maxime omnium Religionis suae tenax, fuerint in sua potestate relinquendi, an uellent edoceri et in Christiana disciplina erudiri? Num preterea satis ad eosdem in fide confirmandos illis uideri debueris concionatoris cuiuscunque in circumfusum vulgus clamantis vox et oratio, non sola plebanorum observatio, et ad sa-

[1] Luca (*Evang.*) cap. IX—*Cap.* Quid faciet, in fine, et *cap.* Seru (?) (*Causa*) 23, *quest.* 4 — *Cap.* Alligant (*Causa*) 26, *quest.* 7.

cras solemnesque caeremonias statis diebus conuocatio [1]? Num sacerdotis cuiuscunque, dum eorum confessiones audit, vulgaris admonitio, ac denique nũ. *(sic)* quaeuis Oratio, qua de religione et fide ageretur, ad hanc rem satis commoda videri debuit et opportuna? Non certe ita nos docuere Sanctissimi illi Patres, quorum doctrina et sanctitate vniuersa illustratur Ecclesia, quorum sententiis initio non fuerat in hac gente correctionis terror omnino tollendus; sed, habita diligenti cura ut salutaribus isti praeceptionibus erudirentur [2], permittendum erat ut seueritatis timor Doctorem veritatis adiuvaret. Doctoris namque spiritualibus ex omni Regni finitimisque Prouinciis erant colligendi, qui fraterna charitate et in spiritu veritatis auersos conciliarent, dubios confirmarent, infirmos ac debiles cum rationibus tum exemplis monendo atquè adhortando erigerent, in eoque operam omnem sibi ponendam esse intelligerent, ut quod inuiti et nolentes semel isti susceperant, id per Dei misericordiam libenti et non ficto animo retinerent, scientes non omnem qui de religione est sermonem continuo istorum auribus esse inculcandum, Sed Apostoli exemplo infirmioribus et paruulis lac infundendum esse, caeteros pro cuiusque captu validiore cibo esse pascendos [3]. Idque (ut ab eodem Apostolo dictum est) non indoctis humanae Sapientiae verbis (quod fere nostri temporis concionatores faciunt [4]); sed in doctrina spiritus, qui omnem veritatem docet, non suis vanis honoribus et inani laudi consulentes, sed eorum saluti, qui divina prouidentia in Religionis nostrae societatem pertracti fuerant, et animo et charitate non ficta consulentes [5]. Hoc namque pacto misero huic et imbellico Gregi nondum certi Pastoris vocem cognoscenti, christiano more consultum fuisse, de quo certe nunc ualde uerendum est, ne, cum ante Supremi Judicis tribunal constituti fuerimus, perditum se ab illis et proditum non seruatum fuisse conqueratur, per quos factus est ut et legem suam desuerint, et nullum in hac nostra quietis et salutis portum inuenerit *(sic)*.

[1] Aug*ustinus* ad Six*tum* presby*terum* (*Epist.*) CII. CIIII, et ad Festum Epi*st.* CLXVII.

[2] Aug*ustinus*, De Doc*trina* Christi*ana*, l*ib. 4 cap. 4*.

[3] Ad Hebra*eos* V, ad Corint*hios* I cap. II.

[4] Jo. XVI. (*sic*).

[5] Aug*ustinus* in lib. de Vera Religi*one cap.* 28.

Nam si hoc quotidie nos vsu uenire videmus, ut oculorum nostrorum acies vehementer conturbetur cum ex tenebris in apertae lucis locum prodimus, illud certe regionis huius Pastores et Principes cogitare debuerant quod, cum ex profundissimis mosaicae Legis tenebris hunc pusillum Gregem somniculosum plane, et nihil tale cogitantem, in splendidissimam Euangelicae Lucis claritatem coegissent, fore necessario ut singulorum oculi ad hunc splendorem insueti diuturnius essent caligaturi, et hac ratione valde difficile iis fore per hanc lucem sua sponte suisque pedibus ingredi; sed partim, longius pedem promouere non audentes, in eo, quo insistebant, gradu esse permansuros, partim, promptiore animo incedere uolentes, ad unumquemque Lapidem probabiliter offensuros esse et frequentissime caesuros, multo plures novitate rei preterritos in vmbrae et caliginis suae locum esse relapsuros. Quare non statim illos sine certo custode relinquendos, et cuiuscumque mercenarii, quem sors obtulisset, curae dimittendos fuisse. Sui ergo Pastores illi erant constituendi homines certi, quorum ii vocem audire assuescerent, qui eos manu ducerent, et quandoque a tergo altius inclamantes, vel flagelli sonitu perterrentes, in Gregem cogerent, nonnullos imbecilliores humeris sibi imponentes, Dominici Pastoris exemplo, in tuto collocarent [1]. Quae omnia, cum omni non praetermissa vel minore quam par esset diligentia fuerint obseruata, credamus hunc Gregem in eo etiam nunc loco esse, quo tum erat cum primum in hanc lucis Semitam fuit pertractus, et cogitemus quam sit probabile, si passa esset Sua Sanctitas ut ipse lucis adhuc impatiens verberibus et minis cogeretur apertis oculis aduersus solis radios ambulare, quod doloris impatientia victus in obuias rupes et aviae quaecumque praecipitem se dedisset, ac eius demum salus cum de manibus suis requireretur merito ipsa una cum Rege Regnique huius Pastoribus tam importune seueritatis ratione Deo fuisset redditura.

Caeterum, ut propius ad ea descendamus, quae aduersus praesentis bullae tenorem ex parte Regis obiecta fuere, principio dum valde inconveniens isti et diuinae etiam legi contrarium esse existimant quod illis etiam, qui per vim praecisam baptizati fuere, cum inter Christianos non sint nec haberi debeant, haec venia sub conditione sacramentalis confessionis fuerit data; Tum quia sacramentum inter eos nullum esse potest;

[1] Luca (*Evang. cap.*) XV.

Tum quod hoc pacto ipsi perpetuo sub hac Christi nominis simulatione delitescent, cum minime constitutum sit quomodo eorum status sit Ecclesiae manifestandus; merito illud sapientis dictum ipsis obiicere possumus: « antequam scruteris non repraehendas: intellige prius, et tunc increpa» [1].

Conditionem namque sacramentalis confessionis, etsi optima ratione Sua Sanctitas huic veniae adiecerit, de qua infra dicetur; tamen ad eam illos solos inuitauit, qui huius beneficio Sacrosanctae Ecclesiae reconciliari voluissent, sciens fore omnino ut id omnes vellent, qui possent, neminem autem non posse, nisi qui Religionis nostrae nunquam participes fuissent. Huic autem hominum generi (siqui sunt in hac Gente) isti uidere poterant Sanctitatem Suam prudentissime prouidisse cum statim (*al.* statuit) ut qui hanc veniam, sub illis scilicet conditionibus, quibus data est, accipere uoluissent, iis liceret Sanctitatis Suae Nuntium adire, ac illi tuto omnis vitae ac status sui rationem reddere, illud aperte significans quod, acceptis ab eodem singulorum excusationibus, cogitabat opportuno remedio futurae eorum vitae prouidere.

Quid vero aliud tam in animo Sanctitatem suam habuisse credendum est quando, sublato omni suppliciorum et infamiae metu, aditum istis patefecit, quo secure possent animis sensa et status sui conditionem eius Nuntio aperire, nisi ut ipsa, cognitis singulorum causis, alios (si ita res tulisset) ab Ecclesia incolumes et saluis rebus dimittendos; cogendos alios ad eam, quam semel susceperant, professionem retinendam; alios fortasse ad nouum regenerationis lauacrum admittendos esse, judicaret? Quod certe non alia ratione unquam fieri potuisse sciebat, nisi hanc Gentem, omnium (ut scimus) suspiciosissimam, hoc pacto in suam fidem se recepturam esse spopondisset.

Quod si fortasse aliqui fuerint ita perfida mente et confidenti animo, ut, spero (*al.* spreta) tam salutari remedio, malint etiam christianam pietatem mentiri, et inter nos oblata impunitatis occasione delitescere, non erit propterea Sanctitatis Suae consilium repraehendendum, Sicut nemo sanae mentis ideo negligendam esse medicinam dixerit quod aliquorum (ut inquit Augustinus [2]) sit insanabilis morbus et pestilentia; nulla

[1] *Cap.* Eorum (*Causa*) X (*al. XI*), *questio* III.

[2] Ad Vincen*tium* presby*terum* Epi*st.* XLVIII, *et* in *lib.* I de Libe*ro* arb*itrio*, *cap.* ul*timo*.

namque in rebus est culpa (ut ab eodem dictum est) Sed qui oblatis optimis rebus abuti malunt, ii soli culpandi sunt atque redarguendi : quo plura etiam non multo post dicenda sunt.

Alterum est quod istis graue et a christiana disciplina valde alienum esse uidetur quod illis, qui ex hac gente occulte hactenus in perfidia sua perstiterunt, venia concedatur sub sola sacramentalis confessionis conditione, Hinc fore suspicantes quod iidem ipsi nunquam id genus peccata *(sic)* proprio sacerdoti confitebuntur, Atque ita eueniet ut, cum neque Deo neque Ecclesiae satisfecerint, praesentis tamen veniae gratiam, et consequenter magnam in iis erroribus persistendi securitatem consequantur. Quare illud in primis a Sanctitate Sua obtinere contendunt ut eos cogat occultius huiusmodi errores certo Inquisitori, duobus adhibitis testibus et notario, generatim saltem confiteri, quo scilicet et praesenti confusione admoniti et metu futurae relapsorum poenae perterriti, quam Regii Oratores illis omnino statuendam esse contendunt, etsi hoc in litteris omnino non sit expressum, diligentius caueant ne in eandem im posterum perfidiam relabantur. Quibus ita respondetur : Quod cum Sua Sanctitas statuisset hanc gentem paterna pietate, non modo a praesentis, sed a futurae etiam vitae poenis liberare, sciebat quod ad hanc remissionem sacramentalis confessionis necessitas erat omnino illis iniungenda, licet iis, qui parum digne illam adimpleuissent, nihil omnino esset profutura. Quod uero ad Ecclesiae vindictam attinet, etsi cuperet Sua Sanctitas quod isti eodem Sanctae Confessionis medio prius diuinae Maiestati conciliarentur quam huius poenae veniam consequerentur, et hac ratione eius remissioni eandem etiam confessionis conditionem adiicerit ; Tamen, etsi nondum ipsi ob nequitiam uel desidiam suam diuinam pacem consequi meruissent, temporalem omnino praeteritorum delictorum poenam illis donandam esse iudicauit. Tum ne (ut supra dictum est) prius ipsi seuerae Inquisitionis gladium experirentur quam Christianae Religionis diligentiam atque mansuetudinem cognouissent, ne ut prius contemptae Religionis, quam inuiti et nolentes susceperunt, poenas darent quam intelligerent : Qua ratione ipsos credere oporteret eam minime contemnendam esse. Tum quia, etsi aliqui ex hoc populo sint adhuc a pietatis nostrae cultu alieni, probabile tamen est quod ii se ipsos sint correcturi, cum ad metum, quem iam ipsi ex nonnullorum suppliciis conceperunt, addita fuerit Christianae mansuetudinis disciplina : Quo casu sustinendam omnino esse judiciorum

seueritatem, et poenam de aliquibus sumptam ad aliorum correctionem satis esse putandam, sapientes nostri Viri Sanctissimi iudicauerunt [1]. Postremo, quia cum mali a bonis humano judicio secerni non possunt, iidem viri sapientes et sancti, diuino praecepto admoniti, statuerunt vindictae disciplinam esse omnino remittendam, quod etiam recipiendum esse putarunt. Cum aduersus malos citra aliorum scandalum ultionis gladius non potest exerceri: Quod hic plano contingeret, si aduersus praedictas rationes ii, qui piae mentis sunt, tam indiscrete et crudeliter alios vexari conspicerent.

Jam vero, quod illa coram testibus confitendi necessitas Sanctitati Suae visa non fuerit, neque uideatur istis esse imponenda, multae rationes effecerunt. Nam primo animaduertit [2] hanc conditionem ne iis quidem, qui ob vehementem suspicionem inquisiti aut accusati fuerint, ab Ecclesia fuisse impositam; sed tantummodo se ipsos defendendi atque purgandi necessitatem summa ratione illis fuisse iniunctam. Quare multo minus illam iis imponendam esse iudicauit, qui nec tali suspicione sunt notati, ut ad purgationis defensionem sint compellendi.

Sciebat item scriptum esse quod in Ecclesia occulta peccata vindictam non habent, quodque eorum solus Deus sit cognitor et vindex; istos autem hoc pacto sua confiteri non posse sine graui confusionis et infamiae suae poena [3]. Quamobrem indigne nimis erratorum illorum poenam Ecclesiam esse sumpturam, Sua Sanctitas, quae diuino tantum sunt reseruata judicio, cum scriptum sit «quae manifesta sunt vobis, quae autem occulta sunt Domino Deo vestro» [4], Item non potest humano condemnari examine, quem Deus suo reseruauit judicio; Si enim, ut ille inquit, omnia in hoc saeculo uindicata essent, locum diuina judicia non haberent.

Praeterea, cum sciret poenam secundum diuinam et humanam jus-

[1] Tho. II sedem q. CVIII ar. I C. Guilisarius (*sic*) — Quid autem (*Causa*) 24, *quest.* 3 — Aug*ustinus* in 3 *cap.* contra Parmei*anum*, *et* alibi saepe; et habetur in *cap.* Quidam et seq. (*Causa*) 23, *quest.* 4.

[2] C. Amiratus in princ. debere in VII (*sic*).

[3] *Cap.* Christiana (*Causa*) 22 (*al.* 32), *quest.* 5 — *Cap.* Erubescant, 32 Dist*inctio* — Aug*ustinus* ad clerum Hippo*nensem* Epi*st.* CXXXVII — Alex. PP. in c. 9. 5. q. 6 (*sic*).

[4] (*Deuteron. cap. XXIX*).

titiam delicto esse commensurandam, neque plus ab aliquo reposcendum esse quam quod debet, periniquum sibi videbatur eos cogere ut confessione Ecclesiae satisfacerent, qui illam minime offendissent, occulta namque peccata neminem, nec facto nec exemplo, ledere manifestum est.

Sciebat etiam Sua Sanctitas longe grauius esse, et ad aeternam damnationem efficacius, quod viro malo, vel indigne, diuina sacramenta darentur, vel scienter falso juramento obligari permitteretur; quodque Ecclesiae mansuetudo scelera eius multa esse pateretur, Quare cum Ecclesiae Statutis contineatur quod illi potius sacramenta ministrentur, et petenti purgationis juramentum deferatur [1], quodque ea denegando, Sciens Sacerdos aut Judex delictum eius, Alioquin occultum patefaciat ; multo fortius censuit Sua Sanctitas occultis haereticis temporalem poenam, quae omnino ex causis supradictis illis erat dimittenda, gratis potius, et cum aliquo etiam eorum salutis periculo, esse donandam, quam ea conditione illos cogere ut se ipsos accusarent atque patefacerent.

Non referam pleraque alia, quae per Suam Sanctitatem fuerunt animaduersa illud *(sic)*, quae praesertim quod hac conditione piis hominibus, qui inter hos esse reperiuntur, cum neque illos errores, quos nunquam admisissent, de se mentiri fas esse, neque tutum eosdem non esse mentitos, nunquam ipsos a praeteriti temporis vexatione securos esse contingeret. Nam, ut taceamus, neminem inter eos esse tanta Religione, tanquam (*al.* tamque) pura et sincera mente ac vita, qui non calumniosae accusationis discrimen et infamiam vehementer pertimescat, ob cognitionem uidelicet, et ingenti etiam suo malo iam pridem perspectum populorum huius Regionis adversus se odium, fateamur nonnullos reperiri posse, qui aliqua, vel initio retenta, uel in partibus suis animaduersa Religioni nostrae contrarie ignoranter, potius quam perfide animo perpetrauerint, et ab his, uel iam pridem ipsi fortasse abstinuerint, uel facile, si paulo diligentius quam hactenus factum est admoniti fuerint, obtinere possunt, de his certe ipsi hoc pacto cum summo et famae et vitae suae periculo perpetuo accusari possent, quo nihil iniquius et a nostra pietate alienius.

Caeterum dum isti etiam illud cupere se dicunt, quod occulta isto-

[1] *Cap.* Non prohibeat. De Con*secratione*, Dis*tinctio* II — Glos*sa* in *cap.* finale (*Causa*) XV, *quest.* V— Archi*diaconus* in *cap.* Ille (*Causa*) 22, *quest.* 5.

rum peccata sic illis possint imputari, ut im posterum Relapsorum poena teneantur [1], certe acerbe nimis, ne dicam crudeliter, aduersus hanc gentem se animatos esse ostendunt. Nam multo grauius hoc pacto per Suam Sanctitatem puniri eos contingeret, quam canonicis sanctionibus constitutum sit, quibus hac eadem conditione illis etiam, quorum scelera in judicio fuerint patefacta, quique etiam damnati fuerint, temporales poenae remittuntur, et tamen iidem (*al.* iisdem?) Sanctorum Patrum decretis continetur multo mitius cum iis, qui ultra peccata sua fuerint confessi, quam cum depraehensis aut conuictis, agi opportere.

Quibus accidit quod, cum isti relapsorum poena teneri non possint, nisi statuamus delicta praeterita per ipsos patefacta sibi omnino esse imputanda, mirum est certe quod hoc audeat Lusitanorum Ecclesia postulare, cuius negligentiam, illegitime (*al.* illegitimae) istorum conuersioni additam, maximam ipsis aberrandi occasionem dedisse compertum est. Nam, si ulla est in bonis Charitas, si ullus inest diuini Judicii timor, periniquum sane uideri debet quod Ecclesia erratorum illorum rationem sibi reddi desideret, in quibus suam possit ipsa culpam agnoscere [2], Praestare namque ipsa debuit primum quod ad munus et officium suum pertinebat, Deinde ab hac misera Gente recentis et insuetae vitae rationem reposcere.

Cui certe nescio quid responsuri sunt isti, qui tantopere vereri uidentur ne impunita sunt (*al.* sint) horum facinora, si ab ea uno ore ita fuerunt compellati: Vestra, o Lusitanorum Princeps, opera factum est ut nos vel Patres nostri, quibus sub Lege Moysi nasci contigerat, in hanc Legis Euangelicae necessitatem inuiti ac nolentes pertraheremur, in qua deinceps omni, ut scitis, ope atque auxilio destituti, nisi quod diuina misericordia casus aliquis obtulisset, a vobis fuimus derelicti. Quare ita cogitate, si Peregrinus aliquis, *qui* a se susceptum iter celeri passu peragere contendit, fuerit a Vobis in ignotam viam pertractus, sentibus initio et preruptis undique saxis obsitam, fulminibus (*al.* fluminibus) item plerisque in locis interclusam, in eaque solus sine duce fuerit derelictus, qui certas

[1] *Cap.* Ad abolendam (*Decret. Greg. Lib.* 5, *Tit.* 7) De haereti*cis*—Abba*s* post (?) Joan*nem* Andr*eae* in *cap.* Excom*municamus* (*ibid.*) pr*incipio* co*dem* tit. post. (?) Glos*sa* in *cap.* pen*ultimo* co*dem* tit. — *Cap.* Non dicatis (*Causa*) 12, q*uest.* II (*al.* I) — *Cap.* Presbyterum ubi Glos*sa* I (*al.* L.?) Dist*inctio*.

[2] Matthe*us* (*Evang. cap.*) VII.

illis semitas et fluviorum vada, qua tuto tranari possint, premonstraret, Eumque hanc ob causam aberrare aut periclitari contigat, nonne vos maxime omnium impii eritis existimandi, et quidquid ille offenderit vestrae erit saeuitiae imputandum? Quod si a tergo etiam illi flagello instantes iusseritis rectam ut ipse semitam nullo praeeunte ingrediatur, graue supplicium siquando impegerit aut aberrauerit illi minitantes, nonne ipsi multo crudeliores et studiose etiam iniqui merito eritis judicandi? Sic itaque fingite nos in Peregrini eius loco a vobis fuisse constitutos [1], ac mementote longe aliter Deum cum Patribus nostris egisse, Cum ex Egiptiorum seruitute in promissionis locum eos perduxit [2]; Nam et illis se ipsum itineris Ducem praestitit, Et ne in via deficerent caelestis eos panis alimonia satiauit. Nos uero neque certum Ducem habuimus, qui nos praecederet, neque (ut a Propheta dictum est) cum Paruuli panem peteremus erat qui nobis frangeret; Sed frequenter lactare uolentium linguae ad palatum nostrum adheserunt. Quare per Dei misericordiam nolite committere, ut, tanto et animarum et corporum nostrorum periculo, vos illi, qui omnia videt, sub tuendae Religionis specie, tam importunae crudelitatis rationem reddere compellamini». Quid autem ad haec, inquam, huius Regni Principes et Sapientes responsuri sint plane non uideo.

At erunt aliqui, qui ob hanc veniam deteriores efficientur, hinc scilicet diutius occultatae perfidiae suae occasionem arripientes. Primum hoc ad Christianam disciplinam pertinet, ut neque de cuiusquam correctione desperetur, neque cuiquam poenitendi aditus intercludatur; non enim nobis licet ante tempus quemquam judicare, donec veniat Dominus et illuminet abscondita tenebrarum et cogitationes cordis manifestet.

Deinde, etsi aliquos futuros esse credamus [3], qui hac Sanctissimi Domini nostri Clementia et benignitate abutentur, non ideo tamen illa, uel ab eo reuocanda, uel nobis repraehendenda est. Namque (*al.* Nam, quae) semel ipsi recte facimus, non ea ratione (ut inquit Augustinus [4]) Sunt a nobis deserenda quod aliqui tam male illis moneantur ut animo deteriores fiant longe a pietate remotiores; nec quisquam (ut apud eundem) sani capitis dixerit aurum propter cupidos et auaros esse culpandum, aut propter ebrio-

[1] E.° (Exodo?) 13 et 16.
[2] Hier. tren. IIII (*sic*).
[3] Demanda de consensu c. II.
[4] C. p. de lib. 6 c. I.

sos Vinum, vel propter adulteros et scortatores muliebres formas naturae vitio esse dandas. Quanquam (quod ad rem nostram attinet) nihil certe peruersis etiam huius gentis hominibus datum sit, quo ipsi ualde diuturnam scelerum suorum impunitatem sperare possint, Quin satis aperte in eiusdem Bullae tenore cautum est eo seuerius Suam Sanctitatem in posterum delicta esse uindicaturam, quo inexcusabilius illos post hac peccaturos esse intelliget.

Ad quod enim fouebit interea tam perditos homines Sancta Christi Ecclesia [1], in maximam Religionis contumeliam et reliquorum Christianorum scandalum, quasi vero ignorent isti non esse inconueniens quod in agro Domini permixta sint usque ad messis tempus frumentis zizania [2] et hanc esse illam Domini Arcam ; nesciant immixtas granis paleas usque ad ultimam ventilationem perpetuo habituram ; Hanc propterea Sagenam illam esse malis simul et bonis piscibus refertam [3]; Hanc denique esse illam Noe Arcam immixtas hominibus serpentes et Ouibus Lupos continentem, a qua nemine, nisi in crimine depraehensum, excludi noluit sacrosancta Christi Ecclesia.

Nam, si Judam saluator noster tam diu inter apostolos tolerauit quod eius crimen sibi soli cognitum caeteris esset occultum [4], Quid est quod nos miseri homunciones inter Ecclesiae membra illos habere designemur, quorum delicta sunt nobis omnino incognita ? Multi (inquit Augustinus) solo Dei aspectu corriguntur ut Petrus, multi tollerantur ut Judas, multi nesciunt donec veniat Deus, qui illuminabit abscondita tenebrarum.

Quod, si pertinacius rogent quid interea super horum salute putet Sanctitas Sua esse faciendum, dicam illud ipsam putare quod Paulus, quod Augustinus [5] et reliqui in professionis nostrae Principes putauere : primo orandum Deum et coram eo lugendum esse ut malos de medio nostrum tollat, Sicut ipse nouit, ne nos fortasse per humanam imperitiam, dum illos tollere volumus, triticum simul cum eis eradicemus ; deinde

[1] Matth. 13.

[2] Matth. III Luca III.

[3] Matth. XIII.

[4] *Cap.* Cum quisque (*Causa*) 23, *questio* 4 — *Cap.* Multi (*Causa*) 2, *questio* prima, et *Cap. finale* (*Causa*) 15, *questio* 5 — Equili (?) et *cap.* Si quis (*Causa*) 23, *questio* 4 — *Cap.* Multi (*Causa*) 2, *questio* 1.

[5] Ad Corinthios I cap., ac Augustinus contra epistolam Parmaeani lib. 3.

ut non eos tanquam sanos esse putemus quod eorum vulnus nobis occultum sit, sed adhibito Christianae Seueritatis timore ea qua decet mansuetudine ipsos docendos atque sanandos suscipiamus.

At fingere ipsi non cessabunt et (quod hactenus fecerunt) legem pertinaciter obseruantes Christianae Vitae speciem profitebuntur: iam non aliud est quod hic dici possit, nisi quod hoc non nostrum sed Dei judicium sit; quodque multi fortasse, ut de Donatistis ait Augustinus [1], conficti putentur quia ad nos jussionis terrore transierint, tales posterius in tentationibus inuenientur quod aliquibus ex veteribus catholicis poterunt anteponi; Ac postremo quod multas Dominus vias daturus est cum eorum miserebitur, quibus (ut ab eodem Augustino dictum est) ad eorum indaginem poterit perueniri.

Nam quod aiunt isti de Religionis contumelia, et reliquorum christianorum scandalo, nihil est certe *quod* uereri debeamus; dum enim eorum scelera sunt occulta, dumque ipsi visibili nobiscum sacramentorum communione utantur, nescio quam contumeliam aut quod scandalum in Ecclesia sint parituri, nam, si alios seducere aggredientur, ipsi necessario se prodent, nec amplius erunt occulti. Ac ne latius possint hac ratione virus suum difundere (quoad humano consilio prouideri poterit) Sua Sanctitas curatura est; si vero se ipsos inter perfidiae suae septa continebunt, nihil reliquis nocebit illa persuasio quod hii inter Catholicos habeantur, cum in hominis mente, de qua judicare non possunt, non in Dei fide (ut ait Augustinus [2]) eos decipi continget de quibus hactenus.

Jam vero, quae de illorum liberatione constituta sunt, qui in vinculis esse reperientur, si diligentius isti perpendissent, certe nulla ratione repraehendenda esse cognouissent. Nam cum homines istos vel condemnatos, uel saltem de hoc crimine diffamatos esse oporteat satis ipse intelligere poterant eos Sanctitatem suam *(sic)*. Tum demum dimittendos esse censuisse, cum illas conditiones adimpleuissent, quae vel diffamatis vel condemnatis per eandem fuerant impositae, Quibus cum primum ipsi satisfecerint iam nihil timendum est si e vinculis liberi abire permittantur. Interea vero, dum conditionibus istis parendi facultas erit ipsis concedenda, satis ipsa Judicum prudentia prouideri poterit ne liceat ipsis Judicium

[1] Ad Festum Epist. 167.

[2] Contramenda c. III.

simul et praesentis Veniae gratiam contemnere : non magis etiam istos movere debebant quae de bonorum restitutione Sua Sanctitas statuit, cum ipsa tam benigne hoc loco cum Principibus egerit ut ita demum illa restitui mandauerit, si per ipsos principes nondum fuissent occupata. Quare si demus aliqua istorum bona in Regno Castellae, cuius offensam isti in primis subvereri uidentur, nondum fuisse a Regis fisco vindicata, Certe credendum est quod non tanti illa fecerint Principis illius Procuratores, ut probabiliter timendum sit ne, si a condemnatis fuerint repetita, graui hanc ob causam suum Regem iniuria affectum fuisse arbitrentur.

Illud autem quod praedictis adiungunt fore ut finitimis regionibus multi horum scelerum conscii eo sint fugituri, et facile corruptis testibus probaturi se eo tempore in hoc Regno domicilium habuisse, quo praesentis veniae edictum fuerit publicatum, et hac ratione indigne sint praeteritorum scelerum veniam consequuturi, ipsi certe alio loco docent nihil omnino esse existimandum cum dicunt Judicum suorum diligentia facile prouideri posse ne falsis testimoniis iudicia corrumpantur [1]. Quare non est quod ipsi de Apostolici Nuntii prudentia atque diligentia minus confidant, praesertim cum multa nobis legibus praescripta sint, quibus testium omnium quamuis ignotorum fides facile potest explorari. Quamobrem minus etiam dubitandum est ne finitimae gentes Portugalliae haereticorum asyllum nuncupaturae sint, praesertim cum intelligent quanta post hac seueritate atque diligentia perquiri eos uelit Sua Sanctitas atque coerceri.

Dum uero isti etiam illud inique constitutum fuisse arbitrantur quod condemnati, ubicumque fuerint judicati, possint apud eundem Sanctitatis Suae Nuntium se defendere, si per iniuriam se damnatos fuisse existimabunt, uelim ipsi cogitent tanta illum prudentia praeditum esse quod siqui extra huius Regni fines se inique damnatos fuisse conquerentur, Ita demum illos per se audiendos esse existimabit, si notoriam fuisse illorum injuriam ex his, quae acta fuerunt, animaduerteret. Si vero difficiliorem eorum causam, et testibus agendam esse cognoscet, non est dubitandum quod illam vel in loco cognoscendum subdelegabit, uel ad Sanctitatem Suam referet, ut ad ipsam statuat, quod optimum factu esse uidebitur : nam (quod ad Judicum infamiam pertinet) vereri certe isti non

[1] Lex 3 § Ideoque, Digest. De testibus.

debent quod aliqua illi per iniuriam infamia afficiantur. Siqua uero jure merito illos nota consequetur, non est cur ipsi conquerantur, nisi fortasse indignus esse existimant quod illorum Judicum acta legitime rescindantur, quam quod illi qui per iniuriam damnati fuere perpetuam famae et bonorum jacturam patiantur, illud certe quod est hinc etiam Regnorum et populorum dissentiones timeri possint plane non uideo, cum harum rerum cognitio Sanctitatis Suae Nuntio sit commissa, cuius jurisdictio et potestas (quod ad spirituales causas attinet) nullo loco, nullisque Christiani Orbis limitibus, conscribi potest.

Quod sequitur, etsi parum animaduersione dignum esse uideatur, dicam tamen nihil esse cur Rex conqueri possit quod haec venia veteribus etiam christianis fuerit concessa, nisi ob hanc causam nimiae liberalitatis et clementiae putat Sanctitatem Suam accusari posse, quod certe, si contingat, ipsa non iniquo animo latura est, cum ita statuerit, multo melius esse propter misericordiam Deo rationem reddere, quam propter nimiam seueritatem [1]. Quare cum ipsa per se primum hoc libenti animo fecit ut omnes Regni huius Incolae largitatis et clementiae suae fructum consequerentur, Tum libentius hoc fecit ne conuersorum inuidiam augeret si tale tantumque beneficium in eos tantummodo fuisset collatum. Nam quos a contemtu et inuidia subleuandos esse existimat, si susceptam Religionem pia sinceraque mente colere et obseruare uoluerint, merito cauendum esse sibi putauit ne hoc facto majore ipsi apud reliquos christianos odio grauarentur.

Neque est quod hoc isti ad veterem christianorum infamiam pertinere arbitrentur, cum non modo Sua Sanctitas eorum poenas remiserit, qui Judaicas superstitiones obseruassent, sed aliorum etiam delictorum spiritualem poenam omnibus condemnare uoluerit, a quibus fortasse, sicut a judaicis erroribus, si uelint isti omnino vacui et immunes videri, caueant ne mendacii ab Apostolo [2] redarguantur, qui ait: si dixerimus potestatem non habemus, nos ipsos fallimus et veritas non est in nobis. Quare nihil cur ipsi (quamuis temporalibus titulis et Ecclesiasticis honoribus sint insigniti) vereri debeant ne huius veniae concessio sit ad eorum dedecus et infamiam peruentura.

[1] L. colligant. (*al.* Cap. Alligant, *Causa*) 26, q*uest.* 7.

[2] Joan. c. I — Aug. de pen. mori et remiss. lib. 2, c. 12.

Quod postremo indignum istis esse uidetur quod Sanctitatis Suae Nuntio, homini alieno, Inquisitionis munus intra huius Regni fines fuerit commissum, nescio qua mente, quoue consilio hoc ipsi fuerint commenti, cum numquam hoc in animum Sanctitatis Suae venerit, nisi quoad gratiae praesentis exequutionem pertinere uideretur, quam exequutionem, si etiam Regionis huius alicui potius quam eius Nuntio committi uoluisset, ipsi uiderint quam honeste hoc ab eis et legitime desiderari potuit.

Caeterum, cum satis ipsi ad ea, quae opponebantur, respondisse videamur, illud minime nobis praetermittendum esse videtur vix probabile alicui uideri potuisse quod Serenissimus Rex Portugalliae tam iniquo animo laturus esset mirificam istam Sanctissimi Domini nostri aduersus Regni sui populos clementiam, cum tam ipse, quam eius Pater gloriosi nominis Rex Emanuel, iam olim istis ipsis recens baptizatis XX et IX annorum impunitatem promisisse reperiantur, cui Veniae, si hanc Sanctitatis Suae indulgentiam adiungamus, inueniemus sex tantummodo plus minus annorum gratiam illis additurum fuisse. Quare, si ipsi indignum esse non crediderunt tanti temporis impunitatem illis polliceri, quam ipsi praestare non poterant, Qui fieri potest ut indignum esse existiment quod Summus Pontifex, Christi Vicarius, in cuius manu haec sunt posita, exigui temporis Veniam ad eam quam ipsi promiserant adiungendam esse putauerit? Haec autem tam illegitimarum oratorum Regis quaerelarum admiratio facit ut oportune tota haec defensio Apostoli verbis concludi posse videatur, In cuius persona, quae ille corinthiis loquebatur[1] fingamus Sanctissimum Dominum Nostrum Regi eiusque Regni Pastoribus ita esse dicturum :

« Ideo scripsi vobis, o fili charissime venerabilesque fratres, quod hanc veniam, quam huic genti donandam censui, publicari pateremini, atque curaretis ut cognoscerem experimentum vestrum. An in omnibus obedientes sitis, sicut enim in exequenda Inquisitione mihi obtemperastis, experiri volui. An etiam in donanda istis temporali poena mihi obedientes essetis, obedire namque in hoc etiam debuistis, Quia cui vos condonastis aliquid, cum scilicet uiginti et eo amplius annorum impunitatem huic genti promisistis, et ego qui solus poteram condonaui. Nunc vero Et ego siquid condonaui (exigui temporis Veniam illis adiungendo) cui

[1] II *cap.* II.

condonaui, propter vos condonaui, id est, propter Regni et Ecclesiae Vestrae vtilitatem hoc feci: neque hoc propria, sicut vos, auctoritate, Sed in persona Christi, hoc est tamquam Christi Vicarius, cui horum delictorum temporalem simul et spiritualem poenam remittendum est: ac, si rationem queritis, nempe ne circumueniremur a Sathana, circumueniremur autem (ut inquit Ambrosius hunc locum exponens) si per nimiam tristitiam pereat, qui potest liberari per indulgentiam, non enim eius cogitationes ignoramus (quae si quales sunt quaeritis Aug. de hoc eodem loquens) opportune nobis proditum reliquit per imaginem [1] (scilicet) quasi juste seueritatis crudelem nobis saeuitiam persuadere. Quibus Apostoli verbis [2], ita per Sanctissimos Patres interpraetatis, nescio An quid oportunius, et ad id quod agimus accomodatius, reperiri possit [3].»

Outras respostas dadas pelos theologos romanos.

RESPONSIONES SIMILES A QUIBUSDAM DOCTISSIMIS THEOLOGIS COMPILATAE (*a*).

Paulus Apostolus adversus corinthios indignatur quod de spiritu, quo eis Sanctissimum Christi Evangelium praedicabat, non nihil subdubitare videretur: «An experimentum, inquit [4], quaeritis eius, qui in me loquitur Christus?» Cujus exemplum sequutus, poterat Sanctissimus Dominus noster Clemens Septimus adversus Lusitanorum Ecclesiam indignatione aliqua commoveri, quod de Sanctitatis Suae mente in remissionis bulla iis, qui a Mosaycae legis tenebris ad evangelicam lucem nuper in Lusitaniae Regno venerunt, concessa male sentientes, Serenissimum Joannem Regem suum subornarunt, qui apud Sanctitatem Suam bullam per-

[1] m. II de pen. cap. 7 (*sic*).

[2] in 3 contra Epistolam Parmaeani.

[3] *Copia na* Bibliotheca d'Ajuda, Symmicta, Tom. XXXI, p. 395. *Appendice n.º 16 junto ao Memorial dos Christãos novos.*

(*a*) *Vide as notas a pag.* 11 *e* 29 *do presente volume.*

[4] Corinth. XIII.

niciosam atque iniustam quaereretur; idque proprio ad id Oratore misso. Caeterum cum Sua Sanctitas christiani hominis, nedum christianorum Principis, esse sciat semper, juxta Petri doctrinam [1], ad reddendam rationem de ea, quae in ipso est fide et spe, paratum esse, cupiens non solum sapientibus, sed insipientibus etiam, quibus omnibus debitorem se esse intelligit, quoad per eum fieri posset, satisfacere, ad ea, quae Regis nomine adversus suam illam misericordiam, qua miseram illam gentem complexa est, objiciuntur, quam brevius poterit responderi Jubet: quoniam, autem, isti lusitanorum pastores, quod tempore felicis recordationis Serenissimi Regis Emanuelis illius regni judaeos ad fidem compulerint, jubente rege ut qui Christum profiteri nolent, sua relicta, e Regno exirent, quasi in re bene gesta gloriantur; ne tantopere animo efferantur, sit ne id pium, aut secundum legem evangelicam, considerabimus. Deinde, quoniam isti, quos sic pertraxerunt, absque ulla necessaria doctrina reliquerunt, id impie ab eis factum fuisse demonstrabimus; simulque quam impium, quam inhumanum, quamque a Christo sit alienum hanc miseram gentem, quod nonnunquam impugnat labatur ne gladio Inquisitionis, delere probabimus, idque sacrarum scripturarum sanctorumque Patrum eruditissimis testimoniis. Preterea, quoniam istis tantopere displicet quod Sua Sanctitas hujus gentis se misertus, id a christiana charitate et ab omni prorsus humanitate alienum esse judicabimus. Postremo cur, Serenissimo Rege postulante, annis superioribus adversus eos, qui a triginta quinque annis citra in ejus Regnis fuerant baptizati, Inquisitionis bullam Sua Sanctitas concesserit, Et rursus quid secutus anno superiori, revocata priori, alteram illam remissionis dederit, Dicemus; ut nec in hoc plus equo misericordia, nec in illud plusquam par erat sevitia usus esse videatur.

Qui vel mediocriter sunt in Evangelicis scripturis versati norunt plane quanta modestia et mansuetudine Christus Jesus homines ad se adducere curarit [2], Cum enim ille non nostra sed nos quaereret, sciretque quae in nobis sunt, natura esse libera; ne sibi et nobis injuriam facere videretur, Si quae naturae, imo Dei beneficio, habemus nobis adimeret, non minis ac terroribus, sed simplicissima praedicatione homines ad se vocat; semper tamen liberam eis relinquens quid eligere ve-

[1] 1.ª Petri R.° 1.° (*sic*).
[2] 1.ª Corinth. 12.

lint, nullum unquam ad se venire coegit, tantum si vis; et quae vult ex ore ejus audivimus: «Siquis, inquit [1], vult venire post me abneget semetipsum.»

Et paulo post: «qui voluerit animam suam salvam facere, perdet eam.»

Et alibi: «si vis ad vitam ingredi serva mandata.»

Et subjungit [2]: «si vis perfectus esse, vade, vende omnia quae habes» aut. (*al.* At?) Luc [3] aut isti multo aliter suos ad Christum vocant: siquis, inquiunt, ad Christum venire noluerit, relinquat omnia quae habet, et vadat quo voluerit; quod quidem ex diametro cum verbis Christi pugnat satis constat Jam vero tanta religione Christo *(sic)*, nec bene facere quidem alicui nisi petenti voluit, ut non prius cecis visum restituerit quam eos interrogaret, «quid, inquiens, vultis ut faciam vobis?»

Denique si, quemadmodum legimus apud Johannem, cum discipuli quidam a Christo ad turbam deficerent, Christi nimium doctrina offensi, discipulos, qui inoffensi perstiterant, rogat Christus num et ipsi velint recedere, veluti optionem deferens ultro velint inclinandi, Qua fronte isti nolentes ac reluctantes vi ac metu ad Christum venire coegerunt? Quod autem Apostoli in hoc Evangelico negotio iisdem sicut ingressi vestigiis, quibus ipsorum magister, docent Apostolorum acta, docet et historia, quam ecclesiasticam vocant. Quae tamen ideo non a nobis dicuntur quod factum Regis in hanc gentem cogendam damnemus, sed ut intelligant isti, qui lusitanorum ecclesiam gubernant, quam inique adversus hanc miseram gentem eferantur quam zelo Dei, sed fortassis, non secundum scientiam [4], vi et metu ad fidem pertraxerunt, vel potius fidem simulare coegerunt.

Jam vero tametsi multa adduci possent, cum è sacris litteris, cum è sanctorum Patrum munimentis, èque Ecclesiae consuetudinibus, quae istis prae oculis ponerent quanta cura sint digni, quod hanc miseram gentem ea quae par erat cura in fide non instruxerunt; brevitati tamen con-

[1] Matth. 16.
[2] Matth. 19.
[3] *Parece querer citar S. Lucas, Cap.* 9, 23.
[4] Rom. 10.

sulentes è multis pauca colligemus. Christus Dominus noster, cupiens omnes homines a coecitatis tenebris ad Evangelicam lucem adducere, non minis aut terroribus, sed simplicissima praedicatione nos vocat, atque in ipso suae praedicationis initio « poenitentiam, inquit, agite: appropinquat enim regnum coelorum »[1]. Mox eos, qui ad suam veniunt vocationem, quid eis sequendum et quod fugiendum sit docet[2]: postea miraculis vocationem et doctrinam confirmat, interim parabolis[3] nos instruit, minis territat, promissionibusque ad sui amorem provocat. Apostoli Magistri Sui ministratores multa condonarunt infirmitati illorum, qui a judaismo ad Evangelium veniebant. Paulus ob judaeorum perfidiam Timotheum circuncidit[4], caputque rasit Cenchris, votum simulans: in Hierosolymitano Concilio ob pertinaciam judeorum decreto statuerunt Apostoli ut gentes abstinerent se a sanguine, suffocato, idolatria et fornicatione[5], cum tamen scirent una excepta fornicatione caetera ad pietatem nihil conducere. Paulus quos sua predicatione ad Christum adduxerat multa fortitudine hortatur, monet ac fovet. Idem verum Episcopum nobis depingit: «O portet, inquit[6], Episcopum esse irreprehensibilem, sobrium, prudentem, ornatum, pudicum, hospitalem, doctorem», hoc est aptum ad docendum. Idem christiani hominis officium ostendit: « servum, inquit[7], Dei non oportet litigare; sed mansuetum esse ad omnes, docibilem, patientem, cum modestia corripientem eos, qui resistunt veritati.» Item corripientibus normam praescribit: « si praeoccupatus, inquit[8], fuerit homo in aliquo delicto, vos, qui spirituales estis, instruite hujusmodi in spiritu lenitatis, considerans temetipsum, ne et tu tenteris». Et alibi[9] « infirmum, inquit, in fide assumite» nempe ad instruendum, monendum ac fovendum, non autem ad incarcerandum praemendum ac interficiendum. Quae omnia, si isti lusitanorum ecclesiae gubernatores ea qua par erat cura animadver-

[1] Matth. 3,
[2] Matth. 5, 7, 8.
[3] Matth. 13.
[4] Act. 16.
[5] Act. 15.
[6] Eth. 3 (*al. I Timoth. III*).
[7] 2 Tim. 2.
[8] Gal. 6.
[9] Corint. (*al.* Roman.) 14.

tissent, rectius suum officium fecissent; Et quos sua opera atque industria christianos fecerant nunquam profecto inquisitoribus in praedam tradidissent, sed, omni adhibita cura ac diligentia, quasi manu ducerent ac christianae doctrinae tactae (*al.* lacte) nutrirent [1], donec Christi favore « in virum praefectum, inquit [2], cognitionem filii Dei venirent », ac supra gregem ut veri pastores solicite excubarent, ne ille qui « tanquam leo rugiens circuit quaerens quem devoret [3] » quicquam de eorum manibus eriperet. Cum autem isti omnia haec aut ignoraverint aut neglexerint, qua fronte miseram hanc gentem ferocia plusquam tyrannica, quod non recte instructa labatur aut impinguat, prosequuntur? Quod quam sit doctrinae Christi contrarium in multis Evangeliorum locis est videre; maxime autem in illa parabola de tritico et zizania [4], ubi, juxta doctorum expositionem, haereticos tolli vetat Christus: utque isti id clarius recognoscant Augustini expositionem hic scribere non pigebat: « Eradicat eum, inquit [5], quodammodo bonum, qui manum (*al.* malum) tollit è medio qui bonus erat futurus ». De accidendis autem malis ita loqui cur (*al.* loquitur), non ait « in tempore messis dicam vobis »; sed « vicam (*al.* dicam) messoribus »: und intelligitur colligendorum zizaniorum alia esse ministeria, nec quamquam ecclesiae filiam debere arbitrari ad se hoc officium pertinere. Et aliquando post, de pio, cui obrepit, cogitatu de tollendis haereticis agens, ita subjicit: potest ei suboriri voluntas ut tales homines de rebus humanis auferat, si aliquam habeat facultatem; sed utrum facere debeat, justitiam Dei consulit, utrum hoc ei praecipiat vel permittat. Hinc est quod servi dicant « vis eamus colligamus eam? » quibus veritas ipsa respondet non ita hominem constitutum esse in hac vita, ut certus esse possit qualis quisque futurus sit postea, cujus in presentia cernis errorem, vel quid etiam errore ejus conferat ad profectum bonorum, non esse tales auferendos de hac vita, ne, cum malos conatur interficere, bonos interficiat, quod forte futuri sunt, aut bonis obsit, quibus et invitis forte utilis sunt; sed tamen oportet rem fieri cum jam in fine non restat vel tempus commutandae vitae, vel proficiendi ad virtutem ex occasione atque compara-

[1] Corint. 3.
[2] Ephe. 4.
[3] (*I Petr. V*).
[4] Matth. 13.
[5] Aug.

tione alieni erroris, tunc autem hoc non ab hominibus sed ab Angelis fieri, inde est quod respondet paterfamilias « non ne forte colligentes zizaniam eradicetis simul et triticum » ; sed « in tempore messis dicam messoribus. » Atque hoc modo eos tranquillissimos et pacatissimos reddidit.

Haec Augustinus, quem sequuntur Remigius, Anselmus, Beda atque alii, ut interim ommittam Hieronymi et Chrysostomi interpretationes, qui omnes de haerecticis omnino ferendis hanc parabolam exponunt. Quod, si sanctissimi isti viri ad haereticos, qui nec moniti resipiscere volunt, hanc parabolam pertinere sunt arbitrati, videant isti, qui eos, qui se haereticos negant, Christumque filium Dei vivum fatentur, ecclesiaeque filios se esse asserunt, mactant ac perdunt, quam a Christi atque Sanctorum Patrum doctrina sint alieni, quamque Paulo sint contrarii, qui « haereticum, inquit, hominem post primam et seccundam correptionem devita » : [1] non dicit preme, urge, perde, sed « devita ; » Idque postquam enim semel atque iterum erroris suis *(sic)* admonueris ; id eum (*al.* enim) cum christiana mansuetudine omnino consonat. Nam, teste Hieronymo, nunquam spiritualis prosequitur carnalem, sed ignoscit ei quasi rusticano fratri. Nom enim Isaac *qui* secundum Spiritum natus erat prosequebatur Ismaelem, qui erat secundum carnem, sed è contra [2]. De quibus Paulus « quemadmodum, inquit, [3] tunc is, qui secundum carnem natus est, prosequebatur eum, qui secundum spiritum ; ita et nunc » : et idem Apostolus « servum, inquit [4], Dei non opportet litigare : sed mansuetum esse ad omnes » corripientem, non perdentem, non persequentem [5]. Quod si Deus tam promptus ad perdendos homines sibi inimicos esset quam isti videri volunt, olim omnes periissemus, quos omnes, teste Paulo [6], inclusit sub peccato, non ut perderet, sed ut omnium misereretur. Ab istis igitur peccatis exemptis, ac latum quid culmum decedere quanto rectius fuerit, quam saevitia plusquam tyrannica uti velle ipsimet judicent, ac Hiero-

[1] Timot. (*al.* Tit.) 3.
[2] Gen. 12 (*sic*).
[3] Gal. 4.
[4] Timoth. 2.
[5] Rom. 11.
[6] Gal. 3.

nimum audiant dicentem : [1] « qui se in Christo dicit credere, debet quomodo ille ambulavit et ipsemet ambulare : non enim venit ut crederet, sed ut crederetur ; non dedit alapam, sed accepit ; non crucifixit, sed crucifixus est ; non alios occidit, sed ipsemet passus ». Hactenus ille. Meminerint isti quod de Christo scriptum sit « arundinem quassatam non confringet » [2], id est, exponente Hieronymo [3], porriget manum peccatori, et lignum fumigans non extinguet, juxta eundem modicam fidem in parvis non extinguet, vtrique iam sint imitatores qui tanto tempore hanc miseram gentem funditus perdere cupiunt Christi ne ante Christi Ezechiel palam ostendit ut inquit [4] « *Vae* pastoribus Israel, qui pascebant semetipsos », et paulo post « quod confractum est non alligastis, quod abjectum erat non reduxistis, et quod perierat non quaesistis : sed cum austeritate et potentia imperabitis eis » audiant austeritatem, audiant potentiam isti Lusitanorum pastores ut eos jam pudere incipiant quod haec et alia multa, quae apud eundem Prophetam sunt, adversus ipsos dici possint. Cur, rogo, violentia et potentia, ac non potius vino et oleo curare volunt semivivum in latrones delapsum [5] ? nunquid nunquam legerunt « qui gladio ferit gladio peribit » [6] ? Sed, dicit aliquis istorum, divus Paulus [7] sathanae tradebat. Fateor : sed haereticos ille nunquid (*al.* non, qui) per infirmitatem aut certe per malitiam [8] aliquam mosaicae legis caerimoniam fecisse convincebantur, si illis facti sui poeniteret, appellat ; sed eos, qui, cum novarum sint inventores sectarum, non solum moniti non resipiscunt, sed alios in suas pravas opiniones adducere contendunt. Sathanae docet Paulus, sed dum resipiscerent, qui ubi poeniterent reconciliarentur Ecclesiae, restituerent in integrum : quam doctrinam usque ad tempus Augustini observavit Ecclesia [9] : sed tunc Donatistarum et Circumcellionum nimium diu tollerata insania impulsa auxilium brachii secularis invocare coacta

[1] 1.° J.° 2.
[2] Isaac (*al.* Isaias) 42 ; Matth. 12.
[3] Hier.
[4] Ezech. 34.
[5] Luc. 10.
[6] Matth. 26.
[7] 1 Tit. (*al.* Timoth.) 1.°
[8] 1 Corinth. 5 (*sic*).
[9] August.

fuit, quod tamen Augustino non placuit, illud existimans non decere Episcopos aliis armis quam verbo Dei, precibus et orationibus uti, aut certe anathemate, de quibus tamen, qui ad ecclesiam veniebant, suas apud se facultates habebant, adeo ut neque praesbyteris resipiscentibus suus honos adimeretur; tantum abest ut quemquam morti traderent. Isti autem eos, qui se haereticos esse negant, tantum quia fortassis per infirmitatem lapsos aliquem antiquae suae legis ceremoniam fecerunt, interficiunt et penitus dolent (*al.* delent). Dominus Jesus [1] peccatorem a via sua mala revertentem non spernatur, Imo patientia Dei ad poenitentiam quantumvis haereticum adducit: Isti quos se haereticos negant, Christumque filium Dei unum fatentur, igni crudeliter tradunt. Dominus Jezus Judam suum traditorem magna fovit Clementia, incredibili demerebatur humanitate, chara amplectebatur munificentia, dum eum tolleraret dum oscularetur, quem post in Christo proditionis articulo blande quam potuit amicitiae vocabulo appellavit [2], quo ut tandem resipisceret Clementia commotus, humanitate victus, munificentia superatus: isti vero, quos facti sui poenitet, tantum quia lapsus est, perpetuo carcere intrudunt, ambitionemque *(sic)* bonorum omnium damnant. Dominus Jezus ne mulierem in ipso adulterio depraehensam damnat; tantum monet, ne amplius peccet [3]: Isti magna diligentia ac sollicitudine testimonia adversus homines quaerunt, ut mactent, ut perdant. Dominus Jesus Petro dicente « Domine quoties peccabit in me frater meus, et dimittam ei? usque septies?» respondit: « nom dico tibi usque septies; sed usque septuagies septies » [4], et Ecclesia Berangariae, qui semel dimissus in perniciosissimam haeresim prolapsus est, ne tamen quidem vim intulit: Isti vero, legem nescio quam de relapsis invenientes, si in eo peccato, de quo semel accusatus est, miser aliquis prolabitur, eum ad poenitentiam non admittunt; sed igni tradunt. Ut autem isti manifestius cognoscant quam quod ab eis peccatum sit, cum miseram hanc gentem in ipso statim conversionis suae tempore non instruxerint In fide, animadvertant Quid ecclesia spiritu ducta facere consuevit dum non prius quemquam ad sacrum lavacrum admitteret,

[1] Luc. 13.
[2] Matth. 26.
[3] Jo. 8.
[4] Matth. 8 (*al.* 18).

quam fidem ore confiteretur, edoctusque veritatem fidem factis exprimeret: cujus rei adhuc nobis vestigia aliqua remanent, oramus eum (*al.* enim) pro cathecumenis nostri. At qui sunt isti cathecumeni, nisi illi, qui ad Ecclesiam venientes fidemque profitentes, tantisper a sacro baptismatis fonte arcebantur donec in Christi doctrina [1] optime instructi, Id enim sonat cathechismus, specimen aliquod in eadem persistendi prae se ferant? Caeterum quod ad istorum saevitiam attinet legant Augustinum [2], ut intelligant quanta ille sollicitudine curavit ne Donatistarum quisquam occideretur, Qui tamen excepta christiana mansuetudine crudelissima morte erant digni, Et tamen ille Macedonum praesidens Dulcicium tribunum praeter alios neque capite plectent admonet. Unde liquet quantum sanctissimi viri animus ab hac confiscationum, carcerum, suppliciorum, incendiorum saevitia abhorruerit. Haec autem omnia non alio tendunt, quam ut intelligant isti lusitanorum ecclesiae gubernatores quanta cura atque diligentia eos instruere, monere et tollerare debuissent, quos sic pertraxerant; quanquam (*al.* quamque) impium ac Christi contrarium sit eos tam severa inquisitione prosequi, quos nolentes ac reluctantes vi ac metu in nostrum gregem intrare coegerunt, cum videant quid hac in re fecerit ac docuerit Christus, quid Petrus, quid Paulus, quid caeteri Apostoli, quid Sacri Doctores, et tandem quid Sacrosancta observaverit Ecclesia.

Quamquam autem horum in hanc miseram gentem instruendam segnitiem, inque eam persequendam, perdendam, ac interficiendam ferociam, atque perniciem Sanctitas Sua animadvertat: illud satis mirari nequet istorum animos a Deo, non dico a Christo, cum quo, ut supra satis ostensum est, non magis convenire videntur quam cum luce tenebrae, sed ab omni humunitate esse alienos, ut eis tantopere displiceat quod proximorum suorum misereatur Ille, qui solus in terris potest, a quo ipsi assiduis praecationibus eandem misericordiam impetrare debuissent, nisi prorsus humanitatem exuissent.

Jam vero quoad Inquisitionis bullam per Suam Sanctitatem concessam attinet, quamquam poterat responderi Ideo fuisse donatam ut quantum christianae charitatis ac mansuetudinis in istis esset probaretur, mavult autem Sua Sanctitas id quod res est ingenue fateri sinistra isti re-

[1] Gal. 6.°

[2] August.

latione eum ad id eis concedendum adduxisse, qui Suam Sanctitatem ea persuaserunt, quae sciens praeteriri jubet, ne isti apud suos invidia graventur, et apud caeteros christianos infidelitatis nota diffamentur, cum intellexerint quid confixerint ut miseram gentem perderent: nam fere omnia multo aliter se habere Sanctitas Sua postea intellexit, Idque multorum relatione, qui id tum litteris tum verbis Suae Sanctitati significarunt, illud (proh dolor!) attendentes tanta saevitia istos in hanc miseram gentem invectos esse ut vix crudelem immunitatem miseri homines ferre possent. Quae autem Suae Sanctitati, quidam zelo Dei motus, litteris significavit hic adjungam: miserum, inquit, hominem, per quem mortuus est Christus, falsis nominumque *(sic)* testimoniis accusatum isti inquisitores in carcerem pretrahunt, ubi neque coelum neque terram videre, neque cum suis ut sibi provideant communicare licet; tunc occultis testimoniis accusatur; neque locum neque tempus ubi illa de quibus accusatur fecerit miserum scire permittunt, tantum divinandi facultatem ei concedunt, hac lege ut, si divinando in delatorem inciderit, ab illius testimoniis sit liber: Itaque magis misero sortilegam artem, quam Christi legem scire prodest. Postea ad inquisitorum arbitrium advocatus misero datur, qui, ut saepissime fit, quem defendendum suscipiunt morti tradunt. Quod, si se verum christianum fatetur, et quae objiciuntur nullius rei sibi conscius constanter negat, igni traditur bonisque privatur suis; Si vero se illa fecisse, sed non iniquo animo, dicit, ad eundem modum tractatur, intentionem eum negare dicentes. Quod, si ingenue quae sibi objiciuntur confitetur, vitam concedentes ad miserrimam paupertatem, perpetuumque carcerem miserum damnant, cum quo tamen misericordia se usos dicunt. Quod, si quis se ab istorum accusatione optime defendit, aliqua saltem pecunia, ne videantur quamquam sine causa in vinculis conjecisse, mulctatur, ut interim ommittatur quod prius omnibus tormentorum generibus homines ad ea quae eis objiciuntur fatenda coguntur, Adeo ut multi vitam in vinculis amisisse compertum sit: omitto etiam quod qui sic in carcerem intruduntur, etiam si liberi exeant, perpetua infamia et ipsi et sui omnes notantur. Tandem sic isti sua abutuntur auctoritate ut non Christi sed Sathanae Ministros esse facile, qui vel aliquam Christi spiritus scintillam habuerit cognoscere poterit: haec ille.

De quibus omnibus cum certis et indubitatis testimoniis Sua Sanctitas certior esset facta, memor sibi datam potestatem ad aedificationem,

ut ait Apostolus[1], non autem ad destructionem, cupiens quod ab istis dum hanc miseram gentem sic vi ac metu ad nostram religionem tradunt tractantque, non tamquam pastores pascunt[2] sed velut mercenarii praedones deserunt, peccatum est sua liberalitate ac providentia reserare, Inquisitionis bullam istis concessam revocavit. Cumque neque id satis esse putaret, ut, quos minime maturo consilio saevitia laeserat, provida misericordia consolaretur, alteram remissionis bullam concessit, Qua illis omnibus, qui coram Suae Sanctitatis nuntio, viro doctrina ac probitate praedito, errores suos confiterentur, veniam tribuit ; Idque tam veteribus christianis, quam iis qui, ut dictum est, noviter ad fidem erant conversi : utque ejus misericordia magis ac magis sentiretur, jussit ut qui in carceribus reperirentur tantum sub illa confessionis conditione liberi remitterentur ; eis vero, qui damnati fuissent, si se id injuste passos arbitrarentur, ad eundem Suae Sanctitatis nuntium adire concessit, qui, eorum causas cognitas, quem inique damnatum reperiret in integrum restitui juberet. Nec quicquam Suae Sanctitatis animum movit, quominus hac uteretur misericordia, quod tunc ei dicebatur per iniquum videri Id lusitanorum ecclesiae quasi impium per Suam Sanctitatem negari, quod praedecessores sui certis Hispaniae regnis quasi pium concesserint, illud sanctissime cogitans non tam eum animadversurum quid Innocentius aut Alexander sui praedecessores fortassis immaturato consitio fecerint, quam quod Christus, quid Apostoli Christi spiritu ducti verbis ac factis docuerunt, praesertim cum ipse, non Innocentii aut Alexandri alteriusue Pontificis sit vicarius, sed illius cui, quemadmodum sacrosancta canit ecclesia, proprium est misereri semper et parcere.

Caeterum quamquam qui (*al.* quae) serenissimus lusitanorum rex, imo qui apud ipsum sunt Ecclesiae Gubernatores, qui sui Regis ad id auctoritate abutuntur, adversus illam Suae Sanctitatis misericordiam objiciunt invalidiora sunt quam ut essent refellenda ; vult tamen Sua Sanctitas ut ad praecipua respondeatur, quo et istorum inhumanitas et sua misericordia magis perspicue ab omnibus cognoscatur.

In ipso statim expostulationis lumine impingunt, affirmantes eum satis longum temporis spatium ab omni etiam Inquisitionis metu vacuum ho-

[1] Corinth. 13.
[2] Jo. 10.

minibus istis esse relictum, quo instrui et in fide confirmari poterant, nisi ipsi et temporis opportunitate et Regis benignitate abuti maluissent, nobis dubitandi occasionem praebent, quo anno hanc gentem ad fidem coegerunt, et quo consilio sic coactam ab Inquisitionis metu per illud tempus liberarunt, suspicantes, nam hanc gentem sic isti tractare voluerint, quemadmodum ille, qui caecorum hominum catervam in via illis penitus ignota, salebrisque ac voraginibus intercepta, inducit, eamque ut sine aliquo duce currat hortatur, ac per aliquod tempus standi vel ambulandi liberam relinquit potestatem ; et transacto tempore flagello a tergo instat ut currat, illud (*al.* illam?) interim captans ut quando ceciderit aut certe impigerit statim plagis punitatemque (*al.* puniat atque?) supellectile priuet. Nam quid aliud, obsecro, est gentem, quae religionem aliquam simul cum lacte imbiberit, judaicam praesertim maxime omnium religionis suae tenacem, ad Evangelicam veritatem, quae absque spiritu vivificante[1] factis ad unguem exprimi haudquaquam potest invitam trahere, tractamque absque doctore ac instructore relinquere, eamque ne sibi consulat ab Inquisitionis metu per aliquod tempus liberare, et transacto tempore in eam quod labatur, quod impingat, gladio Inquisitionis servire (*al.* saevire) quam eandem funditus perdere ac delere cupere, deque ejus sanguine saginari? Quod si, quemadmodum dictum est, isti ut veri pastores sui gregis curam habuissent, eumque assiduis exhortationibus fidem docuissent, doctumque, ut in ea quae desiderat persisteret officiis provocassent, Et nunc adversus eos, qui in ea qua professi atque edocti erant fide permanere renuerant, gladium Inquisitionis postularent laudandi utrique essent : nunc autem, cum omnia haec ut compertum est neglexerint, quis etiam verè finis non zelo Christi sed mundi adversus hanc miseram gentem istos moveri suspicabitur?

Quod autem valde inconveniens ac divinae etiam legi contrarium istis videtur sub sacramentalis confessionis formam miseris venia fuisse concessa, causantes sacramentum inter eos, qui de ecclesia non sunt, nullum esse posse, frivolum quia valde inconvenientem, temerarium quia divinae legi contrarium id dicere audent, quod minime ut ipsorum ostendunt probationes intelligunt. Cum enim Sua Sanctitas nihil aliud, ut par est credere, habuisset in animo, quam de sublato omni suppliciorum et

[1] Jo. 15 (*al.* 1 Corinth. XV?).

infamiae metu aditum illis, qui deliquissent, patefecit, quo secure errores suos ejus nuntio aperire potuissent, nisi ut ipsa cognitis singulorum causis, alios ad eam, quam semel susceperant, professionem retinendam cogeret, alios ad novum regenerationis lavacrum admitteret, nec inconveniens id, neque divinae legi contrarium judicari potest; sed convenientissimum ac divinae legi consentaneum aequus ac pius quisque judicabit.

Haec credendum est inter istos futuri qui Sanctitatis Suae misericordia abutentes pietatem metiantur, christiana eum (*al.* enim) charitas nihil sinistrum de quoquam judicat, quod si maxime sint non ideo Sua Sanctitas malorum causa bonis iniquus esse debet, sed ipsum Deum imitari «qui solem suum oriri facit super bonos et malos: et pluit super justos et injustos»[1], et quidem Christus, non ideo a Sanctissimi Corporis sui communione apostolos privavit quod inter eos esset Judas, qui paulo post erat eum traditurus[2].

Ulterius objiciunt a christiana disciplina valde alienum esse huic genti sub sola sacramentalis confessionis conditione veniam concedere, suspicantes futurum ut ii numquam id genus peccata propria confiteantur sacerdoti. Quod non sit alienum a christiana disciplina veniam sub quacumque forma, nedum sub confessionis conditione, delinquentibus concedere probatione non indiget. Quod autem valde sit consentaneum per ea, quae superius dicta sunt, abunde credo esse probatum: quod vero ad istorum suspicionem audiant Paulum: «charitas, inquit[3], patiens est, benigna est: non aemulatur, non agit perperam, non inflatur, non est ambitiosa, non quaerit quae sua sunt, non irritatur, non cogitat malum». Audiant isti, «non cogitat malum». Si enim charitas in eis esset, non utique de hac misera gente male cogitarent. In eo autem quo petunt ut miseri homines occulta peccata certo inquisitori, duobus adhibitis testibus et notario, confiteri cogantur, quorsum tendant non assequimur; namque causantur magis ad perdendos quam ad salvandos homines esse videntur. Si enim occulta sunt peccata, cur petunt ut ii ea coram inquisitore duobus testibus et notario confiteantur? nonne ea soli sacerdoti confiteri sat

[1] Matth. 5.
[2] Matth. 26.
[3] 1.ª Corint. 13.

est? « confitemini, inquit [1], alterutrum peccata vestra. » Si publica, quid opus est notario? Ulterius, aut isti confitentur ex animo, aut ficte. Si ex animo, Deus non indiget testimonio notarii. Si ficte cursus (*al.* rursus) interrogo: aut eos sanare aut temporali poena mulctare cupiunt; hoc est, aut spiritualia quaerunt, aut temporalia. Si spiritualia, quid opus est notario? Sed, dicunt, ut sciant sibi imminere supplicium si probabuntur. At Christus multo aliter Petrum instruxit « etiam, inquit [2], si septuagies septies peccaverit ignosce illi ». Si vero temporalia querunt, cur sacra prophanis miscere tentant? Cur religionis praetextu, religionem laedunt? Caveant, obsecro, ne sibi dici possit illud apostoli [3] « nomen Dei propter vos blasphematur inter gentes [4] », quod si christus priusquam quis alterius errorem ecclesiae manifestet, semel atque iterum eum sui erroris admonitum vult, videant isti quam sint a Christo alieni, ut quis errorem suum [5] de quo eum poenitet coram inquisitore, notario et testibus confiteri cogatur, ... tempore cupiunt.

Ut autem Sua Sanctitas hanc quam petunt confessionis formam non concedat, faciunt multa, illud in primis quod numquam prorsus ac contra Christi doctrinam esse videatur, deinde quod hac conditione cum piis hominibus, qui inter hos esse reperiuntur, male ageretur quiquam nunquam fecerant fateri cogerentur, sive ne participes esse voluissent.

Praeterea quae de illorum liberatione constituta sunt, qui in vinculis esse reperientur, si diligentius isti perpendissent certa nulla ratione repraehendenda esse cognovissent: aut eum (*al.* enim) qui in vinculis erant peccaverunt, aut non .... peccaverant profecto christianae mansuetudinis gratiam sensissent, et ad diligendum quod antea fortassis odiebant provocati deinceps vere ex animo nostram religionem amplectentur. Si non peccaverant, quid equius quam insontes ab ea, quam non merebantur, poena liberare?

Quae autem de bonorum restitutione dicunt, magis nos movent ut in suspicionem veniamus: non isti in hoc negotio « quae sua ipsorum

[1] Jacob. 5.
[2] Mat. 18.
[3] Roman, 2.
[4] Esa. 52.
[5] Ezech. 36 (*sic*).

sunt, quaerant, non quae Jesu Christi [1]» illud certe satis mirari nequimus, quod illa ista sibi adimi quaerantur, quae nulla alia ratione possident, nisi quia sic ipse, qui nunc voluit animadversione quidem dignum videtur, quod de finitimis regionibus causantur Cum enim suam mundanam gloriam [2] Christi gloriae anteponere videntur non ne carnales esse, ac secundum carnem ambulare credentur. Nam, per Deum immortalem, tanti ea quae causantur istis videntur, quorum causa Christi vicarius oblitus sui ipsius in eos crudeliter eis saevire permittat, pro quibus mortuus est Christus, quosque instrui, admonere, ac favere opporteret.

Illud porro istis iniquum videri miramur quod Sua Sanctitas condemnatis, si injuste se damnatos arbitrantur, ad nuntium suum adire permittat, ut, si quid immerito passi sunt, in integrum restitui faciat. Nam quod de judicium infamia opponunt omnino non est admittendum. Si enim judices, ut par est, recte ac juste judicant, cur timent judicii examen? Si injuste, cur potius votare (*al.* vocare) debemus judicium, quam reorum infamiam, praesertim cum hic sibi ac suis immerito facultates et honorem, illi autem merito tantum mundanam, nescio quam, aestimationem admittant.

Quod autem valde inconveniens istis videtur quod veteribus etiam christianis haec venia concessa fuerit, nos convenientissimum judicamus, cum quia, si aliter factum fuisset, miseram istam gentem iniquo odio Sua Sanctitas gravasset, Tum quia veteres aliqui christiani de parca liberalitate jure quaeri poterant, si qui ad undecimam horam venerant potiores essent conditionis, quam hii qui portarunt totum pondus diei et aestus [3]. Nec est rursus cur id ad veterum christianorum infamiam pertinere arbitrentur, cum non modo Sua Sanctitas reorum poenas remiserit, qui judaicas superstitiones observassent, sed aliorum etiam delictorum spiritualem poenam omnibus condonare voluerit, a quibus, non omnes immunes esse credi potest, vel testimonio Joannis [4] « si dixerimus quod peccata non habeamus nos ipsos fallimus et veritas in nobis non est ». Quod si maxime contendant peccata, de quibus hic loquitur Apostolus, non esse hu-

[1] Philippen. 2.
[2] 1 Corint. 13 (*sic*).
[3] Matth. 20.
[4] 1.ª Joan. 1.º

jus generis cujus videri poterunt, quae Summus Pontifex condonat, haec ad fidem, Illa autem ad charitatem pertinere causantes, Illud dicam : cur adeo magis indecorum istis videtur in suspicionem peccati aduersus fidem quam adversus charitatem venire? Nam quia potior est habenda ratio fidei quam charitas. At Paulus aliter sentit. Siquidem ille nunc autem manent spes, fides, charitas tua haec, maior autem horum est charitas, sed dicam ingenue quod sentio sine noxa sit mihi verum dicere. Ideo ab istis haec infamia timetur, Illa autem negligitur, quia inimicus christianae charitatis Sathana, quo christianos ab operibus charitatis averteret, caliditate sua hanc in cordibus multorum zizaniam immiscuit, et (*al.* ut?) adversus fidem, quoniam simulari potest, contumeliosum, adversus autem charitatem, quae simulare minime potest, honorificum peccare existiment. Et quemadmodum in ecclesiae nascentis primordiis Christum profiteri infame, pie autem vivere honorificum, mundus judicabat; Ita nunc, versa vice, Christum ore profiteri, et honorificum praestare, aut (?) factis quam verbis profitemur, ignominiosum ac pene infame a multis judicatur. Quicumque sic effecti sunt nonne carnales esse, et secundum hominem ambulare merito judicabuntur. Audistis, lusitani pastores, quomodo Christus homines ad se adduxerit [1] nempe verbo, vocatione, mansuetudine, humilitate, ac denique officii charitatis. Audistis episcopum, secundum Paulum [2], aptum ad ducendum esse debere, a quo etiam didicistis [3] quomodo gentem vestram docere, admonere, ac fovere, non autem deserere ac desertam odio persequi, immunitateque delere cupere, Cum hoc impium, illud autem plum ac secundum religionem sic debeatis. Audistis [4] quam longe a Christo sitis alieni cum adversus Patrem familias, quod debita liberalitate prosequatur suos murmuratis. Auditis quomodo, vestris persuasionibus deceptus, Sanctissimus Dominus noster bullam Inquisitionis adversus miseram vestram gentem vobis concesserit, Et qualiter vestris plusquam tyrannicis immanitatibus provocatus concessam revocaverit, alteramque, de qua agitur, remissionis illorum misertus dederit. Vidistis denique quam sint vana, frivola ac nullius etiam momenti, quae

[1] 1 Cor. 3.°
[2] 1 Timot. 3.°
[3] Timot. 1.°
[4] Matth. 20.

adversus Suae Sanctitatis misericordiam objiciatis. Nunc, per Deum immortalem [1], perque adventum filii ejus, in carnem vos obsecramur atque hortamur ut feritate atque inhumanitate exuti, relictisque concupiscentiis [2], quae militant adversus spiritum, Dominum Nostrum Jesum Christum induamini, ut post hac quid vobis faciendum et quid vitandum sit discatis, Ut cum exuta immortalitate [3] desertasque domos vestras terrenas, coram aeterno illo judice animarum constituti fueritis, unicuique vestrum dicat Ille «euge, serve bone et fidelis, quia super pauca fuisti fidelis, supra *(sic)* multa te constituam. Intra in gaudium Domini Tui [4]» [5].

Bulla do Papa Clemente VII, dirigida a el-Rei.

1534 — Março 4.

Clemens episcopus seruus seruorum dei Carissimo in christo filio Johanni Portugallie et Algarbiorum Regi illustri Salutem et apostolicam benedictionem.

Gratie diuine premium et humane laudis preconium acquiritur, si per seculares Principes ecclesiarum prelatis, presertim pontificali dignitate preditis, opportuni fauoris presidium et honor debitus impendatur. Hodie siquidem ecclesie Septensi, tunc per obitum bone memorie Henrici olim Episcopus Septensis, extra Romanam Curiam defuncti, pastoris solatio destitute, de persona dilecti filii Didaci, Electi Septensis, nobis et fratribus nostris ob suorum exigentiam meritorum accepta, de fratrum nostrorum consilio, apostolica auctoritate prouidimus, ipsumque illi in Episcopum prefecimus et pastorem, curam et administrationem ipsius ecclesie sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur. Cum itaque, fili Clarissime,

[1] 1.° Petr. 2.ª

[2] Ro. 13.

[3] 1.° Corin. 6.

[4] Matth. 25.

[5] *Copia na* Bibliotheca d'Ajuda, Simmicta, Vol. 31, fol. 426. *Documento n.° 17 junto ao Memorial dos Christãos novos.*

sit virtutis opus dei ministros benigno fauore prosequi, ac eos verbis et operibus pro Regis eterni gloria venerari, Maiestatem tuam regiam rogamus et hortamur attente quatenus eundem Didacum Electum, et ecclesiam predictam sue cure commissam, habens pro nostra et dicte sedis reuerentia commendatos, in ampliandis et conseruandis iuribus suis sic eos benigni fauoris auxilio prosequaris, quod ipse Didacus Electus tue Celsitudinis fultus presidio in commisso sibi cure pastoralis officio possit deo propicio prosperari, ac tibi exinde a deo perennis vite premium et a nobis condigna proueniat actio gratiarum.

Datum Rome, apud Sanctum petrum, Anno Incarnationis dominice Millesimo quingentesimo trigesimo tertio, Quarto Nonas Martii, Pontificatus nostri Anno Vndecimo [1].

Breve do Papa Clemente VII, dirigido a el-Rei.

1534 — Abril 2.

Clemens Papa VII Charissime in Christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem.

Venit ad nos cum tuae Majestatis litteris et mandatis dilectus filius Henricus de Menezes, Nuntius tuus, quem superioribus mensibus tua Majestas se missuram nobis scripserat, et cuius expectatione nos, ad tuae Majestatis instantiam, publicationem litterarum nostrarum nouis tui Regni christianis iampridem concessarum libenter suspendimus [2]. Isque, vna cum venerabili fratre Martino a Portugallia, Archiepiscopo Funchalensi, propinquo et oratore apud nos tuo, redditis nobis tuis litteris et lectis mandatis, eadem ipse prudenti et graui sermone subsecutus est, eaque postea nobiscum egit saepius, Ita ut fidei erga te singularis ac prudentiae et ingenii specimen nobis in agendo ostenderit. Quibus lectis et auditis, ac per nos diligenter et mature consideratis, vt non solum nostro,

[1] Arch. Nac. Maç. 17 de Bullas, n.º 24.

[2] *Refere-se ao breve :* Licet superioribus, *de* 18 *de Dezembro de* 1533, *que não podémos encontrar.*

verum etiam aliorum judicio in hoc niteremur, ordinauimus vt haec nouorum christianorum causa, quod ad justitiam pertineret, inter ceteros iurisperitos nostros, quorum doctrina et fide maximis in rebus uti solemus, etiam per unum primo et deinde alterum Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinales, ambos seorsum viros diuini et humani juris consultissimos et signaturae nostrae praefectos, cognosceretur nobisque referretur, vt deinde tuae Majestati certius et deliberatius respondere, ac uel tuas rationes ipsi admittere, ut cupiebamus, si admittendae uisae fuissent, uel te nostris rationibus ac litteris cum bona tua, quod maxime cupimus, voluntate *acquiescentem* reddere possemus. Qui quidem Cardinales, singulis animaduersis et tuis Oratoribus saepius auditis, quid tandem ad obiecta et postulata tuae Maiestatis responderint, arbitramur serenitatem tuam iam ex litteris ipsorum oratorum suorum abunde cognoscere potuisse. Sed, etsi ea illis scribentibus tuae Maiestati iam sunt cognita, *vt credimus*, attamen nos quoque, studio amoris in te nostri tuique erga nos mutui conseruandi, eadem ipsi tecum amanter agemus, et nostri facti rationem, quam alioqui reddere nemini in hoc tenemur, amore tamen adducti tibi reddemus, vt quae tua est justitia ac religio singularis haec reputans probes et probata recipias, ac proinde eisdem sis animo et erga nos pietate, quibus et tu hactenus fuisti, et tui maiores erga nostros praedecessores semper fuerunt, quod et futurum tua freti probitate certo confidimus . . . primum ad illud ueniemus quo te non parum commotum fuisse uidemus, quod videlicet *non* ipsis nouis christianis ueniam illam ante dandam decreuerimus, quam tuae Maiestati quicquam super hoc significaremus quod fuisse prius faciendum, tum quod Serenitas tua magnam hanc in Regnis suis nouitatem fuisse existimat, tum quod eorum, quae in facto circa haec contigerunt, quaeque ad huiusmodi concessionem necessaria erant, a nemine maior cercitudo quam a tua Serenitate haberi potuerit. Quae nos quidem grauiter admodum et iniquo animo ferremus, si ex facto nostro in tuis Regnis nouitatem ullam induxissemus, uel si ratio tuae voluntatis, siquam in hoc habere debuissemus, per nos habita non fuisset, Quandoquidem omni tuae Maiestatis utilitati, honori, tuorumque Regnorum tranquillitati et paci, semper consulere cupimus, perinde ac pastoralis officii munus et nostra erga te beniuolentia postulat. Nos uero, fili charissime, non uidemus tanti momenti hanc nouitatem fuisse, si nouitas est erratorum quae ad nos pertinent ueniam tuis populis dedisse, ut me-

tuendum esset ne aliquam in Regnis suis perturbationem esset excitatura, quod fere nouitates omnes facere consueuerunt. Nam, si hanc gentem, quae, ut accepimus, non contemnenda est tuorum Regnorum portio, te inconsulto criminum suorum inquisitione uexari a nobis fuisset mandatum, potuisset forsitan noui aliquid hinc temeri: si *item* exaduerso nobis in animum uenisset eandem ab inquisitionis metu perpetuo liberare, pariter timeri potuisset ne reliquis populis ingentis scandali occasio a nobis praestita fuisset. Sed quid fecimus? huic miserae genti prouidimus ne, quod interdum sine Regia voluntate a ministris fieri solet, importuna ipsorum ministrorum animaduersione acerbius uexarentur quam par esset, praeteritorum tantummodo erratorum Inquisitionem remisimus, non etiam eorum quae in posterum committerentur impunitatem illis polliciti fuimus. Quis est itaque, qui hoc dicere audeat quod aliquod in animis fidelium scandalum, aliquamue in Regnis tuis perturbationem parere potuerit haec nouitas, cuius causa fuerit omnino tua Maiestas consulenda? nonne eius in hoc praecepta seruauimus, qui nos ut ea seruarentur ecclesiae suae praeesse voluit? nonne eiusdem exempla in parcendo et praesertim nouis filiis indulgendo imitati fuimus, qui suas in terris vices nobis committere dignatus est? Quid si etiam tuam et tui genitoris voluntatem in hoc secuti sumus! Scis enim, fili, te et clarae memoriae genitorem tuum huic genti ueniam erratorum suorum, quae per vndetriginta annos admisissent, fuisse pollicitos. Quod si est quomodo nouitatem ex ea re oriri posse putaremus, quam a te et tuo genitore promissam fuisse cognouissemus? Nos enim, etsi totum hoc Juris nostri erat, tamen quod a vobis promissum fuerat impleuimus, aliquot tantum annorum numero adiecto. Non igitur ulla in hoc admissa est nouitas, si ea quae a vobis cum hac gente conuenta fuerant velut confirmauimus, et paulo largius etiam vestram voluntatem impleri mandauimus, quam in nostra erat potestate rescindere et ratam non habere. Nam qui sensus Serenitati tuae fuisset si in quo ipsi paulo uberius mansuetudinem vestram probauimus in *eo in*feriores esse voluissemus, et ab eo tempore, quo isti fuerunt baptizati, eorum crimina inquiri et uindicari statuissemus, certe quae tuae Maiestatis bonitas et in suos indulgentia est credimus quod illa uehementer laborasset et istorum causam suscepisset ne tam dure cum ipsis ageremus, neue gloriosi parentis sui placita summa ratione cum . . . . . conventa repudiaremus, maximamque hanc in Regnis suis nouitatem fore nobis testata fuis-

set, eamque non minus ad christianae religionis perniciem quam ad honoris sui et clarae memoriae parentis sui iniuriam esse peruenturam. Quae omnia si nos absque ulla tuae Maiestatis interpellatione cogitauimus et nostra sponte dedimus quod precibus *et instantiis*, si alterius mentis fuissemus, erat a nobis impetrandum, sperabamus Serenitatem tuam id, quod per eam et genitorem eius antea promisum et per nos postea concessum fuit, statim voluntate et assensu suo comprobaturam fuisse. Quo uero respectu erga Serenitatem tuam nos in hoc gesserimus, ut illi et omnibus patet, cum litteras nostras, quanquam in re ad nos mere spectante et magna ratione per nos concessas, non tamen ante publicari voluerimus quam tua Maiestas de omnibus certior a nobis fieret, Ita ut prius ne an post id quod cupis fecerimus parum referat cum concessisse juris nostri fuerit, tuam uero notitiam et voluntatem postea requisiuisse nostri in te amoris. Nam quod paulo antea inquisitionem aduersus hanc gentem tua Maiestate *postulante concesserimus*, hoc certe nobis ex animo non exciderat, sed neque ad tuam laesionem pertinere iudicauimus si eiusdem Inquisitionis rigor . . . futuros tantum istorum errores fuisset *per nos* moderatus . . . . . Serenitatem tuam non huius gentis sanguinem ut mitissimam, neque fortunas ut opulentissimam expetere, quae omnes in eius manu sunt, sed christianos tantum mores et saniorem mentem illis una nobiscum *excitare*, quod facilius nos assequi posse sperauimus si hac clementia ac unitate erga nos tanquam nouos fidei filios uti, inexcusabiliter deinceps ipsos peccaturos esse admonuissemus. Quod uero Serenitas tua arbitratur eorum, quae nos ad dandam his hanc ueniam impulere, satis certam cognitionem ad nos peruenire non potuisse, propterea quod a tua *Serenitate recognitio* non peruenerit, vtinam uel ipsa Maiestas tua suis litteris, uel eius oratores aliud nobis persuadere potuissent, quam nos hactenus persuasi fuimus. Nam, si nulla vis uel istis qui nunc uiuunt, uel eorum parentibus, a quibus ii perpetuo educati fuerunt, initio illata fuisset; si deinde ipsi iuxta christianam disciplinam. . . . . diligentia in lege christi instructi et confirmati fuissent, sic ut eorum errata nobis ulla ratione imputari non posset; nihil erat certe quod nos mouere potuisset ad eorum causam benignius suscipiendam: sed cum neque tua Serenitas, neque eius oratores aliquid significauerint quominus uerae esse crederemus, quae supra *dictae* sunt, quid est cur nos parum fideliter persuasos fuisse existimare debeamus quamuis eadem aliorum quam tuae Maiestatis

testimonio acceperimus? Nec uero negamus quin maior tuae Serenitati iisdem de rebus quam ceteris tui Regni hominibus fides habenda fuisset; si tamen *ita con*tigit ut eadem *veritas*, cui tua Maiestas..... religione sua fidem omnino fecisset, aliunde nobis innotuerit, nec quoquomodo ea ad nos perueniret quicquam tua interesse existimauimus, cur illi obstare debet quod tuae Serenitatis testimonio ad nostram notitiam non peruenerit? Domini enim est veritas, fili charissime, ubicumque fuerit inuenta, et ea ratione, *etiam* si a paruulis et alienigenis hominibus sit patefacta, non est contemnenda. Ceterum quia Serenitatis tuae nomine fuit certa forma exhibita, sub.... uidetur quod dicta uenia conuenientius potuisset a nobis dari, quanquam illud ipsa litteris suis ingenue concesserit, non decere ut summi Pontifici in his, quae ad religionem pertinent, Regum aut Principum consilio regantur, satisque esse si eorum, quae in facto contingunt, ab his facti fuerint certiores; Tamen hoc quoque ea mansue*tudine*.... vicarium decet, accepimus, et quod a Serenitate tua nobis fuit propositum diligenter cognosci mandauimus hoc animo, Deum testamur, ut Serenitati tuae *morem* gereremus non modo in iis, quae ab illa rectius in hac causa fuissent considerata, sed in his etiam, quae..... diuinae et *humanae justitiae* offensam..... *dari* potuissent, sed..... et aequitatem, fili, requirimus ut perpendas quid tuo nomine a nobis petatur, petitur namque ut eos etiam, qui ex hac gente in aliquos errores occulte inciderint, cogamus ut *illos* ecclesiae patefaciant priusquam ueniam consequantur, quod certe nullo jure nulloque exemplo ab illis peti nec a nobis concedi potest, nam, omisso quod nec illis qui iam damnati sunt huiusmodi errores imputari debere, in quibus nonnulla pastorum ecclesiae culpa potest agnosci, certe nusquam legitur quod ecclesia occultorum delictorum rationem reposcere *possit*, quorum iudicium sibi diuina Maiestas reseruauit. At obiici potest quod hi tales errores ne sacerdoti quidem forsan confitebuntur: id uero suspicari non debemus cum nolit diuina clementia quod de alicuius salute desperemus. At hoc pacto ab ecclesia ueniam consequentur licet illi nequaquam satisfecerint, veniam quidem consequentur errorum illorum, qui nulla ratione christiana pietas patitur ut illis imputentur, etiam si patefacti fuerint, ecclesiae autem non satisfacient iure meri*to* cui nihil eos debere com*pertum* est, cum hactenus illud non offendisse reperiantur. At erunt deteriores ni sciant se posthac relapsorum poenae teneri. Nobis uero eligendum est ut ipsi potius

perfidiae suae rationem Deo reddant, quam nos nimiae seueritatis et iniustitiae, quanquam parum probabile est quod sint qu .... ducti has impietates secuturi sint, quas in initio cum famae et rerum suarum detrimento, denique etiam ultimo supplicio sciunt esse puniendas. Ac si omnino erunt aliqui huiusmodi causa a Deo condemnati, *certe non* procul abesse poterit diuinae Justitiae vindicta, quam ipsi nullo pacto effugere poterunt, satis itaque his, qui tuam Maiestatem paulo .... *in huius* gentis animaduersionem incendunt, uideri debuerat quod nos, seuerius etiam quam horum causae aequitas pa*teretur*, statuerimus quod condemnati uel reconciliati et quorum crimina iam sunt in iudicio patefac*ta*, *uel ipsorum poena* ..... illi etiam, qui graui impietatis *sus*pitione laborant, *teneant*ur uel proprios errores confiteri, uel ..... purgatione se defendere, in *his* omnibus ecclesiasticae disciplinae potius et hominum opinioni satisfacere, quam istorum causae (maiori certe misericordia dignae) consulere cupientes. Tum uero illud etiam quod petitur ne iis, qui accusati aut in vinculis hanc ob causam coniecti esse reperientur, priusquam errorum ueniam acceperint, prodesse possit presentis gratiae decretum, ... sit ab omni ratione et humanitate alienum tua Maiestas consideret. Nam, siqui haec tibi persuasere non iniquum esse existimant quod iam condemnatis *hoc* ...., cur deteriore apud eos conditione habentur, qui nondum sunt condemnati? Quod si hoc ea ratione postulari dicatur ne judicialis inquisitio aduersus ..... antequam eorum crimina fuerint probata et ipsi ecclesiastica sententia condemnati, certe hoc nimis a presentis causae aequitate alienum est. Nam quid grauius posset constitui aduersus eos, qui, ex optimis parentibus nati et sancte educati, in hos errores ob malitiam suam prolapsi fuissent, nec ullam errorum suorum excusationem possent praetendere? ..... praediximus nobis fuit uisum quod aduersus eos, quorum delicta iam essent patefacta, seuerius nos quicquam ecclesiasticae disciplinae causa statuere oporteret, quorum crimina potius voluissimus quod sine scandalo occultari potuissent, quanto aequius itaque a nobis occurrendum fuit, ne ea fiant palam, quae adhuc occulta sunt? quid q ..... *hoc pacto nihil* ab iis distaret qui nunquam huius gratiae beneficio uti statuissent et diuinae nostraeque clementiae munus con*tempsi*ssent. Postremo in potestate impii cuiusque et mali hominis esset quot ex hac gente ipse uellet *horum* criminum *reos* facere, *eorumque nomina* deferre, et hoc pacto per summam iniuriam quoscunque libui*sset* .....

de iis qui uiolenter ad sacros fontes se pertra*ctos* fuisse *do*cuerint, iam tua Maiestas *nihil cogitauit* quod nos ante in animo constitutum non baberemus; sed haec ea respiciunt, quae nos ad futuram horum vitam cum tuae Serenitatis consilio statuere intendimus. Quod uero attinet ad tempus conseque..... illis constituendum, qui *etiam* his Regnis abesse reperiuntur, parum distant quae petuntur ab iis quae constituta sunt, quibus *tamen* nobis m*ulto aequius prouis*um esse uidetur, ut iuxta locorum longinquitatem longius aut breuius tempus illis constituatur, quam si idem temporis spacium omnibus ex aequo fuerit ascriptum. Cetera quae ad futurae Inquisitionis formam pertinent, etsi in iis nonnulla sunt, quae aduersus jura et ecclesiae constitutiones..... ntur..... tua Maiestas *nobis* persuaserit ea pro christi religione et populorum suorum salute a nobis esse danda, nihil recusabimus quod nos, saluo Dei honore, in tui gratiam fieri posse intelligemus. Interea uero tuam Maiestatem iterum atque iterum monere et hortari non cessabimus ne diuturnius his, quae a nobis in hac causa..... unt *uelit* resistere, *etiam* cum ipsa iam uidere *possit quanta* aequitate et iustitia ea fuerint constituta, fieri non..... *Maiestas* tua non solum authoritatem nostram, sed etiam justitiam et aequitatem, oppugnaret, quod scimus ab eius animo et uoluntate longe abesse. Quod si fortasse Tuae Serenitati minus efficaces adhuc videbuntur rationes nostrae, non recusabimus illam iterum atque iterum audire, ac rem totam dum *illi* plenissime fuerit satisfactum per inde habere..... neque Inquisitionis facultas, neque haec ipsa *uenia* fuissent in suis Regnis concessae, quarum utramque et libenter omissis *dis*ceptationibus in tui gratia sustulisse*mus*, *et u*isum fuisset quod citra diuinae Maiestatis offensam huius gentis salus et correctio longius differi potuisset. *Nam*.... humani aliquid nobis inesse crederemus nisi Maiestatis tuae tantopere de christiana Republica ob clarissimas *eius* res gestas, et quae quotidie pro christi fide geruntur benemerita omnibus in rebus morem gerere cuperemus, vbi, saluo diuinae Maiestatis honore, id a nobis fieri posse uideretur, in tanta praesertim ecclesiae et fidei catholicae perturbatione, In qua illud saepe ac libenter praedicare *sole*mus tuam Maiestatem inter paucos esse, quorum praesidio ecclesia et sancta religio suam dignitatem se perpetuo retinere posse confidat, quanquam nihil etiam nobis occurrebat cur credere deberemus *ut* rem gratam tuae Serenitati *esse* facturos si ea, quae a nobis tam pie et sancte in hoc negocio consti-

tuta fuerant, rescinderentur, nisi fortasse *hoc ipsa*..... desiderasset ut eadem illico ad sui postulationem sancirentur, quod certe, si ab ea desiderari intelligemus, libentissime illi morem geremus, ea ratione ut huius gentis homines intelligant quicquid ad eorum salutem a nobis concedetur, Id tuae Maiestatis sollicitudini ac curae de eis susceptae acceptum ferendum *esse;* nihil est enim quod nos magis optemus, quam ut populorum istorum erga tuam Serenitatem voluntates ac studia conseruentur, et quoad per nos fieri poterit etiam augeantur, quo scilicet promptiore ipsi et *alacriori* animo ad tuae Maiestatis man*data* gloriosum .... certamen aduersus barbaras gentes prosequ..... *christi* nomen tam longe lateque hactemus propagatum fuisse uidemus, ac diuina fauente clementia speramus fore vt longius in posterum cum immortali tua Maiestatis gloria extendatur. Quae et per eosdem oratores Maiestati tuae copiosius scribentur, et Venerabilis etiam frater Episcopus Senogalliensis, noster apud Serenitatem tuam Nuncius,..... tuae Maiestati uberius explicabit, cuius illa verbis solitam et indubiam fidem habere velit.

Datum Romae, apud Sanctum petrum, sub annulo piscatoris, Die secunda Aprilis, MDXXXIIII, Pontificatus nostri Anno Vndecimo. — *Blosius* [1].

Carta de D. Martinho de Portugal ao Secretario de Estado.

1534 — Abril 8.

Senhor — Auerá dous annos que em malega ouue huma carta de Vossa Merce: depois, atégora, nunca mais ouui nem nouas, nem cousa que me mandaseis em que vos seruise.

[1] ARCH. NAC., Maço 19 de Bullas n.° 12. *Este breve está muito deteriorado, tanto pelo grande uso que mostra ter tido (postoque não encontrassemos copia alguma d'elle), como pela agua aclaratoria empregada para avivar algumas passagens. Damos em italico as palavras lidas por conjectura com o auxilio de algumas syllabas ou letras ainda visiveis; e supprimos com pontos aquellas cuja leitura é impossivel.*

De bolonha vos mandei hum breue sobre os beneficios do voso mosteiro: trazia outras cousas, que se perderão com duas bullas que espedi, ou a vosa memoria está tam bem guardada que se não acha. Quem isto manda dizer a Vossa Merce certo que tem suas cousas no coração: deuo uolo, e a ninguem outrem; e alem disto se ha homem a que naturalmente seja afeiçoado sois vos. Peçouos muito por merce que me torneis a mandar as mesmas cousas: o que me lembra hera sobre as capelas das vossas quintans (e naom sei o que sobr isto) e pera vosso filho, o que ha de ser clerigo: quanto (o que naom sei) he ao que lhe eu prometi de ho beneficiar, não ha mister lembrado, porque eu o farei ou não terei hum pão, e quando mais não tivesse lhe daria delle muita parte.

Ouue do papa o *Indulto*[1] de couos e o de dom pedro mascarenhas pera vossa merce e seus filhos: mandai me dizer se quereis mais algua graça, ainda que me dizem co de couos he o milhor que se nunca deu; e por me fazerdes muita merce venha me logo a Instrucção do que se ha de fazer. Beijo as mãos de Vossa Merce.

De Roma a 8 d abril de 1534. — *D. Martinho de Portugal, arcebispo do Funchal*[2].

Breve do Papa Clemente VII dirigido a el-Rei.

1534 — Abril 8.

Clemens papa vii Charissime in christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem.

Cum, sicut per venerabilem fratrem Martinum, Archiepiscopum Funchalensem, tuae Maiestatis nepotem et apud nos oratorem, eadem Maiestas tua, quae etiam militiae Jesu Christi, Cisterciensis ordinis, administrator per Sedem apostolicam deputata existit, nobis nuper exponi fecit, alias postquam per nos accepto quod dudum clarae memoriae Emanueli,

[1] *Esta palavra depois de escripta foi emendada, mas de modo que não se sabe qual era a substituição. As que damos entre parentheses, estão entrelinhadas no original.*

[2] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. I, Maç. 52, Doc. 196.

Portugalliae et Algarbiorum Regi, genitori tuo tunc in humanis agenti, vt absque aliquo conscientiae scrupulo aliquibus de regia corona siue benemeritis aut alias sibi gratis, in recompensationem seruitiorum et obsequiorum eidem Regi prestitorum, aut cassationum seu extinctionum uulgo tenças nuncupatarum, seu aliorum annuorum reddituum, quos quandoque super regiis redditibus et nonnunquam super preceptoriis seu commendis aut mensa magistrali dictae militiae, cuius etiam administrator per sedem apostolicam deputatus erat, dare et assignare consueuerat, preceptorias seu commendas ipsas dictae militiae libere et licite dare et conferre posset, per concessionem uiuae uocis oraculo bonae memoriae Georgio, Cardinali Portugallensi, desuper a nonnullis Romanis Pontificibus praedecessoribus nostris factam, indultum extiterat, ipseque Emanuel Rex dicta facultate usque ad obitum suum libere semper usus fuerat, Nos Maiestati tuae eandem licentiam confirmaueramus seu de nouo concesseramus, necnon ut similes recompensas praeceptoriarum aut reddituum praedictae uel cuiusuis alterius militiae pro dotibus dictarum personarum elargiri, donare et debite compensare posset, ampliaueramus et con*cesse*ramus; et tam praefatum emanuelem, dum in humanis ageret, quam te de preceptoriis seu commendis huiusmodi absque dictae sedis licentia per vos antea forsan concessis similiter uiuae uocis oraculo bonae memoriae Laurentio, Episcopo Praenestino, tunc in hum*anis* agenti, et tituli Sanctorum quatuor Coronatorum presbitero Cardinali, absolueramus, et dictus Laurentius Cardinalis de confirmatione, ampliatione, concessione et absolutione per nos factis huiusmodi per suas patentes litteras eius sigillo munitas fidem fecerat et illas attestatus fuerat, prout in eisdem litteris dicitur plenius contineri: Tu, uigore licentiae per nos tibi concessae, et litterarum Laurentii Cardinalis huiusmodi, ac iuxta illarum continentiam, de nonnullis preceptoriis ipsius militiae, etiam de illis, quae procurante dicto Emanuele Rege per felicis recordationis Leonem papam x, Predecessorem nostrum, erectae fuerant, prouideris. Sed quia preceptoriae ipsae, praesertim per dictum Leonem predecessorem erectae, iuxta illarum institutionem et desuper confectarum litterarum formam et tenorem, militibus, qui, per tempus et per tempora per praefatum Emanuelem Regem et eius successores dictae militiae administratores pro tempore existentes statuenda, contra infideles dimicauerint, uel alias benemeriti fuerint, concedi debeant, et de hoc in litteris Laurentii Cardinalis huiusmodi expressa

mentio facta non extitit, tu dubitas concessiones praeceptoriarum earundem ob remunerationem obsequiorum tuae regali personae etiam extra bellum contra infideles impensorum, ac in recompensam pensionum tenças nuncupatarum, tam tuorum regnorum quam mensae Magistralis, aut pro dotibus ac minoribus quatuordecim annis ad dimicandum impotentibus, et non illis propriis meritis ad dictas preceptorias obtinendum suffultis, et alias personis eiusdem militiae, qui contra ipsos infideles minime dimicarunt, per te et dictum Emanuelem Regem factas, fieri non licuisse, eadem Maiestas tua nobis per dictum Martinum, Archiepiscopum et oratorem, humiliter supplicari fecit vt tibi a censuris, siquas propterea forsan incurristi, de absolutionis beneficio ac alias statui tuo in praemissis oportune prouidere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur pii patris et boni pas*toris uices* implere, ac preceptoriarum per te et dictum Emanuelem sic concessarum inuocationes, denominationes, situationes, et ueros annuos ualores, illarumque et personarum, quibus concessae sunt, numerum, qualitates, nomina et cognomina praesentibus pro expressis haberi uolentes, huiusmodi supplicationibus inclinati, Te, necnon personas, quibus preceptoriae huiusmodi concessae sunt, ab omni simoniae labe, siquam propterea forsan hactenus contraxistis, ac quibusuis inde prouenientibus excommunicationis et aliis sententiis, censuris et penis ecclesiasticis, authoritate apostolica tenore presentium absoluimus ; necnon a te et personis prefatis omnem inhabilitatis et infamiae maculam siue notam, per vos praemissorum occasione quomodolibet forsan contractam, penitus abolemus, ac cum eisdem personis ut preceptorias ipsas, de quibus hactenus prouisi fuerunt, absque alia sibi de illis de nouo facienda prouisione retinere libere et licite ualeant, auctoritate et tenore predictis de specialis dono gratiae dispensamus : Non obstantibus premissis, ac eorundem preceptoriarum institutionibus, et quibusuis apostolicis, necnon dictae militiae, iuramento, confirmatione apostolica, uel quauis firmitate alia roboratis statutis, stabilimentis, usibus et naturis, caeterisque contrariis quibuscunque.

Datum Romae, apud Sanctum Petrum, sub annulo piscatoris, die VIII Aprilis, MDXXXIIII, Pontificatus Nostri Anno Undecimo. — *Blosius* [1].

[1] ARCH. NAC., Maç. 2 de Bullas n.º 17.

Breve do Papa Clemente VII dirigido ao Bispo de Sinigaglia.

1534 — Abril 9.

Clemens papa VII Venerabilis frater salutem et apostolicam benedictionem.

Ex litterarum exemplo, quas ad istum serenissimum Regem, nostrum in christo filium charissimum, super venia nouis christianis sui Regni per nos concessa scribimus, perspicies et quam plene ac uere ad obiecta respondeamus, et quam multis ac rationabilibus de causis ad dictam ueniam concedendam deuenire non solum por nostro iure potuerimus, sed etiam pro officio debuerimus; Speramusque proinde ipsum Regem pro eximia eius probitate, ac perpetua sua et maiorum suorum erga nos et hanc sanctam sedem reuerentia et obseruantia, his litteris receptis libenter permissurum vt Bulla dictae veniae etiam cum sua uoluntate ac fauore per te publicetur et executioni demandetur. Quod si secutum fuerit, ut speramus, Fraternitatem tuam impense monemus, eique id, quod totiens per tot litteris scribi fecimus, nunc memoramus, et sub indignationis diuinae ac nostrae, insuperque suspensionis a diuinis quoad te, quoad alios uero infrascriptos sub excommunicationis latae sententiae pena ipso facto incurrenda, praecipimus quatenus diligenti cura efficias ac perficias ut in executione huiusmodi bullae et ueniae per te facienda neque tu, neque quisque tuorum ministrorum, officialium, executorum et familiarium, aliquid pro scriptura uel sigillo, aut quouis alio pretextu, labore, seu causa, uel in pecunia numerata, uel in quauis alia re, etiam sponte oblatum aut promissum, capiatis; sed gratis omnia a te et illis expediantur, pro quanto indignationem nostram penasque supradictas cupitis euitare, Nos enim grauissime a te et tuis offendemur, si nostrae huic uoluntati contraueneritis.

Datum Romae, apud sanctum Petrum, sub annulo piscatoris, die VIII Aprilis, MDXXXIIII, Pontificatus nostri anno vndecimo. — *Blosius* [1].

[1] ARCH. NAC., Maç. 20 de Bullas n.° 4. *Diz o sobrescripto*. Venerabili fratri Marco

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1534 — Abril 10.

Senhor. —Até me Vossa Alteza Responder que tem laa minhas cartas, ou que as nom tem, ei lhe sempre de fazer lembrança que lh as escreuy, e cantas e per quem, por me nom ter por mao negociador do que me manda e mais descuydado em auysal o do que passar, no qual, por que eu poderya ter culpa, nom querya cayr nella, que do negocear mal ou bem, como nom estaa em minha mão, nom me pode pesar mais que por Vossa Alteza ser bem ou mal servido, mas não jaa por eu poder nysso ser nunca culpado. Eu, senhor, como aqui cheguey, que foy a dez de fevereiro, escreuy loguo a Vossa Alteza aos xv do mesmo mes pelo cavaleiro d alcantara; e a nove de março escrevy tambem duas cartas per hum correo ordinaryo de castela; e aos xxv do mesmo março lh escreuy per outro que o conde cyfontes mandou ao emperador: e todas estas cartas forão no seu maço dirygydas a alvaro mendez, e nelas lhe dey conta do que ate então tinhamos passado, o arcebispo e eu, neste negocio dos cristãos novos, porque em outro nunca quys falar nem falarey ate ver Recado de Vossa Alteza, por m o asy mandar cando party e lhe beyjey a mão. E em huma destas cartas, que forão a nove de março, lhe mandámos o trelado das Razões que os letrados de qua escreuerão contra as que eu trouxe [1], e como sem embargo delas lhes parecia bem o papa fazer o que tinha feyto e nom mudar disso nada. E o que sobr ysso fezemos e dissemos *he* muito longuo pera dizer, canto mais pera escreuer. Porem, senhor, huma cousa ouvy a meu pay, que deus aja, que

episcopo senogalliensi apud carissimum in christo filium nostrum Joannem Portugallie et Algarbiorum Regem Illustrem nostro et apostolicae sedis, cum potestate legati de latere, Nuntio. *Na* Gav. 2, Maç. 2 n.º 5, *guarda-se uma versão portugueza d'este breve; mas com a data errada de* 8 *de Abril.*

[1] *Não encontrámos nenhuma das cartas a que allude, e por isso pareceu-nos mais conveniente publicar as respostas ás allegações d'el-Rei logo depois d'estas. Vid pag.* 29 e 47.

agora acho verdadeyra, e he que muito mais trabalha homem no em que nom faz nada, que no que acaba muito bem e muito á sua vontade; porque, em canto trabalhámos por Vossa Alteza ser seruydo, nom quys o papa vyr em conceder mais que em fazer esse breue [1] e no que per ele Vossa Alteza pode ver. E delle e do que qua entendemos pode comprender duas soos cousas: a primeira he que canto ao artiguo dos Relapsos o papa estaa muy duro no que tem feito, e muy aconselhado de fazer nysso o que deue, e nom deuer de deyxar de fazer o que faz; a segunda he que tudo o al ele concederaa asy como a Vossa Alteza Requeryr, ou coma por hum meo que aja Vossa Alteza por bem que se Reuogue a uossa Inquisyção e ele a sua bula do perdão, e de novo se fale e trate no como se fará o hum e o outro a vosa instancya, ou se nom fale nysso por agora. Isto he o que diz esse breue, que nos o papa mandou mostrar: e crea Vossa Alteza que nom faltou quem antes e depois de o ver lhe dissesse o que compre a uosso seruyço; mas nom podiamos al fazer senão aceytar seu despacho e Reposta, e pesar nos muito de ser tarde e não a nossa vontade, senão canto excedemos per uentura nysso o modo em falarmos e Repricarmos mais do que Rezaua a nossa Instrução. Ora, senhor, Vossa Alteza veja o que nysto ha por mylhor e mais seruyço de deos e seu, e assy o ordene e nolo mande. E posto qu eu nom seja pera falar nysto mais que dar conta do que homem qua passa pera se laa determynar o que deue de ser, todavya, pera mylhor emformação de Vossa Alteza e dos que nysso ouverem d aconselhar, direy eu alguma cousa do que me parece e qua entendo, e he que certo Vossa Alteza tem Rezão e muita de s aqueyxar e escandalyzar canto quiser do papa: as Razões pera ysso estão craras a ele e a muitos laa e qua, que este negocio anda muy pubryco, e podelo ão ser mais canto Vossa Alteza quyser; porem deue primeiro com seus letrados e c os do seu conselho d olhar o que sobre s aqueyxar muito poderaa sobr ysso fazer de direito ou deveraa de feyto, e assy o ordenar e executar, que nóos aquy estamos pera fazer o que nos Vossa Alteza mandar muy inteyramente, e hyrmo nos de muy boa vontade, que este he o primeiro trebelho deste joguo. Porem, senhor, se a ysto achar inconuenyentes, como os aas uezes ha em tudo, por bom que seja de fazer canto mais no em que ha bycos, pode Vossa Alteza

[1] *Refere-se ao breve de 2 de abril, que vai no logar competente.*

aceytar huma destas que o papa moue, a saber, fazer se tudo o do inquisydor, e do al que Vossa Alteza pede muy bem feyto, ainda que seja derogando o direito; e nos Relapsos nom se mudar o que estaa feyto, os quaes tem quatro ou cinquo capitolos e em soos dous he a diferença; e este perdão ser feyto de novo a instancia de Vossa Altesa e com seu consentymento e contentamento: e abaixo direy o como o santyquatro quer. Ora, se isto assy nom quer, que aja Vossa Alteza por bem que se Reuogue a bula do perdão e da vosa inquisyção, e que de novo vos concerteis, senhor, co papa como seraa cando ouver de ser: o qual a santiquatro parece muy bem e a mym nom me parecerya muito mal, porque asy e asy, pois a vosa inquisyção he derogada ou suspensa pelo perdão, mylhor seraa que seja suspensa de todo e a do papa Reuogada de todo, e asy parece que ganhamos terra e que se vyrá o nuncio de laa, como diz santiquatro, que a meu ver a pyor cousa que Vossa Alteza tem neste negocyo he tel o laa e qua pera outras trezentas cousas, e eu hyr me de qua; e faraa Vossa Alteza isto cão de vagar quiser, e entre tanto morrem e vyvem muitas cousas, e poder saa Vossa Alteza avyr e amygar muito, se quiser, co papa, de feição que vos conceda tudo a uosa vontade, o que agora entendo eu que nom estaes, ou o sey muito certo.

E, se isto nom ouver por bem, consynta no primeiro que diguo do perdão ordenado a vossa instancia; e do al, afora os Relapsos, tudo a uosa vontade. E o que diz santiquatro he que o nom leuem estes judeus tão saboroso, e que lhes dem penytencia de xx ou xxx mil cruzados, ou os que Vossa Alteza ouver por bem, e que partaes co papa pera suas necesydades, com quem diz que Vossa Alteza nom tem comprydo em muitas cousas, em que as o papa teue; e que se deyxe Vossa Alteza nysto Reger pelo papa, sobre quem as causas desta calydade pendem: e per aquy outras muitas cousas, qu ele muito bem sabe falar, e que vol o escreueraa, dando se por muito obrygado e servydor de Vossa Alteza e d el-Rey vosso pay que deus tem: e que este perdão nom somente o nom dyvera Vossa Alteza de Refusar, mas que o dyvera de comprar por seu dinheiro, pera esta jente nom ter mais de que s aqueyxar de Vossa Alteza nem delRey que deus tem, nem poderem ter nunca escusa pera mays pecar. Isto he, senhor, o que neste negocio temos feyto e entendido; e crea Vossa Alteza que isto he qua praticado e afyrmado per letrados ao papa, e per hum cardeal antr eles muito letrado, que foy muito tempo

auditor da Rota e que parece homem de bem, e por ysso quyser'eu vyr com hum dos que laa entendem o contrayro, que eu assy o entendo com' eles per aquy e perante deus, e que qua nom querem senão dinheiro. E porem juntamente co ysso os letrados de qua afyrmão e escreuem que assy se deue fazer e não d outra maneira, como mandámos a Vossa Alteza per escrito a nove de março, que ja laa deue ser, e agora lhe tornamos a mandar a copya; e, postoque, como então disse, sejão Rezões mais aparentes que existentes, e boas pera lhe Responder, nom no sabe homem asy fazer per direito, nem tem pera ysso comysão de Vossa Alteza pera o dysputar. Esta he, senhor, a conta que posso dar per escryto a Vossa Alteza do que temos passado; e ey me por assaz mofyno nom s acabar tão cedo nem tão bem como eu quysera e como o trabalhey, asy como farey em tudo que me Vossa Alteza mandar ou eu vyr que he seu seruiço. Beyjar lh ey as mãos ver e determinar o de que mais for seruydo que se nysto faça, principalmente porque compre muito ao negocio e a uosso seruyço a mais breuydade que possa ser; e, depois de Vossa Alteza seruydo, pera me eu poder hyr antes do inverno, por nom hyr polas neves com que vym, e por nom estar tanto tempo incerto de cando me hyrey, nem poder estar como he Rezão. E ategora pousey co arcebispo por mostrar a breuydade que Vossa Alteza querya neste negocyo e por despacharmos este correo juntos, como mo Vossa Alteza mandou, onde com seus maos gasalhados nom synty tanto esta minha incerteza; mas, agora que isto vay mais a longa, em partyndo este tomarey huma pousada onde pagarey o passado: e ainda nom ha de poder ser tomal a sem ajuda do arcebispo por esta incerteza em que fiquo: porem, pois me Vossa Alteza faz merce pera mynha despesa, nom me parece Rezão senão isso, e o que mais tyuer gastal o em uosso seruyço, e não que Receba de Vossa Alteza merce e servyr vos mal, e sobre tudo ainda aa custa alhea; postoque o do arcebispo seja tanto de Vossa Alteza como o meu, e mais se pode ser. E no al nom crea Vossa Alteza que ey de fazer senão acompanhal o e seguyl o em canto aquy estyuer, e que nom aueraa antre noos senão tudo vosso seruyço. Ainda qu eu quysesse nom tenho neste negocio mais que dizer a Vossa Alteza senão que a este correo damos XIIII ou XV dias pera hyr, e menos ainda pera vyr: beyjaremos as mãos a Vossa Alteza mandal o despachar do que for mais seruydo com muita breuydade, o qual he fernão castanho, que ategora qua esperou

por este Recado : he muy bom seruydor e delygente : toda merce que lhe Vossa Alteza fyzer ele a merece, e mais foy qua Roubado de corenta ou cynquoenta escudos.

Item, senhor, o cardeal santa cruz me mostra muito boa uontade de seruyr Vossa Alteza, como lhe ja escreuy, e me disse e Rogou que escreuesse a Vossa Alteza que lhe tem escrytas duas cartas pedindo vos por merce hum abyto pera hum seu doutor, letrado e homem de bem, pera poder ter Renda co ele, e mais pola honra, sem lhe Vossa Alteza nunca Responder : que lhe beyjaraa as mãos fazer lhe esta merce. Eu lhe disse cão estreyto Vossa Alteza nysto agora estaua ; porem que uolo escreueryа, pois mo mandaua. Se o Vossa Alteza nom ouver por mal, seraa bem fazer lhe esta merce, que ele estimaraa muito, e podera seruyr em myl cousas pera que he bom ter muitos deles por amygos e seruydores, e mais com tão pouca custa. Vossa Alteza lhe faça esta merce e se lembre de lhe mandar Responder, que são desconfyados e cuydão outra cousa ; e, se lh a quiser fazer, o doutor se chama castilho, e eu lh o lançarey se Vossa Alteza me mandar o alvara, e tambem pera o fazer primeiro caualeyro : e damyão diaz ou fernão d aluarez o lembrarão a Vossa Alteza. Qua, senhor, nom ha outras novas senão que o capitão, que o emperador tinha em coron, em torquya, he morto com outros oytenta ou cem homens hyndo com toda a gente a pee dar n uma aldea ; e dos mouros dizem eles que morrerão oytocentos ou myl, mas homem aa lhes de crer o que faz contra, e não por eles.

Item. Senhor, aqui mando a Vossa Alteza o trelado da sentença do papa contra el Rey d yngraterra ; e, ela dada, vyerão ou aparecerão de novo certas creenças del Rey pera os embaixadores de frança, em que diz que quer desystyr do atentado, a saber, apartar se da manceba e estar a justiça da ygreja, e que o papa mande tratar este negocio mays perto donde ele estaa pera poder mylhor enformar de seu direito no negocio principal : a ysto ouue loguo congregação de cardeaes : nom se sabe ainda o que se determynaraa, porem cre se que tudo são modos de dylações ; porem a sentença he contrayra, de que nom ha hy apelar senão pera o concylio, que deus sabe canto mylhor serya (?) que o que vemos na ygreja.

Noso senhor guarde e acrecente o estado Real de Vossa Alteza como seus criados desejamos.

Senhor, se Vossa Alteza nysto mais quiser entesar co papa, parece me que deue de querer que o emperador tambem o escreva mais apertadamente ao papa e ao seu embaixador; e nysto crea Vossa Alteza que vay muito: e se ouuer de querer o perdão como o papa quer e cos outros pontos a uontade de Vossa Alteza, seja com entrar loguo a enquisyção; e o perdão acabado comece loguo a enquisyção: e tudo a instancia de Vossa Alteza, como diz santiquatro nessa carta [1], que me mandou mostrar tendo feyta esta. E Vossa Alteza escreua lhe e agardeça lhe muito canto ele se mete e quer meter nas cousas de uoso seruyço; e sem esta carta de Vossa Alteza verdadeiramente nom ousarey eu d estar nem parar em Roma. E o que nysto fyzemos e trabalhámos por este breue hyr como vay, e o negocio estar nos pontos em que estaa, algum ora o dyrey e mostrarey a Vossa Alteza; mas agora nom me quero gabar, ainda que fora muito mais o que fyzemos, pois de todo nom vay á vontade de Vossa Alteza como noos desejámos. Torno a lembrar a Vossa Alteza que, Reuogando a uosa enquisyção, ou nom querendo por agora usar dela e o perdão do papa, pareceraa que o perdão se Reuoga por Vossa Alteza nom ser dele contente: e esse nuncio seja loguo vyndo; E cando depois Vossa Alteza quyser a enquisyção concertar vos eis co papa mylhor que co nuncio laa; e amainando cada um seu pouco, far s aa tudo mylhor e tudo a uosa instancia e petição, e com mais contentamento d um cabo e do outro. Perdoe me Vossa Alteza por lhe fazer tantas lembranças e depois da data, e mande nos Vossa Alteza muito decraradamente o que faremos. Neste maço, que vay ao nuncio, vay o breue pera Vossa Alteza; e por esse maço hyr seguro, e por guardarem ordens (?) a esse nuncio, quiserão que fosse dentro nele e nos detiuerão este correo tres dias, o qual parte sesta feira dez d abryl, antes de jantar, 1534.

Criado de Vossa Alteza, que suas Reaes mãos beyja — *Dom anryque m.* [2].

[1] *Não appareceu a carta de Santiquatro a que se refere.*

[2] Arch. Nac., Gav. 2, Maç. 5, n.° 36. *Nas costas do documento ha uma cota que diz:* De dom amrrique de meneses de dez dias d abrill que trouxe castanhos oje xxvii (*ou* xxviii) dias do dito mes de 1534.

Breve do Papa Clemente VII.

1534 — Julho 26.

Clemente papa vii pera futura memoria desta cousa.

Como quer que a nós, tanto com mais eficacia cuidando ha humana necesidade de morer, quanto quada dia mais sentimos nós mais agramente sermos afligido pela presente enfermidade, antre outras cousas que ocorem pera auermos de ordenar pera descargo de nosa consciencia, isto permeiramente veo em nosa mente que, posto que em outro tempo, compelendo nos a piedade juntamente e as deuinas e humanas leis, a todos, e maiormente aos cristaos nouos que moram no regno de portugal, tenhamos concedido perdam dos erros pasados, cometidos asi contra a fee de cristo, como em outro modo qualquer cometidos, Cuidando em tal maneira d aqui por diante prouer a vida futura destes que nem elles entendessem que pecariam sem castigo, nem fosse deixado poder a qualquer de cruelmente e sem piedade vsar contra elles de crueza ; porem nós atee ora has nosas letras dadas soo selo de chumbo do dicto perdam defendemos serem publicadas pelo venerando varão noso irmão marco bispo de sinogalha, nosso nuncio no mesmo regno do purtugal, nam por outra rezam, senam por aprazermos ao muito amado em cristo filho nosso Joanne, illustre Rey de purtugal e dos algarues, o qual nos amoestou per seu special embaixador que nos queria significar muitas cousas pertencentes á gloria de cristo sobre o dicto concedimento de perdam : mas agora repetindo nós em noso animo que ia ha dias, tendo nós ouuidos asi o embaixador do dicto Rey, spicialmente por esta causa enuiado, como o uenerando irmão noso martinho, arcebispo do funchal, seu embaixador stante acerca de nós, e maduramente consideradas todas as cousas que per elles dictas e dadas em scrito foram, foy a todas subficientemente dada reposta e mais claro que a luz, asi per as allegações dos nosos homens pera o tal cargo escolhidos, como per nossa carta em forma de breue dada ao mesmo Rey demonstrado quanto asi á cristaã religiam como á piedade humana todas as dictas cousas conuinham, que per nós nesta

causa foram constituidas, e ia per quatro meses e ainda mais speramos o que se repricasse a estas cousas per o dicto Serenissimo Rey, deseiando de nenhuma cousa statuir em seu regno que delle nom fosse aprouado e recebido com grato animo, nós nom querendo, se acontecer que faleçamos, alem dos outros erros de nosa fraqueza, deste dar conta ao muito boom e muito grande deus que teuemos mais consideraçam e graça de huum Rey tereal que a sua gloria e saude do pouo a nós cometido; Sendo instructo da iustiça e muito boa equidade do dicto perdam, per estas nosas letras de noso proprio moto statuimos, declaramos, stabelecemos e queremos que has letras do dicto perdam em todas as cousas e per todas tenham aquela força e auctoridade, asi e da maneira que a teueram se no dicto regno foram publicadas, enadendo mais isto: que, se pelo dicto serenissimo Rey, o qual nom cremos, ou per seus oficiaes ou pouos, for fecto que os dictos nouos cristaõs seguramente nom possam comprir aquelas cousas, que nós nas dictas letras mandamos comprir pera que posam conseguir o dicto perdaõ, sem embargo disso elles naquelas cousas que pertencem a noso poder temporal quanto ao foro contencioso seiam auidos por absolutos e liures, e em nenhuum modo por rezam dos dictos delitos do tempo da dada destas em diante per uia de inquisiçam ou de visitação ordinaria ou extraordinariamente possam ser molestados ou inquietados; Confiado que aquele, se acontecer, que por prouidencia deuina nos for sorogado no cuidado do apostolado prouerá a futura vida destes com a mesma charidade e iustiça, com a qual, se deus nos der tempo ou se deus quiser, entendemos prouer; mandando ao mesmo bispo de sinogalha noso nuncio, o qual pera isto constituimos spicial executor, que em nosso nome e da see apostolica esta nosa declaraçam e vontade faça executar debaixo das mesmas cominaçoẽs e censuras, que se contem nas letras do dicto perdão, dadas soo selo de chumbo: sem embargo das dictas letras asi soo plumbo como em forma de breue emanadas, as quaes derogamos pera efecto destas, auendo os teores de todas ellas por subficientemente expressos, e sem embargo de quaesquer outras cousas.

Dadas em Roma, acerca de Sam pedro, soo anulo do pescador, a XXVI de iulho de 1534, do nosso pontificado anno XI.º— Blosius.

E eu Ambrosio Nanius, clerigo milanes, pubrico pela apostolica e

imperial auctoridades notario, porque este presente trelado de seu original proprio treladey, por tanto ho asiney de meu sinal e nome acostumados em fee e testemunho das cousas acima dictas [1].

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1534 — Agosto 19.

Senhor. — Pois vosa alteza nom ha por seu seruiço mandar me que me vaa, nem como o qua sirua em nada, nom poso eu acabar comyguo de deixar de lho lembrar cantas uezes poso, e deus sabe canto me co yso pesa: e pois nom syruo dal, como ja em outras escreuy a vossa alteza, seruyrey de dar novas dos temporaes, que dos esprytuaes ha qua tão pouquo e tão poucos que em pouca leitura se comprenderyão.

Item. Senhor, a xx do mes pasado de julho escreuy a vosa alteza que era então hum cardeal morto, e outro ficaua no estaleyro, o qual todauya morreo: chamaua se o cardeal de la valle; era proteitor da ordem de são francisco, e proteytor dò emperador dos Reinos de castela; homem ja uelho e gotoso e não de muito saber. E apos elle morreo tambem outro, que chamavaõ o cardeal gaetano ou são systo, tambem uelho, da ordem de são domyngos, o mor letrado em teologya que auya na crystandade e que tem feito muitas obras; de maneira que este ueraõ morreraõ tres, com que muito pesa ao embaixador de castella, porque erão todos muito imperyaes.

Item. Senhor, o papa tambem, que ficaua ja bem cando escreuy a vosa alteza, esteue muito perto d yr acompanhar seus tres cardeaes; e ja fica bem, porem não são de todo. E co seu estar pera morrer foy toda Roma reuolta e posta em armas, e nom auya aquy senão arcabuzes e velas e Roldas cada um em sua casa, e myl reuoltas pola cydade; nem

[1] Arch. Nac., Gav, 15, Maç. 16, n.° 18. *Traducção contemporanea, sem authenticidade, do breve* Cum inter alia (*citado na* Verdade Elucidada, Argum. n.° 10) *cujo original não podémos encontrar. Na* Gav. 2, Maç. 1, n.° 40 *ha outra versão d'este breve feita pela mesma pessoa, e que parece ter sido a primeira tentativa.*

auya justiça, nem gouernador, nem ousaua sayr de casa. E apos isto asomou aquy, antre napoles e Roma, barba Roxa com nouenta ate cem gales e fustas, e saquejaraõ huma uyla de napoles daquy sesenta mylhas. Foy, senhor, aquy tamanho o medo que nom sabiaõ onde se meter, e auyaõ medo de cynquo ou seis myl homens de mar vyrem outra vez saquejar Roma; e ainda nom estaõ muito fora deste Receo, que o barba Roxa pasou pera baixo: nom sabemos que fará. O embaixador do emperador, conde cyfuentes, escreue a andre dorya que arme e se uenha qua; mas ele he sesudo e sabe de la guerra; nom sey se ousaraa, nom se ajuntando mais gales que as suas. Nom ha qua outra nova, que seja pera contar, senão que pera este medo se fizerão aqui dois mil e quinhentos homens de soldo, e ja os mandarão fora.

Eu tenho escryto a vosa alteza myl uezes, e que estou em casa do arcebispo por me asy parecer uoso seruiço e mynha honra, ainda que contra meu gosto e contentamento, não ja polo gasalhado senão por outras myl cousas, que os homens querem antes suas pousadas; mas co a incerteza qu eu estou nom pode ser como compre a uoso seruiço, e por yso, e porque eu qua nom faço nada, e ja fora despachado se vosa alteza quysera, lhe beijarey as mãos determynar com cedo mynha hyda de qua, sendo vosa alteza primeiro seruydo, como eu querya. Noso senhor a uyda e Real estado de vosa alteza acrecente como eu desejo.

De Roma a XIX d agosto 1534.

Item. Senhor, depois desta feita me deu o arcebispo huma carta de vosa alteza sobo los mosteiros de dom manuel de sousa: logo fomos aos cardeaes: erão no paço: e porque este parte tão depresa, nom podemos tornar a eles, somente dar esta conta a vosa alteza. Se este se detyuer pera lhes podermos falar primeiro que a parte, daremos de tudo conta a vosa alteza do que pasarmos. E hum dos cardeaes ueo co nome errado, scilicet, vynha nomeado por grimano, e ele chama se trana, com que meto a dom manuel huma pouca de maa uontade; porem loguo lhe torno a dizer a uerdade que se emmende o nome do sobrescrito.

Criado de vosa alteza, que suas Reaes mãos beija — *Dom anrique m.* [1].

[1] Arch Nac., Corp. Chron. Part. I, Maç. 53, Doc. 82.

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1534 — Agosto 21.

Senhor. — Ontem, que forão xx deste agosto, partio d aqui hum fydalgo castelhano pola posta, polo qual escreuy a vosa alteza que me foy dada huma carta sua pera o arcebispo e eu falarmos a dous cardeaes sobo los mosteiros de dom manuel de sousa; e na outra lh escreuy que loguo aquele dya fomos aos cardeaes, e por serem em congregação no paço lhes nom falámos. O outro dia loguo, que foy ant ontem, fomos laa, e o arcebispo lhes deu as cartas de vosa alteza e sobr elas lhe falou tanto e tão bem como o ele sabe fazer, e como quem traz este negocyo antr as mãos de muito tempo, de maneira que a mym nom foy necessaryo falar: ele daa mais larga conta a vosa alteza do que nos Responderão, e por yso me parece sobejo tornalo eu nesta mynha a relatar.

Item. Senhor, o papa estaa doente, e ora parece que vay a bem, ora torna a recayr e estar pyor, de maneira que sua doença foy ategora e poderaa ainda ser muito mais longa ou sua vyda mais breue. E, segundo as cousas qua parece que estão empoladas, se ele morrer será muy longa cousa fazer se outro papa; e posto que nom seja mais do acostumado, será muito tempo em meo primeiro que se posa negociar co ele, se este morre, nem co este antes de convalecer. Veja vosa alteza se será mais seu seruiço mandar me hyr, e o arcebispo ficar acabando d asentar de seu vagar estes negocios, que ja parece que estão na escolha de vosa alteza pera se lhe concederem em cada um d aqueles modos que lhe temos escryto per fernão castanho; e isto e tudo poderaa o arcebispo e saberaa fazer tam bem e mylhor qu eu, como sempre fez, que estaa d asento, e estar lh aa mylhor aguardar os tempos pera negocear as cousas, porque eu, senhor, ha oyto meses que qua sou sem fazer nada, e em quatro acabara tudo se vosa alteza quysera mandar recado a seu tempo deuydo; e estar nesta casa da feyção que estou e como vym, e tanto tempo, nom parece ja bem, e mudar me pera outra, como la dizia a vosa alteza, como vym a esta, ja nom pode ser que pareça uoso seruyço nem honra de noos ambos, e por yso, senhor, vosa alteza me deuya de mandar hyr

consyrando prymeiro muito bem se será isto asy mais voso seruiço: e se lho asy não parecer, nom diguo eu aquy, senão no cabo do mundo, onde vos eu possa fazer algum seruyço, auerey que me faz deus e vosa alteza muy grande merce em me mandar estar, porem verdadeiramente que isto que diguo asy mo parece e que deue de parecer asy a vosa alteza; e as mais Razoẽs por huma parte e pola outra vosa alteza as olhe e determyne, e do que mais ouuer por seu seruyço me faça merce que me queyra mandar loguo responder pera eu asentar que ha vosa alteza por bem d eu qua estar, e da maneira que estou, e que nom he descuydo ou nom ter de mym a lembrança que lh eu mereço. Noso senhor a vyda e estado Real de vosa alteza acrecente como eu desejo.

De Roma a XXI d agosto 1534.

Criado de vosa alteza, que suas Reaes mãos beyja. — *Dom anrique m.* [1].

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1534 — Setembro 3.

Senhor. — Não tenho outra cousa que poder escreuer a vosa alteza senão que o papa aa feytura desta fyca uyuo e vay mylhorando, e aõ que vyueraa. O que agora tem pyor he fastio, porem do al vay cada vez estando mylhor; e quero eu lembrar a vosa alteza, se lhe nom parecer mal, que nom no parecerya qua mandal o vosa alteza vysytar da maneira que lhe mylhor e mais seu seruyço parecer. Qua nom ha outra novydade de que dar conta a vosa alteza, somente lembrar lhe que estou eu qua sem porque, e sem ser seruyço de vosa alteza, cuja vyda e Real estado noso senhor acrecente como eu desejo.

De Roma, a tres de setembro 1534.

Criado de vosa alteza, que suas Reaes mãos beyja — *Dom anrique m.* [2].

[1] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. I, Maç. 53, Doc. 86.

[2] *Ibidem*, Doc. 104.

Projecto de instrucções aos embaixadores.

1534 — Setembro 3.

Pera dom martinho.

Na resposta d outras cousas nam falo, asy de serviço d el Rey como das suas que ele spreveo, soomente nesta.

[1] Item. Que ele vio tudo o que lhe spreveo em Reposta deste negocio da Inquisicam, e o que passou com o papa, e vio as Rezoẽs que o mesmo dom martynho lhe spreve, e asy o breve que lhe o papa mandou, cujo trelado lhe envia; e se espanta muyto e lhe desapraz quanto pode ser de sua santidade nom querer viir em cousas tam iguaes como lhe tem pedidas nesta inquisiçam, e com tantos comprimentos de grande amor e com a obidiencia que lhe tem e sempre ha de ter, muy conforme ao tempo pera o serviço de noso senhor e de sua santidade, o que sua santidade tudo deve olhar, porque, certo, se o bem olhase, lhe nom pareceria Rezam de insistir em cousas, que se nom podem negar que sam mais serviço de noso senhor que as que de laa se apontam; nem pode aver Rezam, se como christão ele o nom olhase, pera nom ser o que Requerese o que lhe concede e nam o que pede, porque o amor de seu povo, de que esta naçam he grande parte, muyto mor he que o que lhe pode ter o papa, e o proveito que do mesmo povo Recebe a sua coroa he muy grande; e quanto, por querer conservar esta naçam e trazel os a serem verdadeiros christãos, ele os honrou e favoreceo por lhe asesegar os spiritos e verem que nom eram menos estimados que os outros, antes tam honrados e istimados, visto e sabido he de todos; mas que, asy como ysto sempre se fez ao fym do seruiço de noso senhor, e foy cousa muy debida fazer se, asy tem por cousa muy grave aver se de ter com eles taes modos que o favor e honra que sempre tiveram, e a maneira do castigo d agora nos culpados, os desponha a serem piores do que sam, e entendam qu em bem negocearem estaa a salvaçam e Remedio de suas

[1] *Á margem lê-se:* Pera cada huum sua ata a +.

culpas pera nunqua averem de ser punidos e castigados: e pois que tam pouquo difere o que o papa diz do que lhe ele pede, e he visto craramente pelas mesmas Rezoẽs das cousas que o que lhe pede será mais proveitoso pera emmendar as vidas destes homens e suas conciencias, e nom tem em sy Rigor alguum, mas muy grande equidade, que averia por cousa muy desarrezoada, a qual poderia mal sofrer, nom no aver sua santidade por bem e nom lho conceder logo; e por amostrar mais claramente o boom zelo com que o faz, e dar causa manifesta a toda esta naçam pera que cream que outra cousa o nom move senam a salvaçam de suas almas e zelo de os poer em boom caminho, queremdo os honrar e favorecer em tudo como sempre fez, ouve por bem de pedir a sua santidade acerqua de suas fazendas o que no Capitulo que disto fala vay declarado; e que ainda que pelas Rezoẽs que la lhe manda, e Reposta que se faz ao que se de laa apontou, estee muy claro que deve ser da maneira que lho pede, que ele nom quis que este seu Requerimento fose como cousa obrigatoria de se lhe dever de fazer pelas mesmas Rezoẽs, mas como merce e graça special que lhe pede, pera a qual nom quer que aproveitem as Rezoẽs, soomente pera per elas veer que sem scrupulo de sua conciencia lho pode conceder, ou mais verdadeiramente que por obrigaçam dela o deue asy de fazer. E a maneira que ham de ter em Requerer ysto a sua santidade ha de ser dar lhe sua carta, per que lhe pede esta merce, e insistirem que sua santidade lha faça por lha ele pedir como aquecer tanta Rezam he que sua santidade folgue de fazer o que lhe pede, e de o ter contente e nom lhe dar tamanho descontentamento como seria pôr lhe alguuma duuida ou dilaçam nisto. E que lhes mandou que pera lhe pedirem esta merce outra Rezam alguuma lhe nom desem nem amostrasem, senam esta de lho ele asy pedir e sua santidade por amor dele lho dever de conceder, e que por descarrego da conciencia d ambos asentou em lho pedir da maneira de que lho pede, porque asy deve ser + sprita . . . . .

Item. Se o papa se escusar que faram.

Item. Duarte da paz [1].

[1] *Rascunho no* Arch. Nac., Gav. 2, Maç. 1, n.º 31. *No verso da ultima folha tem a cota seguinte:* Pera dom martinho e pera dom anrique de menezes. Feita a III de setembro 1534.

Instrucções aos embaixadores.

1534 — Setembro 3.

Dom Anrique etc. Vy vosas cartas de II dias de março e de IX e de XXV do dito mes, que vieram per via d aluaro mendez, meu embaixador, E asy outra de VIII d abril, e duas de IX do dito mes, e outra de X do dito mes, que trouxe castanho [1] ; e da conta que me daes do que fizestes neste negocio a que vos mandey Receby contentamento, e foy tudo tam bem feyto como de vós confio que em tudo me servirês. E ás outras cousas que me nelas apontaes vos Responderey per outra carta, e nesta soomente ao que toca a este negocio a que fostes: e certo nom podera crer que o padre santo me Respondera da maneira que me Respondeo, mas avia por cousa sem duuida que com vosa chegada satisfizese em tudo ao que lhe pedya; e por m o asy negar o quis tornar a mandar ver, porque, como nisto nunca insisty senam por me parecer seruiço de noso senhor, e que se deve fazer como o peço, ainda que bem visto o tivese, quis que de novo se vise e praticase, E por iso nom Respondy mais cedo: e depois de asy ser visto e praticado me espanto mais de se la entender d outra maneira, e por certo tenho que he por falsas enformações, que os mesmos seus leterados lhe dam e Recebem por parte dos desta naçam, que muy bem negoceam e solicitam o que desejam, e he escusado tratar dos meos que pera iso tem, pois volo asy parece, como mo sprevês por vosas cartas. Eu ouue por milhor esprever ao papa da maneira que pelo trelado de sua carta verês que em outra alguũa, pois deve de ter sabido por vós e por o arcebispo etc. quanto me desapraz de me nom conceder cousa tam justa e devida, que soomente pelo que toca a sua conciencia e á minha lh o peço; e porque nom fique nenhuũa por fazer, quis agora como tam obidiente filho, e que tanto deseja seu seruiço como eu

[1] *Diz á margem:* Pera o arcebispo — De VI dias de março e outra de IX e outra de X e outra de XV todas do dito mes de março. E duas de VIII d abril que trouxe castanho e outra de X do dito mes que trouxe o voso capelam.

o desejo, pedir lhe que por me fazer merce soomente m o queira conceder, segundo verês pela dita carta, a qual lhe darês vós e o arcebispo juntamente; e asy lhe falarês da sustancia da outra carta que sobre ysto vos sprevo, pedindo lhe com boas palavras e cam apertadamente poder ser que aja por bem de me fazer esta merce que lhe peço, pois que ja por esta via de ma fazer niso muy grande lho peço, E asy a Receberey por muyto grande, a qual porem vós credes, por ser cousa propia de minha conciencia, que lha nom pediria por merce, senam avendo a por muy justificada e grande serviço de deus.

Item. Per eses apontamentos verês o que peço e quero que se faça: e concedendo vos Sua Santidade o que asy lhe mando pedir, tyrarês as bulas da Inquisiçam da maneira que lh o peço e com toda breuidade, e mas mandarês per huum correo em diligencia, e vós dirês a Sua Santidade o que por vosas istruções levaves[1], e farês tudo asy como nelas se contem: e feyto ysto vos virês em boa ora a voso prazer, por nom cansardes pelas postas.

Item. Ainda que lhe peça que soomente por me fazer merce me conceda ysto, e desta maneira quero que lho peçaes, pareceo me bem mandar vos as Rezoẽs dos leterados em Repostas das suas, pera, como de voso, poderdes dizer que esta merce he muy justa, segundo vos parece pelos fundamentos que nas Rezoẽs que vos mando se contem, dizendo delas o que virdes que serve aos tempos quando e onde entenderdes que compre; as quaes vós tomarês bem na memoria pera as lançardes como de voso e cousa que vos la ocorreo com a pratiqua do negocio, sem lhe mostrardes as Rezoẽs nem parecer que de ca foram em modo alguum, antes gardarês tam bem o papel que nom posa ser visto. O que asy vos encomendo e mando porque asy o ey por meu serviço, e nom quero dar causa a se porem em Repricas, porque, ainda que nom sejam verdadeiras, sempre os leterados acham aparencias do que querem.

Item. Se o papa vos nom conceder ysto da propia maneira que lh o peço, depois de terdes feyto todo o posiuel, me avisarês em diligencia e esperarês la minha Reposta: e eu tenho por muy certo que ele nom porá

[1] *Á margem:* Pera a carta do arcebispo — e dom Anrique dirá a Sua Santidade o que levava per suas istruções e se virá em boa ora da maneira que lho sprevo: e vós me spreverês largamente o que sentirdes que he meu seruiço.

duuida a me tudo conceder, pois ha ja tam pouca deferença do que lhe peço ao em que ele estaa, segundo per vosas cartas me sprevestes ; e mais agora, pois nom quero suas fasendas, segundo vay no apontamento e esta foy sempre minha tençam, nom lhe poderám dizer que nisto insysto a outro fym senam por querer que ajam medo de pequar e vivam bem. Muyto vos encomendo que tudo façaes com diligencia e boom Recado que de vós confio e compre em cousa que me tanto toca, e tanto desejo que se acabe bem pelo seruiço que sinto que niso faço a noso senhor. E outra propia como esta sprevo ao arcebispo pera ambos juntamente em tudo fazerdes o que digo como que a huum soo sprevese.

Item. Vos ajudarês nisto do embaixador do emperador, e sejaes com ele muy corentes e Recebaes dele a ajuda que vos fizer boa ou maa, tendo tal maneira que nom posa dizer que a nom quisestes ou déstes causa pera que a ele nom fizese, e lhe darês conta inteiramente do que neste negocio pasar, porque asy o hey por meu seruiço ; e ysto sprevendo o emperador ao seu embaixador que o faça, e alvaro mendez a vós que o emperador lho spreve.

Item. De minha parte falarês aos cardeaes conforme a todo o negocio segundo vos spreuo, e lhes darês as cartas de crença que sobre iso lhe spreuo, com muytos agardecimentos das boas palavras que Santy-quatro me spreveo e per vós me mandou dizer [1].

[1] *Minuta no* Arch. Nac., Gav. 2, Maç. 2, n.° 36. *Nas costas do documento lê-se:* Pera Dom Anrique — Feita a III de setembro 1534.

Novas allegações dos letrados portuguezes contra a bulla do perdão geral (*a*).

.....

Todo o que na Reposta que se daa aos apontamentos e inconvinientes, que por parte d elRey noso senhor se aleguam pera a bula do perdam concedida aos christaõs nouos nom aver efeito na forma em que he concedida, consiste principalmente em duas cousas, de que tomam todo o fundamento os que dizem a concesam do tal perdam ser equa è justa.

A primeira he dizerem que nenhuum desta gente foy conuertido á fee de christo noso salvador por temor de deus; mas que parte deles por força foram levados ao sagrado bautismo; parte deles se foy ao dito baptismo com medo das penas de perderem suas fazendas e lhe serem tomados seus filhos: o que ham por alheo e estranho da Religiam christã, porque, segundo a doutrina christaã, nom deue alguum a ela ser per força trazido.

Ha isto se Responde que muito pouquos, ou casy nenhuuns dos que ora se podem ajudar deste perdam, podem alegar por sy com verdade nenhuma das ditas forças, porque a conuersam geral, em que querem dizer que ouue alguuma força, ha muytos annos que foy, pelo qual dos em ela bautizados os mais sam mortos, outros ydos destes Reynos, e os que neles viuem e sam presentes folgaram de serem christaõs e se bautizaram muyto por sua vontade, porque, se nom folgaram, muyto tempo tiveram pera se yrem; e muytos dos christaõs novos que ora ha sam vindos dos Reinos de Castela a estes Reinos, os quaes nom foram bautizados per força, deles com medo da Inquisiçam que la anda, d eles ja em ela culpados e condenados; e os outros foram bautizados meninos e sendo ja seus pais e mays bautizados e avidos por christaõs ao tempo de

(*a*) *Cremos serem estas as* Rezões dos leterados *a que se referem as instrucções antecedentes.*

seus nacimentos: e se os que ora viuem podem alegar alguuma força, se a hy ouuesse seria força condicional e compulsiua de se eles quererem tornar christaõs de sua vontade por temerem de perder suas fazendas, a qual força condicional os nam escusa nem deue escusar, maxime visto o tanto tempo que ha que se fizeram christaõs e sam bautizados, em o qual tempo sempre se nomearam e trataram por christaõs, aprouando o sacramento do bautismo que Receberam, e tomando os santos sacramentos da Igreja.

Item. Os santos padres statuiram que os bautizados por força condicional sejam obrigados e compelidos a guardar a profisam christaã, e manda *(sic)* que, se a nom guardarem, se proceda contra eles como contra herejes: o qual ha equidade canonica statuio sem lhe limitar tempo de aver pouquo ou muito que foram bautizados; e com muyta mais causa se deue guardar esta canonica determinaçam de direito nos que tantos annos ha que foram bautizados.

Item. Muyta menos Rezam tem os filhos e netos destes que foram bautizados meninos pera alegar a tal força, e dizerem que foram criados com os ditos seus pais e avós nos danados errores e tomaram deles mao emxempro: postoque os pais e avoos viuesem nos errores da danada judaica superistiçam, e lhes desem mao emxempro, eles, pela muyta participaçam que tem com os cristaõs velhos, e por yrem ás igrejas ás pregaçoẽs e misas e oficios diuinos, e por se confesarem e ouuirem e saberem a doutrina christã, poderam bem emmendar se, se quiseram, dos erros dos pais e avoos, como os bons deles fizeram. Pelas quaes Rezoẽs, e por outras que mais largo nos apontamentos sam ditas, consta quam maa enformaçam se deu a sua Santidade em lhe dizerem que estes sam bautizados per força, e cam pouco se deue d aver a iso Respeito.

E posto que por direito os judeus nom deuam ser costrangidos nem compelidos a nosa santa fee, o zelo e tençam e obra dos que deram causa a que alguuns com arreceo de alguuma força compulsiua se bautizasem e tornasem a Religiam christaã nom deue ser tam estranhado, porque, se olhamos a sagrada espritura, acharemos emxempros donde pera iso se pode tomar ocasiam, e de ditos e autoridades de santos doutores; e acharemos que alguuns foy feita força pera entrarem na Religiam cristaã, e muytos compelidos a a guardar. Lemos noso mestre christo Jesu noso salvador trazer paulo per força compulsiua, e induzilo com grande vio-

lencia ao conhecimento de sua santa fee, e este, que per força foy trazido á ley euangelica, em o euangelho mais que todos os outros que per palauras foram prouocados trabalhou; e, como diz agostinho, pois Cristo asy a paulo conuerteo porque a egreja nom compelerá pera tornarem e virem a ela? Item, como o mesmo agostinho diz escrevendo a bonifacio e donato presbitero, aquela semelhança do conuite, que lemos no avangelho, em que o Senhor mandou a seus servos que saisem pelos caminhos e fora deles, e os que achasem costrangesem a entrar ao convite pera que sua casa fose chea, o convite do senhor he a unidade do corpo de christo nom somente no sacramento do altar, mas no vinculo da paz, como o mesmo agostinho declara. Item, como o dito doutor agostinho diz ad vincencium, quem nom louuará as leis dos catoliquos emperadores, pelas quaes foram defesos os sacrificios dos pagãos e posta pena? Item na epistola ad uincencium donatista diz agostinho que ele, quando a primeira era deteudo na ceguidade da infydelidade, era de openiam que nenhuum deuia ser constrangido á verdade de christo, e que por palavras se avia de fazer, e por disputa de pelejar, e por Rezam vencer, pera que a igreja nom tevese fingidos christaõs; mas que depois que conuerteo sua face ao lume da verdade conheceo que, nom soomente per palavra e autoridades se devia de Reprender tal sentença, mas ainda por emxempros, porque a sua cidade, como fose primeiramente toda ás openioẽs de donato hereje conuertida, foy depois tornada á vnidade catolica com temor das leis emperiaes, a qual maldade em seu tempo vio asy ser detestada como se nunqua fora; e asy lhe foram contadas outras cidades nomeadamente em que o mesmo aconteceo. Pelo qual pelas mesmas cousas conheceo que neste caso Rectamente se pode entender o que estaá escrito «dá ao sabedor ocasiaõ e será mais sabedor», craro está que, posto que a alguuns desta gente fora feita alguuma força ou temor, que lhe foy feita obra de misericordia em os tirar da danaçam eterna e poer em caminho pera se poderem salvar, e por iso nom tem de que se aqueixar; e, como o mesmo agostinho diz, muitos dos costrangidos, e que com fingida vontade entraram nesta profisam cristaã, depois começaram e vieram a ter de verdade per misericordia de deus o que a principio fingidamente Receberam, e asy he de crer que, dado que alguuns a principio per fingida vontade se fezeram christaõs, que depois o foram com verdadeira e se salvaram. Diz santo agostinho: «muyto sam inquietos os

que pelas potestades seculares ordenadas por deus sam costrangidos, mas a mym nom me parece sem proveito serem coregidos porque folgamos que muytos em tal maneira foram coregidos. Se, na verdade, alguem vise seu imigo, feito frenetico com febres perigosas, corer pera yr dar consigo de cabeça em lugar onde corese perigo de morte, Este tal não daria mal por mal se o deixase yr e nom tevese mão em ele e o atase per força pera ser curado, e porem entam pareceria ao frenetico que o que o atava lhe era grande contrairo e imigo, sendo lhe muyto proveitoso e misericordioso. E porem se este frenetico depois fose são, tanto mais daria graças ao que o atase, quanto sentise que mais seguramente o atou ; e pois ysto se deue fazer pela saude corporal, tamto mais se deve fazer pela saude das almas ». Pela qual Rezam el Rey dom manuel da muyto louuada memoria o que fez foy com conselho de teologos mestres e doutores em a sagrada teologia, e como principe christianisimo, e vsou com esta gente de grande misericordia em os tirar da morte e poer em caminho da salvaçam, e eles perante o juiz do eterno tribunal nom tem de que lhe pedir Rezam, mas os que se salvarem lhe daram muytas graças ; e os que por sua vontade se quiseram perder, querendo os ele salvar, nom tem de que lhe poer culpa, porque ja eram danados, mas culpar se am a sy mesmos ; e o dito senhor Rey do eterno juizo Receberá o galardam da misericordia que obrou, e terá contentamento dos que por sua obra se salvaram. Se agostinho cremos e aos que opoem do libero arbitrio, e dizem que nenhuum deve ser costrangido pera o bem, o que donato opunha agostinho, ele lhe Responde por estas palavras : « olha e considera que todos sabemos que o homem nom ha de ser danado senam pelo merecimento de sua maa vontade, nem ser salvo senam se tever boa vontade ; e porem nem por iso os que má vontade tem ham de ser permitidos a que vsem de sua maa vontade sem castigo, mas por quem tem poder deuem ser costrangidos ao bem e prohibidos do mal, porque, se a maa vontade ouuera de ser deixada a sua liberdade, porque os iralitas recusantes e murmurantes com tantos açoutes eram prohibidos do mal e costrangidos pera a terra da promisam ? » Pelas quaes Rezoẽs, dado que a estes nouos christaõs fora feito alguum costrangimento pera averem de viir á verdadeira fee de christo, posto que se nom deuera fazer, nom he cousa pera tanto estranhar, nem eles novos cristaõs tem causa de se queixarem. Item per princepes muyto catolicos lemos serem costrangidos a

tomarem a profisam cristaã, e alguuns doutores teologos tem que se pode fazer.

O segundo fundamento, em que parece se fundar a dita reposta aos ditos apontamentos, he dizer que estes cristãos novos, que dizem ser trazidos á Religiam cristam per força, nom serem doutrinados nem ensinados na fee; e dizem que a doutrina e amoestaçam deuera preceder o castigo segundo Rezam e justiça. Certo esto se podera dizer se nós estiveramos nos primeiros annos depois de sua conuersam, em que elles nom poderam ser ainda ensinados sem deles se ter grande e especial cuydado; mas depois de trinta e tantos annos, em o qual tempo soo a geral conuersaçam, que tem com os christãos, e o que lhe vêm fazer abastou pera averem de ser ha muytos annos ensinados, parece mais buscar ocasiam que dar Rezam a tal escusa pera nom serem castigados, quanto mais que os christãos nouos destes Reynos foram sempre depois de serem bautizados açaz ensinados, porque, logo no principio de sua conuersam, lhe foram feitas muytas speciaes pregações, e foram doutrinados na fee; e os mais deles viuem e viueram sempre em cidades e vilas nobres, onde ha muitos pregadores asy nos moesteiros como nas igrejas catredaes e parochiaes, e Reitores e curas doctos, e pesoas de boons emxempros, que continuadamente ensinam seus freguezes; e antre estes christãos novos ha muytos leterados em teologia, e canones, e leis, e outras sciencias. E em tantos annos, como ha que foy esta conuersam, visto he que os que nam sam ensinados foy com malicia de o nom quererem saber, e nam por mingua do boom ensino, que tiveram, se quiseram, asy como os boons deles o tem. E, certamente, querer se dizer que he causa agora de serem perdoados nom serem ensinados, parece fora de toda Rezam, e que nom se deu a Sua Santidade do caso como pasa boa enformaçam: e quando por esta causa se deuese de aver com alguuns Respeito dos erros pasados, e temperar o Rigor do direito, bem abasta, e ainda he vsar de sobeja misericordia, conceder lhe o perdam na forma em que se por parte de sua alteza pede. Deve se olhar quam duramente os santos barões castigaram os que delinquiram contra a honra de deus, o castigo que se deu per mousés aos que adoraram o bezerro, e o que diz no avangelho Lucas, XIX capitulo, «os meus imigos, aqueles que nom quiseram que eu Reinase sobr eles, trazei os ca e matay os diante de mym», e o que diz sam Jeronimo in dialogo contra Pelagium «serám queimados os maos e peca-

dores juntamente, e os que deixam a deus serám consumidos»: e deuem aver por piadosa misericordia perdoar se o pasado a quem pedir perdam com cautela que tenha temor de mais pequar.

E Respondendo á Reposta que se daa aos inconuinientes postos ao teor da bula: Ao primeiro que dizem que Reprendemos o teor da bula, dizendo que nom dá prouisam aos trazidos á profisam christaã per força precisa, porque ha nom entendemos, porque em ela se lhes da expresamente provisam pela clausula que estaa na bula, segundo dizem, per que Sua Santidade statuyo que os que este perdam com aquelas condições com que he dado nom quiserem tomar, a estes fosse licito yr ao nucio de Sua Santidade, e a ele seguramente dar Rezam de sua vida e estado, declarando abertamente que Recebidas deles as escusações de cada huum cuydaua de prouer a vida futura destes: parece esta clausula que está na bula como em ela está nom falar nestes tornados per força precisa, nem deles se deuer entender; e a clausula he a seguinte: «ac quod si aliqui ex predictis omnibus, tam nouiter conuersis, quam alliis presentibus et absentibus, reperientur, qui presentem gratiam modis premissis, durantibus dictis mensibus, suscipere nolluerint, lapsis eisdem mensibus, (gratiis) per presentes concesis nullo modo gaudere possint: qui tamen si ad sui excusationem alliquid aferre uolluerint, benigne et secundum mansuetudinem cristianam audiantur, et eorum iura et defensiones ad nos per eundem nuntium suo segilo clause mitantur»[1]. Como claramente parece, esta clausula se Refere aos que podem vsar das condições da bula e nom o quiseram fazer ou nom poderam dentro no tempo per a bula lemitado, ora fosem presentes ora absentes, e nom fala nos tornados per força, que nom podem vsar das condições da bula; nem diz a bula que dos que vierem dentro do tempo envie suas excusações a Sua Santidade o nucio: pelo qual ao que vier dentro nos meses lemitados dizer ao nuncio que he judeu e o quer ser, e que foy bautizado per força, a bula nom proueo, nem menos nos que, pasados os meses, vierem dizer que sam judeus e tornados per força precisa, se nam se entendemos sub verbo «nolluerint» id est «vel non potuerint» e que a clausula nolluntatis inportet etiam impotentiam et sic nolluntatem facti et iuris, e entam ainda se nom entende nos que vem dentro nos meses.

[1] *Vide a bulla* Sempiterno Regi *a pag. 430 do II vol. deste* Corpo.

E ainda se diz que, Referindo se o teor da bula aos que disesem que foram tornados per força precisa, e querendo-lhe o Santo padre dar provisam pera as enformaçoes secretas que desem enviadas pelo nuncio a Sua Santidade, se seguiria muyto mayor inconviniente que de ficarem sem provisam, porque, como confesam, os que desta gente sam judeus sam muyto endurecidos em suas superstições e perfias, e dado que foram bautizados per suas vontades se yriam ao nuncio dar enformaçam que foram bautizados per força precisa e que queriam ser judeus; e se pelas ditas secretas enformações dos taes ouuesem de ser providos, e os Sua Santidade ouuese de prouer como dizem, deixando os yr ser judeus com suas fazendas em paz, todos diriam que foram bautizados por força, postoque o foram per sua vontade, de que se seguiriám muytos males spirituaes e temporaes. Spirituaes que estes, sendo na verdade christãos, se hiriam viuer como judeus fazendo escarneo do sacramento do bautismo. Item temporaes porque com tal fraqueza (*al.* franqueza) de se yr com suas fazendas a viver como judeus, que he o que mais que todas as cousas desejam os que deles maos sam, se yriam muytos, e levariam grosas fazendas que nestes Regnos tem a turquia e outras partes de Infies, e esbulhariam estes Reinos do que em eles ganharam, e o levariam, e fariam os turquos e imigos de nosa fee com as fazendas que de qua levariam, mais Ricos, o que he contra todo serviço de Deus. Pelo qual a provisam aos taes, que disesem serem bautizados per força precisa, nom se deue dar per taes secretas enformações enviadas pelo nuncio a Sua Santidade; mas o que diser que he bautizado per força, como quer que a presunçam estee clara contra ele, ao menos por aver tantos annos que se nomea por christão, ha de provar judicialmente ha dita força, e per testemunhas fidedinas maiores de toda excepçam, alias se fariam muyto grandes enganos, e seria abrir porta por onde todos os maos se fosem com suas fazendas pera turquia e terras de infieis; e por tanto nom he de crer, e parece imposiuel que a tençam do santo padre foy pela dita clausula dar a estes determinada provisam.

Parece tambem nom se deuer de presumir ho que em este caso se diz, a saber, que he de presumir que soomente do sacramento da confisam vsarám os que dele podem vsar. Certo o direito nos manda que nom sigamos noso saber, senam os decretos dos padres; e elles nos ensinam o que hemos de presumir, e dizem que do mao huuma vez hemos de pre-

sumir mal, em o mesmo genero de mal. Item que da vida pasada de huum presumamos pera presente e futura; e se, como dizem, ha alguuns bautizados per força, estes ha trinta e tantos annos que se confesam e cumungam fingidamente; e pois o fizeram tantos annos, de crer e presumir he que o farám agora, nem se vê como al se posa presumir. Item mais agora se deue ter esta presunçam que em as outras vezes, porque desta confisam fingida conseguem perdam no foro judicial, e das outras vezes nom o conseguiam, e agora ficam perdoados e seguros que mais nom ham de ser acusados nem contra eles se ha de imquirir dos erros pasados, de crer he que esta vez folgarám muyto de se confesar fingidamente, como ha tantos annos que fazem, se diso se lhes seguir tanto proveito.

Item: quem ha de presumir que pois asy sam perdoados que estes queiram dizer que sam judeus, senam os que se quiserem yr do Reyno? mas os que quiserem fiquar nam o ham de dizer porque sabem que sendo judeus nam podem viver nestes Reinos, e ham de deixar seus filhos e parentes. Item: que lhes nom ham de consentir levar seu dinheiro, ouro, prata e joyas pera fora do Reino, e outras cousas pera as levarem a turquia e terras de infieis. Item: Se se diser estes dirám que querem ser christãos, certo douidou muyto santo agostinho do que toda sua vida foy mao que a ora da morte se salue; e asy he pera duuidar destes que ha corenta annos que uiuem em nome de christãos sem tal quererem dizer. Item: como o bautismo he auto que ja se faz em pubrico, deste Remedio nom falam os inconuinientes nem a bula, e falam soomente dos que com o Remedio da confysam sacramental querem ser perdoados.

Item: ainda ao que disese ser bautizado por força precisa, por nom cayr em inconviniente de ser bautizado duas vezes, parece por a presunçam que há contra ele, que acima se dise, que seria necesario mostrar como foy o primeiro bautismo per força precisa.

Das quaes causas consta que se deue presumir, imo ter por certo, que os que podem, e os que nom podem por nom serem christãos, se hahy ha alguuns, todos vsarám do Remedio da confisam secreta e sacramental; pois o tantas vezes fizeram fingidamente, asy o farám agora.

E dizer nom he a culpa do Remedio da confisam, mas dos que mal vsam, posto que alguuns mal vsem dele, a ysto se Responde que o dyreito, per que nos Regemos, nos manda e amoesta que nom demos jura-

mento a quem cremos que se ha de perjurar, nem se vse da medecina da excumunham com o que sabemos que ha ha de desprezar; e que o perdam ao que huuma vez se acha cometer eresia se nam dee, senam áquele de que se presume que se arrepende e o pede verdadeiramente; e nom parece que se deue de dar a estes perdam com condiçam de confisam sacramental de quem temos presunçam que se confesaram fingidamente, como atee ora fizeram, nem parece Rezam de se dar, pois hy ha outros meos pera serem perdoados os que pedirem perdam, que o direito daa, e mais descobertos, em que se nom podem cometer tam levemente fiçois e enganos, e ao menos sem se fazer escarneo do sacramento da confisam.

E quanto á reposta que dam ao segundo inconuiniente, e dizem que queremos obrigar os christãos novos a que confesem á igreja no foro exterior os pecados ocultos, dos quaes soo deus he juiz e sam deixados a seu juizo, certamente esta nom he nosa tençam, nem nos parece que tal disemos em nosos apontamentos, porque craro estaa que os dilitos ocultos, que nam se podem provar judicialmente, nom se deue ninguem obrigar a os confesar ás Igrejas, e que destes ha igreja se nom deue satisfaçam, e se deuem deixar ao divino juizo; mas soomente falamos nos crimes cometidos que se podem provar, dos quaes cada dia a igreja julga sendo trazidos a juizo constando-lhe deles per prova.

Item: nós nom cremos obrigal os a confesar contra suas vontades pecado alguum, nem manifesto nem oculto, somente dizemos que o que quiser pedir perdam venha confesar no modo que se pede, e nom dizemos que confesem os pecados de todo ocultos, que se lhes nom podem provar, porque destes onino ocultos a igreja nom julga, e ficam *(sic)* deles a vingança ao juizo de deus, e destes nom fala o inconuiniente. Hi ha duas maneiras de pecados ocultos: huuns que sam tam ocultos que se nom podem provar, e destes parece se entendem as autoridades que dizem que a igreja nom julga dos pecados ocultos, e que dizem que se deixa a vingança ao juizo de deus, e destes se entende o que lemos que ninguem nom ha de pubricar o pecado do proximo ainda que seja pera o coreger, pois lho nom pode provar: ha outros pecados ocultos que se podem provar, e chamam-se ocultos a deferença dos manifestos e publicos, e destes, que se podem provar bem, pode e deue a igreja de julgar, e cada dia julga. Destes pecados ocultos que se podem provar se

pode praticar a autoridade «si pecauerit in te frater tuus», e ainda dizem os doutores juristas que se o pecado he de eresia, que o proximo comete, porque he crime contagioso, se se teme que este danará outros, que o poso yr denunciar á igreja sem preceder amoestaçam. Destes ocultos que se podem provar diz agostinho: «se es juiz e poder de julgar teens per regra ecclesiastica, se acerqua de ty for acusado e per testemunhas ou verdadeiros documentos for comprendido, costrange, castiga, escomunga, degrada». Item Gregorio diz: «sam alguuns delitos que nam podem ser punidos por penas corporaes, mas a vingança deles se ha de deixar ao diuino exame, quando nom podemos eixercitar a vingança porque os delinquentes nos nam sam sujeitos, ou quando sabemos os crimes mas nom os podemos provar». E pois que como o crime se pode provar per testemunhas ou prova logo a igreja no foro exterior pode castigar, se estes quizerem perdam de taes crimes que se lhe podem provar, qual será a Rezam porque no mesmo foro exterior nom peçam perdam deles á igreja, porque constando deles em alguum tempo á igreja no foro exterior e juizo, posa a igreja ser certa como deles este foy perdoado, asy como he certa que ele os taes crimes cometeo? e ysto nom pode ser pela confisam sacramental: e que estes ajam de pedir Reconciliaçam á igreja no foro exterior parece claro por Rezam e direito; e nom se pode dizer que se lhes poem mais obrigaçam da que os direitos os obligam, antes se lhe tira grande parte do modo e forma em que os taes erejes per o sagrado direito canonico sam obrigados a pedir o perdam e se reconciliar.

Item: Dizer que nom he de presumir que virám ao sacramento da confisam fingidamente, a ysto estaa asaz Respondido que antes he de presumir e crer que aqueles, que ha trinta annos que se confesam fingidamente, se confesarám tambem agora fingidamente: e esta he a presunçam que deuemos ter, como atras fica dito.

Item: Dizer que Sua Santidade nom concede este perdam com soo o sacramento da confisam aos acusados ou inquiridos por graves suspeitas, mas que aos taes manda que se compurguem ou defendam; ysto nom tira o inconuiniente, porque os mais dos erejes que ha em estes Reynos, ou quasy todos, nam sam acusados nem inquiridos pela igreja, e fazem suas eresias encubertamente, E porem nom tanto encubertamente que se lhes nom posa provar; e outros tanbem sam infamados, mas nam sam acusados nem inquiridos, e a estes nom poem a bula necesidade de com-

purgarem senam quando a tal infamia pubrica vier ás orelhas do nuncio, e perdoa aos outros infamados per soo confisam sacramental.

E dizer que, se se nom perdoarem estes crimes senam pedindo reconciliaçam, será ocasiam que os boõs, e que em taes crimes nom pecaram, serám constrangidos a pedir esta Reconciliaçam com temor de lhes serem depois alguumas culpas provadas pera serem seguros; a esto se Responde que esta necesidade ninguem lha poem, eles ha quererám (?) tomar os que ha tomarem: e menos inconuiniente he que estes peçam perdam do que nom cometeram, que dar ocasiam de se perdoar a quem pequou e nom se arrepende nem pede perdam, e a tantas fingidas confisões e tantos escarneos como se do sacramento da confisam farám.

Item: Os que nunqua cairam em tal culpa deuem d estar bem seguros, e nom deuem temer o que nom fizeram, e deuem confiar na verdade de sua inocencia, contra a qual o summo deus nom permitira que seja alguem condenado, mayormente de pesoas que desejam de fazer justiça.

Item: Ninguem lhes põe necesidade de mentir o que nom fizeram de sy; e a forma em que se pede que façam a Reconciliaçam, e peçam o perdam he tam secreta, e com tanto Resguardo de suas honras e famas, que a nom deuem arrecear. Item: Os que verdadeiramente se arrependerem de suas culpas, vendo que pera sua salvaçam pedem o dito perdam, nom lhes parecerá grave, antes terám que se vsa com eles de mais misericordia da que se lhes deue, e Receberám a reconciliaçam em enmenda de seus pecados: e os que fingidamente pedirem perdam, nom se arrependendo de seus erros, cousa he contra toda Rezam os taes serem fauorecidos, mas antes se deue procurar todo o modo que se ter posa pera que os pecados dos taes fengidos cristãos sejam descubertos pera serem castigados.

Item: Dizer que estes nom deuem ser Relapsos, mas que lhe fique faculdade de se poderem outra vez Reconciliar, a ysto se Responde que os crimes cometidos mais que huuma vez, nom deuem ser perdoados quanto á pena corporal; e ha autoridade, que diz que a igreja nom cerra a porta a quem se a ela tornar, fala quanto aos sacramentos que lhe nom serám denegados, postoque sejam Relapsos: mas quanto ás penas corporaes os Relapsos nom se Recebem a Reconciliaçam, e estes nom podem leixar de ser Relapsos, porque o que huuma vez foy nom pode leixar de ser, e sendo estes huuma vez perdoados, tornando a cometer pecado de

eresia, de necesidade fiquam Relapsos e deuem aver as penas de seus delitos de Relapsos tornando a pequar.

Nem se pede pelos embaixadores del Rey noso senhor cousa fora de rezam nem noua, pois se pede o que a canonica ley statuiu; nem deuemos ser mais piadosos que a equidade canonica e santidade dos teologos nos delitos futuros, perdoando lhe ja tam levemente os pasados; nem querer deixar ousadia de pecar a esta gente, a qual tomarám sabendo que sendo outra vez comprendidos ainda podem euadir as penas corporaes pedindo Reconciliaçam. Diz ambrosio «a facilidade de perdoar daa incentivo e ousadia de pecar», e agostinho diz que «asy como nos he mandado que aos penytentes sejamos misericordiosos, asy nos he defeso conceder misericordia aos impinitentes e obstinados no mal», pela qual Rezam a estes se nom deue perdoar senam quando com penitencia pedisem perdam e entam *(sic)* os delitos pasados em modo que nom lhe fique azo pera tornarem a pequar: e por estas causas statuyo a santa igreja que os Relapsos nom fosem Recebidos a reconciliaçam pera euitarem as penas corporaes.

E porque aos Reis e Principes christãos pertence procurar como em seus Regnos e tempos a igreja estee pacifiqua, e em ela nom aja eresias e blasfemias contra a fee, pois he sua madre donde spiritualmente nacem, como diz o doutor agostinho, Item os Canones obrigam as potestades seculares a lançar e tirar de suas terras as eresias, por tanto sua alteza procura que aja hy inquisiçam; e que o perdam seja em modo como se posa atalhar aos erros e delitos futuros, e dos pasados aja ao menos alguum sinal de penitencia, e que deles se pedio perdão, e nom com tam aparelhado modo pera ser tudo fingido e simulado; e os erejes deuem ser punidos e castigados, postoque sejam muytos, quando com paz da igreja se pode fazer, e se podem os maos castigar sem perigo dos boõs, como diz agostinho.

E quanto á Reposta que se da ao terceiro inconuiniente, que diz que a bula manda soltar os presos por estes delitos, e que soltos se podem yr pera onde quiserem sem comprir as condições da bula; ao que Respondem que se viramos a bula com mais diligencia conheceramos que nom era de Reprender sua disposiçam, porque, como os presos ou deuiam ser condenados ou ao menos defamados, bem deueramos entender que Sua Santidade entam finalmente os manda soltar quando comprisem

as condições postas pela bula aos taes condenados ou defamados, e que entretanto que eles estas condições cumprem e se lhe daa faculdade pera iso, asaz se proverá pela diligencia dos juizes, pera que eles nom posam menos prezar o juizo e graça deste perdam ; a bula nom diz nem declara esta prouidencia que se diz que os juizes terám, e per o teor della parece que se nom poem aos presos distintamente mais condiçam que aos soltos, salvo quando são condenados ou os crimes deles sam a todos notoriamente provados em juizo ; e aos difamados nom põe condiçam spicial, salvo quando alguuns sam infamados de publica infamia, cuja pubrica voz e fama pervenha ás orelhas do nuncio, que nam sam presos conuencidos nem acusados, e podem ser muytos presos que ainda nam sam condenados, e dos quaes os crimes nom sam notoriamente a todos provados em juizo, porque pera prisam por Regras de direito abasta huuma testemunha. Item indicios, e asy nom sam os crimes ainda provados. Item nem se podem dizer os asy presos per dito de huuma ou duas testemunhas publicamente infamados, se ahy nom ha publica Infamia do crime, porque a infamia que nace da prisam nom se deue considerar, e asy podem ser muytos presos a que nom he posta mais condiçam alguuma pela bula que aos soltos : nom vemos como se ha de entender.

E quanto á Reposta em que se Responde ao inconviniente que muitos se virám a estes Regnos, e com falsas testemunhas provarám que eram moradores nestes Regnos ao tempo da publicaçam da bula pera gozarem da graça dela, Diz-se que disemos em outra parte que os nosos juizes terám tal providencia e cautela que nom seja nenhuum condenado per falsas testemunhas, e que nom deuemos menos confiar do nuncio apostolico e de sua prouidencia que da dos nosos juizes, e que o direito nos ensina taes modos per que podemos conhecer a fee que deuemos dar ás testemunhas postoque sejam ignotas : a isto parece que se pode Responder que nós com muyta Rezam confiamos da industria dos nosos juizes, que por sua alteza forem ordenados e nomeados pera tal carego, porque por serem naturaes da terra conhecem as pessoas das testemunhas quem sam, e sabem de quem se ham de enformar delas e dos negocios, e de quem se ham de fiar, e o nuncio de sua Santidade, postoque seja pesoa de grande credito e confiança e de muyta prudencia, por ser estrangeiro e nom conhecer as pesoas, nem saber os modos dos negocios da terra, nom pode tanta providencia no caso ter.

E os modos que o direito ensina asy os sabem os nosos juizes, e mais tem os que eles sabem por a experiencia da terra e pelo conhecimento que tem das pesoas. Item: o mesmo direito diz que nom se pode bem dar Regra certa da fee, que se deue dar ás testemunhas, e o deixa a arbitrio do julgador; e melhor arbitrio deue ter quem souber as Regras do direito e conhecer as pesoas e modos da terra, que quem tam soomente souber as regras do direito.

E dizer se que as gentes comarcãs nom terám Rezam de chamar a portugal couto de herejes, porque Sua Santidade entende d aquy por diante de castigar os erejes com muyta seueridade, a ysto se Responde que as gentes comarquãs olharám o presente estado do perdam, e o que está por viir nom he ainda agora pera iso em consideraçam; e tanto que portugal pelo presente stado ganhar tal infamya, postoque de feyto, nom se lhe poderá tirar, porque as infamias de feito nom se podem tirar em quanto sam de feito, dado que se posam tyrar os effeitos que obram em direito; e deue se ter muito grande respecto á honra e nome da nação nobre dos portugueses, que nosos antecesores ganharam padecendo mortes e deramando seu sangue, e sofrendo grandes trabalhos pela fee de Cristo, o qual oje em dia sostentamos e acrecentamos cada dia, seguindo os de quem descendemos, morendo pela fee de noso Redentor christo jesus, e sofrendo grandes trabalhos e despesas por acrecentamento de sua fee catolica.

E quanto á Repostà, em que se diz que nom pode aver nisto inconuiniente de o nuncio tornar a ver se sam bem condenados ou mal os que se queixarem a ele que sam mal condenados, postoque sejam condenados pelos inquisidores de Castela, arcebispos, bispos e cardeaes, porque o nuncio de Sua Santidade terá tal providencia que os que se queixarem que sam condenados fóra dos lemites destes Reinos os ouuirá per sy, se viir pelos auctos que sam notoriamente per injustiça condenados; e que quando as causas fosem taes que Requeresem eixame de testemunhas, que as cometerá na terra ou Remitirá a Sua Santidade, parece que a bula nom lhe põe essa temperança nem daa ese modo, e ainda asy nom cesa o inconviniente, porque, estando fazendo estes eixames em portugal, e Retratando as sentenças dos condenados em castela e fugidos de lá, as justiças de castela pedirám que lhe sejam os taes fugidos lá Remetidos, e que lhe guardem suas sentenças e procedimentos contra eles, e o nuncio mandará que lhe guardem seus mandados e sentenças que nos casos der, pelas quaes

pela ventura nom quererám estar os inquisidores de castela, e se as justiças de portugal nom quiserem fazer o que as justiças de castela lhe Rogarem, nestes casos estaa certo o escandalo.

Item : Cada dia acontece que as justiças de portugal pasam suas cartas precatorias pera as de castela, e as de castela pera portugal, e, se nom fizerem as justiças de portugal o que lhe Rogarem as de castela, nom farám as de castela o que lhe tambem as de portugal Rogarem, o que se nom pode escusar de se ajudarem huumas as outras pelos Reinos serem tam comarcãos, e asy será causa d escandalo e de pouco serviço de deus; e deue se com muita cautela proceder nos casos de que podem nacer deferenças antre Reinos e Reinos, as quaes nom somente por justas Rezões, mas por ocasiões e injustas Rezões vemos muytas vezes nacer, quanto mais que as sentenças dadas nos Regnos de castela contra os erejes sam dadas tam justamente, e eixaminadas por taes pesoas de tanta consciencia e virtudes e letras, e com tanto conselho e deliberaçam, que he escusado os condenados serem contra elas ouuidos.

E quanto á Reposta em quanto dizem que os christãos velhos nom tem Rezam de se queixar por serem nomeados e metidos neste perdam com os cristãos novos, senam se cuidamos o papa deuer ser acusado de muyta clemencia ; a ysto se Responde que esta clemencia nos parece escusada, pois os cristãos velhos a nom querem, antes Receberiam dela escandalo e Infamia, e portanto se lhes nom deue fazer ; e asy como he honra ser contado e nomeado antre os boõs, asy he desonra e Infamia ser nomeado e colocado antre os maos e erejes, e os que honra estimam ainda merces nom querem Receber, se lhas dão de mestura contando os antre infames e maos.

Quanto mais que dar perdam de eresias presupoem culpas verdadeiras ou ao menos presumidas, e he grande escandalo presupoer taes culpas em gente e Regno que tanto se preza de cristaã, e tam limpa dos errores da fee, maiormente pois elles christãos velhos nom pediram tal perdam, soomente o pedem os cristaõs novos, e querem defamar e meter em ele os cristãos velhos pera cobrirem sua infamia, e darem a entender a Sua Santidade que todos tem estas culpas asy christãos velhos como novos : pelas quaes causas he nisto feito grande agravo e ofensa á nobre gente portuguesa, e seria causa d escandalo grande se ha bula se provicase.

E dizer que a bula concede tanbem perdam d outros pecados no foro da conciencia, do qual nom podem os cristãos velhos dizer que nom tem necesidade, porque ninguem nom pode dizer que he sem pecado, este perdam concede a bula segundariamente, e nom veio principalmente a prover niso, e foy metido acesoriamente, e por iso nom Releva aos christãos velhos da infamia que se lhe segue serem metidos no mais com os cristãos nouos.

E quanto á Reposta, em que dizem que nom sabem como grosamos o inconuiniente que se aponta que Sua Santidade daa ao nuncio oficio de inquisidor, cousa que a Sua Santidade nom veyo por pasamento, a bula tem huuma clausula que diz o seguinte: «ipseque nuncius todas e cada huuma das sobreditas cousas e quaesquer outras que os outros inquisidores e quaesquer comisarios per quaesquer nosas e da dita see apostolica letras, e asy de direito ou costume podem fazer e exercitar livre e licitamente, posa fazer e eixercitar»: esta clausula bem geral he e bem largos poderes de inquisidor parece dar ao nuncio.

E dado caso que se aia de Restringuir a dita clausula á eixecuçam da bula, e que esta clausula asy se entenda, e que acerqua da eixecuçam da bula o papa concede ao nuncio poderes de inquisidor, a bula dispõe em todo crime de eresia e a todo dá perdam, e daa em esta execuçam maiores poderes ao nuncio acerqua dos ditos delitos ate ora cometidos, do que se deram ate ora a inquisidor alguum; e o inconuiniente nom diz mais, somente que Sua Santidade daa ao nuncio poderes de inquisidor como pela bula se contem, Referendo se á bula, donde logo se achou que comentamos da bula o que nom diz nem foy entençam do papa. Bem cremos que a tençam do papa nom foy dar os ditos poderes ao nuncio senam durando a eixecuçam da bula, a qual duraria o tempo que deus quisese, e porem emtanto que durase bem largos poderes de inquisidor lhe daa acerqua do que dicto he.

E posto que nom lhe dese mais poder que a simprez eixecuçam da bula, ainda não cesam os inconuinientes que se apontam nos ditos apontamentos.

E dizer se que vejamos quam honestamente podiamos desejar que a cada huum de nós se cometera o tal cargo, certo he que cada huum por sy nestes Regnos nom deseja ser lhe cometido o tal cargo, falando das pesoas que sua alteza pera iso ha de escolher, e a experiencia nos mostrou

que alguuns Requeridos pera eixecuçam da bula da inquisiçam se escusaram, e outros buscauam meyos pera nom serem encarregados della; e se cada huum de nos desejase ser lhe o tal cargo a ele cometido ainda se poderia ser inhonesto, mas desejarmos que o negocio seja cometido aos naturaes, que sabem a terra e negocios dela, e conhecem as pesoas asy das testemunhas como dos acusados e dos oficiaes de que se ham de fiar, antre os quaes naturaes da terra ha pesoas muyto doctas e de muytas vertudes e experiencia das cousas, certamente nom vemos que desonestidade he desejarmos e querermos que os taes negocios e de tanta importancia Sua Santidade cometa nestes Regnos onde os mandam fazer aos naturaes deles, e nam ao seu nuncio, postoque seja muyto docta pesoa e de muyta confiança e vertudes; e este he o costume que sempre se vsou que as inquisições e semelhantes cargos se cometem aos naturaes dos Reynos, e he cousa muyto fora de Rezam que os estrangeiros venham fazer os semelhantes oficios em estes Reynos por muytas Rezões, que escusamos de dizer por breuidade e por serem muyto notorias.

E ao que se diz que pois el Rey, que deus tem, e el Rey noso senhor deram aos cristãos novos seguridade de vinte e noue annos, nom o podendo fazer, que sua alteza nom deue de sofrer com iniquo animo que Sua Santidade, viguairo de jesu christo que soo tem o poder de dar o tal perdam, dee perdam de pouquo tempo como mais largamente se diz em Reposta, certamente confesamos como catoliquos christãos e filhos obidientes de Sua Santidade e See apostolica que ele soo pode dar o tal perdam; e Sua Santidade he mal emformado que nom se achará que o muyto catoliquo e Religiosissimo principe el Rey dom manuel, que deus tem, nem el Rey dom Joham noso senhor perdoasem alguem crime de eresia nem de apostasia da fee, e nunqua tal perdam deram nem seguridade alguuma, per que segurasem algum de nom ser castigado ou punido de semelhantes crimes e erros da fee, nem se amostrará que verdadeiro seja.

E se logo nos primeiros tempos quando se tornaram cristãos alguuma liberdade deu aos cristãos novos el Rey, que deus tem, seria que nom inquirisem contra eles per inquirições geraes ou acerqua dos beens que se apliquam pera seu fisquo, e as taes liberdades pera nom imquirirem se aviam d entender pelas suas justiças seculares, a quem nom pertencem as taes Inquisições; mas que se nom inquirise per autoridade apostolica nunqua tal liberdade deram, nem que os bispos e perlados eclesiasticos

inquirisem nunqua lho defenderam, antes aos que o fizerem nom lhe foram á mão, e se os bispos nom faziam niso o que eram obrigados, suas altezas nom tem niso culpa. E por o que dyto he está claro que o perdam que se diz os ditos senhores darem e seguridade pasar em outro modo, e nam ser perdão como emformam a Sua Santidade.

E quanto ao que tocam da obidiencia, he escusado Responder, porque manifesta estaa a obidiencia, que el Rey noso Senhor e seus Reynos tem a Sua Santidade e see apostolica, tam inteira que princepe cristão nom he mais obidiente nem o foy; e Respreuer sua alteza a Sua Santidade as causas porque nom he serviço de deus e bem da christindade destes Reinos dar se á eixecuçam a bula do perdam he cousa que Sua Santidade deue agardecer, e lhe louuar seu boom zelo e cuidado que tem das cousas da fee. E os sagrados canones mandam que, quando os summos pontifices per menos verdadeiras ou nom inteiras emformações mandam cousas, que parece nom convirem a serviço de deus e bem da christindade, que lhe Resprevam e sobrestêm na execuçam de seus mandados.

E concluindo podemos dizer a estes christãos novos, que com tantos modos procuram aver este perdam tam largo pera viverem a suas vontades, e andam mesturando tantas maas emformações, o que dise agostinho a bonifacio: « tenham estes christãos novos dos erros pasados, ainda que muito graves fosem, amara dor asy como pedro da mentira, e venham á igreja catolica de christo nosa madre, e sejam em ela clerigos, e sejam bispos proveitosamente os que contra ela foram imigos, e nom lhe aueremos enueja, mas abraçalos hemos e amoestamos os a iso e desejamol os e asy lho persuadimos, porque nós nom buscamos suas fazendas nem as queremos, mas queremos a eles e a sua salvaçam ». Item: Em outra parte o mesmo agostinho diz o que aquy a noso proposito podemos trazer: « os que nos opoem que cobiçamos suas fazendas, e de lh as tomar, nom Rectamente dizem; mas prouuese a deus que fosem feitos catolicos cristãos, e nom soomente aquelas cousas que estes dizem ser suas, mas ainda as nosas, em paz e caridade posuisem comnosquo ». E açaz consta que nom desejamos suas fazendas, pois tam liuremente se deixam aos que pedem perdam de seus erros, como pelos apontamentos per que se pede a inquisiçam e perdam se pode ver; e se as desejaramos nom os conuidaramos a pinitencia, ou se por odio contra eles desejaramos proceder. Item bem sabemos que alguuma cousa se ha de tirar do Riguor e seueridade

quando os dilinquentes sam muytos, como agostinho diz contra permenianum ; mas tambem sabemos que os crimes da eresia ham de ser castigados quando conservada a paz da Igreja se pode fazer segundo a calidade dos tempos, postoque os delinquintes sejam muytos, como ele mesmo diz, e açaz e muyto se tempera o riguor do direito perdoando a estes o pasado na forma em que por parte de sua alteza se pede o perdam, e se declara nos apontamentos e declarações a eles que ora vam. O que asy dizemos com protestaçam que todo sometemos a coreiçam e emmenda da santa madre Igreja [1].

Apontamentos para S. S. vêr (*a*).

.....

Sanctissimo e beatissimo padre. — Diz se por parte del Rey de portugal, voso obediente filho, que sua tençam e zelo he que os christãos nouos de seus regnos e senhorios *se* emendem e viuam como seja seruiço de deus e bem suas almas e em modo que cese o escandalo, que os catolicos cristãos recebem de seu mao viver, o que vossa santidade deve inteiramente de crer, e que este he o seu fundamento e motiuo porque pede a inquisiçam e nam outro ; e que asi deue de crer que sua alteza e os do seu conselho e seus letrados tem experiencia desta gente e a conhecem, e pelo muito conhecimento que della tem sabem se os que pecam pecam per malicia ou per ignorancia, e o modo que he necessario pera se emendarem, e o que em elles causará mais desoluçam, por verem seus modos de viuer e conhecerem suas pessoas e condições e os modos em que pecam, e por tanto ham por grande inconueniente a forma do perdam per confisam secreta e sacramental, e tem por certo que

[1] *Rascunho com muitas emendas e entrelinhas, no* Arch. Nac., Gav. 13, Maç. 8, n.º 5. *Nas costas do documento ha uma cota que diz:* Reposta dos leterados que foi a Roma.

(*a*) *São estes, a nosso vér,* os apontamentos *mencionados nas instrucções de* 3 *de setembro.*

nom causará em eles emenda, mas mais desoluçam e escandalo aos fieis cristãos.

E por tanto se pede a Vossa Santidade por parte de sua alteza que, pois ha que he equidade segundo a cristaã religiam conceder a estes nouos cristãos perdam dos erros pasados, que em nenhum modo seja per confisam sacramental na forma do perdam per vossa santidade concedido, e que seja na forma e modo que por parte do dicto senhor Rey se pede nos apontamentos, que a vossa santidade tem enuiados per dom hanrique seu embaixador, com estas declarações que abaixo se diram, que se enaderám á dicta forma dos apontamentos.

Item: Nom se pede nem he de entençam de sua alteza obligar estes nouos christãos a confesar seus pecados ocultos no foro exterior, como se diz no breue de vossa santidade que ao dito senhor Rey enuiou; nem he sua tençam que va confesar ser hereje no dicto foro o que pecou tam ocultamente e em tal modo que seus crimes lhe nom podem ser prouados no juizo da igreja per testemunhas e prouas legitimas, porque estes, que tam ocultamente pecaram que se lhes nom podem os erros prouar, se deixam ao juizo diuino, e destes nom culpa a igreja, nem deuem satisfaçam no foro exterior á igreja pois em elle ha nom ofenderam; mas pede se que os que pecaram e cometeram erros em tal modo e lugar, que lhos podem em juizo prouar per testes ou legitimas prouas, sendo accusados ou denunciados, estes peçam o dicto perdam e reconciliaçam aos inquisidores, como se declara nos apontamentos acima ditos, se querem gozar do perdam e euitar de serem acusados e punidos.

E nesto nom se pede cousa contra rezão nem justiça, nem cousa noua, porque claro he que o que comete crime em modo que foi visto e lhe he sabido ja ofendeo os proximos que ho viram e sabem, e, tanto que o tal crime for deduzido em juizo e denunciado á igreja, se procederá contra o tal criminoso e o punirám segundo disposiçam do direito canonico; e se os taes delinquentes herejes nom pedirem reconciliaçam e perdam, prouando se lhe os dictos erros, serám punidos por as penas postas aos herejes em direito.

E pode auer muitos de que seus erros sam sabidos per duas, tres e quatro testemunhas e estes nom serem infamados, e estes crimes se deuem castigar pela igreja no foro exterior e judicial, e destes falam os apontamentos e nam em os ocultos que se nom podem prouar, cuja vin-

gança se deixa ao deuino juizo; e estes, que asi cometeram ou cometem erros em modo que se lhes pode provar, se querem euitar as accusações e denunciações e condenações no foro judicial, deuem pedir perdam e reconciliaçam á igreja no dicto foro, e se, depois do tal perdão e reconciliaçam e abjuraçam que fazem de seus crimes, tornam a cair e pecar, claro he que sam relapsos e se deue proceder contra elles como contra relapsos; e asi se pede pera que se emendem com medo das penas, pois por temor de deus se nam emendam.

E he conforme a direito que os que cometem as heresias e erros em modo que se lhes pode prouar em juizo per testemunhas ou prouas legitimas, sendo em juizo accusados ou denunciados, peçam perdam á igreja no dito foro exterior pera euitarem as denunciações e accusações e penas, que lhe poderiam poer sendo condenados.

E quanto ao que sua santidade diz no dicto breue, que a sua alteza enuiou, acerca dos accusados e presos, dos quaes diz que nos apontamentos se pede que nom gozem desta forma de perdam que se contem nos apontamentos, e que se proceda contra elles como for direito, os quaes diz sua santidade que deuem gozar do perdam, porque em outro modo estaria em poder de qualquer pessoa, que a outra quisesse fazer mal, estoruar lhe que nom gozasse da forma deste perdam indo o acusar ou fazer accusar e fazer prender pera este efeito, parece equidade e rezão o que sua santidade diz, e que pera euitar estas malicias os accusados ou denunciados, que presos forem, gozem da forma deste perdam que se pede asi como os soltos e na mesma forma; e isto se entenderá nom lhe sendo ainda ao tempo que pedem o perdam os erros judicialmente prouados ou per inquirições geraes ou speciaes, posto que sejam tiradas sem parte citada, ou nom sendo pubricamente infamados antes de serem presos, ou nom auendo delles graues suspeitas ou presumpções; e porem ficará em arbitrio dos inquisidores poer alguma mais penitencia aos presos pedindo o dicto perdam e reconciliaçam, da que lhe posera sendo soltos: e sendo ja aos presos os erros judicialmente prouados ou per as dictas inquirições geraes ou speciaes, posto que tiradas sem parte citada, ou sendo pubricamente infamados antes de presos, ou auendo contra elles graues suspectas ou presumpções, nom poderám gozar da dicta forma de perdam, mas proceder se ha contra elles segundo forma do direito canonico, e segundo sua disposiçam lhe será concedida reconciliaçam, pedin-

do a ; e porem os accusados ou denunciados, que presos nom forem, se regularám e lhes será concedido perdam e reconciliaçam, como se nom fossem denunciados ou acusados, nom sendo ainda condenados per sentença.

Item. Acerca dos condenados per sentença ao tempo que pedem o perdam e reconciliaçam, parece que diz no dicto breue que se pede nos apontamentos que gozem da forma deste perdam : nom se pede tal ; mas antes he a tençam, e asi se pede ora, que estes que forem condenados per sentença fiquem á disposiçam do direito canonico, e nam possam gozar da forma deste perdam ; e segundo disposiçam do direito aos condenados, se a pedirem, seja concedida ou denegada a reconciliaçam.

E quanto ao que se diz no dicto breue de Sua Santidade acerca do tempo, que aos absentes se limita nos dictos apontamentos, de huum anno do dia da primeira publicaçam da bula na diocese onde o tal absente tem domicilio, parece rezam e justiça que seja como Sua Santidade no dicto breue manda, que o tempo aos absentes se arbitre e limite pelos inquisidores segundo a distancia dos logares, regnos, e prouincias, em que os absentes podem estar e andar, e nom seja a todos igual de huum anno, posto que parecia assaz tempo, mas possa ser mais e menos segundo a dicta distancia dos logares, regnos, e prouincias.

Item. Se pede que nom gozem desta forma de perdam os que for achado que cometeram os dictos erros depois que esta bula que se pede for publicada em qualquer parte dos regnos e senhorios de sua alteza, onde for a primeira vez publicada, e esto cometendo os taes erros, se for no lugar da publicaçam em qualquer tempo depois della, e se for em outro logar do bispado em que se fizer a publicaçam nom gozará cometendo o erro ou erros quinze dias depois da publicaçam ; e se cometerem os taes erros em outros bispados de portugal ou do algarue, nom gozarám do dicto perdam cometendo os trinta dias depois da dicta publicaçam ; e se os taes erros forem cometidos nas ilhas e outras partes, nom gozarám do dicto perdam os que pecarem depois que passar tanto tempo do dia da dicta primeira publicaçam que verisimelmente pareça que veo a sua noticia.

Item. Se pede que, auendo hi alguns infamados de taes infameas, que segundo disposiçam do direito se deuam de purgar, que nom quiserem pedir perdam e reconciliaçam e abjurar os erros de heresia, mas se

quiserem purgar das taes infamias, que estes taes se purguem per purgaçam solene, como diz Sua Santidade neste breue, conforme ao direito canonico e disposiçam delle, e nom se dê a forma de se purgarem que se lhes concedia na bulla do perdam, que era per duas ou tres testemunhas dignas de fee que apresentassem extrajudicialmente.

Item. Acerca das fazendas ha o dicto senhor rey por bem, se a sua santidade parecer equidade, e asi o pede, que nenhuuns destes nouos cristãos, e de seus filhos e netos e descendentes, postoque sejam reconciliados ou condenados por herejes, e ainda que sejam relapsos, percam suas fazendas, e as ajam elles ou seus herdeiros; e isto por spaço de tempo de sete annos, contados do dia que esta bula que ora se pede for publicada a primeira vez em qualquer parte destes regnos: e pasados os sete annos se guardará acerca do perdimento das fazendas a disposiçam do direito commum. E porem deste beneficio de nom perderem as fazendas nos sete annos nom gozarám os seguintes: primeiramente os de que constar per legitima proua que declaram que morrem judeus ou em outros erros de heresias. Item: os que se absentarem dos regnos e senhorios de sua alteza, ou forem absentes ao tempo da publicaçam da bula, e nom veerem pedir perdam e reconciliaçam no tempo que lhe for arbitrado e limitado, procedendo se contra os taes absentes na forma que per direito se poder proceder, nom vindo elles defender se e presentar se em juizo pesoalmente; e sendo dada contra elles sentença, per que seja declarado terem cometidos os dictos erros, suas fazendas serám confiscadas e tomadas pera o fisco segundo disposiçam do direito, e nom se entenderá em estes o dicto tempo dos setes annos.

Item. Nom gozarám deste beneficio do tempo dos sete annos os que depois da publicaçam desta bula, como dicto he, cometerem os dictos erros, e, sendo perdoados e reconciliados, tornaram a pecar, porque os taes, postoque seja dentro do espaço dos sete annos, perderám suas fazenda segundo disposiçam do direito.

E na forma conteuda nos dictos apontamentos, que dom henrique seu embaixador leuou, com estas declarações e clausulas que nestes apontamentos vam, pede o dicto senhor Rey a Sua Santidade que conceda o perdam aos cristãos nouos dos erros pasados, pois a Sua Santidade parece equidade ser lhe concedido, e nom seja per confisam secreta e sacramental; o que asi se pede por parte de sua alteza pelo asi sentir ser

seruiço de deus, e que asi cumpre pera emenda e correiçam desta gente, e pera que nom aja o escandalo, que da forma do perdam que se lhes concedia se poderá aos cristãos velhos causar: e asi se pede pelo dicto senhor Rey que, pera se nom corromper mais a religiam christã nesta gente, nos regnos e senhorios de sua alteza aja sua santidade por bem conceder que se use da inquisiçam que tem concedida, e lha conceda ora com as mais clausulas e poderes e declarações, que se pedem; e de cometer asi a dicta inquisiçam e cousas della, como a execuçam deste perdam que se ora pede, a pessoa que nos dictos apontamentos sua alteza nomea na forma em elles declarada, e nam se cometa ao nuncio de Sua Santidade, porque nom he cousa conueniente, nem se costumou nunqua, semelhantes negocios se cometerem a pessoas que nam sam naturaes dos regnos, como mais largamente se disse nos outros apontamentos, no que Sua Santidade fará o que conuem a seruiço de deus e bem da religiam cristaã destes regnos [1].

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1534 — Setembro 25.

Senhor — Fernão castanho chegou aquy ontem, em amanhecendo, XXIIII deste setembro, e co as cartas e Recado de vosa alteza, do que manda que eu faça, e o papa morreo oje sesta feira, a oras de jantar,

[1] ARCH. NAC., Gav. 2, Maç. 2, n.º 24. *Tem uma cota na folha que serve de capa, que diz assim:* Apontamentos pera se mostrarem ao santo padre, em que se declara a forma em que el Rey nosso senhor lhe pede que Sua Santidade conceda o perdam e inquisiçam.

Na Gav. 13, Maç. 8, n.º 6 (Doc. 8) *ha outra minuta destes apontamentos com algumas differenças de redacção, mas sem alteração de doutrina, que parece ter sido o primeiro rascunho, não só por ser menos correcta do que a que publicamos, mas tambem por ter uma cota onde se diz:* Trelado do que ora foy per derradeiro, o secretario o tem em limpo, acerca da forma do perdam, alem do que levou dom hanrique.

Tambem na Gav. 2, Maç. 2, n.º 28. *se guarda uma minuta ácerca do mesmo assumpto, que não publicamos por ter nas costas o seguinte:* Este nom foy: he parecer meu. *Não diz de quem.*

xxv do dito mes. Nem temos vagar pera mais que escreuer isto a vosa alteza, e que serya muito bem auysar nos com delygencya como manda que se entenda nestes negocyos com papa nouo, scilicet, per qual dos apontamentos, se pelos novos, se pelos que eu trouxe. E deus faça tal vigayro, que aja por bem cantas boas cousas e cão justas vosa alteza Requere, cuja vyda e Real estado noso senhor acrecente como eu desejo.

De Roma, a xxv de setembro, noyte, 1534.

Beyjarey as mãos a vosa alteza mandar me Responder aas cartas, que lhe tenho escryto sobre me mandar hyr, pola dylação que será fazer se papa e negocear de novo co ele; e aa merce que lhe santa cruz mandou pedyr do abyto pera hum seu doutor, homem de bem, e he bem que vosa alteza o faça e mais agora.

Criado de vosa alteza, que suas Reaes mãos beyja — *Dom anrique m.* [1].

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1534 — Outubro 4.

Senhor — Aas cartas que me trouxe castanho de vosa alteza, nom he tempo pera Responder ao principal, pois o tempo nom he senão d esperar por papa nouo, e Rogar a deus que o escolha tal que faça o seu seruyço e de vosa alteza, que neste negocyo, e em todos os que vosa alteza faz e quer, tudo he hum: e se o deus escolhese por sem duvyda terya eu o meu bom despacho; mas hão no d escolher trinta e seis dyabos, que tantos são os cardeaes que nyso agora ão d entrar, e por yso noso senhor os alumye pera fazerem seu seruyço. As exequyas do papa passado se começaarão sesta feira oyto dias depois dele morto, que forão dous deste oytubro; e porque se nom fazem aos domyngos, e ão de ser noue dias afora eles, acabar s ão segunda feira XII deste mes, e logo aos XIII entrarão em concraue: nem ha nysto mais que dyzer senão que os de França por hum cabo, e do emperador por outro, tudo agora he negocear.

[1] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. I, Maç. 53, Doc. 113.

Item. Senhor, Vosa alteza me mandou huma carta e outra patente pera tyrar o abyto a duarte da paz, com que eu Receby muy pouca merce e menos honra, porque o que o arcebispo nom fez senão como o fez e pode, nom sey como o eu posso fazer mylhor que ele. Vosa alteza me mandou que o mandase chamar: asy o fyz, fazendo muito que era pera lhe falar hum pouco que me cumprya, e ele se m escusou; porque soube que era vyndo o correo castanho auenta jaa as pegas, e com escusas fryas nom quys vyr ate oje. Nom sey que lhe faça: mande m o vosa alteza e fal o ey.

Item. Senhor, no negocio de Barroso tambem me fez vosa alteza outra pyor merce, porque nom sou abastante pera emmendar o que taõ danado estaa, e que o arcebispo, com canto sabe e pode e val nesta terra, nom pode emmendar, porque a emmenda ha de vyr de vosa alteza, ou pera muito bem ou pera muito mal, porque meos ja neste negocio nom valem nada. Este, senhor, como vyo papa morto e o tempo passado que tynha posto co arcebispo e co papa, m escreueo dous escrytos a mym, qua queria proceder contra o arcebispo sem saber ainda parte que vosa alteza me mandaua entender nyso, somente por cousas que ja tynha pasadas co ele e o arcebispo co papa perante mym. Eu lhe respondy que o arcebispo estaua doente, como de feyto estaua bem queyxoso d uma dor d ylharga; que como fose são lhe falarya. Tornou co segundo; e o cardeal santa cruz me mandou chamar pera me dyzer que o barroso querya fazer e acontecer, e que nom lh o podya estoruar, que nom era seu. Concrusão, que eu faley ao barroso, e per uontade do arcebispo lhe dyse que eu tynha de vosa alteza comysão pera neste negocio falar ao papa e a ele; que deyxasse vyr papa a que eu auya de falar nyso, e nom curasse d escomunhoẽs nem de censuuras. Nom auya Remedio pera o dobrar. Em fym foy contente d esperar por papa. Ora, senhor, isto está muito no cabo, e esta terra e gente de cardeaes todos cheos deste homem ter direito e lh o tomarem. Veja vosa alteza se será bom dar lhe alguma cousa fora dese Reyno, e esa dar se a quem vosa alteza ouver por seu seruyço: e isto escreuo asy depresa que me nam dão vagar pera mais. Vosa alteza determine e Responda o que quer, asy nysto como no de duarte de paz. E nom serya mao mandar vosa alteza auyso do que auemos de fazer no negocyo principal, se polas primeiras se polas segundas Razoẽs, e escreuer logo sobr yso ao papa, e qua lhe poryamos o nome.

E nom sey, senhor, porque estas Razoẽs, que de laa vem, nom uem em latym.

Item. O emperador escreueo ao papa pelo castanho e ao conde cyfontes muito quentemente, e ele asy nos dyz que o fará. Deus nos dê papa tal que faça o que vosa alteza manda, que he justo. Noso senhor a uida e Real estado de vosa alteza acrecente como eu desejo. Esta terra está muito pacyfyca, o que se nom esperaua segundo começaua sendo o papa doente. Item. Senhor, queyxo me ou agrauo me deste correo, que vosa alteza mandou, nom me trazer cartas de meus parentes; e melhor fora nom trazer outro correo do nuncio consyguo.

De Roma, a quatro d oytubro, 1534.

Criado de vosa alteza, que suas Reaes mãos beija — *Dom anryque m.* [1].

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1534 — Outubro 13.

Senhor — Depois que fernão castanho foy co a morte do papa, escreuy a vossa alteza outra uez, e dey lhe conta do que passey com Duarte de paz, ou nom passey porque ele nom quys vyr; e asy do que passey com barroso. Beyjarey as mãos a vossa alteza mandar me Responder o que farey n um e no outro: e o de barroso estaa muito no cabo, e ey medo que nom me queyra esperar a que eu acabe o que vossa alteza manda que eu primeiro faça do negocio princypal, e por yso nom sey que meo nysto tome. Vossa alteza m o escreua por me fazer muita mercê.

Item. Os cardeaes forão cerrados em conclaue domyngo bem noyte, e segunda, ontem, que forão xii deste oytubro, fycão cerrados de todo pera fazer seu officyo ou o de deus, que, se ele nysto nom he, nom uejo antr eles boa cousa nem boa tenção senão cada um pera sy. Deos o emmende.

Item. Aquy he noua muyto afyrmada que o turquo, ou o seu barba

[1] Arch. Nac., Corp. Chron. Part. I, Maç. 53, Doc. 120.

Roxa, tem tomado tunez, que aquy se arrecea muito; e dyzem que faz o emperador este verão grande armada pera yso, e que lhe tem posto andré dorya muitos navyos em Rol, os quaes se ja fazem prestes todos, e antre estes dyz que lhe são necesaryas vynte carauelas de portugal, de xx Remos cada huma. Auyso dysto vossa alteza pera que sayba como se isto faz, e consyre se lhas pydyrão ou como se de laa ão d auer. Huma carta, que se aquy imprymyo italyana, do que fez barba Roxa em tunez mando aquy a vossa alteza, cuja vyda e Real estado nosso senhor acrecente como eu desejo.

De Roma, a XIII d oytubro, 1534.

Criado de vossa alteza, que suas Reaes mãos beyja — *Dom anrique m.* [1].

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1534 — Outubro 13.

Senhor — Nesta nom se pode escreuer mais, senão que nes'outra, que co esta creo que hyrá, uerá vossa alteza cando entrarão em concraue; e esta noyte, terça feira amanhecente, sahyo papa o cardeal frenes [2], e por esta ser ainda ante manhã nom sey se poderemos saber o nome: cremos que he Onorio quynto. Nom tenho vagar pera mais senão que noso senhor lhe dê graça, com que faça o que deue aa cristandade, e a mym despache a seruyço de deus e de vossa alteza, cuja vyda e Real estado noso senhor acrecente como eu desejo. E nom serya mao, antes de s acabar o officyo de sua coroação, termos auyso de vossa alteza do que faremos, e a ele escreuer e vysytar, e mais sobr esta nosa materya.

De Roma, a XIII d oytubro, terça feira ante manhã, 1534.

Criado de vossa alteza, que suas Reaes mãos beyja — *Dom amryque m.* [3].

[1] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. I, Maç. 53, Doc. 123.

[2] *Léa-se*: Farnesi.

[3] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. I, Maç. 53, Doc. 124.

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1534 — Outubro 29.

Senhor — Des que partio castanho nunca escreui a vossa alteza, senão com tantas presas que nom auya tempo pera mais, nem mais de que dar conta. Agora com outra tanta presa, que me daa hum correo do conde cyfuentes, darei conta a vossa alteza do que qua passa des que castanho partio.

Item. Senhor, saberá vossa alteza que, como o papa foy elegydo, e lhe beyjamos o pee ao outro dia, logo ao outro segûynte, porque a coroação s alongaua, pareceo bem ao arcebispo e ao conde cyfuentes hyrmos todos tres juntos falar ao papa neste negocio, a que eu vym, e fomos juntos, e o conde lhe deu a carta do emperador, e lhe leo outra que lh o emperador escreuya a ele mesmo conde sobo lo que neste negocyo auya de fazer, a qual certo he tão quente e tão emcarregada que o nom pode vossa alteza mandar mais a noos. E sobo la carta lyda lhe falou hum pedaço, e o arcebispo lhe deu a de vossa alteza, e lhe falou tambem sobr ela, e eu tambem o que se nos entendeo de voso seruyço. Respondeo boas palavras e muito longueiramente, como soe fazer, e mandou que lhe desemos diso nosos papeis pera se emformar. O outro dia tornámos a ele o arcebispo e eu sem o conde : demos lh os que compryão. Chamou o datairo e emtregou lh os, ao qual eu depois fuy decrarar o que cada um era e o noso Requerymento.

Item. Noos co ysto asy nestes termos soubemos que o papa clemente pasado, ao tempo de sua morte, per importunações dos judeus, que nisto andão co seu confesor, concedeo hum breue, per que confirma e ha por pubrycada a bula sobre que litygamos, sem noos sabermos nada, porque mandou que se nom pubrycase senão depois dele morto ; do qual aquy mando o trelado a vossa alteza. E deste breue soubemos per santiquatro, a que o Duarte de paz dise importunando o e sobornando o pera contra noos, e dias ha, antes que eu vyese, lhe dauão oitocentos cruzados de pensão cad ano por sua ajuda, o qual porem se nos offereceo pera

logo hirmos falar sobr yso ao papa. Fomos o arcebispo e eu co ele, e certefyquo a vossa alteza que lhe falou tanto e tam bem e com tanto fervor por uoso seruyço, que o nom poso eu ter mais. Noos disemos tambem o que se nos entendeo; e nosa petição era e he que este breue seja suspenso ate Sua Santidade ver e ouvyr as nosas Razões primeiras e derradeiras, então determynar o que quyser, e sobr yso responder a vossa alteza o que lhe parecer. Quis o papa que ao outro dia, que foy domingo este passado, xxv deste oytubro, vyesemos a ele todos tres, e ele mandarya chamar o auditor da camara, e o doutor symoneta, e o burla, que he o que fez e faz todos estes males, e o cardeal cesis, que tambem nysto entendeo co papa clemente. Juntos que fomos todos domyngo pola menham, dita huma mysa rezada, começou outra uez santiquatro, e nom se pode nem dizer nem escreuer a vossa alteza o que disse por uoso seruyço, e com que instancya e eficacia, porque verdadeiramente, senhor, nom sey vasalo uosso nynhum, que com muita mercê e muito contentamento de vossa alteza podesse nem soubesse fazer mais nem mylhor. E antr outras cousas disse ao papa perante todos que olhasse como tynha alemanha e ungrya e ingraterra; que nom quisesse que um tal principe, e de tantos merecymentos aa christandade e see apostolica, lhe fyzesse perder o doutor francisco burla, que estaua presente, com seus breues bestiaes: e per aquy lhe dyse a osadas. O arcebispo tambem falou seu deuer: e porque o papa estaua aos pareceres nom podya homem falar; dyse lhe eu, porem, que Sua Santidade fazya muyta defyculdade em sospender o breue de clemente, e que ele mesmo clemente os sospendera neste negocyo asaz deles e de bulas; e que querya olhar ao que clemente fyzera estando no artygo da morte e sem juyzo, no qual tempo nem pera filhos nom valyão os testamentos; e mais que querya nysto tomar o parecer do burla, que nom era nysto juyz, antes era parte polos cristãos novos, com que comya, passeaua, jugava e conuersaua; e que tambem cristo conuersára com judeus, porem que era cristo. O doutor como cousa a marauylhar d aquylo de mym. Eu lhe dyse que o dyzya diante Sua Santidade e perant ele mesmo porque era verdade, e lh o poderya fazer certo como e onde compryse; e que aquele breue, e os outros que ele dyzya que nom solycytára, ele os composera, e eu lhe conhecya bem o estylo e as palavras, o que ele nom pode negar. E asy faley ao papa outras quatro palavras: e porque duarte de paz e Diogo Rodrigues pinto esta-

vão na casa, me queyxey muito co papa e o arcebispo tambem, e que, se aquylo auya por bem, que nom lhe falaryamos mais neste negocio. Dise que os nom chamára, mas que nom estaryão mais, e que era cousa de justiça. A tudo nom faltou repryca co as mynhas orelhas bem vermelhas. A concrusão foy mandar aaqueles dous, scilicet, auditor da camara e symoneta, que vysem os breues e o enformasem pera ele fazer cousa justa e bem feyta; aos quaes santiquatro falou loguo, e eu lhes leuey os bréues e huma emformação feita per santiquatro perante mym. Isto foy ontem e nysto estamos agora: e santiquatro crea vossa alteza que faz marauylhas por uoso seruyço, e diz que nom tem outra seruidão senão a vosa, por usar das suas propryas palavras. O conde cyfuentes fala e faz canto pode por uoso seruyço, e pode muito. Cremos que este breue se sospenderaa, e então vyremos ao princypall, no qual se tomará muy cedo concrusão, se o papa quyser; mas judeus, que poderão condenar Jesu christo, de temer he que posão saluar a sy. E porem, com canto vossa alteza co papa estaes em muito pouca dyferença, Ey gram *medo* que ainda aja outro correo; e vossa alteza, se for, despache o muito mais depressa que o *outro*, *por*que por vosa tardança diz o breue que o mandou fazer o clemente. E a ysto respondo eu que foy vossa alteza ocupado no cerco de çafy e o como; e que aquy com trynta galees de barba Roxa andão em salgadeyra: que vosa alteza c os seus vasalos daa socorro contra cem myl mouros, e que nysto se acupa e acupou pera nom poder tão em breue responder como dyz o breue. Item. As novas de qua são que os cardeaes dous alemães são ja hydos, e os francezes fycão ate coroação do papa, que seraa domynguo ou passados os fynados. Item. O papa mandou aquy vyr andré dorya de cyuyta, por onde passaua de napoles pera genoa: veo huma tarde e foy-se outro dia pela menhã. Dizem que armão este ano grandemente contra turquos, e que ão d auer mester carauelas. Ja o escreuy a vossa alteza pera se aperceber do que for seu seruyço. O papa diz que dentro de dez meses mandará intymar concylio: será o que deus quyser, que asy foy sempre.

Item. Senhor, Duarte de paz nom me parece que quer vyr a meu chamado, antes anda qua mais soberbo que laa com officio de vossa alteza. Ja lh o escreuy: mande me que farey. E asy barroso nom quer esperar que acabem estes negocyos co papa, e vossa alteza quer que se nom fale primeiro em outra cousa, e ele quer escomungar o arcebispo como

pasar a coroação: asy que nem sey que conselho aja pera fazer o que vossa alteza manda, sem errar a huma parte nem a outra. Auyse me depressa, que de tão longe nom se pode tanto esperar.

Item. Nós nom achamos muito gratas audyencyas no papa: nom sey se he isto por estes começos, em que ha muito a que acudyr, ou em que isto pararaa. Nom se m offerece outra cousa de que dar conta a vossa alteza, e com a presa que me dão ey medo que m esqueção cousas.

Nosso Senhor a vyda e Reall estado de vossa alteza acrecente como eu desejo.

De Roma, a XXIX d oytubro, 1534.

Item. Senhor, no de Barroso folgarya que vossa alteza escreuese ao papa que lhe farês seruyço d outra cousa a quem ele quyser, e que acabe co este homem, que anda muito desesperado, e enche e importuna deus e o mundo.

Criado de vossa alteza, que suas Reaes mãos beyja — *Dom amryque m.* [1].

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1534 — Outubro 29.

Senhor. —Esquecco me nes'outra dizer a vossa alteza que toda a importunação, que se fez ao Clemente pera dar este breue á ora da morte, foy porque lhe dyse o seu confesor, induzydo dos cristãos novos, que pois tynha auydo o dinheiro deles, que era concyencya nom lhe deyxar o perdão lympo e lyvre: e isto he verdade, e asy dyse santyquatro ao papa paulo perante noos. Ora veja vossa alteza canta verdade vos dyz laa o nuncyo, que o papa nom tynha auydo dinheiro! O quall nuncyo he o que qua escreue tudo canto mal se faz, e tem de vossa alteza muita honra e muito gratas audyencyas, e noos muito tudo ao contrairo.

[1] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. I, Maç. 53, Doc. 137.

Noso senhor a vyda e estado Reall de vossa alteza acrecente como eu desejo.

De Roma, a xxix d oytubro, 1534.

Criado de vossa alteza, que suas Reaes mãos beyja — *Dom amryque m.* [1].

Monitoria do Nuncio, dirigida ao Cardeal D. Affonso (*a*).

1534 — Novembro 3.

Serenissime et Reuerendissime Domine ac Charissimi nobis in christo salutem in domino sempiternam.

Licet nuper uobis quasdam a felicis recordationis Clemente papa VII, tam sub plumbo quam in forma breuis, emanatas literas generalem absolutionem habitantium in Regnis et Dominiis Serenissimo Principi Johanni, Portugalliae et Algarbiorum Regi, subiectis continentes intimauerimus et publicauerimus, ac intimari et publicari mandauerimus; Tamen, ex certis rationabilibus causis animum nostrum mouentibus, per haec nostra imo uerius apostolica scripta mandamus quatenus ad executionem in eis contentorum nullatenus a uobis seu uestrum aliquo procedatur, neu pro illis seu contra illas quicquam attemptetur seu innouetur, neue illae a uobis publicentur, donec a sanctissimo domino nostro Paulo papa III seu a nobis aliud habueritis in mandatis. Per presentes autem nostras literas Nolumus nec intendimus earundem literarum intimationi publicationi et promulgationi, tam per praefatum Clementem, quam nos ipsos factis, in aliquo praeiudicare, Imo intimationem, publicationem et promulgationem

[1] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. I, Maç. 53, Doc. 135.

(a) O documento que publicamos não diz a quem é dirigido; mas no Corp. Chron. Part. I, Maç. 34, Doc. 2, ha uma traducção d'elle em vulgar, com o subscripto seguinte: Ao Serenissimo e Reverendissimo Senhor, o Senhor afonso Cardeal da Sancta Igreja romaa Infante de Portugal, perpetuo administrador da igreja de Evora e ao official ou vigario de euora. *Provavelmente é circular aos prelados.*

huiusmodi plenarium suae firmitatis robur in omnibus et per omnia obtinere, et suos effectus sortiri debere, per inde ac si presentes literae a nobis non emanassent, decernimus et declaramus. In quorum fidem presentes literas manu nostra propria subscriptas fieri, sigillique nostri impressione communiri jussimus.

Datum Elborae, die III Nouembris, MDXXXIIII, Pontificatus praefati sanctissimi Domini Nostri Pauli Anno Primo — *V.ti fr. Marcus Episcopus Senogall. et Comes Nuntius Apostolicus*[1].

Bulla do Papa Paulo III, dirigida ao Infante D. Henrique.

1534 — Novembro 3.

Paulus episcopus seruus seruorum Dei dilecto filio Henrico Infanti Portugalie, Electo Bracharensi, salutem et apostolicam benedictionem.

Equum reputamus et rationi consonum vt commende et quèuis alie dispositiones de ecclesiis et Monasteriis quibuslibet, que ex prouidentia Romani Pontificis processerunt, licet, eius superueniente obitu, littere apostolice super illis confecte non fuerint, suum consequantur effectum. Dudum siquidem Sancti Saluatoris de Paçoo de Sousa et Sancti Michaelis de Bustello, Sancti Benedicti, ac Prioratu nuncupato eiusdem Sancti Saluatoris de Moreyra, Sancti Augustini ordinum, Portugalensis diocesis, Monasteriis, que venerabilis frater noster Petrus de Costa, Episcopus Portugalensis, ex concessione et dispensatione apostolica in commendam olim obtinebat, commenda huiusmodi ex eo quod dictus Petrus Episcopus illi tunc in manibus felicis recordationis Clementis papae VII, predecessoris nostri, sponte et libere cesserat, et dictus predecessor cessionem huiusmodi duxerat ad-

[1] ARCH. NAC., Maç. 12 de Bullas n.° 12. *A data d'esta monitoria offerece difficuldades, que não sabemos resolver. Os poderes do Nuncio tinham caducado com a morte de Clemente VII (25 de setembro), e só foram renovados em 10 de novembro. Além d'isso o breve, pelo qual Paulo III mandou suspender o de 26 de julho, só foi lavrado a 26 de novembro, apesar dos esforços dos embaixadores.*

mittendam, cessante adhuc eis quibus dum eidem Petro Episcopo commendata fuerant vacabant modis vacantibus, dictus Predecessor veros et vltimos dictorum Monasteriorum vacationum modos, etiam si ex illis queuis generalis reseruatio etiam in corpore iuris clausa resultaret, pro expresso habens, et tam eisdem Monasteriis de gubernatore vtili et idoneo, per quem circumspecte regi et salubriter dirigi valerent, quam tibi, Carissimi in christo filii nostri Johannis, Portugalie et Algarbiorum Regis, illustris fratri germano, quem idem Johannes Rex, iuxta indultum apostolicum sibi desuper concessum, ad id prefato predecessori per suas litteras nominauerat, vt statum tuum iuxta pontificalis dignitatis exigentiam decentius tenere valeres, de alicuius subuentionis auxilio prouidere volens, Monasteria predicta, quibusuis modis vacarent, tibi per te quoaduiueres, etiam vna cum ecclesia Bracharensi, cui etiam tunc preesse dinoscebaris, etiam postquam munus consecrationis suscepisses, ac omnibus et singulis aliis beneficiis ecclesiasticis, cum cura et sine cura, secularibus, et quorumuis ordinum regularibus, que ex quibusuis concessionibus et dispensationibus apostolicis in titulum et commendam ac alias obtinebas et im posterum obtineres, ac pensionibus annuis tibi super quibusuis fructibus redditibus et prouentibus ecclesiasticis assignatis et assignandis, quas percipiebas et perciperes in futurum, tenenda regenda et gubernanda de fratrum suorum, de quorum numero tunc eramus, consilio, sub data videlicet Quinto Idus Septembris, Pontificatus sui Anno vndecimo, apostolica auctoritate commendauit, curam, regimen, et administrationem ipsorum Monasteriorum tibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo, firma spe fiduciaque conceptis quod, dirigente domino actus tuos, Monasteria predicta per tue diligentie laudabile studium salubriter dirigerentur et prospere gubernarentur, ac grata in eisdem spiritualibus et temporalibus susciperent incrementa. Voluit autem idem predecessor quod propter commendam huiusmodi diuinus cultus ac solitus Monachorum in de Paçoo et de Bustello, necnon Canonicorum Ministrorum numerus in de Moreyra Monasteriis predictis nullatenus minuerentur, sed illorum ac dilectorum filiorum Conuentuum eorundem congrue supportarentur onera consueta. Et quod tu debitis et consuetis Monasteriorum et Conuentuum predictorum supportatis oneribus, Necnon Quarta si Abbatialis separata et seorsum a Conuentuali, Si vero communis inibi mensa foret, Tertia parte omnium fructuum reddituum et prouentuum ipsorum Monasterio-

rum in restaurationem illorum fabricarum, seu ornamentorum emptionem, vel fulcimentum aut pauperum alimoniam, prout maior exigeret et suaderet necessitas, omnibus aliis deductis oneribus, Annis singulis impartita, de residuis fructibus redditibus et prouentibus Monasteriorum huiusmodi disponere et ordinare, sicuti ipsorum Monasteriorum Abbates, qui pro tempore fuerant, de illis disponere et ordinare potuerant seu etiam debuerant, Alienatione tamen quorumcumque illorum bonorum immobilium et preciosorum mobilium tibi penitus interdicta. Ne autem de commenda et voluntate predictis, pro eo quod super illis dicti predecessoris eius superueniente obitu littere confecte non fuerunt, valeat quomodolibet hesitari, volentes et similiter apostolica auctoritate decernentes quod commenda et voluntas predecessoris huiusmodi per inde a dicta die Quinto Idus Septembris suum sortiantur effectum, ac si super illis ipsius predecessoris littere sub eiusdem diei data confecte fuissent, prout superius enarratur, Quodque presentes littere ad probandum plene commendam et voluntatem predecessoris huiusmodi vbique sufficiant, nec ad id alterius probationis adminiculum requiratur, Discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus curam regimen et administrationem Monasteriorum huiusmodi sic per te, vel alium seu alios, exercere studeas sollicite fideliter et prudenter, quod Monasteria ipsa gubernatori prouido et fructuoso administratori gaudeant se commissa, tuque, preter eterne retributionis premium, nostram et apostolice sedis benedictionem et gratiam ex inde vberius consequi merearis. Volumus autem quod, antequam regimini et administrationi ipsorum Monasteriorum te in aliquo immisceas, in manibus venerabilium fratrum nostrorum Archiepiscopi Vlixbonensis et Episcopi Sancti thome, vel alterius eorum, fidelitatis debite solitum prestes iuramentum iuxta formam, quam sub bulla nostra mittimus introclusam, quibus et eorum cuilibet per alias nostras litteras mandamus vt ipsi, vel eorum alter, a te nostro et Romane ecclesie nomine fidelitatis huiusmodi recipiat iuramentum.

Datum Rome, apud Sanctum petrum, Anno Incarnationis Dominice millesimo quingentesimo trigesimo quarto, Tertio Nonas Nouembris, Pontificatus nostri Anno Primo [1].

[1] Arch. Nac., Maç. 31 de Bullas n.° 9.

Bulla do Papa Paulo III.

1534 — Novembro 3.

Paulus episcopus seruus seruorum dei ad perpetuam rei memoriam.

Equum reputamus et rationi consonum vt ea, que de Romani Pontificis prouisione processerunt, licet eius superueniente obitu littere apostolice super illis confecte non fuerint, suum sortiantur effectum [1].

Dudum siquidem postquam felicis recordationis Leo papa x, predecessor noster, procurante clare memorie Emanuele Portugallie et Algarbiorum Rege, qui tunc in humanis agens multas terras prouincias et insulas a Capitibus de Boyador vsque ad Nidos [2] possidebat, in quibus nullus Episcopus, qui ea que erant ordinis Episcopalis exerceret, habebatur, excepto Vicario pro tempore existenti Oppidi de Thomar nullius diocesis, qui frater Militie Jesu christi Cistertiensis ordinis existebat, et iurisdictionem Episcopalem in dictis terris Prouinciis et Insulis ex priuilegio apostolico olim sibi concesso habebat, Vicariam de Thomar huiusmodi de consensu bone memorie Didaci Pinheyro, tunc dicti Oppidi Vicarii, apostolica auctoritate suppresserat et extinxerat; ac tunc parrochialem ecclesiam beate Marie per eundem Emanuelem Regem in Ciuitate de Funchal in Insula da Madeyra in Mari Occeano sita consistente fundatam, in qua Vnus Vicarius frater dicte Militie et nonnulli beneficiati presbiteri seculares beneficia ecclesiastica, Portiones nuncupata, obtinentes existebant, in Cathedralem ecclesiam cum sede et Episcopali ac Capitulari Mensis aliisque Cathedralibus insigniis honoribus preeminentiis, ac in ea Vnum Decanatum Maiorem ac certas alias non Maiores post Pontificalem dignitates, necnon etiam certos tunc expressos Canonicatus et totidem prebendas pro certo tunc expresso personarum numero, erexerat et instituerat, illique omnia et singula fructus, redditus, prouentus et emolumenta, que

[1] *Posto que nas bullas originaes não haja divisão de paragraphos, e assim as tenhamos publicado até aqui, parece-nos conveniente fazer essa divisão d'ora em diante nas que forem muito extensas.*

[2] *Léa-se* Indos.

Vicarius de Thomar pro tempore existens ex iurisdictione et Vicaria suppressa huiusmodi percipiebat, necnon annuos redditus Quingentorum ducatorum auri de Camera ex annuis redditibus ad ipsum Emanuelem Regem in ipsa Insula da Madeyra spectantibus, de ipsius Emanuelis Regis consensu necnon pro dignitatum ac Canonicatuum et prebendarum dote, certa tunc expressa bona perpetuo applicauerat et appropriauerat; ac Ciuitatem predictam pro Ciuitate, necnon illius districtum seu territorium cum predicta da Madeyra, ac omnibus aliis Insulis, terris, prouinciis et locis quibuscumque dicto Vicario subiectis, et que de iure, priuilegio vel indulto apostolico subiici debebant, ac Castris et Villis in dictis Insulis terris Prouinciis et locis consistentibus pro diocesi, Necnon omnes et singulos clericos et quorumuis ordinum religiosos pro clero, Incolasque et habitatores ipsarum Ciuitatis et diocesis funchalensis pro populo concesserat et assignauerat; necnon Jus patronatus et presentandi Romano Pontifici pro tempore existenti personam idoneam ad eandem ecclesiam funchalensem, dum illam pro tempore vacare contingerent, prefato Emanueli, et pro tempore existenti Portugallie et Algarbiorum Regi, ad effectum vt eidem ecclesie de persona per Regem nominanda huiusmodi et non alias prouideri deberet; ad dignitates vero ac Canonicatus et prebendas huiusmodi pro tempore existenti Magistro dicte Militie, ad quem Jus patronatus seu presentandi ad dicta beneficia, dum pro tempore vacabant, pertinebat, institutionem autem eidem Episcopo funchalensi pro tempore existenti perpetuo reseruauerat; ac eidem ecclesie sic erecte ab eius primeua erectione huiusmodi tunc vacanti de persona prefati Didaci dicta auctoritate prouiderat, preficiendo ipsum illi in Episcopum et Pastorem; aliasque et alia fecerat et ordinauerat, prout in litteris ipsius Leonis predecessoris desuper confectis plenius continetur.

Cum dicto Didaco Episcopo postmodum vita functo pie memorie Clemens papa VII, etiam predecessor noster, procurante Carissimo in christo filio nostro Johanne moderno Portugallie et Algarbiorum Rege Illustri, prefati Emanuelis nato et successore, dictam ecclesiam funchalensem per obitum Didaci Episcopi huiusmodi tunc Vacantem in Metropolitanam, ac Indiarum omniumque et singularum alias pro illius tunc, vt premittitur, ex parrochiali in Cathedralem erecte diocesi assignatarum et ceterarum temporalis ditionis prefati Regis Insularum et terrarum nouarum, tunc ac postmodum repertarum et imposterum reperiendarum, cum Archiepis-

copali et Primatiali dignitate, preeminentia, iurisdictione, superioritate et auctoritate, Crucis delatione, ac aliis Metropoliticis et Primatialibus insigniis, de fratrum suorum, de quorum numero tunc eramus, consilio, similiter apostolica auctoritate erexisset et instituisset; et inter alias Insulas eidem ecclesie funchalensi pro eius diocesi assignatas Insula sancti Michaelis nuncupata, in eodem Mari Occeano sita, ceteris, dos Açores nuncupatis, illi adiacentibus Insulis Maior et notabilior, ac magno christianorum populo referta et munita, existeret, et in illius parte, que Angra nuncupatur, inter alias Vna insignis parrochialis ecclesia sub Inuocatione sancti Saluatoris dicata, in qua Vnus Rector frater dicte Militie, et nonnulli clerici forsan seculares ibidem perpetui beneficiati, Portionarii nuncupati, fore noscebantur existeret; et prefactus Johannes Rex in ipsa Insula sancti Michaelis diuinum cultum efflorere et animarum salutem propagari pio affectu desideraret, Prefatus Clemens predecessor de dicta ecclesia funchalensi, aliter per eum nondum tunc disposito, sub data videlicet Pridie kalendas Februarii, Pontificatus sui Anno Decimo, habita super hiis cum eisdem fratribus deliberatione matura et de illorum consilio, eadem auctoritate, prefato Johanne Rege super eo eidem Clementi predecessori humiliter supplicante, ad omnipotentis dei laudem et gloriam, ac beate Marie Virginis eius gloriose genitricis, totiusque curie celestis honorem, Oppidum seu Pagum, in quo ipsa ecclesia sancti Saluatoris consistebat, in Ciuitatem, que sancti Saluatoris nuncuparetur, ac ecclesiam ipsam sancti Saluatoris in Cathedralem ecclesiam, sub Inuocatione sancti Saluatoris, pro vno Episcopo sancti Saluatoris nuncupando, qui eidem ecclesie sancti Saluatoris preesset, ac in ea illiusque Ciuitate et diocesi spiritualia, prout pro diuini cultus augmento et animarum salute expedire cognosceret, conferret et seminaret:

Necnon Episcopalem iurisdictionem, auctoritatem et potestatem exerceret, ac omnia et singula alia, que alii Episcopi in suis ecclesiis, Ciuitatibus et diocesibus de iure vel consuetudine seu alias facere poterant, facere libere et licite possit et deberet, ac pro tempore existenti Archiepiscopo Funchalensi iure Metropolitico et Primatiali subesset cum sede et Episcopali ac Capitulari Mensis, aliisque insigniis et iurisdictionibus Episcopalibus, ac priuilegiis, immunitatibus, facultatibus et gratiis, quibus alie Cathedrales ecclesie, et earum Presules in eodem Regno et Dominiis Portugallie existentes similiter de iure vel consuetudine, aut alias quomodo-

libet vtebantur, potiebantur et gaudebant, ac vti, potiri et gaudere possent, quomodolibet in futurum vti, potiri et gaudere posset:

Necnon in ea Vnum Decanatum post Pontificalem Maiorem pro Vno Decano, qui haberet curam Capituli, et ad quem cura animarum prout ad Rectorem ipsius ecclesie sancti Saluatoris pertinebat, pertineret, et Vnum Archidiaconatum pro Vno Archidiacono, ac Vnam Cantoriam pro Vno Cantore, et Vnam Thesaurariam pro Vno Thesaurario, necnon Vnam Scolastriam, non Maiores post Pontificalem inibi dignitates, pro Vno Scolastico, ac Duodecim Canonicatus et totidem prebendas pro Duodecim Canonicis, qui, simul cum Decano, Archidiacono, Cantore, Thesaurario, ac Scolastico prefatis, Capitulum ipsius ecclesie facerent et constituerent ita quod tunc Rector ipsius ecclesie sancti Saluatoris decanus, et vnus Archidiaconus, ac alius Cantor, necnon alius Thesaurarius ac alius ex predictis clericis in eadem ecclesia sancti Saluatoris perpetuus beneficiatus, Portionariis nuncupatis, magis idoneis per primofuturum Episcopum sancti Saluatoris ad hoc examinandis Scolasticus, et Duodecim alii ex eisdem beneficiatis, si tot forent, alioquin alii clerici seculares per ipsum Regem nominandi, Canonici eiusdem erecte ecclesie existerent, ac Decanatum, Archidiaconatum, Cantoriam, Thesaurariam, Scolastriam, necnon Canonicatus et prebendas erectos predictos respectiue litterarum desuper conficiendarum vigore, absque aliqua prouisione de illis sibi facienda, obtinere possent, perpetuo erexit et instituit.

Necnon ex Insulis, terris et Prouinciis dicte ecclesie funchalensis alias pro eius diocesi assignatis huiusmodi totam sancti Michaelis prefatam ac illi adiacentes, necnon Tertiam sancti Georgii, a gratiosa, a do pico, et da faya et das flores, necnon a do Coruo nuncupatas insulas, que antea diocesis funchalensis erant, cum omnibus et singulis illarum Castris Villis et locis ac districtibus, quorum omnium denominationes dictus Clemens predecessor pro expressis haberi voluit, necnon clero et populo, personis, ecclesiis, Monasteriis, Hospitalibus, et aliis piis locis ac beneficiis ecclesiasticis, cum cura et sine cura, secularibus, ac quorumuis ordinum regularibus, a predicta ecclesia et diocesi funchalensi etiam perpetuo dismembrauerat et separauerat: necnon eidem ecclesie sancti Saluatoris locum seu Pagum sic in Ciuitatem erectum pro Ciuitate, ac Insulas dismembratas huiusmodi cum omnibus iuribus et pertinentiis suis pro illius districtu, diocesi et territorio in spiritualibus et temporalibus, prout ad dictam eccle-

siam Funchalensem antea pertinebant seu pertinere poterant, illarumque incolas et habitatores pro clero et populo perpetuo concessit et assignauit, clerumque et populum Ciuitatis et diocesis sancti Saluatoris huiusmodi cure et iurisdictioni ipsius Episcopi sancti Saluatoris pro tempore existentis, quoad legem diocesanam et iurisdictionem, etiam perpetuo subiecit.

Ac eidem erecte ecclesie pro illius dote omnia et singula iura et emolumenta Episcopalia, seu que Episcopus Funchalensis ex insulis separatis huiusmodi antea percipiebat seu percipere poterat; necnon redditus annuos Quingentorum ducatorum auri in auro Largorum, Cruciatorum nuncupatorum, ad valorem Ducentorum Millium Regalium monete illarum partium ascendentium ex annuis redditibus ad dictum Joannem Regem, ut dicte Militie Jesu christi perpetuum administratorem in spiritualibus et temporalibus per sedem apostolicam deputatum, in dicta Insula sancti Michaelis spectantibus, ipsius Johannis Regis et administratoris ad hoc expresso accedente consensu, necnon Decanatui omnes et singulos fructus ipsius ecclesie sancti Saluatoris, quos illius Rector pro tempore existens antea percipiebat, valorem centum Ducatorum similium secundum communem extimationem annuum non excedentes, necnon ex eisdem redditibus ad ipsum Johannem Regem et administratorem in eadem Insula sancti Michaelis pertinentibus, singulis aliis Quattuor dignitatibus Quadraginta, qui Sexdecim millium, singulis autem Canonicatibus et prebendis huiusmodi similiter pro eorum dote Triginta Ducatorum auri similium, qui Duodecim Millium Regalium similium valorem constituebant, redditus annuos, computatis tamen seu inclusis quoad alias Quattuor dignitates ac Canonicatus et prebendas huiusmodi prouentibus, quos dicti beneficiati ex eorum in dicta ecclesia beneficiis seu illorum ratione percipiebant, illis videlicet, qui ex dictis redditibus ipsius Johannis Regis Administratoris persoluebantur dumtaxat, eiusdem Johannis Regis et administratoris etiam ad id accedente consensu, perpetuo applicauit et appropriauit, ita quod, si contingeret fructus, quos dicte ecclesie sancti Saluatoris Rector antea percipiebat, ad predictorum Centum Ducatorum valorem non ascendere, tunc id quod ex dicto valore Centum Ducatorum deesset ex ipsius Johannis Regis et administratoris redditibus in dicta Insula integraliter compleri seu perfici deberet, et ipse Johannes Rex, et pro tempore existens Administrator seu Magister, ad id teneretur et astrictus foret, ac quod fructus, redditus et prouentus pro singulorum di-

gnitatum ac Canonicatuum et prebendarum dote huiusmodi applicati, et alii, quos ratione eorundem dignitatum ac Canonicatuum et prebendarum percipiebant, seu in futurum perciperent, in quotidianas distributiones ac inter presentes et diuinis interessentes et non alias distribuerentur et diuiderentur.

Et insuper dictus Clemens predecessor Jus patronatus et presentandi infra Annum, propter loci distantiam, eidem predecessori et pro tempore existenti Romano Pontifici personam idoneam ad ipsam ecclesiam sancti Saluatoris, tam ea prima vice quam alias quotiens illius vacatio occurreret, per eundem Clementem predecessorem et pro tempore existentem Romanum Pontificem in eiusdem ecclesie sancti Saluatoris Episcopum et Pastorem ad presentationem huiusmodi et non alias preficiendam eidem Johanni, et pro tempore existenti Regi Portugallie, cui antea Jus patronatus et presentandi ad dictam ecclesiam funchalensem dicta auctoritate reseruatum fuerat, ipsique Johanni, et pro tempore existenti Regi, etiam Jus patronatus et presentandi prefato Episcopo sancti Saluatoris vel eius Vicario in spiritualibus generali, similiter pro tempore existenti, de ipsius Episcopi sancti Saluatoris speciali commissione, aut personis ad id ab eo deputandis, personas seculares idoneas, tam ad maiorem post Pontificalem, quam etiam ad alias Quattuor dignitates, ac Duodecim Canonicatus et totidem prebendas predictos, quotiens illos similiter, ea prima vice excepta ; necnon ad omnia et singula alia Ciuitatis et diocesis sancti Saluatoris huiusmodi beneficia quecumque, quotcumque et qualiacumque, ad que antea dicte Militie administrator seu Magister pro tempore existens regulares personas presentare consueuerat, quotiens illa ex tunc de cetero quibusuis modis et ex quorumcumque personis, etiam apud sedem eandem, vacare contingeret, per ipsum Episcopum sancti Saluatoris, seu eius Vicarium aut personas deputandas huiusmodi ad presentationem eandem instituendas, Sic quod Episcopus seu Vicarius, aut persone deputande huiusmodi presentationes predictas, etiam extra dictam diocesim sancti Saluatoris constitutus seu constitute, admittere et ad illas instituere possent, et ad dictum Decanatum presentatus et in eo institutus pro tempore, infra Annum a die illius assecutionis computandum, nouam prouisionem a dicta sede impetrare, et iura Camere apostolice ratione illius vacationis debita persoluere, teneretur, alioquin dicto Anno elapso presentatio et institutio huiusmodi nullius essent roboris vel momenti, ipse-

que Decanatus vacare censeretur eo ipso ; Ac idem Johannes et pro tempore existens Portugallie et Algarbiorum Rex ex tunc de cetero perpetuis futuris temporibus ad eosdem Decanatum, ac alias Quattuor dignitates, necnon Canonicatus et prebendas, omniaque et singula alia erecta, ad que Magister dicte Militie antea regulares presentare consueuerat ac im posterum erigenda, ad que presentare debuerat ecclesie Ciuitatis et diocesis Sancti Saluatoris huiusmodi beneficia ecclesiastica, cum cura et sine cura, seculares omnino ac nullatenus regulares personas presentare deberet, similiter perpetuo reseruauit et concessit.

Et insuper voluit statuit et ordinauit et decreuit quod etiam ex tunc de cetero idem Johannes Rex, et pro tempore existens dicte Militie Administrator seu Magister, ipsius ecclesie sancti Saluatoris edificia ampliari, et ad formam Cathedralis ecclesie in omnibus et per omnia reduci facere, illamque ac omnes et singula alias ecclesias, Capellas, templa, Monasteria et pia loca earundem Ciuitatis et Diocesis sancti Saluatoris in eorum edificiis manutenere, reseruari et reparare faceret ; necnon Mitra, baculo pastorali, vestimentis, paramentis, ornamentis, Calicibus, Patenis, Turibulis, Vassis, libris, luminaribus, Organis, Campanis et aliis tam ipsi ecclesie sancti Saluatoris et illius Presuli, necnon Dignitates obtinentibus et Canonicis ac personis, quam aliis ecclesiis, Capellis, templis, Monasteriis et piis locis predictis, ac illorum beneficiatis et ministris ad diuinum cultum inibi necessariis, decenter fulcire ; Necnon pro tempore existenti dicte ecclesie sancti Saluatoris Presuli, dignitates obtinentibus, ac Canonicis de premissis illis perpetuo concessis et assignatis dotibus ex ipsius Johannis Regis et Administratoris in dicta Insula redditibus, necnon in dicta ecclesia sancti Saluatoris ac per ipsius Ciuitatem et diocesim existentibus ecclesiarum parrochialium, Vicariarum, Capellarum, templorum et piorum locorum huiusmodi Rectoribus, Vicariis, Capellanis, officialibus, presbiteris, clericis et aliis personis illis in diuinis deseruientibus solita et congrua, redditus et salaria annua impendere ; Necnon alia noua parrochiales ecclesias, Vicarias, Capellas, templa, ac pia loca in Ciuitate et diocesi sancti Michaelis predictis, ubi et quotiens iuxta temporum et locorum qualitatem et exigentiam opporteret, et alias, prout inter ipsos Administratorem seu Magistrum et Episcopum conuentum foret, construi et erigi facere ; ac Rectores, Vicarios, Capellanos, beneficiatos, officiales, et personas in illis cultui Diuino et animarum cure necessarios, in congruo numero deputare

et debite sustentare, et necessaria eis ministrare, prout ratione dicte Militie de iure vel consuetudine seu alias tenebatur et obligabatur, penitus et omnino teneretur et astrictus existeret:

Quodque Prioratus, Prepositure, Parrochiales ecclesie, Vicarie, Capelle, ac alia quecumque cum cura et sine cura beneficia et officia ecclesiastica, quorum qualitates, denominationes et inuocationes idem Clemens predecessor pro expressis haberi voluit, in ecclesia Ciuitate et Diocesi sancti Saluatoris predictis, procurantibus dicto Johanne Rege ac illius predecessoribus administratoribus seu Magistris dicte Militie, vel alias quomodolibet erecta, instituta et ordinata, ac illorum Rectoribus, Vicariis, Capellanis, Sacerdotibus, clericis, beneficiatis, officialibus et personis in illis deseruientibus deputata redditus et salaria; Necnon donationes et concessiones quecumque ecclesiis, Vicariis, Capellis et locis predictis tunc facte et que in futurum fierent, nisi de ipsius Episcopi sancti Saluatoris pro tempore existentis permisione et consensu, ac alias prout de iure foret, nullatenus supprimi et cassari, immutari, reuocari, extingui aut inualidari, seu numerus Rectorum, Vicariorum, Presbiterorum, Capellanorum, clericorum, beneficiatorum, officialium et personarum huiusmodi pro tempore institutus imminui, aut redditus et salaria huiusmodi ad minores summas quam erant ordinata, a quoquam etiam apostolica predicta vel quauis alia auctoritate fungentes, reduci nullatenus possent, sed inconcussa, illesa et intacta permanerent similibus consilio et auctoritate perpetuo statuit et ordinauit: ac easdem donationes, concessiones, ordinationes et deputationes, ceteraque premissa, ac prout illa concernebant omnia et singula in instrumentis seu publicis documentis desuper forsan confectis contenta, et que in futurum fierent, etiam ex tunc prout ab ea die et e contra, approbauit et confirmauit, supplens omnes et singulos, siqui in eis interuenissent, tam iuris quam facti defectus.

Preterea prefatus Clemens predecessor voluit et ordinauit dignitates obtinentes, Canonicos, beneficiatos, presbiteros, clericos, officiales et personas ecclesie, Ciuitatis et Diocesis sancti Saluatoris huiusmodi pro tempore existentes, quoad correctiones, precedentias, reformationes, etiam personales, cerimonias, ritus, mores et consuetudines, ac diuinorum officiorum recitationem et celebrationem, ac alia omnia et singula dignitates obtinentibus, Canonicis, beneficiatis, presbiteris, clericis, officialibus et personis dicte ecclesie et diocesis funchalensis conformari debere, ac Epis-

copum Sancti Saluatoris pro tempore existentem ad hoc per dignitates obtinentes, Canonicos, beneficiatos, presbiteros, clericos, officiales et personas prefatos obseruari faciendum per dictum Metropolitanum et Primatem pro tempore existentem cogi et compelli posse. Et nichilominus eidem Episcopo Sancti Saluatoris pro tempore existenti sub ingressus ecclesie, necnon mille Ducatorum auri Camere apostolice eo ipso incurrenda et applicanda pena, districtius precipiendo mandauit quatenus premissa omnia et singula, ac alia, que dicte Militie Administratori seu Magistro, ac quibusuis illorum officialibus et aliis personis ratione dicte Militie seu alias quomodolibet incumbebant, per se, vel alium seu alios, irremissibiliter adimpleri faceret: eidemque Episcopo sancti Saluatoris ad omnia et singula premissa, necnon contradictores quoslibet et rebelles per censuras, ac pecuniarias et alias formidabiliores eo ipso incurrendas penas ecclesiasticas, sublato appellationis et diffugii obstaculo, compescendi, Inuocato etiam ad hoc, si opus fuerit, auxilio Brachii secularis, preter ordinariam apostolicam auctoritatem et facultatem, concessit. Ac quod Episcopus sancti Saluatoris pro tempore existens premissa omnia et singula, vt premittitur, necnon quamcumque iurisdictionem ordinariam in diocesanos suos exercere ac per viam simplicis querele adiri possit, etiam extra dictam eius diocesim sancti Saluatoris, perinde ac si in ea constitutus esset, concessit, Decernens irritum et inane quicquid secus super hiis a quoquam quauis auctoritate scienter vel ignoranter contingeret attemptari.

Non obstantibus ipsius Clementis predecessoris, per quam inter alia voluerat quod semper in vnionibus commissio fieret ad partes, vocatis quorum interesset, et aliis apostolicis Constitutionibus ac dicte ecclesie Funchalensis, necnon Militie et ordinis predictorum, iuramento, confirmatione apostolica, vel quauis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus, necnon priuilegiis et indultis apostolicis eisdem Melitie et ordini, ac ipsius Militie Magistro seu administratori, necnon Militibus et aliis fratribus ac officialibus ceterisque personis in genere vel in specie, etiam super illorum exemptione, ab ordinariis locorum et alias sub quibuscumque tenoribus et formis, ac quibusuis etiam derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficatioribus et insolitis clausulis, irritantibusque, et aliis decretis, etiam iteratis vicibus concesis approbatis et innouatis, quibus omnibus, etiam si de illis eorumque totis tenoribus specialis, specifica, indiuidua, et expressa, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas

generales etiam idem importantes, mentio, seu queuis alia expressio habenda aut aliqua alia exquisita forma ad id seruanda foret, tenores huiusmodi pro sufficienter expressis habens, illis alias in suo robore permansuris, ea vice duntaxat, specialiter et expresse derogauit, ceterisque contrariis quibuscumque.

Ne autem de erectione et institutione posterioribus, dismembratione, separatione, assignatione, subiectione, applicatione, appropriatione, reseruatione, voluntate, statuto, ordinatione, approbatione, confirmatione, suppletione, precepto, mandato, concessione, decreto et derogatione predictis, pro eo quod super illis dicti Clementis predecessoris, eius superueniente obitu, littere confecte non fuerunt, valeat quomodolibet hesitari, ipseque Johannes Rex, et pro tempore existentes Portugallie et Algarbiorum Rex, ac Episcopus Sancti Saluatoris illorum frustrentur effectu, Volumus, et similiter auctoritate apostolica decernimus, quod erectio, institutio, dismembratio, separatio, assignatio, subietio, applicatio, appropriatio, reseruatio, voluntas, statutum, ordinatio, approbatio, confirmatio, suppletio, preceptum, mandatum, concessio, decretum et derogatio Clementis predecessoris huiusmodi, per inde a dicta die Pridie Kalendas Februarii suum sortiantur effectum, ac si super illis ipsius Clementis predecessoris littere sub eiusdem diei Data confecte fuissent, prout superius enarratur; Quodque presentes littere ad probandum plene erectionem, institutionem, dismembrationem, separationem, assignationem, subiectionem, applicationem, appropriationem, reseruationem, voluntatem, statutum, ordinationem, approbationem, confirmationem, suppletionem, preceptum, mandatum, concessionem, decretum et derogationem Clementis predecessoris huiusmodi, ubique sufficiant, nec ad id probationis alterius adminiculum requiratur.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre voluntatis et decreti infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis dei, ac beatorum Petri et Pauli Apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Rome, apud Sanctum petrum, Anno Incarnationis Dominice Millesimo quingentesimo trigesimo quarto, Tertio Nonas Nouembris, Pontificatus nostri Anno Primo [1].

[1] Arch. Nac. Maç. 17 de Bullas, n.° 32.

Breve do Papa Paulo III dirigido a el-Rei.

1534 — Novembro 3.

Paulus episcopus seruus seruorum Dei Carissimo in christo filio Johanni, Portugallie et Algarbiorum Regi illustri, Salutem et apostolicam benedictionem.

Gratie diuine premium et humane laudis preconium acquiritur si per seculares Principes ecclesiarum Prelatis, presertim Pontificali dignitate preditis, opportuni fauoris presidium et honor debitus impendatur. Dudum siquidem felicis recordationis Clemens papa VII, predecessor noster, ecclesie Sancti Saluatoris, quam antea ex certis causis, te procurante, de parrochiali ecclesia sub inuocatione Sancti Saluatoris dicata, in Insula sancti Michaelis nuncupata, Maris Occeani consistente, in Cathedralem ecclesiam sub eadem Inuocatione Sancti Saluatoris pro Vno Episcopo Sancti Saluatoris nuncupando, qui illi preesset, de fratrum suorum, de quorum numero tunc eramus, consilio, apostolica auctoritate erexerat et instituerat; et cui locum seu Pagum, in quo ipsa ecclesia Sancti Saluatoris consistebat, etiam per eundem predecessorem in Ciuitatem erectum pro Ciuitate, que Sancti Saluatoris nuncuparetur, ac sancti Michaelis predictam, et certas alias tunc expressas illi adiacentes Insulas pro diocesi, illarumque incolas et habitatores pro Clero et Populo, concesserat et assignauerat; tunc ab eius primeua erectione huiusmodi vacanti, de persona dilecti filii Augustini, Electi Sancti Saluatoris, sibi et eisdem fratribus ob suorum exigentiam meritorum accepta, de simili ipsorum fratrum consilio, dicta auctoritate prouidit, ipsumque illi in Episcopum prefecit et Pastorem, curam et administrationem ipsius ecclesie sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo, prout in nostris inde confectis litteris, cum dictus predecessor, antequam eius littere desuper conficerentur, sicut domino placuit, rebus fuisset humanis exemptus, plenius continetur. Cum itaque, fili carissime, sit virtutis opus dei ministros benigno fauore prosequi, ac eos verbis et operibus pro Regis eterni gloria venerari, Maiestatem tuam Regiam rogamus et hortamur attente quatenus

eundem Augustinum Electum, et ecclesiam predictam sue cure commissam, habens pro nostra et apostolice sedis reuerencia propensius commendatos, in ampliandis et conseruandis iuribus suis sic eos benigni fauoris auxilio prosequaris quod ipse Augustinus Electus, tue celsitudinis fultus presidio, in commisso sibi cure pastoralis officio possit deo propitio prosperari, ac tibi ex inde a deo perennis vite premium et a nobis condigna proueniat actio gratiarum.

Datum Rome, apud Sanctum petrum, Anno Incarnationis Dominice Millesimo quingentesimo trigesimo quarto, Tertio Nonas Nouembris, Pontificatus nostri Anno Primo [1].

Bulla do Papa Paulo III.

1534 — Novembro 3.

Paulus episcopus seruus seruorum Dei ad perpetuam rei memoriam.

Equum reputamus et rationi consonum ut ea, que de Romani Pontificis prouisione processerunt, licet eius superueniente obitu littere apostolice super illis confecte non fuerint, suum sortiantur effectum.

Dudum siquidem postquam felicis recordationis Leo papa x, predecessor noster, procurante clare memorie Emanuele Portugallie et Algarbiorum Rege, qui tunc in humanis agens multas terras Prouincias et Insulas a Capitibus de Boyador usque ad Indos possidebat, in quibus nullus Episcopus, qui ea que erant ordinis Episcopalis exerceret, habebatur, excepto Vicario pro tempore existente Oppidi de Thomar, nullius diocesis, qui frater militie Jesu christi Cisterciensis ordinis existebat, et Jurisdictionem Episcopalem inter alia in dictis terris, Prouinciis et Insulis ex priuilegio apostolico olim sibi concesso habebat, Vicariam de Thomar huiusmodi bone memorie Didaci Pinheiro olim Episcopi funchalensis, tunc in humanis agentis et dicti Oppidi Vicarii, ad id tunc expresso accedente consensu, apostolica auctoritate suppresserat extinxeratque ; ac tunc parrochialem ecclesiam beate Marie per eundem Emanuelem Regem in Ci-

[1] Arch. Nac., Maç. 24 de Bullas n.° 17.

uitate de Funchal, et in Insula de Madeira, in mari Occeano sita, consistente, fundatam, in quibus Vicarius frater dicte militie, et nonnulli beneficiati presbiteri seculares beneficia ecclesiastica, Portiones nuncupata, obtinentes, existebant, in Cathedralem ecclesiam, cum sede ac Episcopali et Capitulari mensis, aliisque Cathedralibus insigniis; ac in ea Decanatum maiorem, ac Archidiaconatum, Cantoriam, Thesaurariam et Scolastriam non maiores post Pontificalem inibi dignitates, necnon Duodecim Canonicatus et totidem prebendas erexerat et instituerat; Illique pro eius fructus, redditus et prouentus *(sic)*, quos Vicarius de Thomar pro tempore existens ex Jurisdictione et Vicaria huiusmodi percipiebat, ac certos tunc expressos annuos redditus, necnon pro dignitatum ac Canonicatuum et prebendarum predictorum dote certa tunc expressa bona perpetuo applicauerat et appropriauerat: ac Ciuitatem de funchal pro Ciuitate, eiusque districtum seu territorium cum predicta de Madeira, ac omnibus aliis Insulis, terris, Prouinciis et aliis quibuscunque locis dicto Vicario subiectis, pro diocesi inter alia concesserat et assignauerat; necnon Jus patronatus et presentandi Romano Pontifici pro tempore existenti personam idoneam ad eandem Ecclesiam funchalensem, dum illam pro tempore vacare contingeret, prefato Emanueli, et pro tempore existenti Portugallie et Algarbiorum Regi, ad effectum ut eidem ecclesie de persona per Regem nominanda huiusmodi et non alias prouideri deberet; Ad dignitates uero ac Canonicatus et prebendas huiusmodi pro tempore existenti Magistro dicte militie, ad quem Jus patronatus seu presentandi ad dicta beneficia, dum pro tempore vacabant, pertinebat, Institutionem autem eidem Episcopo funchalensi pro tempore existenti reseruauerat: eidemque ecclesie funchalensi sic erecte, ab eius primeua erectione huiusmodi tunc vacanti, de persona prefati Didaci dicta auctoritate prouiderat, preficiendo ipsum illi in Episcopum et pastorem:

Cum dicto Didaco Episcopo postmodum vita functo, pie memorie Clemens papa VII, etiam predessor noster, procurante charissimo in christo filio nostro Johanne moderno Portugallie et Algarbiorum Rege Illustre, prefati Emanuelis nato et successore, dictam Ecclesiam funchalensem in Metropolitanam, ac Indiarum, necnon omnium et singularum alias pro illius tunc, ut premittitur, ex parrochiali in Cathedralem erecte diocesi assignatarum, et ceterarum temporalis ditionis prefati Regis Insularum et terrarum nouarum eatenus repertarum ac in futurum reperiendarum, cum

Archiepiscopali et primatiali dignitate, preeminentia, Jurisdictione, superioritate, auctoritate, et crucis delatione, ac aliis Metropolitanis et Prouincialibus insigniis, de fratrum suorum, de quorum numero tunc eramus, consilio, similiter apostolica auctoritate erexisset; et.....[1] inter alias Insulas eidem ecclesie funchalensi pro eius diocesi assignatas, Insula sancti Thome nuncupata, in eodem mari Occeano sita, notabilis, et magno christianorum populo referta et munita, existeret, ac in ea inter alias vna insignis parrochialis ecclesia sub inuocatione beate Marie de Gratia dicata, in qua vnus Rector frater dicte militie, et nonnulli clerici seculares ibidem perpetui beneficiati, Portionarii nuncupati, fore noscebantur, existeret, et prefatus Johannes Rex in ipsa Insula sancti Thome diuinum cultum efflorere et animarum salutem propagari pio affectu desideraret; Prefatus Clemens predecessor, sub data videlicet Pridie Kalendas Februarii, Pontificatus sui Anno Decimo, habita super hiis cum eisdem fratribus deliberatione matura, de eorum consilio, eadem auctoritate, prefato Johanne Rege eidem Clementi predecessori super eo humiliter supplicante, ad omnipotentis dei laudem et gloriam, ac ipsius beate Marie virginis, eius gloriose genitricis, totiusque curie celestis honorem, locum seu pagum, in quo ipsa ecclesia beate Marie consistebat, in Ciuitatem, que Sancti Thome nuncuparetur, ac ecclesiam ipsam beate Marie de Gratia in Cathedralem ecclesiam, sub inuocatione Sancti Thome, pro uno Episcopo Sancti Thome nuncupando, qui eidem ecclesie Sancti Thome preesset, ac in ea illiusque Ciuitate et Diocesi spiritualia, prout pro diuini cultus augmento et animarum salute expedire cognosceret, conferret et seminaret, necnon Episcopalem Jurisdictionem, auctoritatem et potestatem exerceret, ac omnia et singula alia, que alii Episcopi Regni et dominiorum Portugallie in suis ecclesiis, Ciuitatibus et diocesibus de Jure uel consuetudine seu alias facere poterant, facere libere et licite posset et deberet, ac pro tempore existenti Archiepiscopo funchalensi Jure Metropolitico et primatiali subesset cum sede Episcopali ac Capitulari mensa, aliisque insigniis et iurisdictionibus Episcopalibus, necnon Priuilegiis, immunitatibus, facultatibus et gratiis, quibus alie Cathedrales ecclesie et earum Presules in eodem Regno Portugallie consistentes similiter de iure uel consuetudine, aut alias

[1] *Raspado.*

quomodolibet vtebantur, potiebantur et gaudebant, ac uti, potiri et gaudere possent quomodolibet in futurum, vti potiri et gaudere posset:

Necnon in ea Vnum Decanatum post Pontificalem maiorem por Vno Decano, qui haberet curam Capituli et ad quem cura animarum, prout ad Rectorem ipsius ecclesie beate Marie pertinebat, pertineret, et Vnum Archidiaconatum pro Vno Archidiacono, ac Vnam Cantoriam pro Vno Cantore, et Vnam Thesaurariam pro Vno Thesaurario, necnon Vnam Scolastriam, non maiores post Pontificalem inibi dignitates, pro Vno Scolastico, ac Duodecim Canonicatus et totidem prebendas pro Duodecim Canonicis, qui simul cum Decano, Archidiacono, Cantore, Thesaurario et Scolastico predictis Capitulum ipsius ecclesie facerent et constituerent. Ita quod tunc Rector ipsius ecclesie beate Marie Decanus, et Vnus Archidiaconus, ac alius Cantor, necnon alius Thesaurarius, et alius ex predictis clericis in eadem ecclesia beate Marie perpetuis beneficiatis, Portionariis nuncupatis, magis idoneis per primum futurum Episcopum Sancti Thome ad id examinandis Scolasticus, et Duodecim alii ex ipsis beneficiatis, si tot forent, alioquin alii clerici seculares per ipsum Regem nominandi, Canonici eiusdem erecte ecclesie existerent; ac Decanatum, Archidiaconatum, Cantoriam, Thesaurariam, et Scolastriam, necnon Canonicatus et prebendas erectos predictos respectiue litterarum desuper conficiendarum vigore, absque aliqua prouisione de illis sibi facienda, obtinerent, perpetuo erexit et instituit.

Necnon ex terris, Insulis et Prouinciis dicte ecclesie funchalensis alias pro eius diocesi assignatis, partem illam terre continentis Ethiopie seu Guinee, in Africa, que a flumine sancti Andree nuncupato, prope caput seu promontorium das Palmas nuncupatum inclusiue, et prout a fine diocesis Sancti Jacobi, similiter tunc a dicta ecclesia funchalensi dismembrate, usque ad promontorium de Bona Speranza, et eam illius partem que caput Das agulas nuncupabatur protendebatur exclusiue, et in qua inter alia Oppidum, Ciuitas nuncupatum, Sancti Georgii mine auri, necnon Regnum de Congio nuncupatum consistebat, ac predicta Sancti Thome, necnon Sancti Antonii, ac de Fernando do poo, et de Sancta Helena, et do anno boo, necnon similiter eam partem maris Occeani, que Vna ab ostio fluminis Sancti Andree nuncupati prope dictum caput Viride uersus meridiem, et alia a capite Das agulas predicto prope promontorium de Boa Speranza huiusmodi uersus Occidentem, lineis per dictum mare Oc-

ceanum directis claudebatur, ac preter supradictas alias forsan inibi adiacentes, et per lineas huiusmodi interceptas, tam repertas quam reperiendas Insulas, que diocesis funchalensis antea erant, cum omnibus et singulis illarum Castris, Villis, locis, districtibusque, quorum omnium denominationes dictus Clemens predecessor haberi voluit pro expressis: necnon Clero et Populo, personis ecclesiasticis, Monasteriis, Hospitalibus, et aliis piis locis ac beneficiis ecclesiasticis, cum cura et sine cura, secularibus, et quorumuis ordinum regularibus, a predicta diocesi funchalensi, ipsius Johannis Regis ad id tunc accedente consensu, etiam perpetuo dismembrauit et separauit: necnon eidem ecclesie Sancti Thome locum seu pagum sic in Ciuitatem erectum pro Ciuitate, ac partes terre et maris et Insulas dismembratas huiusmodi, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis, pro illius districtu, diocesi, et territorio in spiritualibus et temporalibus, prout ad dictam ecclesiam funchalensem pertinebant seu pertinere poterant, illarumque Incolas et habitatores pro Clero et Populo concessit et assignauit: necnon Clerum et Populum Ciuitatis et diocesis Sancti Thome huiusmodi cure et Jurisdictioni ipsius Episcopi Sancti Thome pro tempore existentis, quoad legem diocesanam et Jurisdictionem perpetuo subiecit.

Ac eidem erecte ecclesie pro illius dote omnia et singula Jura et emolumenta Episcopalia, que Episcopus funchalensis ex terris ac insulis separatis huiusmodi percipiebat seu percipere poterat, Necnon redditus annuos Quingentorum ducatorum auri in auro largorum, cruciatorum nuncupatorum, ad valorem Ducentorum Millium Regalium monete illarum partium ascendentium ex annuis redditibus ad dictum Johannem Regem, ut dicte militie Jesu christi perpetuum administratorem in spiritualibus et temporalibus per sedem apostolicam deputatum, in dicta Insula Sancti Thome spectantibus, Ipsius Johannis Regis et administratoris etiam ad id expresso accedente consensu; necnon Decanatui omnes et singulos fructus, redditus et prouentus ipsius ecclesie Sancti Thome, quos illius Rector pro tempore existens antea percipiebat, valorem Centum ducatorum similium communi extimatione annuatim non excedentes; necnon ex eisdem redditibus ad ipsum Johannem Regem et administratorem in eadem Insula pertinentibus singulis aliis Quatuor dignitatibus Quadraginta, qui Sexdecim, singulis autem Canonicatibus et prebendis huiusmodi similiter pro illorum dote Triginta ducatorum auri similium, qui Duodecim Millium Regalium

similium valorem constituebant, redditus annuos, computatis tamen et inclusis quoad alias Quatuor dignitates ac Canonicatus et prebendas huiusmodi prouentibus, quos dicti beneficiati ex eorum in dicta ecclesia beneficiis seu illorum ratione percipiebant, Illis videlicet, qui ex dictis redditibus ipsius Johannis Regis et administratoris persoluebantur dumtaxat, eiusdem Johannis Regis et administratoris ad id accedente consensu, perpetuo applicauit et appropriauit. Ita quod si contingeret fructus, quos dicte ecclesie beate Marie Rector antea percipiebat, ad predictorum Centum ducatorum summam non ascendere, tunc id, quod ex dicta summa Centum ducatorum deesset, ex ipsius Johannis Regis et administratoris redditibus in dicta Insula integraliter compleri seu perfici deberet, et ipse Johannes Rex, et pro tempore existens administrator seu Magister, ad id teneretur et astrictus foret; ac quod fructus, redditus et prouentus pro singularum dignitatum ac Canonicatuum et prebendarum dote huiusmodi applicati, et alii, quos ratione eorumdem dignitatum ac Canonicatuum et prebendarum percipiebant seu in futurum perciperent, in quotidianas distributiones ac inter presentes et diuinis interessentes, et non alias, distribuerentur et diuiderentur.

Et insuper dictus Clemens predecessor Jus patronatus et presentandi infra Annum, propter loci distantiam, eidem Clementi, et pro tempore existenti Romano Pontifici, personam idoneam ad ipsam ecclesiam Sancti Thome, quotiens illius vacatio, ea prima vice excepta, occurreret, per eundem Clementem predecessorem, et pro tempore existentem Romanum Pontificem, in eiusdem ecclesie Sancti Thome Episcopum et pastorem ad presentationem huiusmodi, et non alias, preficiendam, eidem Johanni, et pro tempore existenti Regi Portugallie, cui antea ius patronatus et presentandi ad dictam ecclesiam funchalensem dicta auctoritate reseruatum fuerat; Ipsique Regi etiam Jus patronatus et presentandi dicto Episcopo Sancti Thome, uel eius Vicario in spiritualibus generali pro tempore existenti de ipsius Episcopi Sancti Thome spetiali commissione, aut persone ad id ab eo deputande, personas seculares idoneas tam ad maiorem post Pontificalem quam etiam ad alias Quatuor dignitates et Duodecim Canonicatus et prebendas predictos, quotiens illos similiter, ea prima vice excepta; necnon ad omnia et singula alia Ciuitatis et diocesis Sancti Thome huiusmodi beneficia quecunque, quotcunque et qualiacunque, ad que antea dicte militie administrator seu Magister pro tempore existens regula-

res personas presentare consueuerat, quotiens illa ex tunc de cetero quibusuis modis et ex quorumcunque personis, etiam apud sedem eandem, vacare contingeret, per ipsum Episcopum Sancti Thome, seu eius Vicarium aut personam deputandam huiusmodi, ad presentationem eandem instituendas : sic quod Episcopus, seu Vicarius aut persona deputanda huiusmodi, presentationes predictas, etiam extra dictam diocesim Sancti Thome constitutus seu constituta, admittere et ad illas instituere posset ; et ad dictum Decanatum presentatus ac in eo institutus pro tempore infra Annum, a die illius assecutionis computandum, nouam prouisionem a dicta sede impetrare et Jura Camere apostolice ratione illius vacationis debita persoluere teneretur, Alioquin, elapso dicto Anno, presentatio et Institutio huiusmodi nullius essent roboris uel momenti, Ipseque Decanatus vacare censeretur eo ipso. Ac idem Johannes, et pro tempore existens Portugallie et Algarbiorum Rex, ex tunc de cetero perpetuis futuris temporibus ad eosdem Decanatum ac alias Quatuor dignitates, necnon Canonicatus et prebendas, omniaque et singula alia erecta, ad que Magister dicte militie regulares presentare consueuerat, ac im posterum erigenda, ad que presentare debuerat, ecclesie Ciuitatis et diocesis Sancti Thome huiusmodi beneficia ecclesiastica, cum cura et sine cura, seculares omnino ac nullatenus regulares personas presentare deberet, similiter perpetuo reseruauit et concessit.

Et insuper voluit, statuit, ordinauit et decreuit quod etiam ex tunc de cetero ipse Johannes Rex, et pro tempore existens dicte militie administrator seu Magister, ipsius ecclesie Sancti Thome edificia ampliari et ad formam Cathedralis ecclesie in omnibus et per omnia reduci facere, Illamque ac omnes et singulas alias ecclesias, Capellas, Templa, Monasteria et pia loca earundem Ciuitatis et diocesis Sancti Thome in earum edificiis manutenere, conseruare et reparari facere : necnon Mitra, baculo pastorali, vestimentis, paramentis, ornamentis, Calicibus, Patenis, Thuribulis, vasis, luminaribus, organis, Campanis, et aliis, tam Sancti Thome et illius Presuli, necnon dignitates obtinentibus et Canonicis ac personis, quam aliis ecclesiis, Capellis, templis, Monasteriis, et piis locis predictis, ac illorum beneficiatis et Ministris ad diuinum cultum in ibi necessariis decenter fulcire : necnon pro tempore existenti dicte ecclesie Sancti Thome Presuli, dignitates obtinentibus, et Canonicis, de premissis illis perpetuo concessis et assignatis dotibus ex ipsius Johannis Regis et administratoris

in dicta Insula redditibus: necnon in dicta ecclesia Sancti Thome ac per illius Ciuitatem et diocesim existentibus ecclesiarum parrochialium, Capellarum, Templorum et piorum locorum huiusmodi Rectoribus, vicariis, Capellanis, Officialibus, presbiteris, clericis et aliis personis illis in diuinis deseruientibus, solita et congrua redditus et salaria annua impendere: necnon alia noua parrochiales ecclesias, Capellas, Templa et pia loca in Ciuitate et diocesi Sancti Thome predictis, ubi et quotiens iuxta temporum et locorum qualitatem et exigentiam opporteret, et alias prout inter ipsos administratorem seu Magistrum et Episcopum conuentum foret, construi et erigi facere: ac Rectores, Vicarios, Capellanos, beneficiatos, Officiales et personas in illis cultui diuino et animarum cure necessarios in congruo numero deputare, ac debite sustentare et necessaria eis ministrare, prout ratione dicte militie de iure uel consuetudine seu alias tenebatur et obligabatur, penitus et omnino teneretur et astrictus existeret.

Quodque Prioratus, Prepositure, parrochiales ecclesie, Vicarie, Capelle et alia quecunque, cum cura et sine cura, beneficia et officia ecclesiastica, quorum qualitates, denominationes et inuocationes dictus Clemens pro expressis haberi voluit, in ecclesia Ciuitate et diocesi Sancti Thome predictis, procurante dicto Johanne Rege ac illius predecessoribus administratoribus dicte militie, uel alias quomodolibet erecta, instituta et ordinata, ac illorum Rectoribus, Vicariis, Capellanis, Sacerdotibus, clericis, beneficiatis, Officialibus et personis in illis deseruientibus, deputata redditus et salaria; necnon donationes et concessiones quecunque ecclesiis, Vicariis, Capellis et locis predictis facte, et que in futurum fierent, quas, ac prout illas concernebant omnia et singula in Instrumentis desuper forsan confectis contenta, dictus Clemens predecessor quoad factas ex tunc, necnon quoad faciendas similiter, ex tunc prout ex ea die, et e contra, eadem auctoritate approbauit et confirmauit; Supplens omnes et singulos iuris et facti defectus, siqui forsan interuenerint in eisdem, nisi de ipsius Sancti Thome Episcopi pro tempore existentis prouisione et assensu, ac alias prout de Jure foret, nullatenus supprimi, cassari, immutari, reuocari, extingui aut inualidari, seu numerus Rectorum, Vicariorum, Capellanorum, presbiterorum, clericorum, beneficiatorum, Officialium et personarum huiusmodi pro tempore institutus, aut redditus et salaria huiusmodi ad minores summas quam erant ordinata, a quoquam, etiam

apostolica, uel quauis alia auctoritate fungente, reduci nullatenus possent, sed inconcussa illesa et intacta permanerent.

Quodque dignitates obtinentes, Canonici, beneficiati, clerici, officiales et persone ecclesie, Ciuitatis, et diocesis Sancti Thome pro tempore existentes quoad correctiones, precedentias, ac reformationes, etiam personales, cerimonias, ritus, mores, consuetudines, ac diuinorum officiorum recitationem, celebrationem, ac alia omnia et singula dignitates obtinentibus, Canonicis, beneficiatis, presbiteris, clericis, officialibus, et personis dictarum ecclesie et diocesis funchalensis se conformare deberent, et ad id per prefatum Metropolitanum et Primatem, ac eiusdem ecclesie Sancti Thome Presulem pro tempore existentem, cogi et compelli possent. Et nihilominus eidem Episcopo Sancti Thome pro tempore existenti sub ingressus ecclesie sententia, necnon Mille ducatorum auri Camere predicte applicandorum pena, eo ipso incurrendis districtius precipiendo mandauit quatenus premissa omnia et singula, ac alia que dicte militie administratori seu Magistro, ac quibusuis illorum officialibus et aliis personis ratione dicte militie incumbebant, per se, uel alium seu alios, irremissibiliter adimpleri faceret: ac eidem Episcopo Sancti Thome ad omnia et singula premissa, necnon contraditores quoslibet et rebelles per censuras ecclesiasticas ac pecuniarias et alias formidabiliores eo ipso incurrendas penas, sublato appellationis et diffugii obstaculo, compescendum, Inuocato etiam ad hoc, si opus foret, auxilio brachii secularis, preter ordinariam apostolicam auctoritatem et facultatem: Quodque idem Episcopus Sancti Thome pro tempore existens premissa omnia et singula, ut premittitur, necnon quancunque Jurisdictionem ordinariam in diocesanos suos exercere, ac per viam simplicis querele adiri posset etiam extra dictam eius diocesim Sancti Thome, perinde ac si in ea constitutus esset, concessit; Decernens irritum et inane quicquid secus super hiis a quoquam quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contingeret attemptari.

Non obstantibus ipsius Clementis predecessoris, per quam inter alia voluerat quod semper in vnionibus commissio fieret ad partes, vocatis quorum interesset, et aliis apostolicis constitutionibus ac dicte ecclesie funchalensis militie et ordinis predictorum Juramento, confirmatione apostolica, uel quauis firmitate alia roboratis, statutis, et consuetudinibus, necnon quibusuis Priuilegiis et Indultis apostolicis eisdem militie et ordini, ac ipsius militie Magistro seu administratori, necnon militibus et aliis fra-

tribus ac officialibus, ceterisque personis in genere uel in spetie, etiam super illorum exemptione ab ordinariis locorum, et alias sub quibuscunque tenoribus et formis, ac cum quibusuis etiam derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficacioribus et insolitis clausulis, Irritantibusque, et aliis decretis, etiam iteratis vicibus concessis, approbatis, et innouatis, quibus omnibus, etiam si de illis eorumque totis tenoribus spetialis, specifica, indiuidua et expressa, ac de uerbo ad verbum, non autem per clausulas generales etiam idem importantes, mentio, seu queuis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma ad id seruanda foret, tenores huiusmodi pro sufficienter expressis habens, Illis alias in suo robore permansuris, ea vice duntaxat spetialiter et expresse derogauit, ceterisque contrariis quibuscunque.

Ne autem de erectione et institutione posterioribus, dismembratione, separatione, assignatione, subiectione, applicatione, appropriatione, reseruatione, voluntate, statuto, ordinatione, approbatione, confirmatione, suppletione, precepto, mandato, concessione, decreto, et derogatione predictis, pro eo quod super illis dicti Clementis predecessoris eius superueniente obitu littere confecte non fuerunt, valeat quomodolibet hesitari; Ipseque Johannes Rex, et pro tempore existentes Portugallie et Algarbiorum Rex ac Episcopus Sancti Thome illorum frustentur effectu, volumus et similiter apostolica auctoritate decernimus quod erectio, institutio, dismembratio, separatio, assignatio, subiectio, applicatio, appropriatio, reseruatio, voluntas, statutum, ordinatio, approbatio, confirmatio, suppletio, preceptum, mandatum, concessio, decretum, et derogatio Clementis predecessoris, huiusmodi per inde a dicta die Pridie Kalendas februarii suum sortiantur effectum ac si super illis ipsius Clementis predecessoris littere sub eiusdem diei data confecte fuissent, prout superius enarratur. Quodque presentes littere ad probandum plene erectionem, institutionem, dismembrationem, separationem, assignationem, subiectionem, applicationem, appropriationem, reseruationem, voluntatem, statutum, ordinationem, approbationem, confirmationem, suppletionem, preceptum, mandatum, concessionem, decretum et derogationem Clementis predecessoris huiusmodi ubique sufficiant, nec ad id probationis alterius adminiculum requiratur.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre voluntatis et decreti infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc

attemptare presumpserit indignationem omnipotentis dei, ac beatorum Petri et Pauli Apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Rome, apud Sanctum petrum, Anno Incarnationis Dominice Millesimo quingentesimo trigesimo quarto, Tertio Nonas Nouembris, Pontificatus nostri Anno Primo [1].

Breve do Papa Paulo III, dirigido a el-Rei.

1534—Novembro 3.

Paulus episcopus seruus seruorum dei Charissimo in christo filio Johanni, Portugallie et Algarbiorum Regi Illustri, Salutem et apostolicam benedictionem.

Gratie diuine premium et humane laudis preconium acquiritur si per seculares Principes ecclesiarum Prelatis, presertim Pontificali dignitate preditis, oportuni fauoris presidium et honor debitus impendatur. Dudum siquidem felicis recordationis Clemens papa VII, predecessor noster, Ecclesie Sancti Thome, quam tunc ex parrochiali ecclesia sub Inuocatione beate Marie de Gratia dicata, in Insula Sancti Thome nuncupata, maris Occeani consistente, in Cathedralem Ecclesiam sub Inuocatione Sancti Thome pro Vno Episcopo Sancti Thome nuncupando, qui illi preesset, ex certis causis, de fratrum suorum, de quorum numero tunc eramus, consilio, apostolica auctoritate erexerat et instituerat, tunc ab eius primeua erectione huiusmodi tunc vacanti de persona dilecti filii Didaci, Electi Sancti Thome, sibi et eisdem fratribus ob suorum exigentiam meritorum accepta, de simili consilio auctoritate predicta prouidit, Ipsumque illi in Episcopum prefecit et pastorem, curam et administrationem ipsius ecclesie Sancti Thome sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo, prout in nostris inde confectis litteris, cum dictus predecessor, antequam eius littere desuper conficerentur, sicut domino placuit, rebus fuisset humanis exemptus, plenius continetur. Cum itaque, fili charissime, sit virtutis opus dei ministros benigno fauore prosequi, ac eos verbis et operibus pro Regis eterni

[1] Arch. Nac., Maço 17 de Bullas n.° 33.

gloria venerari, Maiestatem tuam rogamus et hortamur attente quatenus eundem Didacum Electum, et Ecclesiam Sancti Thome predictam sue cure commissam, habens pro nostra et apostolice sedis reuerentia propensius commendatos, in ampliandis et conseruandis Juribus suis sic eos benigni fauoris auxilio prosequaris quod ipse Didacus Electus, tue celsitudinis fultus presidio, in commisso sibi cure pastoralis officio possit deo propitio prosperari, ac tibi ex inde a deo perennis vite premium, et a nobis condigna proueniat actio gratiarum.

Datum Rome, apud Sanctum petrum, Anno Incarnationis Dominice Millesimo quingentesimo quarto, Tertio Nonas Nouembris, Pontificatus nostri Anno Primo [1].

Bulla do Papa Paulo III.

1534 — Novembro 3.

Paulus episcopus seruus seruorum dei ad perpetuam rei memoriam.

Equum reputamus et rationi consonum ut ea, que de Romani Pontificis prouisione processerunt, licet eius superueniente obitu littere apostolice super illis confecte non fuerint, suum sorciantur effectum.

Dudum siquidem postquam felicis recordationis Leo papa x, predecessor noster, procurante clare memorie Emanuele Portugallie et Algarbiorum rege, qui tunc in humanis agens multas terras Prouincias et Insulas a capitibus de Boyador usque ad Indos possidebat, in quibus nullus Episcopus, qui ea que erant ordinis Episcopalis exerceret, habebatur, excepto Vicario pro tempore existenti Opidi de Thomar nullius diocesis, qui frater Militie Jesu christi Cisterciensis ordinis existebat, et iurisdictionem Episcopalem inter alia in dictis Terris, Prouintiis et Insulis ex priuilegio apostolico olim sibi concesso habebat, Vicarium de Thomar huiusmodi bone memorie Didaci Pinheiro olim Episcopi Funchalensis, tunc in humanis agentis ex dicti Opidi Vicarii, ad id tunc expresso accedente consensu, apostolica auctoritate suppresserat et extraxerat; Ac tunc parro-

[1] Arch. Nac., Maç. 23 de Bullas n.º 25.

chialem ecclesiam beate Marie per eundem Emanuelem Regem in Ciuitate de Funchal, et Insula de Madeira, in Mari occeano sita, consistente, fundatam, in quibus Vicarius frater dicte Militie, et nonnulli beneficiati presbiteri seculares beneficia ecclesiastica, Portiones nuncupata, obtinentes, existebant, in Cathedralem ecclesiam, cum sede ac Episcopali et Capitulari Mensis, aliisque Cathedralibus insigniis; ac in ea Decanatum maiorem, ac Archidiaconatum, Cantoriam, Thesaurariam, et Scolastriam, non maiores post Pontificalem dignitates, necnon Duodecim Canonicatus et totidem prebendas erexerat et instituerat; illique pro eius fructibus redditibus et prouentibus, quos Vicarius de Thomar pro tempore existens ex iurisdictione et Vicaria huiusmodi percipiebat, ac certos tunc expressos annuos redditus; necnon pro dignitatum ac Canonicatuum et prebendarum predictorum dote certa tunc expressa bona perpetuo applicauerat et appropriauerat: ac Ciuitatem de Funchal pro Ciuitate, eiusque districtum seu territorium cum predicta de Madeira, ac omnibus aliis Insulis, Terris, Prouinciis et locis quibuscunque dicto Vicario subiectis, pro diocesi inter alia concesserat et assignauerat; necnon ius patronatus et presentandi Romano Pontifici pro tempore existenti personam idoneam ad eandem ecclesiam funchalensem, dum illam pro tempore vacare contingeret, prefato Emanueli, et pro tempore existenti Portugallie et Algarbiorum Regi, ad effectum ut eidem ecclesie de persona per Regem nominanda huiusmodi et non alias prouideri deberet; ad dignitates uero ac Canonicatus et prebendas huiusmodi pro tempore existenti Magistro dicte Militie, ad quem ius patronatus seu presentandi ad dicta beneficia, dum pro tempore uacabant, pertinebat, Institutionem autem eidem Episcopo funchalensi pro tempore existenti reseruauerat: Eidemque ecclesie funchalensi sic erecte, ab eius primeua erectione huiusmodi tunc uacanti, de persona prefati Didaci dicta auctoritate prouiderat, preficiendo ipsum illi in Episcopum et pastorem.

Cum dicto Didaco Episcopo postmodum uita functo, pie memorie Clemens papa VII, etiam predecessor noster, procurante Carissimo in christo filio nostro Johanne moderno Portugallie et Algarbiorum Rege Illustre, prefati Emanuelis nato et successore, dictam ecclesiam funchalensem in Metropolitanam, ac Indiarum, necnon omnium et singularum alias pro illius tunc, ut premittitur, ex parrochiali in Cathedralem erecte diocesi assignatarum, et ceterarum temporalis ditionis prefati Regis Insula-

rum et Terrarum Nouarum eatenus repertarum, ac Insularum reperiendarum Primacialem, cum Archiepiscopali et Primaciali dignitate, preeminentia, iurisdictione, superioritate, auctoritate, et Crucis delatione, ac aliis Metropolitanis et Primatialibus insigniis, de fratrum suorum, de quorum numero tunc eramus, Consilio, similiter apostolica auctoritate erexisset et instituisset; ac inter alias Insulas eidem ecclesie funchalensi pro eius diocesi assignatas, Insula de Goa nuncupata, in partibus Indie et eodem Mari Occeano sita, notabilis et magno christianorum populo referta et munita, ac in ea inter alias vna insignis parrochialis ecclesia, sub Inuocatione sancte Catherine dicata, in qua Vnus Rector frater dicte Milicie, et nonnulli clerici seculares ibidem perpetui beneficiati, portionarii nuncupati, fore noscebantur, existerent, et prefactus Johannes Rex in ipsa Insula de Goa diuinum cultum efflorere et animarum salutem propagari pio affectu desideraret, prefatus Clemens predecessor, sub data uidelicet Pridie kalendas Februarii, Pontificatus sui Anno Decimo, habita super hiis cum eisdem fratribus deliberatione matura, de illorum consilio, eadem auctoritate, prefato Johanne Rege eidem Clementi predecessori super eo humiliter supplicante, ad omnipotentis dei laudem et gloriam, ac ipsius beate Marie Virginis, eius gloriose genetricis, totiusque Curie celestis honorem, locum seu pagum, in quo ipsa ecclesia sancte Catherine consistebat, in Ciuitatem, que Goanensis nuncuparetur, ac ecclesiam ipsam sancte Catherine in Cathedralem ecclesiam Goanensem nuncupandam sub eadem inuocatione pro Vno Episcopo Goanensi nuncupando, qui eidem ecclesie Goanensi preesset, ac in ea illiusque Ciuitate et diocesi spiritualia, prout pro diuini cultus augmento et animarum salute expedire cognosceret, conferret et seminaret.

Necnon Episcopalem iurisdictionem, auctoritatem et potestatem exerceret, ac omnia alia et singula, que alii Episcopi Regni et Dominiorum Portugallie in suis ecclesiis, Ciuitatibus, et diocesibus de iure uel consuetudine seu alias facere poterant et debebant, facere libere et licite posset et deberet, Ac pro tempore existenti Archiepiscopo Funchalensi iure Metropolitico et Primaciali subesset, cum sede ac Episcopali et Capitulari Mensis, aliisque insigniis et iurisdictionibus Episcopalibus, necnon priuilegiis, immunitatibus, facultatibus, et gratiis, quibus alie Cathedrales ecclesie et earum Presules in eodem Regno Portugallie consistentes similiter de iure uel consuetudine, aut alias quomodolibet, utebantur, potiebantur et gaude-

bant, ac uti, potiri et gaudere possent quomodolibet in futurum, uti potiri et gaudere posset et ualeret.

Necnon in ea Vnum Decanatum post Pontificalem maiorem pro Vno Decano, qui curam Capituli haberet, et ad quem cura animarum parrochianorum ipsius ecclesie sancte Catherine, prout ad illius Rectorem pertinebat, pertineret, et Vnum Archidiaconatum pro Vno Archidiacono, ac Vnam Cantoriam pro Vno Cantore, et Vnam Thesaurariam pro Vno Thesaurario, necnon Vnam Scolastriam non maiores post Pontificalem inibi dignitates pro Vno Scolastico, ac Duodecim Canonicatus et totidem prebendas pro Duodecim Canonicis, qui simul cum Decano, Archidiacono, Cantore, Thesaurario, et Scolastico predictis Capitulum ipsius ecclesie facerent et constituerent. Ita quod tunc Rector ipsius ecclesie sancte Catherine Decanus et Vnus Archidiaconus, ac alius Cantor, necnon alius Thesaurarius, et alius ex predictis clericis in eadem ecclesia sancte Catherine perpetuis beneficiatis, Portionariis nuncupatis, magis idoneis per primum futurum Episcopum Goanensem ad id examinandis Scolasticus, et Duodecim alii ex dictis beneficiatis, si tot forent, alioquin alii clerici seculares per ipsum Regem nominandi, Canonici eiusdem erecte ecclesie existerent. Ac Decanatum, Archidiaconatum, Cantoriam, Thesaurariam, et Scolastriam, necnon Canonicatus et prebendas erectos predictos respectiue litterarum desuper conficiendarum uigore absque aliqua prouisione de illis sibi facienda obtinerent, perpetuo erexit et instituit.

Necnon ex Terris, Insulis, et Prouinciis dicte ecclesie Funchalensis alias pro eius diocesi assignatis locum seu pagum sic in Ciuitatem erectum, necnon ipsius loci districtum seu territorium, ac Insulam de Goa huiusmodi, prout a fine diocesis sancti Thome et Capite de Boá Speraça usque ad Indiam inclusiue, et ab India usque ad Chinam protenditur, cum omnibus et singulis illorum Castris, Villis, locis, et districtibus, tam in terra firma, quam Insulis ac terris repertis et reperiendis, quorum omnium denominationes dictus Clemens predecessor haberi uoluit pro expressis. Necnon Clero, Populo, personis ecclesiasticis, Monasteriis, Hospitalibus et aliis piis locis ac beneficiis ecclesiasticis, cum cura et sine cura, secularibus et quorumuis ordinum regularibus a predicta diocesi Funchalensi, ipsius Johannis Regis ad id tunc accedente consensu, etiam perpetuo dismembrauit et separauit. Necnon eidem ecclesie Goanensi locum seu pagum, sicut prefertur, in Ciuitatem erectum pro Ciuitate, nec-

non ipsius loci districtum seu territorium et Insulam de Goa, ac partes terre et Maris, ac Insulas dismembratas huiusmodi cum omnibus iuribus et pertinentiis suis pro illius districtu, diocesi, et territorio in spiritualibus et temporalibus, prout ad dictam ecclesiam Funchalensem pertinebant seu pertinere poterant, illarumque Incolas et habitatores pro Clero et Populo concessit et assignauit. Necnon Clerum et Populum Ciuitatis et diocesis Goanensis huiusmodi cure et iurisdictioni ipsius Episcopi Goanensis pro tempore existentis, quoad legem Diocesanam et iurisdictionem, perpetuo subiecit.

Ac eidem erecte ecclesie pro illius dote omnia et singula iura et emolumenta Episcopalia, que Episcopus Funchalensis in loco seu pago ac Insula de Goa et terris separatis huiusmodi percipiebat seu percipere poterat, ualorem annuum Centum et Quinquaginta ducatorum auri de Camera communi extimatione annuatim non excedentia; necnon redditus annuos Quingentorum ducatorum auri in auro largorum, Cruciatorum nuncupatorum, ad ualorem Ducentorum Millium Regalium monete illarum partium ascendentium ex annuis redditibus ad dictum Johannem Regem, ut dicte Militie Jesu christi perpetuum Administratorem in spiritualibus per sedem apostolicam deputatum, in dicta Insula Goanensi spectantibus, ipsius Johannis Administratoris etiam ad id expresso accedente consensu; necnon Decanatui omnes et singulos fructus, redditus, et prouentus ipsius ecclesie sancte Catherine, quos illius Rector pro tempore existens antea percipiebat, ualorem Centum ducatorum auri de Camera similium communi extimatione annuatim non excedentes; necnon ex eisdem redditibus ad ipsum Johannem Regem et Administratorem in eadem Insula pertinentibus singulis Annis Quatuor dignitatibus Quadraginta, qui Sexdecim, singulis autem Canonicatibus et prebendis huiusmodi similiter pro illarum dote Triginta ducatorum auri de Camera similium ualorem constituebant, redditus annuos, computatis tamen et inclusis quoado alias Quatuor dignitates ac Canonicatus et prebendas huiusmodi prouentibus, quos dicti beneficiati ex eorum in dicta ecclesia beneficiis seu illorum ratione percipiebant, illis uidelicet, qui ex dictis redditibus ipsius Johannis Regis et Administratoris persoluebantur duntaxat, eiusdem Johannis Regis et Administratoris ad id accedente consensu, perpetuo applicauit et appropriauit. Ita quod si contingeret fructus, quos dicte ecclesie sancte Catherine Rector antea percipiebat, ad predictorum Centum ducatorum sum-

mam non ascendere, tunc id, quod ex dicta summa Centum ducatorum deesset, ex ipsius Johannis Regis et Administratoris redditibus in dicta Insula integraliter compleri seu perfici deberet, et ipse Johannes Rex, et pro tempore existens Administrator seu Magister, ad id teneretur et astrictus foret. Ac quod fructus, redditus, et prouentus pro singularum dignitatum ac Canonicatuum et prebendarum dote huiusmodi applicati, et alii, quos ratione eorundem dignitatum ac Canonicatuum et prebendarum percipiebant, seu in futurum perciperent, in quotidianas distributiones, ac inter presentes et diuinis interessentes, et non alias, distribuerentur et diuiderentur.

Et insuper dictus Clemens predecessor ius patronatus et presentandi infra Annum propter loci distantiam eidem Clementi, et pro tempore existenti Romano Pontifici, personam idoneam ad ipsam ecclesiam Goanensem, quotiens illius uacatio, ea prima uice excepta, occurreret, per eundem Clementem predecessorem, et pro tempore existentem Romanum Pontificem, in eiusdem ecclesie Goanensis Episcopum et pastorem ad presentationem huiusmodi et non alias preficiendam, eidem Johanni, et pro tempore existenti Regi Portugallie, cui antea ius patronatus et presentandi ad dictam ecclesiam Funchalensem dicta auctoritate reseruatum fuerat; necnon etiam ius patronatus et presentandi dicto Episcopo Goanensi, uel eius vicario in spiritualibus generali pro tempore existenti, de ipsius Episcopi Goanensis speciali commissione, aut persone ad id ab eo deputande, personas seculares idoneas, tam ad maiorem post Pontificalem, quam etiam ad alias Quatuor dignitates et Duodecim Canonicatus et prebendas predictos, quotiens illos similiter, ea prima uice excepta; necnon ad omnia et singula alia Ciuitatis et Diocesis Goanensis huiusmodi beneficia quecunque, quotcunque, et qualiacunque, ad que antea dicte Milicie Administrator seu Magister pro tempore existens regulares personas presentare consueuerat, quotiens illa ex tunc de cetero quibusuis modis et ex quorumcunque personis, etiam apud sedem eandem, uacare contingeret, et per ipsum Episcopum Goanensem, seu eius Vicarium aut personam deputandam huiusmodi, ad presentationem eandem instituendas. Sic quod Episcopus, seu Vicarius aut persona deputanda huiusmodi, presentationes predictas, etiam extra dictam diocesim Goanensem constitutus seu constituta, admittere et ad illas instituere posset; et ad dictum Decanatum presentatas et in eo institutas pro tempore infra Annum, a die

illius assecutionis computandum, Nouam prouisionem a dicta sede impetrare et iura Camere apostolice ratione illius uacationis debita persoluere teneretur, Alioquin, lapso dicto Anno, presentatio et institutio huiusmodi nullius essent roboris uel momenti, ipseque Decanatus uacare censeretur eo ipso. Ac idem Johannes, et pro tempore existens Portugallie et Algarbiorum Rex, ex tunc de cetero perpetuis futuris temporibus ad eosdem Decanatum et alias Quatuor dignitates, necnon Canonicatus et prebendas, omniaque et singula alia erecta, ad que Magister dicte Milicie regulares presentare consueuerat, ac imposterum exigenda, ad que presentare debuerat, ecclesie Ciuitatis et diocesis Goanensis huiusmodi beneficia ecclesiastica, cum cura et sine cura, seculares omnino ac nullatenus regulares personas presentare deberet, similiter eidem Johanni, et pro tempore existenti Portugallie Regi, perpetuo reseruauit et concessit.

Et insuper uoluit, statuit et ordinauit ac decreuit quod ex tunc de cetero Johannes Rex, et pro tempore existens dicte Milicie Administrator seu Magister, ipsius ecclesie Goanensis edificia ampliari et ad formam Cathedralis ecclesie in omnibus et per omnia reduci facere, illamque ac omnes et singulas alias ecclesias, Capellas, templa, Monasteria et pia loca earumdem Ciuitatis et diocesis Goanensis in earum edificiis manutenere, et conseruare ac reparari facere. Necnon Mitra, baculo pastorali, vestimentis, paramentis, ornamentis, Calicibus, patenis, Turibulis, Vasis, Libris, luminaribus, organis, Campanis, et aliis, tam Goanensi et illius Presuli, necnon dignitates obtinentibus et Canonicis ac personis, quam aliis ecclesiis, Capellis, templis, Monasteriis et piis locis predictis, ac illorum beneficiatis et ministris ad diuinum cultum in ibi necessariis decenter fulcire. Necnon pro tempore existenti dicte ecclesie Goanensis Presuli, dignitates obtinentibus, et Canonicis, de premissis illis perpetuo concesis et assignatis dotibus ex ipsius Johannis Regis et Administratoris in dicta Insula redditibus: necnon in dicta ecclesia Goanensi ac per illius Ciuitatem et diocesim existentibus ecclesiarum parrochialium, Capellarum, templorum et piorum locorum huiusmodi Rectoribus, Vicariis, Capellanis, Officialibus, presbiteris, clericis et aliis personis illis in diuinis deseruientibus, solita et congrua redditus et salaria annua impendere: necnon alia noua parrochiales ecclesias, Capellas, templa et pia loca in Ciuitate et diocesi Goanensi predictis, ubi et quotiens iuxta temporum et locorum qualitatem et exigentiam oporteret, et alias prout inter ipsos Administra-

torem, seu Magistrum et Episcopum conuentum foret, construi et erigi facere. Ac Rectores, Vicarios, Capellanos, beneficiatos, Officiales, et personas in illis cultui diuino et animarum cure necessarios in congruo numero deputare ac debite sustentare et necessaria eis ministrare, prout ratione dicte Militie de iure et consuetudine seu alias tenebatur et obligabatur, penitus et omnino teneretur et constitutus existeret.

Quodque Prioratus, Prepositure, parrochiales ecclesie, Vicarie, Capelle, et alia quecumque, cum cura et sine cura, beneficia et officia ecclesiastica, quorum qualitates, denominationes et inuocationes dictus Clemens predecessor pro expressis haberi uoluit, in Ciuitate et Diocesi Goanensi predictis, procurante dicto Johanne Rege ac illius predecessoribus Administratoribus dicte Milicie, uel alias quomodolibet erecta, instituta, et ordinata, ac illorum Rectoribus, Vicariis, Capellanis, sacerdotibus, clericis, beneficiatis, officialibus, uel personis in illis deseruientibus, deputata redditus et salaria ; necnon donationes et concessiones quecunque ecclesiis, Vicariis, Capellis, et locis predictis facte, et que in futurum fierent, quas, ac prout illas concernebant omnia et singula in Instrumentis desuper forsan confectis contenta, dictus Clemens predecessor quoad factas ex tunc, necnon quoad faciendas similiter, ex tunc prout ex ea die, et e contra, eadem auctoritate approbauit et confirmauit ; supplens omnes et singulos iuris et facti defectus, si qui forsan interuenerint in eisdem, nisi de ipsius ecclesie Goanensis Episcopi pro tempore existentis permissione et assensu, ac alias prout de iure foret nullatenus supprimi, cassari, immutari, reuocari, extingui, ac inualidari, seu numerus Rectorum, Vicariorum, Capellanorum, presbiterorum, clericorum, beneficiatorum, Officialium, et personarum huiusmodi pro tempore institutus, aut redditus et salaria huiusmodi ad minores summas quam erant ordinata, a quoquam, etiam apostolica, uel alia auctoritate fungente, reduci nullatenus possent, sed inconcussa illesa et intacta permanerent.

Quodque dignitates obtinentes, Canonici, beneficiati, clerici, Officiales et persone ecclesie, Ciuitatis et Diocesis Goanensis pro tempore existentes quoad correctiones, precedentias ac reformationes, etiam personales, cerimonias, ritus, mores, consuetudines, ac diuinorum officiorum recitationem, celebrationem, ac omnia alia et singula dignitates obtinentibus, Canonicis, beneficiatis, presbiteris, clericis, Officialibus et personis dicte ecclesie et diocesis Goanensis se conformare deberent, et ad id per prefatum Metro-

politanum et Primatem, seu eiusdem ecclesie Goanensis presulem pro tempore existentem, cogi et compelli possent. Et nichilominus eidem Archiepiscopo Funchalensi pro tempore existenti sub interdicti ingressus ecclesie sententia, necnon Mille ducatorum auri Camere predicte applicandorum, eo ipso incurrendis, districtius precipiendo mandauit quatinus premissa omnia et singula ac alia, que dicte Militie Administratori seu Magistro, ac quibusuis illorum Officialibus et aliis personis ratione dicte Milicie, seu alias, quomodolibet incumbebant, per se, uel alium seu alios, irremisibiliter adimpleri facerent. Ac eidem Episcopo Goanensi ad omnia et singula premissa, necnon Contradictores quoslibet et rebelles per censuras ecclesiasticas, ac pecuniarias, et alias formidabiliores eo ipso incurrendas penas, sublate appellationis et diffugii obstaculo, compescendi, Inuocato etiam ad hoc, si opus foret, auxilio brachii secularis, preter ordinariam apostolicam auctoritatem et facultatem. Quodque idem Episcopus Goanensis pro tempore existens premissa omnia et singula, ut premittitur, necnon quamcunque iurisdictionem ordinariam in diocesanos suos exercere, ac per uiam simplicis querele adiri posset *et*iam extra dictam eius diocesim Goanensem, per inde ac si in ea constitutus esset, concessit; Decernens irritum et inane quicquid secus super hiis a quoquam quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contingeret attemptari.

Non obstantibus ipsius Clementis predecessoris, per quam inter alia uoluerat quod semper in vnionibus commissio fieret ad partes, uocatis quorum interesset, et aliis apostolicis Constitutionibus, ac dicte ecclesie Funchalensis, Milicie et ordinis predictorum iuramento, confirmatione apostolica, uel quauis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus, necnon priuilegiis et indultis apostolicis eisdem Milicie et ordini, ac ipsius Milicie Magistro seu Administratori, necnon Militibus et aliis fratribus ac Officialibus, ceterisque personis in genere uel in specie, etiam super illorum exemptione ab ordinariis locorum, et alias sub quibuscunque tenoribus et formis, ac cum quibusuis, etiam derogatoriarum, derogatoriis, aliisque efficacioribus et insolitis clausulis, irritantibusque, et aliis decretis, etiam steratis uicibus concessis, approbatis et innouatis, quibus omnibus, etiam si de illis eorumque totis tenoribus specialis, specifica, indiuidua et expressa, ac de uerbo ad uerbum, non autem per clausulas generales etiam idem importantes, mentio, seu quauis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma ad id seruanda foret, tenores huiusmodi pro suffi-

cienter expressis habente, illis alias in suo robore permansuris *ea uice* duntaxat specialiter et expresse derogauit, ceterisque contrariis quibuscunque.

Ne autem de erectione *et* institutione posterioribus, dismembratione, separatione, assignatione, subiectione, applicatione, appropriatione, reseruatione, uoluntate, statuto, ordinatione, approbatione, confirmatione, suppletione, precepto, mandato, concessione, decreto, et derogatione predictis, pro eo quod super illis dicti Clementis predecessoris eius superueniente obitu littere confecte non fuerunt, ualeat quomodolibet hesitari ; ipseque Johannes Rex, et pro tempore existens Portugallie et Algarbiorum Rex, ac Episcopus Goanensis illorum frustrentur effectu, Volumus et similiter auctoritate apostolica decernimus quod erectio, institutio, dismembratio, separatio, assignatio, subiectio, applicatio, appropriatio, reseruatio, uoluntas, statutum, ordinatio, approbatio, confirmatio, suppletio, preceptum, mandatum, decretum, et derogatio Clementis predecessoris huiusmodi, per inde a dicta die Pridie Kalendas Februarii suum sortiantur effectum, ac si super illis ipsius Clementis predecessoris littere sub eiusdem diei data confecte fuissent, prout superius enarratur. Quodque presentes littere ad probandum plene erectionem, institutionem, dismembrationem, separationem, assignationem, subiectionem, applicationem, appropriationem, reseruationem, uoluntatem, statutum, ordinationem, approbationem, confirmationem, suppletionem, preceptum, mandatum, decretum, et derogationem Clementis predecessoris huiusmodi ubique sufficiant, nec ad id probationis alterius adminiculum requiratur.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostrorum uoluntatis et decreti infringere, uel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis dei, ac beatorum Petri et Pauli Apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Rome, apud Sanctum petrum, Anno Incarnationis dominice Millesimo quingentesimo trigesimo quarto, Tertio Nonas Nouembris, Pontificatus nostri Anno Primo [1].

[1] Arch. Nac., Maç. 23 de Bullas n.° 28.

Breve do Papa Paulo III dirigido a el-Rei.

1534 — Novembro 3.

Paulus episcopus seruus seruorum dei Carissimo in christo filio Johanni, Portugalie et Algarbiorum Regi illustri, salutem et apostolicam benedictionem.

Dudum felicis recordationis Clemens papa VII, predecessor noster, sancti Saluatoris de Paçoo de Sousa et sancti Michaelis de Bustello, sancti Benedicti, ac Prioratum nuncupatum eiusdem sancti Saluatoris de Moreyra sancti Augustini ordinum, Portugalensis diocesis, Monasteria certis modis, quos haberi voluit pro expressis, vacantia, dilecto filio Henrico Infanti Portugalie, Electo Bracharensi, per eum quoad viueret tenenda regenda et gubernanda, de fratrum suorum, de quorum numero tunc eramus, consilio, apostolica auctoritate commendauit, curam, regimen et administrationem ipsorum Monasteriorum sibi in spiritualibus et temporalibus .plenarie committendo, prout in nostris inde confectis litteris, cum dictus predecessor antequam eius littere desuper conficerentur, sicut domino placuit, rebus fuisset humanis exemptus, plenius continetur. Cum itaque, fili charissime, sit virtutis opus dei ministros benigno fauore prosequi, ac eos verbis et operibus pro Regis eterni gloria venerari, Maiestatem tuam regiam rogamus et hortamur attente quatenus eundem Henricum Electum et Commendatarium, ac Monasteria predicta sue cure commissa, habens pro nostra et apostolice sedis reuerentia propensius commendatos, in ampliandis et conseruandis iuribus suis sic eos benigni fauoris auxilio prosequaris quod idem Henricus Electus et Commendatarius tue Celsitudinis fultus presidio, in commisso sibi dictorum Monasteriorum regimine possit deo propicio prosperari, ac tibi ex inde a deo perennis vite premium et a nobis condigno proueniat actio gratiarum.

Datum Rome, apud Sanctum petrum, Anno Incarnationis Dominice millesimo quingentesimo trigesimo quarto, Tertio Nonas Novembris, Pontificatus nostri Anno Primo [1].

[1] ARCH. NAC., Maç. 7 de Bullas n.° 47.

Breve do Papa Paulo III, dirigido ao Arcebispo de Lisboa e ao Bispo de S. Thomé.

1534 — Novembro 3.

Paulus episcopus seruus seruorum dei Venerabilibus fratribus Archiepiscopo Vlixbonensi et Episcopo Santi thome salutem et apostolicam benedictionem.

Cum dudum felicis recordationis Clemens papa VII, predecessor noster, sancti Saluatoris de Paçoo de Sousa et sancti michaelis de Bustello sancti Benedicti, et Prioratum nuncupatum eiusdem sancti Saluatoris de Moreyra sancti Augustini ordinum, Portugalensis diocesis, monasteria, tunc certis modis, quos haberi voluit pro expressis, vacantia dilecto filio Henrico Infanti Portugalie, Electo Bracharensi, per eum quoad viueret tenenda, regenda et gubernanda, de fratrum suorum, de quorum numero tunc eramus, consilio, apostolica auctoritate duxerit commendanda, curam, regimen et administrationem ipsorum monasteriorum sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo, prout in nostris inde confectis litteris cum dictus predecessor antequam eius littere desuper conficerentur, sicut domino placuit, rebus fuisset humanis exemptus, plenius continetur: Nos ipsius Henrici Electi in partibus illis degentis, ne propterea ad sedem apostolicam personaliter accedere cogatur, volentes parcere laboribus et expensis, Fraternitati vestre per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus ab eodem Henrico Electo nostro et Romane ecclesie nomine fidelitatis debite recipiatis, seu alter vestrum recipiat, iuramentum iuxta formam, quam sub bulla nostra mittimus introclusam, Ac formam iuramenti huiusmodi, quod ipse Henricus Electus prestabit nobis de verbo ad verbum per eius patentes litteras suo sigillo munitas per proprium Nuntium quantotius destinare curetis.

Datum Rome, apud Sanctum petrum, Anno Incarnationis dominice millesimo quingentesimo trigesimo quarto, tertio nonas nouembris, pontificatus nostri anno primo [1].

[1] Arch. Nac., Maç. 17 de Bullas n.° 20.

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1534 — Novembro 5.

Senhor — Nom soube deste, que parte, senão huma ora antes, e por yso nom poso escreuer a vosa alteza mais largo: e tambem, porque a XXIX do passado lhe escreuy tudo o que então auya, agora nom ha mais que dizer senão que ontem ouve o papa por bem de sospender o breue, que clemente deu estando pera morrer contra noos sem o sabermos, de que a XXIX do passado mandey o trelado a vossa alteza: e este per que se sospende se fyca fazendo, e santyquatro o manda fazer, que faz nysto e em seruyço de vossa alteza tudo canto se pode fazer: por yso vossa alteza lh o agardeça e lh o conheça, que certo lhe deue muito mais do que lh eu poso tão depresa escreuer. Feyto este breue de sospensão, apertaremos no negocyo princypal, e ey por certo que se nom ha de fazer de todo como vossa alteza quer, ao menos nos Relapsos; e porem crea vossa alteza que nom fyca nem ficará por falta mynha e de santiquatro e do conde, que faz e fala nysto tudo o que nele he. O papa foy coroado á porta de sam pedro, e fomos seus conuydados, mas algum ora dyrey o como, a tres deste mes. Nom ha mais de que dar conta a vossa alteza, cuja vyda e Real estado noso senhor acrecente como eu desejo.

De Roma a cynquo de novembro, a vespara, 1534.

Criado de vossa alteza, que suas Reaes mãos beyja — *Dom anryque m.*[1].

[1] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. I, Maç. 54, Doc. 5.

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1534 — Novembro 6.

Senhor — Mando aquy a vossa alteza hum escryto, que duarte de paz deu ao conde cyfontes, pera uer quem temos contra nós, e como, e que val mais que noos nesta terra, e que nom pode homem falar com nynguem que o nom ache dyante: e quem desta feição negocea, e tão a bandeiras despregadas, nom he de crer que queira vyr a meu chamado: por yso escreva vossa alteza que manda que eu faça, que verdadeiramente muitos mouymentos me vem por como anda e negocea; mas por mais seruyço de vossa alteza, ou ao menos por m o asy parecer, me refreo, e nunca co ele faley senão em bem e amor, como dyzem. Vossa alteza mande o de que for seruydo: e a mor merce pera mym serya deyxar se vossa alteza hum pouco contentar do que o papa quer, e ele outro pedaço do que vossa alteza quyzesse, e acabar s ya isto, e eu hya me, porque certo, senhor, eu vos nom posso qua nysto servyr mylhor nem tam bem como eu querya fazer em tudo; e algum ora dyrey a vossa alteza o porque, que de tão longe nom se pode tanto escreuer. Noso senhor a uyda e Real estado de vossa alteza acrecente como Eu desejo.

De Roma, a seis de novembro, 1534.

Acuda vossa alteza ao de barroso, e a merce do abyto pera o cardeal santa cruz. E de barroso ey medo d um dia andar aquy o arcebispo pendurado polas pernas. E eu como vossa alteza manda nom querya falar nyso ao papa por nom azedar antes de acabar est outro, e o papa he muito longueyro e muito inresoluto, e ey medo que o barroso nom espere tanto.

Criado de vossa alteza, que suas reaes mãos beyja — *Dom anryque m.* [1].

[1] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. I, Maç. 54, Doc. 8.

Breve do Papa Paulo III dirigido a el-Rei.

1534 — Novembro 10.

Paulus Papa III Charissime in christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem.

Cum venerabilem fratrem Marcum Episcopum Senogalliensem, apud serenitatem tuam nostrum et huius sancte Sedis Nuntium, remanere, et officium suum prosequi velimus donec aliud super hoc decreuerimus, Hortamur et requirimus Maiestatem tuam in Domino vt interea eundem episcopum Nuntium benignitate et fauore solitis in agendis per eum prosequi velis. Quod erit nobis gratum.

Datum Romae, apud sanctum Petrum, sub annulo piscatoris, die x Nouembris MDXXXIIII, Pontificatus Nostri Anno Primo — *Blosius* [1].

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1534 — Novembro 15.

Senhor — A seis deste mes e a XXIX do passado escreuy a vossa alteza e lhe dey conta do que passaramos co papa, e do breue que tinhamos contra noos... cedydo do outro papa a ora da morte, e como o tynhamos sospendydo per este papa, do qual lhe mandey a copya; e este da sospensão se estaa fazendo e hyraa pelo primeiro, que nom se pode espydir mais depressa. Crea vossa alteza que com papa novo, de pano muito velho, e muito longueyro, e com coroação e com cardeaes franceses, e os outros que nunca o deyxão, nom se pode mais negocyar; e mais cando a materya he de feição que os princepes nom entrão nela de muito boa vontade faz se mal senão como eles querem. No negocyo

[1] ARCH. NAC., Maç. 23 de Bullas n.º 3.

princypal lhe faley ant ontem muito largo e muito decraradamente, do começo alegora. Estaa Remytydo a dous, a saber, o auditor da camara e ao symoneta, pera o enformarem, e dyzerem o que deue fazer, aos quaes temos dados os papeis que pera ysso comprião, e os temos enformados do que neste negocyo ha que dizer e fazer: nom se tem acabado de Resoluer: fazemos nysso e trabalhamos canto se pode fazer: queyra deus que seja como compre a seu seruyço e ao de vossa alteza, que tudo he hum. Eu porem, segundo . . . premyssas, arreceo longura e algum desvyo de que vossa alteza nom . . . . de todo satisfeyto, posto que em muito pouquo jaz esta lebre. O embaixador do emperador nos ajuda canto pode: faremos canto podermos por este despacho sayr em breue, e se for quejando vossa alteza quer, far m ya deus a mym nysso muita merce; e se não, pesar m aa muito: e de tudo auisaremos vossa alteza pera vêr o que for mais seu servyço. Nosso senhor sua vyda e Real estado acrecente como eu desejo.

De Roma a xv de novembro, 1534.

Com barroso e com duarte de paz nom na posso eu ter. Vossa alteza mande o que ha por bem que se faça d um e do outro. Item, senhor, nom posso deyxar de dyzer a vossa alteza que tem laa mylhores audyencyas o nuncyo, e mais honra e fauor que noos qua.

Criado de vossa alteza, que suas Reaes mãos beyja —*Dom anr . . . .*[1].

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1534—Novembro 16.

Senhor — Depois des'outra feyta nos trouxeram a minuta do breue da sospensão; e cuydando nós que se farya pera este o leuar, nos mandou dyzer o audytor da camara, que he o que o faz, que não no lo podya tão em breue dar, porque lhe mandára o papa que o mostrase aa parte, que he duarte de paz. Certo, senhor, se eu tyuera mais larga comysão de vossa alteza pera fazer o que me bem parecesse, eu me fora,

[1] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. III, Maç. 12, Doc. 66.

porque me parece ou vejo craro que nos querem aquy ter em juizo c os cristãos novos de vossos Reynos ; e nom fazemos al senão queyxarmo nos dyso, e dyzermos que nom queremos saber o que eles fazem, nem eles saybão o que noos fazemos, somente apresentar a Sua Santidade vossas cartas e instruções pera nos conceder o que lhe vossa alteza sopryca com tanta razão e direito : e eles acodem . . . . . mostrar o breue a duarte de paz, e asy será d aquy. . . . ante tudo o al. Ala fee, senhor, isto auya ou ouvera mester . . . torcedura a orelha mais aspera laa a eses cabroẽs, ou qua a est outros, que todos o são cada huuns mais c os outros ; ou, tirando o nuncyo, çarrar as asas a todo o al, e depois tempo ouvera pera vossa alteza fazer o que ouvera por seu seruyço e de deus. Veja vossa alteza o que nysto manda que se faça, que eu ou noos nom podemos mais fazer do que fazemos pera ysto não ser, e porem he o que quer quem pode como em tudo. Bem poderaa ser que não será isto tão feo como o eu pynto ; porem a mym nom me parecem bem estes meos. O qual duarte de paz o arcebispo mandou chamar pera alguma cousa, e tambem pera lh eu poder dyzer o que vossa alteza me manda. Respondeo lhe que aquy nom vyrya nem querya vyr. Ora veja vossa alteza como manda que se ysto faça que ele aquy nom quer vyr, e fóra nom he tempo nem lugar de se lhe fazer o que vossa alteza manda, cuja vyda e estado Real nosso senhor acrecente como eu desejo.

De Roma, a XVI de novembro, 1534.

E se vossa alteza sobr ysto alguma cousa quer escreuer, parece me que deue ser endereçado a noos que de*mos* a carta ou cousa que vossa alteza mandar, se vyrmos que as cousas que vão avante por estes pontos que agora parecem, porque ja podera ser que d aquy te laa se emmendarão, e fará o papa o que vossa alteza quer, e nom será necesaryo dar lhe queyxumes seus, o que prouuese a deus que fose : e devemos d auer trelado do que vem cerrado pera sabermos o que he, e asy o dar ou não segundo os tempos.

Criado de vossa alteza, que suas Reaes mãos beyja — *Dom anryque m.* [1].

[1] ARCH. NAC., Corp. Chron., Part. III, Maç. 12, Doc. 68.

Breve do Papa Paulo III dirigido a el-Rei.

1534 — Novembro 22.

Paulus papa III carissime in christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem.

Sacrum ordinem Hierosolymitanum, de religione et republica christiana optime, semper meritum in minoribus constituti dileximus et magnifecimus; nunc vero ad Pontificatum Dei benignitate assumpti propria et particulari cura et protectione nostra ubique fovendum amplectendumque ducimus, cum ex peculiari nostro affectu, tum ex omnium praedecessorum nostrorum, et praecipue felicis recordacionis Clementis VII exemplo, nec minor deinde esse debet tuae Maiestatis fauor et amor erga illum, qui tuae Maiestatis et tui clarissimi genitoris..... pro sua uirili strenuam operam aduersus infideles semper praestitit, ac iugiter in tanta barbarorum infidelium vicinitate ac potentia nunc praestat. Quamobrem motu proprio nostro dictum ordinem, ejusque nouum Magistrum, de cuius virtute, religione et prudentia multa testimonia accepimus, ex animo tuae Maiestati commendamus ut eorum iura, priuilegia, et commoda omnia ubique in tuis Regnis fauore et benignitate tua prosequaris. Quod, sicut animi tui inclita religione freti certo te facturum speramus, Ita post Deum omnipotentem, a quo retributionem uberem reportabis, id gratissimum atque acceptissimum a Maiestate tua recipiemus.

Datum Romae, apud sanctum petrum, sub annulo piscatoris, Die XXII Nouembris MDXXXIIII, Pontificatus nostri Anno Primo. — *Blosius* [1].

[1] ARCH. NAC., Maç. 25 de Bullas n.º 33.

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1534 — Novembro 26.

Senhor — A xvi deste novembro *escreuy* a vossa alteza e lhe dey conta do que ate então nom tynhamos feyto; e depois ategora sempre andámos neste breue de sospensão ate que ja he concertado e faz se, e se este tardara mais hum dya leuara o, mas hyra pelo primeiro: huma por huma saiba vossa alteza que es'outro breue que o papa concedeo á ora de sua morte nom val nada, porque este que se fica escreuendo o sospende ate o papa determinar sobo lo negocio princypal, sobo lo qual lhe oje faley no castelo o mylhor que eu pude. Mandou vyr ante sy os que nyso mandou entender, que são o audytor da camara e o symoneta, e eu lhe dysse que perante aqueles taes letrados eu ousaua d afyrmar que vossa alteza Requerya o que o direito canonyco querya, e hum pedaço ainda menos; e outras muitas palavras que passámos, a que o papa disse que vossa alteza era tal e tal, e de tantos merecymentos ant a see apostolica e ant a cristandade como nynhum outro era, e que *auya* de folgar de vos fazer toda graça e fauor, que com direito podesse: e d esto praticámos hum pouquo. Ficou encomendado o negocio a aqueles padres que o mais cedo que podessem se Resoluessem nele pera se determynar; Eu porem, como ja outras uezes e sem licença escreuy a vossa alteza, quysera ver outra torcedura mais aspera neste negocio; e, se em mym estyuesse, dous ou tres desses cristãos de laa que fazem esta bolsa, metidos n um lymoeyro, e crendo bem que os queryão queymar por solycitarem causa contra a fee e contra a santa inquysyção, eles faryão abrandar est outros de qua, e o papa co eles, e vossa alteza serya muy catoliquo em mostrar que quer executar o que os santos canones mandão e com tantas penas aos princepes que nysso forem negrygentes. E porem, senhor, eles mostrão qua hum preuylegyo d el Rey uoso pay, que deus tem, de que aquy mando o trelado, e n'ysso estrybão mais que em tudo. A mym nunca me n'ysso falarão, porem nom no entendo nem sey que lhe dyga. Vossa alteza m o ouvera de mandar praticar antes qu eu de laa

partyra. Comtudo, senhor, se vos o papa quer fazer justiça, muita temos; e, se não, vossa alteza saberá e fará o que for mais seu seruyço e de deus. Huma cousa lhe beyjarey as mãos, e he que, por canto eu nom cuydo, segundo as premyssas, que se aja de fazer tudo como vossa alteza manda, e noos nom podemos aceitar por despacho fynal huma palha menos, que mande estar sobr auyso pera em qualquer recado chegando se possa de laa auer a Resolução de vossa alteza, que d outra maneira morerão..... papas que isto posa aver concrusão: e nysto nom ha mais que poder escreuer a vossa alteza, senão que nom serya muyto fora de proposyto mandar vossa alteza vysytar o papa de sua nova eleição, e que logo lhe mandarya sua obedyencya, e escreuer lhe muitas uezes que acabe de despachar este negocio.

Item. Duarte de paz mandey est outro dia chamar que lhe querya huma cousa de uoso seruyço. Respondeo que nom auya de vyr como a embaixador de vossa alteza, de maneira que nom ha remedyo pera o aver nesta casa pera fazer o que vossa alteza manda. Item. Barroso tambem arrebentou ja em cytar o arcebispo: eu nom falo ao papa nysso, porque vossa alteza assy mo manda, senão acabado est outro negocio. Ca per santyquatro e pelo mesmo arcebispo farão o que nysso poderem se poderem atalhar, mas vossa alteza compre que ou lhe dee satisfação, ou escreua ao papa *que* lha dee, pois tem tantos executoryaes. Noso senhor a vyda e estado Real de vossa alteza acrecente como eu desejo.

De Roma a XXVI de novembro, 1534.

São aqui ja vyndos embaixadores de bolonha quatro com obedyencya com oytenta encavalgaduras, e vem de Veneza oyto com muitas: cando for o escreuerey a vossa alteza.

Criado de vossa alteza, que suas reaes mãos beyja — *Dom anryque m.* [1].

[1] Arch. Nac., Part. I, Maç. 54, Doc. 18. *O original está roto em varios logares, correspondentes aos pontos ou ás palavras, que damos em italico, e que o sentido pedia.*

Breve do Papa Paulo III dirigido a el-Rei.

1534—Novembro 26.

Paulus Papa III Carissime in christo fili noster salutem et apostolicam Benedictionem.

Romanus Pontifex cupiens fidelibus omnibus, praesertim Regibus eius peculiaribus filiis, quantum cum Deo potest satisfacere, nonnunquam ea, quae a praedecessoribus suis emanarunt, ad tempus suspendit ut hi, qui audiri petierunt, interim auditi apostolicae sedis maturitatem et circunspetionem cognoscant. Dudum siquidem felicis recordationis Clemens papa VII, praedecessor noster, postquam vniuersos et singulos de heresi et a fide apostasia culpabiles seu suspectos, in Portugalliae et Algarbiorum Regnis ac aliis dominiis Maiestati tuae subjectis commorantes, etiam si ad alia loca ad tempus et non animo manendi se contulissent, ab heresis et apostasiae huiusmodi criminibus per quasdam sub certa forma absoluerat seu absolui mandauerat, Inquisitoribus hereticae prauitatis in Regnis et dominiis praedictis per ipsum Clementem praedecessorem prius per alias eius litteras deputatis ne contra de criminibus huiusmodi culpabiles aut suspectos, ratione criminum huiusmodi per eos perpetratorum, modo aliquo procederent expresse inhibendo, cum venerabilis frater Martinus Archiepiscopus Funchalensis, et dilectus filius Henricus de Menezes, tui apud praefatum Clementem praedecessorem oratores, ipsi Clementi praedecessori significassent non expedire beneficium absolutionis praedictum sub illa forma culpabilibus aut suspectis praedictis impendere, plures ad hoc rationes allegando, dictus Clemens praedecessor, licet rationes praedictae obstare non uiderentur quominus ad absolutionem praedictam sub praefata forma procedi debuisset; Quia tamen Maiestatem tuam mores tuae ragionis, ac hominum in illa habitantium, optime nosse non dubitabat, ac etiam tuam erga catholicam fidem pietatem et erga hanc Sancta Sedem deuotionem et reuerentiam exploratissimas habebat ab re, non putauit causas, quae eum ad absolutionem praedictam, non obstantibus rationibus per praefatos oratores tuos allegatis, impendendam suaserant, per alias

eius litteras eidem Maiestati Tuae significare, Addens quod, si causae praedictae tibi minus efficaces viderentur, Te iterum atque iterum super his audire, et, donec tibi plenissime satisfactum foret, rem totam, per inde ac si nec inquisitionis facultas nec absolutio praedictae emanassent, habere paratus erat. Cum autem, prout dicti Martinus Archiepiscopus et Henricus, etiam apud nos oratores, nuper nobis exposuerunt, licet postea Maiestas tua responsiones suas ad causas praedictas miserit, putetque per eas constare ad absolutionem praedictam sub forma praefata etiam causis praedictis, quae ipsum Clementem praedecessorem ad id induxerant, non obstantibus procedi non debuisse; Tamen quia praefatus Clemens praedecessor, cui cum infirmitate grauaretur ipsi Martinus Archiepiscopus et Henricus oratores ipsas responsiones, quae tempore dictae infirmitatis ad eorum manus peruenerant, tradere non potuerunt, nesciens responsiones praedictas uenisse, ac putans Maiestatem tuam, ex eo forsan quod causae praedictae ad ipsum missae ita ualide uiderentur vt congrue ad eas responderi non posset, ipsas responsiones tanquam non vrgentes missuram non esse, per alias suas litteras statuit et ordinauit quod litterae absolutionis praedictae in omnibus et per omnia eam vim et auctoritatem haberent ac si in dictis Regnis et dominiis publicatae fuissent, Volens quod si per eandem Maiestatem tuam aut eius ministros seu Populos effectum foret quod ipsi de heresi culpabiles aut suspecti in litteris absolutionis praedictis contenta implere non possent, illi inhilominus in eis quae ad eius potestatem temporalem pertinerent, etiam quoad forum contentiosum, absoluti et liberi esse intelligerentur, ac nullo modo ratione praeteritorum delictorum per viam inquisitionis, seu visitationis ordinariae uel extraordinariae, molestari aut inquietari ualerent; ipsi oratores responsiones predictas nobis nuper tradendi nomine eiusdem Maiestatis tuae apud nos insteterunt ut ipsas responsiones bene attendere et considerare ac mature in hoc negotio, ex quo dictorum Regnorum quies non parum pendet, procedere uellemus. Nos igitur Maiestatis tuae petitionem per praefatos oratores nobis, ut praefertur, factam audiendam esse censentes, responsiones praedictas per ipsos oratores nobis traditas nonnullis viris doctrina, integritate, grauitate, et experientia decoratis examinandas tradidimus, ea intentione ut habita illorum relatione in hoc negocio prout ad nostrum spectat officium procedamus. Decens itaque et conueniens esse censentes vt interim ipsum negocium in eo statu, in quo ad praesens et quoad

ipsos culpabiles et suspectos, maneat, Venerabili fratri Marco, Episcopo Senogalliensi, nostro apud Maiestatem tuam Nuntio, ne etiam uigore praedictarum aut quaruncunque aliarum litterarum a praefato Clemente praedecessore emanatarum, Vniuersis uero et singulis de heresi et a fide apostasia culpabilibus seu suspectis, ne modo aliquo litteras absolutionis praedictas publicare, aut si publicatae fuerint eis vti, Inquisitoribus autem praedictis ne uigore litterarum per ipsum Clementem praedecessorem super eorum deputatione, ut prefertur, concessarum, ordinariis uero ne facultatis eis a iure uel consuetudine concessae vigore aliquem ex dictis de heresi aut apostasia culpabilibus aut suspectis, occasione criminum per eos commissorum huiusmodi, modo aliquo molestare audeant uel presumant, donec aliud per nos desuper ordinatum fuerit, auctoritate apostolica per presentes inhibemus. Volentes ut, siqui ob crimina huiusmodi carceribus mancipati inueniantur, nisi relapsi fuerint, circa quos per presentes nil innouare intendimus, data idonea cautione de ipsis in dictis carceribus totiens quotiens per eos ad quos spectat desuper requisiti fuerint, representan., etsi eorum bona in manibus fisci deuenerint aut ad eius instantiam sequestrata sint, etiam absque alia cautione ex praefatis carceribus relaxentur, alioquin presentes litterae quoad ipsos carceratos in his quae ipsorum incommodum concernunt nullius sint roboris vel momenti, Irritum quoque et inane decernentes si secus super his a premissis uel aliquo eorum aut quouis alio quauis auctoritate contigerit attentari Non obstantibus praemissis, ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis, caeterisque contrariis quibuscunque.

Datum Romae, apud Sanctum Petrum, sub annulo piscatoris, die XXVI Nouembris, MDXXXIIII — Pontificatus nostri anno primo —*Blosius* [1].

[1] ARCH. NAC., Maç. 7 de Bullas n.° 15. *No mesmo Archivo se guardam duas traducções deste breve, uma no* Maç. 2 de Bullas n.° 9, *e outra na* Gav. 2, Maç. 1, n.° 34.

Breve do Papa Paulo III dirigido a el-Rei.

1535 — Fevereiro 12.

Paulus papa III Charissime in christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem.

Ex tuis amantissimis litteris, et ex sermone cum dilecti filii Philippi Lapi, quem ad nos misisti, viri quidem nobis ex virtute et nobilitate sua ualde grati, Tum oratorum apud nos tuorum, vndique amorem, humanitatem, pietatem Serenitatis tuae collegimus, Non enim contentus prioribus oratoribus tuis, proprio Nuncio officium gratulationis exequi uoluisti, adiecta etiam grauitate litterarum piisque pollicitis et oblationibus tuis, Quae quo fuerunt plura et a clarissimo Rege profecta, eo nobis acciderunt iucundiora, Illudque in primis quod referente nobis Caesareae Maiestatis oratore cognouimus te validam classem eidem Maiestati aduersus Turcas et Barbarossam destinasse, Pro inde agimus de omnibus tuae Maiestati gratias tuis pollicitis fiducialiter in tempore usuri eique uicissim paterno semper affectu et grata uoluntate responsuri: Merita tamen nostra a te propter amorem uberius cumulata, omnemque hanc amplificationem nostrae Dignitatis ad Dei clementiam referimus, qui sua inenarrabili benignitate dignos hoc honore nos fecit potius quam inuenerit, Eius proinde misericordiam depraecamur ut sicut nobis onus imponere dignatus est, Ita in ferendo onere non desit, Tuamque Serenitatem ad commune bonum tam pie animatam nobis diutissime conseruare ac prosperare, Caeterosque christianos Principes in idem animare concordesque efficere dignetur, Quo, sicut pientissime optas, fidei catholicae ueterem puritatem, et perturbatis christianitatis partibus quietem et tranquilitatem, nostro labore et cura Principumque vnanimi consensu restituere possimus. Sed de his ac caeteris per dictum Philippum et oratores tuos nobis relatis scribent oratores et referet plenius Idem Philippus Maiestati tuae, cui omnem felicitatem in Terris, et deinde beatam uitam in coelis, a Deo omnipotente supplices imploramus.

Datum Romae, apud Sanctum Petrum, sub annulo piscatoris, die XII Februarii MDXXXV, Pontificatus nostri anno primo — *Blosius* [1].

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1535 — Fevereiro 13.

Senhor — Duas cartas Receby de vossa alteza pelo banco, de cynquo de dezembro, as quaes trouxe dom felipe. Ambas são sobo los mosteiros de dom manuel de sousa, com outra pera o cardeal trane, a qual ate o presente lhe nom demos; e o porque e o que nysso fyzemos escreuo o a dom manuel, que dará disso conta, por vossa alteza nom ter tanto que ler. Somente digo, senhor, que lhe beyjarey as mãos o nom me mandar a mym estes negoceos, porque eu nom tenho pera eles a valia e autorydade que compre pera vossa alteza ser servydo. Pera acompanhar o arcebispo farey o que me vossa alteza mandar; porem o que ele soo nom fyzer pouco posso eu nysso aproueytar, nem em nada que ele nom acabar. Dom felipe deteue o o papa mais hum dia, e perguntou lhe por cristovão leytão, o que ele dyrá a vossa alteza: parece me que nom serya maa huma carta pera ele sobre pedroso, se outras cousas o nom estorvarem. Santyquatro escreue a vossa alteza o ponto dos Relapsos mais claro, segundo me dysse. Noos o faremos e o da inquisição mais largo como s acabar d alimpar, que seraa cedo prazendo a deus, no qual ha d estar santyquatro c os dous doutores, e ele trabalharaa o que poder por vossa alteza ser seruydo o mylhor que possa ser. Nosso Senhor a vyda e estado Real de vossa alteza acrecente como eu desejo.

De Roma a XIII de fevereiro, 1535.

Criado de vossa alteza, que suas reaes mãos beyja — *Dom anryque m.* [2].

[1] ARCH. NAC., Maç. 25 de Bullas n.º 25. *Reynaldo* (Annales ecclesiastici) *publicou este breve com a data de 25 de Janeiro, e do mesmo modo apparece na* Symmicta Lusit. *Vol. 46, pag. 325.*

[2] ARCH. NAC., Corp. Chron. Part. I, Maç. 54, Doc. 76.

Fragmento de uma carta de D. Martinho de Portugal.

1535—Fevereiro 15.

. . . . . .

guardar a de meu rei: não creo que possa ser mor Infamia d um principe que saber que d um seu embaxador se dizem taes Imfamias, e sofrelo, e não no castigar, ou a quem as aleuanta: com esta escusa que eu faço com vosco, e não me mandando v. s. tal que me desobrige disto, falo hei de maneira que todo o mundo saiba que faço o que deuo: disimular injurias e desonras não faz senão quem as merece.

Dom felipe chegou aqui: folgou este papa muito com elle: achou esta embaxada tão misera que fez vestidos e cobrou hum pedaço do perdido: parece mancebo de bem: diz que he proue e que quer hir a mina: ajudai o por amor de deos, se uos bem parecer: agasalhei o não tam bem como queria: meu parceiro he muito sospeitoso; asi como não falo ao papa nem a nenhuma pesoa sem elle, asi o faz a dom filipe: ha nisto grandes vergonhas, que não sofreria acabado isto por ser papa. Hum de nós ha de leixar o oficio: omem uos dirá disto mais quando for.

De roma aos xv de feuereiro, 1535 — *Dom M. de portugall Arc. do Funchal* [1].

[1] Arch. Nac., Corp. Chron. Part. I, Maç. 54, Doc. 77. — *Sobrescripto:* Ao Illustre e muito magnifico senhor o Senhor conde do Vimioso meu senhor. *É pena teremse extraviado as primeiras quatro paginas d'esta carta, que devia ser interessantissima. O que resta é a primeira pagina da segunda folha.*

Carta do cardeal Santiquatro a el-Rei.

1535 — Março 14.

Serenissimo mio Signore — In questa causa de christiani nuoui del Regno de Vostra Maestà ha hauuti molti dispiaceri per piu respetti, ma precipuamente per uno, quale è che da principio la cosa non fusse stimata dala Maesta Vostra come mi pareua si douesse stimare, quando del mese di settembre nel 1532 expedi uno corriere al vescouo de sinigaglia, nuntio apostolico appresso dela Maestà Vostra, sopra tale negotio, Perche aquel tempo, s ela si fusse mostra tanto desiderosa di tale expeditione, et hauesse mandato le instructioni che dipoi mandò, o a me, o al suo imbasciatore, che a quel tempo era il dottore Blasio netto, non haremmo hauuto tanta difficulta. Ma quando el detto corriere ritornò non riceuei lettere dala Maestà Vostra, ne dal suo imbasciatore, qui mi fu fatto intendere alcuna cosa; solo per uia del detto nuntio intesi che quella non si contentaua de capituli concernenti la indulgentia di detti christiani noui, et procurati qui da Duarte de Pazze. Il che inteso, comandai al detto Duarte non entrassi piu in mia casa, parendomi essere burlato da lui, el quale me haueua dato ad intendere che la detta indulgentia procuraua con bona gratia dela Maestà Vostra, et con tacito suo consenso. Et cosi scacciato da me, per altro mezo fece ogni opportuna et importuna diligentia con la santa memoria di papa clemente per obtenere la detta indulgentia più fauoreuolmente che fussi possibile. Et del mese de aprile 1533, non mi trouando io in Roma, fu expedita la detta bolla. Dipoi la Maestà Vostra, hauendo di cio notitia, fece scriuere per el Nuntio ala Santità di Nostro Signore pregando quella uolessi reuocare la executione dela detta bolla, dela qual cosa ne io, ne il suo imbasciadore, lo Arciuescouo del Funciale, non sapemmo mai niente per alhora, senon chè dipoi, hauendo el Papa scritto uno breue al suo nuntio per exequire la detta bulla, la Maestà Vostra mando al detto Arciuescouo, suo imbasciadore, a Marsilia, che el Papa suspendessi el detto breue finche li mandasse uno personaggio a posta sopra tale negotio, et Sua Santita fu contenta. Dipoi, el mese

di febraro sequente, comparse don Henrike de menẽse suo imbasciadore, el quale, et per lettere di Vostra Maestà, le quali me presentò, et per la instructione che portò in scriptis, et a bocca con molto diffuso parlare, mi fece capace del desiderio dela Maestà Vostra, et dele ragioni che la moueuono a fare instantia per la reformatione dela bolla dela indulgentia, et obtenere una seuera inquisitione conforme alli sacri canoni per conto deli detti christiani nuoui, le quali cose quando da principio hauessi inteso, Duarte de Paz non harebbe hauuto tante commodita de informare el Papa al contrario di quello che la Maestà Vostra desideraua, nè la bolla si sarebbe expedita nela forma et tenore si expedi. Et questo sopra ogn altera cosa me ha dato dispiacere, hauendo uisto, per experientia de anni XXXVII che sono stato in questa corte, essere molto piu facile impedire el fare d una cosa, che cerchare el disfarla poi che è facta. Perche se bene al mondo tutti li homini ragioneuoli hanno caso di non errare, maximamente li Principi grandi, et fra quelli poi el Papa, che è suppremo Pastore, non uorrebbono commettere errore, et quando sono inducti a reuocare o alterare le cose gia fatte et concedute, pare loro che non passi senza nota. Et di qui nacque la grande difficultà che hauemmo con Papa clemente lo aprile passato, la cui Santità, doppo una lunga discussione di tre giorni l uno doppo l altro, finalmente con il consiglio deli suoi deputati haueua concluso che la bolla si exequissi in igni modo et di gia fatto fare la minuta del breue directo a Vostra Maestà con darli conto di tale deliberatione et indurla a star'contenta dela executione di detta bolla. Il che non obstante, trauagliammo pur'tanto che Sua Santità non mandò quel breue, ma ne fece componere uno altro sotto di II de Aprile del tenore che la Maestà Vostra uidde, al quale, non rispondendo al tempo che noi aspettauamo la riposta, segui uno altro inconueniente che Papa clemente, un'giorno dipoi che io lo hebbi communicato per uiatico, essendo piu in lo altro mondo che in questo, expedi uno altro breue directo al suo nuntio sopra la medesima executione dela detta bolla, Per reuocatione del quale fu necessario che molto fatichassimo con Papa Paulo, come la Maestà Vostra dali suoi oratori intese; et benche tali impedimenti, li quali forse non sarebonno occorsi se la Maestà Vostra non hauesse differito cinque mesi et mezo el rispondere al breue di clemente del II° di de Aprile, mi habbino dato dispiacere assai, uedendo per tal conto nascere ogni giorno nuoue difficultà alle cose di Vostra Maestà, Pure tutto

questo mio dispiacere si è al fine conuertito in piacere, perche tale dilatione di tempo et tali oppositioni hanno seruito a uentilare et discutere meglio cotale negotio, el quale per sua natura è importantissimo, Perche doue si tratta dela fede di christo et di punire li uiolatori di quella, o remunerare li osseruatori, si debe reputare sempre cosa grande, ma oltre a questa ragione è reputato di grandissima importantia per lo exemplo di castiglia, nel qual Regno la inquisitione ha operato mirabili effecti di bene, ma non però senza nota di qualche singular male, come si puo uedere per la bolla dela santa memoria di Papa Leone, per la quale si reuocaua la inquisitione, et si allegauono tutte le cause che induceuono la Sua Santità a fare tale reuocatione. Onde per l uno et per l altro rispetto non si è possuto prima terminare la cosa da Papa Paulo, el quale poiche in sua presentia piu uolte si fu agitata sopra e meriti di tale negotio, in vltimo rimesse la finale deliberatione neli duoi commissarii suoi, cioè, lo Auditore dela camera et lo Auditore Simonetta, et in me come Protectore dele cose dela Maestà Vostra; et poiche piu uolte fussimo insieme in mia camera, et due uolte presenti anchora li suoi imbasciadori, et disputato articulo per articulo tanto la indulgentia quanto la inquisitione, et referito poi ogni cosa a Sua Santità, finalmente conuenimmo nel tenore et substantia de capituli, li quali si mandono a Vostra Maestà per le mani deli detti suoi imbasciadori, la industria et opera de quali non è mancata in modo alcuno, anzi l uno et l altro hanno fatto quello era possibile, et un poco piu, perche la Maestà Vostra reportassi in tutto et per tutto el suo intento, ma non si è possuto fare altra conclusione, che quella uedrà la Maestá Vostra per li detti capituli. Et del tutto è stato causa le promissioni fatte dala clara memoria del Re don Emanuelle, suo genitore, et confirmate dala Maestà Vostra, produtte per li agenti de christiani nuoui in forma authentica, sopra le quali habbiamo hauuto assai che disputare. Et benche in quanto concerneuono la salute del anima el Papa non era obligato regularsi secondo quelle se non quanto fussino conforme a sacri canoni, pure non ha potuto però manchare, etiam secondo e canoni, di non hauer' consideratione a dette promesse, non solo per il passato rispetto ala indulgentia, ma anchora per il futuro rispetto a la inquisitione, come per li detti capituli Vostra Maestà particularmente uedrà, et anche per el breue di Nostro Signore Papa Paulo intenderà, la quale priego et supplico per la seruitu cordiale che io li porto uogli acceptare in bona

parte questa nostra deliberatione, et contentarsi dela uenia et dela inquisitione nel modo et forma che Sua Santità ha deliberato concederla, perche, quanto ala indulgentia, attenta la prima conuersione loro di che sorte fu, non puteua la Maestà Vostra, come per altra mia portata da don Philippo li scrissi, intendere cosa piu grata che li christiani nuoui hauessino conseguito dala Sede apostolica una piena indulgentia de suoi errori passati come se hoggi renascessino al mondo per el sacro fonte baptismale, accio non habinno piu scusa alcuna del suo peccato. Et quanto alla inquisitione, atteso la breuità del tempo et che li anni passono presto, anchora la Maestà Vostra debe esser'contenta Perche, o mancheranno dali suoi errori, et in tal caso la Maestà Vostra riceuerà molto contento, non desiderando altro che la salute loro, che per uia di dolceza si siano correcti ; ouero ritorneraño a iudaizare, et alhora la Maestà Vostra potrà senza alcuno rispetto procedere contro di loro ad ogni seuera punitione, et la Sede apostolica sarà sua coadiutrice non piu con l'olio dela misericordia ma con la aspreza de la uirga ferrea, ne potrà la Maesta Vostra esser'iudicata che el suo zelo proceda piu dala cupidita dele faculta de christiani nuoui che dal zelo de la fede et desiderio de la salute dele anime, come spesse uolte li Principi sogliono essere iudicati: et piacci ala Maestà Vostra perdonarmi se cosi liberamente scriuo, perche tutto procede dala grande seruitu et affectione che li porto, la cui fama et il cui honore non uorrei che mai in alcun'tempo ne per alcuna cosa patissi detrimento, ma sempre in ogni loco fussi commendata appresso a dio et li homini, come spero sara di questa, acceptandola nel modo et forma che el Papa è resoluto darla, del che di nuouo non come cardinale, ma come seruitore suo solo, la supplico. Et valeat felecissime.

Romae XIIII Martii MDXXXV.

Di Vostra Maestà — *Humillis seruitor A. Cardinalis Sanctorum Quattuor, Maior penitentiarius* [1].

[1] Arch. Nac., Gav. 2, Maç. 5, n.° 51. *Diz o sobrescripto:* Al serenissimo Re di Portugallo mio Signore — *No mesmo maço, n.° 65, está uma versão em vulgar d'esta carta.*

Carta de D. Martinho de Portugal a el-Rei.

1535 — Março 14.

Senhor—Fará a dez deste mes que vem hum anno que por aluaro diaz e castanho, por via do conde do Vimioso, soube vossa alteza na Inquisição o que ate emtão era pasado: e ainda que fosse com mor audacia do que diuia pollo que sou obrigado ao vosso seruiço e a mim, soubestes, senhor, tanbem nesta parte meu parecer, e o que desejaua por estas razõis que vossa alteza mandase fazer neste negocio, e cria ser mais conforme a vossa consciencia. Quando di a cinco meses e meo veo reposta, ao outro dia faleceo o papa clemente. Depois qu este paulo foi asumpto, e soubemos de hum breve que o clemente pasara antes que morrese, pareceo bem auer se a suspenção delle: por todallas vias que se pode negocear pera se suspender se fez. O papa o cometeo a dous homens, que aqui sam os mais estimados, e a que comete todos os negocios do mundo. Sam tão conhecidos que vossa alteza poderá la saber quem sam o auditor da camara e Simoneta. Ate á data do breue da suspenção se trabalhou n aquillo: Depois da suspenção, no negocio principal, ategora que o fizerão desa maneira que aqui vai, e ainda com condição se la não he ja publicado ou notificado. Nisto da notificação debatemos muitos dias: elles o entendem como no mesmo perdão vai declarado. Requeremos emtão a bulla da Inquisição, que não queriam em nenhuuma maneira conceder: depois de se fazer o que se pode, e mais do que se diuia ao estado de vossa alteza e ao negocio, e pollos meos que auia boons e maos, concederão a Inquisição com essas limitaçoẽs, como dahi verá vossa alteza.

Este negocio he acabado todo, e isto soo ha bom nelle que não ha que repricar, e por as razoẽs serem muitas pera se não poder esperar mais melhoramento. Estando as cousas neste estado em que ora sam me pareceo seruiço de vossa alteza dizer a mor parte dellas, com protestação que quem faz o que deue he obrigado a dizello, se os vezinhos o nam dizem.

Este papa he de setenta annos, nobre e senhor de casa e de muitos

annos. Foi eleito como se nunca vio eleição asi linpa e de todas as naçõis e comum consemtimento. Tem asentado fazer concilio, e tem se penhorado com todos os principes, e ve que não tem outro remedio pera tornar ha autoridade e obediencia a See apostolica segundo diz que tem perdida, e a tirar as heresias, e a perseguir os Infieis (este he o seu tenor). Mandou nuncios ao emperador, a el rei dos romanos, e França pera, segundo as repostas, ordenar como o *deve* fazer. Aqui começa a querer reformar a corte : emtendem niso alguns cardeais : estaa posto a fazer justiça com todo o rigor sem ter respeito a viua pesoa : não quer acrecentar na sua casa mais huma amea do que tem, senam casar algumas netas suas com pesoas com que as casara se não fora papa. Fez dous netos de xv annos cardeais ; manda os muito bem insinar ; da lhes toda a renda que pode de beneficios ; e ainda que seja erro e contrairo a reformação fazer tam pequenas idades cardeais, nisto se culpa elle mesmo, e diz que outros papas o fizerão, e lyão ao cardeal vosso Irmão de noue annos, e que como se tudo reformar que di por diante não pasará alem do que se determinar nem huma jota. Não se quer liar com ninguem nem quer fazer ligua. Não tem pesoa que o gouerne, e por si faz tudo. He muito longo e mal pratico dos stillos desta corte acerca do despacho e expidiçõis ; e rege se no *mais* pollo estillo d ora ha cem annos. Aos embaxadores *dá tarde* e mal audiencias. Val mais ant elle hum cardeal que todos os embaxadores juntos que ha nesta corte. Soo o do emperador tem mais ser ant elle ; e logo o de França. Não estima mais dinheiro pera mudar huma palha que se fosse terra. He incontaminado. De vossa alteza fala milhor que de todos os principes, sem ficar nenhum, e vos pom sempre ante todos por exemplo. E sempre diz que onde não emtrar justiça senão graça que a fará a vossa alteza mais que a todos, e que o verá : asi o achei nas Igrejas etc. que não foi pequeno negocio segundo o tenpo. Nenhuma cousa de clemente quer quebrar, porque diz que os passados sempre costumarão a desfazer o que os seus antecessores fizerão. Presume, e dizem que o sabe por strologia, e quer dar a emtender que por reuelação, que ha de viuer mais de nove annos, e, se d ali pasa, ate quatorze. Com estas partes todas, os indultos graças que os passados tem concedidos quebra em quanto podee. O papa Julio tinha concedido a el rei dom fernando que pudese nomear a certos bispados, creo que vinte, quando vagasem, em napolles, pesoas que lhe parecesem autas pera se-

rem prouidas dos tais bispados. Clemente concedeo ao emperador que pudese apresentar haquelles bispados (que he mais que nomear) : não mandou expedir a bulla : agora vagando o de gaieta o deu ao cardeal de barri ; nunca o papa quis que se prouese ha presentação do emperador senão ha sua nomeaçaõ : não prestou ser cardeal, falarem lhe todos os outros, nem ser o emperador : não quis nem he prouido ategora, nem se crê que será senão ha sua nomeação.

Ao duque de Saboia quebrou o Indulto, que tinha de nomear os mosteiros ; e asi o quer fazer a todos. Não o poderá fazer senão no concilio. Não queira deos que o concilio seja mais contra os seculares que contra os clerigos. Deos ordenará tudo como for mais seu seruiço, e aquillo será o milhor. Com esta sua liberdade cometeo este negocio a estes dous letrados : estes sam mui ocupados. Duarte de paz falou sempre a estes em publico. Com grande fadiga pudemos fazer que ho nom leixasem estar com nos outros juntamente a juizo. De nenhuma cousa lhe leixaraõ de dar vista. E quando dizemos que vossa alteza não queria nisto senão graça, espantão se, e dizem que he interesse do terceiro, e que são muitas almas, e que neste negocio vai a vida de muitas pesoas e fama, e que não forão feitos christãos como diuião. Tudo isto pasara em alguma maneira se não fora o auditor da camara estar em castella por embaxador, e trazer hum liuro dos erros das cruzadas e da Inquisição, e estes procuradores dos christãos nouos lhes apresentarem hum priuilegio, que lhes deu el rei que deos aja e vossa alteza confirmou, e hum estromento com huma reposta do bispo do alguarue : tudo isto ha dias que tenho dado a dom amrique que mandase a vosa alteza. Des que isto virão nenhuma cousa quiserão fazer ; e, como nós não tinhamos que alegar, e vosa alteza deste priuilegio nunca mandou dizer nada, se o negauamos deziam nos e dizem : se he falso que farão tudo casi como vossa alteza quer, e a elles castigarão ; e se he verdadeiro, no que conserne utilidade de vossa alteza, como são os bens, que os podieis dar, e co papa lhos não quer tirar senão des que vir que não perderem os bens he em perjuizo pera serem bons, emtão quer quebrar o priuilegio, por tanto o daa por dez annos e depois ad beneplacitum do papa, e dos carceres abertos por sete annos. Isto não he muito, porque asi o quer o direito comum senão em certos casos : os outros de vinte dias e doutras cousas quebrarão por não ser conforme a direito, nem cousa donde excludisem ordinarios não quiserão fazer. O intento de

toda esta gente he, asi de cardeais como de letrados, que esta Inquisição se não quer senão per as fazendas: pera persuadir o contrario se fez o que se pode como he verdade. Muito empeceo a limitação dos sete annos que de la veo, e ainda muito mais as condiçoẽs, per que tornaua a ser a mesma cousa e perderem a fazenda.

Espantou me como os letrados, que la isto tractão, mandão alegar o feito del rei Sisebuto, e como he louuado e lhe chama o concilio toletano quarto religiosissimo, e não vêm que no mesmo concilio, di a quatro capitulos, pom estas palauras: «Judei baptizati, si postea preuaricantes in christum qualibet pena danati extiterint, a rebus eorum fideles filios excludi nom oportebit, quia scriptum est filius non portabit patris iniquitatem». A Igreja depois concedeo aos principes sô muitas penas que leuasem as fazemdas: isto foi pera os principes darem fauor contra as heresias, que não queriam fazer antes das fazendas se perderem pera elles.

Falámos ao papa mil vezes dom amrique e eu, e cada hum por si, e com o embaxador do emperador seis ou sete vezes, elle por si outras tantas, e o mandou encomendar a estes letrados muitas vezes; e pareceo lhe que deuiamos de falar a alguns cardeais, em particular a trani e a cesarino. Eu o não fiz. Dom anrique falou a todos, e a estes dous mais particularmente, que erão os mais fauorecidos. O tractamento que lhe fez o cesarino propteitor daragão, auendo na casa tres ou quatro cadeiras despaldas, segundo me dom amrique dixe, o mandou asentar em hum escabelo tres ou quatro vezes que la foi: prometerão fazer tudo: todos forão contra nos: aguardamos e acompanhamos o embaxador por toda esta cidade ate o paço, e algum de nos por as outras partes. Himos a sua casa muitas vezes, e neste negocio não fizemos nenhuma cousa nem mudamos hum pee sem lho fazer saber: por sua ordenança se fez tudo como vossa alteza dizem que manda. He muito humano, e certo não nos podemos agrauar delle: ouue nos quando la himos e faz nos honra: e no começo deste pontificado, onde tantas gentes concorrerão, não foi mao notificar a todos que dous vossos embaxadores não podem fazer os vossos negocios sem o seu fauor: elle não fica emganado, como dise o conde de portalegre. Dão elle e os seus a emtender isto e outras cousas de pouco seruiço de vossa alteza; e nesta terra nenhuma cousa faz perder tudo senão perder reputação. Ha dous annos que escreui a vossa alteza por castanho que este embaxador e santa cruz, indo com elles falar ao papa com

carta do emperador, lhe diserão que fizera bem de dar o perdão, e lhe allegaraõ que asi se fizera em grada: e quando veo dom amrique trouxe comisão de se fazer tudo com elle: agora se vee o que aproueitou: ao menos isto tem ja guanhado que estes cristãos nouos não ousauão parecer. Duarte de paz procura, não embuçado, como fazia em vida de clemente, senão publico com hum auito de christos no peito; e me dizem que mostra estromentos e outros papeis de como o mereceo em africa; e mostra por sinal aquelle olho e huma sentença, que diz que tem, de como se não pode contar antre os cristãos nouos, e quanto e em que tem seruido, e que não faz isto senão por zello de se fazer justiça, e por seruiço de vossa alteza. Vai com isto requerer ao embaxador do emperador, e lhe diz que nos não fauoreça, e dá lhe em sprito as razões por onde o não deue fazer; e algumas lhe parecem justas como he o priuilegio del rei que deos aja e vossa alteza confirmou: asi o dise a nós ambos: e hum seu secretario, por que nos manda algum recado, soia a vir aqui algumas vezes: depois deste negocio não vem. Aqueixando se dom anrique do conde ouuir Duarte de paz, nos dixe que o conde não podia negar sua casa a quem a ella viese; que era pesoa publica e auia de dar audiencia a todos.

Ho Santiquatro fez neste negocio quanto cada hum de nós pudera fazer; e certo que vossa alteza lhe he obrigado em tanto quanto se deue a hum bom criado, que faz o que pode, e quanto menos obrigação tem, tanto mais. Por derradeiro o papa a estes dous homens e a elle cometeo o negocio: não lhe pareceo deuer se mais de melhorar, e o que vai tem por muito. Dixe nos, depois de tudo feito, que tiuesemos por certo, e os mesmos a que se nisto falou que falasem por parte de vossa alteza, e o mesmo embaxador do emperador, e o cardeal santa cruz, e cesarino, e outros, ajudarão aos christãos nouos; e ainda diz que de portugal, ou per via do nuncio ou não sei como, auisaram algumas pesoas ao papa que vise o que concedia, que o zelo de vossa alteza era santo e virtuoso, mas que se auia de fazer mal. Pesou me muito de ser asi, e folguei de ho dizer perante dom anrique, que o pode dizer a vossa alteza. Este foi sempre meu parecer que este negocio se auia de perder como o emtendesem e nelle falasem muitos: ouuera a mão direita negocialo de maneira que a esquerda o não soubera. Por castanho, fará dous annos, o escreui asi a vossa alteza, e auisei que era necesario segredo, e não se falar ao

emperador nem a cousa sua, senão eu se vise ser necesario como hum amigo ajuda ao outro, e me a mim os do emperador soiam a requerer como ha embaxador de vossa alteza. Tudo isto he mudado ás vesas: o embaxador do emperador nos ha as audiencias: fomos lhe dar muitas vezes conta disto: acompanhamo lo como se foramos embaxadores de luca. Antes do saco mandaua o papa os auditores da rota ha minha casa e ao datairo a negocear as cousas que lhe requeria e a fazellas: como negoceámos por est outras vias, ficámos tão baxos que fomos sempre as casas destes auditores falar lhes, e fomos mais de sesenta vezes ou ambos juntos ou cada hum de nos. Em tempo de clemente não hiamos a casa de auditores: como este foi papa e nos achou asi baxos, asi nos manteue. Pera vossa alteza ver como nos ajudarão, e creo o que diz santiquatro, estauamos nisto das fazendas e sabia o embaixador, não sei quem requereo ao papa, n asinatura publica, que confirmase hum priuilegio co emperador deu aos hereges d aragão e valença e catelunha, quanto he que lhe não quer leuar as fazendas. Vendo o papa e os auditores que o emperador o fazia, forão muito piores contra nós; alegarão nos o que o emperador fazia: diserão lhes que aquellas fazendas valiam pouco; emtão crerão mais que as fazendas nos mouiam. Aqui vai este priuilegio: a mao tempo o requererão.

Pareceo a dom amrique que diuiamos d ir dar conta ao embaxador do emperador da resulução do negocio, pera o poder escreuer ao emperador: por fazer o que me mandaua (como me trabalho de fazer des que veo) fomos. Achámos os mesmos auditores que nos despachão em sua casa la. Quando eu vi que aquelles, que me soiam a buscar pera os negocios de vossa alteza, foramos nós tantas vezes requerer a suas casas, e que os achauamos em casa d outro embaxador, tornei me, por os não empedir, com tanta vergonha como deue de ter hum homem como eu, que, tendo posto o vosso seruiço e estado no que diuia, o vejo como está: e não diga ninguem a vossa alteza que se ha de negocear por estes meos. Do negocio desta terra ninguem sabe mais que eu, e muitos muito menos, e outros muitos nada. Vossa alteza sabe bem que despachei aqui algumas cousas que amtes nunca se puderão auer, e este agora não se pode acabar: a quem der outra tal proua, crea se lhe.

No que vai costa abaxo não ha que fazer depois de se não poder ter, e ás vezes he milhor ajudal o e empuxal o pera que va mais asinha;

nem he necesario no que vai costa acima dizer nada. Neste negocio tenho feito o que diuia, e escripto a vossa alteza mais do que diuia. Meu parecer foi sempre que se oulhasse o que se podia auer por graça e rogo, e que meios auia pera se fazer ; e dixe algumas vezes os que me ocorriam, e o que por justiça e por que razão, ca quando requeriamos graça alegauamos justiça e direito ; e quando nos falauam na justiça não queriamos senão graça, e esta se não faz em nenhuma parte, nem aqui, quando outros publicamente pedem justiça. Em negocio desta calidade, e que tem por auante toda a inquisição de castella, de que fala mal todo o mundo (e será falsamente), não se pode negocear senão com segredo e em conjunções e com meios muito deferentes dos outros negocios ; e quem quer publico ha de ser com a razão viua e co direito craro, e com mostrar, que se toque com a mão, que se emmenda todo o em que se culpão as outras ; e se os letrados, que nisto la falarão, aqui vierão, souberam que deferença ha de falar a negocear. Se justiça, equidade, honra e deshonra, feros e merencoria, emportunação, alguma cousa nisto puderão, fizera se. Dom anrique não leixou nada por fazer : eu o ajudei no que pude.

Vossa alteza, a meu ver, tem tres caminhos nesta materia : ou não falar nisto nada, esperar qu esqueça, e ha mester que pasem muitos annos pera esquecer ; ou aceptar o que vos o papa dá : e antes aueria por milhor que aceptal o, quanto ao perdão, pidir que geralmente se perdoasem todos e de tudo geralmente ate a data da bulla, e se confesasem a seus curas como quisesem : e não quereria nenhum dos pontos que no perdão vam, senão que se fizese em dez regras e geral ; e que os ordinarios emquirão, se quiserem, depois do perdão, e como quiserem e lhes parecer, e como o direito o despom : e pediria ao papa que amoestase aos prelados que emsinasem os que tiuesem necesidade, e oulhasem que não ouuese hereges. Escreveria ao papa que não queria inquisição. Daqui a dous annos mandaria dizer como os prelados o não fazem, e darão a inquisição pintada como vossa alteza quiser, e não parecerá que pedistes huma cousa e volla não concederão. Desta maneira o perdão terá auido seu effeito, e não se poderão despois escusar. Os ordinarios farão como atequi fizerão, que foi não fazerem o que diuião ; e mais todos são ou vossos irmãos ou vossas feituras, não pasarão o que vossa alteza lhes ordenar : pasado este tempo se fara inquisidor e todo o mais.

O outro he desobedecer. Ja elrei de Ingraterra começou e mais se

parece he ha cor co papa faz o que não deue: pois Ingraterra dá por exemplo sua vontade, os que a tiuerem conforme a razão o poderão fazer milhor. Huma cousa lembro a vossa alteza, qu elrei d ingraterra o que faz diz que he por conselho d algumas uniuersidades e de letrados, e, porque he contra o parecer d outros muitos, dão sentença contra elle, e agora procedem á priuação. Letrados, se não sam santos, dizem segundo suas afeições muitas cousas, que não diriam se visem todos os liuros.

Vossa alteza, a meu ver, lhes deve de quitar as fazendas perpetuamente; nem vossa alteza com saã contientia pode al fazer, pois el rei que aja gloria lhes deu priuilegio e lh o confirmastes: isto he casi contracto, e o direito não deu as fazendas senão, como dixe, por os principes fazerem fazer justiça: não foi por parecer equidade. Todos aqui se espantão de vossa alteza querer quebrar o que se lhe prometeo (isto por ser cousa de principes, que eu não entendo, o leixo); mas nós outros la, se prometemos huma cousa, na relação de vossa alteza ho farão conprir. Se a fee publica e real se não guardar, em que auerá firmeza? asi se poderão quebrar quantos priuilegios, tenças, doações se fazem: he necesario que não pareça que se faz da necesidade virtude; e se vossa alteza lh as quita, não ha de ser senão com se dar a entender qu esta era uosa tenção (asi me dixe vossa alteza *algu*ãs uezes que o queries fazer), e se as pedies era por lhes meter medo, mas não pera as leuar.

E o perdão polla mesma causa se pedia asi limitado, que pois asi parece a sua santidade, que a vossa alteza ho ha por bem, e ainda que seja mais geral que ex nunquam, se perdoe tudo in utroque foro; e quanto ao da costientia, que se confese quem se sintir culpado a quem quiser, e que do peccado de heresia nhenhum se posa acusar directe vel indirecte do pasado ate então. Desta maneira se salua tudo, pois se pode tão pouco auer, e se reputará a merce que vossa alteza quer fazer e a vertude: está cá asentado antre todos, e tem por certo, que ante vossa alteza não ha nem cobiça, nem desejo de fazer a todos senão bem e merce. Estes auditores afirmão que dizem estes cristãos nouos que não querião mais neste seu negocio senão que vossa alteza soo entendese. Pois se mais não pode fazer, a culpa, c os maos poem, fica saneada ate uir tempo de se fazer a inquisição, e de mão em mão auerá o que quiser e a expirientia mostrar que he necesario. A de Castela se fez asi por breues: forão auendo cousas, e cada dia aom.

Alguns homens me tem scrito algumas cousas: porque screui por dom filipe que pollo que mandase com esta reposta mandaria a vossa alteza dizer o que me deos então ispirase, depois de m encomendar muito a elle, me parece que não deuo de dizer mais que lembrar a vossa alteza que, por me fazer merce, mande uer todas as minhas cartas des que cheguei a bolonha, e verá se ficou cousa por fazer neste negocio e por lembrar.

Se me agrauar de nhenhum ousar ante vossa alteza de dizer cousa, por que deuia de ser queimado uiuo quem as fizese, seria culpado no mesmo uitio de me desculpar do que me vossa alteza não culpa, ainda que me queirão persuadir c o maoo despacho, que ate qui tem os meos que mando ao funchal; mas eu estou nesta pose de se despacharem minhas cousas quando ja as não espero: vossa alteza naom pode ser que algum dia me não faça merce que supra todos estes males, se me podese manter ate então. Com tudo isto, ao conde do uimioso tenho scrito quanto abasta pera serem os que dizem mal cognecidos e seo zelo. Lembra me, quando antonio d azeuedo asinou o contracto de maluco, o que eu dixe então a vossa alteza, e o que me, senhor, dixestes então, e depois que ueyo e moreo, que lembrei muitas uezes que lhe picasem a pedra do sepulcro. Quem isto faz, securo está de erar: não fez mais cepião quando o acusarão que furtara. Não me pesaria se vossa alteza quisese mandar queimar uiuo a mim ou a qualquer uoso embaxador que herra em seu oficio; mas que a mesma pena se dese aos que o dizem e o não prouão. Em lisboa se dezia que eu tomaua dinheiro pollos judeos, que stauão presos e eu auia de sententiar, e asi o dizião de vossa alteza; e agora, se me culpão, tambem dizem que vossa alteza não quer destes senão as fazendas. Ora crea se o que he tão falso.

Queria e será muita rezão que vossa alteza me agradecese mais o que tenho feito neste negocio, pois se não acabou, do que fizera se fora conceso como se pedia. Quando o negocio se acaba bem, o gosto de se acabar he premio; quando naom, e se faz tudo o que se deue e pode, pollo desgosto he o senhor obrigado a dar mais contentamento, e a satisfazer o trabalho. Com que se pagarão as noites, que não dormi e estudei, e os dias que não uiuy e andei temperando muitas cousas, que erão necesarias? e nunca screui a vossa alteza porque ui que uir dom anrique era desconfiança, e sofri ate oge, que ha treze meses, o que deos

sabe la e ca. Se castanho, quando ueio a primeira uez, não falara a dom pero mascarenhas, nem se metera nisto o emperador, nem o soubera então Santiquatuor, vossa alteza fora seruido e não o soubera nhenhuma pesoa: o que he publico, e tem rezão e cor de s estrouar, não se pode fazer.

Mando diogo soarez homem com esta resolução: abastara hum outro correo, mas pera lembrar a vossa alteza que, se se não responde loguo, que perderemos disto mais.

De roma aos XIIII de março de 1535.

Feitura e seruo de vossa alteza —*Dom M. de Portugal primaz Arc. do Funchal*[1].

Projecto de Bulla de perdão geral aos christãos novos.

.....

Perdão do papa clemente reformado pollo papa paullo he emmendado em partes. Desta maneira o concede e d outra não; e isto se la não he começado a publicar[2].

Paulus etc. ad futuram rei memoriam.

1 Sempiterno Regi, qui gregem suum nobis licet inmeritis sua clementia et pietate commisit, eiusdem nobis crediti gregis in extremo judicio rationem reddituri, summis studiis, quos ab equitatis justicie limitibus humani generis emulus suis suggestionibus sepe diuertit, Saluatori nostro, qui non mortem sed penitentiam desiderat peccatorum, vt in ipsa ratione reddenda diuine justitie possimus euadere vltionem, reconciliare studemus; et qui suos detestari voluerint errores, sorde mundati, illius, qui misericordiarum pater est, gratiam consequi mereantur, ac juris mitigando rigorem apostolicis fauoribus et gratiis confouemus, eorumque sa-

[1] ARC., NAC. Gav. 2, Maç. 1, n.º 48.

[2] *Este documento e o seguinte, postoque não tenham data, são evidentemente aquelles, a que se refere a antecedente carta de D. Martinho de Portugal, de cuja letra são tambem os titulos e observações que damos em italico.*

luti prouidemus, prout personarum et temporum qualitate pensata, conspicimus salubrius expedire.

2 Dudum siquidem per felicis recordationis Clementem Papam Septimum, praedecessorem nostrum, accepto quod in plerisque partibus Regni Portogallie et dominiis Charissimi in christo filii nostri, tunc sui, Johannis, Portogallie et Algarbiorum Regis Illustris, nonnulli ex hebraica perfidia ad christianam fidem conuersi, Christiani noui nuncupati, ad ritum judeorum a quo discesserant reddire, et alii, qui hebraicam sectam nunquam professi erant, sed Christianis parentibus procreati ritum eumdem obseruare, et alii Lutheranas ac alias deprauatas hereses et errores sequi ac sortilegia heresim, manifeste sapientia instigante humani generis inimico, committere non verebantur, in grauissimam diuine maiestatis offensam et orthodoxe fidei scandalum : Idem Clemens predecessor, ne huiusmodi pestes in perniciem aliorum fidelium sua venena difunderent, Dilectum filium Didacum de Silua, ordinis fratrum minorum sancti francisci de Paula professorem, in suum et apostolice sedis commissarium, ac super premissis inquisitorem in Regno et dominiis predictis, cum plena facultate contra de huiusmodi criminibus reos aut suspectos inquirendi, eosque carcerandi puniendi et corrigendi, per quasdam constituit et deputauit. Et deinde, ex certis rationabilibus causis, predictas et quascumque alias litteras suas, ac per illas eatenus eidem Didaco et quibusuis aliis, etiam locorum ordinariis super premissis concessas facultates et commissiones, per alias eius litteras ad suum beneplacitum suspendit,

apud eundem Regem suo et dicte sedis nuntio, inter alia dans in mandatis vt didaco et ordinariis predictis, ac aliis inquisitoribus, posteriores litteras predictas intimaret, et suspensionem ipsam inuiolabiliter obseruari faceret, prout in singulis litteris predictis plenius continetur.

3 Nos autem, qui non sine graui mentis nostre perturbatione accepimus quod nonnulli ex suspectis de criminibus predictis a Quadraginta annis, vel circa, ex iudaismo et mahometica ac aliis sectis, quibus tunc obcecati erant, ad fidem Christi et illius sacrum baptisma suscipiendum coacti fuerunt ;

4 Alii vero, licet sponte sua conuersi seu de parentibus Christianis procreati fuerint, tamen ob predictorum indiscreta commertia, vel alias diabolica instigatione persuasi, etiam in predictas et alias diuersas here-

ses et errores eodem instigante inimico lapsi fuerunt, aliique quamplurima crimina commiserunt et in dies labuntur;

5 Volentes ad praemissorum extirpationem, circa quam maxima diligentia et perscrutatio necessarie extant, ita prouidere vt neque illi, qui de nouo conuersi sunt, quod diligentia nostra, quam in illis ab erroribus preseruandis et in catholica fide confirmandis adhibere debemus, sibi defuerit, nec hi, qui inter alia ecclesie membra, propterea quod violenter baptizati fuerint, numerari non debent, quod contra omnem equitatem et justitiam ab ecclesia tanquam Christiani corrigantur et castiguentur, juste conqueri possint, et circa eos antequam seuere Inquisitionis vim sentiant, ita prouideatur vt inexcusabiliter in futurum se peccaturos esse intelligant; et interea boni a malis segregati diuinis laudibus deuotius insistere valeant, ac ipsi conuersi ob eorum conuersionem huiusmodi, propter quam honorari et fauoribus amplecti merentur, absque eorum culpa vituperari atque contenni a nobis non uideantur; nec ipsi aut alii predicti prius ecclesiastice discipline gladium sentiant, quam Christiane mansuetudinis lennitatem et prouidentiam experti fuerint, et ex eisdem cecitatibus ad verum lumen huiusmodi conuerti uolentes, aduersus seueritates et rigores juris huiusmodi aliquali benignitate et misericordia, ac spatio ad resipiscendum gaudere valeant;

6 Singularum predictarum, et aliarum quarumcunque per dictum Clementem, ac etiam quoscunque alios Romanos Pontifices predecessores nostros, super premissis concessarum litterarum, ac sententiarum, processuum et aliorum quorumcumque actorum hactenus contra eosdem suspectos et culpabiles latarum et formatorum tenores, ac omnium et singulorum tam nouiter conuersorum, quam aliorum vtriusque sexus super premissis culpabilium aut suspectorum, ac judicum quorumcumque nomina et cognomina, necnon heresum huiusmodi qualitates, quantitates, circunstantias, ac litium et causarum huiusmodi status et merita, ac alia forsan de necessitate exprimenda, presentibus pro expressis habentes, causasque ipsas, preterquam quoad relapsos, ad nos aduocantes, et lites huiusmodi penitus extinguentes:

7 Motu proprio, non ad ipsorum suspectorum et culpabilium, vel quorumuis aliorum, nobis super hoc oblate petitionis instantiam, sed de nostra mera deliberatione ac certa scientia, ac de apostolice potestatis plenitudine, omnes et singulos vtriusque sexus, tam nouiter conuersos quam

alios quoscumque de premissis culpabiles aut suspectos, etiam diffamatos, ex dictis Regnis et dominiis oriundos, ac in eis degentes, forenses et alienigenas, vndecumque venerint, qui tempore publicationis presentium litterarum per

vel ab eo deputandos in singulis ciuitatibus et diocesibus Regnorum et dominiorum huiusmodi, intra Quattuor menses a data presentium computandos, faciende, in illis domicillium vel habitationem habuerint, ac etiam illorum filios nepotes et descendentes, tam presentes quam absentes, seu qui ab eisdem Regnis et dominiis alias recesserunt, etiam si exules et banniti fuerint, qui alicui ex sacerdotibus et confessoribus per

ad id, intra Quindecim dies post publicationem predictam, vt prefertur, faciendam respectiue immediate sequentes, deputandis, etiam extra confitentium diocesim existentibus, intra alios decem a die publicationis dicte deputationis confessorum computandos, predicta et alia quecumque quotcumque et qualiacumque sua crimina excessus delicta et peccata sacramentaliter confessi fuerint, ac quorum nomina et cognomina in aliquo libro vel memoriali per eosdem confessores descripta fuerint, etiam si illi hactenus et in futurum, dictis Quattuor mensibus et Quindecim diebus durantibus, in Regnis et dominiis predictis vel extra illa tanquam heretici sententialiter condennati, et vt tales ipsi et illorum bona publicata aut pro talibus accusati, inquisiti, publice vel occulte difamati, et ut tales habiti, reconciliati, et contra eos sententie desuper late execute, vel illi propterea carcerati extiterint, ab omnibus et singulis per eos catenus perpetractis, etiam hereses, et ab eadem fide et appostasias blasfemias et alios quoscumque, etiam maximos herrores sapientibus, etiam quantuncumque grauibus et qualificatis peccatis, criminibus, excessibus, delictis, etiam sub generali expressione de iure vel alias non venientibus et specialem notam requirentibus; necnon excommunicationum, suspensionum, interdictorum, et aliis ecclesiasticis ac temporalibus, corporalibus, et etiam capitalibus sententiis, censuris et penis, a jure uel ab homine, etiam a prefatis, vel qui pro tempore fuerint inquisitoribus heretice prauitatis huiusmodi, et alia occasione vel causa latis et promulgatis, etiam si in illis ab eisdem Quadraginta annis insorduerint, ac illorum absolutio nobis et pro tempore existenti Romano Pontifici, et eidem sedi, etiam iuxta illarum, que in die cene domini legi consueuerunt, ac aliarum litterarum et processuum apostolicorum tenorem, et alias quomodolibet reseruata

existant, quorum omnium qualitates, quantitates et circunstantias presentibus etiam haberi volumus pro expressis, a prauitatis videlicet heretice huiusmodi in vtroque foro ciuili, criminali, contentioso, conscientie et anime penitus et plenarie, a reliquis vero criminibus, prauitatem huiusmodi non sapientibus, in foro conscientie dumtaxat, ex nunc prout ex tunc, et e contra, preuia quoad forum conscientie cordis contrictione et oris confessione, authoritate apostolica tenore presentium absoluimus.

8 Ac eosdem carceratos, vel alias detentos, et exules, etiam carceribus, exiliis et bannis, quibus occasione criminum heresis et appostasie ac blasphemie huiusmodi detenti et condenati existunt, relaxamus et liberamus, ac relaxari et liberari mandamus; et tam illis quam aliis alia occasione vel causa detentis vel exulibus, donec ab eis a quibus detinentur relaxentur, et ab eis ad quos id spectat saluus conductus, et alie necessarie securitates eis concedantur, dicti Quattuor menses et Quindecim dies currere non incipiant, dummodo tamen ipsi a die noticie presentium litterarum in aliquam heresim cecidisse, vel in vetteri errore perstitisse non conuincantur, concedimus.

9 Necnon cum eis tam presentibus quam quomodolibet absentibus, qui vitam clericalem eligere voluerint, vt ad omnes etiam sacros et presbiteratus ordines promoueri, et in illis tam illi quam qui tunc etiam post dicta crimina perpetrata et absolutionem huiusmodi promoti erunt, etiam in altaris ministerio ministrare, ac quecumque, quotcumque et qualiacumque beneficia ecclesiastica, secularia, et quorumuis ordinum regularia, etiam si secularia Canonicatus et prebendas, dignitates, etiam maiores post pontificales, in Cathedralibus, etiam metropolitanis, et principales in collegiatis ecclesiis, ac personatus administrationes et officia, etiam Curata et electiua in eisdem cathedralibus, etiam metropolitanis, aut Collegiatis ecclesiis, regularia uero beneficia huiusmodi Prioratus, etiam Conuentuales dignitates, Preceptorie similiter Curate et electiue, alias qualitercumque qualificata, eis canonice conferendum, recipere, illaque et alia per eos tunc obtenta retinere.

10 Ac etiam tam ipsi quam laici et mulieres, eorumque filii nepotes et descendentes, ad gradus, honores, ordines et officia, et alias qualitates assumi, illaque suscipere et exercere, ac illis et aliis similibus et dissimilibus iam susceptis, vti; necnon vestes sericeas et panni cuiuscumque, etiam Rubei coloris, ac Aurum, Argentum, Gemmas, et alia Joca-

lia, necnon ensem, et arma eorum statui condecentia, deferre, super equos et mulas equitare, ac omnibus et singulis aliis priuilegiis, exemptionibus, fauoribus, gratiis, immunitatibus, libertatibus, et concessionibus, quibus alii Cristifideles, eorumque filii et nepotes ac ab eis descendentes, vtuntur, potiuntur et gaudent, aut vti potiri et gaudere poterunt quomodolibet in futurum, vti, potiri et gaudere libere et licite valeant in omnibus et per omnia, perinde ac si ipsi eorumque Aui, proaui, parentes et alii genitores veri Christiani fuissent, et nunquam a fide catholica deuiassent, de specialis dono gratie dispensamus, eisque pariter indulgemus, omnemque inhabilitatis et infamie maculam siue notam circa eos premissorum occasione, tam ex propriis quam illorum parentum, consanguineorum et affinium culpis et sententiis, earumque executionibus et alias quomodolibet insurgentes, ab eis penitus et omnino abolemus.

11 Ac quoad, vt prefertur, conuersos in dictis Regnis vt supra a Quadraginta annis, et eorum descendentes confiscationes bonorum, sique eatenus facte fuerint, quorum tamen possessio pro eodem fisco apprehensa non fuerit;

12 Necnon processus contra eos et eorum singulos ac etiam alios supra dictos formatos, sententiasque latas, ac dictis mensibus durantibus formandos et faciendas, necnon informationes, et alia quecumque acta et gesta, ordinaria et extra ordinaria, in judicio et extra contra eos hactenus facta, ex nunc prout ex tunc, et e contra, eisdem Quattuor mensibus et Quindicim dies durantibus facienda, quorum omnium tenores status et merita etiam presentibus haberi volumus pro expressis, cassamus irritamus delemus et annullamus, ac cassata irrita delecta et annullata fore decernimus; ipsaque bona sic confiscata et confiscanda eis a quibus ablata fuerint, si eidem fisco incorporata non sint, quoad conuersos a Quadraginta annis in dictis Regnis et dominiis et eorum descendentes vt prefertur remittimus donamus et restituimus, eosque et illa in pristinum et eum, in quo ante premissa et tempore quo baptizati fuerunt erant, statum restituimus reponimus et plenarie reintegramus.

13 Et insuper authoritate et tenore supradictis statuimus et ordinamus quod singuli Confessores predicti, quibus sub excommunicationis late sententie pena vt infrascripta faciant precipimus et mandamus, quibusuis ex comprehensis in eisdem presentibus litteris durantibus Quindecim diebus supradictis confessis, etiam de dictis criminibus non culpabi-

libus nec suspectis, si tamen ipsi non culpabiles nec suspecti ex dictis a Quadraginta annis conuersis, vt prefertur, et eorum descendentes fuerint, in dicto libro describendis, pro illorum super premissis tutiori cautela aliquam cedulam vel scripturam manu propria scriptam in testimonium premissorum gratis et absque aliqua exactione concedant, in qua declarent confitentem illum de quo agetur in vim litterarum absoluisse; que quidem cedula seu scriptura perpetuis futuris temporibus per eos exhibita uel ostensa illam habentes, vel etiam absque illa in dicto libro descripti et annotati, tuti et securi permaneant, et de predictis criminibus heresim et appostasiam ac blasphemiam sapientibus per ipsos culpabiles vel suspectos etiam diffamato perpetractis, vsque ad diem date eiusdem cedule vel testimonii, seu in eodem libro anotationis et descriptionis, nullatenus inquiri possint.

14 Ac premissorum occasione ipsis describendis suas cedulas predictas habituris, et illorum filiis et descendentibus, in nullum prejudicari nec preiudicium afferri nec reconciliati censeri, etiam ex eo quod dictorum delictorum seu aliquorum ex eis veniam pecierint, vel ab eis absoluti fuerint, nec dicti a Quadraginta annis citra, vt prefertur, conuersi, aut eorum descendentes, etiam si forsan in aliquem predictorum errorum imposterum reinciderint, vel alias quomodolibet deprehensi extiterint, relapsi videantur, nec aliquod judicium, etiam minimum, contra eos oriri allegari vel deduci possit, in judicio vel extra, indulgentia remissio et alia in dannum iniuriarum vel aliud incommodum illorum retorqueri nequeant.

15 Quodque, si aliqui jam sint condennati de criminibus heresis huiusmodi, vel eorum crimina iam sint in judicio omnibus notorie probata, ipsi secundum ecclesie statuta errores suos abiurare illisque publice renuntiare debeant, quibus abiuratis et renunciatis, Idem
eius arbitrio penitentias eis iniungendas vel iniunctas, non tamen in alias publicas sed secretas et discretas penitentias commutare.

16 Ac reconciliatis, quibus aliqua publica penitentia per quoscumque judices et inquisitores fuerit iniuncta, etiam illam veluti ipsi inquisitores eam commutare possent vel consueuerunt, in alia pietatis opera commutare, et cum illis dispensare valeat, et sic ex dictis conuersis a Quadraginta annis aut eorum descendentibus fuerint, commutationem huiusmodi in opera secreta commutare teneantur.

17 Ac quod si ex supradictis condennatis vel inquisitis accusatis aut

reconciliatis seu relapsis, qui ex numero dictorum conuersorum a Quadraginta annis aut eorum descendentibus extiterint, aliqui fuerint qui se contra justiciam grauatos esse asseruerint, ac propterea cupiant vt iterum eorum cause audiantur, liceat eis si ab inquisitore ad suum ordinarium, si vero ab ordinario se grauatos pretenderint ad metropolitanum, vel alium ordinarium dictorum Regnorum et dominiorum, per ipsum qui se grauatum, vt prefertur, pretenderit eligendum, quibus, vt illos singulos auctoritate apostolica audire possint et valeant, facultatem concedimus vt id faciant, sub indignationis nostre pena mandamus recurrere et personaliter coram eo comparere, et se ipsos in eo statu quo tunc esse reperientur de integro defendere, sic tamen quod si iterum in defensione sua ipsos succumbere contingat, tunc ob causam delictorum huiusmodi relapsi legitima pena puniantur; Ceteri vero secretam penitentiam suscipiant, que loco legitime et canonice pene quam pacti deberent, ipsius arbitrio, ipsis imponatur. Et nihilominus hi qui relapsi non fuerint presentibus litteris et illarum effectu gaudeant.

18 Ac quod dicti condennati uel inquisiti, accusati aut reconciliati, si (quod absit) iterum in heresis crimen relabi eos contingat, pro relapsis puniri possint, habita tamen diligenti deliberatione quod si ex ipsis conuersis a Quadraginta annis, vt prefertur, seu eorum descendentibus aliqui fuerint, qui se violenter ad fidei sacramentum suscipiendum pertractos esse docere voluerint, id, dum tamen in sacris constituti non fuerint, et beneficia ecclesiastica non obtinuerint, coram aliquo ex dictis ordinariis per eos eligendo facere possint, etsi de violentia huiusmodi docuerint, illis non ita imputentur culpe vt imposterum relapsorum pena teneantur.

19 Ipsique accusati inquisiti condennati reconciliati modo et forma premissis, ceteri vero premissa tantum confessione et absque aliqua publica penitentia eis iniungenda, plenariam et totalem veniam et aliqua supradicta consequi et obtinere.

20 Ipseque omnia et singula supradicta et quecumque alia, que alii inquisitores commissarii quicumque per quascumque nostras et dicte sedis litteras, ac etiam de jure vel consuetudine, facere gerere et exercere potuerunt et possunt vel consueuerunt, non tamen eorum qui in presentibus comprehenduntur duriorem causam faciendi, facere gerere et exercere libere et licite valeant.

21 Ac quod si aliqui ex predictis omnibus, tam nouiter conuersis quam aliis presentibus et absentibus, reperientur, qui presentem gratiam modis premissis durantibus dictis Quindecim diebus suscipere noluerint, lapsis eisdem Quindecim diebus gratiis per presentes concessis nullo modo gaudere possint; qui tamen si ad sui excusationem aliquid afferre voluerint, et ex dictis conuersis a Quadraginta annis seu eorum descendentibus fuerint, benigne et secundum Christianam mansuetudinem per aliquem ex dictis ordinariis vt prefertur eligendum, quibus vt supradictum est audiendi facultatem concedimus, et vt id faciant similiter mandamus, audiantur et eorum jura et defensiones ad nos per eundem
sub suo sigillo clause mittantur.

22 Quodque contra a Quadraginta annis citra vt prefertur conuersos, ac filios et descendentes eorum confessos vel non confessos, quorum tamen excusationes per aliquem ex ordinariis vt prefertur eligendis recepte et ad nos transmisse fuerint, quod omnino fieri volumus et mandamus in negotio Inquisitionis, vel visitationis ordinarie vel extraordinarie, super criminibus predictis juxta formam posteriorum litterarum predictarum, vsque ad annum a die publicationis presentium litterarum, etiam supersedeatur, quia interim nos tam super eodem negotio quam etiam circa illorum futuram vitam opportune prouidere intendimus.

23 Districtius inhibentes omnibus et singulis, etiam judicibus ecclesiasticis et secularibus, ac prelatis, inquisitoribus, ordinariis seu delegatis, quacumque auctoritate, dignitate, potestate, etiam Pontificali, Archiepiscopali, Primaciali et Patriarchali, ac statu gradu, ordine, conditione et preeminentia, etiam cardinalatus honore fulgentibus, ac tali qualitate de qua expressa mentio fieri debeat polentibus, a nobis seu sede predicta etiam ad instantiam eiusdem Regis deputatis, sub excommunicationis suspensionis et interdicti sententiis, et beneficiorum ac officiorum per eos obtentorum priuationis penis, eo ipso nisi paruerint incurrendis, ne aliquos de premissis heresi appostasia aut blasphemia culpabiles aut suspectos, etiam diffamatos, qui gratiis predictis juxta presentium tenorem gaudere debent, si quos sub aliqua custodia vel carceribus teneant, aut in exilia miserint, amplius detineant, aut contra eos ad vlteriora procedant, immo captos relaxent et exules ad patriam seccure reddire permittant, et in eorum statu, in quo fuerunt ante accusationes, condemnationes, carcerationes, exilia et bannimenta huiusmodi existebant, reponant: Accusa-

toribus, vero, denuntiatoribus, testibus, inquisitoribus, judicibus, promotoribus, et aliis quibusuis, sub similibus censuris et penis, nec contra supradictos, etsi a Quadraginta annis conuersi vt prefertur, vel eorum descendentes fuerint, etiam non culpabiles nec suspectos, premissorum occasione se intromittere, nec aliquos ad testificandum vel accusandum seu denuntiandum inducere, vel alias illos super premissis vel illorum occasione molestare quoquomodo presumant. Ac decernentes omnes et singulos in premissis inobedientes, vel contrauenturos, easdem sententias censuras et penas eo ipso incurrere, et beneficia tunc per eos obtenta eo ipso vacare et a nobis, ac quibusuis illorum ordinariis collatoribus impetrari et conferri posse, ipsasque impetrationes et collationes, ac alias dispositiones alias legitime factas valere plenamque roboris firmitatem obtinere.

24 Ac easdem presentes litteras de subrreptionis vel obrreptionis vicio seu intensionis nostre defecta notari vel impugnari non posse, nec sub quibusuis reuocationibus, modificationibus, limitationibus et suspensionibus quarumcumque similium vel dissimilium litterarum, ac etiam per nos et sedem eandem factis et faciendis nullatenus comprehensas, sed ab illis semper exceptas esse, Et quoties reuocate vel limitate fuerint, totiens in pristinum et eum, in quo ad presens existunt, statum restitutas et reintegratas existere: necnon illarum transumptis manu notarii publici subscriptis et sigillo eiusdem
munitis que interesse habentibus soluta competente mercede notario qui subscripserit data dari volumus, et id dicte indignationis pena mandamus munitis, eamdem prorsus tam in judicio quam extra illud fidem adhiberi debere, que ipsis presentibus adhiberetur si forent exhibite vel ostense. Sicque in premissis omnibus per prefatos et quoscumque alios inquisitores et judices, etiam sancte Romane ecclesie Cardinales, in quacumque instantia siue judicio, coram eo etiam nunc et in futurum pendente, judicari sententiari et diffiniri debere, Sublata eis ac eorum cuilibet quauis aliter judicandi, sententiandi et diffiniendi facultate, Ac irritum et innane quicquid secus super hiis a quoquam quauis auctoritate, etiam per nos scienter vel ignoranter contigerit attentari. Quocirca prefato
et prefatis ordinariis, et eorum cuilibet, per hec scripta mandamus vt hiis, qui in eisdem presentibus litteris comprehendentur, et eorum singulis, in premissis efficaciter assistentes, per se vel alium seu alios faciant easdem presentes et in eis contenta quecumque, vbi et quando aliquotiens

opus fuerit, firmiter obseruari ; ac singulos quos ipse presentes concernunt, illis pacifice gaudere, non permittentes eos desuper per inquisitores et judices prefatos seu quoscumque alios quomodolibet impediri, perturbari vel molestari, Contraditores quoslibet et rebelles per censuras et penas ecclesiasticas, ac alia juris opportuna remedia, appellatione postposita, compescendo, inuocato etiam ad hoc si opus fuerit auxilio brachii secularis.

25 Johannem vero Regem prefatum per easdem presentes rogamus et hortamur in domino vt, pro sua in hanc sanctam sedem deuotione et obseruantia, ipsi et ordinariis prefatis suis auctoritate et fauore assistèns non permittat ipsum et ordinarios prefatos circa premissorum executione, aut illos, qui sub presentibus comprehenduntur, quominus juxta ipsarum litterarum tenorem gaudere possint, quomodolibet turbari aut impediri. Non obstantibus premissis, ac etiam pie memorie Bonifacii Pape octaui, et aliorum Romanorum Pontificum predecessorum nostrorum, ac aliis apostolicis, necnon in generalibus ac prouincialibus et sinodalibus conciliis editis, generalibus et specialibus constitutionibus, et ordinationibus, etiam ab eisdem vel a nobis etiam pluries emanatis, legibus imperialibus, necnon etiam juramento, confirmatione apostolica, vel quauis firmitate alia roboratis, officii Inquisitionis, et ecclesiarum ac Regnorum et dominiorum predictorum, illorumque ciuitatum et locorum, etiam municipalibus statutis et consuetudinibus, priuilegiis quoque, indultis, etiam in corpore juris clausis, ac etiam in forma breuis litteris, etiam per nos et predecessores nostros et sedem huiusmodi, etiam inquisitoribus predictis, etiam ad instantiam eiusdem Johannis, et aliorum quorumcumque Regum et Reginarum, aut etiam motu proprio et de sancte Romane ecclesie Cardinalium concilio, etiam apostolice potestatis plenitudine, ac cum quibusuis etiam derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficatioribus et insolitis clausulis, irritantibusque, et aliis decretis concessis, approbatis et innouatis, etiam si in eisdem caueatur expresse quod illis nullatenus, aut non nisi sub certis inibi expressis modis et formis derogari possit. Quibus omnibus, etiam si pro illorum sufficienti derogatione de illis eorumque totis tenoribus specialis, expecifica, expressa et indiuidua, non autem per generales clausulas idem importantes mentio, seu queuis alia expressio habenda, aut aliqua alia exquisita forma ad hoc seruanda foret, tenores huiusmodi, ac si de verbo

ad verbum ac forma in illis tradita obseruata inserti forent, pro sufficienter expressis habentes, illis alias in suo robore permansuris, hac vice dumtaxat, harum serie motu et scientia et potestatis plenitudine predictis specialiter et expresse derogamus, Contrariis quibuscumque. Seu si inquisitoribus et judicibus predictis, vel quibusuis aliis communiter uel diuisim, ab eadem sit sede indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam, ac de verbo ad verbum, de indulto huiusmodi mentionem.

26 Volumus autem quod si earumdem presentium publicatio intra dictos Quattuor menses, vt prefertur, non fiat, ipsis elapsis, dicte littere pro vere publicatis habeantur, in ipsis presentibus comprehensi statim dictis Quattuor mensibus elapsis, quoad forum temporale, ipsarum litterarum effectu gaudeant et potiantur; et si publicatio fiat, et intra dictos Quindicim dies ad deputationem Confessorum, vt prefertur, non deueniatur, possint in presentibus litteris comprehensi intra dictos decem dies cuicumque Rectori cuiuscumque parrochialis ecclesie, vel Religioso cuiusuis ordinis, in aliquo monasterio seu conuentu dictorum Regnorum, etiam extra suam diocesim existenti, confessionem predictam facere, ipseque Rector seu Religiosus confitenti cedulam seu scripturam modo supradicto dare, que confessio et cedula sic facta eundem effectum faciat quem faceret confessio ipsis deputatis Confessoribus, et cedula per ipsos Confessores, vt prefertur, facta. Quodque si aliquis ex hiis, qui in eisdem presentibus litteris comprehenduntur, extra Regna prefati Johannis Regis fuerit, etiam si inquisitus aut condennatus fuerit, confessionem proprio Rectori vel alteri sacerdoti noto intra Decem dies a die notitie earundem presentium faciendam, etiam absque eo quod presentes ibi publicentur, effectu ipsarum gaudeat et patiatur.

Si venia Clementis felicis recordationis sit publicata Sanctissimus Dominus noster papa Paulus intendit quod habeat effectum, et nuntius perficiat siquid remanet exequendum: et propterea eo casu nihil est innouandum, et sic cessant infrascripta. Si autem nondum est publicata, reuocetur Bulla ut supra est scripta sub nomine Pauli.

Isto entendem estes auditores se la este perdão não he ja publicado; e auisamos que entendem por publicação ser notificada aos perlados.

E nisto de publicada e notificada e nota a todos não fazem deferença. Se a V. A. acepta decrare isto co nutio, por que se ca não apeguem a isto; e uenha com a mão do nutio asinado tudo o que he feito, pera que seja craro. En noso poder fica o proprio pollo não negarem.

Dom anryq. m. *Dom M. de portugal primaz Arc. do Funchal*[1].

Resoluções dos commissarios pontificios, ácerca da Inquisição (*a*).

.....

Bulla da inquisição que concedeo o papa Clemente.

Clemens episcopus seruus seruorum Dei dilecto filio Didaco de Silva, ordinis Minorum Sancti Francisci de Paula professori, salutem et apostolicam benedictionem.

Primus articulus Cum ad nihil magis nostra aspiret intentio quam ut fides catholica, nostris potissime temporibus, ubique floreat et augeatur, et omnis heretica prauitas a Christi fidelibus nostra diligencia procul pellatur, ac ipsorum fidelium animas Deo lucrifaciamus, libenter operam vigilem impendimus vt diabolica fraude decepti ad aulam dominicam reuertantur, ac cunctis erroribus extirpatis eiusdem fidei zelus et observantia in ipsorum corda fidelium fortius imprimatur, et siqui animorum peruersitate ducti in eorum damnato proposito perseuerare maluerint, taliter in illis animaduertatur quod eorum poena aliis sit in exemplum.

II Cum itaque, vt ex fidedignorum relatione plurimorum nobis displicentur innotuit, in plerisque partibus Regni Portugalliae et Dominiis charissimi in Christo filii nostri Joannis,

[1] Arch. Nac., Gav. 2, Maç. 2, n.° 6. *O documento n.° 23 do mesmo maço é um summario em portuguez deste projecto de Bulla.*

(a) Vide a nota a pag. 190.

Portugalliae et Algarbiorum Regis illustris, nonnulli ex haebraica perfidia ad christianam fidem conuersi, christiani noui nuncupati, ad ritum judaeorum a quo discesserant redire, et alii, qui hebraicam sectam numquam professi sunt, sed ex christianis parentibus sunt procreati, ritum judaeorum huiusmodi obseruare, ac alii lutheranam et caeteras damnatas hereses et errores sequi, ac sortilegia heresim manifeste sapientia instigante humani generis inimico committere non uereantur, in grauissimam Diuinae maiestatis offensam et orthodoxe fidei scandalum, necnon animarum salutis perniciem ac irreperabile detrimentum:

III Nos, ne huiusmodi pestes in perniciem aliorum sua uenena diffundant, opportunis remediis, prout nostro incumbit officio, prouidere uolentes, Te, de cuius prouidentia rectitudine experientia et doctrina idem Johannes Rex per Oratorem suum nobis fidem fecit, et de quo propterea plurimum confidimus, in nostrum et apostolicae sedis comissarium ac super praemissis inquisitorem in regno et dominiis predictis authoritate apostolica tenore presentium constituimus et deputamus.

IIII Ac tibi contra eos, qui ad christianam fidem conuersi ad ritum judaeorum redierunt, et contra ex christianis parentibus procreatos ritum judaeorum seruantes, ac alios luteranae et aliarum heresum sectatores, necnon sortilegia manifestam heresim sapientia committentes, illorumque sequaces fautores et defensores, ac illis auxilium consilium uel fauorem, directe uel indirecte, publice uel occulte, praestantes, cuiuscunque status gradus ordinis conditionis uel praeeminentiae fuerint, una cum Locorum Ordinariis in casibus in quibus de iure interuenire debent, si legitime requisiti interuenire uoluerint,

V Alioqui sine eis, iuxta tamen canonicas sanctiones, inquirendi, praecedentibus sufficientibus inditiis ad capturam procedendi et eos carceribus mancipandi, et finalem sententiam contra eos proferendi, ac delinquentes iuxta canonicas sanctiones et sanctorum patrum instituta, prout qualitas excesuum exegerit, poenis debitis afficiendi;

VI Et si ipsi Ordinarii prius inceperint nihilominus etiam tu cum eis te intromittere et procedere possis, omnesque officiales, videlicet, Procuratorem Fiscalem ac Notarios publicos et alios ad praemissa necessarios, etiam clericos siue religiosos cuiuscunque ordinis fuerint, una cum locorum Ordinariis uel sine eis, prout ordo iuris postulat et utilitas exegerit, adhibendi, ac eos ut onus inquirendi et alia praemissa prout ad eorum officium respectiue spectauerit faciendi, etiam superiorum suorum licentia super hoc minime requisita, acceptent et subeant in uirtute sancte obedientiae praecipiendi ;

VII Et si necesse fuerit aliquem clericum propter praemissa degradari, Episcopos, ut degradationi huiusmodi una cum Ordinariis interueniant, in uirtute sanctae obedientiae monendi, ac contradictores quoslibet et rebelles iuris remediis compescendi, ac auxilium brachii secularis inuocandi :

VIII Necnon ad ueritatis lumen redire aut huiusmodi hereses et errores abiurare uolentes, si alias elapsi non fuerint, recepta prius ab eis heresis et errorum huiusmodi abiuratione publice facienda, prestandoque per eos desuper iuramento quod talia deinceps non committent, nec talia uel alia hiis similia committentibus seu illis adherentibus auxilium consilium uel fauorem per se uel alium seu alios prestabunt, et alias in forma ecclesiae consueta, ab his et quibusuis censuris et poenis ecclesiasticis, quas propterea incurrissent, etiam si uidebitur iniuncta eis publica poenitentia, absoluendi, ac ad ecclesiae gremium ac unitatem restituendi et reponendi :

IX Necnon ad nostram et dictae sedis gratiam et benedictionem recipiendi, ac poenas iuris limitandi, omniaque alia et singula, quae ad huiusmodi hereses et errores ac sortilegia refrenanda et radicitus extirpanda opportuna esse quomodolibet cognoueris, et ad officium inquisitionis huiusmodi tam de iure quam consuetudine pertinent, faciendi gerendi ordinandi exercendi et exequendi :

X Necnon alias ecclesiasticas personas idoneas literatas et Deum timentes, dummodo sint in Theologia Magistri, seu in altero iurium Doctores seu Licenciati, aut ecclesiarum Cathe-

dralium Canonici, aut alias in ecclesiastica dignitate constitutae, quoties opus esse cognoueris, assumendi et surrogandi, et assumptas amouendi, et alias similiter qualificatas earum loco surrogandi, quae pari iurisdictione facultate et auctoritate quibus tu fungeris fungantur, plenam liberam et omnimodam facultatem concedimus.

XI Non obstantibus felicis recordationis Bonifacii Papae VIII, praedecessoris nostri, qua cauetur ne quis extra suam ciuitatem uel diocesim, nisi in certis exceptis casibus, et in illis non nisi ultra vnam dietam, a fine sue diocesis ad iudicium euocetur, seu ne judices a Sede praedicta deputati extra ciuitatem uel diocesim, in quibus deputati fuerint, contra quoscumque procedere, aut alii uel aliis uices suas committere praesumant, et de duabus dietis in Concilio generali edita, ac aliis constitutionibus et ordinationibus apostolicis contrariis quibuscunque. Aut si personis praedictis, uel quibusuis aliis comuniter uel diuisim, a dicta sit sede indultum quod interdici suspendi uel excomunicari, aut extra vel ultra certa loca ad iudicium euocari, non possint per literas apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem, et quibuslibet aliis priuilegiis indulgentiis et literis apostolicis, sub quibuscunque tenoribus et formis concessis, per quae presentium literarum et uestrae iurisdictionis in praemissis exequutio quomodolibet impediri uel differi possit, quae quoad hoc ipsis aut alicui eorum nullatenus suffragari posse vel debere decernimus. Datum Romae, apud Sanctum petrum, Anno incarnationis Dominicae Millesimo quingentesimo trigesimo primo, Sextodecimo kalendas Januarii, Pontificatus nostri Anno Nono [1].

Hie. Auditor Camerae
Jacob. Symoneta Pisauriensis.

[1] *Apesar de termos já publicado esta Bulla, a pag. 335 do 2.° vol. deste* Corpo, *foi forçoso reproduzil-a aqui para não truncar o documento, e para facilitar o cotejo das disposições primitivas com as alterações propostas agora pela Curia.*

Limitações que fizerão ho Auditor da camara e Simoneta ha Inquisição de clemente: com estas limitações se ha d espidir a bulla.

In bulla inquisitionis per felicis recordationis Clementem VII Serenissimo Regi Portugalliae concessa quinque articuli, videlicet, Quartus, Sextus, Septimus, Nonus et Decimus, videntur in hunc modum reformandi, videlicet:

IIII Circa Quartum articulum. Quod constet in actis de legitima requisitione Ordinariorum, et si per eos steterit quominus uelint interuenire, Inquisitor solus possit procedere, ita tamen quod in quocunque statu causae Ordinarius, si uoluerit interesse, admittatur, non obstante quod prius recusauerit.

VI Circa Sextum articulum. Quod Inquisitores et Ordinarii nullos officiales, et praesertim religiosos, possint deputare nisi necessarios, sub excommunicationis latae sententiae poena, a qua non possint nisi a Summo Pontifici, praeterquam in mortis articulo, absolui.

VII Circa Septimum articulum. Quod requisito Ordinario, si recusauerit, quilibet Episcopus, Duobus Abbatibus uel personis in dignitate constitutis adhibitis, possit exequi.

IX Circa Nonum. Deleatur verbum de consuetudine, et stetur uerbo de iure, in quo continetur etiam omnis laudabilis consuetudo, vel habeatur prius notitia quid importet illa consuetudo.

X Circa decimum articulum. De Bachalariis, dummodo sint creati in Vniuersitate, et attigerint trigesimum annum.

Vltra Bullam uidentur addendi etiam duo alii articuli, videlicet:

Primus, de bonis ultimo supplicio damnatorum. Quod per duodecim annos, et deinde ad beneplacitum Sedis apostolicae, non publicentur, sed transeant ad proximiores christianos.

Depois se asentou por dez annos.

Secundus, circa modum procedendi. Attenta promissione Regis, et odio quod a principio conuersionis eorum exarsit in

christianis fidelibus aduersus dictos conuersos et adhuc durat, procedatur ut in aliis criminibus per octo annos, quibus elapsis, precedatur iuxta dispositionem iuris, seruato primo capitulo de bonis non confiscandis, vt in praecedenti articulo.

Depois se asentou por sete annos.

Hie. Auditor Camerae
Ja. Symoneta Pesauriensis.

Capitolos que trouxe dom anrique de meneses pera se aderem á bulla da Inquisição, dos quaes concederam os que não uaom riscados.

Item. Concedatur facultas praefato Inquisitori principali committendi, in totum aut in parte, personis qualificatis secundum formam litterarum, per quas inquisitio fuit commissa fratri Didaco, et quas ipse pro Inquisitoribus deputauerit, reseruatis sibi aliquibus capitulis, videlicet, sententiis finalibus, condemnationibus, et aliis quibuscunque, de quibus sibi bene uisum fuerit; ita tamen quod seruentur quae dicentur in fauorem iurisdictionis Ordinariorum, quae reseruatio censeatur repetita in omnibus capitulis.

Placet

Item. Reuocandi eosdem Inquisitores per eum deputandos, in totum uel in parte, ad eiusdem Inquisitoris Principalis libitum, etiam in negotiis et causis tempore reuocationis huiusmodi per eos inceptis.

Placet

Item. Quod ipsi Commissarii, et per dictum Inquisitorem principalem deputandi inquisitores, possint esse nedum Licenciati in theologia uel in altero iurium, sed etiam Baccalarii, attento quod baccalariatus gradus in hispania non conceditur nisi illis, qui per septenium studuerunt secundum statuta Vniuersitatis.

Placet secundum limitationem articulorum

Quodque difficulter inuenientur tot magistri et doctores qualitatis necessariae negocio, quot necessario requirentur, ex eo quod pauci promouentur ad gradus doctoratus, propter nimias expensas, quae in illis partibus in similibus promotionibus fiunt, *ut in decimo articulo.*

Placet

Item. Quod Inquisitor principalis et ab eo deputandi praefati possint condemnare et absoluere finaliter, ac tortura inquirere; necnon condemnare ad incarcerationem perpetuam et temporalem, et procedere ad traditionem curiae seculari, et reliquum officium inquisitionis exercere, Ordinariis non requisitis nilque illis impartito, nec processibus comunicatis, cum derogatione Clem. prim., De here., et cuiuscunque alterius iuris in hoc casu derogari necessarii [1].

Est data alia forma ut in articulis

Item. Quod incipiente quolibet dictorum Inquisitorum procedere in quocunque casu heresis aut a fide apostasiae contra aliquam personam, quod Ordinarii se non possint intromittere in casu dictae personae, nec de illo cognoscere amplius. Cum derogatione dispositionis tex. in C. Per hoc, De her., in 6.°

Item. Concedatur quod possit procedi contra predictum Inquisitorem et eius Comissarios, appellatione remota etiam ab interloquutoriis sententiis, quia, si daretur appellatio ab interloquutoriis, non poterit iustitia ministrari obstantibus appellationibus.

Item. Quod dictus Inquisitor principalis possit auocare ad se omnes causas dictorum criminum in regnis et dominiis Suae Maiestatis pendentes coram quibusuis iudicibus ecclesiasticis, tam Ordinariis, etiam Episcopis et Archiepiscopis, quam Delegatis, etiam si sint delegati a Papa, vel eius Nuntiis aut Legatis, etiam de Latere, etiam pendentes coram eisdem Nuntiis et Legatis in quocunque puncto et statu, dummodo non sint finaliter decisae; et tamen non poterunt auocare causas, quae super dictis criminibus pendeant coram Prouisoribus, Vicariis et expeditoribus Praelatiarum et Domorum Cardinalis Infantis, et Infantis Domini Enrrici, fratrum germanorum suae maiestatis, ex eo quod ipsi habent in similibus oneribus et officiis personas tantae confidentiae ecclesiarum, quibus similes causae bene possunt committi.

Item. Quod Inquisitor principalis et Deputati possint

[1] *Este capitulo e os quatro seguintes estão riscados.*

absoluere a quibuscunque excomunicationibus et censuris, promulgatis a iure uel ab homine, etiam per bullam in Coena Domini, incursis ob causam dictorum criminum, ac dispensare super irregularitatibus per tales excomunicatos incursis, quia excommunicatione ligati se ingesserunt offitiis diuinis, ac suspensionibus et interdictis ob dictorum delictorum causam.

Item. Quod possint uocare vnum solum Episcopum, etiam si non sit Ordinarius loci, ad deponendum et degraduandum verbaliter et actualiter condemnatos in crimine heresis, qui clerici fuerint, tam in minoribus, quam sacris etiam presbiteratus ordinibus constitutos, in casibus in quibus debuerint deponi et degraduari; qui Episcopus per eos uocatus possit facere dictam depositionem et degraduationem, etiam actualem, cum duobus religiosis cuiuscunque ordinis aut clericis secularibus in dignitate constitutis, quia esset nimis difficile si id fieret per Episcopum Ordinarium, et adiungi plusquam vnum Episcopum.

Placet vt in articulis

Item. Quod dicti Inquisitores deputati possint facere publicas reconciliationes et absolutiones cum solemnitatibus a iure requisitis, absque eo quod ad id requirant Ordinarium aut aliquem alium Episcopum, nisi processum fuerit coniunctim, Tunc enim simul cum Ordinario procedatur.

Placet

Item. Quod Inquisitor principalis possit punire et castigare prout de iure fuerit Inquisitores, et alios quoscunque Inquisitionis Officiales, qui deliquerint, aut in eorum officiis fecerint non debita in eisdem iuxta suorum criminum exigentiam iustitiae; et si tales Inquisitores et officiales religiosi sint ac exempti, cuiuscunque ordinis, etiam mendicantium, non obstantibus quibuscunque priuilegiis et exemptionibus. Et similiter possit compellere religiosos cuiuscunque ordinis, etiam mendicantium, ad acceptandum onus Inquisitionis si sibi apti uideantur, etiam eorum Praelatorum non obtenta uel licentia petita licet non obtenta.

Placet de deputatis ab Inquisitoribus tantum

Cum limitatione ut in articulis

Item. Quod Sanctitas Vestra concedat istas literas cum clausulis derogatoriis, per quas derogetur plenarie quisbuscunque bullis et literis ac priuilegiis, qui istarum effectum et

formam in totum uel in parte impedire possint (specialiter dictis literis per Sanctitatem Vestram concessis sub data Sexto
Placet Idus Aprilis anno 1533, Pontificatus sui Anno Decimo [1]), ac literis suspensionis, per quas suspendit dictam inquisitionem in his regnis concessam, et quibuscunque aliis bullis et literis, quibus plenissime derogetur cum lata et extensa derogatione, etiam iurium et quoruncunque priuilegiorum.

Hie. Auditor Camerae.

Ja. Symoneta Pisauriensis.

Dom M. de Portugal Primaz Arc. do Funchal. *Dom anryque m.* [2].

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1535 — Março 17.

Senhor — Tudo o que neste negocio, a que me Vossa alteza mandou, he passado, e os termos em que sempre esteue des que aquy sou ategora, eu lho tenho escrito tantas uezes e tão largo como a cada cousa compria, sem auer nunca ou muy poucas uezes de vossa alteza reposta; e por isso serya agora cousa muy larga tornal o aquy a escreuer polo miudo, nem saberya, ainda que soubesse certo que vossa alteza se nom enfadarya de o ler: as mynhas cartas passadas o dirão, que vossa alteza deue de ter mandadas guardar; e, se não, os trelados tenho os eu pera, quando me vossa alteza pidir disso conta, lha dar a mylhor qu eu entender e com verdade. Agora, senhor, o negocio he acabado, e o como ou como não o arcebispo, coma quem sabe e entende tudo, e o faz mylhor qu eu, daa disso mais larga conta: e o negocyo he tão longuo, e tem tantos pontos e capitolos, que cuydo que nem ele o poderaa acabar d es-

[1] *No original ha um traço, que corta as tres linhas onde se leem as palavras, que damos em parentheses.*

[2] Arch. Nac., Gav. 2, Maç. 1, n.º 35. *Lê-se nas costas do documento, por letra do Arcebispo:* Limitação da bulla da Inquisição de Clemente e d outros capitolos.

pecificar, e ambos nos remitiremos aos papeis, que disso vossa alteza ueraa. A concrusão de tudo em soma he que vai tudo muy fora de sua uontade e da minha ; e porem crea vossa alteza que foy tão trabalhado e tão aperfiado e tão debatido per nós e per santiquatro, que vos nysso seruyo e o faz em tudo coma uosso natural vassalo, que nom ficou por falta de caualeyrõs o nom ser vossa alteza muito á sua uontade seruydo e como eu quysera. E por tocar alguuns pontos dos principaes, de que se pode dar conta em especial, digo, senhor, que quanto ao perdão nom quyserão o ponto dos relapsos dos conuertidos em portugal, somente os outros fora da conuersão geral de portugal serão por agora perdoados, e se tornarem a pecar serão relapsos achando se que tinhão ja pecado outra uez. Item : que no perdão se nom ponhão bispos etc. senão conformes palavras aa bula da Inquysição, a saber, geralmente perdoa aos contra quem se pede a Inquysição. Item : que o nuncio nom entenda n ysso, e entenda quem vossa alteza quyser, se a bula do perdão ja nom he pubrycada, que então o nuncio a acabaraa d executar. E estyuemos em grandes debates sobre como se entenderya esta pubrycação, porque os judeus tem qua escryto que ja o nuncio o tinha escryto aos perlados, e qua escreuerão que em braga se pubrycára, e noos disto nunca fomos auysados per vossa alteza ; e per cima disso diziamos que, ainda que isso fosse sabydo pelos prelados, nom era feita pubrycação na forma que a bula requere pera o nuncio perpetuar sua jurdição, e que, se per noticia auião de julgar, que ja quando eu vym isto estaua sabydo e notoryo, mas não pubrycado segundo a forma da bula ; e nysto debatemos muito, e santiquatro por noos : em fym qu este ponto ficou assy ; porem, se o nuncio laa nom tem começado, tirar ss aa como na bula vay decrarado, e fal o á quem vossa alteza quyser. Estes são os pontos principaes do perdão.

Item : quisemos logo saber os da Inquysição, e tiuemos nela tantos debates, e tão altercados, que nom he pera crer, porque, cuydando noos de a auer como estaua do papa passado, e acrecentar mais aqueles pontos qu eu trouxe pera boa execução dela, acudyrão estes senhores e Duarte de paz por eles c um preuylegio del Rey uosso pay, que deos tem, confyrmado per vossa alteza, de que lhe mandey o trelado ha quatro ou cynquo meses sem auer a ysso reposta, no qual antre outras muitas cousas diz duas ou tres principaes, a saber, que nom se proceda neste cryme destes judeus senão coma nos outros crymes, a saber, caceres abertos e

dados nomes das testemunhas, e que passados vynte dias nom se possão mais acusar do delyto que fyzerem, e que as fazendas sejão sempre dos filhos ou erdeyros cristãos. Isto, senhor, he a mor cousa do mundo, e o mor agrauo pera mym que pode ser, nom no saber eu de vossa alteza quando me qua mandou, nem me responder a nada cando lho escreuy e mandey o trelado do priuylegiõ pera saber que farya ou que poderya dizer com tal privylegio nas barbas : todauya o debatemos e renhymos canto podémos, e per uentura mais do que deueemos nem sabemos, porque maas razoẽs nunca falecem aos principes nem por eles. Finalmente se determinou que por espaço de oyt anos os caceres fossem coma nos outros crymes, e que, ainda que passem os vynte dias, e duzentos em cyma, sempre se possão acusar, porque isto he fora de toda rezão e contra justiça canonica, e isto he por nós e contra o preuylegio de vossa alteza, que nom podia dar de direito. Item : que per espaço de XII anos as fazendas sejão dos erdeyros cristãos. Noos com esta sentença ja difinitiua aas costas, tornámos ao papa e os mesmos juyzes, que são, ao menos o hum deles, os mylhores da terra, e com santiquatro, o qual esteue nestas finaes determinações co eles por nossa parte per mandado do papa, e alegámos noos e o cardeal muitas rezoẽs pera aquylo nom deuer de ser asy : em concrusão nom nos podeemos d aquylo tudo arrancar. Então o papa onde erão XII anos quys que fossem dez, e dy auante a beneplacito da see apostolica, que isto tambem estaua determinado per eles asy. E sobr ysto me esfandeguey canto pude por tyrar ao menos o beneplacito, e ficar no direito commum, e daua lhes razão a que me nom souberão responder ; e em fym nom quyserão. Item : canto aos caceres abertos tambem lhes daua rezão pera nom serem : em fym nom quyserão. E donde erão oyt anos dymynuyo o papa em sete per sua boca ; e do al que a inquysyção se conceda e vaa á uontade de vossa alteza, somente que os perlados sejão pera ysso chamados, e querendo possão ser presentes, sem derogarem o capitolo Per hoc, De here. Lib. VI. E sobr este ponto esteue o symoneta tão azedo e tão coleryco, como ele he de bom homem e de letrado. E porem, senhor, este ponto asy estaa em castela, e nom querendo vossa alteza que sejão presentes os bispos, eles o nom serão, como se faz em castela cando asy o querem os princepes. O que nos nysto tudo do perdão e da Inquisyção muito danou foy principalmente o preuylegio d el Rey, que deos aja, como acima diguo ; e outro tanto as tyra-

nyas que aquy estão crydas da Inquysyção de castella, a qual tyraryão sa podessem, e por yso nom querem dar posse a vossa alteza d outro tanto azo de fazer o que quyser, ate nom uerem como isto vay procedendo. As mais myudezas e cousas hyrão nas minutas, que o arcebispo manda a vossa alteza, pera ver o que pydymos e o que nos concedem e negão. Nysto nom ha mais que dizer senão que crea vossa alteza que fizemos e trabalhámos nysso canto nos foy posyuel, e santiquatro outro tanto e muito mais em pubryco e em secreto, ate lhe dyzerem outros cardeaes que bem peytado deuya d estar de vossa alteza; mas ele he tão verdadeiro uosso seruydor, que nunca deyxou nysto e em tudo de fazer o que compre e deue a uosso servyço: e certo que he dino de muita honra e merce de vossa alteza, e deue lh a de fazer muy inteyramente, como lhe outras uezes tenho escryto e agora muito mais. Isto, senhor, estaa assy, e nysto nom ha apelar nem agrauar nem outra negoceação nenhuma nem esperança dela. Se o vossa alteza ouuer por seu seruyço, folgarey muito; e, se não, pesar m aa em estremo: e ey me por muito mofyno nom vos seruyr como eu desejo e desejey sempre; mas certo como Deos he Deos a culpa nom he mynha em nada que pera se fazer comprysse. E pois isto asy he, e nysto nom ha outra cousa que fazer nem esperança dysso, beyjarey as mãos a vossa alteza dar me licença pera m yr; e as bulas o arcebispo as faraa mylhor qu eu mais de vagar, que parece ja mal a Deos e ao mundo hum homem com muitas cañs com'eu, e com nome de uosso embaixador, andar tanto tempo em Roma soo e embuçado, que parece ja mais bargantarya mynha que seruiço uosso, e em casa alhea. E certo, senhor, que parecemos ambos mal a todos coma o embaixador do preste joão; porque, cando hum homem uoso cryado ha de vyr fazer alguma cousa de uosso seruyço polas postas, deue ser pera cousa que se leue nas mãos em vynte dias, mas pera tanto aa tyra nom parece ja postas e parece outra cousa. Peço muito por merce a vossa alteza que se syrua de mym em outros cabos e em outras cousas, que hy hauerá muitas pera que eu serey, e nom desejo al senão seruyr uos co a vyda e co alma; mas aquy nom me mande mais estar um soo dya, e me mande loguo hyr, que o auerey por agrauo de vossa alteza e pouca merce e honra, e matar m aa de paixão.

Item: senhor, tambem no al, que vossa alteza mandaua na mynha instrucção, que falasse ao papa de cruzada pera afryca, nom será ja tem-

po ; e, se o for, o arcebispo o fará mylhor de seu vagar. Como he cousa que se nom pede pera loguo se conceder nem auer mester, e a carta qu eu trouxe em latim sobr yso, por ser ja tão seydiça, a mandey a vossa alteza per dom felipe, se ouuer por bem que se dee auerá mester outra mais fresca. Item : nestas cousas desta Inquisição todas falou muitas uezes o embaixador do emperador, e nos ajudou quanto pode. A santiquatro torno a dizer que vossa alteza lhe deue muita merce e muitos agradecymentos : escreua lhe e faça lhe como a muito uosso seruydor que certo vos merece tudo. Isto diguo porque verdadeyramente farya conciencia de o nom dizer, coma de lhe Roubar o seu e sua fama e honra, qu ele tudo põe no tauoleiro por uosso seruyço. Item : senhor, as tres lymytações com que vossa alteza concedia as fazendas polos sete anos ninhuma delas nos receberão, sobre muito e muitas uezes aperfiado, senão que seja como vay polos dez anos : e tudo fundando se no pryuylegio del Rey que Deos aja e de vossa alteza. Item : ao que dizyão por parte de Duarte de paz e dos outros judeus, a saber, que forão cristãos per força e per medo, algumas uezes aleguey que lhes foy dada embarcação etc. Tornavão a reprycar que nela os matavão e Roubavão ; e que uendo aquylo os outros ouuerão por menos mal ficar no reyno coma cristãos. Neste negocio, senhor, sou escandalizado e magoado de tantas cousas que as nom posso nem sey escreuer ; oxala per as dizer a vossa alteza me possão lembrar : mas o que posso agora dizer que muito sinty e synto, afora o não ser vossa alteza per mym muito bem seruydo, he trazerem nos sempre Duarte de paz diante por competydor ; e nom fazemos cousa co estes homens, nem eles com nosquo, nem co papa noos, nem ele com nosquo, de que lhe nom deessem conta antes e depois, cousa tão fora de Razão e de bom emsyno andarmos sempre roçando os ombros com Duarte de paz em cousa e trato d um princepe com outro: porem estes nem são princepes nem nada ; são todos mercadores e batylañs que nom valem tres pretos [1], nem tem trato nem ensyno dysso, nem fazem nada senão por medo ou interesse temporal, que do esprytual nom ha memorya disso. E disto tambem auysey vossa alteza, e do lyvro que estamparão, e nunca a ysso me respondeo. E certo, senhor, se me eu atreuera a me vossa alteza nom culpar, eu me fora por estas duas peças e dyssera primeiro o que cumprya. Não posso perder a

[1] *Isto é*: reaes pretos.

magoa disto e de todo este negocio, a que nom uejo remedio nem negoceação que o possa ja mudar; senão fazer vossa alteza, ou auer por bem, que andem ao cuytelo, e primeiro os que qua sostem e fasem esta bolsa da comuna. E porque eu nom saberya falar nem negocear ja senão desta maneira, porque uejo que a outra nom aporueita, peço outra uez, e cento, a vossa alteza que me nom queyra qua ter mais, e me mande loguo hyr; e pera estar mais nom espere de mym que o possa mais seruyr, porque isto nom tem remedio, e crea me vossa alteza nesta materya que certo, senhor, desejo muito de vos seruir; mas nysto nom pode ser, e por ysso lhe beyjarey as mãos mandar m yr e sem tardança nem dylação, que sou ja uelho e prestarey ainda pera seruyr em outras cousas, e aquy perquo. o corpo e nom ganho a alma, nem cuydo que a poderey saluar estando em Roma. E se me vossa alteza mandasse espydyr do papa n um consistoryo pubryco, de mylhor uontade o farya que negocear mais nada nesta terra. E vossa alteza me perdoe enfadal o tanto com palavras, que de magoado de tudo o faço, e de desesperado do tempo que aquy tenho gastado em vaão, e sem vos poder seruyr como eu desejaua. E porque nom querya mais repryças, concrudo que vossa alteza me mande logo hyr por me fazer muita merce, e syrua se de mym, e não com doutores, senão com outros doutores, que lhes tenhão as peelas co as burlas das letras. Item: per cyma de tudo isto que diguo, posto qu eu nom seja pera dar nysto voz, huma de duas cousas ha vossa alteza de fazer a meu uer: ou, se se descontentar desto que lhe fazem, desobedecer muy inteyramente ao papa, coma Inglaterra, e mandar hyr d aquy seu embaixador; ou, ainda que nom seja muito pera vossa alteza ser contente, vistas porem muitas cousas que nysto ha dũa parte e da outra, todauya aceytal o e tomar posse da Inquisyção, e mandal a fazer santa e justamente, como eu creo que seraa. E co isto, como uyrem que se laa faz como deue, e que nom ha laa luzeyros, d aquy a quatro dias vos darão canto vossa alteza mais quiser, que asy fyzerão a castela, e cada dia e oje em dia fazem cada uez um ponto mais, e ganhão mais terra per breues que se cada uez alcançon. E tambem em castela ouue perdoadas as fazendas por noue anos, e nom auya nynhum preuylegio que os emcontrasse, como fez a noos o de vossa alteza e del Rey, que Deos aja, uosso pay.

Item: senhor, porque nom sey se este teraa outros negocios do arcebispo que despachar com vossa alteza, lhe beyjarey as mãos este que

a mym toca de licença pera m yr m o mandar per outro mais em breue ou per castela: e asy compre tambem ao seruyço de vossa alteza nom estar isto tanto sem concrusão, e nom terdes esse nuncio laa, e nom tardar nysto como fez no outro correo que mandámos, que tardou cynquo meses e catorze dias; e se vyera no tempo que auya de vyr achara o papa passado uyuo, e tyueramos dele mylhor despacho e mais breue. E consyre bem vossa alteza que neste negocio o que nos tem feyto todo o mal, foy o nom aceytar frey diogo da sylua a posse dele, e d y auante sempre nos danarão delações e vagares de nom acudyr ao negocio a seu tempo.

Item: senhor, outra uez escreuy a vossa alteza deste embaixador do preste joaõ, que he ja muita vergonha nossa telo qua, e muito cargo de conciencia nom mandar aquela jente a cristandade que tanto ha que pede. Pol amor de Deos, senhor, que o mande vossa alteza hyr de qua que se quer hyr ja sem licença, que he muito uelho, e chora, e nom quer morrer qua sem fazer nynhum seruyço a Deos nem a vossa alteza, cuja vyda e Real estado nosso senhor acrecente como eu desejo. As nouas de qua, Diogo soarez as pode dizer a vossa alteza mylhor do que lh as eu saberey escreuer, que he homem pera dar de sy boa rezão no que se vossa alteza dele quyser seruyr.

De Roma, a XVII de março, 1535.

Criado de vossa alteza, que suas reaes mãos beyja — *Dom anryque m.* [1].

Breve do Papa Paulo III dirigido a el-Rei.

1535 — Março 17.

Paulus papa III charissimes in christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem.

Inter caetera ad nostrum pastorale officium spectantia non ignoramus illud a nobis praecipue attendi debere, Regibus scilicet atque Prin-

[1] ARCH. NAC., Gav. 2, Maç. 5, n.º 55. — *Diz o sobrescripto*: A elRey nosso senhor — *e uma cota contemporanea*: 1.ª de dom Anrique de menezes sobre o negocio principal, de XVII de março, que trouxe o criado do arcebispo do funchal.

cipibus Christianis, quos Deus ad laudem bonorum ac malorum penam instituit, quantum in Domino possumus gratificari, Ita tamen ut nihil de christiana in pauperes pietate, qui ad hanc sanctam sedem salutis omnium portum confugiunt, omittamus: Hinc est quod Nos a Venerabili fratre Martino, Archiepiscopo Funchalensi Indiarumque Primate, ac Dilecto filio Henrico de Menesio, Maiestatis tuae oratoribus, super negocio nouorum christianorum in isto Regno degentium, tam praeteritorum eorum criminum ueniam quam futurorum, si contigerit, Inquisitionem concernente, quod coram felicis recordationis Clemente VII, praedecessore nostro, diu agitatum est, sepe interpellati, ac ut in eo Maiestati tuae plenius satisfaceremus omni studio requisiti, nihil praetermisimus quo et Regiae Maiestatis tuae ratio haberetur, et clamori nihilominus ac gemitui pauperum aures misericordiae nostrae paterent. Quod, si eidem tuae forsan Maiestati videbitur in praemissis sibi minus quam uoluisset, ac per suos requisset satis esse factum, Id minime tamen propensae nostrae erga Maiestatem tuam, quae semper nobis cordi est, uoluntati adscribendum putet, qui nihil optamus aliud magis quam petitionibus suis omnibus, quoad fieri potest, benigne assentiri. Verum hoc ob id factum esse sciat quod ubi de iuta ac bonis agitur, dicente Domino « misericordiam uolo et non sacrificium », pietatis quam vltionis partes sequi malle debemus. Deinde, quia Neophiti isti conuentiones et pacta cum clarae memoriae genitore tuo a prima eorum conuersione inita, et per celsitudinem tuam postea confirmata, quorum quasi clipeo in hunc usque diem libere uixerunt, nobis per suum certum nuntium obtulerunt, Quae, licet in ea parte, qua a sacris canonibus dissentire uidebantur, per se rata esse non debuissent; Cum tamen fidem Regiam, qua nihil sanctius obligarent, et fidei uestrae simul et eorum saluti consulendum esse censuimus. Quae cum ita sint Maiestatem tuam plurimum hortamur in Domino ut piam hanc ueramque excusationem nostram accipere, necnon capitula desuper discussa et per nos probata, quae nuper ad eam per manus Venerabilis fratris Marci Episcopi senogalliensis, nostri et apostolicae sedis apud eandem Maiestatem tuam Nuntii, ac etiam oratores suos misimus rata habere, ac eis, quando aliter, sicuti ex eorundem litteris intelliget, saluo nostro et apostolicae sedis honore concedi non poterant, libenter acquiescere non grauetur. In quo certe Maiestas tua rem Deo acceptam et nobis gratam, ac demum se suaque ac Genitoris sui fidedignam fecisse, et nos Regno suo magis in

dies ac magis consuluisse cognoscet, prout etiam eadem Maiestas tua ab eodem Nuntio nostro intelliget, cui fidem super his indubiam habere uelit.

Datum Romae, apud Sanctum Petrum, sub annulo piscatoris, Die XVII Martii MDXXXV, Pontificatus nostri anno primo — *Blosius* [1].

Breve do papa Paulo III dirigido ao nuncio bispo de Senigaglia.

1535 — Março 17.

Paulus papa III Venerabilis frater salutem et apostolicam benedictionem.

Dudum, postquam felicis recordationis Clemens papa VII, predecessor noster, omnes et singulos istic de heresi et a fide apostasia culpabiles seu suspectos, certis tunc expressis modo et forma, per quasdam sub plumbo absoluerat et seu absolui mandauerat, et deinde per alias in forma breuis litteras statuerat et ordinauerat quod litterae absolutionis predictae in omnibus et per omnia eam vim et auctoritatem haberent, ac si publicatae essent, Nonnullas responsiones hoc negocium concernentes nobis pro parte charissimi in christo filii nostri Johannis, Portugalliae et Algarbiorum Regis illustris, per eius Oratorem presentatas, nonnullis viris doctrina integritate grauitate et experientia decoratis examinandas tradidimus, ea intentione ut habita illorum relatione in hoc negocio procederemus ; decensque et conueniens esse censentes ut interim ipsum negocium in eo statu, in quo tunc erat, maneret, fraternitati tuae ne uigore predictarum, aut quarumuis aliarum litterarum a prefato Clemente predeces-

[1] ARCH. NAC., Maç. 25 de Bullas n.° 30, *e traduzido em vulgar, na* Gav. 2, Maç. 2, n.° 13. *A fol. 455 do Tom. 31 da* Symmicta Lusitanica, *depois da cópia deste breve (que forma o documento n.° 18 junto ao Memorial dos christãos novos) lê-se o seguinte:* R. Dne. Blosi, Praemissum Breue fuit heri sero per me lectum Sanctissimo Domino nostro, presentibus Dominis Auditore Camerae et Episcopo Pisaurensi. Approbauerunt omnes. Dominatio vestra proponat Sanctissimo Domino Nostro et expediat. — Fr. A. Cardinalis Sanctorum Quatuor.

sore emanatarum, vniuersis uero et singulis de heresi et a fide apostasia culpabilibus seu suspectis predictis ne modo aliquo litteras absolutionis predictas publicare, aut si publicatae forent eis uti, Inquisitoribus autem hereticae prauitatis ne uigore litterarum per ipsum Clementem predecessorem super eorum deputatione concessarum, Ordinariis uero ne facultatis eis a jure uel consuetudine concessae vigore aliquem ex dictis culpabilibus uel suspectis molestare praesumeret, donec aliud a nobis ordinatum esset, per quasdam nostras in forma breuis litteras, sub data XXVI Nouembris, Pontificatus nostri Anno Primo, inhibuimus, Volentes ut siqui carceribus mancipati inuenirentur, nisi relapsi essent, circa quos nil renouare intentebamus, data idonea de eis in dictis carceribus totiens quotiens per eos ad quos spectaret desuper requisiti essent, representan. et si eorum bona in manibus fisci deuenissent aud ad eius instantiam sequestrata essent, absque aliqua cautione relaxarentur, prout in singulis litteris predictis latius continetur. Cum autem postmodum viri praedicti, discussis et mature consideratis per eos responsionibus huiusmodi et aliis quae consideranda erant, litteras absolutionis huiusmodi per dictum praedecessorem, ut praefertur, concessas executioni debitae esse demandandas nobis retulerint, Nos, executionem huiusmodi omnino fieri uolentes, Fraternitati tuae per presentes committimus et mandamus quatenus ad executionem dictarum absolutionis litterarum iuxta illarum tenorem in omnibus et per omnia procedas, per inde ac si earum executionem per dictas litteras non suspendissemus. Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis ac litteris inhibitoriis huiusmodi, quarum tenores hic pro sufficienter expressis haberi uolumus, ceterisque contrariis quibuscunque.

Datum Romae, apud Sanctum Petrum, sub Annulo Piscatoris, die XVII Martii MDXXXV, Pontificatus nostri Anno Primo — Blosius [1].

[1] *Cópia contemporanea no* ARCH. NAC., Maç. 14 de Bullas, n.° 3.

Breve do Papa Paulo III.

1535 — Julho 20.

Paulus papa tertius ad futuram rei memoriam.

Cum, sicut accepimus, licet tempore clarae memoriae Emmanuelis, dum viueret, Portugalliae et Algarbiorum Regis, Judaei in regnis et dominiis dicti Emmanuelis Regis tunc commorantes ad fidem Christi conuersi fuerint, et ab eo tempore citra tanquam Christiani vixerint; nonnulli tamen eorum aemuli aliquos ex eis tanquam Judaizantes, aut alias a fide catholica apostatantes penes locorum Ordinarios et forsan haereticae prauitatis Inquisitores accusent aut deferant, seu alias molestent; et propterea quod fautores haereticorum, ac eis consilium vel fauorem praestantes, iisdem poenis, ut per sacros canones sancitum est, plectantur, etiam patres, fratres, filii et alii, etiam consanguinitatis aut affinitatis vinculo eis non coniuncti, illorum qui super suspitione haeresis accusantur, seu deferuntur, patrocinium suscipientes, tanquam haereticorum fautores, aut eis consilium, auxilium, vel fauorem praestantes aliquando molestentur, vnde succedit quod de crimine haeresis huiusmodi accusati, aut delati, etiam si innocentes sint, indefensi remanent: Nos, volentes nemini defensionis munus, quod de iure naturae est, tolli, motu proprio et ex certa nostra scientia omnes, et singulos vtriusque sexus laicos, nec non clericos etiam quacunque dignitate, aut alia quauis praeeminentia, authoritate, et potestate fulgentes pro quibuscumque, qui ex Judaismo ad fidem Christi conuersi fuerunt, eorumque filiis, ac vtriusque sexus descendentibus, tam apud charissimum in Christo filium nostrum Joannem, Portugalliae et Algarbiorum Regem illustrem, illiusque officiales, ac alios quoscunque in regnis et dominiis praedictis, et extra illa, etiam in Romana curia patrocinium suscipere, eisque in iuditio et extra consilium, auxilium, et fauorem patrocinando, consulendo, fauendo praestare, illorumque defensionem, tutelam, et patrocinium accipere libere et licite posse, nullamque, praemissorum occasione, infamiae notam, aut inhabilitatis maculam, aut alias poenas incurrere, ac omnia et singula ad eorum defensionem quo-

modolibet opportuna, et requisita per se, vel alios facere, gerere et exercere posse, dummodo de crimine huiusmodi accusati aut delati, vel inquisiti non fuerint, decernimus et declaramus: districtius inhibentes omnibus et singulis Archiepiscopis, Episcopis, et aliis Praelatis, eorumque in spiritualibus et temporalibus Vicariis, ac aliis officialibus, necnon Inquisitoribus et iudicibus quauis authoritate et praeeminentia fulgentibus, sub excommunicationis, suspensionis et interdicti sententiis, et beneficiorum ac officiorum priuationis poenis eo ipso, si contrauenerint, incurrendis, ne quominus dicti ad catholicam fidem conuersi, illorumque descendentes patronos et defensores suscipere, ipsosque ad curiam Romanam, et alia loca mittere, ac omnia alia illorum defensionem concernentia libere et sine aliquo impedimento facere et gerere, quouis quaesito colore turbare aut impedire audeant vel praesumant. Joannem vero Regem praedictum in Domino hortantes et requirentes ne pro sua in hanc sacrosanctam Sedem deuotione, ac reuerentia ad fidem Catholicam conuersos huiusmodi, illorumque descendentes praedictos, quominus omnibus in praesentibus literis comprehensis gaudere possint et valeant, impediri patiatur et permittat. Decernentes quoque easdem praesentes literas de surreptionis vel obreptionis vitio seu intentionis nostrae defectu notari, vel impugnari non posse, nec sub quibusuis reuocationibus, modificationibus, limitationibus et suspensionibus quarumcunque similium, vel dissimilium literarum, ac etiam per nos et sedem eandem factis et faciendis nullatenus comprehensas, sed ab illis semper exceptas esse, et quoties reuocatae, vel limitatae fuerint, toties in pristinum, et eum in quo ad praesens existunt, statum restitutas et reintegratas existere. Et sic per quoscunque, tam ordinaria quam delegata et mixta authoritate fungentes, iudices et personas vbique iudicari, cognosci ac decidi debere, sublata eis et eorum cuilibet quauis aliter iudicandi, cognoscendi, ac decidendi facultate. Necnon irritum et inane quidquid secus super his a quocunque quauis authoritate, scienter vel ignoranter, contigerit attentari. Et nihilominus venerabilibus fratribus nostris Archiepiscopo Tranensi et Episcopis Vigorniensi et Pisauriensi mandamus, quatenus ipsi, vel duo aut vnus eorum per se, vel alium seu alios, authoritate nostra faciant praesentes literas, et in eis contenta quaecunque, plenum effectum sortiri, omnesque, qui in ipsis literis comprehenduntur, earum effectu pacifice frui et gaudere; nec permittant eorum quemquam desuper contra earumdem praesentium

tenorem quomodolibet molestari, impediri, aut inquietari: contradictores quoslibet et rebelles, ac defensionem huiusmodi quomodolibet in dictis regnis, et extra ea impedientes, cuiuscunque dignitatis, status, gradus, ordinis, vel conditionis existant, etiam per quascunque, de quibus eis placuerit, censuras et poenas, appellatione postposita, compescendo, et ad hoc si opus fuerit inuocando auxilium brachii secularis. Non obstantibus piae memoriae Bonifacii Papae Octaui, similiter praedecessoris nostri, de vna, et in concilio generali de duabus dietis edita, aliisque Apostolicis ac generalibus vel prouincialibus constitutionibus et ordinationibus, statutis quoque et consuetudinibus, etiam iuramento, confirmatione Apostolica, vel quauis firmitate alia roboratis, necnon priuilegiis, indultis ac literis Apostolicis, etiam in forma Breuis, per quoscunque Romanos Pontifices praedecessores nostros, ac nos et Sedem Apostolicam, etiam motu proprio et ex certa scientia, ac de Apostolicae potestatis plenitudine, et cum quibusuis irritatiuis, annulatiuis, cassatiuis, reuocatiuis, praeseruatiuis, exceptiuis, restitutiuis, declaratiuis, mentis attestatiuis, ac derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficacioribus, efficacissimis et insolitis clausulis quomodolibet, etiam pluries, nunc et pro tempore concessis, confirmatis et innouatis, quibus etiam si pro illorum sufficienti derogatione de illis, eorumque totis tenoribus specialis et indiuidua, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes mentio, seu quaeuis alia expressio habenda, aut exquisita forma seruanda foret, et in eis caueatur expresse quod illis nullatenus derogari possit, illorum ac omnium et singularum literarum praefatarum, et quarumcunque scripturarum, occasione praemissorum quomodolibet confectarum, tenores praesentibus pro sufficienter expressis, ac de verbo ad verbum insertis, necnon modos et formas ad id seruandas pro in indiuiduo seruatis habentes, illis alias in suo robore permansuris, harum serie specialiter et expresse derogamus, caeterisque contrariis quibuscunque.

Datum Romae, apud sanctum Marcum, sub annulo Piscatoris, die vigesimo Julii millesimo quingentesimo trigesimo quinto, Pontificatus nostri anno primo [1].

[1] *Impresso no* Collectorio das Bullas do Sancto Officio *fol.* 37 *v.*

Breve do Papa Paulo III dirigido a el-Rei.

1535 — Julho 26.

Paulus papa III charissime in christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem.

Non dubitamus iam tuae Serenitati auditam esse de indigna ac miserabili nece bonae memoriae Joannis Episcopi et Cardinalis Roffensis, tuamque Maiestatem, ut est omni pietate conspicua et excellens, cum dignitate et sanctitate hominis, tum genere ipso et causa mortis uehementer fuisse commotam. Nam, siue Episcopalem et Cardineam dignitatem, in qua Sancti Apostoli referuntur, siue genus mortis per Carnificem, siue causam ueritatis et iustitiae, pro qua ille vir sanctissimus occubuit, consideramus, omnia eiusmodi sunt ut, sicut ab impiissimo profecta sunt, ita pientissimi Regis animum et aures grauissime offendere debeant. Ac si uelimus Maiestati tuae commemorare initia et causas, quibus Henricus Angliae Rex in tot scelera prolapsus est, superuacanee quidem id faciamus, cum omnia tibi haud minus quam nobis nota sint, et molestissima etiam fuerint ob tuam cum Serenissimis Imperatore et Rege Romanorum affinitatem, quorum Materteram ipse Henricus vxorem suam per viginti amplius annos cum dispensatione Sedis apostolicae habitam, proleque etiam ex ea suscepta, postmodum, ducta in vxorem Anna adultera, a se indignissime separauit. Unde omnium quidem malorum initium et origo, dum Henricus Adultera potiri nescit nisi Regina Contempta, enim duorum Regum Matertera Regisque Catholici filia, ipsam Annam multo inferiori atque humiliori genere propria sua temeritate vxorem duxit, praetextu quidem masculae habendae prolis, Verum, quod notum omnibus est, uesano amore correptus. Cumque haec et Sedi Apostolicae et bonis omnibus displicerent, vt debebant, ille statim hinc Romani Pontificis potestatem ac primatum, sub quo tot seculis Regnum Angliae fuit, cuius etiam Reges illud Sedi apostolicae Tributarium fecerunt, negare et diffiteri cepit. Inde quotquot improbarent ductionem Adulterae capi, uexari, carcereque et ultimo supplicio affici fecit. Atque hanc eius impietatem toto

hoc triennio patienter tulit vniuersa christianitas et haec Sancta Sedes apostolica, Quae, licet illum Regem Feudatarium habeat, pastorali tamen clementia tolerauit haec tam indigna, et resipiscentiam ipsius Henrici in dies sperando patienter expectauit. Quod quam irritum cesserit haec nouissima declarant. Cum enim nos in ea Cardinalium creatione, quam proxime habuimus, ipsum Roffensem, ad ornandam eius virtutem et Sanctitatem, in numerum Cardinalium rettulissemus, sperantes eam dignitatem, quae ubique haberi solita est sacrosancta, non solum non ad perniciem sed ad salutem et liberationem eius esse ualituram. In hac re Henricus similem se esse uoluit tum sui, qui multos alios simili ex causa necauit, tum Henrici secundi progenitoris sui, cuius odio et persecutione beatus Martir Thomas Episcopus Cantuariensis occubuit. Nec tantum hic Henricus illius impietatem rettulit, uerum etiam longe superauit; ille enim unum, hic multo plures; ille unius et particularis, hic vniuersalis Ecclesiae iura tuentem; Ille Archiepiscopum, hic etiam Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinalem neci tradidit; ille illum exilio extrusit, iste hunc diutissimo carcere macerauit; ille percussores immissit, iste Carnificem; ille uiolenta tantum morte, iste etiam turpi supplicio Sanctum domini affecit; Ille denique purgare se Alexandro III.° conatus est, culpam in alios reiecit, penitentiam sibi a Romano Pontifice impositam humiliter suscepit, hic obstinatissimo animo factum sceleratum tuetur, non solum non ductus penitentia, uerum peruicax et rebellis hostisque factus, non quia unquam laesus a Romana Ecclesia, a qua etiam titulo defensoris fidei decoratus est, quem ipse titulum ingratissime ad offensionem fidei retorsit, sed quia eam multipliciter laesit atque acerrime. Cum igitur, fili charissime, Sancta Romana et vniuersalis Ecclesia magno uulnere, dedecore, ignominia, uiolata sit, patientiaque eius nouas semper Henrici iniurias prouocauerit, necessarioque cauterio uti, una cum venerabilibus fratribus nostris Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinalibus decreuerimus ad tuam Maiestatem, quae cum suis progenitoribus semper iustitiam, probitatem, religionem coluit, et hanc Sanctam Sedem, cuius honorificentissimum membrum fratrem suum habet, semper filiali obseruantia reuerita est, confugimus, tuam opem, auxilium et fauorem in tantis Ecclesiae iniuriis implorantes, Teque per uiscera misericordiae Domini nostri Jesu Christi enixe obsecrantes ut cum uia iuris et iustitiae dictum Henricum censurarum contemptorem, atque in illis ultra biennium insordescentem, hereti-

cum, Schismaticum, adulterumque notorium publicum homicidam et sacrilegum, rebellem et criminis laesae Maiestatis multipliciter reum, proptereaque dicto Regno a iure ipso priuatum declarare intendamus, Tu cum Principibus caeteris, quorum opem pariter aduocauimus, executioni iustitiae faueas, sicut speramus Te pro optimi Principis officio esse facturum. In quo quidem tua Maiestas non solum Deo omnipotenti in defensione Ecclesiae suae Sancta gratum praestabit obsequium, uerum etiam Serenissimis Caesari et Regi Romanorum tuis affinibus, cum quibus pariter tua Maiestas ab Henrico uiolata est, rem faciet gratissimam, Sicut haec plenius ex Nuntii apud te nostri uerbis ac tuorum apud Nos oratorum litteris intelliges.

Datum Romae, apud Sanctum Marcum, sub annulo piscatoris, die XXVI Julii MDXXXV, Pontificatus Nostri Anno Primo — *Blosius* [1].

Carta de el-Rei a D. Henrique de Menezes.

.....

Dom Anrique amigo, Eu el Rey vos envio muyto saudar.

Por outras cartas, e principalmente por esta deradeira que veyo com a Resoluçam e detriminaçam, que o papa tomou sobre o perdam dos christaõs novos e Imquisiçam, a que vos enviey, me emviastes pedir por merce que vos mandase vyr de laa, por verdes que nos negocios a que vos enviey me nom podies asy bem servir como eu desejaua, afora por outras Rezoẽs que me apontaveys; e agora nesta deradeira carta me dizẽs que o fizese por nom aver Remedio pera nenhuum coregimento do que estava feyto. Por as Istruçoẽs que vos envio verẽs o que vos mando que juntamente, dom martinho e vós, falẽs e digaes de minha parte ao santo padre sobre os mesmos negocios, por o aver asy por muyto seruiço de noso senhor e meu contentamento, e por descargo do santo padre. E por iso ey por muyto meu seruiço que sobresejaes em vossa par-

[1] ARCH. NAC., Maç. 17 de Bullas n.º 5. *No Maço 12 n.º 21, guarda-se uma traducção portugueza deste breve com a data de x de julho.*

tida, e estês la ainda mais tres meses, em que o papa poderá Responder ao que agora lhe mando falar; e no fym deles vos avisarey do que ouuer por meu seruiço que façaes, que espero que será pera vos virdes muyto em booa ora. E por certo ey que vos foy e he causa de muyta paixam nom me poderdes asy bem servir como eu desejava, e que, se fora asy como vós desejaveis, nam sentiriies nenhuuma fadiga nem trabalho de quanto tendes pasado sem aproveitar. Sprita [1].

Carta de el-Rei a D. Martinho de Portugal.

.....

Reverendo in christo padre Arcebispo sobrinho amigo, Eu elRey vos envio muyto saudar como aquele que muyto amo, e de cujo vertuoso acrecentamento muyto me prazeria.

Vy a carta que me sprevestes, que veyo com a Resoluçam que o santo padre tomou no despacho da sopricaçam, que deradeiramente fiz sobre o que tocava ao perdam dos christaõs novos e imquisiçam; e sobre ambas as cousas me falastes nela largamente, asy no pasado como no presente, e muyto volo gradeço. E ey por certo que despacho tam desconforme de minha sopricaçam, tam justa e onesta, e tam conforme ao bem d aquela materia pera noso senhor nela ser asy bem servido, como ele sabe que eu o desejo, nam seria por mingoa de niso nom fazerdes e trabalhardes quanto devies por meu serviço e vos fose posiuel, e quanto vos parecese que podia aproveitar pera eu ser satisfeito em minha sopricaçam; mas que seria por o tempo e o modo, que se la tem nos negocios, vos nom dar mais lugar. Eu acerqua dos mandados do santo padre estou com aquela obidiencia, com que deue estar filho tam obediente como lhe sam; E porem pareceo me bem mandar dizer a sua santidade,

[1] *Minuta sem data no* Arch. Nac., Gav. 2, Maç. 2, n.° 38. *Parece-nos resultar da comparação dos documentos que vamos publicando, que tanto esta como as seguintes minutas pertencem ao periodo em que as collocamos. Cremos que são os despachos que chegaram a Roma no dia 5 de setembro, e a que allude D. Martinho de Portugal na sua carta de 13 do mesmo mez.*

sobre a resoluçam que tomou nestes despachos, o que verês pela Instruçam, que com esta vos envio, pera juntamente vós e dom Anrique lhe falardes e dizerdes da minha parte: o que vos encomendo muyto e mando que, loguo como esta virdes, ambos façaes e insistaes no conteudo na dita minha Instruçam com toda Instancya, e com tanta demonstraçam a sua santidade do que niso diguo e aponto, que veja que nom he outra minha tençam, senam desejar que esta obra se faça de modo que noso senhor seja nela servido como o deve ser. Pero, posto que asy vos diga que o façaes, e mostrês todo desejo na brevidade do despacho, asy o proseguirês e apertarês, que se posa pasar tempo de tres meses sem detryminadamente se tomar conclusão no que agora vos mando que ao santo padre falês, porque, por alguuns Respeitos de seruiço de noso Senhor e meu contentamento, o ey asy por milhor: e o modo que tenhaes pera asy ser escuso vos apontar, porque ey por certo que o tomarês e farês asy como pera este efeito compre a meu seruiço. Sendo porem avisado e tendo grande cautela que ysto, que vos digo desta dilaçam da fynal conclusam trabalhardes por dilatar o tempo dos ditos tres meses, nam soomente a nam digaes a pesoa alguuma, nem o saiba ninguem de vós, mas que se nam posa presumir nem cuydar que o querês, porque o ey asy por muyto meu seruiço. Porem se o santo padre, por isto que agora lhe avees de fallar pella ystruçam que vos emvio, viese em me conceder o que por derradeyro emviey sopricar e pedir que se me fezese, o aceytarês, e espidirês disso as bulas e provisoẽs necesarias, porque asy me averey por muito contente.

Item. Eu Respondo ao Cardeal Santiquatro a huuma carta que me spreveo, que veyo com estes Recados, pela qual muy compridamente me deu conta de tudo o que pasára no negocio des ho começo dele, e o que ele niso trabalhára e fizera, culpando o tempo em alguumas cousas que pasaram, que nom deram lugar a se fazer o que eu queria, E o que agora por deradeiro se fizera, sendo ele presente no despacho por o santo padre o aver asy por bem, e lembrando me alguumas cousas que lhe parecia acerqua do modo que eu devya ter, gradecendo lhe tudo e o amor que mostra nas cousas de meu serviço, e obras que nele faz, asy como ele o merece e he Rezam. E nesta carta lhe digo que eu vos mando e a dom Anrique huuma Istruçam do que ao santo Padre ambos falês, E que vos mando que lh a amostrês porque o ey asy por muyto meu serviço.

E de feyto vos mando que asy o façaes, porque confio dele que, em tudo o que poder aproveitar acerqua do que vos mando que ao santo padre falês pela dita minha Istruçam, folgará de o fazer. Pero da dilaçam dos tres meses, que em cima vos digo, lhe nom darês parte, nem ele o sentirá de vós por modo alguum : e tende niso aquele boom Recado que de vós confio. Nem lhe mostrarês a outra segunda Istruçam, que vos emvio pera vosa enformaçam, e pera o que avees de fazer nos casos nela contyudos.

Item. Se, depois de falardes ao santo padre o que vos mando pela dita Istruçam, vos parecer meu seruiço despachardes este coreo, e me fazerdes saber por ele o que achastes nele, e vos parece de sua tençam e preposito, fazey o e o manday secretamente com yso na brevidade que vos bem parecer ; e, se vos nom parecer necesario, nam o façaes, e o despacharês quando vos parecer meu serviço o fazerdes. E outra tal carta como esta sprevo a dom Anrique. Sprita . . . .[1]

Instrucções aos embaixadores.

. . . . . .

I

Instruçam do que parece que se deue escreuer aos embaixadores del Rey nosso senhor, pera auerem de mostrar ao santo padre da parte de sua alteza, acerqua da bulla do perdão dos cristãos nouos.

Primeiramente que a tençam de sua alteza[2] sempre foy e he fazer-se n esta materia o que mais for seruiço de Deos, e o que mais conuem á saluaçam das almas destes nouos cristãos, e de querer que os mandados de sua Santidade e See apostolica seiam sempre compridos e guardados

[1] *Minuta sem data no* Arch. Nac., Gav. 2, Maç. 2, n.º 22.

[2] *Está emendada para* que minha tençam *etc., e tem identicas mudanças para a primeira pessoa, em todos os logares onde essa alteração é necessaria para poder ser passada a limpo em nome do soberano.*

em seus regnos e senhorios, como filho obediente que he de sua Santidade e da See apostolica; e os inconuenientes e rezõis, que a sua Santidade enuiou apresentar per seus embaixadores, per a dicta bulla do perdão nom auer efecto, nem se executar na forma em que foy concedida pelo santo padre Clemente VII seu antecessor, sam a fim que sua Santidade, melhor enformado do caso, e do que conuem a seruiço de Deos e saluaçam das almas dos sobredictos, queira emendar a dita forma da bula do perdão, e conceder na forma que por parte de sua alteza se pede, por asi lhe parecer que conuem mais a se conseruar a fee chatolica em estes seus regnos e senhorios.

E, segundo ora parece pelo breue que sua Santidade a sua alteza escreueo, e asi pelo que a seu nuncio enuiou, sua Santidade ha por bem que a bula do perdão concedida pelo papa Clemente se dê á execuçam, e que sua alteza, como obediente filho seu e da See apostolica, sempre averá e ha por bem que seus mandados seiam obedecidos, e se cumpram inteiramente em seus regnos e senhorios, como acima dito he. E porem que sua Santidade veia a carga que neste caso quer tomar sobre sua consciencia, porque sua alteza tem inteira enformaçam, asi da calidade desta gente como do seu modo de uiuer, e asi de sua conuersam; e mandou per muitas vezes ver a dicta bula e forma della per prelados e letrados açaz doctos, e de boa fama de vida e consciencia, e que tem experiencia do modo de uiuer e calidade desta gente e de sua conuersam, e em que não cabe suspecta de quererem dizer o que nam deuem, e alguns delles pesoas religiosas; e sempre lhe foy dicto que a forma do dicto perdão da bula do santo padre Clemente VII, da boa memoria, nom era conueniente pera o que compre a seruiço de Deus, e aumento e conseruaçam da fee chatolica, e saluaçam das almas destes nouos cristãos; e que se seguem della muitos inconuenientes, como ja per seus embaixadores e apontamentos de sua parte foy a sua Santidade apresentado: e pelo que sua alteza tem visto e entendido deste caso, nom ousaria tomar sobre sua consciencia auer de dar conta ao sumo deus que tal forma de perdão per seu prazer e consentimento se executára em seus regnos e senhorios. E quando em todo caso sua Santidade asentar que se cumpra a dicta forma de perdão, e asi ouuer por bem, será sobre sua consciencia, porque sua alteza neste caso, como Rey chatolico e muito obediente a sua Santidade e see apostolica, tem feito o que deuia fazer como chris-

tão pela fee de cristo Jesu nosso saluador, que he representar os dictos inconuenientes e causas, pelas quais a dicta bula se nam deuia comprir na forma em que está, a sua Santidade, a quem pertence no caso prouer como vigairo de nosso saluador e senhor Jesu christo; e o desseruiço de Deus e detrimento das consciencias destes, e escandalo do pouo cristão que se disso seguir, nom caregará sobre a consciencia de sua alteza.

E quanto ao que sua Santidade escreue a sua alteza no dicto breue, que lhe enuiou, que estes cristãos nouos per seu certo nuncio lhe pedem este perdam, se diz que, se forem perguntados os cristãos nouos deste regno todos singularmente, não ha nenhuum que diga que enuiase pedir tal perdão a sua Santidade, confesando se por culpado, antes todos negarám serem culpados; nem se crê que o que pede este perdão a sua Santidade tenha poder nem procuraçam desta gente, nem da centessima parte della, per que lhe dem poder pera pedir tal perdão confesando suas culpas; e se tem procuraçam d alguns, dê se o perdão aos que o pedirem nomeadamente, confesando seus erros, e aos de quem elle expresamente mostrar procuraçam pera pedir perdão de taes erros: mas perdoar no foro contencioso da igreja ao que nom pede perdam, nem se quer mostrar á dita igreja por culpado nem arependido, constando á igreia no foro exterior que he culpado, e emcorporallo aa igreia e aa comunicaçam dos sacramentos, temdo certeza de como he ereje e membro apartado, sem teer sabido como he tornado aa fee, como ja foy dito nos outros apontamentos, Parece muito grande incomveniente.

E ao que sua Santidade outro si no dito breue diz, que pello dito seu mesegeiro emviaram os christãos nouos mostrar certos pactos comvenças e priuilegios, que lhes foram comcedidos per el Rey dom manuel, que deus tem, pay de sua alteza, e por sua alteza comfirmados, com seguramça dos quaes se diz que elles atee ora teverão ousadia de pecar, e que a fee Real deue ser firme: nos primeiros annos de sua conuersam, porque podiam pecar por inaduertencia, pouco insino que ainda tinham da fee, e costume em que estavam da obseruancia da ley dos judeus, nam pareceo muito incomveniente comsederem se lhe alguns fauores; mas depois de tamtos annos e tempos que ha que sam christãos, e que os que pecam o fazem per malicia, nam parece que se lhes deuem comceder priuilegios nem liberdades pera lhes dar ousadia de persistirem em seus erros, mas quamto mais fauor lhe foy feito de que mal vsaram, tamto mais se deue ora de

ter modo como ao diamte bem viuam, e do pasado mostrem arrepemdimento e conhecimento, em modo que os fieis christaaõs, que os vyram mal viuer, vejam como mostram apartarem se de seus erros.

Maiormente que dos ditos priuilegios, posto que valiosos foram, o que nam he, e aimda ora duraram, se deueram revogar, pois eram taes que dam ousadia de pecar, E de os ditos christaõs novos persistirem em seus errores; e nam parece que se deles se deuia tomar ocasiom pera per sua Samtidade se comceder tam largo perdam dos ditos erros em tal forma, como he a em que se comcedeo.

E quamdo sua Samtidade esta carga quiser tomar sobre sua comciencia, e mandar que todavia se cumpra a dita bula do perdam na dita forma, nam deue sua Santidade mandar em modo alguum que o nuncio seu, nem outra pesoa alguma estramgeiro que nam seja natural destes Reinos e em elles morador, seja executor da tal bula, porque ysto ha sua alteza por muito graue, e cousa de desseruiço de deos e grande perjuizo de seus Reinos. E seria fazer injuria aos perlados e pesoas eclesiasticas e Religiosas dos ditos regnos, avemdo em elles muitos de grande comfiança de vertudes e letras, E que por experiemcia sabem o que pera o caso compre que se faça. E cometer o semelhante caso a pesoa estramgeyro e nam natural, he fazer nestes Regnos de sua alteza o que se nam fez em outro Regno alguum, porque os semelhamtes cargos sempre a see apostolica cometeo aos naturaes e moradores dos Regnos. E sua alteza espera de sua Santidade, pela grande obediemcia que elle e estes Regnos tem a sua Santidade, e seus antecesores sempre teueram aa see apostolica, graças e fauores especiaes, e nam que se faça especialidade em seu desfauor. Pello qual sua Santidade em todo caso deue cometer todo o que tocar a esta materia, asy do perdam como da inquisição, a pesoas naturaes do Regno e em elle moradores.

E as causas e incomuenientes, per que se nam deuem cometer os taes negocios a pesoas estrangeiros, já foram ditas nos outros apontamentos e per elas se podem vêr. E, alem das que se diseram, ha outras que por onestidade se nam escreuem.

Item. Cumpre a seruiço de deus e bem do pouo que as pesoas, que os taes caregos neste Reyno ham de ter, sejam naturaes e moradores deles, pera que, fazemdo o que nam deuem, posam ser Repremdidos per sua alteza, e tenham temor de cairem de sua graça e lhe ser estranhado,

ho quall temor nam cabe nos estramgeiros: pellas quaes causas em todo caso nam se deue aceptar que sua santidade cometa esta materia, asy do perdam como da inquisiçam, ao nuncio nem a outra pesoa estramgeira; e sua santidade deue dauer por bem nam querer nisto fazer agrauo a sua alteza e a estes Reinos, tam obedientes a elle e á see apostolica.

II

Parece que ho que se deue escreuer aos embaixadores de sua alteza sobre a materia do perdam, que o papa concede aos christãos nouos, e sobre a inquisição que por parte de sua alteza se pede, pera os ditos embayxadores terem pera sua instruçam, e dezerem ao samto padre da parte de sua alteza, he o seguinte.

Item. Primeiramente que elles emviaram a sua alteza huma menuta da forma em que dizem que ora o santo padre comcede o dito perdam, não semdo a bula do perdam do papa Clemente pobricada, Porque, semdo pobricada, dizem que nam emtemde ho samto padre de se mudar dela cousa alguma, mas quer que se execute e aja effeito: e escreuem per cota ao pee da dita menuta que emtemdem os auditores por pobricaçam ser a dita bula de Clemente noteficada aos perlados, E que nisto de pobricada ou noteficada e nota a todos nam fazem defferemça; E que, se Sua Alteza acepta a forma desta menuta, que lhe emvie per maão do nuncio asinado todo ho que he feito, pera que seja claro e nam aja laa niso duuida.

Ao que se Respomde que o nuncio mandou a copia e trelado da dita bula do papa Clemente aos arcebispos e bispos ordinarios do Regno, o que fez sem dar comta diso a Sua Alteza amte que o fizese, a qual cousa, se se ha por pobricaçam, la he jaa isto muito bem sabido por cartas do dito nuncio. E posto que as ditas copias fosem per elle nuncio emviadas aos ditos ordinarios, nam foram porem pobricadas ao pouo nem clerezia nas Igrejas, nem nos Juizos nem em outro alguum lugar pubrico, nem vieram á noticia do dito pouo. E da dita bula de Clemente se não vsou em caso alguum, nem com pesoa alguma, antes ho mesmo nuncio mandou per seus mesmos mandados aos ditos ordinarios que nam publicasem

as ditas letras de Clemente, nem vsasem delas, nem procedesem a execuçam per ellas, nem innouassem por ellas nem contra ellas cousa alguma, como pode ver pello trelado do dito seu mandado, que com esta vay. E por o negocio estar nestes termos atee ora, E nam ser feita outra pobricaçam nem execuçam por a dita bula, parece que estaa em estado que Sua Santidade mais leuemente pode mudar a forma dela, que se jaa fora feita alguma obra de execuçam ou alguma publica publicaçam.

E ser nota a dita bula do perdam a muitos dos christãos nouos, E asy a alguuns dos christaaos velhos, ja dias ha que ho he, e amte que dom amrique deste Reino partise; Porem a tall noticia a mais dela he d ouuida e de fama, e poucos a sabem de vista e certa sabedoria. E pois o negoceo pasa desta maneira, e laa he ysto muito sabido asy por as ditas cartas do nuncio como por outras vias, bem se pode tomar conclusam se ham a dita bula do Clemente por poblicada ou nam.

E porque dom amrique diz em sua carta que, nam temdo o nuncio começado a execuçam da dita bula do papa Clemente, se cometerá o negocio a quem Sua Alteza ordenar, em que vay muito, porque em todo caso nam conuem nem se deue aceptar que a execuçam da bula do perdam, em qualquer forma que venha, se faça per ho nuncio, nem per outro nenhum estrangeyro, como largamente vay dito nos apomtamentos que ora vam; pois ho nuncio nam fez obra alguma de execuçam mais que mandar a copia aos ditos ordinarios, deue se cometer a execuçam da bula do perdam, na forma em que per deradeiro se asemtar que se comcede, aa pesoa que Sua Alteza tem nomeado, e nam ao dito nuncio nem a outro estrangeiro alguum. E nisto se deue insistir per todos os modos posiueis, e dizer a Sua Santidade que Sua Alteza nam espera que Sua Santidade lhe queira fazer agrauo, como se diz nos ditos apontamentos que ora vam.

Item. Deue se ter aduertencia gramde, quando o samto padre quiser mudar a forma da dita bula do perdam do papa Clemente, ao modo e forma em que a muda; Porque a forma desta menuta, que ora ca emviaram, parece em algumas cousas mais larga aos christaãos nouos que a dita bula do papa Clemente nas cousas seguintes, que sam de muita importancia.

A saber: Porque na bula do papa Clemente diz que os comdenados recomciliados relapsos, que se sentirem agrauados, venham ao nuncio

executor pera ouuir suas causas de nouo ; E nesta menuta lhe da juizes a escolher, porque diz que ho agrauado pello Inquisidor se vaa ao ordinario, e ho pollo ordinario ao metropolitano, E o agrauado pollo metropolitano ao ordinario, que pera iso escolher : asy que estes comuertidos de quaremta annos, e seus descemdemtes, tem per esta menuta mais larga faculdade neste passo que pella bulla do Clemente.

Item. Na dita bula do Clemente diz que os comdenados acusados recomceliados, se tornarem a pecar, sejam ponidos como relapsos ; porem, prouamdo que foram comuertidos per força, nam seram castigados como relapsos : E esta menuta enade que posam prouar esta força perante qualquer ordinario que escolherem, o que dará causa pera se poderem fazer as prouas aa sua vomtade.

Item. Na bulla do Clemente diz que os infamados, cuja infamia pervier aas orelhas do nuncio executor dela, nam sejam perdoados per soo comfisam sacramental ; mas sejam obrigados a se compurgar com duas ou tres testemunhas idonias, que escolherem, ou abjurar as eresias e se recomciliar : E ainda no breue, que o dito santto padre Clemente escreueo a Sua Alteza sobre a justificaçam da dita bula, se comthem que os de que ouuer graues sospeitas nam sejam perdoados por soo a dita confisam ; mas sejam obrigados a se compurgar solenemente ou se Recomceliarem abjurando as eresias. E per esta menuta parece que todos os infamados, e os comtra quem ha graues sospeitas, sam perdoados per soo confisam sacramental, saluo quamdo sam comdenados, ou quamdo seus delitos sam em juizo a todos notoriamente prouados. E neste capitulo esta menuta he sem comparaçam muito mais larga aos christãos nouos que a forma da bula do Clemente ; e isto importa muito mais que todas as lemitações, que a dita menuta dá aa bula do Clemente, e parece que se lhe concede nesta o que lhe desfaleceo na dita bula do Clemente.

Item. A dita bula do papa Clemente manda que as causas das escusações se aleguem peramte o nuncio executor : e esta menuta lhe da lugar que estas causas das escusações posam alegar peramte qualquer ordinario que escolherem ; E porem que ho executor as emvie, sob seu sinall e sello, aa see apostolica : e asy lhe dá muito maior largueza.

Item. Na dita bula diz que aos Recomciliados ho executor commute as penitencias, como os inquisidores podem fazer : E nesta menuta diz que aos ditos comuertidos de quaremta annos a esta parte, E a seus de-

cemdemtes Recomciliados, se lhe commutem as penitencias em obras pias secretas.

Item. He mais larga a forma desta menuta em dizer que os que esteuerem fora do regno, do dia que a bulla vier a sua noticia a x dias, comfesamdo se a seu cura ou a sacerdote conhecido, gozem da forma dela, posto que lla nam seja a dita bula pobricada: por as quaes causas nam se deue d aceptar a forma desta menuta.

E segundo parece pellas cartas, que elles embaixadores tem escritas a Sua Alteza, o papa Clemente, que a dita bula primeiro comcedeo, estaua em comceder que se Reuogase a bula do perdam e a da Inquisição, e se tornase a tratar a materia de nouo. E segumdo se ora comcede a inquisição, como parece pellos capitollos que emviaram do que se nam comcede e enade de nouo, he milhor pera ho que cumpre ao seruiço de Deus nam aver hy bula de Inquisição, E os ordinarios procederem em suas dioceses como pellos sagrados canones podem fazer e sam obrigados. E asy seria milhor nam aver hy bula de perdam nem de Inquisição, como o papa Clemente comcedia, se Sua Alteza em isso se determinase; o que noso senhor o samto padre parece que nam deuia negar, se Sua Alteza o pedise, pois o papa Clemente lh o concedia.

E acerca da Inquisiçam na forma em que se comcede pellos ditos capitolos nam se deue aceptar, E, como estaa dito, he mais seruiço de Deus que os ordinarios procedam segumdo forma do direito canonico, porque o capitulo que ora enadem, em que diz que se proceda nestes crimes de eresia por sete annos como nos outros crimes e delictos, abasta pera se nam poder fazer justiça: porque nos outros crimes e delitos no foro ecclesiastico apella se dos bispos pera os arcebispos, e dos arcebispos pera a see apostolica, asi das interlucatorias como das sentenças definitiuas, E aas vezes loguo immediatamente pera a se apostolica das ditas sentenças e interlucatorias; E se nestes crimes de eresia podesem apelar e trazer juizes apostolicos fauoraueis, como se faz nos outros crimes, nam se poderá fazer justiça em modo alguum: e per dereito comuum das sentenças definitiuas, por as quaes os condenados sam declarados por erejes, depois da tall declaraçam nam se pode apelar, posto que das interlucatorias amte da tal declaraçam se apele.

Item. Concede se que lhe sejam os nomes das testemunhas pubricados indistintamente, o que outrosi será causa que nam posa comtra elles

aver testemunhas d aqueles que podem saber a verdade, e tem mais rezam de a saber per familiaridade. E outros incomvenientes se seguem do dito capitulo, avendo se de proceder como nos outros crimes.

E as outras lemitações, que querem dar aa bula da inquisição do Clemente, e tornala aos termos do direito comuum, tolerar se hiam ; mas derogar o direito comuum parece forte cousa, pois Sua Santidade quer que aja inquisiçam.

Acerca das confiscações das fazendas, ja Sua Alteza he comtemte que per espaço de sete anos se nam comfisquem, como ja vay declarado nos derradeiros apontamentos que foram, exceptos certos casos, scilicet, tirando as fazendas dos que manifestamente morerem erejes em suas perfias de judeus ou outros errores. Item : as fazendas dos que *se* absemtarem dos Reinos e Senhorios de Sua Alteza e forem comdenados. Item : as fazendas dos que ora sam absemtes, que nam vierem pedir reconceliaçam em tempo, procedemdo se contra elles segundo forma de direito, e semdo condenados perderám suas fazendas, segundo disposiçam do dito direito. Item : as fazemdas dos que pecarem depois da pobricação da bula e se Recomceliaram, se tornarem depois de Recomceliados a pecar, no que se lhe faz açaz de fauor. Mas comceder se indistintamente que por dez annos se nam comfisquem suas fazemdas, e pasados os x annos ainda ad beneplacitum sedis apostolice, parece causa que dará a estes grande ousadia de pecar, sabemdo que nam perdem suas fazemdas, e que ham de ficar a seus erdeiros.

E, segumdo parece per huma carta do arcebispo dom martinho acerca da forma da bula da inquisiçam, o papa Clemente nam somente comcedia a dita Imquisição na forma em que estaua concedida ; mas ainda queria comceder mais algumas clausulas das que se pedem por parte de Sua Alteza, posto que fosem comtra a desposição do direito canonico : e Sua Alteza nam espera que ora o samto padre comceda menos do que o papa Clemente lhe concedia.

E trazerem se em argumento os priuilegios, que elRey que deus tem comcedeo, pera ora se comceder per Sua Santidade que se proceda nestes crimes de eresia e apostasia de fee como nos outros crimes comtra estes christãos nouos, e que nam percam suas fazendas, nam parece rezam ; porque, posto que os taes forão valiosos e se poderam dar por o dito senhor, o que nam he, e aimda que ora durarão, se deueram Reuo-

gar por serem contra justiça e rezão, e taes que dam ousadia de pecar, maiormente que ainda no tempo que os ditos priuilegios foram dados, pello pouco tempo que avia que esta gemte se comvertera, avia alguma ocasiom a se nam guardar em elles a desposição do direito; mas agora que ha quarenta annos que sam bautizados, e sabem muito bem nosa fee catholica se a quisesem guardar, e nam pecam per ignorancia, mas per malicia, nam ha rezam perą que taes liberdades se lhe comcedam.

Estas e outras cousas, que ao caso parecerem convenientes, dirão os embaixadores a Sua Santidade, e trabalháram que asy a forma da inquisição e do perdam se emmende; e Sua Alteza espera, pela grande obediencia e amor que tèm a Sua Santidade e á see apostolica, que Sua Santidade queira tomar alguum boom meo e comclusam nestes negocios, pois o que se pede he pera seruiço de Deus, e conseruaçam de nosa santa fee catholica [1].

Carta de el-Rei ao Papa Paulo III.

.....

Muyto Santo in christo padre e muyto bem auenturado senhor, o voso devoto e obediente filho dom Joham etc., com toda humildade emvio beijar seus santos pees.

Muyto Santo in christo padre, e muyto bem aventurado senhor, eu sprevo e mando a dom martinho etc., e a dom Anrique de meneses etc., meus embaixadores, que falem a Vosa Santidade alguuãs cousas acerqua de mandar hyr de meus Reinos ao nuncio bispo de Senogalha. Soprico e peço muyto por merce a Vossa Santidade que os queira ouuir, e em todo o que acerqua diso de minha parte lhe diserem, lhe dar inteira fee e crença, e niso fazer o que lhe envio sopricar e pedir: e recebel o ey de Vosa Santidade em muy singular merce.

Muyto Sancto etc. [2].

[1] *Minuta sem data no* Arch. Nac., Gav. 2, Maç. 1, n.º 29. *Tem uma cota que diz:* Istruçam que fizeram os leterados. *O segundo parecer está em separado na* Gav. 13, Maç. 8, n.º 2.

[2] *Minuta sem data no* Arch. Nac. Gav. 2, Maç. 2, n.º 24. *Esta carta de crença*

Carta de el-Rei a D. Martinho de Portugal.

.....

Reverendo in christo padre Arcebispo sobrinho amigo, Eu elRey vos envio muyto saudar como aquele que muyto amo, e de cujo vertuoso acrecentamento muyto me prazeria.

Vendo eu o muyto tempo que ha que estaa em meus Reinos o nuncio bispo de Senogalha, que a eles enviou o papa Clemente, que santa gloria aja, da louuada memoria; e como da sua estada ca mais nam ha necesidade pera as consciencias dos fieis christãos, nem pera outro efeyto de serviço de noso Senhor, nem vtilidade da santa see apostoliqua, antes pela ventura mais toruaçam do que outra cousa proveitosa; me pareceo bem, e serviço de noso Senhor e muyto meu contentamento, enviar pedir e sopricar ao santo padre que por estas causas, que a sua Santidade devem parecer justas e onestas, como sam, que lhe mande que nam estee ca mais e se vaa logo: pelo qual vos encomendo muyto e mando que vós e dom Anrique juntamente, pela carta de Crença que com esta vos envio, falês de minha parte ao papa e lhe dizee que, pelas causas sobreditas que lhe Relatarês, sopriquo e peço muyto por merce a sua Santidade que lhe mande que logo se parta e nom estee ca mays; e que aja por certo que fará cousa de muyto seu louuor, e em que a mym fará syngular merce. E se pela ventura sua Santidade por estes motivos que digo se nom mover a o fazer, e poser niso impedimento, de maneira que vos pareça que estaa em preposito de a esta minha sopricação nom satisfazer, e o quer dilatar, Neste caso, que eu nom espero, entam por deradeiro lhe dirês que eu vos mandey que sopricaseys a sua Santidade a yda do dito nuncio de ca pelos motivos sobre ditos; e que, por sua Santidade se nom mover por eles a satisfazer a minha sopricaçam, lhe sopriquo e peço por merce que se mova pelos outros de que dentro nesta

acha-se junta aos Apontamentos *de 3 de setembro de 1534, que publicámos a pag.* 111 *deste volume; mas evidentemente deslocada.*

vos envio huum memoryal que lhe apresentarês, pelos quaes ey por muy certo que sua Santidade nom averá por bem sua estada ca mais, os quaes eu quisera escusar de noteficar a sua santidade, e ho nam pude leixar de fazer, pois pela minha primeira sopricaçam sua Santidade nom quis satisfazer a minha sopricaçam. E que este modo vos mandey que tiveseis neste negocio, confiando porem que sua Santidade a minha primeira sopricaçam folgase de satisfazer, por ser tam justa e onesta, e tam digna de sua Santidade me conceder. E d huuma maneira ou d outra trabalhay como o nuncio nom estee ca mais.

Item. Venha mandado de sua Santidade que logo se vaa, e a provisam diso me manday por coreyo propio, ou por outra via se coreo propio nom fazerdes, porque venha ho Recado diso em toda diligencia. E porem, quanto posyuel vos for, trabalhay por que o santo padre venha em mandar que o nuncio se vaa de ca pelos primeiros fundamentos desta carta; porque as causas do memorial, que vos emvio, nam querya que pasaseis senam quando d outro modo se nam podese fazer e acabar sua yda de ca. ┼ E outra tal carta como esta sprevo a dom Anrique, posto que podera abastar esta vosa, por que ele podera saber nisto minha vontade ; mas pareceo me asy milhor por ele saber que a ambos juntamente mando que ysto façaes, e asy o fazerdes : e muyto vos encomendo que com grande instancia o façaes, porque o ey asy por muyto serviço de Deus e meu contentamento ┼ Sprita . . . .

Outra tal pera dom anrique, tirado da ┼ atee a outra ┼ deradeira [1].

Memorial dos abusos commettidos pelo bispo de Sinigaglia.

. . . . . .

OS ERROS QUE O NUNCIO FEZ COM SEUS PODERES.

Item. Trazendo ele provisam pera dispensar que huum clerigo tenha dous beneficios imcompatives, e isto nom no devendo ele fazer senam a

[1] *Minuta sem data no* Arc. Nac., Gav. 2, Maç. 2, n.° 21.

letrados e nobres conforme a direito, ele por dinheiro, que por iso tomava, dispensava com quaesquer clerigos, que a ele vinham, avendo ele de entender seu poder conforme a direito, e somente dispensar com aqueles que o direito permite que se dispense.

Item. Nom tendo faculdade pera prover de beneficio que pasase de duzentos cruzados, proveo de beneficios que pasavam desta copia, os quaes se nomeáram quando se quiserem saber.

Item. Encomendou beneficios a quem o nom podia fazer de direyto nem sua faculdade s estendia, o qual tanbem se nomeará quando for tempo.

Item. Dava muytos perdões de homecidios e d outros casos sem causa, o que nom podia fazer. E mais concedia que os taes homecidas podesem viver no lugar onde cometeram o tal homecidio, que he tam escandaloso que o papa nunca o concede.

Item. Todal as cousas em que dispensava, o fazia sem conhecimento da causa, o que por direito nom podia fazer.

Item. Porque segundo theor de suas faculdades nom podia poer pensoẽs nos beneficios, senam quando eram litigiosos antre os litigantes, fazia ele e seus oficiaes que as partes que pediam que lhe posese as ditas pensoẽs nos beneficios, pera se dizer serem litigiosos, e ele poder poer as ditas pensoẽs. E esto se fazia em casa do dito nuncio per seus oficiaes comummente; e deste modo pôs muytas pensoẽs em beneficios, de que se ouue muyto dinheiro.

Item. Dava beneficios que vagavam a alguuns naturaes do Reyno, declarando logo que aviam de dar pensoẽs a familiares e criados seus. E nesta materia de dar beneficios se faziam em sua casa pelos seus, de que ele era bem sabedor, muytos pautos e partidos muyto ilicitos e simoniacos. E ainda, se se virem seus livros de seu Registro, logo por eles se verá a maneira que tinha no dar dos beneficios, e a quem os dava. E os ditos pautos simoniacos, e negoceaçam que sobre iso se tinha, se provará largamente quanto compryr.

Item. Vsou sempre dos poderes que tinha, depois da morte do papa, asy na jurdiçam como nas faculdades; e vsou das ditas faculdades depois de lhe serem Revogadas pela Regra notoria neste Reyno e trazida a ele: o que asy vsou per espaço de sete ou oyto meses, antes de lhe vir a Revalidaçam de seus poderes, asy como fez nas cousas que abaixo vam de-

claradas, e geralmente em outras muytas, que se nom declaram por evitar prolix*idade* [1].

Item. No bispado de coinbra proveo antonio lopez bravo de certos beneficios, que vagaram nos meses do papa, sobre que ora pende demanda.

Item. Dispensou, em abril deste presente anno, com dom manuel de meneses e dona britiz de vilhena, em grao publico de consanguinidade prohybido.

Item. Criou em silves, neste maio ou junho, Ruy gonsaluez, arcediago de lamego, em prothonotario, e lhe pasou diso letras.

Item. Inibio a relaçam de lixboa do Cardeal, em Junho, sobre huum feyto julgado por ela entre o Cabido de silves meos conegos e quartanarios, e deu por Juiz apostolico o arcediago mestre parvy.

Item. Proveo huum seu criado de huuma mea conesia, que vagou em mayo na see de silves, e lhe mandou dar a pose, e lha deram no dito maio de 1535: e fez outras muytas cousas, e vsava geralmente das ditas faculdades com todas as pesoas que a ele vinham, sendo lhe Revogadas [2].

[1] *No Maço 5 de* Cartas missivas sem data, *n.º 291, guarda-se o apontamento seguinte de letra mais moderna.*

Des o tempo do nuncio Senogalha pera ca, de todas as appellações, que vem ao nuncio, non conhece o seu ouuidor sem sua commissão, e desta commissão se costuma leuar o nuncio seis tostões e dous vintens; e quamdo a comete a outras pessoas de fora leua tres cruzados e dous vintens: agora este ouuidor prospero Regulou todas estas comissões, que vão a elle, a tres cruzados e dous vintens, e alem mais hum cruzado escondido sem o poor na taxa, e mais dous tostões pera fazer a carta, que são per todos quatro cruzados e meo: e tem hum seu moço que he o escriuão, e elle leua tudo.

E em todo outro despacho impos mayor taxa, muita parte mais do que amtes se pagaua, e aimda alem hum cruzado em cada hum, que nouamente impos.

[2] *Minuta sem data no* Arch. Nac., Gav. 13, Maç. 8, n.º 12.

Carta de D. Martinho de Portugal a el-Rei.

1535 — Setembro 13.

Senhor — Como Vossa Alteza mandar prouer de dinheiro se expidiraom as bullas das casas dos Biguinos: mas vaom por comissaom a dous Juizes, que seraom quaes Vossa Alteza mandar nomear, que vejaom se as rezões que se allegaom por parte de Vossa Alteza saom justas, e que, se o forem, se faça. He necessario que Vossa Alteza me mande nomear quaes pessoas quer que sejaom Juizes: o mais se fará por quem Vossa Alteza quiser.

A reformaçaom dos Mosteiros da Trindade se naom pode auer. Está aqui un frade, que me deu ha muitos dias hũa carta de Vossa Alteza pera o fauorecer sobre cousas da ordem: aqueixou-se a todos desta reformaçaom, e deu esta memoria que aqui mando alguũs officiaes. O cardeal Triuultiis m a deu. Faz o officio de protector delles por Santiquatro. E Vossa Alteza quer alterar a ordem em fazer os ministros trianaes: creo que se naom fará. Mas, se Vossa Alteza quizer fazer cousa milhor, e mais seruiço de Deos e mor honra dos vossos reignos, poder se ha fazer. Estes frades da Trindade nunca haom de ser boos: tem soos dous mosteiros: se forem reformados, haom de querer a redençaom dos Caliuos; haom vos Senhor de dar fadiga sempre, e mostraraom ter rezaom; e quanto mais reformados forem, mor a teraom. Mude Vossa Alteza esta ordem a outra. Em Portugal naom ha mosteiro de cartuxa: soi se a dizer que naom he reigno perfeito onde naom ha cartuxa: alem de ser a mais perfeita ordem de todas, traz consigo muitos proueitos: homens fidalgos velhos, e frades de bem, nas outras partes se mudaom pera elles; assi fará nesses reignos. Vossa Alteza naom despenderá nada em Lysboa: no mesmo mosteiro da Trindade com a renda que tem, e com se lhe anexar a renda de sancto Antaom, se fará hũa muito honrada casa; e sancto Antaom daria aos frades da piadade de saom Francisco, pera que os aja em Lysboa: naom hão mester renda, e faraom que os reformados o sejaom mais com sua emulaçaom. Em Santarem outro no Mosteiro da Trindade com a rendas das egrejas que tem, e as egrejas se seruiraom por capellaẽs.

As casas dos cartuxos haom mester pouca fabrica: ajudaom se hũas a outras. Aqui veio este anno hum visitador da Cartuxa de Napoles, que elRey, que Deos aja, mandou, ja antes que falecesse, chamar, por emformaçaom que era homem virtuoso, pera fazer la hũa casa ou duas. Dixe m o e mostrou me a carta delRey. Assi me Deos salue que Vossa Alteza o deuia de fazer: fará grande seruiço a Deos, e tirará estes frades desconcertados do reigno. Se Vossa Alteza quer, mande mo, e screua ao papa: logo será feito, e muito mais facilmente que darem reformação a estes. Eu receberia de Deos muita merce e de Vossa Alteza, por se fazer taom santa obra e taom virtuosa em meu tempo: e de a solicitar eu, teria sempre contentamento. Querendo Vossa Alteza, este padre irá logo a fazellos. Dixe me que no capitolo, que ora tiueraom, ordenaraom que elle fosse a Vossa Alteza não sei a que.

Os outros mais negocios estaom feitos: naom se expedem por mingoa de dinheiro. A bulla da ereiçaom do Funchal he certo vergonha naom se expidir e serem as outras expedidas. He grande cargo de consciencia de Vossa Alteza por naom querer que se proueja aquella terra. Tenho lá mandados seis ou sete homes pera isso: não se faz nada: gastaom me ahi quanto tenho; ha huum anno e meio que sperão despacho. Assi disto como de todos os negocios tenho scrito a Vossa Alteza por muitas vezes: pois o sabe, naom deue ser minha a culpa de se naom fazer.

Isto do Preste Joham se deuia de acabar: pode ser que nesta conjunçaom aproueite muito: e ainda se se ouuer de fazer guerra ao Turco, naom quererão nenhũa ajuda de Vossa Alteza senaom polla India; e a que se fizer cairá em casa e acabará de segurar todo o de lá: eu o vejo, que se se faz guerra ao Turco e Vossa Alteza quer, sem despesa de quasi nada, o Egipto e Suria e Arabia seraom vossos, e depois todo o sertão da India. No da India naom falo. No Egipto, como ho Turco for apertado por ca, aquilo fica ermo: co a gente e dinheiro do Preste Joham ha Vossa Alteza tudo: assi o tem por prophecia. E naom será muito nauegardes a India por est outro mar. Este papa naom crê nem creoo nada disto do Preste Johão: nunca lhe nisto falei, mas sei que o naom cre. Vossa Alteza, se lhe screuer, seja de maneira que o crea, e affirme lho muito como he verdade, pois o he: e mande lhe dizer os proueitos que nisto ha, alem do de Deos, e o porque ategora leixou de entender nisto: eu digo que foi por Vossa Alteza esperar que se tomasse Dio, e outras cidades, que

tem mandado a seus capitaes, que fazem muito pera se facilmente poder communicar com o Preste Joham. Assi me deos ajude que he esta hũa das grandes cousas que ha no mundo, se se quisesse aproueitar e conhecer.

Sobre o mosteiro Dansede mandou Vossa Alteza a dom Anrique que falasse ao Cardeal de Trane, e assi a mim, e por derradeiro lhe prometessemos da parte de Vossa Alteza a mesma pensaom que auia de dar dom Manuel dazeuedo: foi contente. Prometemos lho ambos; ha seis meses que la he isto e carta do Cardeal; naom vem reposta; cada dia nos emvergonha. Vossa Alteza mande o que auemos de fazer. O Cardeal procederá e ter nos ha por homes que naom comprimos o que ficamos.

Acerca do barroso dom Anrique screuerá o que passa: fez nisso quanto pode, como faz em tudo. O papa quer que aja o mosteiro, ou em recompensa o que val de renda ou pensaom sobre algum bispado. Pidi a Sua Santidade que lhe mandasse dar regresso ao Infante dom Anrique ao menos. Se a Vossa Alteza parecer seu seruiço, venha procuraçaom do Infante, que renuncia o direito que tem neste mosteiro em fauor de Christouaom de Barroso por euitar demandas e gastos, reseruando pera si regresso per cessum uel decessum. Venha in forma. E por os fruitos, se Vossa Alteza escreuer ao Papa que lhe mandará dar ate mil ou mil e quinhentos cruzados, parece me que se acabará o negocio: se não nunca se aleuantarão os interdictos. Asaz he fazer o Papa, pera sua condiçaom, que tome este pensaom, que valha o que rende o mosteiro: pera isto ha se de ver o que val em tres annos, e pôr se a pensaom por huum delles.

Screueo me Vossa Alteza os dias passados que, por parte d'hum Domingos gomez do Bispado de Lamego, mandára o Auditor da camara hum monitorio pera Rui de melo, Comendador de Longroiua, leixar em termo de seis dias as vigairias das egrejas, que saom annexas á dita Comenda; e que isto era contra a ordem por ser das comendas velhas, que staom em posse de se seruirem por capellaes: e diz me Vossa Alteza que naom quis auer por escusado dizer me o muito desprazer que recebeo, por eu naom auisar Vossa Alteza de como isto passaua, por ser em tanto perjuiso da ordem. Certo, senhor, que naom são profeta. Como hei de saber o que cada hum faz em casa duum scriuão? Naom parece que deue de ser obrigado o nuncio do papa, ou hum embaixador dum Principe,

que está na corte de Vossa Alteza, de saber se hum homem particular manda citar ante o Corregidor, ou outro official, hum outro homem. Se fora disto auisado era menos mal, e ainda o naom pudera saber. Estes mandados saom d estampa: hum notario do Auditor, sem o elle saber, nem seos lugar tentes, de seu officio passa aquellas cartas e pon lhe o selo. Como isto assi estee, naom deue de ter poder rui de melo de dizer a Vossa Alteza que eu fui descuidado, Porque a empressaom fica, e a cousa he esta. Mandei fazer diligencia, o domingos gomez he em Tunez: he hum moço que foi de dom Antonio da costa. Até oge des que recebi a carta de Vossa Alteza, que foi aos oito d'agosto, naom posso saber quem he o notario que isto passou; e naom faz outra cousa hum meu solicitador. Ora veja Vossa Alteza como ho auia de aduinhar. Ja por outro negocio me Vossa Alteza mandou dizer o mesmo, e respondi isto: esta minha deue ser ma reposta, pois ainda se me dá culpa. Como se achar se fará a diligencia necessaria. Isto naom tem ser; venha hũa procuraçaom de rui de melo, logo será desfeito tudo.

De Roma, XIII de setembro, 1535.

Feitura e seruo de Vossa Alteza — *Dom M. de portugal Arc. primas* [1].

Carta de D. Martinho de Portugal a el-Rei.

1535 — Setembro 13.

Senhor — A v deste chegou gaspar do couto com cartas pera dom amrique de meneses e pera mim: a copia do aluará do nuncio, per que notificou aos perlados que não pobricasem a bulla do perdão, não veo ca: ha mister que venha e asinado pollo nuncio, senão não lhe darão ca fee, e elle, segundo he, negal o ha. Diz me Vossa alteza que a reposta do papa, da Inquisição, não foi como esperaua e deuera ser; e tambem me faz merce por auer por certo que eu trabalhei todo que pude por este negocio se fazer: deos o sabe e como eu siruo Vossa alteza e com quanta

[1] Arch. Nac., Gav. 13, Maç. 8, n.º 21.

verdade e lealdade. Hũa soo cousa desejo que se crea: se este negocio se pudera fazer como Vossa alteza queria, eu o acabára em tempo de clemente ou deste papa, ou de qualquer que fora; mas, pois eu não pude, não foi acabauel. Dom amrique trabalhou nelle quanto nelle foi e segundo seu parecer, que não tem menor que a vontade, e vio que se não pode mais fazer: e de cada vez que se negocear não aproueitará pera mais que pera se fazer de pior condição e mais deficultoso. E certo, se me Vossa alteza respondera a bolonha, e o emperador não soubera então o negocio nem dom pedro mascarenhas, e eu o negoceára por meu modo, Vossa alteza não deuera nada ao papa, nem ninguem o soubera; e por ventura se fizera nelle mais do que se pode fazer des que se soube. Digo o emperador e dom pedro, não porque ho estrouasem, antes mostrou o emperador desejal o muito; mas porque os negocios nesta terra, e em toda, tem esta calidade: se se sabem, não se fazem, ou se fazem mal. Muitas vezes tenho isto ja escripto. Clemente foi auisado de santiquatro, de genua, amtes que lhe eu falase: tomei ho aprecebido. Como se nega hũa cousa a Vossa alteza, deficel he conceder se pollo emperador ou por algum outro principe. Os papas são homẽs como os outros: não hão de querer negar a vossa alteza hũa cousa, e fazella por amor d outro principe, donde naceria terdes lhe por isto má vontade ao parecer delles, e muita obrigaçaõ ao que vos ajudou; e elles querem o contrario. Fez se o que se pode com toda a destreza, e por todollos meos que erão necesarios.

Manda vossa alteza que falemos ao papa sobr este negocio com muita pressa com a limitação que manda. O papa, a III deste, partio pera perosa com toda esta corte. Eu não fui, nem pude nem me pareceo necesario hir com elle: nem menos hir agora la sobr este negocio. Elle ha de tornar aos VIII d outubro. E foi asentar aquella cidade, que staua desconcertada e maltractada por certas partes que ali ha: e em nenhum negocio outro ha de emtender. E leixou cá no gouerno desta cidade o cardeal Simoneta, que era auditor da rota, que ora fez cardeal e despachou este negocio, que he dos principaes com que se ha de tractar, e sem elle não ha de fazer nada. E des que tornar até os XV d outubro se não ha de poder emtender em nenhum. Ouue por milhor auisar vossa alteza ha presa do que sucede, pera que vossa alteza proueja. Sabei, senhor, certo que o papa não ha de melhorar nenhuma cousa deste negocio por nenhum em-

baxador vosso: tem asentado e crê pollo que tem feito nisto que merece canonizarem no: e, segundo elle agora está com vossa alteza, seria acabar de perder tudo. Ha hum soo remedio, e he o cauterio. Vossa alteza a meu parecer deue d usar delle. O emperador he arribado a cezilia, e será em napolles na fim deste mes, ou a v ou vi d outubro. Vossa alteza lhe deue d escreuer e mandar aluaro mendez, que vem com elle, que venha aqui: he auisado, e por ventura fará mais que nós outros: ao menos todos juntos faremos mais. E co emperador mande alguma pesoa pera que negoceemos isto: se ho não acabarmos em quatro dias, nunca se fará; e ha razão he esta: o papa e o emperador se hão de concertar pera o concilio, per'a guerra do turco, e per'a as cousas de França, e per'as suas particulares. Neste meo tempo que hum quer contentar o outro, e hum está receoso do outro, se pode acabar qualquer negocio. E o papa per'as mesmas quererá ter contente vossa alteza. Se, senhor, esperardes tanto que elles se acabem de concertar, que ha de ser em mui poucos dias, o emperador não pode estar muito sem tomar conclusão, o inuerno pasará cedo, e no principio do verão ha mister começar suas obras, se são concertados de todo, como casi ho estão ja; porque este papa quer concilio, e quer hir em pesoa contra o turco, posto que he de LXX annos, e não se quer liar co emperador nem com el rei de França contra christaõs. Depois o emperador não ha polla Inquisição dos christaõs nouos vir cercar roma e ha fazer fazer por força: quanto mais, se o papa diser que no concilio se verá, como costuma agora responder ha alguns negocios grandes que não quer fazer, não ha quem reprique mais: quem ha de contrariar que requerimento santo se não determine no concilio? E Vossa alteza me crea, se não mande me cortar a cabeça; e, digão uos quantos letrados la ha o que quiserem, se se no concilio fala na Inquisição, hão de desfazer ha de castella, e não hão de conceder senão muito menos cousas das que dão nesta a vossa alteza. E se alguem diser o contrairo a vossa alteza, lembre se que oge eu escrevi isto. E tambem afirmo que, se vossa alteza estiuer outros seis meses em responder a isto, poderá ter por certo que se não fará nada.

Faço conta que aos xx d outubro pode aqui ser reposta, e ainda não sei se se perderá ja tempo: como o papa vier lhe daremos as cartas de vossa alteza, e lhe falaremos asi como nos manda sem se perder ponto: enterterei a reposta ate fim de outubro, que pode aqui ser ha de

vossa alteza: se mais tardar vossa alteza sabe milhor o que cumpre a seu seruiço.

Porque o papa antre outras cousas s espanta não lhe querer vossa alteza nem responder, ao outro dia que este chegou me fui ao cardeal Simoneta e lhe fiz escreuer nas costas das cartas de vossa alteza, que vinhão pera o papa, e nas que pera mim, e nas instruçoẽs que fazem ao proposito, que se podem mostrar, o dia em que vierão, por o papa ver quando este correo chegou, e que não foi des que elle disse a dom anrique o que vossa alteza verá por suas cartas.

O tempo e deos parece que fizerão esta ida do papa pera este effecto da dilação, que vossa alteza nos manda; e ainda que vossa alteza queira este tempo pera outro fim, a meu parecer isto do emperador he o principal nesta conjunção: tarde virá outra como esta, ou nunca: por isto, alem do mais, mando este depresa, pera que vossa alteza saiba como o emperador está aqui á porta.

Dise ha este simoneta, nouo cardeal, que não queria hir ao papa por elle la não estar, e que vossa alteza tinha emformação de sua pesoa e virtude, e que lhe aprouuera muito sua promoção, e me mandaua que de sua parte lhe emcomendase este negocio, que não fizesse nada eu sem elle: estimou ho muito, e dise me que todo o que nelle fosse faria com justiça. Este he mais duro que hũa pedra, e he homem muito virtuoso e grande letrado; e presume-se que, se o pontificado vagar, que stee a mor parte nelle pera o ser. Ja o clemente o queria fazer cardèal. Será bom que vossa alteza mande escreuer ha este, e ao que foi auditor da camara, que he tambem nouamente cardeal: neste maço vão seus nomes se se lhes ouuer d escreuer. As cartas podem ser de crença: e ainda que nellas vossa alteza mostre que folga com suas promoçõis, por serem tais pesoas, fará muito proueito. Eu lhe direi o mais: são nouos e querem fauor, spicialmente d um tão grande principe como vossa alteza. Estes dous hão de fazer tudo, e o papa não cre nem dá credito a outros nenhuns: com estes, por serem suas feituras, despacha todas as cousas de importancia, e delles soos se fia.

Torno a lembrar a vossa alteza, posto que tenha outras rezões e outras cousas pera mandar, como vossa alteza diz, dentro nesta dilação, que não ha nenhũa que mais aproueite, se algũa ha de aproueitar, senão esta vinda do emperador: quanto em outro tempo desaproueitou agora ha de

fazer o que se fizer e nenhũa outra cousa não. Prouuera a deos que viera o negocio a bolonha quando elle hi estaua, e não depois de partido como veo. Vossa alteza por me fazer muita merce use della, e o pode fazer muito melhor que nunca; pois ja ho emperador escreueo sobre esta materia algũas vezes, estando tão perto se lhe deue d emcomendar: e compre lhe pera a sua de castela; auendo a nos regnos de vossa alteza, daa muita autoridade ha outra e ha segura mais. Alem de ser vossa alteza seruido, que he a primeira parte e o todo em mim, e em ter por certo qu este soo remedio ha pera se fazer, a mim fará deus a mor merce que pode ser se se acabar. Esta conjunção he tão grande que sua grandeza escusará o que atequi não pudemos fazer, e, se se não acabar, se tomará ás mãos que se não pode mais fazer: por isto desejo ca aluaro mendez: sei que negocea bem, e será testemunha de vista, e do que m elle escreueo que dezião. No perdão de clemente não creo que se ha de mudar nada: ha muitos dias que me mandou o cardeal de zinuchis, que atras dise que foi auditor da camara, huns estromentos de como fora a bulla e breue do papa clemente notificada aos prelados: dei os a dom anrique pera que os mandase a vossa alteza.

Quanto á bulla da Inquisição, se se não puder acabar nella mais do que se ouue, não dee nada a vossa alteza: pouco e pouco d aqui a dous ou tres annos por breues se auerá tudo o que vossa alteza quiser, como esquecer: asi foi a de castella: esquecem as cousas, hum dia se pede hũa, outro outra, e ha se tudo. S este negocio não estiuera remontado como está, casi ate esta ora des que se começou se ouuera tudo. Agora ha mister qu esqueça quantas más palauras temos ditas, e quantos erros ca fizemos, e quantas presumçõis más demos.

Este duarte de paz queria d aqui fora: não sei porque Vossa alteza ho não quer: mande ho algũa parte que lhe pareça que he a negocio. Nesta causa faz muito auer quem brade justiça: não ha homem ca que não presuma mal contra toda a Inquisição: e mais este papa, como lhe falão em justiça, fazem no estar a estaca.

Este couto me dise que chegára aqui hum outro correo despachado d um portugues, que viera a barcelona, a fazel o. Seria a duarte de paz, porque elle logo se partio pera onde está o papa. Ou vossa alteza o mande botar neste tibre, ou o mande ir com algũa côr e perdoe lhe. Desserue muito: e não estando aqui, não terão os christaõs nouos ninguem que

tanto possa como este. Gasta muito; joga com quantos pesoas haqui ha, que valem, e muitos cruzados, e perde os; e peitará a outros outros tantos. He audaz e solto; sabe muito bem dizer sua razão; pede justiça; parece que ha tem; e requere que se ponha isto na rota ou em letrados. Nós requeremos o contrairo. Todos quantos ha, cardeais e não cardeais, o fauorecem. Que se ha de fazer? repricar lhe? desputaremos; e se dixer palaura descortes matal o? isto não fará ninguem, se ho vossa alteza não mandar, por que he vosso deseruiço, desonra, consciencia, e risco. Atalhar a tudo fará muito fruto, e os mesmos cristaõs nouos desperarão, e não confiarão em ninguem.

Pollo grego e por dom felipe escreui a vossa alteza hum negocio com que pudera ser chamado e amtretido. Nem do negocio, nem do grego se foi lá ter, se se ouue vossa alteza por seruido delle na sua jornada, se eu fiz bem de ho mandar, ao menos pera outra vez não errar, mo diuia alguem d escreuer.

De Roma, a XIII de septembro de 1535.

Feitura e seruo de vossa alteza — *Dom M. de portugal Arc. primas* [1].

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1535—Outubro 6 [2].

Senhor — Bem será Vossa Alteza lembrado, cando lhe beyjey a maõ pera uyr pera qua, que me mandou que o que qua entendesse de uosso seruyço ou desseruiço uolo fizesse saber, ou mandando mynhas cartas aa mão de pero correa, ou a ele o escreuesse pera o ele dizer a Vossa Alteza; e por isso eu ha dias que lh escreui que cheyraua qua alguma cousa do arcebispo andar em ser cardeal: e agora polo correo que Vossa

[1] ARCH. NAC., Gav. 2, Maç. 2, n.º 50.

[2] *Parece que só foi expedida no dia 11. Vide a carta do 1.º de novembro.*

Alteza qua mandou, per nome gaspar do couto, que d aquy partio a XIII de setembro, eu lhe escreuy o que ele dirya a Vossa Alteza, ou quiçaa lho nom dirya, porque lhe nom parecerya cousa dina dysso, nem querya per ventura azedar vos a uontade pera ninguem por cousa que lhe nom parecesse pera ysso, porque na verdade eu asy lho escreuya auendo sempre por vaydade, e cousa que nom podya ser, o que eu mesmo qua cheyraua. E co estas duuydas lh escreuy que, ou o fyzesse saber a Vossa Altezaa ou não, segundo lh a cousa e as conjeyturas que lh eu apontaua parecessem urgentes ou fracas, de maneyra que nem eu errasse no que deuya a minha honra, e aa verdade e lealdade que deuo a Vossa Alteza, nem fyzesse sem justa causa desprazer a ninguem, canto mais a quem me tem em casa tanto tempo ha, que cada huma destas pera mym e pera mynha condição era forte cousa ; porque d um cabo nom querya errar ao seruiço de Vossa Alteza, e do outro nom querya ser palha ou jusarte pera fazer mal a nynguem com que comesse e conuersasse ; porem que como homem nom matasse nynguem á trayção, loguo deuya fazer o que vysse que comprya a seruyço de seu Rey e Senhor, e mais por se tyrar da culpa que se lhe poderya dar da cousa yr auante e se fazer, se per sua negrygencya o nom auisasse. Eu, senhor, synti isto ha dias, e em que me pes, mo dysserão tantas uezes e tantas pessoas, que fuy forçado dar esta conta que diguo toda a pero correa, pera, se uysse que era bem, uolo dissesse, e se não não. E com tudo, porque sospeytey que sendo o papa em perosa mandaua o arcebispo negocear e entender nysto mais quentemente per joão machado, seu cryado, escreuy a santiquatro que olhasse laa per ysso pera se nom fazer, como a uoso seruiço comprya que se nom fyzesse. E agora, como ele aqui chegou, a primeira cousa que lhe faley foy nysso, cuydando ainda verdadeiramente que m aueria ele por muito crendeyro em cuydar que tal se farya nem falaua soomente ; mas, como lh eu toquei na materya, que foy a primeira cousa em nos assentando, ele me respondeo loguo se lhe falav eu naquylo ou lho perguntaua como da parte de Vossa Alteza. Eu lhe dysse que sy, porque ele uya bem que a estorya era tal, que nom podya eu entender nela, nem dar me pena nem grorya, senão por uossa parte e seruyço. Então desfechou, e me contou tudo o passado co papa antes de sua yda d aquy a toscana, e agora em perosa, polo que lh eu escreuera, de que fyquey morto, e, se eu tyuera huma pouca de mais confiança de mym ante Vossa

Alteza, eu me partyra loguo pola posta a dyzer vol o; porque verdadeiramente nom fyquey nem fyquo ainda em mym, ate Vossa Alteza nom responder e fazer nysso o que compryr a uosso seruiço, pera eu ficar lyvre e fora desta culpa, em que podeera mui bem cayr por ser hum pouquo mylhor homem do que deuo, e de mylhor condyção do que esta terra leua nem daa coma semente. Ora, senhor, dysse eu a santiquatro o que me parecya que ele deuya a uosso servyço, e aa conta em que o tynheys, e aa uossa amyzade. Ele, duuydando e temendo muitas cousas, todauya lhe pareceo bem fazer essa carta que lh eu apontey pera lha eu treladar em portugues como vay, asynada per ele: e nom quys nem fora bem que fosse em italiano por Vossa Alteza nom ser forçado dar dela conta a quem nom fosse seu seruyço e uontade; e asy se fez: a qual ele nom querya senão que algum filho meu vol a deese, e eu a nom fyasse d outrem. Fyz lhe certo que dona branca, mynha mãy, uola darya per sua mão, e serya mais segura. Rogando m ele muito que pydyse a Vossa Alteza por merce, da sua parte e da mynha, que como a lesse a rompesse; e asy nos fará a ambos nysso muita merce, e esta tambem ser rota com ess outra: e pera Vossa Alteza a uer sempre, eu tenho o trelado em portugues dũa e d outra, e o cardeal a tem em italiano pera m a dar cando me for, como nessa dyz, se o Vossa Alteza asy ouuer por seu seruyço; porque bem vê o peryguo, que se me a mym disto seguyrya se se soubese, porque, estando eu qua, ha qua peçonha, e estando laa pera com Vossa Alteza mesmo arreceo muito a quem isto toca, que d al nom lh ey medo co ajuda de deus, ao menos de rosto a rosto, mas nom arreceo se não laa destruyr me e lançar me a longe e desonrar me ante Vossa Alteza. A mynha sogra escreuo que dee estas a Vossa Alteza per sua mão e loguo, coma cousa outra que Releua a uosso seruyço e ao que me a mym compre. A calidade deste negocio Vossa Alteza a vee, e o que nysso deue fazer ele o sabe mylhor que nynguem: a mym parece me, senhor, que o deue muito d agardecer e encarreguar a santiquatro, que certo he muito uosso seruydor; e per ele escreuer ao papa o que lhe nysso parecer, ou per mym, posto que pelo cardeal he mais dysymulado, porque eu nom posso yr ao papa, nem dar lhe carta, que o arcebispo o nom sayba. E a mym mande me Vossa Alteza yr logo prymeiro, e depois a ele. E pois falo nysto, Vossa Alteza á me de perdoar dyzer lhe o que entendo e synto qua e de laa. Perdoe deus, senhor, a quem uol o qua fez mandar. E o

que ele sobr ysto aas uezes diz entra ja em especia de myxyryquo, de que eu nom quero usar nom tocando puntualmente no seruyço de Vossa Alteza, a que beyjarey as mãos por estas e outras muitas cousas, que se nom podem escreuer, me mandar yr d aquy logo com muito uosa vontade e seruyço; e eu laa, homem serey pera vos seruyr em outras cousas e em outras partes, coma meus vezynhos, e mylhor qu aquy, porque per aquy e perante deos aquy nom m atreuo, nem atreuy nunca, nem sou pera ysso. E eu laa, fará Vossa Alteza dest outro o que for mais seu seruiço. E por se nom presumyr qu eu nysto fuy culpado, parece m a mym que Vossa Alteza me deue de mandar yr a mym loguo; e, querendo tambem mandar yr a ele, ser depois d eu partydo e antes de poder ser chegado a Vossa Alteza. E, se o nom quer mandar yr a ele, tão pouco nom será necesaryo canta por isto, a meu ver, porque este negocio, em que ele anda tão ceeguo, nom se fará co ajuda de deus, como Vossa Alteza vee polos termos em que estaa. E com tudo nom se descuyde de o escreuer e agardecer ao cardeal e ao papa, decrarando lhes sua uontade e seruyço nysso, e em tudo o que uyr que cumpre: e nom serya, senhor, muito mal amyguar se Vossa Alteza muito co papa, e fazer vos outro irmão cardeal. Nom tenho mais que escreuer a Vossa Alteza neste negocio, tendo muyto que dizer, senão que lhe beyjarey as mãos perdoar me fazer lhe saber isto tão tarde; mas eu nunca querya dyzer as cousas d ante mão senão sobolo certo. Noso senhor a vyda e estado Real de Vossa Alteza acrecente como eu desejo.

De Roma, a VI d outubro, 1535.

Criado de Vossa Alteza, que suas reaes mãos beyja — *Dom anryque m.* [1].

[1] ARCH. NAC., Gav. 20, Maç. 7, n.° 24.

Breve do Papa Paulo III.

1535 — Outubro 12.

Paulus Papa Tertius ad futuram rei memoriam [1].

Illius vices in terris gerentes, qui non vult mortem transgressorum, sed potius conversionem, transgressoribus huiusmodi ianuam pietatis et misericordiae libenter aperimus.

Dudum siquidem, postquam per felicis recordationis Clementem Papam septimum, praedecessorem nostrum, accepto quod in plerisque partibus regni Portugalliae et dominiis charissimi in Christo filii nostri Joannis Portugalliae et Algarbiorum regis illustris, nonnulli ex haebraica perfidia ad Christi fidem conversi, Christiani novi nuncupati, ad ritum judaeorum, a quo discesserant, redire; et alii, qui haebraicam sectam numquam professi erant, sed Christianis parentibus procreati, ritum eundem observare; et alii lutheranam et alias depravatas haereses et errores sequi, ac sortilegia, haeresim manifeste sapientia, instigante humani generis inimico, committere non verebantur, in gravissimam Dei offensam, et orthodoxae fidei scandalum; dictus praedecessor dilectum filium Didacum da Sylua, ordinis fratrum Minorum Sancti Francisci de Paula professorem, in suum et Apostolicae Sedis Commissarium ac super praemissis inquisitorem in regno et dominiis praedictis, cum plena facultate contra de huiusmodi criminibus reos aut suspectos inquirendi, eosque carcerandi, puniendi et corrigendi, per quasdam constituerat et deputaverat:

Et deinde, ex certis rationabilibus causis, praedictas et quascumque alias literas suas, ac per illas eatenus eidem Didaco et quibusvis aliis, etiam locorum Ordinariis, super praemissis concessas facultates et commissiones per alias ad suum beneplacitum suspenderat, ac venerabili fratri (Marco) episcopo Senogalliensi nostro, tunc suo, et dictae Sedis (apud dictum regem) nuncio, inter alia, in mandatis dederat, ut Didaco et Ordinariis praedictis ac aliis inquisitoribus in partibus illis existentibus pos-

[1] Paulus episcopus servus servorum Dei ad futuram rei memoriam.

teriores literas praedictas intimaret, et suspensionem huiusmodi inviolabiliter observari faceret:

Ac postmodum per eumdem praedecessorem etiam accepto quod nonnulli ex suspectis de criminibus praedictis a quadraginta annis vel circa, ex iudaismo et mahometica et aliis sectis, quibus tunc obcaecati erant, ad fidem Christi et illius sacrum baptisma suscipiendum coacti fuerant: alii vero, licet sponte sua conuersi, seu de parentibus christianis procreati fuissent; tamen, ob praedictorum indiscreta commercia vel alias diabolica instigatione persuasi, etiam in praedictas et alias diuersas haereses et errores, eodem instigante inimico, lapsi fuerant, aliaque quamplura[1] crimina commiserant et in dies committebant: idem praedecessor, motu proprio et ex certa scientia ac de apostolicae potestatis plenitudine, per alias suas sub plumbo literas, omnes et singulos utriusque sexus, tam noviter conversos, quam alios quoscumque de praemissis culpabiles et suspectos ex dictis regnis et dominiis oriundos, ac in eis degentes, forenses et alienigenas, undecumque venissent, qui, tempore publicationis ipsarum posteriorum literarum per eumdem Marcum episcopum et nuntium, vel ab eo deputandos, in singulis civitatibus et diocesibus regnorum et dominiorum huiusmodi faciendae, in illis domicilium vel habitationem habuissent, ac etiam illorum filios, nepotes et descendentes, tam tunc praesentes quam absentes, seu qui ab eisdem regnis et dominiis alias recessissent, etiam si exules et banniti forent, qui eidem Marco episcopo et nuncio, vel alicui alteri ex sacerdotibus et confessoribus per ipsum Marcum episcopum et nuncium ad id deputandis, praesentes videlicet in regnis et dominiis praedictis, infra tres a die eiusdem publicationis; absentes vero ab eis, infra quatuor seu plures aut pauciores, qui arbitrio dicti Marci episcopi et nuncii viderentur esse necessarii, a die earumdem posteriorum literarum per eos habendae notitiae computandos menses, praedicta et alia quaecumque, quotcumque et qualiacumque sua crimina, excessus, delicta et peccata confessi forent, ac quorum nomina et cognomina in aliquo libro vel memoriali per eosdem confessores descripta forent, et[2] si illi ecclesiastici seculares, aut quorumvis Ordinum regulares, militiarum milites, ac in quibusvis gradibus, dignitatibus et ordini-

[1] quamplurima
[2] etiam

bus constituti, et tam illi quam alii laici et utriusque sexus personae, cuiusvis status et ordinis existerent, etiam si illi eatenus et in futurum, dictis mensibus durantibus, in regnis et dominiis praedictis vel extra illa, tamquam haeretici sententialiter condemnati, et ut tales ipsi et illorum bona publicata, aut pro talibus accusati, inquisiti, publice vel occulte diffamati, et ut tales habiti, reconciliati et contra eos sententiae desuper latae et executae, vel illi propterea carcerati extitissent, ab omnibus et singulis per eos hactenus [1] perpetratis, etiam haereses et ab eadem fide apostasias, blasphemias et alios quoscumque etiam maximos, errores sapientibus, etiam quantumcumque gravibus et qualificatis peccatis, criminibus, excessibus et delictis, etiam sub generali expressione de iure vel alias non venientibus et specialem notam requirentibus; necnon excommunicationum, suspensionum, interdictorum, et aliis ecclesiasticis ac temporalibus, corporalibus, et etiam capitalibus, sententiis, censuris vel poenis a iure vel ab homine, etiam a praefatis, et qui pro tempore forent, inquisitoribus haereticae pravitatis huiusmodi, praemissorum et alia occasione vel causa latis et promulgatis, etiam si in illis ab eisdem quadraginta et ulterioribus [2] annis insorduissent, et illorum obsolutio eidem praedecessori et pro tempore existenti Romano Pontifici et eidem Sedi, etiam iuxta illarum, quae in die Coenae Domini legi consueverant, ac aliarum literarum et processuum apostolicorum tenôrem et alias quomodolibet reservata existeret, quorum omnium qualitates, quantitates, et circunstantias, etiam haberi voluit pro expressis, a pravitatis videlicet haereticae huiusmodi, in utroque (foro) civili, criminali (et) contentioso, conscientiae et animae, penitus et plenarie; a reliquis vero criminibus, pravitatem huiusmodi non sapientibus, in foro conscientiae dumtaxat, ex tunc, prout ex ea die et e contra, praevia, quoad forum conscientiae, cordis contritione et oris confessione, auctoritate apostolica absolvit; ac eosdem carceratos vel alias detentos et exules (etiam) a carceribus, exiliis et bannis, quibus, occasione criminum haeresis, et apostasiae ac blasphemiae huiusmodi detenti et condemnati existebant, relaxavit et liberavit ac relaxari et liberari mandavit. Et tam illis quam aliis, alia occasione vel causa detentis vel exulibus, donec ab eis, a quibus detinebantur, relaxa-

[1] eatenus
[2] ulterius

rentur, et ab eis, ad quos id spectaret, salvus conductus et aliae necessariae securitates eis concederentur, dicti menses currere non inciperent, dummodo ipsi a die notitiae posteriorum literarum in aliquam haeresim cecidisse, vel in veteri errore perstitisse non convincerentur, concessit.

Necnon cum eis, tam praesentibus quam absentibus, ac etiam cum clericis et aliis saecularibus et quorumvis Ordinum regularibus, ecclesiasticis personis, etiam quaecumque, quotcumque et qualiacumque beneficia ecclesiastica, saecularia, et quorumuis Ordinum regularia (etiam si saecularia) canonicatus et praebendae [1], etiam maiores post pontificales et principales ac conventuales, personatus, administrationes et officia, etiam curata et electiva in cathedralibus, et metropolitanis et collegiatis ecclesiis; regularia vero beneficia huiusmodi, monasteria, etiam dignitates conventuales, praeceptoriae, etiam curatae et electivae, et alias, cuiuscumque qualitatis essent, obtinentibus, etiam si archiepiscopali, episcopali, magistrali et alia quacumque dignitate praefulgerent, super irregularitate per eos, praemissorum haeresum [2], ac apostasiae vel blasphemiae criminum occasione vel causa, ac etiam quia sic ligati missas et alia divina officia forsan, non tamen in contemptum clavium, celebrassent, aut alias illis se immiscuissent, contracta; et cum his [3], qui promoti non erant, ut ad omnes, etiam sacros et praesbyteratus, ordines promoveri, et in illis, tam illi quam qui tunc, etiam post dicta crimina perpetrata et absolutionem huiusmodi, promoti erunt [4], etiam in altaris ministerio ministrare, ac beneficia (ecclesiastica), etiam ut praemittitur et alias (qualitercumque) qualificata, eis canonice conferenda recipere, illaque et alia per eos tunc obtenta retinere: ac etiam, tam ipsi ecclesiastici et regulares ac milites, quam laici et mulieres, eorumque filii, nepotes et descendentes, ad gradus, honores, ordines, officia et alia assumi, illaque suscipere et exercere, ac illis et aliis similibus et dissimilibus iam susceptis uti; necnon vestes sericas [5] et pannos [6], cuiuscumque etiam rubei colo-

[1] prebendas, dignitates
[2] haeresis
[3] iis
[4] erant
[5] sericeas
[6] panni

ris, ac aurum, argentum, gemmas et alia iocalia, necnon ensem et arma eorum statui condecentia deferre; super equos et mulas equitare; ac aliis omnibus et singulis privilegiis, exemptionibus, favoribus, gratiis, immunitatibus, libertatibus et concessionibus, quibus alii christifideles, eorumque filii et nepotes et ab eis descendentes, utebantur, potiebantur et gaudebant, ac uti, potiri et gaudere poterant[1] quomodolibet in futurum, uti potiri et gaudere libere et licite valerent, in omnibus et per omnia, perinde ac si ipsi, eorumque avi, proavi, parentes, et alii genitores veri christiani fuissent, et nunquam a fide deviassent, dispensavit, eisque pariter indulsit. Necnon omnem inhabilitatis et infamiae maculam sive notam circa eos, praemissorum occasione, tam ex propriis quam illorum parentum, consanguineorum et affinium culpis et sententiis, eorumque[2] executionibus et alias quomodolibet insurgentes, ab eis penitus et omnino abolevit.

Ac confiscationes bonorum, si quae eatenus factae fuerant, quorum tamen possessio pro eodem fisco apprehensa non fuerat, necnon processus contra eos formatos, sententiasque latas, ac dictis mensibus durantibus formandos[3] et ferendas; necnon informationes et alia quaecumque acta et gesta, ordinaria et extraordinaria, in iuditio et extra, contra eos eatenus facta, ac ex tunc, prout ex ea die et e contra, eisdem mensibus durantibus, facienda, quorum omnium tenores, status et merita similiter haberi voluit pro expressis, cassavit, irritavit, delevit[4] et annullavit, ac cassata, irrita, deleta et annullata fore decrevit; ipsaque bona sic confiscata (et confiscanda,) eis, a quibus ablata fuerant, si eidem fisco incorporata non essent, remisit, donavit et restituit, illosque et illa in pristinum et eum, in quo ante praemissa, et tempore, quo baptizati fuerant, erant, statum restituit, reposuit et plenarie reintegravit.

Necnon statuit et ordinavit quod omnes et singuli confessores praedicti quibusvis eis, durantibus mensibus supradictis, confessis, etiam de dictis criminibus non culpabilibus nec suspectis, in dicto libro describendis, si id petiissent, pro illorum super praemissis tutiori cautela, aliquam

[1] poterunt
[2] earumque
[3] formatas
[4] abolevit

cedulam vel scripturam authenticam, manu propria subscriptam vel ipsius nuntii sigillo munitam, in testimonium praemissorum gratis et absque alia exactione concedere possent et deberent, qua perpetuis futuris temporibus per eos exhibita vel ostensa, illam habentes, vel etiam absque illa, in dicto libro descripti et annotati, tuti et securi permanerent, et de praedictis criminibus, haeresim, apostasiam et blasphemiam sapientibus, per ipsos culpabiles (vel suspectos) perpetratis vsque ad diem datae eiusdem cedulae vel testimonii, seu in eodem libro annotationis et descriptionis, nullatenus inquiri possent; ac quod, praemissorum occasione, ipsis describendis vel suas cedulas praedictas habituris, et illorum filiis et descendentibus in nullo praeiudicari nec praeiuditium afferri, nec reconciliati censeri, etiam ex eo quod dictorum delictorum seu aliquorum ex eis veniam petiissent, vel ab eis absoluti fuissent; nec etiam si forsan in aliquem praedictorum errorum in posterum reincidissent, vel alias quomodolibet deprehensi extitissent, relapsi viderentur; nec aliquod inditium, etiam minimum, contra eos oriri, allegari vel deduci posset[1], in iuditio vel extra, indulgentia, remissio et alia in damnum, iniuriam, vel aliud incommodum illorum retorqueri nequirent.

Quodque si aliqui iam essent condemnati de criminibus haeresis huiusmodi, vel eorum crimina iam essent in iuditio omnibus notorie probata, ipsi, secundum ecclesiastica statuta, errores suos abiurare, illisque publice renunciare deberent. Quibus abiuratis et renunciatis, idem nuncius eius arbitrio poenitentias eis iniungendas vel iniunctas, non tamen in alias publicas, sed secretas poenitentias commutare; ac reconciliatis, quibus aliqua publica poenitentia per quoscumque iudices et inquisitores fuisset iniuncta, etiam illam, veluti ipsi inquisitores etiam commutare potuissent vel consuevissent, in alia pietatis opera commutare et cum illis dispensare valeret. Ac quod si ex supradictis condemnatis, vel inquisitis, accusatis aut reconciliatis, seu relapsis fuissent aliqui, qui se contra iustitiam grauatos esse assererent, ac propterea cuperent ut iterum eorum causae audirentur, liceret eis ad dictum nuncium recurrere et personaliter coram eo comparere, et se ipsos in eo statu, in quo tunc esse reperirentur, de integro defendere, sic tamen quod, si iterum in defensione sua

[1] posse

ipsos succumbere contingeret, tunc, tamquam ob causam delictorum huiusmodi relapsi, legitima poena punirentur; caeteri vero secretam poenitentiam susciperent, quae loco legitimae et canonicae poenae, quam pati debuissent, ipsius nuncii arbitrio, ipsis imponeretur. Et nihilominus ii, qui relapsi non essent, dictis literis et illarum effectu gauderent.

Ac quod dicti condemnati aut inquisiti, accusati vel reconciliati, si iterum in haeresis crimen relabi eos contingeret, pro relapsis puniri possent, habita tamen diligenti deliberatione; quod si ex ipsis aliqui essent, qui se violenter ad fidei sacramentum suscipiendum pertractos esse docerent, illis non imputarentur [1] culpae ut in posterum relapsorum poena tenerentur.

Quodque ii, qui publice de crimine haeresis diffamati, non tamen convicti seu accusati essent, quorum perfidia ex publica voce et fama ad aures ipsius nuncii perveniret, proprio iuramento et duobus vel tribus testibus compurgatoribus fidedignis, per eumdem diffamatum eligendis, seipsos secrete et extraiudicialiter coram nuncio vel ab eo deputandis praedictis, seu eorum aliquo purgare, seu crimina huiusmodi, de quibus diffamati essent, sua sponte et cum iuramento, secrete ac etiam extraiudicialiter, coram eodem nuncio seu deputato aliquo, in praesentia duorum testium vel proprii sacerdotis loco eorum, abiurare possent.

Qui omnes accusati, inquisiti, condemnati, reconciliati, et publice diffamati, modo et forma praemissis; caeteri vero, praemissa tantum confessione et absque aliqua publica poenitentia eis iniungenda, plenariam et totalem veniam et alia supradicta consequi et obtinere; ipseque nuncius omnia et singula supradicta et quaecumque alia, quae alii inquisitores (et) commissarii quicumque, per quascumque praedicti praedecessoris et dictae Sedis literas, ac etiam de iure vel consuetudine, facere, gerere et exercere possent, facere (gerere) et exercere valerent [2]: Ac quod si aliqui ex praedictis omnibus, tam noviter conversis quam aliis, praesentibus et absentibus, reperirentur, qui huiusmodi gratiam, modis praemissis, durantibus dictis mensibus, suscipere nollent, lapsis eisdem mensibus, gratiis praedictis posterioribus literis [3] concessis nullo modo gaudere

[1] illis non ita imputentur
[2] libere et licite valeant
[3] gratiis per dictas posteriores literas

possent. Qui tamen si ad sui excusationem aliquid afferre vellent, benigne et secundum christianam mansuetudinem audirentur, et eorum iura et defensiones ad eumdem praedecessorem per dictum nuncium, sub suo sigillo clausae [1] mitterentur.

Quodque contra noviter conversos ac filios et descendentes eorum confessos vel non confessos, quorum tamen excusationes per nuncium aut deputatos praefatos, sive eorum aliquem receptae et ad dictum praedecessorem transmissae essent, in negotio inquisitionis, vel visitationis ordinariae vel extraordinariae super criminibus praedictis, iuxta formam literarum praedictarum, usque ad annum a die ipsarum publicationis, etiam supersederetur, quia interim dictus praedecessor, tam super eodem negotio, quam etiam circa illorum futuram vitam, opportune providere intendebat.

Districtius inhibens omnibus et singulis, etiam iudicibus ecclesiasticis et saecularibus, ac praelatis, inquisitoribus, ordinariis, seu delegatis, quacumque auctoritate, potestate et dignitate, etiam pontificali, archiepiscopali, primatiali, et patriarchali, ac statu, gradu, conditione et praeeminentia, etiam cardinalatus honore, fulgentibus, ac tali qualitate, de qua expressa mentio fieri deberet, pollentibus, a praefato praedecessore seu Sede praedicta, etiam ad instantiam eiusdem regis, deputatis, sub excommunicationis, suspensionis et interdicti sententiis, ac beneficiorum et officiorum per eos obtentorum privationis poenis, ne aliquos de praemissis haeresi, apostasia, aut blasphemia culpabiles aut suspectos, qui gratiis praedictis, iuxta posteriorum sub plumbo literarum tenorem, gaudere deberent, si quos sub aliqua custodia vel carceribus tenerent aut in exilium misisent, amplius detinerent, aut contra eos ad ulteriora procederent, imo captos relaxarent, et exules ad patriam secure reddire permitterent, et in eodem statu, in quo ante [2] accusationes, condemnationes, carcerationes, exilia et bannimenta huiusmodi existebant, reponerent; accusatoribus vero, denunciatoribus, testibus, inquisitoribus, iudicibus, promotoribus, et aliis quibusvis, sub similibus censuris et poenis, ne contra supradictos etiam non culpabiles nec suspectos, praemissorum occasione, se intromittere, nec aliquos ad testificandum vel accusandum seu denun-

[1] clausa

[2] et in eorum statu, in quo iam ante

ciandum inducere, vel alias illos super praemissis vel illorum occasione molestare quoquomodo praesumerent.

Ac decernentes omnes et singulos in praemissis inobedientes, vel contraventuros easdem sententias, censuras et poenas eo ipso incurrere, et beneficia per eos tunc obtenta eo ipso vacare, et ab ipso praedecessore ac quibusuis illorum ordinariis collatoribus impetrari et conferri posse, ipsasque impetrationes et collationes ac alias dispositiones, alias legitime factas, valere, plenamque roboris firmitatem obtinere; ac easdem posteriores literas de surreptionis vel obreptionis vitio, seu intentionis defectu notari vel impugnari non posse, nec sub quibusvis revocationibus, modificationibus, limitationibus et suspensionibus quarumcumque similium vel dissimilium literarum (ac) etiam per eumdem praedecessorem et Sedem praefatam factis et faciendis, nullatenus comprehensas, sed ab illis semper exceptas esse; et quoties revocate vel limitatae essent, toties in pristinum et eum, in quo tunc existebant, statum restitutas et reintegratas existere. Necnon illarum transumptis, manu notarii publici subscriptis et sigillo eiusdem nuncii munitis, eamdem prorsus, tam in iudicio, quam extra illud, fidem adhibere [1], quae ipsis posterioribus literis adhiberetur, si forent exhibitae vel ostensae.

Sicque in praemissis omnibus per praefatos et quoscumque alios inquisitores et iudices, et [2] Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinales, in quacumque instantia sive (in) iuditio coram eis, etiam tunc [3] et in futurum pendente [4], iudicari, sententiari et definiri debere, sublata eis et eorum cuilibet quavis aliter iudicandi, sententiandi et definiendi facultate. Ac irritum et inane quidquid secus super his a quocunque [5], quavis auctoritate, etiam per ipsum praedecessorem, scienter vel ignoranter contingeret attentari.

Mandans praefacto nuncio ut, per se vel alium seu alios, posteriores literas huiusmodi, et in eis contenta quaecumque, ubi et quando ac quoties opus esset, solemniter publicando [6], ac in praemissis efficaciter

[1] adhiberi debere
[2] etiam
[3] nunc
[4] pendentibus
[5] quoquam
[6] plublicans

assistendo [1], faceret easdem posteriores literas et in eis contenta quaecumque, ubi et quando ac quoties opus esset, firmiter observari, ac singulos, quos praedictae posteriores literae concernebant, illis pacifice gaudere. Nec permitteret eos desuper per inquisitores et iudices praefatos seu quoscumque alios, quomodolibet impediri, molestari vel perturbari, ac contradictores quoslibet et rebelles per censuras et poenas ecclesiasticas et alia opportuna iuris remedia, appellatione postposita, compesceret; invocato etiam ad hoc, si opus fuisset, auxilio brachii secularis.

Joannem vero Regem praefatum rogans et hortans in Domino ut, pro sua in hanc sanctam Sedem devotione et observantia, ipsi Marco nuncio suis auctoritate et favore assistens, non permitteret ipsum Marcum nuncium circa praemissorum executionem, aut illos, qui sub eisdem posterioribus literis comprehendebantur, quominus iuxta ipsarum literarum tenorem gaudere possent, quomodolibet turbari aut impediri. Non obstantibus praemissis ac piae memoriae Bonifacii Papae octaui et aliorum Romanorum Pontificum praedecessorum (suorum), ac aliis apostolicis, necnon in generalibus vel specialibus constitutionibus et ordinationibus, etiam ab eisdem praedecessoribus, etiam pluries, emanatis, legibus imperialibus, necnon etiam iuramento, confirmatione apostolica vel quavis firmitate alia roboratis, officii inquisitoris [2], ac ecclesiarum, regnorum et dominiorum praedictorum, illorumque civitatum et locorum, etiam municipalibus, statutis et consuetudinibus, privilegiis quoque, indultis, etiam in corpore iuris clausis; ac etiam in forma brevis literis, etiam per dictos praedecessores et Sedem huiusmodi, etiam inquisitoribus praedictis, etiam ad instantiam eiusdem Joannis et aliorum quorumcumque regum et reginarum, aut etiam motu proprio et de Sanctae Romanae Ecclesiae cardinalium consilio, etiam apostolicae potestatis plenitudine, ac cum quibusvis, etiam derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficacioribus et insolitis clausulis, irritantibusque et aliis decretis concessis et innovatis, etiam si in eis caveretur expresse quod illis nullatenus, aut non nisi sub certis inibi expressis modis et formis, derogari posset, quibus omnibus, etiam si, pro illorum sufficienti derogatione, de illis illorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa et individua, non autem per clausulas genera-

[1] assistens
[2] inquisitionis

les idem importantes mentio seu quaevis alia expressio habenda aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda esset, tenores, (ac si de verbo ad verbum ac forma in illis tradita observata inserti essent,) pro sufficienter expressis habens, illis alias in suo robore permansuris, ea vice dumtaxat, motu simili, specialiter et expresse derogavit, caeterisque contrariis quibuscumque ; seu si inquisitoribus vel iudicibus praedictis vel quibusvis aliis, communiter vel divisim, ab eadem esset Sede indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari non possent per literas apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem.

Et deinde posteriores literas praedictas non alia ratione, nisi vt praefato regi, qui multa ad Christi gloriam pertinentia semper [1] huiusmodi absolutionis concessione eidem praedecessori per specialem eius oratorem significare velle praemonuerat, satisfaceret, edi, et per dictum Marcum, episcopum et nuncium, publicari per alias in forma breuis literas prohibuit. Ac postmodum, tam dilecto filio Henrico de Menezes, eiusdem regis nuncio, ad ipsum praedecessorem ob hanc causam specialiter destinato, quam venerabili fratri nostro Martino archiepiscopo Funchalensi, suo apud eumdem praedecessorem oratori, auditis, ac omnibus et singulis, quae per eos adversus praedictae absolutionis concessionem acta et in scriptis data fuerant, mature consideratis, sufficientique ad omnia ex urbanitate dato responso, et quid ad ea per eumdem regem replicaretur per quatuor menses et plus eo expectato, per alias in forma breuis literas (statuit,) declarauit et voluit quod literae absolutionis huiusmodi in omnibus et per omnia eam vim et auctoritatem haberent, ac si in regno praedicto, iuxta illarum tenorem, publicatae fuissent. Addens quod si (per eumdem regem ac) per eius ministros aut populum effectum foret ut praedicti novi christiani secure non possent ea adimplere, quae dictus praedecessor in praedictis (absolutionis) literis implenda [2] esse mandaverat, ut praedictam absolutionem consequi valerent, ipsi nihilominus in eis, quae ad potestatem ipsius praedecessoris temporalem pertinebant, quoad forum contentiosum, absoluti et liberi esse conserentur ; ac nullo modo,

[1] super
[2] adimplenda

ratione delictorum praedictorum, ex tunc per viam inquisitionis seu visitationis ordinariae vel extraordinariae [1] molestari vel inquietari valerent.

Mandans eidem Marco, episcopo et nuncio, quem ad id specialiter executorem constituerat, quod, eius et dictae Sedis nomine, illius declarationem et voluntatem huiusmodi, sub eisdem comminationibus et censuris, exequi faceret, quae in praesentis [2] veniae literis, sub plumbo datis, continebantur. Non obstantibus dictis, tam sub plumbo quam in forma breuis emanatis, literis, quibus, illorum omnium tenores pro sufficienter expressis habens, ipse Clemens praedecessor derogavit, caeterisque contrariis quibuscumque.

Postmodum autem, cum dictus [3] Martinus archiepiscopus, et Henricus etiam apud nos oratores, nobis exposuissent quod, licet postea praefatus rex responsiones suas ad causas praedictas misisset, putaretque per eas constare ad absolutionem praefatam [4] sub forma praefata, etiam causis, quae dictum praedecessorem ad id induxerant, non obstantibus, procedi non debuisset; tamen (quia) praefatus praedecessor, cui, cum infirmitate gravaretur, ipsi Martinus archiepiscopus et Henricus oratores, ipsius responsiones, quae tempore dictae infirmitatis ad eorum manus pervenerant, tradere non potuerant, nesciens responsiones praedictas delatas esse, aut [5] putans ipsum regem, ex eo forsan quod causae praedictae ad eum missae ita validae viderentur ut congrue ad eas responderi non posset, ipsas responsiones, tamquam non urgentes, non misisse [6], praemissa in ultimo datis literis contenta statuerat et ordinaverat; quodque nos responsiones ipsas debite attendere et considerare, ac mature in hoc negotio, ex quo dictorum regnorum quies non parum pendebat, providere vellemus, apud nos, nomine ipsius regis, institissent, nos responsiones praedictas per ipsos oratores nobis traditas nonnullis viris, doctrina, integritate, gravitate, experientia decoratis, examinandas tradidimus, ea intentione ut, habita illorum relatione, in hoc negotio, prout ad nostrum spectabat officium, prouideremus; praefacto Marco episcopo et nuncio, ne,

[1] ordinarie vel extraordinarie
[2] praedictis
[3] dicti
[4] praedictam
[5] ac
[6] missas non esse

etiam vigore praedictarum et quarumcumque aliarum literarum a praefato praedecessore emanatarum, ac universis et singulis de haeresi et a fide apostasia culpabilibus seu suspectis, ne modo aliquo literas absolutionis publicare, aut, si publicatae forent, eis uti ; inquisitoribus autem praedictis, ne, vigore literarum per ipsum praedecessorem super eorum deputationem, ut praefertur, concessarum ; ordinariis (vero) ne facultatis eis de iure vel consuetudine concessae vigore, aliquem ex dictis de haeresi et apostasia culpabilibus et suspectis, occasione criminum per eos commissorum, modo aliquo molestare auderent vel praesumerent, donec aliud per nos desuper ordinatum foret, per quasdam interim inhibentes, voluimus quoque ut si qui ob crimina huiusmodi carceribus mancipati invenirentur, nisi relapsi forent, data idonea cautione, de ipsos carceres, quoties per eos, ad quos spectabat, desuper requisiti forent, intrando, et si eorum bona in manus [1] fisci devenissent, aut ad eius instantiam sequestrata essent, absque alia cautione, ex praefatis carceribus relaxarentur.

Et demum, cum praedicti viri, discussis et mature consideratis per eos rationibus huiusmodi et aliis quae consideranda erant, literas absolutionis, per dictum praedecessorum, ut praefertur, concessas, executioni debitae demandandas esse nobis retulissent, nos praefato Marco episcopo et nuncio per alias nostras, etiam in forma breuis, literas dedimus in mandatis quatenus ad executionem dictarum absolutionis literarum, iuxta illarum tenorem, in omnibus et per omnia, perinde ac si earum executionem per dictas literas non suspendissemus, et, ut supra est dictum, non inhibuissemus, procederet, prout in eisdem literis, quarum omnium tenores hic pro sufficienter expressis haberi volumus, plenius continetur.

Cum autem, sicut accepimus, literae absolutionis huiusmodi, si illa forma, quoad nonnulla in ipsis literis contenta, servetur, de facili, absque scandalo, executioni demandari non possent, praesertim cum, pro nonnullis Sedem Apostolicam concernentibus causis, dictum Marcum episcopum et nuncium, qui super praemissis executor, ut praefertur deputatus fuit, brevi ad nos vocare intendamus, nos ex praemissis, et aliis causis animum nostrum moventibus, literas ipsas suum, prout convenit ad obviandum animarum periculis, effectum sortiri volentes, motu proprio, et ex certa nostra scientia ac apostolicae potestatis plenitudine, volumus et

[1] manibus

decernimus quod literae veniae praedictae, quae, ut accepimus, iam diu Ordinariis regni et dominii praedictorum vel eorum officialibus pro maiori parte intimatae fuerunt, quoad absolutionem et omnia alia in eis contenta, eam vim et auctoritatem habeant, perinde ac si in regno et dominiis praedictis, iuxta ipsarum literarum formam, in omnibus et per omnia publicatae, et novi christiani, ab eisque descendentes, omnesque alii ab hebraeis originem quomodolibet habentes [1] in praedictis [2] literis comprehensi, de haeresis et aliis praedictis criminibus culpabiles et suspecti, et in regnis et dominiis praefatis vel extra illa tamquam haeretici inquisiti, accusati, publice vel occulte diffamati, etiam si eorum crimina in iuditio notorie publicata fuerint [3], et tamquam haeretici sententialiter condemnati et uti tales ipsi habiti, convicti, reconciliati, et eorum bona publicata, et contra eos sententiae desuper latae et executae, et poenitentiae publicae iniunctae, vel illi propterea carcerati, confessiones, abiurationes, renunciationes, purgationes, poenitentias iniunctas, et, iuxta dictarum literarum formam, iniungendas, omniaque alia in dictis literis contenta, adimplevissent, et per eos realiter adimpleta et cum effectu completa fuissent. Decernentes quod in foro temporali, civili et criminali, etiam contentioso, de omnibus et singulis criminibus per dictas literas veniae (eis), ut praemittitur, remissis, etiam hactenus quomodolibet per eos, qui tempore datae dictarum literarum sub plumbo in regno et dominiis praedictis morabantur, et alios ab hebraeis descendentes, in dictis literis veniae comprehensos, perpetratis, plenarie absoluti et liberati sint et intelligantur, prout nos etiam (eos) motu, scientia et potestate similibus, plenarie absolvimus et liberamus.

Volentes quod, quoad forum fori, ad aliquam confessionem, abiurationem, renunciationem, purgationem, (poenitentiam,) aliorumque in dictis literis contentorum executionem, paritionem et diligentiam, non teneantur, tam quoad haeresis, apostasiae, blasphemiae et alia praefata crimina, quam in foro conscientiae dumtaxat quoad ea et omnia alia delicta et excessus, pravitatem huiusmodi non sapientia, quaecumque, quotcumque, et qualiacumque fuerint, dummodo eorum errata et excessus

[1] tradentes
[2] praefatis
[3] probata fuissent

alicui per eos eligendo confessori sacramentaliter corde contricti et ore confessi fuerint, absque aliqua publica poenitentia eis iniungenda, in omnibus et per omnia suffragari volumus. Decernentes quod, ob confessionem et contritionem praedictas quomodolibet omissas, nullo pacto, temporaliter et in foro contentioso et civili, quominus plenarium praemissorum effectum libere consequantur, impediri, molestari seu perturbari possint; ac per eos eligendis confessoribus ipsos et eorum singulos a praemissis absolvendi plenariam et generalissimam potestatem et facultatem concedimus et impartimur. Necnon eosdem carceratos vel alias detentos et exules, etiam a carceribus, (exiliis) et bannis, quibus, occasione criminum haeresis et apostasiae et blasphemiae huiusmodi, detenti et condemnati existant, relaxamus et liberamus, ac relaxari et liberari mandamus.

Ac omnibus et singulis aliis privilegiis, exemptionibus, favoribus, gratiis, immunitatibus, libertatibus et concessionibus in dictis literis veniae (contentis), et quibus alii christifideles, eorumque filii et nepotes ac ab eis descendentes, utuntur, potiuntur et gaudent, ac uti, potiri et gaudere libere et licite valeant in omnibus et per omnia, perinde ac si ipsi eorumque avi, proavi, parentes et alii genitores vere [1] christiani fuissent et nunquam a fide catholica deviassent, de specialis dono gratiae plenissime dispensamus, eisque pariter indulgemus; omnemque inhabilitatis et infamiae maculam sive notam circa eos, praemissorum occasione, tam ex propriis quam illorum parentum, consanguineorum et affinium culpis, etiam sententiis earumque executionibus, et alias quomodolibet insurgentes, ab eis penitus et omnino delemus [2]; ac confiscationes bonorum, siquae hactenus, etiam post dictas literas veniae, in dictis regnis et dominiis factae fuerint, quorum tamen possessio pro fisco, ante datam literarum veniae sub plumbo per eumdem Clementem praedecessorem nostrum concessarum, apprehensa non fuerit, necnon processus contra illos et illorum singulos formatos, sententiasque latas, necnon informationes et alia quaecumque acta et gesta, ordinaria et extraordinaria, in iuditio et extra, contra eos hactenus similiter, etiam post dictas literas, facta, quorum omnium tenores, status et merita, etiam praesentibus haberi volumus pro latissime expressis, cassamus, irritamus et annullamus atque delemus, ac

[1] veri
[2] abolemus

cassata, irrita, delela et annullata fore decernimus ; ipsaque bona sic confiscata eis, a quibus ablata fuerint, et, eis mortuis, eorum haeredibus et successoribus, si eidem fisco, ut praemittitur, incorporata non sint, plenissime remittimus, donamus et restituimus, eosque et illa in pristinum et eum, in quo, ante praemissa et tempore quo baptizati fuerant, statum, erant, restituimus, reponimus et plenarie reintegramus.

Et insuper auctoritate et tenore supradictis statuimus et ordinamus, volumus et mandamus quod praedicti liberi et plenarie absoluti, tuti et securi remaneant ; et de haeresim et apostasiam ac blasphemiam sapientibus, et aliis criminibus (et) excessibus praedictis [1], per ipsos usque ad diem datae presentium, quomodolibet perpetratis, nullatenus inquiri, accusari vel molestari possint ; ac quod, praemissorum occasione, ipsis vel illorum filiis et descendentibus in nullo praeiudicari nec [2] praeiudicium afferri, nec reconciliati censeri, etiam ex eo quod dictorum delictorum seu aliquorum ex eis veniam petierint vel ab eis absoluti fuerint ; nec etiam si forsan in aliquem praedictorum errorum in posterum reinciderint vel alias quomodolibet deprehensi extiterint, relapsi videantur, nec [3] aliquod ex praeteritis indicium, etiam minimum, contra eos oriri, allegari vel deduci posse, in iudicio et [4] extra, indulgentia, remissio et alia in damnum iniuriam vel aliud [5] incommodum illorum retorqueri nequeant.

Districtius inhibentes omnibus et singulis, etiam iudicibus ecclesiasticis et [6] saecularibus, ac praelatis, inquisitoribus, ordinariis seu delegatis, quacumque auctoritate seu potestate et dignitate, etiam pontificali, archiepiscopali, primatiali et patriarchali, ac statu, gradu, conditione, et praeeminentia, etiam cardinalatus honore, fulgentibus, ac [7] tali qualitate, de qua expressa mentio fieri deberet, pollentibus, etiam a nobis seu Sede praefata [8], etiam ad instantiam eiusdem regis, deputatis et pro tempore deputandis, sub excommunicationis, suspensionis et interdicti sententiis, et

[1] supradictis
[2] vel
[3] neque
[4] vel
[5] alium
[6] vel
[7] et
[8] praedicta

beneficiorum ac officiorum per eos obtentorum privationis poenis eo ipso, nisi paruerint, incurrendis, ne aliquos de haeresi, apostasia ac [1] blasphemia et aliis praemissis culpabiles aut suspectos, qui gratiis praedictis, iuxta praesentium tenorem, gaudere deberent [2], si quos sub aliqua custodia vel carceribus teneant aut in exilia miserint [3], amplius detineant, aut contra eos ad ulteriora procedant, immo captos relaxent, et exules ad patriam redire permittant, et in eodem [4] statu, in quo fuerunt, et ante accusationes, condemnationes, (carcerationes,) exilia et bannimenta huiusmodi existebant, reponant; accusatoribus vero, denunciatoribus, testibus, inquisitoribus, iudicibus, promotoribus et aliis quibusvis, sub similibus censuris et poenis, ne contra supradictos, delictorum haeresim ac a fide apostasiam et [5] blasphemiam sapientium hactenus commissorum occasione, se intromittere, nec aliquos ad testificandum vel accusandum seu denunciandum inducere, vel alias illos super praemissis vel illorum occasione molestare quomodolibet [6] praesumant. Ac decernentes omnes et singulos in praemissis inobedientes vel contraventuros [7] easdem sententias, censuras et poenas eo ipso incurrere, et beneficia per eos tunc obtenta eo ipso vacare, et a nobis vel a quibusvis illorum ordinariis collatoribus impetrari et conferri posse; ipsasque impetrationes et collationes ac alias dispositiones, alias legitime factas, valere plenamque roboris firmitatem obtinere; ac easdem praesentes literas de subreptionis vel obreptionis vitio seu intentionis nostrae defectu notari vel impugnari non posse, nec sub quibusvis revocationibus, modificationibus, limitationibus et suspensionibus quarumcumque similium vel dissimilium literarum, ac etiam per nos et Sedem eamdem factis et faciendis nullatenus comprehensas, sed ab illis semper exceptas esse, et quoties revocatae vel limitatae fuerint, toties in pristinum et eum, in quo ad praesens existunt, statum restitutas et reintegratas existere. Necnon illarum transumptis, manu notarii publici subscriptis, eamdem prorsus, tam in iudicio quam extra illud, fidem adhiberi debere, quae ipsis praesentibus

[1] aut
[2] debent
[3] emiserint
[4] eorum
[5] ac
[6] quoquomodo
[7] contravenientes

adhiberetur, si forent exhibitae vel ostensae. Sicque in praemissis omnibus per praefatos et quoscumque alios inquisitores et iudices, etiam Sanctae Romanae Ecclesiae cardinales, in quacumque instantia sive iudicio coram eis, etiam nunc et in futurum, pendente, iudicari, sententiari et definiri debere, sublata eis et eorum cuilibet quavis aliter iudicandi, sententiandi et definiendi facultate, ac [1] irritum et inane quicquid [2] secus super his a quocumque [3], quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contigerit attentari.

Quocirca venerabilibus fratribus nostris Tranensi et Ulixbonensi archiepiscopis ac episcopo Ferrariensi per haec scripta mandamus quatenus ipsi, vel duo aut unus eorum, per se vel alium seu alios, easdem praesentes, pro maiori praedictorum notitia, et in eis contenta quaecumque, ubi (et) quando et [4] quoties opus fuerit, etiam in Romana Curia ac eius locis solitis et consuetis, publicantes, ac [5] in praemissis efficaciter assistentes, faciant praesentes et in eis contenta quaecumque, ubi et quando et [6] quoties opus fuerit, firmiter observari, ac singulos quos ipsae praesentes concernunt, illis pacifice gaudere. Necnon quibuscumque habentibus interesse instrumentum intimationis huiusmodi, cum insertione earumdem praesentium, omni contradictione et excusatione cessante, tradant et concedant ac [7] tradi et concedi faciant. Non permittentes eos desuper per inquisitores et iudices praefatos seu quoscumque alios quomodolibet impediri, molestari vel perturbari. Contradictores quoslibet et rebelles per censuras et poenas ecclesiasticas ac [8] alia iuris opportuna remedia, appellatione postposita, compescendo, invocato etiam ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii saecularis; ne autem super anno, in quo futurae vitae dictorum novorum christianorum modus, iuxta voluntatem dicti Clementis praedecessoris, dari debet, aliqua dubitatio oriatur, volumus et dicta auctoritate decernimus ipsum annum a die datae praesentium incipere.

[1] et
[2] quidquid
[3] quoquam
[4] ac
[5] et
[6] ac
[7] seu
[8] et

Non obstantibus praemissis, ac etiam felicis recordationis Bonifacii Papae VIII et aliorum Romanorum Pontificum praedecessorum nostrorum, et aliis apostolicis, necnon in generalibus et [1] provincialibus et synodalibus conciliis editis, generalibus et [2] specialibus constitutionibus et ordinationibus, etiam ab eisdem vel a nobis, etiam pluries, emanatis, legibus imperialibus, necnon etiam iuramento, confirmatione apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis, officii inquisitionis (et) ecclesiarum ac regnorum et dominiorum praeditorum illorumque dignitatum et locorum, etiam municipalibus statutis et consuetudinibus, sententiis, privilegiis quoque, indultis, etiam in corpore iuris clausis; ac etiam in forma brevis literis, etiam per nos et praedecessores nostros et Sedem huiusmodi, etiam inquisitoribus praedictis, etiam ad instantiam eiusdem Joannis et aliorum quorumcumque regum et reginarum, aut etiam motu proprio et de Sanctae Romanae Ecclesiae cardinalium consilio, etiam apostolicae potestatis plenitudine, ac cum quibusvis etiam derogatoriarum derogatoriis aliisque efficacioribus et insolitis clausulis, irritantibusque et aliis decretis, concessis, approbatis et innovatis, etiam si in eis caveatur expresse quod illis nullatenus, aut non nisi sub certis inibi expressis modis et formis, derogari possit, quibus omnibus, etiam si, pro illorum sufficienti derogatione, de illis illorumque totis tenoribus specialis, specifica, expressa et individua, non autem per clausulas generales idem importantes, mentio seu quaevis alia expressio habenda aut aliqua alia exquisita forma ad hoc servanda foret, tenores huiusmodi, ac si de verbo ad verbum ac forma in illis tradita observata, inserti forent, pro sufficienter expressis habentes, illis alias in suo robore permansuris, hac vice dumtaxat, harum serie, motu, scientia et potestatis plenitudine praedictis, specialiter et expresse derogamus, caeterisque contrariis quibuscumque; seu si inquisitoribus et iudicibus praedictis et [3] quibusvis aliis, communiter vel divisim, ab eadem sit Sede indultum quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint, per literas apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem.

Volumus autem quod carcerati vel sub cautionibus relaxati, qui de

[1] ac
[2] vel
[3] vel

haeresi, aut a fide apostasia, seu blasphemia haeresim sapienti, condemnati aut convicti fuerint, aut desuper confessionem fecerint, abiurationem super hoc coram aliquo iurisdictionem habente, per hos eligendo, publice facere omnino teneantur. Et abiuratione huiusmodi facta, etiam absque publica poenitentia per eos facienda, iuxta formam praedictarum sub plumbo confectarum literarum, omnino relaxentur.

Datum Romae apud Sanctum Petrum, sub annulo Piscatoris, die duodecima octobris, millesimo quingentesimo trigesimo quinto, pontificatus nostri anno primo. — Blosius [1].

[1] *Impresso no* Collectorio das Bullas do Sancto Officio, *fol. 42, e no* Magnum Bullarium Romanum, *Tom. VI, pag. 205 (Ediç. de Turim, 1860). Ambos os transumptos são imperfeitos, havendo neste ommissões, que não se notam naquelle, e vice versa: pareceu-nos, com tudo, mais conveniente, na falta do original que não encontrámos, tomar para texto o* Collectorio, *visto ser feito para uso do proprio tribunal, e aproveitar do* Bullarium *as palavras que vão entre parenthesis, a divisão em §§, e a orthographia, reservando para notas as outras variantes de menos importancia.*

Este breve foi publicado em Roma no dia 2 de novembro, como consta do seguinte auto, que transcrevemos do Bullarium *citado (pag. 217, col. 1.ª e 2.ª)*: Anno a nativitate Domini millesimo quingentesimo trigesimo quinto, indictione octava, die vero secunda mensis novembris, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Pauli, divina providentia Papae III, anno primo, retroscriptae literae, in forma brevis, in praesenti quinterno descriptae, affixae et publicatae fuerunt in acie Campi Florae valvisque Cancellariae Apostolicae ac in valvis Principis Apostolorum de Urbe et in aliis locis publicis et solitis ac consuetis Romanae Curiae, ut moris est, per me Simonem de Bellavilla, sanctissimi domini nostri praelibati Papae cursorem — Aymo Gilleon, magister cursorum.

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1535 — Novembro 1.

Senhor — A xi deste oytubro partio d aqui hum correo pera castela, e per ele escreuy a Vossa Alteza, dirygydo o maço ao bispo de lyão, e lhe dey larga conta do que passa neste cardealado, que o arcebispo tanto Requere, e lhe mandey hũa carta de santiquatro sobr ysso muy larga em portugues. Creo que estas cartas deuem ser em mão de Vossa alteza, e que teraa feito e escryto sobr ysso o que for seu seruiço, e por ysso lhe nom torno a Resumyr aqui outra uez tudo pelo myudo. Mas agora, auerá quatro ou cinquo dias, me tornou santiquatro a chamar, e me disse que de nouo lhe tornou o papa a dizer a instancia que nysso se lhe fazia, estando todauya em preposito de o não fazer polas Rezões ja ditas; e dizendo me santiquatro que outra uez per este correo tornasse auysar Vossa Alteza que escreuesse a ele e ao papa sobr ysso uossa tenção, e lh agardecesseis, senhor, o amor e respeito que nysso vos tem: e que em todo caso vos auysasse, e que Vossa Alteza escreuesse sua uontade e agardecymentos, que fossem aqui antes das quatro temporas de santa luzia, porque, com quanto o papa estaua naquele bom proposito, todauya que era uelho e poderya este homem peitar alguum, ou a pero luys, filho do papa, e poderya nas quatro temporas sayr alguma cousa per peita ou emportunação de que Vossa Alteza nom fosse seruydo, porque neste tempo crya que faryaõ alguns cardeaes. Peço muito por merce a Vossa Alteza que se nom descuyde, se nysto quer ser seruydo ou nom quer ser desseruydo: e escreua ao cardeal e per ele ao papa sua vontade no poruyr e agardecymentos polo passado, e far s aa o que Vossa Alteza quyser e mandar. E por cão largo e craro lho escreuemos santiquatro e eu, como diguo, nom tenho nysto mais que dizer senão que este homem trabalha e nom fala em al senão em ser cardeal; por ysso, se o Vossa Alteza quer ou não ele o veja, que eu nom posso nem sou mais obrygado fazer que fazer uol o saber, e Vossa Alteza faça o que for mais seu seruyço, que a mym isto nom me pesará nem m aprazerá por mais que por como Vossa Alteza for diso seruydo ou desseruydo. O que eu nisto peço a Vossa Al-

teza são duas merces: a primeira que isto se faça que se nom possa presumyr que o eu somente entendo nem cheyro, qua nem laa; porque qua ha hum Rio, a que chamão o tybre, onde se lançarão ja muitos homens mylhores que eu, e ha tambem peçonha com que se despacharão outros mais honrados: e darão a entender que christãos novos m o fizerão. E santiquatro me dysse ant ontem que este homem lhe começaua a dyzer mal de mym, e que eu me deuya de mudar d aquy ou guardar me muito bem de peçonha: e isto nom pode ser nem tem nynhum Remedio senão o de deus e de Vossa Alteza. A segunda merce que peço he que me mande yr loguo d aquy, como lhe tenho muitas uezes pydydo e agora muito mais, sem se poder somente presumyr o porque: e eu ydo fará d est outro o que quyser; e será mylhor, a meu uer, antes d eu poder ser chegado a Vossa Alteza, ou da maneira que lhe mylhor parecer, porque isto vay de maneira que, ou me Vossa Alteza ha de mandar yr com muito seu seruyço, ou eu yr me meter no lymoeyro sem sua licença, ou encomendar vos mynha molher e filhos, como fez o conde meu avo, porque o que eu synto nom no posso ainda dyzer canto mais escreuer. E porque o tempo, que Vossa Alteza quys qu eu aquy mais estiuesse, he passado, beyjar lh ey as mãos co a Reposta desta, ou sem ela, auer por bem que me vaa sem esperar mais as dylações deste negocio. E fazendo Vossa Alteza esta dyligencia que diguo de escreuer ao cardeal e ao papa, nom deue d arrecear que se faça nada em uosso desseruyço ate mandardes, senhor, yr est outro embaixador cando diguo, ou vos parecer mylhor e mais uosso seruyço e segurança mynha; porque, como ja disse na outra, nom arreceo senão isto, e que a quem isto toca ante Vossa Alteza mesmo me lançar a longe mynha honra e vyda, porque abertamente e de Rosto a rosto bem nos auyryamos co ajuda de deus. Vossa Alteza nom deyxe isto a beneficio de natura, e despache loguo, se jaa nom tem despachado, que possa ser aquy antes de santa luzia, postoque, se o ja nom tem feyto, este parte a tempo que nom creo que possa ser, porque ja o papa sabe que he Vossa Alteza disto auisado per santiquatro, e lhe preguntou se serya ja la este recado que d aquy mandámos a XI d oytubro, como ja dysse. E pois eles querem nom fazer o de que Vossa Alteza seja desseruydo, querem tambem que lho agardeção e saber uossa uontade, e he Rezão. Disto nom posso mais nem mais craro escreuer. Vossa Alteza faça o de que mais for seruydo.

Item. Senhor, se Vossa Alteza nom tem respondydo, responda ao que lh escreuy pelo seu correo, o couto, que d aquy partyo a XIII de setembro, sobo los queixumes do papa; porque crea Vossa Alteza que nem ao datayro nem ao cardeal Zinuche, que foy auditor da camara, nom se pode falar em nada desse Reyno, quer seja negocio uosso quer alheo, que nom digão que se nom pode fazer nada por cão mal enformado, e cão indinado o papa estaa dele e de seu Reino. E isto tudo he pola pregação de mestre affonso, e polo mosteiro de cristovão leitão, e mestura se o barroso em tudo, e então o nuncio que assoprou sempre estes foles canto pode: por ysso Vossa Alteza responda e satisfaça ao papa muito bem e com breuydade, senão nom se pode nunca fazer nem falar nada de uosso seruyço, nem do cardeal uosso irmão, que tambem o metem na culpa da pregação de mestre Affonso. E a meu ver Vossa Alteza o deuya d escusar huns dias e escreuer ao papa muitas satisfações sobr ysso, e serês amygos e concertados, e poderaa Vossa Alteza ser seruydo. E pois nom quer brygas co ele polo mais, nom as deue de querer polo menos, e deue de procurar e folgar co esta concordya, e mais pois custa tão pouquo. E, se me meto a falar nysto mais do que posso, Vossa Alteza mo perdoe que o nom faço senão por me parecer que faço o que deuo, e sou a ysso obrygado polo que me parece que toca a uoso seruyço.

Item. Senhor, porque ja em outra fyz queixume a Vossa Alteza que, dando me o papa palavra de me conceder a mynha despensação de mynha filha de graça, agora co estes descontentamentos m a nom querya conceder asy nem asy, lhe faço saber que ja a ouue per meus meyos muito fora de meus, porque foy emcobryndo humas cousas e negando outras, e auendo hum pedaço pelo datayro per composição, e outro pedaço per penitenciarya, de maneira que coma em tutuão ou co xaryfe acabey este resgate por muito pouco dynheyro, porque asy se fazem os resgates com alfaqueques auisados: custou me duzentos e cinquoenta ducados, que foy menos ametade do que cuydey, e do que eles cuydarão que me fyzerão a graça, se m a fyzerão; mas eu, como uy a sua volta, nom quys mais falar niso per aquele caminho que asy comprya a muitas cousas, porque eu muito proue sou mas nom tanto. Nom tenho mais que dizer a Vossa Alteza senão outra uez lhe torno a lembrar e pedyr muito por merce, que queyra muito em breue acudyr e satisfazer a tudo isto; e asy ao de barroso, em que eu nom falo por estas cartas derradeiras, em que manda soltar o

mosteyro, ate me Vossa Alteza nom responder dentro deste oytubro ao que lh escreuy a XIII de setembro per couto, seu correo, que se querês, senhor, dar satisfação polo mosteiro que uola aceytarão; e se isto nom vem neste tempo que digo, ou ate meado novembro porque oytubro ja he ydo, nom poderey al fazer senão soltar o mosteiro, porque ja o arcebispo o tem dyto que Vossa Alteza o manda soltar, muito contra mynha uontade, e me mata porque o nom faço; e eu nom querya ate nom ver se quererá Vossa Alteza dar outra satisfação de que se contentem, por este tredor nom ter nada em uosso Reino, postoque, como lh eu ja escreuy, mylhor he dar lho e nom lho deyxar lograr senão yndo laa, o que ele nom sey se fará de boa vontade: e se Vossa Alteza a ysto nom tem muito determinadamente respondydo, ja nom creo que poderey esperar po reposta desta, nem poderaa ser senão soltar o mosteiro como diguo. A mym me mande Vossa Alteza loguo yr por me fazer muyta merce, pois mo tem tantas uezes prometydo e vee canto compre a mynha uyda e honra, e a uosso seruyço, qu eu muito mais estimo que tudo.

Item. Senhor, no negocio da vynda do nuncio e no mosteiro de Rafoyos, que Vossa Alteza mandou pydyr, postoque o arcebispo o fez muito e muy bem, santiquatro todavya falou nysso, e o papa a ele, e fez nysso canto pode, e Vossa Alteza foy em tudo seruydo, deus seja louado. E a bofee, senhor, segundo eu ouuy hum dia o arcebispo co papa sobr ysso, nom trabalhou nysso pouquo; e per aquy verá Vossa Alteza como estaa co papa, pois d hum mosteiro, de que fez correo primeiro que nynguem, vos nom faz graça senão com tanta dyfyculdade e tanta pratica como eu mesmo ouvy.

Item. Senhor, depois desta atequy feita soube que espede o papa hum breue em fauor dos cristãos novos, pera que dous cardeaes qua e voso irmão laa pubryquem o que lhes estaa concedydo, me dysserão ao que quer Duarte de paz fazer hum correo pera laa mandar noteficar; e eu nom lhe posso valer por como o papa ja estaa neste negocio, e porque nom sey se pareceraa ao arcebispo tão mal com a mym, e ainda que lho pareça ja nom creo que nada desto tem Remedio. E o porque isto he perdydo, e o foy muito ha, Vossa Alteza o deue de saber, pois nom se dyz al em Roma nem em castela nem em portugal, e o conde do uymyoso o escreueo ja qua ao arcebispo; e posto que alguma cousa toquey dysto, dias ha, a pero correa pera o dizer a Vossa Alteza, nom auendo

ainda o mal por tanto, e por isso nom quysera eu proprio dizel o, nom posso porem deyxar de o dizer, e he que des que aquy sou alegora, ontem e ant ontem e oje e cada dia, o arcebispo tem oras e portas por onde falla canto quer com duarte de paz, e toda Roma o sabe e mo dyz, e eu nom sey que faça senão pydyr a Vossa Alteza por amor de deus que, pois este negocio he perdydo, que nom queyra que o seja eu tambem, e mais desonrado do que sou, e me mande logo yr daquy sem outra dilação, que nom he rezão qu eu ande e seja tanto tempo vendydo sem poder prestar pera nada: e mais nom posso auer paciencia com o papa querer que, a tudo o que todo este tempo lhe neste negocio Requerymos, fosse sempre presente Duarte de paz ou lho notificassem, e a nós nom manda dar conta nem parte do que faz co ele e por ele, e por cantos judeos ha neste Reino. Co isto nom tenho paciencia; e Vossa Alteza aja por certo que isto nom tem nynhum Remedio, e queyra que o tenh eu por amor de deus e por me fazer muita merce, que ainda serey pera vos seruyr em outras cousas e em outras partes, e nom desejo nem querya prestar pera outra cousa esses dias que uyuer, os quaes nom sey se serão muitos segundo me esta terra e esta negoceação tem atormentado. Nosso Senhor a vyda e estado Real de Vossa Alteza acrecente como eu desejo.

De Roma, o primeiro de nouembro, ante menhã, 1535.

Criado de Vossa Alteza, que suas Reaes mãos beyja — *Dom anryque m.* [1].

Carta do cardeal Santiquatro a el-Rei.

1535 — Dezembro 10.

Senhor — Eu Receby a carta de Vossa Alteza e entendy per dom anryque, seu embaixador, a sua vontade acerqua da soprycação, que eu escreuy a Vossa Alteza: e porque eu per uentura nom poderey falar ao papa antes da partyda deste correo, segundo a pressa que lhe daa dom martynho, assy largamente como comprya, faço saber a Vossa Alteza que

[1] Arch. Nac., Gav. 20, Maç. 7, n.º 23.

deue d estar de boa uontade, porque o amyguo vos tornará a beyjar a mão com capelo de cor verde e não d escarlata, porque o capelo, que o cardeal uosso irmão tem, abasta pera dar lustro a toda espanha. E nysto concrudo beyjando as mãos a Vossa Alteza, reseruando me a escreuer mais largamente polo primeiro que partyr: e digo mais a Vossa Alteza que suas cousas depois da partyda deste amyguo se farão muito mylhor que atequy a todo meu poder.

De Roma, a x de dezembro, 1535[1].

Confirmo quanto di sopra è scripto.

De V. M.ta — Humillis seruitor — A. Cardinalis Sanctorum Quattuor, Maior penitenciarius[2].

Carta do cardeal Santiquatro a el-Rei.

1535—Dezembro 16.

Senhor — Depoys de teer a outra espritta socedeo a partida de dom Martinho per mandado de Vossa Alteza, e por ysto me pareceo bem auisalla que a mais principal causa de se publicar o dito perdam foy que dom Martinho, nam soomente aconselhou que a derradeyra instruçam de Vossa Alteza nom se amostrasse ao Papa, co a qual, amostrando se, fora satisfeyto a quem requeria e aaquelo que se requeria, mas que o que a mym mays afrigyo foy que o dito dom Martinho, fyamdo se do seu proprio juizo, sem sabedoria nem conselho do seu companheiro dom Amrique, pouco antes que o perdam se pobricasse, se foy ao papa, e por ambos serdes fora de tanta fadiga, aconselhou a Sua Santidade que serya bem que o dito perdam se pubricasse em portugal. O papa mostrou que folgaua muito com tal lembrança, e dy a pouco depoys fyz saber ao dito dom Martinho per Micer Ambrosio, seu secretario secreto, que milhor lhe pa-

[1] *Até aqui é da letra de D. Henrique de Menezes.*

[2] Arch. Nac. Gav. 20, Maç. 7, n.º 1. (1.º) *Por uma cota, que tem no verso, se sabe que esta carta chegou a Lisboa a 28 de Dezembro.*

recia publicar o dito perdam primeiro em Roma que em portugal, e asy se fez sem dom Anrique nem eu saberemos dysto parte, a saber, do conselho que dom Martinho deraa ao papa, nem da resoluçam que o papa nysto tomaraa. Eu creo bem que nam sem proposito e a boom fym se mouesse dom Martinho a fazer ysto e dar este conselho ao papa; mas, qualquer fym que o a elle mouesse, sey eu bem ysto que, poys lhe elle deu tal conselho, nam podemos nós contraryar a pubricaçam do dito perdam. Tudo ysto quis decrarar a Vossa Alteza porque sayba com quanto resguardo o papa procedeo nesta publicação, poys por huum dos seus embaxadores foy esforçado a fazella, sem sabedoria de dom Anrique nem minha; pollo qual, a meu parecer, Vossa Alteza nam pode fazer cousa mays escrarecyda, nem de mayor seu louuor, que deyxar toda esta carrega deste perdão sobre los ombros do papa, a quem toqua e conuem curar das ouelhas das quays he pastor, e seer Vossa Alteza contemte que esta mysera jemte de christãos nouos recebam da see apostoliqua a remissam da pena temporal de todos seus pequados passados, como pay piadoso, porque tambem o Rey com seus subditos e vassallos tem lugar de pay, e agora ao presemte fazer instancia co a Santidade de nosso Senhor polla bulla da Inquisição, á qual Vossa Alteza me crea que o papa nom deyxaraa de fazer cousa nenhuuma.

Datum Rome ex aedibus sacre penitentiarie, die XVI *decembris*, MDXXXV.

E M.tis V. — Humillis servitor idem A. Cardinalis[1].

Carta do cardeal Santiquatro a el-Rei.

1535 — Dezembro 17.

Senhor — Sempre se acha alguma cousa de nouo no negocyo do arcebispo do funchal. Digo isto porque esta manhã me dysse hum grande meu amyguo que, como me Vossa Alteza fizesse saber per carta sua que

[1] Arc. Nac., Gav. 20, Maç. 7, n.° 1. (2.°) *Esta carta foi escripta por D. Henrique de Menezes, e datada e assignada pelo cardeal.*

o arcebispo nom aueraa de tornar mais a Roma, que então me dyrya huma grã cousa que o dyto dom martynho tem em sua mão, a qual impetrou do papa clemente, que toca ha dynydade que ele andaua procurando. E creo eu que he hum breue, no qual o papa clemente ou lhe prometya de o fazer cardeal, ou o pronuncyaua por cardeal com certa condyção, asy como poderya ser se ele arcebispo fosse ao preste yoão. Diguo isto porque, poucos dyas antes da sua partyda de Roma, me dysse que ele tinha muito encarregado e louvado o preste yoão ao papa clemente, e mostrado a sua santydade que aquele Reyno merecya ser lhe mandado hum cardyal legado de latere, a qual cousa aprouvera muito a sua santidade, de boa memorya. Agora, cotejando eu o que me dysse este meu amyguo co as palavras do dyto arcebispo, duvydo que nom seja alguma cousa semelhante: e depois que ele fosse cardeal nom lhe faltaryão ocasyoẽs pera nom yr, ou per enfermydade, ou por tormentas do mar, ou por outra causa fingyda. Como ouuermos por certo que nom torna a Roma, então saberey a uerdade de tudo, e o farey saber a Vossa Alteza, cuja vyda e estado noso senhor acrecente como eu desejo.

De Roma, a xvii de dezembro, jaa muito de noyte, 1535.

De Vossa Alteza — *Humillis seruitor* — *A. Cardinalis Sanctorum Quattuor, Maior Penitenciarius* [1].

Breve do Papa Paulo III dirigido a el-Rei.

1535 — Dezembro 17.

Paulus papa iii charissime in christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem.

Hodie dilectus filius Enricus de Menezes, orator tuus, redditis nobis tuae Serenitatis litteris fidem eius verbis facientibus, mandata tuae Serenitatis solita fide et prudentia nobis exposuit, super quibus nos ea illi res-

[1] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. I, Maç. 56, Doc. 111. *Apenas a assignatura é da letra do cardeal: o resto foi escripto por D. Henrique de Menezes.*

pondimus, quae ex eius litteris tua Serenitas intelliget. Cum uero paulo ante ex oratore veneto laetissimum nuncium accepissemus magnae cladis per sophianos decima tertia octobris preteriti Turcis inflictae, ex qua ipsi Turcae maximo detrimento et jactura sunt affecti, Nos eidem Enrico cuncta libentissime communicauimus ad Maiestatem tuam perscribenda, vt et ipsa, quamquam aliunde forsitan hoc auditura, nobis etiam scribentibus hoc gaudio frueretur, cum presertim ipsa, ut intelligimus, non expers fuerit huius sophianorum victoriae, quos subministratione tormentorum bellicorum adiuuerit. Nos quidem Deo altissimo gratias egimus et continue agimus, tantum ac tam manifestum eius beneficium agnoscentes, non solum quod proxime Africanae expeditionis foelicissimum exitum nobis ac Serenissimo Caesari tuaeque Serenitati concesserit, verum etiam quod ad futuras victorias ac successus viam manifestissime ostendat, et quasi vexillum proposuisse suis Fidelibus uideatur ad hunc communem hostem ex toto delendum, quem et superioris Anni calamitatibus, et his recentibus detrimentis, infirmum ac debilem reddiderit. Itaque Nos, quibus licet imparibus primae partes hortandorum vrgendorumque in hoc Principum ex pastorali officio sunt attributae, cum tantam occasionem neque nostra neque patrum nostrorum memoria nobis a Deo tributam uideamus, omni sumus studio et feruore incensi ad illam et capessendam arripiendamque pro nostris viribus et suadendam Principibus caeteris, Ipsique Caesari in primis, quem Neapolim iam constitutum propediem in hanc Almam vrbem venturum expectamus, sumusque viua voce hoc officium non tam hortationis necessariae cum illo. Quid enim eius pietate et alacritate in hoc manifestius, quam currenti, ut dicitur, calcar addituri, acturique cum eius Maiestate quo maxime modo huius sanctae expeditionis faciliorem successum consequi possimus. Quam ob rem te, charissime fili, omni nostri cordis affectu hortamur, et per communem relligionem astringimus, vt et ipse pro tua consuetudine et gloria in hanc sanctam expeditionem incumbere, tantamque occasionem elabi non sinere, et ipsi Caesari, quo cum affinitate et amore iunctus es, Idem tua auctoritate et gratia persuadere velis vt, omnibus aliis priuatis rationibus et humanis affectibus posthabitis, id suscipere atque exequi non differat, sicut proxima eius in Africa gesta nobis et caeteris firmiter pollicentur eum esse facturum. Sed cum haec plenius et particularius cum eodem oratore tuo simus prosecuti, et tuam pietatem semper in hoc uersatam stimulis non egere certo

sciamus, ad litteras eiusdem tui oratoris nos referentes tuae Serenitati omnem foelicitatem optamus.

Datum Romae, apud sanctum Petrum, sub annulo piscatoris, die XVII Decembris, MDXXXV, Pontificatus Nostri Anno Secundo — *Blosius* [1].

Carta de Alvaro Mendes de Vasconcellos a el-Rei.

1535 — Dezembro 27.

Senhor — Terça feira xx de dezembro, dya de san tomé, chegou dom anrique de meneses a esta cidade de napoles a esta mynha pousada polas postas, e me deu hũa carta de vossa alteza de XXIII de novembro, na qual me faz saber como manda vyr aquy o dito dom anrique, asy pera yr co enperador ate Roma, e se ofrecer a seruilo aly nas cousas que tratar, como pera lhe dar conta destes negocios da Inqysyção ; e que, pera vossa alteza ser mylhor imformado, manda ir o arcebispo do funchal polas postas. Diz mais vossa alteza que o correo antonio dinis hera chegado, e que ao que convier responder me o mandará fazer co a breuidade necesaria ; E que me manda que com toda instancia que me for pusiuel Requeira e procure o efeito deste negocio da Inquisição ; e tambem me manda que agasalhe dom anrique e lhe faça toda boa conpanhia.

Nesta soomente Responderei ao que acima diguo, e em outra direi o que mais ha que escreuer ; e porque dom joão de meneses não vay muito depresa, mando estas cartas por duas uias, a saber, por hum correo do emperador, que parte amenhã pera a enperatriz, e outras taes pelo dito dom joão de meneses.

Dom anrique chegou o dia que ja disse, e não foy ao enperador senão ontem, segunda feira XXVI deste mes, asy por mandar fazer vestido con que fosse, como por estar o enperador acupado hum dia en se confesar, e outro com huns enbaixadores de veneza como em outra direy. E antes que ele fosse eu falei ao enperador, e lhe disse o que me vossa alteza em sua carta mandou, de que mostrou contentamento, e me disse

[1] ARCH. NAC., Maç. 25 de Bullas, n.º 42.

que dom anrique fosse bem vindo, e que em tudo mostraua vossa alteza o muito amor que lhe tinha como lho ele merecia. E que quanto aos negocios da Inquisyção, que ele faria o que ja tinha dito, e que pera ele hera escusado mais enformação; que visemos o que conpria a bem do negocio e lho Requeresemos, e que faria quanto lhe fosse pusyuel por acabar o que vossa alteza queria, como conpria a seruiço de deus e de todos. Sobr ysto lhe falou dom anrique, ao qual Recebeo mui bem e com muito gasalhado, e lhe disse o que me ja tinha dito; e que falassemos com cobos e nos Resumisemos no que ele agoura faria antes de sua ida a Roma, e que tudo faria. Co isto nos despedimos, e oje estamos determynados de falar a cobos, como adiante direy: e, se o enperador disse mais palauras a dom anrique, ele as escreuerá a vossa alteza.

Quanto á hida de dom martinho ho enperador me mandou que escreuese a vossa alteza que aguora tinha o negocio por feito, pois dom martinho não estaua em Rõma. Não escreuo disto mais porque ainda isto ouvera por escusado, se o enperador me não mandara espressamente que o fizese.

Ao cuidado, que me vossa alteza manda que tenha deste negocio, espero em noso senhor que Respondamos, dom anrique hi eu, co a mesma obra como tenho feito nos que atequi negoceey. Por luis affonso escreui a vossa alteza tudo o que tinha feito e dito, e despois dele partido socedeo o seguinte. Respondeo o conde de cifontes ao emperador huma carta, que o enperador me mandou mostrar, em que dezia que Sua Santidade se escusaua, com muitas Rezões, de Reuogar este derradeiro breue, en que diz que não fez mais que perdoar os crimes cometidos ate ho ano de XXXII, e que no mais da Inquisição ele o faria, por Respeito de vossa alteza e do enperador, de maneira que fossem contentes; e que o dito breue pasara por lhe ser feito no modo de negocear muito grande desacato, asy nas dilações da Reposta, como nos modos que os enbaixadores de vossa alteza com ele tiuerão: e destes modos faz grande manjar dando lhe muitas culpas. Sobr este Recado veo aguora a Reposta de pero luis, filho do papa, a quem o enperador encarregou o negocio, como ja escreui hi eu lhe faley, e quasy he como a do conde de cifontes, se não quanto diz mais que, se o emperador não for contente, que lho faça saber, e que tudo trabalhará que se emmende o milhor que for posyuel, pera que ele seja satisfeito. Isto he o que ateguora pasa.

A enformação que eu disto tenho, e a que me vossa alteza por suas instruções tem mandado, e polos trelados dos breues, he, segundo o que de dom anrique tenho entendido, toda a que se podia dar. Aguora temos praticado em que falaremos com cobos, a saber, o que pediremos ao emperador que faça antes de sua yda; e porque eu arreceo que ele estee poucos dias em Roma e o lancem d aly muy em breue, determino, e asy parece bem a dom anrique, apertarmos d aqui o negocio de maneira e por taes termos que o mesmo papa e seu filho creão que, demais de fazerem o que deuem, fazem seu propio negocio em contentarem e fazerem co isto boca boa ao emperador: e sendo asy tratado, creo que não pasará de Roma sem deixar acabado o que lhe Requerymos. O meu principal intento, ou hum dos principaes, he dizer ao emperador que este negocio he tanto seu como de vossa alteza, asy por tocar a castela tanto como ele me tem dito, como por ser de vossa alteza. Recebeo muito bem, e espero em nosso senhor que se fará como deos e vossa alteza sejão seruidos; e asy o parece a dom anrique, ainda que do pasado estaua tam atormentado como hera Rezão: e polo desejo e afeição que lhe uejo ao seruiço de vossa alteza e bem do negocio, bem creo que nos não desconcertaremos: e polo que tem pasado, de que aguora estou bem certeficado, me atreuo a dizer a vossa alteza que he muita Rezão auer muito grande doo dele e do que tem sofrido. Ho gasalhado e ospedagem que lhe faço he como de quem anda co fato aas costas. Vossa alteza me fez merce em mo mandar encomendar, porque he sinal que estaa tão contente de seus seruiços como lhe merecem os de seus pasados e os seus. E segundo o que ele deste negocio entende, e o desejo que tem de o acabar, eu não farei mais que ajudalo em quanto me for pusyuel. Noso senhor a vida e Real estado de vossa alteza acrecente como deseja.

De napoles, a XXVII de dezembro de V^c^XXXVI anos.

Beijo as Reaes mãos de vossa alteza — *Aluaro mendes de uasconcelos* [1].

[1] ARCH., NAC. Gav. 2, Maç. 5, n.° 53. *Note-se que data do anno do nascimento começado em 25 de Dezembro. Alvaro Mendes era o embaixador portuguez na côrte de Carlos V.*

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1536 — Janeiro 17.

Senhor — Como aquy cheguey escreuy a Vossa Alteza per duas uyas o que faley co emperador, e o que mandou que se fizesse, e me dele parecya, o qual foy per dom yoão meu sobrinho per huma uya, e per hum correo, que hya a valhadolyd, per outra; e polas mesmas escreueo o embaixador a Vossa Alteza tudo mais largamente. O que depois ategora socedeo he que nos mandou o emperador falar com covas, a que falámos muito e muito largo: e depois falou ele mesmo emperador com o nuncio aquy do papa muito quentemente, segundo nos o mesmo nuncio dysse, porque o mandou o emperador ajuntar se com nosquo e com covas: onde sendo todos juntos lhe falámos e deemos as Razões que no negocyo comprya, e de que o nuncio ficou satisfeyto, desejando porem de uer alguns escrytos, que hy ha do mesmo negocio, pera com mylhor enformação ele fazer e negocear co papa isto coma cousa que tão apertadamente lh o emperador encarregaua. Pera satisfação do qual fuy eu co embaixador ao outro dia a sua casa, e lhe mostrámos nosos papeis, e o satisfizemos do negocyo cão bem podya ser, ficando ele disso muy encarregado pera comprir o que o emperador lhe mandaua. E per cyma disto tudo despachou o emperador huma posta ao conde cyfuentes com huma carta pera o papa com Regras de sua mão, e outra ao conde encarregando lhe o caso canto foy posyuel pera que se fyzese tudo, assy o do perdão como o da inquysyção, propiamente como em castela, que nysto estryba o emperador e estrybamos noos. Toda esta delygencya pareceo bem ao embaixador, e aprocurou que se fyzesse d aquy porque o negocio ande quente, e porque nom possa ser estar o emperador tão pouco em Roma que nom aja tempo pera o acabar, como todos desejamos e esperamos que se faça. Do que sobr ysto se fez em Roma nom he ainda uyndo recado: se antes qu estas partão uier Vossa Alteza o saberá. Eu nom tenho nysto que dizer, senão que o embaixador estaa nysto tão instruto e mais qu eu, e o faz como Vossa Alteza sabe que ele faz todalas outras cousas de uosso seruyço, de maneira que nem pera emformação nem pera solicitação eu sou

nysto bem pouco necessaryo. Do emperador certefico a Vossa Alteza que estaa nysso tão bem posto, e com tanto cuydado e lembrança, como deue a hum tal negocio e a hum tal irmão: e oxalá fora isto mais cedo, que ele fora feyto mylhor do que o Vossa Alteza deseja ou consente. O embaixador dyrá o que mais entender disto, e do emperador, e dos despachadores com que isto falamos, que he covas, que nysto certo mostra muita vontade e dyligencya pola calydade do mesmo negocyo, e pola vontade que vê que o emperador pera ysso tem.

Item. Senhor, em outras, que d aquy escreuy, como digo, escreuy a Vossa Alteza o que aquy tornarey a dyzer, e hum pouco mais, a saber, que o emperador partyrá d aquy na entrada de fevereiro, e de Roma dizem que se yrá na de março ate meado o mes: ate o qual tempo este negocio ha de tomar concrusão boa ou maa. E partydo ele, a mym nom me fica que fazer senão ficar em Roma matando cães com desonra mynha e pouquo seruyço de Vossa Alteza. Escreuy lhe que lhe beyjarya as mãos mandar me licença pera que, indo se o emperador, me poder yr sem mais esperar recado seu; porque, se Vossa Alteza espera que depois de chegar a Roma lho escreua e me responda, antes se yrá o emperador que essa resposta uenha, e eu ficarey no ar sem ter como nem por que estar em Roma, nem ser ja tempo d eu deuer d estar mais nem tanto de nenhuma feyção que fosse; polo qual, senhor, nesta digo mais hum ponto que nas outras, e he que, se ate meado março, ou ate a yda do emperador de Roma, que ate então deue de ser, Vossa Alteza me nom mandar recado e licença pera m yr, eu a ey por auyda e me yrey dar lhe conta do que tyuer feyto mal ou bem, porque, como quer que no negocio nom se pode fazer mais, depois do emperador partydo ey eu que fico desobrygado de mais estar qua, e me posso yr sem Vossa Alteza ser nyso desseruydo, nem eu fazer o que nom deuo. Beyjarey as mãos a Vossa Alteza nom ter a ysto nynhum pejo nem inconuenyente e auel o asy por seu seruyço. Nosso Senhor a uyda e estado Real de Vossa Alteza acrecente como eu desejo.

De napoles, a XVII de Janeiro, 1536.

Criado de Vossa Alteza, que suas reaes mãos beyja — *Dom anryque m.* [1].

[1] ARCH. NAC., Corp. Chron. Part. I, Maç. 56, Doc. 128.

Carta de Alvaro Mendes de Vasconcellos a el-Rei.

1536—Fevereiro 3.

Hontem, o primeiro deste feuereiro, respondeo o Conde de Sifuentes ao Emperador que achaua o Papa muito duro neste negocio da Inquisição, e porem que lhe dizia que com a prezença sua tudo se bem faria quanto á Inquisição; mas que no perdão lhe não fallassem, porque em nenhũa maneira mudaria o que tinha feito: e que juntamente com estas palauras e outras se rezumira em lhe pedir o modo de que se concedera a Inquisição de Castella, o qual lhe ja tinha dado mui copiosamente apontado por hum Doctor do Emperador, que em Roma rezide, que foi sempre participante em todalas cousas, que tocarão e tocão á Inquisição de Castella. Dis mais o dito Conde que elle solicita e solicitará o negocio de maneira que, se se não acabar antes que o Emperador ua, que está o mais do caminho andado. Isto me mandou o Emperador mostrar em sua carta, e o mesmo me escreue o Conde em reposta de outra que lhe escreui.

Hoje, dia de nossa Senhora das Candeas, me mandou chamar o Emperador, e me dise o que acima digo que escreuesse Vossa Alteza; e despois me perguntou que era o que eu tinha uisto na carta do Conde de Sifuentes, que me mandára mostrar, e o que me parecia que se deuia agora mais fazer. Resumi lhe o que acima digo, e disse lhe que quanto ao perdam que não dissesse o Papa que reuogaua o que tinha feito e mandado, posto que fosse tam justo reuogal o; mas que o declarasse de maneira que parecesse que tinha mais respeito ao seruiço de Deos, que satisfazer aos confessos: na qual declaração auia de dizer que os perdoaua com tal que abjurassem seus pecados, e fossem escritos os taes abiurados em hum liuro da mesma maneira que Vossa Alteza em seus apontamentos declara. E que desta maneira não se reuogaua o perdam que lhes tinha dado, nem se lhes daua lugar a cahir em majores erros. E que quanto á Inquisição, que, como fosse em tudo como a de Castella, Vossa Alteza seria contente; e que escreuesse ao Conde de Sifuentes que nisto fizesse toda a instancia posiuel pera que, quando elle chegasse a Roma,

tiuesse menos que fazer. Respondeo me que lhe parecia muito bem o que eu dizia, e que me ajuntasse com Cobos e lhe fizesse escreuer a dita carta pera o Conde, pera que logo lhe fosse; e que elle esperaua em Deos que o negocio se acabasse de maneira que Vossa Alteza fosse contente e Deos seruido. Amenhã me hirei a casa de Cobos, e despachar se á logo a dita carta, e aquentar se á o negocio de maneira que por nenhũa mingoa nem negligencia se possa leixar de fazer.

Daqui abaixo direi o mais que a este negocio toca, e me parece que compre a uosso seruiço escreuel o. Primeiramente digo.que não fallo a Vossa Alteza em Dom Martinho, e no que delle se dis em Roma, porque, segundo tenho sabido por hum Capellão de Vossa Alteza, que se chama Dorta, que de Roma partio ha poucos dias, saberá tudo largamente, assi o que lhe Santiquatro disse que a Vossa Alteza disesse, como todo o mais que se dis de seus Breues e legitimações, como de seus segredos com Duarte de Pas, que nunca ui nem ouui majores vergonhas. Tudo o Emperador sabe e m o contou muito espantado: nisto não fallo mais. Quanto a Dom Henrique de menezes, depois que aqui chegou não uio o Emperadór mais que a primeira ues, porque sucederam logo estas duas mortes em que o Emperador tomou dó; e porque o dó he de pano fino, fese lhe de mal com . . . . . [1].

[1] *Extrahimos este fragmento de um livro manuscripto, numerado de folhas 1 a 86, onde se encontram copiadas varias cartas de differentes personagens, desde 1487 até 1576. Infelizmente faltam-lhe quatro folhas (como se conhece pelo salto na numeração antiga, que ainda se divisa), onde devia estar o resto desta carta e mais algumas do mesmo embaixador, porque a folha 16 actual (21 antiga), immediata áquella onde acaba o fragmento que publicamos, traz o fim de uma carta de 20 de fevereiro.*

Este livro parece ser o que Fr. Luiz de Sousa teve em seu poder, e donde tirou os apontamentos, que se leem a pag. 397 dos Annaes de D. João III. *Hoje guarda-se no Archivo Nacional, mas não tem titulo nem outra indicação além das letras* M. S. *na lombada.*

Carta do Bispo de Sinigaglia (*a*).

1536 — Março 1.

Quando auisai del receputo dele di V. S. dèl ultimo di ottobre, li scrissi la difficulta trovai nela prima pratica con questa gente, circa al volere attender le promesse del Commendatore: dapoi dela quale, prima partisse de Lisbona, ne hebbi molte altre. Nè fu remedio, nè co' persuasioni nè col metterli timore, servato il decoro, com'ela mi comanda, poterne cavar altro, se nò che fariano quanto si erano per 'scritto meco obligati [1], non potendo più; et che se'l commendatore havea promesso,

(*a*) *Veja-se o que ácerca desta singular carta diz o Sr. Alexandre Herculano a pag. 155 do Tom. II da* Origem e estabelecimento da Inquisição.

[1] *Allude aos seguintes documentos.*

CAPITOLO ET OBLIGATIONE DE' CHRISTIANE NUOVI.

Che in nessun modo si conceda inquisitione nè devassa generali contra li nuovi cristiani nè suoi descendenti, attento il modo della conuersione, et l'odio et le coniurationi et occisioni et altre molte iuridiche cause, che ui sono; et quelli, che errarano in crimine d'eresia, siano puniti dagli Ordinarii, mediante accusationi et denunciationi, il che basta per farsi giustitia, con le dichiarationi sottoscritte.

Primo. Con le conditioni dello Privilegio et contratto celebrato frà il Rè Don Emanuele et detto Popolo al tempo di sua conuersione, confirmati dipoi per il Re Nostro Signore, quali sono li sequenti:

Quelli, che seranno accusati per qualunque errore d'eresia, si proceda contro loro come si procede in tutti gli altri delitti non eccetuati.

Item. Che non sia ammesso nessuno testimonio per denuntiare ò testimoniare contra alcuno, saluo dentro di xx giorni, numerati dal dì che si commise il delitto; nè sia admessa accusatione ò querela saluo dentro il detto tempo: et passati detti xx giorni non possono essere più accusati.

Item. Che li beni uenghino a suoi Eredi et descendenti. Et per che quella clausula, che dice in questo delitto si proceda come negli altri, è generale, supplicano a Sua Santità dichiari le cose sequenti, quali sotto detta clausula si comprendono, cioè, carceri aperti et publici, come in gli altri delitti.

Item. Che possino ricusare li Giudici et Officiali, et siano pronuntiati sospetti per gli Arbitri secondo l'ordine et figura di Judicio.

nò era stato de lor commessione, anzi havea ciò fatto per ruinarla co' nostro signore, promettendo quello ch'era certo nò possevano attendere: lamentandosi di lui sopra modo, che li hauea rubbati, et che sapevano havea quattro mila ducati in Banco in Roma, li quali erano loro, et ne facevano servitio a Sua Santità, che se li pigliasse. Vista tal resolutione, gli dissi in favore del Commendatore quel che mi parse, soggiongendoli, poiche credevano havesse ciò fatto per ruinarli, nò doveano loro adempir la sua mala voluntà, come facevano, nò attendendo impero che, et nostro signore si riputeria ingannato, vedendo essi restar contenti della expeditione et mancar deli mezzi (?) li quali hanno causati; et, procedendosi di questo modo, dubitavo nel futuro retrovasero Sua Santità et tutti li altri freddi: et quantunque fussi certo nò si mancaria de farsegli justitia, però che da uno a un altro modo importava molto, come haveano

Item. Che possino eleggere quelli Procuratori et Auuocati uorrano, etsi siano di detti Christiani nuovi, Et siano obligati pigliare sua difensione. Et etiam suoi parenti et amici li possino aiutare et favorire et consigliare, senza incorrere in pena nessuna, saluo se fossero pertinaci et indurati in qualche eretica opinione.

Item. Che all'accusar si dichiari in l'accusatione il dì, tempo, et luogo, nel modo, che stará dichiarato nelle colpe: nè si mettano in l'accusatione altri delitti, saluo quelli che si trouaranno dichiarati in le colpe.

Item. Che non imparino alli Testimonii le cerimonie, delle quali habbino a testimoniare; ne si faccino Editti publici, ne bandi generali, per li quali ammonischino ò imparino quelli, che uerrano ad accusare ò dinuntiare.

Item. Li schiaui non si admettino per testimonio, nè li servi, nè li familiari, che saranno cacciati di casa, ò se ne usciranno di essa; nè li nemici, nè persone uili: nè constringano per essere esaminate quelle persone, che de Jure non possono esaminarsi in gli altri delitti: nè saranno admessi a testimoniare li socii del delitto, nè gli accusati ò condennati di detto crimine, nè si dia credito ai suoi testimonii.

Item. Chi uorrá dinuntiare, accusare, ò testimoniare contra d'alcuno, primo dichiararà se il delitto fu commesso doppo la venia: per altrimenti non vaglia il suo detto.

Item. Che si publichi li nomi de'testimonii et accusatori, a qual si possa opporre eccettioni, come in gli altri delitti: et sopra la denuntiatione di dette eccettioni s'incarichino le conscientie de'Judici.

Item. Che alli testimonii falsi, et alli denunciatori et accusatori, che falsamente accusaránno, si diano le medesime pene, che harriano patito gli accusati; et alli Giudici s'imponga pena che subito li carcerino et castighino.

Item. Che possino appellare alla santa Sede Apostolica da qualche sententia diffinitiva ò interlocutoria, che habbia forza di diffinitiva, et che fosse data per Vescovo, Arcivescovo, Cardinale, ò quache altro Prelato et Giudice; et non sia prohibito a nes-

provato nel perdono, nel quale nò era differentia nel fine, ma nel modo: però, per queste et molte altre ragioni, nò mi pareva douessero dir di nò voler compir, ma, se nò havevano per al hora il modo, representassero a Nostro Signore le lor necessità, che allegavano; poi si rimetessero alla sua voluntà, che credevo certo Sua Beatitudine accetterebbe la lor scusa, sapendo nò si movea per premio. Nè questo potei di lor conseguire, respondendomi, quando havessero data la parola et Nostro Signore accetasse, erano constretti di satisfar al che nò auriano modo. Visto che non li potevo persuader, mi ridussi pagassero li cinque mila: risposero l'obbligo era di poi de liberarsi li presi; che ciò fatto non mancariano. Passate queste pratiche in Lisbona, me ne tornai in Evora, dove feci le medesime instancie co'quelli, che nò si trovarono in Lisbonna. Or, veduto che dali mercanti nò potevo cavar resoluzione, mandai per tre dottori deli

suna persona andare ò mandare a richiedere sua giusticia in Roma, et impetrare dalla Sede Apostolica qualche gratie, nè incorrano perciò in pena nessuna.

Item. Che nessuno possa essere accusato poi la morte sua.

Item. Che nella concessione di beni si dichiari che gli accusati, incarcerati, inquisiti, ò culpati in qualque errore, per li quali si debbiano perdere detti beni, non li siano sequestrati nè descritti; ma liberamente li possa usare in vita sua, et per morte sua restino a suoi heredi.

Et, oltre le dette dichiarationi incluse in detta clausula, concessa in detto priuilegio, domandano il seguente:

Che si limiti tempo d'un 'Anno, al più, nel quale si fornischino li processi nel Regno, salvo se l'accusato domandasse dilatione di più longo tempo per bene di sua giustitia; et passato l'Anno resti la causa devoluta alla Sede Apostolica, volendo l'accusato.

Item. Siano giudicati per sospetti à questo Popolo tutti quelli, che contradissero alla Venia et altre lettere Apostoliche spedite sopra essa.

Item. Che si possino andare del Regno con suoi beni et famiglie a quella terra de Christiani che vorrano, non ostante la legge, et che mai si faccia altra simile; nè li sia prohibito uendere suoi beni mobili et stabili et qualunque altri, come non si prohibisce agli altri antichi christiani.

Tutto il sopradetto si determini iuridicamente mediante molti consigli et euidentissime ragioni, che questo vogliono e più, quali più largamente si proporrano; et di tutto si faccia una decisione ò stravagante incorporata nel Jus commune, in modo che se non si possa revocare; et quello che non potrà stare de Jure, si faccia per gratia speciale senza far mentione di priuilegio; et con derogazione di tutte le leggi et dispositioni in contrario.

Et tutte queste cose si concedano in perpetuo senza limitatione di tempo.

Se Sua Santità non uorra denegare l'Inquisitione, almeno mandi soprasedere ogni

loro, co' li quali si consigliano nel negocio: et, refertogli quanto havevo passato, mi dolsi molto de tal procedere et de tanta irresolutione in quel tempo doveano esser più resoluti, maxime se temevano l'andata de Cesare a Roma nò fusse per nuocergli, tanto nel presente quanto nel futuro, come mi dicevano; per il che mi pareva il dover del gioco che subito si spaciasse una diligentia, che portasse buona resoluzione del passato. Risposero che gli pareva molto bene quanto dicevo, et che sarebbono insieme per veder' di disponergli. Furono insieme: la resoluzione fù che, partito dalla corte, dove nò si poteva negociar, in Santeren, verriano a trovarmi dui ò tre di loro cola resoluzione del tutto. Partito dalla corte, mandai un mio a Lisbona, dove erano tornati per la maggior parte per sollecitar la resoluzione et le lettere deli 5.000, poiche gli presi erano liberati, et mi redussi nel predetto loco, dove, quando aspettavo che com-

cosa sino al Concilio futuro, doue si trattarà detta causa iudicialmente, et si determinarà se contra detto Popolo debbia essere Inquisitione, ò nò: et se in questo mezzo alcuno sarà colpato in modo che l'Ordinario de Jure debba contra di lui procedere, che in tal caso proceda nel modo, clausole, et conditioni sopradette.

Item. Se Sua Santità non uorrà dilatare fino al Concilio, che in tal caso commetta la Causa in Rota, et in essa iudicialmente si tratti et si facci giustitia; et finche sia determinato, mandi ogni cosa soprasedere come di sopra.

Item. Hauendo da essere Inquisitione in detto Regno, ò che sia determinato per giustitia che debba essere, ò che Sua Santità uolontariamente la conceda, in tal caso si facci con le conditioni et appuntamenti sopradetti; et nessuno officiale dell'Inquisitione, possa hauer salario, ne altra cosa, delli beni et robba degli accusati et condannati; nè possa per se, nè per parenti, ò amico suo, impetrare in nessun tempo cosa alcuna di detti beni et robba.

Item. Che non si metta nessuna parola, per la quale dica che si proceda secondo consuetudine.

Item. Che si commandi agli Ordinarii, sotto pene et censure et priuatione di Benefitii, che sempre siano presenti, et non lascino le cause agli Inquisitori; nè gli Inquisitori possano procedere senza esso, sotto le medesime pene; nè gli incarcerati siano cauati fuora di sua diocese, ò per trattare ò agitare li Processi, ò per esseguire le pene.

COPIA DELL' OBLIGATIONE.

Tome Serrano et Manuel Mendez, in nome delli Christiani nuovi di questi Regni, per uirtù della podestà et commissione, che hauemo di quelli di Lisbona et d'alcuni del Regno, diceмo che, hauendo rispetto alle grandi spese, che lo nostro molto Santo Padre ha et fà contro gli Infideli, et per il desiderio che hauemo di viuere in questi Re-

parissero, mi scrissero che, essendo tornato un maestro Georgio di Evora a Sua Maestà (é capo principale et più misero che la miseria), li haueva detto che per niente nò venissero a trovarmi, che sarebbe la total ruina del tutto, perche Sua Maestà molto si era doluta dela pratica tenevan meco. Per questo quelli, che erano in procinto di venir, nò venivano, onde col mio risolveriano il tutto, et manderianlo ben resoluto. La resolutione li dettero, fù le lettere deli 5.000, che co' molto travaglio se gli cavorono de'mani, dele quali mando la seconda inclusa : un'altra se n'è mandata in Fiandra, co' mio ordine. Subito si faccino pagare in Roma, secondo l'ordine de V. S., il che, se nò trovarò exequito, subito farò exequir. Nò so che mi dîr di tal procedere, se già nò fusse vero l'accordo, dice il Capitan Ceyton, del quale di qua nò si sente cosa alcuna, ne vede fumo, anzi a quelli dottori, à quali Sua Maestà commandò andassero ad revocar quanto havevano ricercato *(sic)*. Il Cardinal, tra le altre cose, che Sua Maestà disse, per quanto mi dicano, li disse : « quando si farà un'al-

gni in la nostra Santa fede catholica, et non essere persequitati et uessati, siamo contenti seruire à Sua Santità com 30 mila scudi, concedendone Sua Santità che non sia inquisitione contra detto Popolo di nuovi Christiani; et questo con tutti li Capitoli et appuntamenti et dichiarationi poste in queste carte retroscritte. Et se questo non concedera Sua Santità ma commettere la causa al Concilio ò alla Rota, per che si determine de jure se debbia essere detta Inquisitione contro detto Popolo o nò, et facendo che ogni cosa si sopraseda fino alla determinatione, secondo domandano in questi appuntamenti, la seruiremo con dieci mila ducati. Et determinandosi che contra detto Popolo non debbia essere Inquisitione, perche Sua Santità conceda et dichiari tutti li Capitoli per noi domandati, perche si usi del modo che in lor dicemo in tutto e per tutto, la seruiremo con 20 mila ducati, oltre delli x mila, che sarrano in tutto 30 mila. Et in euento che si giudichi che debbia essere Inquisitione, perche Sua Santità mandi et dichiari che si faccia conforme alli detti appuntamenti retroscritti, li faremo seruitio di x mila ducati, oltre li dieci primi per commettere la causa, che saranno xx mila per tutti. Et in euento che Sua Santità non uoglia nessuna delle cose sopradette, et mandi mettere Inquisitione in questi Regni con le conditioni contenute in nelli nostri appuntamenti perpetuamente, solamente li beni restino agli heredi per XII anni, deinde a beneplacito di Sua Santità, per questo la seruiremo con XV mila ducati. Et perchè di questo semo stati contenti hauemo sottoscritti questi, fatti in Evora, a dì 24 d'Aprile, nel 1535 anni —Tome Serrano — Manuel Mendez [1].

[1] *Copia na* Bibliotheca d'Ajuda, Codex Diplomaticus, *Tom. III* (Symmicta, *Tom. 46.*) *pag. 449 e seg.* Da un Codice Vaticano, della Biblioteca de' Duchi d'Orbino, num. 966, pag. 118.

tra unione contra di voi, anderete al Papa, che vi proveda »; le quale parole mostrano gran colera. Però nò mi posso persuader sia vero tal accordo; anzi credo ch'el tenere poco modo del denaro li habbia contra mà voluntà fatti indugiar tanto. Nondimeno, se in Fiandra nò mi mandano resolutione, cosi di quello vorrebono de futuro, come de satisfare in tutto ò in parte l'intentione, che ha dato il Commendatore, farà forza persuadersi ò che siano li maggiori Asini del mondo, ò che abbiano qualche servitù delle cose loro, la qual non vedo come possi seguir senza l'autorità de Sua Santità. Per quello, quando quella nò stabilisca cosa alcuna prima dela mia arrivata, si potrà trovar qualche modo, se sono asini, di farlilo conoscere, et se per danari si sono voluti assicurar da chi non può, il medesimo faccino con chi può, che in tal caso si potrà cavar la maschera giusta e santamente. Et quando questo lor proceder naschi da asinaria, V. S. creda certo che, quando Nostro Signore mostrerà di voler conceder la Inquisitione rigorosa, come si domanda, no solo faranno quanto in lor nome si è promesso, ma quanto si vorra. Dubito anche non abbino tardata la resolutione per star a vedere se Nostro Signore, a requisition di Cesare, muta cosa alcuna del perdono et consente l'inquisitione come in Castiglia, sapendo il Re sopra ciò d'havergli scritto, acciò meglio possino saper come spendano il danaro; et quando sia per questo, no s'innovando altro, credo faranno il debito sino in Cama. Che per questo l'andata mia per Fiandra sarà a proposito, essendo lì Diego Mendes, fratello di Francesco, che mori, e'l più ricco di loro, et di maggiore autorità, e dopo lui la moglie del detto Francesco; la quale, se nò fusse stata pronta a pigliare una gran parte del peso ale spalle, per instantia et diligentia del mio Bartolomeo Castodengo, che fu quel mandai a Lisbona, nò era molto nò cavar questi 5.000. Per il che mi son trovato molte volte di malavoglia, et ancor mi trovo, nò vedendo Nostro Signore ben satisfatto; nè mi consola altro che l'hauer usato ogni diligentia et industria possibile, il che prego V. S. mi creda, ne imputi me che per nò scriver questa irresolutione ho tardato tanto, credendomi pur possergli scriver cosa di maggior satisfatione, come mi sforzerò di fare con ogni mio ingegno, sapendo quanto devo.

Circa il Commendatore nò penso siano per darli danari per li offici; et, se faranno alcuna cosa, credo sarà constituirli alcuna certa provisione. Et, se questo si farà, procederà dalla opra mia, la qual se nò

era, mi parevano risoluti nò negociasse più cose loro, restando da lui molto scandalezzati; pur mi son sforzato lo intertenghino, et si portino ben' di esso. Nò sò che faranno; è ben vero che bisogna che lui tambien si comporti co' essi loro, et sia più parco nel spendere, che si dogliono sino al cielo che habbi già speso dieci mila ducati, nè possono patire quella ha scritta a Sua Santità; et se lui si allarga nel prometter, creda V. S. che costoro si stringono nell'attender. Per da qui avanti sarà necessario le promesse siano in scritto, nò in voce, poiche non vogliono star se nò alla scrittura.

Havendo scritto fin qui, credendomi spacciar alli 4 di Febbrajo, sopragiunsero lettere da questa gente, per le quali si avvisava che, essendo fatta molta instantia per parte de certi particolari al Cardinal di notificar il breve processato, no se ne contentando il Re per quanto si crede, S. Sig.ria R.ma mandò per quelli l'havevano presentato et lo restitui, per il che mi pregavano volessi far detta notificatione. Visto questo, et parendomi questa straniezza usatagli dovesse esser atta ad farli resolver' in quel che doveano, dissi che non mi pareva bene mi facessero far tale effetto; imperoche, se questo procedeva da Sua Maestà, tanto più la incitarian contro di essi, pero il dover del gioco mi pareva mi dessero buona resoluzione circa la promessione et intention data del Commendatore; et cio fatto, si mandasse una diligentia et si supplicasse Sua Santità che subito facesse far tal notificatione, overo si mandasse a ciaschedun Ordinario un processo: et perche nò paresse ciò nuovo a Sua Maestà, che io screverei di aver saputa la proibizione, et poi ch ela no voleva si facesse questo nè per me nè per altri, no potevo mancar darne subito avviso a Sua Santità acciò le provedesse come gli pareva, et a questo modo lor restano discolpati, et passava la cosa con maggior reputatione: nondimeno se pur volevano, nò mancarei di far la intimatione, ben recordavo se'l mandare a Roma pareva buono, non se facesse senza detta resolutione. Piacque a quelli che mi parlavano il consiglio, et mi pregorono volessi soprasedere il dispaccio per tutto Febbraro, che subito scriveriano et speravano buona resolutione. Ho expettato sin'oggi, primo di Marzo: non so cosa alcuna: se verra per tutto domani, avviserò il tutto, et, se nò, hò deliberato non tardar più questo dispaccio, acciò V. S. intenda non aver io mancato di far tutto per mandarlo buono. Poiche Sua Santità apre la porta alle riserve in questo Regno, ho pensato domandarne una buona

per V. S. et per me, la quale son certo sia per aver presto effetto, et è questa. Qui si ritrova un Vescovo di Saphi, nominato Giovan Sotil, che tiene un Monasterio, overo Priorato solito governarsi per Priorem Sancti Salvatoris de igrejò, sive de ecclesiola, ordinis Canonicorum Regularium Sancti Augustini, Portugallensis Diocesis, che valerà presso due mila ducati, il quale è vecchio et infermo di maniera che no può durar molto, pero supplico V. S. si sforzi di ottener' subito di questo riserva in pectore, con darsi commissione al signore Datario, et dove bisogna, che venendo l'avviso Sua Santità sia avvertita ; et contentandosi di farci questa gratia, dica darmelo per ricompensa delle mie fatiche, che spererò con l'ajuto de Dio et buoni amici cavarne construtto, se bene intendo Sua Maestà pensi domandarlo per unirlo con Santa Croce de Colymbria, che vale presso de ventimila ducati, sotto pretesto de una Università, che lì si è cominciata, alla quale può supplire detta Santa Croce, et quando nò, può Sua Maestà darli del suo. Et poiche mi trovo in questo ragionamento, dirò che, se Sua Santità non serra la porta a simile unione, et altre che si fanno a capelle administrate et mangiate da Layci, colla quantità delle Commende, tra dieci anni no restarà al Clero di Portugallo se no Canonicati e Vicarie di poco momento, che, oltre il carico di coscientia, sarà grandissimo danno della camera et infamia del ordine ecclesiastico.

Dirò anche dirsi che Sua Maestà procura di ottenere in commenda per un suo fratello, che si casa con la sorella del Duca di Braganza, il predetto Priorato di Santa Croce, che hor tiene l'Infante Arcivescovo di Braca : et quantunque Sua Maestà et suoi fratelli siano degni di ogni gratia, non tacerò che mai più salirà de layci, fratelli, o figli di Re. Il che *fò* nò per impedir li disegni loro, ma per far mio debito di avvisar Sua Santità, aciò sappia quel che se gli domanda.

Se acaso l'avviso in Fiandra mandato nò fusse capitato, mando questa seconda con l'ordine mio accio Sua Santità si possa valere [1].

[1] *Cópia muito imperfeita na* Bibliotheca d'Ajuda. Symmicta, *Tom. II, fol. 232,* Ex Codice Vat. 6.210, pag. 21.

Carta do cardeal Santiquatro a el-Rei.

1536 — Maio 2.

Senhor — Receby cartas do Senhor Cardeal seu Irmão, feytas aos xxvii de Março, nas quays me escreue que Vossa Alteza tinha mandado que o negocio de barroso se acabasse segundo o concerto e apuntamentos feytos por dom Anrique por mandado e commissão de Vossa Alteza. Bem me pesa que as cartas suas sobre isto nam *sejam vyndas* pera que todo se concruysse, porque este concerto me parece muito boom pollo Senhor Iffante dom Anrique, por respeyto do regresso; porque, ainda que barroso estee ia boom e sam, porem he de crer que nom uiueraa muito, e, se morresse amtes dysto acabado, o papa sem duuida daria o moysteiro ao cardeal farnés; e por ysto, e porque tenho dito ao papa que este concerto era acabado, lhe peço por *merce* que *queira* mandar que se despache e *concruya* segundo os apontamentos feytos..... *nam* perca o credito com Sua Santidade..... de V. Alteza, o que certo nam seria *seu* seruiço.

Tambem Dom Pedro Mascarenhas daraa a Vossa Alteza huuma pitiçam de Christo*uam leytam*, a qual eu encomendo a Vossa Alteza, pedindo lhe por merce que a queira bem despachar, porque me parece tam deuoto e boom vassallo seu que me parece fazer seruiço a Vossa Alteza em lho encomendar em tantas suas fortunas e miserias; e eu certamente receberey em merce muy asinalada toda a que a elle fizer, parecendo me que elle he homem virtuoso e muy anymoso em esta sua tanta velhice.

Os conegos regrantes de santa Cruz de Coymbra sam despachados de Sua Santidade como pediram e como deseiaram, que se nam mudou huuma soo palaura de sua pitiçam; e tudo se fez a supplicaçam de Vossa Alteza: e na composição lhes fiz fazer graça da o Datario de duzentos e cincoenta cruzados. Acerca da reserua do moysteiro de grijoo nam ueio maneira pera que Vossa Alteza seia seruida, se nam faz que o que o tem resi*ne* em fauor do Iffante dom Anrique com reseruaçam dos fruytos em sua vida: e nesta maneira nam haueraa nysto difficuldade, e doutra maneira nam veio como se possa fazer, como a elles tenho dito muitas uezes.

Com esta seraa huum Breue de Sua Santidade a Vossa Alteza sobre a Vagante do doutor Joam brauo, a qual certo fora toda de Vossa Alteza e do Iffante dom Anrique, se quatro dias antes nam fosse vyndo huum correo do Nuntio ao Reuerendissimo Cardeal de Samta flor, *netto* de Sua Santidade, sobr ysto, a quem ja hera dada; e pidimdo eu por merce a Sua Santidade que me fizesse merce do Arcediagado de Barroso pelo Iffante dom Anrique *pera* huum seu criado, Sua Santidade foy contemte de mo conceder. Peço por merce a Vossa Alteza que queira hauer por encomendado o dito Cardeal de santa flor, o qual, por ser netto de Sua Santidade, e muy caro netto, merece todo fauor e graça, que lhe Vossa Alteza nysto fizer, que asy démos esperamça que faria Vossa Alteza, os dous embaixadores seus e eu, a Sua Santidade: e ysto tanto mays efficazmente peço a Vossa Alteza, quanto Sua Santidade nos tem prometido fazello resinar em fauor de quem quiser Vossa Alteza, com huuma pensão honesta pollo dito Cardeal. Spero d ysto reposta booa co es..... ilhor, tornando lho a pedir de nouo por muy grande e asenalada mercee.

Vossa Alteza receberaa do Cardeal seu irmão a copia da Bulla da legitimação *de* dom Martinho, Arçobispo do funchal; e se mandar que se despeda a Bulla reuo*gato*ria della, porque dom Anrique, Aluaro *men*dez, e eu nos resoluemos de a não *espe*dir sem mandado de Vossa Alteza..... fazer tanta honra, *mandará* o que *for* mays seu seruiço que logo seraa feyto. E tambem poderaa veer a copia da cedola do Arçobispado do fumchal, a qual dom Martinho me fez asynar, nam cuydando que fosse nella senam o que se costuma de poer, e o que na verdade se passara; porem depoys, lembrando me a sua condiçam, e quanto se podia delle confiar, mandey que se nam espedisse a contracedola, se na cedola hauia cousas exorbitantes, e asy m a tornaram: na qual Vossa Alteza poderaa veer que homem he dom Martinho, poys me fazia asynar o que eu nunca pedy ao papa em nome de Vossa Alteza, nem Sua Santidade nunca me concedeo: e se he pera ca tornar, bem lhe peço por merce que por ysto nam tome particolar indinação contra o dito dom Martinho..... *meu* habito e profissam quer que eu procure o bem e nam o mal de ninguem; e por ysto nunca seria contemte se por minha enformaçam elle recebesse alguum desprazer ou descontentamento. A minha seruitude, que tenho com Vossa Alteza, e o meu officio de proteger e olhar por todalas cousas de seus Reynos e suas em esta corte, parece me que me obrigua a lhe fazer

saber tudo, pera que, ou por elle, ou por outras pessoas de seus Reynos, se nam . . . . . outras cousas semelhantes contra seu seruiço e uoontade. Abaste a Vossa Alteza ter conhecido sua natura, e o deixe gozar seu fumo, com tanto que nam damne as viamdas suas, como as damnaua uerdadeyramente nesta corte.

Tambem, Senhor, eu tenho espritto largamente a dom pedro mazcarenhas sobre o caso de dom Anrique, do qual me pesa soomente pollo desprazer que Vossa Alteza dysto tomou, porque do mays nam faço conta nenhuuma. Suprico Vossa Alteza que tenha por certo que nam he cousa pera fazer conta della, e dom Anrique nam pequou nem errou maliciosamente, antes escriuia zombando; e, se Sua Santidade nam teuera recebydo desprazer por outra cousa que por ysto, nam fallára d ysto palaura, p*orem iun*tando se huuma cousa com outra, nam pudo nam o sentir muito Sua Santidade. Depoys conheceo a verdade, e nam deyxou de veer e ouuyr dom Anrique de booa uontade, e partir se ha contemte desta terra co a Bulla da Inquisicam, e Sua Santidade fiqua satisfeyta de dom Anrique; contra o qual lhe peço tambem por merce que queira teer o mesmo animo, que soya, ate que o ueja e ouça, porque conhecerá *seer* asy como eu lhe espreuo, e como dom Pedro lhe diraa por parte minha.

Depoys de teer espritto atequy, receby tres cartas de Vossa Alteza dos . . . II e VI do mes passado, e lhe bejo as mãos polla merce que . . . . . a Cesare Biamquetti, meu camareyro, e ao caualeyro Ugolino: ao mays das cartas nam respomdo, porque nam pudi fallar ao papa depoys. Bejo as reays maãos de Vossa Alteza, cuia vida e real estado nosso senhor guarde e acrecemte como deseia.

De Roma aos II de Mayo de MDXXXVI Annos.

Di Vostra Maesta — Humillis Seruitor A. Cardinalis Sanctorum Quattuor, Maior Penitenciarius [1].

[1] *Documento muito queimado da tinta no* ARCH. NAC., Corp. Chron., Part. I, Maç. 57, Doc. 29. *As palavras e letras em italico apenas se podem lér por conjectura, e algumas são duvidosas.*

Carta de D. Henrique de Menezes a el-Rei.

1536 — Maio 3.

Senhor — Per este mesmo correo derradeiro recebi, de nom sei quem, duas cartas de Vossa Alteza, huma sobre cousas de tomar, qu eu ja nom poderei fazer e deixal as ey ao embaixador, como Vossa Alteza manda; a outra sobre falar a joam machado n uma igreja d um frey antonio, freire de christos, no qual loguo lhe falei, e ele me deu n ysso de sy muy boa rezão: e com tudo me deu essa carta, que aquy vay, pera hum seu feitor logo entregar o socresto e executoryaes, que laa tem ha muito tempo, a Vossa Alteza pera fazer nysso o que mais for seruydo, como he rezão que faça todo bom portugues e honrado como ele he. Vossa Alteza o ueja, e faça o que for mais seu seruyço, que ele disso será contente; e porem, senhor, se isso for seu, Vossa Alteza creo eu que o nom dará senão a a seu dono. No outro negocio com pero de Sousa, tambem lhe faley duas ou tres uezes da parte de Vossa Alteza o mylhor que eu pude: parece me que esse crauo estaa mais alto. Ele escreue essa carta sobr ysso a Vossa Alteza: eu não tenho ja tempo de nysso fazer nem falar mais, nem pera disputar quem tem rezão, que o nom posso bem entender per aquy e perante deus, e não digo disto mais.

Item. Senhor, a cristovão leitão falei muitas uezes, e outros seus amigos por seruiço de Vossa Alteza. A ele meterão lhe em cabeça, creo que seryão judeus, que eu o aguardava pera o matar, e sobr ysto me pus co ele na cruz e lhe fiz myl comprimentos d amyzade, e ja o nom cre. Diz que tem respondido a Vossa Alteza, e nom sey se Responderaa agora. Santiquatro tambem lhe falou e fala: diz que quer pedroso, ou que Vossa Alteza lh escreua a merce que lhe quer fazer, e nysto estaa meo outicordo (?) e asmatiquo que, asy deus me salue, qu ey doo dele. Vossa Alteza o deue mandar yr com mais palavras de merce, e escreuer sobr ysso a santiquatro: quyçaa o tyraraão desta teyma em que anda; dizendo po-

rem sempre canto deseja uoso seruiço. Nosso Senhor a vyda e Real estado de Vossa Alteza acrecente como eu desejo.

De Roma, a tres de mayo, 1536.

Criado de Vossa Alteza, que suas reaes mãos beyja — *Dom Anryque M.* [1].

Bulla do Papa Paulo III dirigida aos Bispos de Coimbra, Lamego, e Ceuta.

1536 — Maio 23.

Paulus episcopus seruus seruorum Dei Venerabilibus fratribus Colimbriensi et Lamacensi ac Septensi Episcopis Salutem et apostolicam benedictionem.

Cum ad nil magis nostra aspiret intentio quam ut fides catholica, nostris potissime temporibus, ubique floreat et augeatur, et omnis prauitas a Christi fidelibus nostra diligentia procul pellatur, ac ipsorum fidelium animas deo lucrifaciamus, libenter operam vigilem impendimus ut diabolica fraude decepti ad aulam dominicam reuertantur, ac, cunctis erroribus extirpatis, eiusdem fidei zelus et obseruantia in ipsorum corda fidelium fortius imprimatur ; et siqui animorum peruersitate ducti in eorum damnato proposito perseuerare maluerint, taliter in illis animaduertatur quod eorum pena aliis sit in exemplum. Cum itaque, ut ex fidedignorum relatione plurimorum nobis displicenter innotuit, in plerisque partibus Regni Portugalie et dominiis Carissimi in Christo filii nostri Johannis, Portugalie et Algarbiorum Regis illustris, ac eidem Regi mediate vel immediate subiectis, nonnulli ex hebraica perfidia ad christianam fidem conuersi, christiani noui nuncupati, ad ritum judeorum, a quo discesserant, redire, et alii, qui hebraicam sectam nunquam professi sunt, sed e parentibus iam christianis sunt procreati, ritum iudeorum huiusmodi obseruare, ac alii Lutheranam et maumethanam et alias damnatas hereses et errores sequi, ac sortilegia heresim manifeste sapientia, instigante hu-

[1] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. I, Maç. 57, Doc. 30.

mani generis inimico, comittere non vereantur, in grauissimam diuine magestatis offensam, ac orthodoxe fidei scandalum, necnon animarum salutis pernitiem et irreparabile detrimentum : Nos, ne huiusmodi pestes in pernitiem aliorum sua venena diffundant, opportunis remediis, prout nostro incumbit officio, prouidere volentes, vos, de quorum circumspectione, prouidentia, rectitudine, experientia et doctrina prefatus Johannes Rex per Oratorem suum nobis fidem fecit, et de quibus propterea plurimum confidimus, necnon unum alium Episcopum, aut unum Religiosum, vel clericum secularem in dignitate ecclesiastica constitutum, et sacre Theologie vel sacrorum canonum professorem, quem idem Johannes Rex ad hoc duxerit eligendum seu assumendum et deputandum, ac singulos vestrum in nostros et appostolice sedis commissarios, ac super premissis inquisitores in Regnis et dominiis predictis, auctoritate appostolica tenore presentium constituimus et deputamus : ac vobis contra eos, qui ante tempus datarum aliarum litterarum a nobis duodecimo mensis Octobris proxime preteriti in forma breuis emanatarum, per quas ipsis nouis christianis, et aliis ab hebraica gente per lineam paternam vel maternam descendentibus, preteritorum errorum veniam concessimus, ad christianam fidem conuersi, ad ritum Judeorum a tempore datarum earundem litterarum redierunt ; et e contra ex iam christianis parentibus procreatos ritum Judeorum seruantes, alios Lutherane et aliarum heresum sectatores, necnon sortilegia manifestam heresim sapientia committentes, illorumque sequaces et fautores : ac preterquam ab eis vigore litterarum in forma breuis a nobis vigessimo die Julii proxime preteriti emanatarum eis desuper concessarum, illarum forma seruata pro tempore susceptos defensores ; necnon illis alias quam pro eis aduocando et patrocinando, ac eos quomodolibet iuxta earundem litterarum continentiam adiuvando, auxilium, consilium vel fauorem, directe vel indirecte, publice vel occulte, prestantes, cuiuscunque status, gradus, ordinis, conditionis vel preeminentie fuerint, una cum locorum ordinariis in casibus in quibus de iure interuenire debent, si ligitime requisiti interuenire voluerint, quibus ut ab accusatis vel inquisitis pro tempore requisiti per se, aut eorum in spiritualibus vicarios generales, illis intersint, in virtute sancte obedientie districte precipimus et mandamus, Alioquin constito in actis de ligitima eorum requisitione, si per eos sterit quominus vellent interesse, sine illis, iuxta tamen canonicas sanctiones, Sic tamen quod in quocunque statu cause, si ipsi Ordi-

narii interesse voluerint, non obstante quod prius recusauerint, admitti debeant, inquirendi, Et ut in homicidii, furti, et aliis similibus criminibus per Triennium a die publicationis presentium in dicto Regno Portugalie faciente computandum duntaxat; ac eisdem Tribus Annis elapsis iuxta iuris dispositionem, preterquam in delictis infra dictum Triennium perpetratis, in quibus quandocunque inquiri et procedi contigerit, etiam lapso Triennio huiusmodi similiter ut in furti, homicidii, et aliis huiuscemodi criminibus inquiri et procedi debeat; Necnon precedentibus suffientibus indiciis ad capturam procedendi, et eos carceribus mancipandi, et finalem sententiam contra eos proferendi, ac delinquentes iuxta canonicas sanctiones, prout qualitas excessuum exegerit, penis debitis afficiendi: Et si ipsi Ordinarii prius inceperint, nihilominus etiam vos cum eis vos intromittere et procedere possitis. Ita tamen quod bona ultimo supplicio damnatorum per decem Annos, similiter a die publicationis presentium computandos, duntaxat, non publicentur, nec fisco applicentur, sed ad eorum proximiores consanguineos et affines christianos, qui alias ipsis condemnatis, si christiani decessissent, in huiusmodi bonis succedere deberent, Et, si aliqui ex proximioribus Consanguineis et affinibus prefatis ad succedendum inhabiles fuerint, ad alios, qui post illos succederent, transeant, et ad eos libere deueniant: omnesque Officiales, videlicet, procuratorem fiscalem, ac notarios publicos, et alios ad premissa necessarios, etiam clericos, siue religiosos cuiuscunque ordinis fuerint, una cum locorum Ordinariis, vel sine illis, prout in ipsa rei exigentia ordo iuris postulat, adhibendi, ac eos ut onus inquirendi, et alia premissa, que ad eorum officium respectiue spectauerint, faciendi, etiam superiorum licentia super hoc minime requisita, applicent et subeant in virtute sancte obedientie precipiendi: Et si necesse fuerit aliquem clericum, etiam in sacris et presbiteratus ordinibus constitutum, propter premissa degradari, requisito desuper loci Ordinario, si idem Ordinarius id exequi recusauerit, per quemcunque Catholicum Antistitem, quem duxeritis deputandum, conuocatis et sibi ad hoc assistentibus duobus Abbatibus, aut aliis personis in dignitate ecclesiastica constitutis, ad actualem degradationem talis clerici, eiusque Curie seculari traditionem, alias prout de iure procedi faciendi, ac contradictores quoslibet et rebelles iuris remediis compescendi, et auxilium brachii secularis inuocandi: necnon ad veritatis lumen redire, ac huiusmodi hereses et errores abiurare volentes, si alias relapsi

non fuerint, clerici et in sacris ordinibus constituti ante illorum degradationem exclusive; Laici vero usque ad ultimam in eos iustitie executionem, recepta prius ab eis heresis et errorum huiusmodi abiuratione publice, vestrum vel a vobis substituti aut substitutorum arbitrio facienda, prestandoque per eos desuper iuramento quod talia deinceps non committent, nec talia vel alia hiis similia committentibus, seu illis adherentibus, auxilium, consilium vel favorem per se, vel alium seu alios, prestabunt, et alias in forma ecclesie consueta ab hiis, et quibusvis censuris et penis ecclesiasticis, quas propter premissa incurrissent, etiam si videbitur iuncta eis publica penitentia, absolvendi, ac publicas reconciliationes et absolutiones cum solennitatibus a iure requisitis, Ordinario loci aut aliquo alio Episcopo minime requisito, faciendi, et ad ecclesie gremium et unitatem restituendi et reponendi, necnon ad nostram et dicte sedis gratiam et benedictionem recipiendi; omniaque alia et singula, que ad huiusmodi hereses et errores ac sortilegia reprimenda, et radicitus extirpanda iusta iuris ordinem necessaria fore cognoueritis, et ad officium inquisitionis huiusmodi de iure pertinent, faciendi, gerendi, ordinandi, exercendi et exequendi: necnon ad premissa alias personas ecclesiasticas idoneas, litteratas, et deum timentes, dummodo sint in theologia magistri, seu in altero iurium Doctores vel Licentiati, aut Baccalarii in aliqúa universitate Studii generalis graduati, et ad minus trigesimum sue etatis annum attingentes, seu ecclesiarum Cathedralium Canonici, vel alias in ecclesiastica dignitate constituti, quotiens opus esse cognoueritis, cum simili aut sententiis finalibus condemnationibus, et aliis, de quibus vobis videbitur, reseruatis, limitata facultate assumendi, subdelegandi, et deputandi, ipsosque in toto vel parte ad vestrum libitum, etiam in causis et negociis per eos tunc inceptis, revocandi, et loco ipsorum alios similiter qualificatos deputandi, Ita tamen quod vos, ac alii a vobis pro tempore deputati, ac Ordinarii prefati, nullos officiales, presertim religiosos, nisi necessarios, sub pena excommunicationis ipso facto incurrenda, deputare possitis: Necnon inquisitores, ac alios quoscunque inquisitionis huiusmodi officiales, per vos aut a vobis deputatis pro tempore deputatos duntaxat, qui in eorum officiis deliquerint, etiam si cuiuscunque, etiam mendicantium ordinum, ac exempli fuerint, iuxta suorum delictorum exhigentiam, prout iuris fuerit, puniendi et castigandi plenam, liberam, et omnimodam facultatem concedimus: districte precipiendo mandantes In-

quisitoribus ipsis in virtute sancte obedientie ut officium Inquisitionis huiusmodi, iuxta iuris communis dispositionem, et presentium litterarum formam, continentiam et tenorem, fideliter et debite exercere studeant et procurent. Et nihilominus auctoritate et tenore predictis statuimus et ordinamus quod omnes et singule appellationes per eos, contra quos vigore presentium procedi contigerit, a quibuscunque grauaminibus, sique eis a vobis aut pro tempore existente generali Inquisitore, seu aliis per vos pro tempore deputatis, aut ordinariis prefatis inferantur, si a vobis videlicet, aut pro tempore existente Inquisitore generali, ad consilium generale ipsius inquisitionis per vos auctoritate nostra constituendum, super quo vobis ex nunc harum serie facultatem concedimus; ab aliis vero predictis ad vos, si interponi contingat, et pro tempore existentem generalem Inquisitorem, qui illas cum omnibus et singulis earum emergentibus, incidentibus, dependentibus et annexis, audire, cognoscere et decidere, ac in quacunque instantia fuerint, fine debito terminare, ac executioni debite demandare, et quorum interierit citare: Necnon quibus de iure fuerit inhibendum inhibere, et appellantes simpliciter vel ad cautelam a quibuscunque excommunicationis et aliis sententiis in eos latis absoluere possitis, prout de iure fuerit faciendum; Decernentes irritum et inane quicquid secus super hiis a quoquam quavis auctoritate scienter vel ignoranter contigerit attemptari: Non obstantibus felicis recordationis Bonifacii papae octavi, predecessoris nostri, qua cavetur ne quis extra suam Civitatem vel diocesim, nisi in certis exceptis casibus, et in illis ultra unam dietam, a fine suc diocesis ad iudicium euocetur, Seu ne Judices a sede predicta deputati extra civitatem vel diocesim, in quibus deputati fuerint, contra quoscunque procedere, aut alii vel aliis vices suas committere presumant, et de duabus dietis in Concilio generali edita, ac aliis constitutionibus et ordinationibus appostolicis, Necnon quacunque Lege, seu quibuscunque Legibus, in dicto Regno, etiam per prefatum Johannem Regem, hactenus quomodolibet editis, omnes supradictos novos christianos, qui alias iuxta iuris dispositionem potentes censendi non sint, potentes esse seu censeri declarantibus, quas harum serie cassamus, annullamus et irritamus, ac etiam quibusvis Romanorum pontificum predecessorum nostrorum extrauagantibus, aut aliis in contrarium quomodolibet facientibus, ne publicatio nominum accusatorum et testium in personis impotentibus contra iuris communis formam impediatur. Quibus omnibus tenores illo-

rum, ac si de verbo ad verbum nihil penitus omisso, inserti forent, presentibus pro sufficienter expressis habentes, illis alias in suo robore permansuris, harum serie specialiter et expresse derogamus, contrariis quibuscunque. Aut si personis prefatis, vel quibusvis aliis communiter vel diuisim ab eadem sit sede indultum quod interdici, suspendi, vel excommunicari, aut extra vel ultra certa loca ad iudicium euocari, non possint per litteras appostolicas, non facientes plenam et expressam, ac de verbo ad verbum, de indulto huiusmodi mentionem, Et quibuslibet aliis priuilegiis indulgentiis et litteris appostolicis, saluis remissionis preteritorum errorum venie, et de suscipiendis defensoribus et aduocatis, ac aliis auxilium prestaturis supradictis, sub quibuscunque tenoribus et formis concessis, per que presentium litterarum et vestre iurisdictionis in premissis executio quomodolibet impediri vel differri posset, que quoad hoc ipsis aut alicui eorum minime suffragari posse vel debere decernimus.

Datum Rome, apud Sanctum petrum, Anno Incarnationis dominice, Millesimo quingentesimo trigesimo sexto, Decimo kalendas Junii, Pontificatus nostri anno secundo — *Blosius* [1].

Breve do Papa Paulo III dirigido a el-Rei.

1536 — Maio 26.

Paulus Papa III Charissime in Christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem.

Cum dilectus filius Henricus de Menezes, orator apud nos tuus, ad Maiestatem tuam reuerteretur, etsi fuimus cum *eo* ac Dilecto etiam filio nostro Cardinale Sanctorum Quattuor, tui Regni apud nos protectore, diffusius collocuti super his, quae partim publice partim priuatim ad Maiestatem tuam nostramque erga te beniuolentiam pertinebant; tamen ea ipsa *nostris etiam literis* prosequenda duximus, ut plenius et vberuis nos-

[1] Arch. Nac., Maç. 9 de Bullas n.º 15. *Esta bulla, embora tenha a data de 25 de Maio, parece que só foi remettida em meado de Julho* (Sousa, Annaes de D. João III, *pag. 398*). *O auto de acceitação della pelo bispo Inquisidor-mór é de 5 de Outubro.* (Collectorio das Bullas do Sancto Officio, *fol. 1*).

tro erga te amori satisfaceremus. Ac primum ea nos impellente charitate, qua omnium Maiestatis tuae letorum ac tristium debemus esse participes, condolemus ei ex animo de obitu clarae memoriae *Pri*ncipis Nati tui, q*ui nuperrime* a Deo vocatus, et te graui uulnere afflixit, et nos propter te par*tici*pe merore affexit: sed quamuis res acerba et seuus est dolor, conuenit tamen uel sapienti*ae* Serenitatis tuae alto *et* regio animo superare humanos casus, uel pi*etati* conform*are*, *et diuinis placitis*, quibus, cum obsisti non possit, non solum laudis sed etiam ..... *est* acquies*cere*, Quodcunque enim a Deo fit, etiam si nostris sensibus graue appareat, tamen pro salutari atque utili accipiendum est. Proinde diuinam imploramus clementiam ut Maiestatem tuam, duorum iam fili*orum* orbitate percussam, deinceps aliorum diuturni*orum* concessione, et huius quem reliquum tibi fecit longeua aetate prosperaque felicitate consolari dignetur. Quod et futurum in eiusdem Dei misericordia tuisque erga christianam Rempublicam *meritis eo ma*gis confidimus, quo nunc diuinae prouidentiae ac justitiae inditia *recentia* habemus. Accidit enim nuper, fili charissime, quod diuino jud*icio factum* nemo dubitare possit, quodque *quam*uis tuae Maiestati aliunde significandum, non putauimus, a nobis pretermit*tendum* esset vt sicut asperitatem aliarum literarum nostrarum super eodem *acce*pisti, ita nunc letiores acciperes. R*ex enim* Angliae Henricus, qui propter Annam adulteram tanta se immanitate *impi*etate et sacrilegiis fedauerat, nunc illam cum suis in carcerem coniecit, quae res initium resipiscentiae eius fore speratur, tanquam causa morbi *abs*cissa et malis consiliis repudiatis, ad gremium et obedientiam sanctae Romanae ecclesiae redituri. Quod nos letan*ter acci*pientes pari laetitia a tua Serenitate ac Principibus caeteris accipiendum *existi*mamus, non tam nouissima *hui*us Regis demerita, quam uetera merita recordantes, egregium enim et pientissimum Principem antea se praestitit, sicut tua Serenitas meminisse potest, cum in *hereticis stilo*, tum in scismaticis bello persequendis, fideque et deuotione singulari Romanis Pontificibus et apostolicae sedi semper exhibenda. Vtinam igitur Pastor celestis hanc ouem tam nobilem ad ouile pietatis reducat *et* eum finem uideamus diuinae justitiae ac benignitatis, *quem haec ini*tia nobis pollicentur. Caeterum bullam inquisitionis petitam per te a nobis in tuo Regno, *quantum* cum dei honore potuimus, et libenter et ampliter concessimus. Difficultates *equidem non* paucas neque paruas, quae obsistebant, omn*es* intuitu tuae M .....

gratificandi superauimus, quemadmodum ex literis dicti Cardinalis *copi*ose, *nec minus* ex sermone ipsius Henrici, qui omnibus interfuit..... *scire po*teris, quem *hunc* hominem ad te nunc redeuntem, et in tuis *ne*gociis singulari semper fide ac diligentia uersatum, li*benter*..... et *com*mendatione nostra apud te prosequimur, sicut apud nos beniuolentia *prosecuti fui*mus, facile enim obliti sumus siquid..... aut *pa*rum considerate de nobis locutus sit, aut in nos quomodolibet errauerit, quod totum naturae quidem et *officii*..... *parum sed* maxime intuitu tuae Serenitatis, cuius locum is *gere*bat, libentissime condonauimus. Ita*que pe*timus a Serenitate tua *ut non* modo *eidem* Henri*co* nihil ob *hanc cau*sam deinceps succenseat, sicut *hactenus* eam *feci*sse audiuimus, et beniuolentiam inde tuam perspeximus, verum etiam e*odem loco* amoris et gratiae eum recipiat, quo alioqui fides et merita *ac nobilitas* eius postulant. Idque a tua Serenitate ualde gratum et acceptum recipiemus.

Datum Romae, apud sanctum Petrum, sub annulo piscatoris, Die XXVI Maii MDXXXVI, Pontificatus nostri Anno secundo — *Blosius* [1].

Carta do cardeal Santiquatro a el-Rei.

1536—Maio 28.

Syre — Non ho potuto trouare mai modo per satisfare a Vostra Maestà circa el breue di don Martino, Perche non occorreua argumento, se non con honore suo, Il che non iudicauo a proposito di quanto la Maestà Vostra desideraua. Donde pensai procedere per un altra uia, et feci formare una commissione in nome del Procurator' Phiscale di Vostra Maestà, Per la quale si committeua nel suo regno la reuisione del processo primo di don Martino, com ampla facultà di ritrouare tutte le falsità, quali occorsono nel detto Processo. El cardinale campeggio, quale ha la signatura di iustitia, non uolse segnare detta commissione, allegando duo cose: la Prima che haueua sententiato in detta causa in la seconda instantia; l'al-

[1] *Documento muito estragado e rôto em partes, no* ARCH. NAC., Maç. 37 de Bullas, n.º 51. *As palavras e letras, que vão em italico no corpo do breve, foram lidas com muita difficuldade, e algumas por conjectura.*

tra non essẽr' conueniente una causa terminata in Roma per Cardinali commettersi fuora di Roma. Fui constretto hauer' ricorso al Papa, et gli narrai tutto. Sua Santità hebbe grandissimo piacere di questo modo haueuo trouato, et mi dissi fussi con il cardinale Simonetta, et per parte di Sua Santità gli dicessi che con ogni diligentia uedessi tal commissione, et trouassi modo da poterla signare, et la portassi a Sua Santità perche la signerebbe di sua mano. Et non dubito che Sua Santità la signerà, perche mi disse questo essere buono mezzo a potere expedir' due bolle contro a don Martino: et non sarà alcuno che possa dire male di Sua Santità come inimica della memoria di Papa Clemente, essendo uscito da Papa Clemente le due prime commissione in fauore di don Martino, quasi che hauessi piacere che uno bastardo uenissi al grado del cardinalato e fusse capace della Regia dignita; ma el consistorio prima, et poi tutti li altri, che legeranno le dette due bolle expedite, lauderanno Papa Paulo sopra tale expeditione, poi che, per virtu della sopradetta commissione, si sarà ritrattato el primo processo in partibus iuridicamente, et ritrouato le falsità de' testimonii et de' notarii, et le collusioni delle parti. Sì che Vostra Maestà si contenti di questa resolutione, la quale è molto migliore che la reuocatione absoluta della bolla di don Martino, la quale non era possibile expedirsi nel modo che la Maestà Vostra auisaua, ma quando si hauessi hauuto ad expedire, non conueniua expedirla in altro modo che come la Maestà Vostra uedrà, Perche ne ho lassato la copia a messere Pietro de Sousa. Et sappi la Maestà Vostra che la detta bolla senza questa commissione con grande fatica el Papa l'harebbe expedita per la ragione di Papa Clemente, quale di sopra è detta, Il che Papa Paulo da Principio non pensaua; ma essendo poi da me stretto in nome della Maestà Vostra, et leggendo a Sua Santità le lettera di Vostra Maestà ad Aluero mendez et a me, delli VIII de Aprile passato, Sua Santità deliberò satisfare alla Maestà Vostra in ogni modo, et conferendo questa sua deliberatione fu aduertita del rispetto di papa Clemente, come di sopra dico: ma passando la commissione, ogni cosa si expedirà senza biasimo di Sua Santità, et con molta satisfactione della Maestà Vostra, alla quale, desiderando io seruire, in tutto quello che posso, con honor' prima della Sede apostolica et poi contento dela Maestà Vostra, non hauendo potuto trouar' modo di mandare quel breue di comandamento a don Martino, feci studiare el caso ad vno aduocato consistoriale, et secondo el suo consiglio mando incluso alla

Maestà Vostra l'ordine quale ha da tenere contro a don Martino, Perche non possi salire del suo regno contro al uolere dela Maestà Vostra, senza offendere lo honore della sede apostolica et libertà ecclesiastica. Et questo uale tanto quanto el breue. Et perchè la Maestà Vostra potessi piu liberamente exequire quanto nela inclusa nota si contiene, la uolsi prima leggere a Sua Santità che ala Maestà Vostra la mandassi, et Sua Santità ne rimase ben' contenta.

Altro per la presente non me occorre, senon supplicare la Maestà Vostra gli piacci tenere in se, et appresso di se, quanto per questa gli scriuo, baciando sue sacratissime mani, Quae felicissime valeat.

Datum Viterbii, XXVIII Maii, 1536.

La Maestà Vostra stia secura che el detto don Martino non harà mai la licentia dal Papa di poter' partire.

E Majestatis Vestrae — Humillis servitor A. Cardinalis Sanctorum Quattuor, Maior Penitentiarius.

Mandetur Archiepiscopo funchalensi per Serenissimum Regem Portugalliae, seu officiales Regis, sub penis priuationis bonorum temporalium et sequestrationis omnium reddituum ecclesiasticorum, ne a finibus regni discedat aut discedere audeat, donec per Romanum Pontificem sibi licentia discedendi concedatur per literas in forma breuis, de quibus eidem Regi, uel eius officialibus, fiat fides; et dictum mandatum fit certis rationabilibus causis eidem Sanctissimo Domino Nostro Papae exponendis. Item huiusmodi mandatum potest deduci ad notitiam officialium Regis, ne interim permittant eundem Archiepiscopum ab eodem Regno seu finibus eius exire, et tentantem detineant, cum honore tamen vt Archiepiscopum decet, et statim eundem Sanctissimum de omnibus per literas ipsius Regis certiorem reddere [1].

[1] ARCH. NAC., Gav. 20, Maç. 7, n.° 26. *Tanto a carta como a nota tem traducções em vulgar, feitas em Lisboa.*

Bulla do Papa Paulo III.

1536 — Junho 2.

Paulus Episcopus seruus seruorum dei ad futuram rei memoriam.

Ad dominici gregis curam et regimen, diuina disponente prouidentia, assumpti, nihil magis ex animo desiderauimus, et ab omnipotenti Deo continue precati sumus, quam ut Ecclesiam suam, nobis commissam, tot heresum et errorum uepribus iampridem in ea subortis, spiritus sancti operante gratia nostroque studio, aliquando repurgatam, eiusque moribus in melius reformatis, debito nitori et synceritati restitutam, in sanctitate et iustitia gratum domino obsequium praestare uideamur. Sed et illa nihilominus cura nos angit, cum consideramus, atque adeo oculis ipsis cernimus, Christianam Rempublicam, intestinis fidelium odiis bellisque et infidelium ui ac dolo afflictam, in dies magis dissipari atque diminui. Quibus malis opportuna remedia adhibere pro pastorali cura summopere cupientes, cum, multis uariisque uiis per nos diligenter examinatis, nullam aliam iudicauerimus meliorem aut promptiorem ea, quam maiores nostri sanctissimi uiri, adeoque uniuersalis ipsa Ecclesia in huiusmodi casibus experta est saluberrimam, generalis uidelicet Concilii celebrationem: idcirco, eorum sanctis uestigiis insistentes, sacrosanctum oecumenicum seu uniuersale Concilium, quod etiam tum quum in minoribus essemus a nobis maxime desideratum, ineunte statim Pontificatu nostro celebrare omnino statuimus; et de hac nostra constanti uoluntate non solum palam locuti sumus, sed et charissimos in Christo filios nostros Carolum, Romanorum Imperatorem, et alios Christianos Reges et Principes per litteras et nuntios nostros certiores fecimus: nunc auctore Domino indicere, et exinde in loco et tempore per nos inferius declarando celebrare, ac demum ad optatum finem perducere omnino decreuimus, sperantes et cum Dei auxilio nobis promittentes, per hoc tam sanctum et salutare remedium non solum omnes haereses et errores ex agro Domini extirpandos, et Christiani populi mores corrigendos, sed et uniuersalem inter fideles pacem componendam, et, facta sub uexillo salutiferae Cru-

cis contra infideles generali expeditione, regna et terras nostras ab illis occupatas recuperandas, captiuosque innumerabiles liberandos, et infideles ipsos ad sanctam religionem nostram, fauente Domino, conuertendos, ut sic ab uniuerso orbe in unum idemque ouile Domini coalescente, in uera fide, spe et charitate, sobrie et iuste et pie uiuatur, et inde ab omnipotenti Deo corona iustitiae expectetur. Hoc igitur perpetuum et constans animi nostri super uniuersalis Concilii celebratione propositum et sententiam, ad Dei laudem et gloriam, Ecclesiaeque suae salutem, decus et incrementum, exequi aggredientes, In nomine sanctae et indiuiduae Trinitatis, patris et filii et spiritus sancti, auctoritate omnipotentis Dei, ac beatorum Petri et Pauli apostolorum eius, qua in terris fungimur, de Venerabilium fratrum nostrorum sanctae Romanae Ecclesiae Cardinalium consilio et assensu, oecumenicum seu uniuersale ac generale Concilium in ciuitate Mantuana, loco tuto, commodo, fertili, et domorum ac bonarum habitationum copia praedito, anno Domini millesimo quingentesimo trigesimo septimo, die uigesima tertia mensis Maii, quae erit Feria quarta post sacratissimum festum Pentecostes, inchoandum, et, ut sequitur, continuandum, et auctore domino finiendum, nuntiamus, conuocamus, statuimus, indicimus et ordinamus, uniuersis et singulis Venerabilibus fratribus nostris Patriarchis, Archiepiscopis, Episcopis, et dilectis filiis Abbatibus, et caeteris Ecclesiarum et monasteriorum Prelatis ubique terrarum constitutis, in uirtute praestiti iuramenti, ac sanctae obedientiae, et sub poenis de iure uel consuetudine, aut alias contra eos, qui ad generale Concilium non accedunt, statutis, mandantes, quatenus personaliter; praedictos uero Imperatorem, Reges, Principes, Duces, Marchiones, et alios, qui de iure uel consuetudine in huiusmodi Concilio interesse debent, per uiscera charitatis domini nostri Jesu Christi inuitantes et exhortantes quatenus pro pace, salute et augmento Ecclesiae Dei, et ipsi personaliter, quod mallemus, uel, si personaliter non possunt, per solennes Oratores suos congruo tempore huic sacro Concilio, in dicta ciuitate Mantuae, ut praefertur, celebrando, debeant interesse; qui tamen, si considerent quam nobis iucunda, Christianae uero Reipublicae etiam maxime necessaria futura sit eorum in dicto Concilio personalis praesentia, non dubitamus quin tum alii omnes supradicti Reges et Principes, tum Carolus Imperator, et Franciscus Francorum Rex Christianissimus sint illic personaliter interfuturi: siquidem Carolus, pro sanctae fi-

dei nostae zelo et amore, tam suo quam Serenissimi Ferdinandi, Romanorum Regis, fratris sui, ac electorum caeterorumque sacri Romani imperii ordinum nomine, pro uniuersalis Concilii celebratione, apud felicis recordationis Clementem Papam VII, praedecessorem nostrum, saepenumero et maximopere instetit; et cum uariis rerum perturbationibus et bellis, ac aliis legitimis de causis, et praesertim praedicti Clementis superueniente obitu, tam sancti operis et optimi animi, quem ad hoc idem praedecessor habebat, impeditus esset effectus, nobis ob hanc nostram promptam ultroque sibi et omnibus supradictis, ab initio usque nostri Pontificatus, ut praedictum est, ac nobis significatam et oblatam super dicto Concilio per nos indicendo et celebrando deliberationem, et proxime in praedictorum fratrum nostrorum sanctae Romanae Ecclesiae Cardinalium generali congregatione decretam et declaratam conclusionem, qua decuit filiali reuerentia, eodem nomine maximas gratias egit: a Francisco uero Rege praedicto, qui etiam ad eundem Clementem et sacrum ipsorum Cardinalium collegium plenas pietatis ac religionis hac de re litteras scripserat, quale a Principe uere Christianissimo sperabamus, consonum et conforme huic nostrae uoluntati super huiusmodi Concilii negocio responsum accepimus. Et nihilominus eosdem Imperatorem, Reges, Principes et alios supradictos similiter rogamus et hortamur ut, omni adhibita opera et studio, efficiant ut omnes et singulae personae in eorum regnis et dominiis consistentes, quae de iure uel consuetudine generalibus Conciliis interesse debent, ad Concilium huiusmodi, cessante legitimo impedimento, de quo legitime docere teneantur, personaliter, alias per idoneos Nuntios, procuratores, uel Oratores legitima mandata habentes, Concilio praedicto interesse, ac usque ad ipsius conclusionem et absolutionem in dicta ciuitate Mantuae morari debeant, ut sic congregata multitudine Christianorum copiosa, ea, quae ad Dei laudem, Ecclesiae in moribus reformationem et exaltationem, haeresum uero omnimodam extinctionem, fideliumque praedictorum concordiam et salutem, ac generalem contra infideles expeditionem pertineant, in eodem Concilio, Deo auctore et adiutore, salubriter ordinentur. Insuper, ut praemissa omnia et singula ad quos spectat notitiam deueniant, nullusque de eis ignorantiam iuste praetendere possit, aut se ligitime excusare, cum etiam ad personaliter intimandum praesentes litteras aliquibus personis, quae in ipsis comprehenduntur, forsan tutus non pateat accessus, uolumus et decernimus praedictas litteras per aliquos Cu-

riae nostrae Cursores, uel Notarios publicos, in Basilica Principis apostolorum de Vrbe, et Ecclesia Lateranensi, dum ibi multitudo populi ad diuina audiendum conuenire et congregari consueuit, publice ac alta et intelligibili uoce legi et publicari, et Basilicae ac Ecclesiae praedictarum, necnon Cancellariae apostolicae portis, siue ualuis, et in acie Campi Florae affigi, et ibidem per aliquod temporis spatium dimitti, ac copiam ipsarum affixam relinqui, affixionemque sic factam, omnes et singulos, ad quos spectat, cuiuscunque gradus et dignitatis existant, post lapsum Duorum Mensium a die affixionis et publicationis praedictarum numerandorum, perinde in omnibus, et per omnia afficere et astringere, ac si eis praesentes uel earum transumpta, quibus manu publicorum Notariorum factis uel subscriptis, et sigillo alicuius personae in dignitate ecclesiatica constitutae munitis, fidem indubiam adhiberi uolumus, personaliter intimatae fuissent.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostrae nuntiationis, conuocationis, statuti, indictionis, ordinationis, mandati, inuitationis, exhortationis, rogationis, uoluntatis et decreti infringere, uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare praesumpserit, indignationem omnipotentis Dei ac beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se nouerit incursurum.

Datum Romae, apud sanctum Petrum, anno incarnationis Dominicae Millesimo quingentesimo trigesimo sexto, quarto Nonas Junii, Pontificatus nostri anno secundo. — + Ego Paulus, catholicae Ecclesiae Episcopus, subscripsi (*Logar do rodado do Papa, com a legenda* : Confirma hoc Deus quod operatus es in nobis) — + Ego Joannes, Episcopus Ostiensis, Cardinalis Senensis, subscripsi — + Ego Joannes Dominicus, Episcopus Portuensis, Cardinalis Tranensis, subscripsi — + Ego Bonifacius, Episcopus Sabinensis, Cardinalis Ipporigiensis, manu propria subscripsi — + Ego Laurentius, Episcopus Praenestinus, Cardinalis Campegius, manu propria subscripsi — + Antonius, Presbiter Cardinalis de Sancto Seuerino, manu propria subscripsi — + Augustinus, Cardinalis Perusinus, Sanctissimi Domini Nostri Papae Camerarius, subscripsi — + Vincentius Carrafa, Cardinalis Neapolitanus, manu propria subscripsi — + Andreas, Cardinalis Palmerius, manu propria subscripsi — + Franciscus, Cardinalis Sanctae Crucis, manu propria subscripsi — + Franciscus, Cardinalis Cornelius, manu propria subscripsi — + Nicolaus, Cardinalis Capuanus, manu pro-

pria subscripsi — + Ego Hieronymus, Cardinalis de Ghinucciis, manu propria subscripsi — + Jacobus, Cardinalis Simoneta, manu propria subscripsi — + Gaspar, Cardinalis Contarenus, manu propria subscripsi — + Paulus, Sancti Eustachii Diaconus Cardinalis, subscripsi — + Alexander, Cardinalis Caesarinus, subscripsi — + Joannes, Cardinalis de Saluiatis, manu propria subscripsi — + Nicolaus, Cardinalis Rodulphus, subscripsi — + Ego Augustinus, Sancti Adriani Diaconus Cardinalis Triuultius, manu propria subscripsi — + Ego Franciscus, Cardinalis Pisanus, manu propria subscripsi — + Ego Hercules, Sanctae Mariae Nouae Diaconus Cardinalis, manu propria subscripsi — + Ego Nicolaus, sancti Theodori Diaconus, Cardinalis de Gaddis, subscripsi — + Hieronymus, Cardinalis Grimaldus, subscripsi — + Alexander, Cardinalis de Farnesio, Vicecancellarius, subscripsi — + Guido Ascanius Sfortia, Cardinalis Sanctae Florae, manu propria — + Marinus, sanctae Mariae in Aquirio Diaconus Cardinalis Carraciolus.

Blosius B. Motta [1].

Carta de Alvaro Mendes de Vasconcellos a el-Rei.

1536 — Junho 10.

Depois de todas ess outras cartas escritas, e o maço cerrado, me mandou dizer o nuncio do Papa, que nesta corte reside, que he meu amigo e homem de bem, que tinha hũa carta de Sua Sanctidade, a qual fallaua toda comigo; que elle uiria amenhaã ouuir missa e comer comigo, e m a mostraria e daria conta de algũas couzas que importauão: e porque o correo se partirá amenhã em companhia de hum fidalgo, que ha de passar por Genova, eu caualguei logo e fui a casa do dito nuncio, o qual me mostrou hũa carta que dizia: « Fazei entender ao Embaxador

[1] *Exemplar impresso, mas authenticado por um Notario da Camara Apostolica, no* Arch. Nac., Maç. 31 de Bullas, n.° 3. *Encontra-se tambem em* Raynald., Annal. eccles., *e no* Bullarium Romanum *(ediç. de Turim, 1860) Tom. VI, pag. 224.*

de Portugal Aluaro mendes que o negocio da Inquisição está já em mão de Dom Henrique e de Santiquatro, E em tudo se comprio a uontade de seu senhor. Praticareis com elle nossas cousas porque delle temos confiança que nos fará bom officio, asim com seu Rei como em toda a couza acerca do Emperador». Não estou ainda bem certeficado se inouou Dom Henrique algum ponto, ou se consentio em algũa couza de mais de que eu deixei feito: elle uirá, e, se o não embarasarem seus negocios, não tardará muito, e dará conta do que fes, se alguma couza inouou. Disse me mais o dito nuncio que o Papa mandaua aqui hum legado e outro a França, os quaes não tardarião, e que elle não queria dizer nada ao Emperador, nem a outrem, ate que uiessem; e que uinhão pera trabalhar na paz; e achando disposição auizaria logo a Sua Sanctidade o mais supito que fosse possiuel: parece me tarde pera concluir tamanha empreza e desfazer tamanhos nublados. Disse me mais o dito nuncio que o Papa escreueria a Vossa Alteza todos os annos e offerecimentos possiueis, e me mandaria aqui a carta pera que eu a mandasse a Vossa Alteza, e o certeficasse que teria nelle verdadeiro pai e amigo. Isto uem já da pratica, que com elle e com o Papa tiue em Roma, e me affirmo no que neste capitulo abaxo direi.

E, se Vossa Alteza quer seus negocios em Roma muito bem feitos, e acabados os que parecerem impossiueis, faça muito boa elleição da pessoa, que ali mandar por seu Embaxador, como ja escreui; e mande hum prezente ao Papa de brincos e couzas que tenhão torno de ate outo ou dez mil cruzados, e quanto mais tanto melhor e contente: e com isto, e com a boa diligencia feita por pessoa limpa, que não tenha mais respeito a seu interesse que a Vossa Alteza e a uosso seruiço, far se ão uossos negocios como Vossa Alteza quizer. E se a pessoa, que Vossa Alteza mandar, ouuer de uir por onde eu estiuer, eu me atreuo a o informar de maneira que vá mais de meo pratico em tudo. Tambem me disse o dito nuncio que a Bulla do Concilio era publicada pera desta Paschoa a hum anno. Isto deuia de ser mais cauza da paz, se a só Deos se olhasse.

Esta mesma tarde tenho bem sabido, e certo, que o Emperador tem certo auizo que ElRei de França tem vinte e dous mil scocios, afora os seis mil Alemaẽs que tem consigo, e fas muita gente d armas e muita de pé da terra. Isto se ordena desta maneira. Por João de Sepulueda ou por Dom Henrique, e por ambos, escreuerei o que mais suceder e eu sou-

ber. Parece me que, tratando Vossa Alteza com Inglaterra, que seria bom fazer se parte com o Papa na obediencia que lhe o dito Rei der, porque tenho entendido e sabido que o Emperador tem dado conta ao Papa destes cazamentos de Inglaterra, dando lhe a entender que, pelo tornar a sua obediencia e lhe fazer auer do dito Rei algum proueito, moue estes cazamentos e negocios. Tenho determinado, se me o nuncio nisto toca, de lhe dizer que Vossa Alteza he o que não quer tratar com Inglaterra, sem que primeiro estê na obediencia do Papa ; e conforme a isto o que me mais parecer e a pratica der : digo, se me elle falar nisto ; e, se não, não. Vossa Alteza responda com breuidade a tudo, e no do Papa olhe muito bem por seus negocios, porque com pouca couza se ganha muito proueito ; e sem fazer o que tenho dito, e digo, ou mais, não se fará nada e perder se ha muito.

Nosso Senhor a uida e Real estado de Vossa Alteza acrecente como dezeja.

Aste, 10 de Junho de 536 annos [1].

Breve do Papa Paulo III, dirigido aos Bispos de Lamego, Sant-Iago, e S. Thomé.

1536 — Junho 12.

Paulus Papa III Venerabiles fratres salutem et appostolicam benedictionem.

Exponi nobis fecit dilectus filius Procurator fiscalis Regius Regni Portugaliae quod venerabilis frater Martinus a Portugalia, Archiepiscopus Funchalensis, primo ad felicis recordationis Clementem papam VII, praedecessorem nostrum, et, ipso defuncto, Nobisque divina favente clementia ad apostulatus apicem assumptis, ad Nos charissimi in Christo filii nostri Joannis, Portugaliae et Algarbiorum Regis, Orator distinatus, minus quam conueniret ad Regia negocio et nimis ad sua, intentus minus

[1] *Copia a fol. 18 (23 antiga), do manuscripto citado a pag. 289 deste volume.*

probe, et etiam quam par esset ad infrascripta, ut creditur, anhelans et aspirans, postquam tam a conceptione quam a nativitate sua, usque ad tempus non sanae mentis infra dicendae, tam viuentibus bonae memoriae Episcopo Elborensi et Briorangia de Freytas suis parentibus, quam ipsis defunctis pro illegitimo se gesserat et nominauerat, pariformiterque tam ab ipsis quam etiam ab omnibus aliis publice pro illegitimo habitus, tentus, nominatus, tractatus et reputatus fuerat; seque etiam talem se asserens super tali illegitimitate desuper necessarias apostolicas dispensationes, etiam super obtinendis beneficiis ecclesiasticis, ac forsan etiam quod in quibuscumque gratiis, et litteris tam gratiae quam iustitiae a sede apostolica impetratis, de dicta illegitimitate mentionem facere non teneretur, et talium dispensationum vigore certa beneficia ecclesiastica obtinuerat, et etiam ad dictam ecclesiam Funchalensem promotus et illam assecutus fuerat, etiam auctoritati Regiae praedictae innixus et fretus, subtiliter excogitare et callide confinxit quod ante praedicti sui Genitoris ad sacros et praesbiteratus ordines, et ecclesiam praedictam promotionem et illius consecrationem, ac suam conceptionem siue natiuitatem, parentes sui praedicti forsan clam inuicem Matrimonium certo modo contraxerant; seque propterea de legitimo Matrimonio, et tamquam a ligitimis parentibus siue Coniugibus procreatum, ligitimum, et tamquam talem singularum sucessionum patris et matris, ac quorumcunque ascendentium descendentiumque et transuersalium successiones et bona, ac ad omnia iura ciuilia actusque ligitimos, honores, et etiam Regna et Regia Dominia, et quaecunque alia illegitimis tam de iure quam de consuetudine vetita et interdicta, et veris ligitimis concessa, habilem et capacem se asserens, contra quosdam Ludovicum Mendez Correa et Simonem etiam Correa, quos certo suo modo sibi aduersarios elegit siue constituit, materiam quaestionis, ut dicitur, suscitauit, praetensasque causam et causas, quam et quas contra ipsos mouere et habere, ut asseruit, intendebat, certo suo affectato et postulato praetenso iudici apostolica auctoritate in partibus committi fecit: Necnon adhibitis et inductis certis testibus, ab ipso subordinatis et subornatis ac corruptis, contra eosdem aduersarios minime se defendentes, et praetensum iudicium etiam aliàs voluntarie substinentes et colludentes, difinitiuam praetensam sententiam, quae forsan in rem dicitur transiuisse, iudicatam in sui fauorem per dictum assertum delegatum et corruptum iudicem, ferri et promulgari, ac successiue etiam diversis modis, et per praeten-

sas litteras apostolicas, et forsan nostras, auctorisari et confirmari, et forsan magis ampliari, obtinuit. Et, sicut eadem expositio subiungebat, cum praemissa ad noticiam procuratoris praefati deuenerint, ipse procurator, prout ad suum officium spectat, prouide animaduertens quam periculosa et perniciosa sit, et ulterius magis esset, planta huiusmodi, nisi abscinderetur, quotque et quantos posset malos effectus parere, quandoquidem (quod Deus auertat et absit) posset contingere quod ipsimet Martino, vel ipso hoc non faciente et tacente, per alium siue alios similiter illigitimos, qui more ipsius Martini inuitati et ducti ista reproba via ad Regnum anhelantes, in neces Regum Regni praedicti conspirarent vel alias machinarentur, regnandi desiderio ducti, aut alias cum legitimis concurrentes lites scandala et peiora exinde orirentur, ultra quod similia apud illos, qui publice tales illegitimos nouerint, et postea maxime auctoritate apostolica subito illos viderunt ligitimatos, et derisus et oblocutionis causam praestant, cedantque in maximum et perniciosum exemplum omnium et scandalum, Nec propterea sunt toleranda, prout ipse procurator fiscalis iure medio non tolerare Sed de medio resecare et resecari debere et velle praetendit: Quare pro parte eiusdem procuratoris Nobis fuit humiliter supplicatum ut causam et causas, quam et quas ipse habet et mouet, habereque et mouere vult et intendit, contra praedictos Ludovicum et Symonem conflictos et collusores adversarios, quam praetensos, corruptos, subornatosque et subordinatos testes, ac Martinum praefatum de et super detegendis collusionibus et falsitatibus ac machinationibus, dolis et artibus dolosis huiusmodi, nullitateque ac iniustitia, tam singularum praetensarum sententiarum latarum, quam praetensorum processuum desuper ubilibet habitorum et factorum, Necnon obreptionis, subreptionis et intentionis defectu quarumcunque litterarum apostolicarum confirmatiuarum siue ampliatiuarum praemissorum desuper impetratarum, rebusque aliis in actis causae et causarum huiusmodi latius deducendis, et illorum occasione alicui Praelato in illis partibus commoranti, etiam summarie, simpliciter et de plano audiendas, cognoscendas, decidendas, fineque debito terminandas, commitere et mandare, aliasque in praemissis opportune prouidere, de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur, statum omnium et singulorum praemissorum, aliorumque hic generaliter vel specialiter narrandorum tenores et compendia, ac singulorum iudicum nomina et cognomina ac titulos, praesentibus pro sufficienter expressis habentes, hu-

iusmodi supplicationibus inclinati, Fraternitati vestrae per presentes committimus et mandamus quatenus vos, vel duo aut unus vestrum, vocatis vocandis, omnes et singulas causas praedictas, cum omnibus et singulis earum incidentibus, dependentibus, emergentibus, annexis, et connexis, etiam summarie, simpliciter et de plano, ut praemittitur, auctoritate nostra audiatis, et auditis hinc inde propositis, quod iustum fuerit, appellatione remota, decernatis, facientes quod decreueritis per censuram ecclesiasticam firmiter obseruari; Nos enim Fraternitati vestrae praedictos aduersarios et alios supranominatos, Necnon omnes alios et singulos, tam in decreto, quam executione citationis praesentium vigore decernendae nominandos, etiam per edictum publicum, constito summarie de non tuto accessu, citandi, ac omnibus quibus inhibendum fuerit, sub censuris ecclesiasticis, ac etiam pecuniariis paenis, tuo arbitrio moderandis, inhibendi, omniaque alia, quae in praemissis et circa ea necessaria et oportuna fuerint, faciendi, exercendi et exequendi plenam et liberam tenore praesentium licentiam concedimus et facultatem. Non obstantibus praemissis, ac recolendae memoriae Bonifacii VIII, etiam praedecessoris nostri, de una et in concilio generali aedita de duabus dietis, dummodo ultra tres dietas aliquis auctoritate praesentium ad iudicium non trahatur, et aliis apostolicis constitutionibus, contrariis quibuscunque. Aut si praenominatis, vel quibusvis aliis communiter vel diuisim ab apostolica sit sede indultum quod interdici, suspendi, vel excommunicari non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam, ac de verbo ad verbum, de indulto huiusmodi mentionem.

Datum Romae, apud Sanctum Petrum, sub annulo piscatoris, Die XII Junii M.D.XXXVI, Pontificatus Nostri Anno secundo [1].

[1] ARCH. NAC., Maç. 24 de Bullas, n.º 35.

Carta de el-Rei ao Papa Paulo III.

1536—Julho 20.

Sanctissime in Christo Pater, ac Beatissime Domine.

Joannes Dei Gratia Rex Portugalliae et Algarbiorum, citra et ultra mare in Africa, Dominus Guineae, atque expeditionis et nauigationis, et commercii Aethiopiae, Arabiae, Persiae, atque Indiae, ut filius pientissimus post humillima beatorum pedum oscula. Si unquam principes Christiani de victoriis, quas aduersus orthodoxae fidei hostes adepti sunt, summo Pontifici, perinde ac vero Christi Vicario gratulati sunt: id certe hoc tempore maxime apud Sanctitatem vestram a me, utpote eius, sanctaeque Sedis Apostolicae filio pientissimo, obsequentissimoque fieri oportet. Vrbs enim Dium clarissimum totius Orientis Emporium fortissimumque Indiae propugnaculum, cuius expugnandae causa, tot bella gesta, totque expeditiones, superioribus annis a nostris Ducibus factae fuerant, nunc tandem, Deo Optimo maximo adiuuante, se nobis dedere, nostraeque ditioni parere coacta est. Etenim cum multae maximaeque in Sanctitate vestra virtutes floreant, ob quas iure optimo, sancto Spiritu suffragante, ad summum Apostolatus apicem euecta est: nulla tamen ex omnibus admirabilior censeri debet, quam quod perpetuo quodam Christianae religionis propagandae zelo, omni studio, patrisque indulgentissimi affectu, dat operam, ut pace inter Christianos principes fundata, ac stabilita, Christi vexilla usque ad ultimos terrarum fines prodeant, Mahometisque impietas de medio tollatur. Maiores quidem nostri iam inde ab huius regni origine id constanter pro viribus contendebant: ut clarissimis rebus gestis, vere eos principes cristianos esse constaret; idque quemadmodum optabant, consequuti sunt. Nam et Maurorum gentem, ipsorum regibus superatis, Hispania expulerunt; et Mauritaniae oppida arcesque munitissimas, trans fretum Herculeum expugnarunt: quae et hodie nostrae ditionis sunt praesidiisque validis tenentur. Porro faelicis memoriae Emanuel rex, pater meus, non sat habens, egregias et ipse de Africa victorias reportasse: cum Atlanticum mare antea ignotum, antiquorumque

modo fabulis, miraculisque celebratum, classibus aperuisset (in quo nonullorum maiorum suorum exemplum sequutus est) magnamque Aethiopiae littoralis partem inuictis Ducibus peragrasset, ad fidemque Christi instituisset. Nauibus deinde, exercituque ad mare usque rubrum, ac Persiam, totamque Indiam transuectis: iam notum est omnibus quid gesserit: quot populos, vrbes, reges, in deditionem suam redegerit. In quibus omnibus vera et immortali gloria dignissimus censendus est: cum ob id quod inaccessas, atque incognitas antea, tum coeli, terrae, marisque plagas primus omnium notas fecerit, tum vero quod princeps Christianissimus ad ouile, Ecclesiamque Domini, tot animarum millia variis inuoluta suprestitionibus potuerit aggregare. Ego vero ubi primum Deo maximo ita volente ad regiam dignitatem euectus sum, tametsi liquido intelligerem quantam hominum expectationem sustinerem, quem par erat plurimis de causis, patris inuictissimi, omnibusque soeculis memorandi virtutibus respondere: tamen Deo iuuante, non omnino despondi animum: verum me ita ad paternas laudes imitandas, ac prosequendas collegi, ut quantum fieri posset eiusdem vestigiis (ut bonum filium, regemque decebat) haererem atque insisterem. Itaque etsi statim a principio regnandi non paucae difficultates, nostrarumque nauium iacturae sequutae erant, quae tam longinquae expeditioni vehementer obstare videbantur: nos tamen incommodis quibusque superatis, nom solum res Indicas prout a patre relictae fuerant, Dei gratia facile tutati sumus: verum eas subinde noüis victoriarum accessionibus roborauimus. Et quoniam ad statum rerum nostrarum in Oriente vehementer conducere videbatur, si urbs Dium in ipso littoris Indici ingressu posita, in nostram ditionem veniret: ita enim et Oceani Indici late domini et aduersus Turcarum expeditiones tuti futuri eramus (nam hi classe ingenti in fine Arabici sinus comparata, se per maris rubri ostia egressuros, nobisque bellum ex ea vrbe illaturos minabantur) has ob causas nihil unquam, simul atque regnare coepimus nec maius nec antiquius habuimus, quam ut ea ciuitas nostri iuris, et potestatis efficeretur. Quamquam vero a nostris Ducibus, praefectisque strenuae aduersus eandem expeditiones susceptae essent, nihilque omnino ab his foret praetermissum, quo urbs munitissima posset expugnari: tamen ob loci naturam inexpugnabilem, saepe ea res frustra tentata est. Quippe urbs Dium in extremo promontorio sinus Canticolpi sita, et super saxi crepidine fundata, validis muris, turribusque, atque omnifariam

aeneis tormentis undequaque cingitur, introrsus vero qua sese portus recipit, qui et ipse validis cathenis clauditur, adeo munitis tam ab vrbe quam a medio mari propugnaculis vallata est, ut cum per spacium inter ipsa propugnacula interiacens, nauibus modo inuadi, oppugnarique valeat (etenim a continenti in morem insulae mari per fossam deriuato abluitur) illud interim ex eo sequatur, ut eiusmodi oppugnatio propter appositam undique tormentorum vim longe difficillima, ac pene ultra vires humanas esse videatur. Accedebat et illud incommodum, quod ea urbs manebat sub ditione Regis potentissimi citerioris Indiae, Mahometanae sectae cultoris, quem regem Cambaiae vocant. Atque is facile intelligens maximum in ea ciuitate momentum esse ipsam superioribus annis per Melchiazum praefectum, quantum humano consilio, aut arte effici poterat muniri iusserat. Ita urbs natura, situque valida, opera hominum, praesidiisque largiter accedentibus, inexpugnabilis reddita erat. Is autem rex Cambaiae, ut de eius prope incredibilibus diuitiis taceam, facile centum mille equitum armare, peditum vero CCC millia, sexcentosque elephantos, glandiumque ignitarum iaculatorum non mediocrem numerum in aciem educere potest: ad haec tormenta aenea omnis generis curribus optata, non minus habet, quam septingenta. Quo apparatu idem paucis ab hinc annis, finitimo regi defectionem meditanti, bellum intulit, eumque regno expulit. Sed quanquam tot incommodis Duces nostri urgerentur, nos tamen id omni studio indefessoque animo agitantes, ut hoc oppido in potestatem nostram redacto, rerumque nostrarum statu in Oriente firmato, Christi fides per uniuersam Indiam longe lateque posset propagari. Ob eas res Nonio a Cugna Indiae Gubernatori, praefectoque nostro maiori mandauimus, ut quia in oppugnando eo oppido parum proficeretur, in praesentia quidem ab eo desisteret: caeterum regi Cambaiae terra marique bellum inferret, uniuersamque maritimam regni Cambaiae oram, quae non mediocri littoris tractu porrigitur, ita classibus instructis populare-tur, assidueque infestaret, ut aliquando rex Cambaiae Badur (id enim nomen illi est) suis, suorumque malis edoctus, tot damna, direptionesque, deditione dictae ciuitatis redimere cogeretur. Id cum ita factum esset, bellumque acre ac perpetuum omnibus Guzaratum populis maritimis illatum traheretur (ita enim subditi regis Cambaiae vocantur) rex Badur cum non paucas regni sui ciuitates, oppida, arces, vicos, per nostros praefectos, classesque capi, diripi, atque incendi cum magna suorum strage,

audiret, in quorum direptione ingens aeneorum tormentorum numerus, multique bellici apparatus a nostris inueniebantur. Cumque non minus intelligeret, nostrorum classibus infesta omnia reddentibus, naues mercatorum ad ipsius regni portus nullatenus accedere, nec ultro citroue commeare iam audere, idque interim magna eius vectigalium iactura accidere. Ad haec cum animaduerteret maiora in posterum ex eiusmodi causa regno suo damna instare, quibus deinde omni potentia nequaquam resistere posset: cum haec omnia secum reputaret, diuque tamen dolorem audacter praemeret: etsi nunquam antea secum de pace agi passus fuerat, ad extremum maiore metu perculsus, consilium sibi coepit, nostraque imperata facere, Diumque dedere cogitauit: videlicet in eo magnorum Aethiopiae Orientis regum multorumque Indiae satraparum exemplum sequutus. Qui nobis, (Deo iuvante) superiori tempore obedire appetiuerant, idque magno orthodoxae fidei, animarumque bono euenerat, quae incredibili numero ab Idolorum vanitate, ad Christianam pietatem et conuersae sunt, et quotidie conuertuntur. Itaque ille potentissimus rex Badur, Indiae uniuersae terror, a quo nonnulli regnum Pori maximi quondam regis teneri affirmant: quique tot annos frustra minis in nostros detonuisset, tandem per legatos a gubernatore nostro supra memorato, pacem suppliciter postulat. Summa legationis erat, velle se his conditionibus nobis obsequi: quae omnino gratae nobis futurae erant: Consilio igitur de ea re diligenter habito, placuit Nonio gubernatori, caeterisque praefectis nostris, virisque nobilibus, qui in India iussu nostro militant, pacem cum rege iis conditionibus fieri: quae certe nobis, regnisque nostris pulcherrimae, et honestissimae extiterunt. Atque harum nonnullas Sanctitati vestrae his litteris declarandas esse duxi. Placere regi Cambaiae (Cambaia ciuitas est insignis maritima unde rex denominatur, aliter Guzaratum rex vocatur) et arcem et ciuitatem Bazaim, quae ciuitas ad Orientem versus circiter octoginta millibus passuum a Dio abest, in ius ac ditionem nostram transferri: seque nobis in perpetuum iis cedere cum omnibus agris, insulis, oppidis, vicis, prouentibus, vectigalibusque regiis, caeterisque omnibus quomodocumque ad eandem vrbem eiusdemque regis deditionem in ea regione spectantibus. Nec minus cedere se ea vectigalium summa (ea ingens erat) quae ex annorum proximorum pensione dictae ciuitatis Regi debita, nondumque per quaestores regios exacta fuerat. Item ut Lusitani, qui captiui, aliquot iam annos apud regiam vrbem

Campanellum tenebantur, gubernatori nostro quamprimum redderentur. His atque aliis per quam honorificis regno nostro conditionibus firmatis, non ita multo post et captiui ipsi redditi sunt, quorum libertatem propter eorundem merita, fidelemque operam nobis multis annis praestitam, magni fecimus: et possessio vrbis Bazaim meo nomine a nostris inita est. Est autem Bazaim vrbs maritima insignis, cum ob agri insularumque adiacentium mirificam quandam ubertatem, tum vero ob sylvarum materiaeque commoditatem, quae abunde in hoc uno citerioris Indiae loco, nauibus fabricandis suppetit. Sic ut ad classium nostrarum quantumuis numerosam aedificationem, siue commeatus haec una posse sufficere videatur. Sed neque usquam in uniuerso Indiae littoralis tractu tanta utriusque rei copia possit inueniri. Hinc est quod intra Bazainensis agri earumque insularum ambitum, quae eius territorii sunt, ob admirandam, largeque omnia praebentem soli faecunditatem, sexcenti admodum vici, minimum alius ab alio distantes inueniantur, quos Guzarates habitant: interque eos vicos, et oppida nonnulla, et ciuitates etiam visuntur. Singuli porro ab vrbe nostra Bazaim ius accipiunt: nobisque hi omnes cum ciuitate simul, annua centum millia aureorum, ex vectigali regio pendunt: breui autem fore speramus, ut vectigalium magna fiat accessio, quod propter pacem, quam iis dedimus, affatim ad habitandum Guzaratum multitudo confluat in ea loca. Item rex Badur anno non toto vertente, ut mutuam nobiscum pacem maiore pignore retineret, sanciretque, itemque ut nobis gratior et acceptior, dicto Nonio Indiae gubernatori ultro per literas significauit, velle se certis conditionibus, quae paci, et amicitiae utriusque nostrum expedirent, ipsam ciuitatem Dium mihi dedere; it ut ea in posterum valido Lusitanorum praesidio teneretur: Ea re cognita, cum Nonius ingenti classe ab vrbem Dium accessisset, mox ea parte vrbis potissimum lecta, quae portui, propugnaculisque in mari extructis imminebat, arcem magna celeritate aedificare aggressus est: quam propediem absolutam iri confidimus. Atque fortissima ciuitatis parte, propugnaculisque ipsis, tum maris, tum terrae omni tormentorum genere, bellicoque apparatu instructissimis a rege traditis, nostroque praesidio firmatis, in quibus et oppidi, et portus vires facile continentur, arce etiam insuperabili a nostris iisdem in locis fundata, plane illud sequi necesse est, et nunc eam ciuitatem penitus in nostra potestate esse, et in posterum Deo bene iuuante sub nostra ditione perpetuo mansuram: ita Deo Opti-

mo Maximo fauente, citra ullum sanguinem, meorumque subditorum periculum, ea vrbe potiti sumus, quae iampridem a faelicis memoriae patre Emanuele, nostrorumque exercitu, magnis cum sudoribus, impensisque petita, nunquam tamen potuerat expugnari. Vnaque opera tum rebus nostris Indicis securitatem, tum paci ornamentum, tum bello singulare perpetuumque praesidium comparauimus. Cumque omnes fere Orientis naues, quae per Indicum Oceanum mareque rubrum ultro citroque excurrunt, ad hunc portum necessario ferantur, facile ex eo iudicare est, quicunque tam celebris emporii dominus fuerit, eum nauibus totius Orientis quodammodo dominari oportere. Eodem tempore inter nostros, regemque Cambaiae conuentum est, ne Turcarum quispiam intra eius regni fines admitteretur, neue hospitio, commeatu, auxilioue quocunque iuuaretur. Item ne per uniuersum regni Cambaiae littus, ullum Guzaratum nauigium bello aptum fabricare liceret: si qua aedificata, aut instructa, instruiue coepta inuenirentur, ea in terram subducerentur. Postremo ut quaecumque Guzaratum nauis e littore patrio nauigatura esset, ea priusquam solueret, a praefacto arcis nostrae, quae intra Dium est, liberi commeatus diploma impetraret: alioqui eam nauigationem suo periculo facturam esse. Atque ut mirabilis nostrorum faelicitati cumulus adderetur, accidit per haec tempora, ut Aimanus potentissimus Carmaniae rex, usque ad Indi fluminis ostia, aliarumque late regionum Septentrionem versus (nunc regem Dely vocant) et ipse impietatis Mahometanae cultor, bellum Cambaiae regi inferret, quod is affinem quendam suum qui ab Aimano transfugerat, reddere nollet. Quod ubi rex Badur intellexit, non ita multo post ingenti exercitu coacto, qualem supra memorauimus ex aduerso processit. Quamquam vero Carmaniae rex equitum millia septuaginta duceret, qui more Parthorum saggittandi peritissimi, inter fugiendum spicula dirigunt: peditum vero ducenta millia haberet. Tamen si statim Cambaiae rex cum hoste confligere noluisset, dubium non erat, quin regem Dely primo impetu fuisset superaturus. Verum ille prauis consiliis Rumetanis praefecti sui, cui multum tribuebat, persuasus, cum se intra castra contineret, nec copiam pugnandi faceret: interim interceptis ab hoste commeatibus, diraque fame atque ex eo hominum equorumque strage in exercitu sequuta ad extremum fuga sibi consulere, ne in potestatem hostium veniret compulsus est. Igitur cum faeda fuga, ac consternatio totis castris, ipsius regis fuga intellecta, oriretur, Magores subito superuenientes

omnia prosternunt, atque occupant. Mogores ii sunt qui primum cum rege ipsorum, Carmaniam : deinde Ariam et Drangianam, aliasque usque ad mare Caspium regiones (quas nunc regnum Dely vocant) armis occuparunt. Dicti Mogores vel a Populis Persarum Megoribus, vel quod nunc Turcae a Persis Mogores appellantur. Item tamen se ab extremis Scythis oriundos iactant : Regemque hunc Aimanum illius Magni Tamberlani Scytharum Imperatoris trinepotem praedicant. Certe gentem exercitumque Mogorum cum multi Vzbequi, natio eiusdem generis bellicosa, aliique populi auxiliares, tum magna vis Scytharum, Tartarorumque comitabantur. Fugiens itaque rex Cambaiae cum matre, suisque, ac praefectorum, procerumque suorum uxoribus, magnaque parte thesaurorum, diuitiarumque suarum, se ad Dium recipit utpote totius regni vrbem validissimam munitissimamque. Ibi haec omnia, seque insuper tradidit in fidem tutelamque Nonii gubernatoris, praefectique nostri maioris. Et nunc, Deo volente potentissimus, atque opulentissimus Indiae citerioris Rex cum arce regni, vxoribus, rebusque pretiosissimis, in nostra manet potestate. Constare arbitror ex his Sanctitati vestrae quantum Dei Optimi Maximi clementia, rebus nostris, totique adeo reipublicae Christianae incrementum sit adiectum. Quantus item aditus hoc tempore sit factus ad Christi veram fidem, per vasta illa Orientis, atque Indiae utriusque regna longe lateque propaganda. Quod etsi temporibus meis et mea meorumque opera, Deo adiuuante, accidisse mihi (ut par est) gratissimum esse debeat, tam prosperam, tamque admirandam rerum successionem inprimis Sanctitati vestrae faelicitati acceptam referri oportet : cuius virtute ac meritis, utpote Sanctissimi dignissimique Petri successoris, fideique orthodoxae propagatoris maximi, breui temporis circulo factum est, ut tam in Africa quam in Asia, insignes Christianis victoriae partae sint. Ego autem Domino Deo nostro gratias summas ago pro tanta benignitate, quanta nos immeritos prosequi dignitatus est : idemque a Sanctitate vestra totius reipublicae Christianae nomine fieri, et spero et opto. Cumque ab ipsius pontificatus initio Christianus orbis nouis victoriarum accessionibus non mediocriter auctus fuerit, idque ipsum (ut dixi) iure optimo eiusdem Sanctitatis vestrae summis virtutibus, perpetuoque religionis affectui ascribi oporteat, omnes qui Christum profitemur sperare debemus fore, ut rebus per eandem inter Principes Christianos pacatis, et compositis Sanctitatis vestrae meritis, consiliis, virtute, auctoritate, Dei religio magis magisque floreat,

et digna (ut par est) accipiat incrementa. Vt tandem verae pietatis hostibus aut euersis, aut profligatis, idolorumque, et Mahometanorum impia vanitate deleta, crux Domini Nostri Jesu Christi in uniuerso orbe colatur, atque adoretur. Sanctissime in Christo Pater et Domine noster, Deus Omnipotens Sanctitatem vestram diutissime et felicissime augere, et conservare dignetur, ad sui sanctissimi obsequii sanctae matris Ecclesiae bonum, et utilitatem. Datae Eborae die xx Julii Anno Domini MDXXXVI [1].

Carta de el-Rei ao cardeal Santiquatro.

1536 — .....

Reverendissimo in Christo padre que como Irmão muyto amo, Eu dom Joham per graça de deus Rey de portugal, e dos Algarues d aquem e dalem mar, em afriqua Senhor de Guinee, e da conquista nauegaçam e comercio de Ethiopia arabia persia e da India, vos emvio muyto saudar.

Á carta que me escrevestes, feita de dous dias de junho passado [2], sobre a expediçam da bula da Inquisiçam dos cristaõs novos de meus regnos e senhorios, vos farey por esta resposta ás cousas dela a que me parecer que convem ; e escusarey o mais que poder de a fazer longa por vos nom ser trabalho a lerdes pelas muytas que aguora sobre meus negocios vos escrevo, ainda que por muy certo tenho que o nom Recebês em minhas cousas. E primeiro quanto á expediçam da dita bula, que me enviastes por dom Anrique de meneses, por muy certo tenho que se nom fez a expediçam dela sem muyto voso cuidado e trabalho *(pera que foy ainda mais causa os embaraços, que niso se ofereceram da parte de quem niso vos devera ajudar e nom torvar)* e em muy singular prazer Recebo de vós acabar se como se acabou e aceitey por todas as Rezões, que por esta vosa carta me destes naqueles pontos em que se moueram duuidas : nem que foram mais prejudiciaes fizera ao santo padre nenhuuãs repriquas, pois a vós asy volo pareceo, que creyo que em todas minhas cou-

[1] *Impressa na* Hispania illustrata, *Tom. 2.° pag. 1316, d'onde foi copiada fielmente.*

[2] *Não encontrámos esta carta.*

sas, e mais em special nesta, que he de tanto serviço de noso senhor, nom aviies de ter outro respeito, senam o que vos parecese que era milhor pera o efeito do desejo, que sempre tive e tenho de noso Senhor ser nesta obra servido. E ao sancto padre vos roguo muyto que diguaes de minha parte que, pela merce que me fez em se acabar esta expediçam, na qual nunca tive nem tenho outro respeito senam o serviço de noso senhor, bejo os pees a sua sanctidade, e o Recebo em muy singular merce; E que espero em noso senhor de se fazer tam bem, e com tanto seu serviço e louuor de sua sanctidade, que aja por muy bem me conceder todas as cousas, que pela ventura agora faleceram, e que pera inteiro efecto desta sancta obra forem necesarias.

E acerqua do que me dizês sobre os pejos, que o papa teve no Bispo de Iameguo, e as causas porque, nom ey por necesario vos dizer outra cousa, soomente que, pois Sua Santidade o ouue asy por bem, asy he o milhor; e mais, pois tem do bispo aquele conceito e boa informaçam, que se deue ter de huum tam boom e uertuoso perlado como ele he, e que niso ouuera de servir a noso Senhor tam inteiramente como em tal obra se Requère *(e que andando a obra verá a graveza das culpas, e nam averá por mal serem os que nelas ham de entender ainda mais Rigos do que lhe foi dito que era o bispo)*. E que tenho muyto em merce a Sua Sanctidade, gardar se ao bispo o que em caso semelhante por sua honra e auctoridade se devia guardar.

E no que toqua ao ponto dos tres annos, vy todas as Rezões e causas, que dizês que vos moueram pera asy o aceitardes; e pois vos pareceo asy bem, nam me pode a mym parecer outra cousa, por aver por muy certo que o aviies muy bem dolhar *(e mays por nacerem tantas cabeças á idra, como dizês que naciam)*.

E com voso parecer, que me daes acerqua que eu seja contente do que he feito, porque, se depois quisese mais alguũa cousa, se poderia aver mylhor, eu sam contente, como atras vos diguo; e pera o seer nam me moveo pouquo, mas muyto, ha esperança de se fazer o que dizês, que espero que a obra mostre, e que nom aja pejo no que se requerer pera o efecto dela ser tam inteiro como deve. E acerqua do que neste capitulo dizês do bispo de Iameguo, pela obra que se fizer, e pelo que se achar, se suplicará o que milhor for pera noso senhor ser milhor servido.

E Recebo de vós em singular prazer a lenbrança, que me fazês do

modo do proceder, e do resguardo e caridade que niso se deue ter; e espero em noso senhor que se faça tan bem que, depois de noso senhor ser bem servido, se veja que se nom teve a outra cousa respeito. E pareceo me bem o pregar da Inquisiçam e as amoestações que nelas se façam. E em tudo se terá toda bõa maneyra, E tal que com Rezam se nam posa receber nenhuum escandalo.

Item: quanto ao que me lembraes acerqua daqueles, a que se diz que foy feyta precisa força, nesta parte nom ha agora outra cousa que vos dizer, soomente que vos Rogo muyto que creaes que neste paso, e em todos os outros sobre que se Requerer justiça, se ha de guardar inteiramente. E que nam se poderá oferecer cousa em que asy nom seja feito, E em tal maneira que muy claramente se veja que se faz, E que nom tenha nynguem Rezam de se agravar: E em toda esta obra asy espero que se faça, que ao sancto padre se sigua muyto louuor e contentamento.

Acerqua do capitolo, em que falaes na piedade, que se aja do pay, may e irmãos e filhos de duarte de paz, aos quaes prometeo o papa huum breve pera se poderem yr, com o mais que sobre iso dizês, vós podês ser certo que nunqua acerqua destes se fez cousa, de que se deuesem agravar, postoque pelos merecimentos de duarte de paz eles merecesem outras obras. E muy inteiramente lhe será guardada sua justiça, nem lhe será feito cousa que nam deva, nem se terá em nenhuũa cousa, que a estes toquar, respeito ás culpas de duarte de paz; E asy se fizera nom escrevendo vós sobre eles, quanto mais encomendando os aguora do modo em que os encomendaes. E porem, porque he bem que acerqua deste eu vos Responda claro, ele nam ha de vyr nem entrar em meus regnos, porque, tendo Recebido de mym fauor a muyto larguo modo, e servindo me dele em cousas de muyta confiança, E aquele dia, que de minha corte partio pera yr entender em cousas de meu serviço, lhe foy lançado o abito de Jesu cristo, mudar ele o caminho pera se yr, como foy, a Roma a torvar minhas suplicações, e do modo que niso teve, e tam publicamente, E com tanto desacatamento a meu serviço, poderia eu mal consentir tornar ele a meus Regnos e senhorios, nem ser neles visto, porque, nem zelo acerqua de sua gente, nem cousa outra, o deuera mover a tam grande desacatamento fazer. E pera verdes a vertude que ha nele, vos envio com esta carta as propias cartas, que ele la deu ao arcebispo do funchal pera

me enviar, per que me descobria alguũs de sua gente, e dos principaes, que de ca se queriam fugir, pera serem presos E se proceder contra eles; E o que niso se oferecia fazer, e a provisão minha que pera iso me requeria, que nom era zelo estreme de precurar o bem e descanso da sua gente, porque ele procurava mais intarese propio de que ele viue o mais acerqua do que la fazia, do que outra vertude. E esta soo abastaria pera se crer que nom era mouido senom com malicia. E isto destas cartas que vos envio avee por certo que ele fez, E o afirmay asy ao sancto padre *(nem cuydo que foy sem sabedoria da pesoa que la estava, e com que estas e outras taes ele consultava).*

E Acerqua das feridas, que la lhe foram dadas [1], afirmay tanbem a sua sanctidade que nunqua em tal cousa cuidey nem foy em minha sabedoria; E crede uós tanbem, e o afirmay a sua sanctidade, que, se eu em tal cousa cuydara, se fizera d outra maneyra *(e que lhe ficára pouquo luguar pera suas malicias).* E certo que eu Receby muyto desprazer de tal lhe ser feyto tanto em presença do sancto padre como dizês. E ho que me foy dicto depois de seu ferimento foy que huũ clerigo, com que ele tinha debates, lhe fizera ou mandára fazer aquele ferimento. E muyto me pesa por estas cousas, E por outras muytas, de que eu com Rezam devo ter grande descontentamento de duarte de paz, vos nom poder satisfazer acerqua de sua pesoa como mo encomendaaes, nem ho papa o deue aver por bem.

Do que me lembraes acerqua do que será bem que se faça depois de ser deputado Inquisidor geral e conselho da Inquisiçam, todo este capitulo vy inteiramente, como vy todos os outros desta uosa carta, e Recebo em singular prazer todas as lembranças dele, que sam como de quem

[1] *Fr. Luiz de Sousa* (Annaes de D. João III, *pag. 397) diz o seguinte a respeito destes ferimentos:*

Carta de Alvaro Mendes de Vasconcellos, de Napoles, de 3 de Fevereiro, 1536: avisa que em Roma se derão quatorze punhaladas em Duarte de Paz, hum Christão novo portuguez, que fortemente encontrava a Inquisição que ElRey pedia: deixado por morto, viveo todavia em virtude de boas armas que trazia. E deste diz que quizera fazer libelo contra Sua Alteza e os de seu conselho, e que trazia o habito, sendo delle inhibido.

Como já advertimos, falta no manuscripto, citado a pag. 289, a parte da carta, onde vinha a narração desta tentativa de assassinato.

eu creo que Receberá muyto contentamento de minhas cousas serem feytas de modo que se sigua muyto meu louuor; e espero em nosso Senhor, como atras em outro capitulo ja o digo, que a obra e os efeytos desta sancta Inquisiçam se façam de maneyra que, depois de noso senhor ser servido, como em tal cousa se deue fazer, nom aja causa de ninguem com Rezam se deuer agravar, e que muy inteiramente seja guardada a todos Justiça, E que ao sancto padre se sigua muyto louuor, e a vós muyto contentamento pela parte que tivestes na conclusam da bula desta Inquisiçam, a que eu ey muito de folgar que se tenha special respeito por vos contentardes muyto do trabalho que na expediçam leuastes, e o oferecerdes em serviço a noso senhor, que ey por certo que uolo tem aceitado.

Acerqua do que nesta carta me dizês sobre dom Anrique de meneses, folgüey de ver que tendes dele boom conceito: eu terey dele e de seu serviço aquela lenbrança, que folgo de ter d aqueles que me bem servem; E nom lhe aproueitará pouquo encomendardes mo.

Reverendissimo in christo padre, que como irmão muyto amo, nosso senhor vos aia sempre em sua sancta guarda.

Scripta em euora, a dias de de 1536 [1].

Carta de el-Rei a Pedro de Sousa de Tavora.

. . . . . .

Pero de sousa Eu elRey vos envio muyto saudar.

Com esta minha carta vos será dado huum maço de Cartas minhas, que escrevo ao cardeal de santiquatro, em que vay huuma suplicaçam pera o santo padre, pela qual lhe soprico e peço por merce; que queira conceder despensaçam para o Ifante dom duarte, meu muyto amado e preçado Irmão, casar com dona Isabel, filha do duque de Bragança dom James, meu primo, que deos aja, com que o tenho concertado e sam feitas as escrituras do contrato, e eles ja jurados pera, vinda a dita dis-

[1] *Minuta, dentro de outra, no* Arch. Nac., Gav. 2, Maç. 1, n.º 28. *O que vai em italico está riscado.*

pensaçam, se fazer o casamento por palavras de presente, como manda a santa madre Igreja. Logo como esta vos for dada day ao dito cardeal o dito maço, pera apresentar minha suplicaçam ao santo padre, e trabalhar de fazer a expediçam da dita dispensaçam no modo que lhe escrevo, da qual queria e averey por muito meu seruiço que o breue ou bulla, se por breue non poder vyr, venha em grande diligencia. E vós solicitay e Requerê com grande Instancia ao cardeal o despacho diso, e asy o fazerem se a bula ou breue o mais breuemente que seja posivel pera asy logo mo mandardes em diligencia. E com esta vos envio provisam pera la averdes, da pesoa ou pesoas a que vaão aderençadas as letras, o dinheiro que for necesario, assy pera o que se ouuer de dar na camara apostolica, como pera os custos que se ouuerem de fazer: e lembrarês ao Cardeal que seja o da Camara apostoliqua o menos que posa ser, e vós por voso cabo trabalhay niso e aproveytay o que bem poderdes, ainda que creo que custará pouco por enxemplo do que nas semelhantes dispensações se costuma dar na camara apostolica. E do que se despender em tudo manday conta asinada por vós pera eu a ver. A brevidade do despacho averey por muyto meu serviço que seja a maior que for posivel, e asy a vinda das ditas bulas; e muyto volo gradecerey [1].

Carta de el-Rei a Pedro de Sousa de Tavora.

.....

Pero de Sousa Eu elRey vos emvio muyto saudar.

Allem das sopricações, que agora faço ao santo padre, que emvio ao cardeal Santiquatro, sobre a dispensação pera o casamento do Ifante dom duarte, meu muyto amado e preçado irmão, com dona Isabell, filha do duque de Bragança dom James meu primo, que deos aja; e do dom priorado moor de santa cruz de coimbra, que tinha em emcomenda o

[1] *Minuta no* Arch. Nac., Maç. 2 de Cartas missivas sem data, n.º 357. *Collocamos neste logar esta e a seguinte minuta, na supposição de que seriam feitas logo depois de assignadas as escripturas de casamento, as quaes foram lavradas em Evora a 21 de agosto de 1536.*

Ifante dom amrique, meu muito amado e preçado irmão, que ho renucia pera viir ao dito Ifante dom duarte, como he decrarado em minha sopricação, pera cujo efeyto vaão todas as cousas necesarias, asy de precuradores que pera yso faz nesa corte, como da renunciação; e tambem pera o regresso, que no dito mosteiro tinha o cardeal Ifante meu irmaão, como verês pellas propias espriturás diso, que vaão no maço do Cardeal Santiquator, a que emvio minhas sopricações pera as apresentar ao santo padre, e trabalhar de fazer as expedições d ambas estas cousas como lho esprevo e encomendo, vos emvyo outras sopricações pera sua santidade sobre cousas, que todas são de muyto a seruiço de noso senhor, e de que eu receberey muyto contentamento por serem das calidades que por ellas verees, a saber, huuma sobre cousas de que ha muyta necessidade na Imdia, e sem que noso senhor *não* pode ser bem seruido como eu desejo em todas as partes, e mais em especial n aquellas honde tanto cumpre; e outra pera a reformaçam dos moesteiros dos frades da ordem de santo agostinho destes reynos, que muy necesaria he, e sem a qual nam pode noso senhor ser bem seruido, pello gramde desmancho em que estaa posta aquella ordem e religiam; e sobre huuma prouisam, que se requere pera o padre frey bras, frade da hordem de sam geronymo, que agora resyde na gouernamça do mosteyro de santa cruz de coimbra, pera a reformaçam dos moesteiros da ordem de santo agostinho; e sobre certa provisam pera o mosteiro de freiras da ordem e religiam de sam bento, que novamente fez elRey meu senhor e padre, que deos tem, e eu depois de seu falecimento acabey, na cidade do porto; e outra sobre certos chaãos pera os colegios, que ordeno na cidade de coimbra, como compridamente pellas ditas minhas sopricações verês. E porque eu desejo e folgarey muyto de todas as ditas minhas sopricações serem beem despachadas, e asy como por ellas se requere, vos emcomendo muyto que tomees diso grande e especial cuydado; e darês de todas ellas conta ao cardeal Santiquator, e per sua ordenança sejam apresentadas ao Samto Padre, ou as apresentará elle a sua santidade, ou em consistorio, ou naquelles lugares em que se ouuerem de ver e despachar: e eu lhe espreuo emcomendando lho muyto. E vos terês grande e especial cuidado de trabalhar como se faça a expedição dellas asy como por mym he sopricado, porque nam sam mouydo a yso com outra tençam, senam por me parecerem cousas de muyto seruiço de noso senhor, e de que se syguyrá muyto louuor ao

santo padre. E daquellas que se expedirem e despacharem conformes a minhas sopricações expedirês as bullas e prouisões necesarias, e mas enviarês no milhor aviamento que for posyuel. E se pella ventura pera a expediçam dellas nom teuerdes la dinheiro meu, me spreuerês as que sam concedidas, e o que poderám fazer de custo, pera com voso recado mandar prouer acerqua disso. E no despacho das dytas sopricações entenderês, ymdo naquelles tempos em que vos parecer que melhor se poderám despachar e sem fazerdes niso muyta ymportunaçam ao santo padre, ao menos atee serem despachadas as sopricações das cousas que agora sopriquo a sua santidade pera o Ifante dom duarte, meu irmaão. Porem as sopricações que tocam a reformaçam da ordem e religiam dos frades de santo agostinho, e ao mosteiro das freiras da ordem e religiam de sam bento da cidade do porto, estas duas folgaria muyto que fosem despachadas e expedidas as bullas dellas ho mais em breue que vos seja posyuel: e asy vollo emcomendo muyto. E do que nestas cousas fezerdes e fordes fazendo vos encomendo muyto que me avisês compridamente, e muyto vos gradecerey todo o que niso trabalhardes e fezerdes. Sprita.....[1].

Bulla do Papa Paulo III.

1536 — Agosto 25.

Paulus Episcopus Servus servorum Dei Ad Perpetuam Rei memoriam.

Gregis dominici, nostre custodie, licet imparibus meritis, commissi, vigilem sollicitamque curam gerentes, et statum piorum locorum et religiosarum personarum quarumlibet, presertim sub regularibus militiis, pro fidei catholice defensione militantium, diligenter attendentes, ea sic nostre prouisionis ope dirigi cupimus, per que a detrimenti subleuentur incommodis, et prosperis iugitur proficiant incrementis. Dudum siquidem

[1] *Minuta no* Arch. Nac., Maç. 2 de Cartas missivas sem data, n.º 160.

postquam felicis recordationis leo papa x, predecessor noster, procurante clare memorie Emanuele, Portugallie Et algarbiorum rege, qui tunc in humanis agens multas terras, prouintias et insulas a capitibus do Boiador usque ad indos possidebat, in quibus nullus episcopus, qui ea que erant iurisdictionis Episcopalis exerceret, habebatur, excepto Vicario pro tempore existente oppidi de Thomar, nullius diocesis, qui frater militie Jesu christi, Cistertiensis ordinis, existebat, et iurisdictionem episcopalem inter alia in dictis terris prouintiis et insulis ex priuilegio apostolico olim sibi concesso habebat, vicariam eiusdem oppidi de Thomar de consensu bone memorie Didaci pinheiro, olim episcopi funchalensis, tunc in humanis agentis et ipsius oppidi vicarii, apostolica auctoritate suppresserat et extinxerat; ac tunc parrochialem ecclesiam beate marie, per eundem Emanuelem regem in ciuitate do funchal, in insula da madeira, in mari Oceano sita, consistentem, fundatam, in qua vnus vicarius, frater dicte militie, et nonnulli beneficiati presbiteri seculares, beneficia ecclesiastica portiones noncupata obtinentes, existebant, in chatedralem ecclesiam cum sede ac episcopali et capitulari mensis, aliisque cathedralibus insigniis honoribus et preeminentiis; ac in ea vnum decanatum, qui inibi post pontificalem maior pro vno decano, qui curam capituli haberet, et vnum archidiaconatum pro vno archidiacono, necnon vnam cantoriam pro vno cantore, et unam thesaurariam pro vno thesaurario, et vnam scholastriam pro vno scholastico, non maiores post pontificalem inibi dignitates; necnon duodecim canonicatus et totidem prebendas pro duodecim canonicis, qui cum decano, archidiacono, cantore, thesaurario, et scholastico prefatis capitulum ipsius ecclesie constituerent, erexerat et instituerat: ipsique ecclesie do funchal omnia et singula fructus, redditus, prouentus et emolumenta, que vicarius de Thomar pro tempore existens ex iurisdictione et vicaria suppressa huiusmodi percipiebat; necnon annuos redditus quingentorum ducatorum auri de camera ex annuis redditibus, ad ipsum Emanuelem regem in ipsa insula da madeira spectantibus, de ipsius Emanuelis regis consensu, necnon pro dignitatum et canonicatuum ac prebendarum predictorum dote bona alias dictis beneficiis pro illorum dote assignata, perpetuo applicauerat et appropriauerat: ac ciuitatem predictam pro ciuitate, necnon illius districtum seu territorium, cum predicta da madeira ac omnibus aliis insulis, terris, prouintiis et locis quibuscumque dicto vicario subiectis, et que de iure, priuilegio uel indulto apostolico

subiici debebant, ac castris et uillis in dictis insulis, terris, prouinciis, et locis consistentibus pro diocesi ; necnon omnes et singulos clericos et quorumuis ordinum religiosos pro clero, incolasque et habitatores ipsarum ciuitatis et diocesis do funchal pro populo, concesserat et assignauerat : ac ius patronatus et presentandi Romano pontifici pro tempore existenti personam idoneam ad eandem ecclesiam funchalensem, dum illam pro tempore uacare contingeret, prefato Emanueli, et pro tempore existenti Portugallie et Algarbiorum regi, ad effectum ut eidem ecclesie de persona per regem nominanda huiusmodi et non alias per eundem Leonem et successores suos prouideri deberet ; ad dignitates vero ac canonicatus et prebendas huiusmodi pro tempore existenti magistro dicte militie, ad quem ius patronatus seu presentandi ad dicta beneficia dum pro tempore vacabant pertinebat ; institutionem autem eidem episcopo funchalensi pro tempore existenti perpetuo reseruauerat ; ac eidem ecclesie sic erecte ab eius primeua erectione huiusmodi tunc vacanti de persona prefati Didaci dicta auctoritate prouiderat, preficiendo ipsum illi in episcopum et pastorem : Et postmodum, dicto Didaco episcopo extra Romanam Curiam uita functo, pie memorie Clemens papa VII, etiam predecessor noster, procurante carissimo in christo filio nostro Joanne, moderno Portugallie et Algarbiorum rege illustri, prefati Emanuelis nato et successore, dictam ecclesiam funchalensem, tunc per eiusdem Didaci episcopi obitum huiusmodi vacantem, in Metropolitanam, ac Indiarum, necnon omnium et singularum alias pro illius diocesi assignatarum, ac ceterarum temporalis ditionis Portugallie insularum, prouintiarum et terrarum nouarum, eatenus repertarum et in futurum reperiendarum, ac ecclesiarum, ciuitatum et diocesium in eis pro tempore erigendarum, Primatialem cum archiepiscopali ac primatiali dignitate, preeminentia, iurisdictione, superioritate, auctoritate et crucis delatione, ac aliis metropoliticis et primatialibus insigniis remanentibus in ea dignitatibus canonicatibus et prebendis, ac beneficiis et officiis, ceterisque omnibus et singulis inibi per dictum Leonem predecessorem institutis et ordinatis, de fratrum suorum, de quorum numero tunc eramus, consilio, eadem auctoritate similiter erexerat et instituerat ; illiusque presulem pro tempore existentem archiepiscopum, necnon indiarum et insularum ac prouintiarum et terrarum predictarum, necnon ecclesiarum ciuitatum et diocesium in eis pro tempore erigendarum primatem instituerat et deputauerat, ac perpetuis futuris temporibus esse voluerat :

necnon in tertia in illius oppido Dangra [1] nuncupato sancti Saluatoris, sub sancti Saluatoris, necnon in sancti Jacobi do Cabo uerde in ea parte, que ribeira grande nuncupatur, Sancti Jacobi, sub eiusdem Sancti Jacobi do cabo uerde, ac in sancti Thome beate Marie de gratia, sub sancti Thome, necnon in de Goa nuncupatis in dicto mari Occeano consistentibus insulis, que inter alia dicte ecclesie funchalensi in illius erectione huiusmodi pro eius diocesi assignate fuerant, sancte Catherine sub eiusdem Sancte Catherine de Goa inuocationibus parrochiales in cathedrales ecclesias, cum sede et episcopali ac capitulari mensis, ac certis dignitatibus, necnon canonicatibus et prebendis, aliisque cathedralibus insigniis tunc expressis, ac loca seu pagos, in quibus ipse parrochiales ecclesie consistebant, in ciuitates, que sancti Saluatoris, et sancti Jacobi do Cabo Verde, ac sancti Thome, necnon sancte Catherine De goa respectiue nuncuparentur, similibus consilio et auctoritate etiam erexerat et instituerat: ac post flumen de Canagala [2] in Africa, prope caput seu promontorium Viride, omnes et singulas reliquas terras et prouintias, tam in Affrica quam in Asia existentes, ac illis predictas et alias tunc expressas adiacentes insulas, antea diocesis funchalensis huiusmodi, cum omnibus et singulis illarum castris, villis et locis ac districtibus, necnon clero et populo, personis, ecclesiis, monasteriis, hospitalibus, et aliis piis locis ac beneficiis ecclesiasticis, cum cura et sine cura, secularibus, et quorumuis ordinum regularibus, ab eadem ecclesia seu archiepiscopali Mensa funchalense perpetuo dismenbrauerat et separauerat: ipsisque sic erectis ecclesiis loca seu pagos sic in Ciuitates erecta seu erectos pro earum Ciuitatibus, ac Insulas et partes terre continentis dismembratas huiusmodi pro singularum earumdem districtibus diocesibus et territoriis, ac omnes et singulos clericos et religiosos pro Clero, Incolasque et habitatores illarum Ciuitatum et diocesium pro Populo, respectiue concesserat et assignauerat: ac diocesim funchalensem per dictum flumen de Canagala, et alias etiam tunc expressas terras et Insulas, terminauerat et limitauerat: ipsique funchalensi loco huiusmodi, et aliorum tunc ab ea dismembratorum, fructuum et redditiuum preter Quingentorum ducatorum supradictorum aliorum Quingentorum ducatorum auri largorum, Cruciatorum nuncupatorum, summam,

[1] *Léa-se:* d'Angra

[2] *Léa-se:* Senegal

adeo quod illius fructus redditus et prouentus ad Mille ducatorum auri, Cruciatorum nuncupatorum, valorem annuum ascendant; ac pro illius decanatus ac reliquarum Quatuor dignitatum huiusmodi, necnon Canonicatuum et prebendarum preter eorum antiquos alios tunc expressos uberiori dote, singulis vero ex sancti Saluatoris ac sancti Jacobi do Cabo verde, et sancti Thome, necnon sancte Catherine de Goa ecclesiis predictis sic erectis, omnia et singula redditus et emolumenta episcopalia, que Episcopus funchalensis ex Insulis et terris separatis huiusmodi percipiebat seu percipere poterat, et tam illis quam dignitatibus ac Canonicatibus et prebendis predictis, pro illorum etiam dote, certos alios etiam tunc expressos annuos fructus, redditus et prouentus ex annuis redditibus ad ipsum Joannem Regem in singulis ex dictis Insulis pertinentibus, de ipsius Joannis Regis, et etiam tunc dicte Militie perpetui Administratoris in speritualibus et temporalibus per sedem apostolicam deputati, expresso consensu, respectiue perpetuo applicauerat et appropriauerat, aliasque et alia fecerat disposuerat et ordinauerat, prout in singulis nostris inde confectis litteris, cum dictus Clemens predecessor, antequam eius littere desuper confecte fuissent, sicut domino placuit, rebus fuisset humanis exemptus, plenius continetur: Nos huiusmodi donationibus et dotationibus ipsius Joannis Regis et Administratoris, ac aliis certis iustis suadentibus causis, superioritatem, administrationem, correptionem, reformationem, visitationem, et iurisdictionem, etiam Episcopalem, quas vicarius de Thomar pro tempore existens ante suppressionem vicarie huiusmodi in terris et locis ecclesiis ac personis in regnis Portugallie, tam in Europa quam Affrica, habebat seu exercebat, ac omnia et singula fructus, redditus et prouentus, iura, obuentiones et emolumenta, que antea vicarius predictus inibi percipiebat; necnon sancte Marie dos Oliuaees, que caput ipsius Conuentus de Thomar existit, et sancti Jacobi de Santarem, Vlixbonensis, ac Dalcacere [1] Tingenensis seu Septensis diocesis in Affrica, omniaque et singula alia ecclesias, vicarias, Capellas et loca, que vicario ante suppressionem predictam, et post eam episcopo funchalensi predictis inibi comodolibet subiiciebantur, cum illorum personis quibuscumque, tam regularibus quam secularibus ab ecclesia seu Mensa Archiepiscopali et funchalensi huiusmodi, ipsius Joannis Regis et Adminis-

1 *Léa-se:* d'Alcacer

tratoris etiam ad id accedente consensu, eadem apostolica auctoritate tenore presentium perpetuo dismembramus et separamus, illasque et illa conuentui eiusdem Oppidi de Thomar, qui caput dicte Militie existit, cuius ante dictam suppressionem erant, restituimus ac perpetuo applicamus et appropriamus. Et nihilominus quod eiusdem sancte Marie dos Oliuaees, et sancti Jacobi de Santarem, ac Dalcacere in Affrica predictarum, necnon ceterarum ecclesiarum, Vicariarum, Capellarum et locorum ac Membrorum eorundem, et illis annexorum ac ab eis dependentium dismembratorum, restitutorum et applicatorum huiusmodi, ceteraque fructus redditus et prouentus, iura obuentiones et emolumenta, sic ab eadem ecclesia funchalensi dismembrata et dicto Conuentui restituta et applicata, prout necessarium fuerit, in fabricam et manutentionem ipsius Conuentus, ac illius ecclesiarum, vicariarum, Capellarum, locorum ac membrorum et eis annexorum ac ab illis dependentium huiusmodi, necnon personarum inibi altissimo famulantium ; residuum vero in construtionem et similes sustentationem et manutentionem vnius Hospitalis in dicto Oppido de Thomar, sicut accepimus, plurimum necessarii, iuxta prouidam ordinationem et dispositionem ipsius Joannis Regis, et pro tempore existentis dicte Militie Magistri seu Administratoris, desuper pro tempore faciendam conuerti : Quodque idem Joannes Rex, et pro tempore existens ipsius Militie Magister seu Administrator, loco olim vicarii de Thomar, vnam personam ydoneam, dicte vel cuiusuis alterius Militie aut ordinis, etiam obseruantie regularis, que Prior de Thomar nuncupetur, nominare et deputare, seu quotiens sic expedientius iudicauerit electionem eiusdem persone eidem conuentui de Thomar relinquere, ac tunc et eo casu ipse Conuentus vnam personam in Priorem Conuentus de Thomar huiusmodi, secundum eiusdem Conuentus ordinationes et statuta Capituli, ac de Triennio ad Triennium eligere ; Et nihilominus idem Joannes Rex, et similiter pro tempore existens ipsius Militie Magister seu Administrator, personam huiusmodi per illum sic nominatam aut deputatam, seu, sicut prefertur, per dictum Conuentum in Priorem electam, ad ipsius Joannis Regis, ac Magistri seu Administratoris similiter pro tempore existentis, solum nutum, totiens quotiens amouere, ac aliam similem vel dissimilem personam loco amote in Priorem dicti Conuentus nominare deputareque, seu in similem ipsius Conuentus electionem relinquere ; Ac etiam tunc et eo casu ipsi Conuentus vnam personam in Priorem de Thomar, ut prefertur, eligere

respectiue debeant et teneantur : quodque dicta persona, sic pro tempore nominata et deputata, seu, vt prefertur, electa, nominationis et deputationis seu electionis huiusmodi vigore, absque alia sibi desuper facienda concessione, prouisione seu confirmatione, omnibus et singulis gratiis, priuilegiis, indultis, concessionibus, facultatibus, superioritatibus, administrationibus, correctionibus, reformationibus, visitationibus, et iurisditionibus, etiam Episcopalibus, meris et mixtis, quibus ante suppressionem predictam Vicarius de Thomar pro tempore existens de iure, previlegio vel consuetudine seu alias comodolibet utebatur, potiebatur et gaudebat, ac uti, potiri et gaudere comodolibet poterat et debebat, utatur, potiatur et gaudeat ; ac in terras, loca, ecclesias, Vicarias, Capellas ac dictum Conuentum et eius membra, ac illi vel illis annexa, et ab ea vel membris huiusmodi dependentia, necnon personas, tam seculares quam regulares, terre Continentis Regnorum Portugallie huiusmodi in Europa et Affrica, in quibus Vicarius pro tempore existens ante suppressionem huiusmodi superioritatem, administrationem, correctionem, reformationem, visitationem et iurisdictionem habere et exercere consueuerat, easdem superioritatem, administrationem, correctionem, reformationem, visitationem et iurisdictionem, etiam Episcopalem, ceteraque omnia et singula alia ad offitium Vicarii de Thomar ante eandem suppressionem comodolibet pertinentia, et que ad ipsum offitium pro tempore pertinebunt in res ac personas ac in omnibus et per omnia, etiam in vtroque foro, habeat et exerceat ac habere *(sic)* necnon per se vel alium seu alios loco sui pro tempore deputandum seu deputandos, ac prout uidebitur amouendum seu amouendos exercere ; necnon in ecclesiis, vicariis, Capellis, locis ac membris annexis et dependentiis supradictis personas seu capellanos deputare, qui deputationis huiusmodi vigore curam animarum parrochianorum eorundem gerere, ac illis ecclesiastica sacramenta ministrare et diuina officia celebrare debeant, ac personas et capellanos prefatos ad residentiam personalem in singulis ecclesiis, Capellis, locis membris annexis et dependentiis huiusmodi faciendam cogere et compellere : Necnon fratres in eodem Conuentu de Thomar pro tempore professos, a quibusuis, etiam maioris excommunicationis, suspensionis et interdicti, aliisque ecclesiasticis sententiis, censuris et penis, a iure vel ab homine, quauis occasione vel causa pro tempore latis, in quibus etiam pro tempore irretiti fuerint, etiam si illorum absolutio sedi apostolice spetialiter vel generaliter reseruata

fuerit ; necnon a quibusuis etiam Symonie labe in ordinibus vel beneficiis incurse, et aliis excessibus et delictis quantumcunque grauibus et enormibus, etiam in casibus sedi predicte reseruatis, exceptis contentis in litteris in Die Cene domini legi consuetis, per eos tam ante quam post ingressum ipsius Conuentus pro tempore commissis, absoluere : ac cum eis super quacunque irregularitate, preterquam homicidii voluntarii per eos quomodolibet pro tempore contracta, etiam ad hoc ut ad omnes etiam sacros et presbiteratus ordines promoueri, et in illis promoti, ac etiam in omnibus per eos iam susceptis ordinibus, etiam in Altaris ministerio ministrare possint dispensare : ipsosque professos per quencumque Catholicum Antistitem gratiam et communionem dicte sedis habentem ad minores et omnes etiam sacros subdiaconatus et diaconatus, ac in vigesimo secundo sue etatis anno constitutos, alias tamen ad hoc idoneos, quotiens id pro Missis inibi celebrandis expedire viderit, iuxta eius discretionem, ad presbiteratus ordines, absque alia dispensatione vel examinatione, aut Ordinarii loci in quo iidem Antistites fuerint licentia, etiam extra tempora a iure statuta, aliquo festiuo die in quocunque Monasterio vel quacunque ecclesia alias rite promoueri facere : ipsaque persona in Priorem, ut perfertur, pro tempore nominata deputata seu electa ut aliquem presbiterum secularem seu dicti vel cuiusuis alterius ordinis regularem, qui eam simili modo absoluere ac cum ea dispensare, dictoque Antistiti ut professos prefatos ad ordines predictos, ut prefertur, promouere, et ipsis professis ut illos recipere libere et licite possint et valeant, eisdem auctoritate et tenore concedimus et indulgemus, ac perpetuo statuimus et ordinamus. Et nihilominus personam sic in Priorem pro tempore nominatam deputatam seu electam huiusmodi, et alias ipsius iurisdictionis et administrationis, ac etiam dicti Conuentus de Thomar seculares et regulares personas quascunque ac olim vicarii, necnon persone huiusmodi eius loco in priorem de Thomar, ut prefertur, nominande, deputande seu eligende predictas superioritatem, administrationem, correctionem, reformationem et iurisdictionem ; necnon ecclesias, Vicarias, Capellas, membra annexa et dependentia et alia pia loca ac illorum bona et illa pro tempore obtinentes in Regnis Portugallie et partibus Europe et Africe huiusmodi ab omni superioritate, administratione, correctione, reformatione, visitatione, et iurisdictione Archiepiscopi funchalensis pro tempore existentis, eiusdem Joannis Regis et administratoris etiam ad hoc accedente

consensu, similibus auctoritate et tenore perpetuo eximimus et nobis et sedi predicte immediate subiicimus et submittimus, irritumque decernimus et inane si secus super hiis a quoquam quauis auctoritate, scienter vel ignoranter, contigerit attemptari. Et insuper Venerabili fratri Episcopo Cacertanensi, ac dilectis filiis Vlixbonensi et Elborensi Officialibus per apostolica scripta mandamus quatinus ipsi, vel duo aut vnus eorum, per se uel alium seu alios, auctoritate nostra faciant presentes litteras et in eis contenta quecunque plenum effectum sortiri ac perpetuo inuiolabiliter obseruari, Illisque dictum Joannem, ac pro tempore existentem dicte Militie Magistrum seu Administratorem, necnon personam in Priorem de Thomar sic pro tempore nominandam deputatam seu electam pacifice frui et gaudere, nec permittant quemquam contra illarum tenorem comodolibet molestari impidiri aut inquietari, Contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo, Inuocato etiam ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii secularis. Non obstantibus premissis ac apostolicis Constitutionibus et ordinationibus, necnon ecclesie funchalensis ac Militie et ordinis predictorum iuramento, confirmatione apostolica, vel quauis firmitate alia roboratis, statutis et consuetudinibus, stabelimentis, vsibus et naturis, Privilegiis quoque, indultis et litteris apostolicis illis ac illorum superioribus, necnon per felicis recordationis Joannem papam XXII, etiam predecessorem nostrum, Monasterio Dalcobaca [1] Cistertiensis ordinis, Vlixbonensis diocesis, seu illius Abbati aut Commendatario pro tempore existenti super ipsius Conuentus de Thomar visitationem et reformationem, ac quibusuis aliis locis et personis in genere vel in specie ac alias comodolibet et sub quibuscunque tenoribus et formis, necnon cum quibusuis, etiam derogatoriarum derogatoriis, aliisque efficatioribus et insolitis clausulis ac irritantibus et aliis decretis, etiam iteratis vicibus concessis, approbatis et innouatis, etiam si de illis eorumque totis tenoribus spetialis, specifica et indiuidua ac expressa et de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes mentio, seu queuis alia expressio habenda aut aliqua alia exquisita forma ad hoc seruanda foret, tenores huiusmodi ac illorum concessionum causas pro plene et sufficienter expressis habentes, quibus hac vice spetialiter et expresse derogamus ceterisque contrariis quibuscunque. Nulli ergo omnino hominum liceat

[1] *Léa-se:* d'Alcobaça

hanc paginam nostre concessionis, indulti, statuti, ordinationis, exemptionis, subiectionis, decreti, mandati, et derogationis infringere, vel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis dei, ac beatorum Petri et Pauli Apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Rome, apud Sanctum Marcum, Anno Incarnationis dominice Millesimo quin*gen*tesimo trigesimo sexto, Octauo kalendas Septembris, Pontificatus nostri Anno secundo [1].

Breve da Penitenciaria Apostolica.

1536—Setembro 5.

Venerabili in christo patri dei gratia Episcopo Lamacensi, et Discreto viro Officiali Elborensi, Antonius, miseratione diuina tituli sanctorum Quattuor Coronatorum presbiter Cardinalis, Salutem et sinceram in domino charitatem.

Ex parte Serenissimi Johannis, Portugallie et Algarbiorum Regis Illustris, nobis oblata petitio continebat Quod alias ipse, prouide considerans Ciuitatem Elborensem, que de principalioribus Regni Portugallie existit, magnam aque penuriam, presertim pro potu hominum, pati, ex nonnullis fontibus ab eadem Ciuitate per Tres Leucas et vltra distantibus, maxima cum impensa, magnam aque quantitatem ad bibendum optimam vsque ad muros dicte Ciuitatis per aqueductus conduci fecit; et vt homines tam dicte Ciuitatis quam forenses, qui ad eandem confluunt, commodius possint dicta aqua vti et frui, ordinauit quod ea vsque ad plateam, que est in medio dicte Ciuitatis prope parrochialem ecclesiam sancti Antonii, conduceretur, quem locum ad vsum communem dicte aque magis conuenientem et ydoneum iudicauit, vbi castellum, ex quo fluat aqua in quendam Craterem, quem vulgo chafariz appellant, edificari iussit, pro cuius opere et edificio necesse fuit cimiterium ac quandam paruam Capellam et Sacristiam dicte ecclesie occupari, Cappellamque et Sa-

[1] *Em publica forma de 3 de Maio de 1539 no* Arch. Nac., Maç. 7 de Bullas n.° 9.

cristiam huiusmodi demoliri, prout de loci ordinarii ac clericorum dicte ecclesie consensu fieri ceptum seu ad presens iam factum existit, constructis seu construi ceptis ex alio latere alia Capella et Sacristia maioribus et melioribus, seu propediem construendis. Cum autem, sicut eadem subiungebat petitio, prelibatus Serenissimus Rex, ex eo quod occupationem et demolitionem et edificium huiusmodi absque sedis apostolice licentia fieri fecit, aliquas sententias, censuras et penas incurrisse dubitet, Cupiantque tam ipse quam alii, qui in occupatione demolitione ac edificio prefatis quoquomodo interuenerunt, ab huiusmodi sententiis censuris et penis, si eisdem innodati existunt, absolui, ac occupationem demolitionem et edificia huiusmodi facta et fienda apostolica auctoritate confirmari, supplicari fecit humiliter idem exponens sibi super his per sedem apostolicam de absolutionis debite beneficio et opportune dispensationis gratia mizericorditer prouideri. Nos igitur Auctoritate domini pape, cuius penitentiarie curam gerimus, Et de eius speciali mandato super hoc viue vocis oraculo nobis facto, Circunspectioni vestre et cuilibet vestrum committimus quatenus, si est ita, exponentem prefatum ac omnes alios, qui in occupatione demolitione ac edificio prefatis quomodolibet interuenerunt, seu consilium opem et auxilium dederunt, a quibusuis sententiis censuris et penis, quas propter premissa quomodolibet incurrerunt, absoluatis hac vice in forma ecclesie consueta, Iniuncta inde sibi pro modo culpe penitentia salutari, et aliis que de iure fuerint iniungenda, Demum occupationem demolitionem ac edificia predicta facta et fienda apostolica auctoritate confirmetis et approbetis, Supplentes omnes et singulos tam iuris quam facti defectus, si qui forsan in eis interuenerint: Non obstantibus premissis, ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis, Ceterisque contrariis quibuscunque.

Datum Rome, apud Sanctum petrum, sub sigillo officii penitentiarie, Nonas Septembris, Pontificatus domini Pauli pape III Anno Secundo [1].

[1] Arch. Nac., Maç. 32 de Bullas n.º 17.

Breve do Papa Paulo III, dirigido a el-Rei.

1536 — Dezembro 24.

Paulus Papa III Charissime in christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem.

Preter eam curam indictionis generalis Concilii particularius in tuis Regnis significandae, quam dilecto filio Magistro Hieronymo Ricenati, Sedis apostolicae prothonotario et Nuntio ad te nostro, demandauimus, Super qua re seorsum alias litteras ei ad Maiestatem tuam dedimus, etiam nonnulla alia ipsi Hieronymo Nuntio commisimus nostro nomine tuae Maiestati referenda, sicut ex eo diffusius tua Maiestas intelliget. Quem quidem, etsi multo antea mittere istùc statueramus, tamen bellorum impedimentis transitum eius prohibentibus hucusque retinere coacti sumus. Hortamur igitur illam in Domino ut ipsius Hieronymi Nuntii uerbis nunc et deinceps quotienscunque tuam Maiestatem ex parte nostra alloquetur, haud aliam fidem habere uelis quam si nos ipsi presentes cum Maiestate tua colloqueremur.

Datum Romae, apud sanctum Petrum, sub annulo piscatoris, Die XXIIII Decembris, MDXXXVI Pontificatus nostri Anno Tertio — *Blosius*[1].

Breve do Papa Paulo III dirigido a el-Rei.

1536 — Dezembro 24.

Paulus Papa III Charissime in Christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem.

Licet quemadmodum tuae serenitati iam innotuisse potuit aecumenicum vniuersale et generale concilium, de fratrum nostrorum consilio

[1] ARCH. NAC., Maço 25 de Bullas n.º 48.

et assensu, indixerimus et publicauerimus in ciuitate Mantuae celebrandum, et XXIII Maii proxime futuri incohandum, ipsamque indictionem et publicationem Romae factam sufficere sciamus; Tamen illa non contenti Nuntios nostros per omnia christianitatis Regna cum exemplis Bullarum ipsius indictionis destinandos duximus, quo certior ac plenior rei notitia a cunctis habeatur: ad tuam uero serenitatem ac Regni tui prelatos Dilectum filium Hieronymum Ricenatum, sedis apostolicae prothonotarium, presentium latorem, Nuntium nostrum, virum nobis doctrina probitate et nobilitate sua ualde charum et probatum, cum ipsis exemplis destinamus. Hortamur igitur serenitatem tuam in domino, quamquam tua pietas hortatione non egit, vt et ipsum Nuntium nostrum rem tam salutarem afferentem benigne ipse excipere, et tu ipse quod mallemus, aut saltem per solennes oratores tuos congruo tempore eidem concilio in dicta ciuitate Mantuae interesse, vtque praelati tui Regni personaliter intersint, efficere uelis, iuxta ipsius Bullae indictionis continentiam, sicut pro certo habemus tuam serenitatem pro optimi ac pientissimi principis officio esse facturam.

Datum Romae, apud sanctum Petrum, sub annulo piscatoris, Die XXIII Decembris, MDXXXVI, Pontificatus Nostri Anno Tertio. — *Blosius* [1].

Breve do Papa Paulo III dirigido a Jeronymo Ricenati Capodiferro.

1537 — Janeiro 9.

Paulus Papa III Dilecte fili salutem et apostolicam benedictionem.

Cum nos te ad charissimum in christo filium nostrum Johannem, Portugallie et Algarbiorum Regem illustrem, necnon vniuersam Portugalliam, nostrum et apostolice sedis cum potestate legati de latere nuntium duxerimus destinandum, vtque erga personas ad te recurrentes, ac familiares tuos continuos comensales te posses reddere gratiosum, non-

[1] ARCH. NAC., Maç. 25 de Bullas n.° 52. *O nuncio só veiu a partir em fevereiro do anno seguinte. Vide adiante o breve de 7 e as instrucções de 17 d'esse mez.*

nullas facultates tibi concesserimus: Nos, qui contra de heresi ac a fide apostasia suspectos inquirendi et culpabiles repertos puniendi certis personis in partibus illis concessimus facultatem, volentes ut forma facultatis huiusmodi seruetur, et negocium hoc iusto et absque alicuius iniuria procedat, tibi, de cuius doctrina, probitate et integritate nobis notis plurimum confidimus, ut de quibuscunque causis hereses et a fide catholica apostasias et siue blasfemiam sapientibus, tam ex mero tuo officio, quam per uiam simplicis querele et appellationis, a quibuscumque inquisitoribus et aliis iudicibus, etiam a sede apostolica delegatis uel subdelegatis, ad ipsam sedem pro tempore interposite, uel alias ad te quomodocumque delatis in quacumque instantia, iuxta facultatem dictis inquisitoribus concessam, uel formam a sacris canonibus introductam, etiam solus cognoscere, causasque ipsas coram quibuscumque, etiam coram inquisitore maiori, forsan pro tempore pendentes, in quocumque statu fuerint, ipsum statum omniumque aliorum generaliter uel specialiter narrandorum tenores et compendia pro sufficienter expressis habendo, ad te auocare et ad te auocatos, una cum omnibus et singulis incidentibus, dependentibus, emergentibus, anexis et conexis, similiter cognoscere et fine debito terminare, ac innocentes absoluere, culpabiles uero debitis penis punire; ipsisque inquisitoribus et aliis iudicibus, etiam sub priuationis beneficiorum ecclesiasticorum, et aliis etiam pecuniariis penis ipso facto incurrendis, inhibere, inhibitionesque huiusmodi, ac quascumque citationes, quando tuto in personas fieri non possent, per edictum publicum exequi, omniaque et singula alia in premissis et circa ea necessaria seu quomodolibet opportuna, facere possis et ualeas, auctoritate apostolica plenam tibi per presentes concedimus facultatem. Tibi nihilhominus in uirtute sancte obedientie et sub indignationis nostre pena mandantes ut ad te tam per uiam appellationis etiam ab interlocutoriis uim diffinitiue habentibus, quam per uiam querele recurrentium causas, ut perfertur, audias, cognoscas et termines. Non obstantibus quibuscunque litteris apostolicis, etiam sub plumbo, etiam super inquisitione heretice prauitatis, ac priuilegiis et indultis apostolicis quibusuis personis, etiam cuiuscumque dignitatis existentibus, sub quibuscumque tenoribus et formis, ac cum quibusuis clausulis et decretis, etiam irritantibus, etiam per nos, etiam ex quibusuis causis de quauis etiam Regia consideratione, aut motu proprio, ac alias quomodolibet concessis et approbatis, quibus omnibus illorum tenores formas et effectus,

ac si de verbo ad verbum nihil penitus omisso inserti forent, presentibus pro sufficienter expressis habentes, quoad premissa specialiter et expresse derogamus, ceterisque contrariis quibuscunque.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sub anulo piscatoris, die VIIII Januarii, pontificatus nostri Anno tertio. — Blosius [1].

Breve da Penitenciaria Apostolica.

1537 — Janeiro 27.

Antonius, miseratione diuina tituli sanctorum Quattuor Coronatorum presbiter Cardinalis, Dilectis in christo Illustribns Oduardo, Infanti Portugallie, filio clare memorie domini Emanuelis, Regis Portugallie et Algarbiorum, ac fratri germano Serenissimi domini Johannis, Moderni Portugallie et Algarbiorum Regis, necnon Isabelle, filie quondam Jacobi, Ducis Bragantie, ac sorori Theodosii, Moderni Ducis Bragantie, mulieri, Salutem in domino.

Ex parte vestra fuit propositum coram nobis Quod vos, cum quibus dudum vt, Tertio et Duplici Quarto vel vlteriori aut remotiori gradibus Consanguinitatis, quibus inuicem estis coniuncti, non obstantibus, matrimonium inter vos contrahere, et in eo postmodum licite remanere possitis, apostolica fuit auctoritate dispensatum seu dispensari mandatum, prout in literis apostolicis desuper expeditis latius dicitur contineri, desideratis, pro eo quod tempora ad id a Jure statuta commode expectare non valetis, matrimonium huiusmodi quadragesimale vel alio quocunque Anni tempore, etiam a Jure prohibito, contrahere, illudque in facie sancte matris ecclesie solennizare, Super quibus supplicari fecistis humiliter vobis per sedem apostolicam de opportuno remedio misericorditer prouideri. Nos igitur Auctoritate domini pape, cuius penitentiarie curam gerimus, Et de eius speciali et expresso mandato super hoc viue vocis oraculo nobis facto, vobis vt matrimonium inter vos quadragesimali, vel alio quo-

[1] *Transumpto authentico no processo de Ayres Vaz.* ARCH. NAC. Inquisição de Lisboa, Processo n.º 13: 186.

cunque anni tempore, et extra tempora ad id a Jure vel alias requisita contrahere, illudque in facie ecclesie solemnizare et in eo postmodum remanere, libere et licite possitis et valeatis, tenore presentium, alio vobis non obstante canonico impedimento, licentiam impartimur ac vobiscum misericorditer dispensamus. Non obstantibus apostolicis ac in Prouincialibus et Synodalibus Conciliis editis generalibus vel specialibus Constitutionibus et ordinationibus, Ceterisqne contrariis quibuscunque.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sub sigillo officii penitentiarie, VI kalendas Februarii, Pontificatus domini Pauli pape III Anno Tertio [1].

Carta de Pedro de Souza de Tavora a el-Rei.

1537 — Janeiro 31.

Senhor. — Ho Cardeal Santiquatro me avisou, pouco antes d escrever esta, como ho papa lhe mandara que escreuesse a Vossa Alteza sobre as decimas, E que Sua Santidade espedia huum a ysso. A isto não tenho que escreuer mais que o que disse nas outras, quando ho fiz saber a Vossa Alteza, e mais pois se diz que ho embaixador, que emuia, vem instruto asy pera isto como pera as outras cousas. Nem a pressa do Cardeal me dá vagar pera mais que cerrar esta, e emuiar lha pera a meter no seu maço: e com ella emvio os capitolos, que aqui enuiou ho nuncio do papa que está em França, antre ho rey della e o Emperador.

De Roma, ho deradeiro de Janeiro, 1537. — *Pero de sousa de tauora* [2].

[1] Arch. Nac. Maç. 34 de Bullas, n.º 32.

[2] *Ibid.*, Corp. Chron., Part. I, Maç. 58, Doc. 43.

Breve do Papa Paulo III dirigido a el-Rei.

1537 — Fevereiro 7.

Charissime, etiam *(sic)* superiori anno, sicut Maiestas tua novit, ad eius preces Inquisitionem generalem contra haereticos tui Regni concessimus, idque libenter fecimus sperantes inde absque iusta alicuius quaerela Dei honorem ac Religionis nostrae propagationem subsequuturam ; Verum assiduis quaerelis, seu potius lacrymis, necnon Christianorum dicti tui Regni moti, non potuimus eos non audire, licet (?) ante argumenta et lationes, quas nouiter nobis adduxerunt, talia sint ut merito subito remedio dignae viderentur : ut tamen Maiestati tuae, ut consueuimus, paternum nostrum animum ostenderemus, remedium huiusmodi quousque a nobis deferendum esse decernimus quoad dilectus filius Hieronymus Recenati, nuntius noster, ad Maiestatem tuam perueniat, cum (cui ?) omnia tibi latissime ex parte nostra referenda commisimus : freti itaque bonitate tuae Maiestatis, sperantesque eam in his, quae Dei honorem et justitiam ac Christianam pietatem concernunt, facile nobiscum concursuram, omnia in tempus communicationis per dictum Nuntium cum Maiestate tua facienda reseruanda duximus. Hortamur itaque illam ut dicti Hieronymi Nuntii verbis plenam fidem habere, et in hoc Dei justitiae, ac nostro et tuo honore consulere nobiscum velit, sicut in ea speramus.

Datum Romae, apud Sanctum Petrum, sub annulo piscatoris, die 7 februarii 1537, Anno 3.° — Blosius [1].

[1] *Copia na* Bibliotheca d'Ajuda, Symmicta, Tom. 32, fol. 65.

Breve do Papa Paulo III dirigido ao Cardeal de Portugal.

1537 — Fevereiro 7.

Dilecte fili noster salutem.

Dilectus filius Hieronymus Ricenati, nuntius noster, inter caetera, quae circumspectioni tuae ex parte nostra referet, dicet etiam nonnulla ad causam novorum christianorum istorum Regnorum spectantia, super quibus hortamur ut eidem nuntio fidem adhibere et ipsum in hoc tua auctoritate apud Serenissimum fratrem tuum juuare uelis.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sub annulo piscatoris, die 7 Februarii, millesimo quingentesimo trigesimo septimo, Pontificatus nostri anno 3.° — Blosius [1].

Breve do papa Paulo III dirigido ao nuncio Ricenati.

1537 — Fevereiro 7.

Dilecte fili salutem.

Quoniam in negotio Inquisitionis, contra haereticos Regnorum Portugalliae et Algarbiorum per nos concessae, nonnulla ad rem ipsam spectantia charissimo in Christo filio nostro Joanni, dictorum Regnorum Regi, per te..... volumus, quae tibi coram diximus, ut ipsa Inquisitio rite et recte procedat et fiat; nos nedum de his ages in negotio huiusmodi aliter quam mentis nostrae sit procedatur prouidere volentes, tibi, si Inquisitores et alii officiales super negotio huiusmodi depu-

[1] *Cópia na* Bibliotheca d'Ajuda. Symmicta, Tom. 32, fol. 66 v. *Accrescenta:* Similem dilecto filio nobili viro Aloysio Infanti Portugalliae.

tati a te super generali vel speciali superseditione requisiti supersedere, aut te ad processus faciendos admittere, seu alias in hoc negatio concurrentibus mandatis tuis obedire noluerint, dictam Inquisitionem auctoritate nostra et ad nostrum beneplacitum etiam in genere suspendendi, omniaque et singula alia in praemissis et circa ea necessaria seu quomodolibet opportuna coniunctim et separatim faciendi, plenam per praesentes concedimus facultatem: non obstantibus litteris nostris super dicta Inquisitione expeditis, caeterisque contrariis quibuscunque.

Datum Romae, apud Sanctum Petrum, sub annulo Piscatoris, die septima februarii, millesimo quingentesimo trigesimo septimo. — Blosius [1].

Instrucções ao nuncio Riccnati.

ORDO TENENDUS A R. D. NUNTIO IN REGNO PORTUGALLIAE QUOAD MERAM EXEQUUTIONEM.

Postquam praesentauerit Breuia concernentia concilium, praesentabit Regi Breue super Inquisitione ipsi directum, et eidem enarrabit omnia illa, quae Sanctitatem Suam mouerunt ad Breue illud mittendi et in causa ista prouidendi, secundum ea, quae latissime eidem Domino Nuntio data sunt in scriptis, et finaliter concludat ut Serenitas Sua faciat causam suspendi secundum attentionem Sanctitatis Suae, ut interim tam ista Serenitatis Suae ore et L. . . . . agentibus auditis, prout juris fuerit, determinetur, quod ut recte fiat Serenitas Sua Oratorem in Curia mittere poterit, et vsque ad quatuor ex praedictis in eadem Curia pro justitia petenda uenire permittat.

Et, ut ad effectum suspensionis a Rege fiendae perueniatur, dabit breue Cardinali, et Infanti Ludouico, quibus ut a Rege suspensio fiat cum eodem velint instare deprecabitur.

Quod si a Rege factum fuerit informabitur late de omnibus, quae infanti narratione consistunt, et Suam Sanctitatem de praedictis faciet certiorem ut quod Juris fuerit Deo dante exequutioni mandetur.

[1] *Cópia na* Bibliotheca d'Ajuda, Symmicta, Tom. 32, fol, 67.

Sed si Rex praedictam suspensionem facere noluerit, expresse nolendo vel responsum differendo, tunc virtute Breuis eidem Nuntio concessi in omnibus causis cum Inquisitoribus se intromittet, late vtendo facultate eidem in hoc concessa.

Videbit etiam aedictum illud generale, et per Breue eidem desuper concessum super eodem prouidebit.

Quod, si praefati Inquisitores eidem in omnibus et per omnia obtemperare noluerint, tunc in causa procedet secundum facultates sibi concessas.

Sed..... omnibus eidem obtemperauerint, Rex vero suspensionem praedictam facere noluerit, Ita quod in causae Inquisitionis procedatur, utetur tunc Breuis suspensionis secundum facultatem eidem in eo attributam.

Dirigendo sempre unum oculum ad gratificandum Regi, dexterum vero ad Justitiam, et ad procurandum ne quis istorum miserorum justam habeat causam de Sanctitate Sua et Sede Apostolica conquerendi.

In omnibus, in quibus a Populo isto fuerit requisitus ut erga istam causam in justis et honestis Regem alloquatur, faciat ut de omnibus fidem Sanctitati Suae possit perhibere [1].

Instrucções ao nuncio Recinati

1537—Fevereiro 17.

ISTRUZIONE DI SUA SANTITA PER IL SIGNOR NUNZIO DI PORTUGALLO M. GIRONIMO CAPO DI FERRO, GENTILUOMO ROMANO E PROTONOTARIO APOSTOLICO.

Pervenuta sarà V. S. col nome di Dio al primo luogo di Portugallo, vuole Sua Santità che quella per cortesia espedisca un suo servitore a quel Serenissimo Rè, scrivendoli aver commissione da sua Beati-

[1] *Copia na* Bibliotheca d'Ajuda, Symmicta, Tom. 32, fol. 68. *Os pontos estão tambem na copia, que transcrevemos.*

tudine che toccato il primo luogo del Regno subito farlo intendere a Sua Maestà, dimonstrando nello scriuere desiderio di ritrovarsi quanto più presto per conferire li negozj seco commessili da Sua Santità.

Poi, giunta che sarà alla Corte, fatta la pubblica visitazione, retirato con Sua Maestà secondo la costuma, in quel luogo appartato espona delle cause della sua andata quelle che le pareno a proposito in quel primo congresso, parlando sempre con la maggior cortesia del mondo.

Nel negoziar di continuo si sforzi di persuadere l'animo di Sua Santità essere buonissimo verso Sua Maestà e suoi regni, nè doversi mutar punto se non se le dà occasione, essendo risoluta di volere conservare l'autorità sua et il giusto senza rispetto, e più presto di morire che tollerare l'oppressione della Sede apostolica a suo tempo, poiche nostro Signore Iddio, e non opra umana, l'ha collocato in esto.

Nel negozio de' frutti mal percetti V. S. porti seco le citazioni fatte ad istanza del fiscale; e prima che l'eseguisca Sua Santità vuole che se ne parli con Sua Maestà, e se li dica che, avendo reso il nunzio passato li suoi conti in Camera, si sono trovati molti aver godute le commende molti anni prima di avere avuto la nuova provisione, e per questo non hanno fatto i frutti suoi, onde pretendendo il fiscale sieno della Camera apostolica, ha domandato sopra di ciò giustizia: ne potendosegli negare, li Signori Chierici hanno decernute le citazioni contro di molti, che sia particolarmente quanto hanno goduto, e generalmente contra tutti gli altri: le quali citazioni, se bene Sua Santità vuole si eseguiscano in ogni modo, non vuol però si faccia senza notizia prima di Sua Maestà, la quale V. S. esorterà esser fautrice del servizio di Sua Santità siccome lei saria del commodo suo quando li bisognasse di quà cosa alcuna: e quando Sua Maestà non si contentasse di tal' effetto, che non si crede, dopoi d'instatola dui ò tre volte, le dirà non poter mancare della sua commissione, la quale seguirà senza fallo, ò personalmente, ò per editto alle loro commende, commettendo agli officiali degli Ordinarj sub penis et censuris che facciano l'effetto.

E se per questo si venisse a ragionamento di composizione, Sua Santità si contenta per sodisfazione di Sua Maestà se li presti orecchie, e condotta la cosa dove finalmente vorranno aggiungere, darne subito avviso, et aspettare la risoluzione di quà, avendo l'occhio nel maneggio, che tali frutti importano più di cento mila ducati.

Circa il negozio di ritirare le chiese tolte per le commende e non sonō ancora vacate, essendo già passate il numero delli 20 mila crociati concessi per il Papa Leone, la S. V. dirà a Sua Maestà che, quantunque molti Signori Cardinali et altri abbia *(sic)* instato per la retirazione di dette Chiese, Sua Santità non l'ha però voluto fare che prima non abbia esortato Sua Maestà di rilassarle da se, essendo grandemente carico di coscienza di voler' più di quello gli è stato concesso con tanto pregiudicio del clero. E perche forse Sua Maestà risponderà che quando le predette Chiese furono pigliate non valevano più di quello furono ragionate allora, ma che dopo sono cresciute tanto importando l'annate che ha scosso il nunzio passato più de 20 mila ducati, nel qual numero non entrano molte che hanno pagato in Roma, e molte che sono delle cinquanta, delle quali Sua Maestà ebbe grazia non avessero a pagare, oltra che non l'ha scosse tutte, e che molti hanno taciuto il vero valore; le quali cose mettendosi giunte manifestaranno le commende d'oggi arrivar forse bene a 30 mila crociati, nel che Sua Santità è contenta di non guardare, anzi sel vi fosse scrupolo alcuno di conscienza torlo a Sua Maestà purchè la ceda alle non vacate. E perchè, oltre la prima risposta, gli agenti di Sua Maestà sogliono dire non pensare si toglia a Sua Maestà quel che al Rè suo Padre, di glorioza memoria, fu concesso, E se il medesimo dicesse lei a V. S., responderà che non li si toglie, anzi se li lascia, e di più assai, ond'ela si deve contentare, e quando pur'ela non si contenti, dirli che Sua Santità non potrà mancare di fare quanto si deve, poichè averà usata quella cortesia si conviene.

Poichè si vede per esperienza che pochi nominati alle Commende per Sua Maestà vengono a Roma per la nuova provisione, come sono obbligati, Sua Santità vuole che la S. V. pratichi con Sua Maestà di trovar modo sicuro che la Camera apostolica non resti defraudata; e quando Sua Maestà non abbia miglior modo, parerà buono l'infrascritto: che, quando non si trova nel Regno nuncio con facoltà di far simili nuovi provisioni, vacando alcuna commenda, l'Ordinario di quel luogo pigli la possessione e ritengala sin tanto che il nominato mostri la nuova provisione e quitanza dell'annata, e li frutti in quel mezzo correnti sieno d'ella Camera, e secondo l'ordine di essa detto Ordinario abbia a disporre, per questo sia obbligato subito dar avviso ad essa Camera della Commenda vacante e del credito: nel qual modo si provederà a due di-

sordini; l'une che non si scorderanno di mandare a Roma; l'altro che, non mandando, non avranno causa di restituire i frutti mal percetti.

Circa il negozio delle Decime, le quali Sua Santità vuole in ogni modo, V. S. farà sapere a Sua Maestà questa deliberata volontà di Sua Beatitudine per queste urgenti necessità del Turco: e se Sua Maestà risponderà non si sono avuti per il Papa ne' altri Regni, risponderli che assai si sono avuti per Sua Santità quando l'ha avuti l'Imperatore per le imprese contra Infideli, per le quali, quando non li avesse dato quello, saria stata necessitata darli altro; e che al Rè di Francia si sono concesse per riscotere i figli, che fu giustissima causa pervenire alla pace et evitare infiniti scandali, che potevano succedere; e se per caso l'hanno usate male che il difetto è stato loro, e non della concessione di Sua Santità, la quale la concederebbe anco a Sua Maestà quando la domandasse per causa giusta, non li essendo meno cara lei di quello siano gli altri Principi Cristiani: e se Sua Maestà rispondesse, come molte altre volte ha fatto, che li Preti ajutano li parenti loro, che vanno alla guerra d'Africa et India, il che cede in utilità sua, risponderli che, avendo Sua Maestà acquistata la città di Diù piena di tante riccherze come ha scritto, mediante la quale manca di grandissima spesa, e cresce di grossa entrata, non deve aver per male che Sua Santità si vaglia un poco di quello della Chiesa nell'istanti pericoli, in quel tempo che la Sede apostolica non fù mai più povera, avendo permesso che lei come dice tanto tempo se ne sia valuta: e quando ciò non basti per disponerla, dirli, poiche Sua Maestà non consente si riscotano di suo consentimento, Sua Santità darà ordine come si abbino a riscotere: e fatta questa scusa V. S. si valerà del modo gli è stato dato in caso che lei non le possa riscotere.

Quanto all'Inquisizione la S. V. dirà a Sua Maestà come, non ostanti li nuovi clamori e gemiti di quella misera gente, Sua Santità non ha voluto mutar cosa alcuna di quel che si è fatto; nondimeno per discarico della coscienza sua li ha commesso, finchê si troverà nel Regno, intravenga in tutte le cause, che in questa materia si trateranno, per vedere se li ministri eletti servano l'ordine della Bolla, e le promissioni fatte a Sua Santità fuor della Bolla, et in caso che si devii, il che non crede, ch' ela proceda secondo il bisogno; e sopra tutto li ha commesso non permetta intravenire in questo maneggio, ne directe ne indirecte, alcuno di quelli hanno impugnato il perdono, avendosi a presumere ab-

biano da procedere contro di loro più presto per odio che per zelo di giustizia ò Religione; e specialmente che non intravengano nè Giovanni montero nè maestro alfonso, quali si maraviglia molto Sua Santità che Sua Maestà tenga apresso di se e gli dia credito, essendo certificata esser molto scandaloso et avido di dissensioni, como mostrò in castiglia nel tempo delle communità, la qual cosa, con molte altre, Sua Santità non avria creduto se non li fosse stato accertato che, nelle Corti si fecero in Evora, tutto il popolo del Regno domandò per capitolo che Sua Maestà lo devesse levar via, il qual comune consenso non saria seguito, se non fusse vero quel che di lui si parla. Imperò Sua Maestà farebbe bene, et a Sua Santità cosa grata, di mandarlo via a viver fuor di Corte nel suo monastero, e far penitenza degli errori passati. Oltre di questo, essendo stato riferito da questi Reverendissimi, alli quali Sua Santità commise ultimamente che intendessero i clamori di quelli miseri, essere in ogni modo necessario chiarir alcune cose in questo negozio dell'Inquisizione, vuole che la S. V. operi con qualche buon modo presso Sua Maestà che, avendosi ad usar questa Inquisizione, si avesse a satisfare a questi nuovi cristiani di mettersi Giudici et officiali non sospetti, da quali ha da dipendere il male et il bene che in questa Inquisizione ha da succedere, e questo non manco per discarico di nostro Signore che di Sua Maestà, la quale deve ancora aver piacere che coloro, che eseguiranno detta Inquisizione, lo facciano perchè si viva bene nel suo Regno, e che siano castigati li tristi, e non per l'odio, ch'è fra li Cristiani nuovi e li vecchi, sieno perseguitati e privi di vita onore e robba in un tratto, per il qual' odio e privilegj a loro concessi par bene a Sua Santità dichiarar meglio la mente sua in alcune cose per maggior siccurezza che il castigo si faccia per giustizia e non per vendetta: e se in questo mezzo V. S. vedrà far torto ad alcuno, vuole Sua Santità che per vigore delle sue commissioni quella senza manco intravenga; e, quando ciò non basti, inibisca, overo avochi la causa a se, come meglio le parerà; e se per caso non le sarà permesso usare l'autorità sua, in tal caso dia subito avviso, che in questo modo si darà nuova e giusta causa a Sua Santità de rivocare e sospendere questa Inquisizione, accioque i poveri uomini non siano maltrattati con la mano di sua Beatitudine.

Parendo anco a Sua Santità cosa strana che Sua Maestà non revochi quella legge rinovata contra li nuovi cristiani, che non possano salire

del Regno a suo piacere, e siano di peggior condizione che infiniti schiavi, che si trovano di là, vuole che sopra tal rivocazione V. S. faccia ogni gagliarda instanza con dire a Sua Maestà che tutto il mondo presume non abbia voluto l'Inquisizione per zelo di Religione, ma per distruzione di quelli miseri, tenendoli cosi schiavi, oltra che li dà occasione di diventar peggio che Giudei, parendoli d'essere ritornati nella cattività d'Egitto: e quantunque quella ciò faccia sotto pretesto che non vadano a diventar Giudei, minor male é che diventino Giudei per loro mala volontà che per nostra iniquità, non potendo a ogni modo Sua Maestà violentarli la volontà, quale Dio l'ha fatta libera, la quale si piegaria forse meglio al bene, se si usasse con esso loro carità e pietà, e si desistesse dalla violenza, la quale in niun modo può essere nè buona nè giusta. Avendo Sua Santità, oltra le predette cose, inteso che subito vacato un beneficio li Giudici secolari, et altre persone senza titolo, s'intrudeno, e si dilapida la robba della chiesa con quella dello defunto, vuole che V. S. sopra di ciò faccia officio con Sua Maestà di modo che si proveda a tali inconvenienti.

Oltre di questo, avendo anche inteso che le lettere apostoliche, concernenti cosi grazia come giustizia, difficilmente si possono mandare ad esecuzione, perchè le persone pubbliche e Giudici nominati nelle Bolle non ardiscono eseguirle senza licenza delli ministri della Corte Regia, vuol parimente sopra ciò V. S. faccia con Sua Maestà tale officio che le cose di quà non siano impedite, ma favorite secondo il dovere. E perchè avviene che alle volte gl' Ordinarj impediscono li Giudici delegati, non gli lasciano eseguire le loro commissioni, vuole Sua Santità che V. S. sopra di ciò li avverta, et accadendo facciano dopo tal' impedimento, la proveda secondo il poter delle sue facoltà; e quando il delinquente fusse persona, alla quale V. S. dovesse avere rispetto, overo agente di simil persona, quella lo farà subito sapere a Sua Santità, la quale non è per conto alcuno per tolerare tale abuso: e se allegano che li delegati non siano persone qualificate, gli risponda che, se ben son tali, non vuole per questo Sua Santità l'impediscano, ma diano di ciò avviso e mandino le loro sentenze inique, acciò si possano castigare.

Sapendo Sua Santità che in quel Regno non sono *(sic)* molti beneficj patronati de' laici, e che quando vacano li padroni si convengono con alcun vil Prete, qual presentano lassando del reddito minima porzione, il resto mangiano per essi; parimente che molti vendono e comprano benefizj

sanza timore di Dio e vergogna del mondo, vuole Sua Santità che sopra di questi due eccessi V. S. inquira, e quelli si troueranno compresi nel primo siano castigati e privati i Padroni della presentazione, il presentato del beneficio, avvertendo gli ordinarj che in questo aprano gli occhi; e quelli che si troveranno compresi nel secondo sieno parimente castigati rigorosamente.

Ancora, perchè si sà che molte persone ecclesiastiche d'ogni grado e condizione alienano in perpetuo li beni mensali delle loro chiese, e che ancor peggio molte volte li danno in dote alli figlioli, vuole Sua Santità che sopra di ciò V. S. faccia anco inquisizione e punisca quelli, ch' ela potrà, delli altri avvisi, e si restituiscano li loro beni alle chiese.

Dispiacendo a Sua Santità sommamente le falsità, et essendo certificata che in quei Regni questo delitto è molto universale, e più ne' Preti che negli altri, vuole che V. S. usi ogni diligenza per ritrovare simili ribaldi, e ritrovandone alcuno il castighi rigorosamente per esempio degli altri.

Le predette sono le cose che particularmente Sua Santità comanda a V. S. Quella come prudentissima si sforzerà d'esiguirle tutte, et non solo queste espresse, ma tutte l'altre che le occorreranno dov'ela conosca il servizio di Dio, l'onore e l'utile di Sua Santità e di questa Santa Sede.

Romae, 17 de Februarii, 1537 [1].

Bulla do Papa Paulo III, dirigida ao Bispo de Goa.

1537 — Abril 11.

Paulus Episcopus seruus seruorum Dei Dilecto filio Johanni de alboquerque, electo goanensi, salutem et apostolicam benedictionem.

Regimini Vniuersalis ecclesie, meritis licet imparibus, disponente domino presidentes, de Vniuersis orbis ecclesiis et ipsarum pastoribus pro earum statu salubriter dirigendo sollicite, quantum nobis ex alto concedi-

[1] *Copia na* Bibliotheca d'Ajuda, Symmicta, Vol. 33, fol. 149.

tur, cogitamus; sed illa propensius sollicitudo maxime nos vrget vt ecclesiis ipsis, que suis sunt destitute pastoribus, ne in spiritualibus et temporalibus detrimenta sustineant, de salubri remedio, prout ecclesiarum ipsarum necessitas et locorum ac temporum qualitas exigunt, consulamus. Sane Ecclesia goanensis, quam dudum, postquam felicis recordationis Leo papa x, predecessor noster, procurante clare memorie Emanuele portugallie et algarbiorum rege, qui tunc in humanis agens multas terras, prouintias et insulas a capite de Gueer vsque ad Indos possidebat, in quibus nullus Episcopus, qui ea que erant ordinis Episcopalis exerceret, habebatur, excepto Vicario pro tempore existente oppidi de Thomar, nullius diocesis, qui frater militie Jesu Christi, Cisterciensis ordinis, existebat, et iurisdictionem Episcopalem inter alia in dictis terris, prouintiis et insulis ex priuilegio apostolico olim sibi concesso habebat, vicariam de thomar huiusmodi, de consensu bone memorie Didaci pinheiro, olim Episcopi funchalensis, tunc in humanis agentis, et dicti oppidi Vicarii, apostolica auctoritate supresserat et extinxerat; ac tunc parrochialem ecclesiam beate marie, per eumdem Emanuelem regem seu eius predecessores in ciuitate de funchal, et insula de madeira in mari oceano sita, consistente, fundatam, in quibus Vicarius, frater dicte millitie, et nonnulli benefitiati presbiteri seculares benefitia ecclesiastica, porciones nuncupata, obtinentes, existebant, in cathedralem ecclesiam, cum sede et Episcopali ac capitulari mensis, aliisque cathedralibus insigniis, inter alia erexerat et instituerat; illique pro eius dote fructus, redditus et prouentus, quos Vicarius de thomar pro tempore existens ex iurisdictione et vicaria huiusmodi percipiebat, ac certos tunc expressos annuos redditus perpetuo applicauerat et appropriauerat; necnon Ciuitatem de funchal pro ciuitate, eiusque Districtum seu territorium cum predicta de madera, ac omnibus et singulis aliis insulis, terris, prouinciis et locis quibuscumque dicto vicario subiectis pro diocesi, inter alia concesserat et assignauerat; necnon ius patronatus et presentandi Romano pontifici pro tempore existenti personam ydoneam ad eamdem ecclesiam funchalensem, dum illam pro tempore vacare contingeret, prefato Emanueli, et pro tempore existenti portugallie et algarbiorum regi, ad effectum ut eidem ecclesie de persona per regem nominata huiusmodi, et non alias, prouideri deberet, reseruauerat; ac eidem ecclesie funchalensi sic erecte ab eius primeua erectione tunc vacanti, de persona prefati Didaci dicta auctoritate prouiderat, preficiendo

ipsum illi in Episcopum et pastorem : cum dicto Didaco Episcopo postmodum vita functo pie memorie Clemens papa septimus, etiam predecessor noster, procurante charissimo in christo filio nostro Johanne, portugallie et algarbiorum rege illustre, prefati Emanuelis nato et successore, dictam ecclesiam funchalensem in metropolitanam cum Archiepiscopali dignitate, preeminentia, iurisdictione, superioritate, auctoritate, crucis delatione, ac aliis metropoliticis insigniis, de tunc Sancte romane ecclesie Cardinalium, de quorum numero tunc eramus, consilio, similiter apostolica auctoritate erexisset et instituisset ; ac inter alias insulas eidem ecclesie funchalensi pro eius diocesi assignatas, insula de Goa nuncupata, in partibus Indie, in eodem mari oceano sita, notabilis et magno christianorum populo referta et munita existeret, idem clemens predecessor ex parrochiali ecclesia, sub inuocatione Sancte catherine dicata, in ipsa insula goanensi consistente, cui per uicarium perpetuum in diuinis deseruiri consueuerat, de eorundem cardinalium consilio eadem auctoritate, prefato Johanne rege procurante, in cathedralem Ecclesiam goanensem numcupandam sub eadem inuocatione pro vno Episcopo goanensi nuncupando, qui eidem ecclesie goanensi preesset, ac illius edifitia ampliaret et ad formam cathedralis ecclesie redigi faceret et procuraret ; necnon in ea ac in illius Ciuitate et diocesi dignitates, Canonicatus et prebendas, aliaque beneficia ecclesiastica, cum cura et sine cura, erigeret et instituere ; necnon spiritualia, prout pro diuini cultus augmento et animarum salute expedire cognosceret, conferret atque seminaret ; necnon Episcopalem iurisdictionem, auctoritatem et potestatem exerceret, ac omnia et singula alia, que alii Episcopi regnorum et dominiorum portugallie et algarbiorum in suis ecclesiis, ciuitatibus uel diocesibus de iure uel consuetudine, seu alias facere poterant, facere libere et licite posset et deberet, ac pro tempore existenti Archiepiscopo funchalensi iure metropolitico subesset cum sede ac Episcopali et capitulari mensis, aliisque insigniis et iurisdictionibus Episcopalibus, necnon priuilegiis, inmunitatibus, facultatibus et gratiis, quibus alie cathedrales ecclesie et earum presules in eisdem portugallie et algarbiorum regnis consistentes similiter, de iure uel consuetudine, vtebantur, potiebantur et gaudebant, ac vti potiri et gaudere possent quomodolibet in futurum, vti potiri et gaudere posset et ualeret, perpetuo erexit et instituit. Ac in qua perpetuam vicariam ipsius erecte ecclesie dignitatem post pontificalem maiorem esse, et cuius tunc vica-

rium illam, absque alia noua prouisione sibi desuper facienda, retinere posset, voluit, ac cui locum seu pagum, in quo ipsa erecta ecclesia consistebat, etiam per eumdem Clementem in ciuitatem erectum, pro Ciuitate, necnon ipsius loci districtum seu territorium ac Insulam de goa huiusmodi, que cum omnibus et singulis illorum castris, villis, locis et districtibus, necnon clero, populo, personis ecclesiasticis, monasteriis, ospitalibus et aliis piis locis ac beneficiis ecclesiasticis, cum cura et sine cura, secularibus, et quorumuis ordinum regularibus et Diocesi funchalensi, cuius antea erant, ipsius Johannis Regis ad id tunc expresso accedente consensu, perpetuo dismembrauerat et separauerat, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis pro illius Diocesis districtu et territorio in spiritualibus et temporalibus, prout ad dictam ecclesiam funchalensem pertinebant et pertinere poterant, illarumque insulas et habitatores pro clero et populo, concessit et assignauit; et cuius presulis pro tempore existentis clerum et populum Ciuitatis et diocesis goanensis, huiusmodi, cure et iurisdictioni, quoad legem diocesanam et iurisdictionem, perpetuo subiecit; cuique pro illius dote omnia et singula iura et emolumenta Episcopalia, que Episcopus funchalensis in loco seu pago et insula goanensi separatis huiusmodi percipiebat seu percipere poterat, ualorem annuum centum et octuaginta ducatorum auri de Camera communi extimatione non excedentes, et alios redditus annuos per ipsum regem, ex redditibus annuis ad eum in dicta Insula goanensi spectantibus, eidem ecclesie goanensi iam forsan assignatos seu assignandos, de eiusdem Johannis regis consensu, perpetuo applicauit et appropriauit: et ad quam ius patronatus et presentandi infra annum, propter loci distantiam, eidem Clementi predecessori, et pro tempore existenti romano pontifici, personam ydoneam ad ipsam Ecclesiam goanensem, quotiens illius vacatio, ea prima uice excepta, pro tempore occurret, per eundem Clementem et pro tempore existentem Romanum pontificem in eiusdem ecclesie goanensis Episcopum et pastorem ad presentationem huiusmodi, et non alias, perficiendam, eidem Joanni, et pro tempore existenti portugallie et algarbiorum regi, de simili consilio perpetuo reseruauit et concessit: ac cui sic erecte ab eius primeua erectione tunc vacanti, de persona quondam francisci de mello, olim Electi goanensis, tunc in humanis agentis, simili consilio dicta auctoritate prouidit, perficiendo ipsum illi in Episcopum et pastorem, per obitum eiusdem francisci Electi, qui litteris apostolicis super prouisione et per-

fectione de persona sua factis huiusmodi non confectis, ac possessione seu quasi regiminis et administrationis ipsius ecclesie goanensis ac illius bonorum per eum non habita, extra Romanam Curiam diem clausit extremum, pastoris solatio destituta: Nos vacatione huiusmodi fide dignis relatibus intellecta ad prouisionem dicte ecclesie goanensis celerem et felicem, ne ecclesia ipsa goanensis longe uacationis exponatur incommodis, paternis et sollicitis studiis intendentes, post deliberationem, quam de preficiendo eidem ecclesie goanensi personam vtilem et etiam fructuosam cum fratribus nostris habuimus diligentem, demum ad te, ordinis fratrum minorum professorem, in presbiteratus ordine constitutum et in theologia peritum, quem prefatus Johannes Rex nobis ad hoc per suas litteras presentauit, et cui apud nos de uite munditia, honestate morum, spiritualium prouidentia, et temporalium circunspectione, aliisque multiplicum uirtutum donis fidedigna testimonia peribentur, direximus oculos nostre mentis, quibus omnibus debita meditatione pensatis, te a quibusuis excommunicationis suspensionis et interdicti, aliisque ecclesiasticis sententiis, censuris et penis, a iure uel ab homine, quauis occasione uel causa latis, si quibus quomodolibet innodatus existis, ad effectum presentium dumtaxat consequendum, harum serie absoluentes et absolutum fore censentes, de persona tua, nobis et eisdem fratribus ob tuorum exigentiam meritorum accepta, eidem ecclesie goanensi de ipsorum fratrum consilio apostolica auctoritate prouidimus, teque illi in Episcopum preficimus et pastorem, curam et administrationem ipsius Ecclesie goanensis tibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo, in illo, qui dat gratias et lurgitur premia, confidentes quod, dirigente domino, actus tuos prefata ecclesia goanensis sub tuo felici regimine regetur vtiliter et prospere dirigetur, ac grata in eisdem spiritualibus et temporalibus suscipiet incrementa: iugum igitur domini tuis impositum humeris prompta deuotione suscipiens, curam et administrationem ipsius ecclesie goanensis predictas sic exercere studeas sollicite fideliter et prudenter, quod Ecclesia ipsa gubernatori prouido et fructuoso administratori gaudeat se commissam, tuque, preter eterne retributionis premium, nostram et dicte sedis benedictionem et gratiam ex inde vberius consequi merearis: quo circa dilectis filiis capitulo et uassallis dicte ecclesie, ac clero et populo ciuitatis et diocesis goanensis, per apostolica scripta mandamus quatenus capitulum tibi, tamquam patri et pastori animarum suarum humiliter intendentes

exhibeant tibi obedientiam debitas et deuotas, ac clerus pro nostra et sedis predicte reuerentia benigne recipientes et honorifice pertractantes, tua salubria monita et mandata suscipiant humiliter et efficaciter adimplere procurent: populus uero te, tamquam patrem et pastorem animarum suarum, deuote suscipientes, et debita honorificentia prosequentes, tuis monitis et mandatis salubribus intendant, ita quod tu in eos deuotionis filios, et ipsi in te patrem beniuolum inuenisse gaudeatis: vassalli autem prefati te debito honore prosequentes tibi fidelitatem solitam, necnon consueta seruitia et iura tibi ab eis debita integre exhibere procurent, alioquin sententiam siue penam, quam respectiue in rebelles rite tuleris, ratam habebimus et faciemus auctore domino vsque ad satisfationem condignam inuiolabiliter obseruari. Rogamus quoque et hortamur attente prefatum Johannem Regem, necnon venerabilem fratrem nostrum Archiepiscopum funchalensem, ipsi Archiepiscopo per apostolica scripta mandantes quatenus te, et prefatam ecclesiam goanensem dicti Archiepiscopi suffraganeam, habentes pro nostra et Sedis predicte reuerentia propensius commendatos, in ampliandis et conseruandis eiusdem ecclesie goanensis iuribus, sic te benigni fauoris auxilio prosequantur, quod tu, eorum fultus presidio, in commisso tibi cure pastoralis officio possis deo propitio prosperari, Ac eidem Johanni regi adeo perennis vite premium et a nobis condigna proueniat actio gratiarum, ipseque Archiepiscopus pro inde diuinam misericordiam ac nostram et eiusdem sedis benedictionem et gratiam valeat vberius promereri. Et insuper ad ea, que ad tue commoditatis augmentum cedere valeant, fauorabiliter intendentes, tibi ut a quocumque malueris catholico antistite, gratiam et communionem prefate sedis habente, accitis et in hoc sibi assistentibus duobus uel tribus catholicis Episcopis, similes gratiam et communionem habentibus, munus consecrationis recipere ualeas, ac eidem antistiti vt, recepto prius per eum a te nostro et romane Ecclesie nomine fidelitatis debite solito iuramento, iuxta formam presentibus annotatam, munus predictum auctoritate nostra inpendere licite possit, plenam et liberam earundem tenore presentium concedimus facultatem. Volumus autem et auctoritate predicta statuimus et decernimus quod si, non recepto a te per ipsum antistitem predicto iuramento, idem antistes munus ipsum tibi impendere et tu illud suscipere presumpseritis, dictus antistes a pontificalis officii exercitio, et tam ipsi quam tu ab administratione tam spiritualium quam temporalium ecclesia-

rum vestrarum suspensi sitis eo ipso. Preterea volumus quod formam iuramenti a te tunc prestandi huiusmodi nobis de uerbo ad uerbum per tuas patentes litteras, tuo sigillo munitas, per proprium nuntium quantotius destinare procures, quodque per hoc prefato Archiepiscopo nullum imposterum preiuditium generetur. Forma autem iuramenti quod prestabis hec est: — Ego Johannes electus goanensis ab hac hora in antea fidelis et obediens ero beato petro, Sancteque apostolice romane ecclesie, ac domino nostrum nostro domino paulo pape tertio, suisque successoribus canonice intrantibus. Non ero in consilio aut consensu uel facto ut vitam perdant aut membrum, seu capiantur mala captione, aut in eos manus violenter quomodolibet ingerantur, aut iniurie alique inferantur, quouis quesito colore. Consilium uero, quod michi credituri sunt per se aut per nuntios seu litteras, ad eorum damnum me sciente nemini pandam. Papatum Romanum et regalia sancti petri adiutor eis ero ad retinendum et defendendum contra omnem hominem. Legatum apostolice sedis in eundo et redeundo honorifice tractabo, et in suis necessitatibus adiuuabo. Jura, honores, priuilegia et auctoritatem Romane ecclesie domini nostri pape et successorum predictorum conseruare, defendere, augere et promouere curabo. Nec ero in consilio uel facto seu tractatu, in quibus contra ipsum dominum nostrum, uel eamdem Romanam Ecclesiam, aliqua sinistra uel preiuditialia personarum, iuris, honoris, status et potestatis eorum machinentur; et si talia a quibuscumque procurare nouero uel tractari impediam hoc pro posse, et quantotius potero comode significabo eidem domino nostro uel alteri, per quem ad ipsius notitiam peruenire possit. Regulas sanctorum patrum, decreta, ordinationes, sententias, dispositiones, reseruationes, prouisiones et mandata apostolica totis uiribus obseruabo et faciam ab aliis obseruari. Hereticos, scismaticos et rebelles domino nostro et successoribus predictis pro posse persequar et impugnabo. Vocatus ad Sinodum veniam, nisi prepeditus fuero canonica prepedictione. Apostolorum Limina Romana Curia existente, citra singulis annis, vltra uero montes singulis bienniis, aut per me ipsum aut per meum nuntium visitabo, nisi apostolica absoluar licentia. Possessiones uero ad mensam meam pertinentes non vendam, nec donabo, nec impignorabo, nec de nouo infeudabo, uel aliquo modo alienabo, etiam cum consensu capituli ecclesie mee, inconsulto romano pontifice. Sic me deus adiuuet et hec sancta dei evangelia.

Datum Rome, apud sanctum petrum, anno incarnationis dominice millesimo quingentesimo trigesimo septimo, tertio idus aprilis, pontificatus nostri anno tertio [1].

Carta de Pedro de Sousa de Tavora a el-Rei.

1537? — Abril 12.

Senhor — Sesta feira antes de dia de ramos, xxiii do passado, recebi huma de Vossa Alteza d euora, de x de Janeiro, em que me mandaua que supricasse ao papa que, a presentação de Vossa Alteza, concedesse a frey Johão d albuquerque ho bispado de goa; e outras cousas, que mais largamente se continhão nas enformações, que com ha dita carta vinhão. E porque isto veo ja caisy na somana Santa, e em tempo que não se fazem consistorios, conueo esperar atee que se fizessem, que foy depois das oitauas de pascoa. E antes fallei ao papa sobre tudo juntamente com ho Cardeal Santiquatro, e lhe dey a carta de Vossa Alteza. E Sua Santidade mostrou vontade de comprazer a Vossa Alteza. E ouuera se de propoer este bispado ant ontem, que foy ho primeiro consistorio, que se fez depois que recebi suas cartas. E porque nelle se tratou soomente da partida do papa para o concilio, em que ouue muitas opiniões e longos razoamentos, não se pode propoer nenhum bispado, e ficou assy este como outros para o seguinte consistorio, que se fez oge, E nelle foy concedido goa a presentação de Vossa Alteza ao mesmo frey Johão. As bullas e o mais que Vossa Alteza manda s espedirá com toda ha presteza possiuel. E sendo me suas cartas dadas tam tarde que não se pôde fazer esta proposição senão neste mes d abril, pode bem considerar quam impossiuel era enuiar se a exposição pera ser lá no mes de feuereiro passado, como dezia que conuinha polla armada se partyr em março.

Ho papa, quando lhe falley no padre frey Johão d alboquerque, algo se alterou pollo que ja outras vezes tem dito ao Cardeal Santiquatro que

[1] *Em transumpto do Vigario Geral de Lisboa, de 30 de Janeiro de 1538, no* Arch. Nac., Maç. 15 de Bullas, n.° 20.

escreuesse a Vossa Alteza que não deuia apresentar frades a seus bispados auendo hy creregos pera ysso. A isto se lhe respondeo que este bispado era tão longe que mal se podião achar crerigos, que tyuessem as qualidades que conuem, que la quisessem ir. E o Cardeal Santiquatro tomou a mão e disse rindo : « padre Sancto, estes frades, que renunciarom ja ho mundo por amor de deos, não he muito que por elle renunciem tambem suas terras : e este he pessoa mui sufficiente, e ha de hyr residir ». Folgou ho papa de saber que Vossa Alteza quer que este se passe logo a seu bispado, entendendo que he para naquellas partes fazer muito fruito, e não ambicioso nem desejoso de honrras e dinidades, como elle tem que são os mais dos frades.

As outras cousas, que Vossa Alteza quer, algumas se concedem, outras se limitão, como escreuerey quando, prazendo a nosso Senhor, as enuiar, e dyrey o que nisso passa.

Estes dias passados ouue ho papa reposta dos Luteranos, que lhe enuiou ho seu nuntio, que aquy tambem enuio com ha carta do mesmo nuntio sobre ysso. E antes desta reposta Sua Santidade estaua mui deliberado de hyr ao concilio, e muito mais se deliberou depois della sabendo que os Luteranos não querem viir. E os mal dizentes não se podem ter que não digão que quer ho papa comparecer e correr ho campo em absentia dos imigos.

E metendo se Sua Santidade e todos em ordem pera a xx deste se partyrem, chegarom cartas do duque de mantua, em que dezia que não podia consentyr que em mantua se fizesse concilio, sem ter hy huma guarnição de gente sufficiente pera a guarda e seguridade assy sua como do concilio. Ysto, e asy a comum vontade dos Cardeaes e de toda esta corte, que he que em tempos tão reuoltos e perigosos se deua mais entender em pacificar estes principes e defender se do turco, que em concilio, a que não s espera que venhão os que hão e deuem nelle entreviir, fez muyto refriar ao papa desta partida, que queria fazer, porque elle não se cree que queyra espender nada naquella guarda, que ho Duque de mantua requere, nem tão pouco tem rezão de se escusar disso, senão se quizer dizer que não é necessaria guarda, pois não s espera que neste concilio queyram ou possam viir os chamados : e isto por sua honrra não ho dyrá por não lhe dizerem que, pois não espera que venhão, a que quer ir la. E se quizer mudar ho lugar do concilo, he necessario que ho torne de

nouo a intimar a todos principes christãos; e nisto se passará todo este ano e parte do que vem, e depois deos sabe o que será.

Tem todauia ho papa tornado a escreuer ao Duque de mantua que se marauilha muyto viir elle agora com esta nouidade. E porem que lhe mande dizer que pode importar a custa desta guarda que quer ter, e que por ventura pode ser tal que Sua Santidade a pague. E porem todos tem por certo que ja por este anno não se poderá tomar concrusão alguma do concilio, asy por esta, como por outras muitas difficuldades que hy ha, e cada dia nacem. E porem ca he tudo tão variauel, que não se pode cousa nenhuma affirmar senão depois de feita. Ho papa, alem deste achaque do concilio, he muyto incrinado a andar de qua pera la, e mostrarse, mormente naquellas partes onde ainda o não virão papa, como he em bolonha, e prasença, e parma, onde foy bispo; e cada verão vay fora: por onde não será muyto que queira dar huma vista a estes lugares, mormente agora que ho emperador manda dar ao senhor pero luis a cidade de nouara, que he gram cousa, e não está muy longe destas terras da Igreja, e he no ducado de milão, e, segundo me dizem homens daquellas bandas, se não he o terço do ducado, ao menos he a quarta parte em jurdição e termo, e tem muitas villas soieitas, de que todos os milanezes se descontentão muito porque dizem que, com se apartar esta cidade do ducado, fica muy pequeno, e que desta maneira donde delle soya ser huum dos principaes da christandade virá a ser dos comuẽs.

Em Esclauonia se tinha por Elrey dos romaõs a cidade de Clisa, que tem hum porto muy seguro e capaz, e de grande importancia por ser vezinho a turquia; e por ysso, de gram tempo a esta parte, os Reis de Vngria s esforçarão de soster hy huma fortaleza, que guardasse ho porto, contra a qual ho turco fez, anos ha, outra fortaleza pera lhe prohibir as vitualhas e socorro, de maneira que veo ha fortaleza dos christaõs a estar em muyta estreita e necessidade, principalmente de lenha, e ha tinham os que nella estauam ja quaise toda desfeita das obras de madeira. Emtendido isto asy por Elrey dos romaõs como pollo papa mandarom ambos gente a soccorrella, ho papa italianos, e elrey tudescos, os quaes por sua desordem e desauença, e tambem por serem poucos, que serião atee quatro mil, forom todos desbaratados e mortos pollos turcos, que a isso se ajuntarom e recrecerom muitos: e pera mais desgraça dos christaõs aquelle dia deste desbarato chouco tanto, que nunca poderom dis-

parar os Arcabuzes que leuauaõ, o que não foy asy nos turcos, que despararom muito a sua vontade, e em cheo, os arcos e frechas, que trazião sem conto. Os da cidade, vendo isto, pedirom aos turcos termo pera se render, e os turcos lho derom e se retyrarom huma legoa ou mais atras, e cree se que por tyrarem toda ocasyom de saco aos soldados. A noite seguinte todos os da cidade se sayrom e a leixarom vazia. Da fortaleza não se sabe ainda que he feito, porem tem se por certo que deua ser ou tomada por força ou rendida aos turcos; do que se seguirá grande perigo a estas partes, moormente a Ancona, e a toda a marca, que são terras da Igreja a que se pode viir por mar em XIII ou XIIII oras, e asy as terras de Venezianos. Ysto tem dado ao papa mais particular cuidado e arreceo da vinda do turco.

A armada do turco ateegora não tem abalado de Vellona, saluo cincoenta gallees, que dizem que vão a volta de marselha a ajuntar se com os francezes, e he capitão ho judio. Ho resto, que podem ser ate CL gallés, estão ainda na Vellona, com muytas taforeas pera passarem caualos; e porem cree se que ho turco fará muito mor esforço pella banda de Vngria. As cousas de piamonte e Saboya pouco mais alteração ha nellas que d antes, saluo que ho marques de Saluço, que se tinha passado delrey de França ao Emperador, se affirma aquy por mui certo que ho matarom com hum arcabuz os de huum lugar, que elle tinha cercado.

D elrey de França se diz tambem que tem tomado hum lugar em frandes, que se chama hedim, E que por aquella parte quer talhar os paës e destruyr tudo de maneira que per aly não lhe possa ho Emperador fazer guerra: E feyto isto se virá a lyom a volta de Italia. E affyrma se que tem grandes praticas com os luteranos, e que lhe dão muyta gente.

Estando escreuendo esta, me derom outras cartas duplicadas de Vossa Alteza por via de Ruy fernandes sobre a mesma expedição de goa, e escreue de Campenha a VI do passado: as outras primeiras recebi por via de Johão rabello, que escreue de Valhadolit a XXVI de Janeiro.

Esta escreuo de pressa por hum que leua ho capello ao filho do Duque de gandia, que soube que parte agora. Disse ao Cardeal Santiquatro se queria escreuer a Vossa Alteza. Escusou se com dizer que ho faria quando se emuiasse ho despacho de goa: tornou me porem a lembrar o que soe de suas cousas pera com Vossa Alteza. E porque nas passadas tenho acerca disso escrito largo, me parece que comprirei com elle de mi-

nha parte com remeter me ao ja tantas vezes dito, que quando Vossa Alteza tyver vontade de lhe fazer merce, como elle espera, muito menos do dito abasta. E nosso Senhor a vida e real estado de Vossa Alteza acrecente e conserue com toda a prosperidade que deseja.

De Roma a XII dabril, 1537 — *Pero de Sousa de tauora* [1].

Carta de Pedro de Sousa de Tavora a el-Rei.

1537 — Abril 20.

Senhor — Depois de ter escrito est outra, por o que ha ha de leuar se deteer alguma cousa mais, tyue tempo para escreuer esta e dizer as nouas que depois vierom.

Soube se agora como os turcos, depois de tomada clysa, tomarom tambem por força a fortaleza, e cortarão a cabeça ao alcaide, e os narizes a cento e cincoenta homens, que acharom dentro; e enuiarom asi os narizes como a cabeça ao turco.

Soube se asy mesmo ser certa a morte do marques de Saluço, de hum arcabuz dos de carminhola, villa de Saluço, que elle tinha cercada.

Ho Senhor da mirandola, que he huma villa muy forte em Lombardia, antre bolonha e mantua, deu a dita villa a Elrey de França a troco de mais renda em França. Dizem agora que a esta mirandola são hidos capitaẽs do mesmo Rey com dinheiros e comissão de fazerem hy vinte mil fantes Italianos, com que se hão de ajuntar quatorse mil Soiços, que, se asy for, *poerám em* muyta mais *duvyda as* cousas *do emperador*.

Das cento e dez gallés, que a Senhoria de Veneza faz armar, foram achadas seis foradas por debaixo, e os buracos tapados sotilmente de maneira que não se enxergauão; e não se sabe ainda quem ho fez. Ha hy propostos grandes premios a quem ho descobrir, ainda que seja o feitor, com tanto que diga quem lho mandou fazer.

Contarom me tambem agora huma graça, que aconteceo em Veneza com hum enuiado d elrey de França ao seu embaixador que hy tem, que,

[1] Arch. Nac., Corp. Chron. Part. I, Maç. 58, Doc. 80.

por erro ou malicia de hum barqueyro que ho guyou, foy leuado ao embaixador do Emperador, que disimulou ho caso ate ouuir delle a creença, e recebeo as cartas: crê se que as leria: e depois lhas tornou dizendo lhe que aquellas cartas não vinhão a elle, que era embaixador do Emperador: que visse bem a quem vinhão e lhas leuasse.

Os do Emperador apertão muyto *com o Papa que lhes dê quorenta mil duquados quada mes*, que lhe prometeo de sua parte *ho* senhor *Pero Luis* em genoua para esta guerra *contra o turco*. *Ho Papa nam quer dar* mais que *vinte mil* ao mes *por tres* meses todo: cree se que a cousa se compoerá *em que dê ho Papa cem mil* ducados em todo.

Ca se diz que Vossa Alteza e o emperador se vem em guadalupe; e que se trata de darem a Vossa Alteza em penhor Zamora, badajos, e cida rodrigo por dinheiros, que Vossa Alteza empresta ao Emperador. E porem crê se que estas nouas *as finjem os do Emperador*. Tambem dizem que ho ajuda com huma grande armada. E não me pareceo inconueniente, ainda que isto la se trate, escreuer a Vossa Alteza o que ca se diz. E muytos ha hy, que se dão por seruidores de Vossa Alteza, que *nam aprovam estas vistas* porque, se são pera comcertos, muyto melhor se tratão *por terceiros*; e tem ca por muy certo, e allegão muytos exempros, que nunca se virão princepes, que depois não *fiquasem mal*.

Estando escreuendo esta, me mandou ho papa chamar, que me achasse ás desaseis horas, que he huma ora antes do meio dia, em consistorio, onde mandaua que viessem todos os embaixadores e agentes dos Princepes christaõs, que nesta corte residião. Fuy me logo ao Cardeal Santiquatro, que hya tambem pera o paço, e contey lhe a embaixada, que me fora feita da parte do papa. Disse me que fosse, que lá ouuiria ha deliberação do papa acerca do concilio. E a este tempo aribarom tambem ho conde de Ciffuentes, e o marques d aguillar, e com elles se ajuntou huum, que ategora chamarom secretayro d elrey de Romaõs, e agora lhe chamão seu Embaixador, os quaes todos tres se apartarom e me rogarom que tambem entreviesse no que querião communicar. E depois de passadas algumas cortesias antre o conde e o marques, de se rogarem quem diria primeiro, ho Conde, como mais velho asy na embaixada como nos dias, disse como ho papa ho dia d antes ao marques e a elle dissera muytas causas por onde convinha mudar ho lugar do concilio; e auendo se de mudar que era tambem necessario prorogar ho tempo; e que sobre

isto tudo hauia de fazer oge consistorio, no qual se hauia de resoluer em tudo o que a este caso tocasse : e que cria que esta chamada era sobre isso, e que era bem que praticassemos o que nos parecia que se deuesse responder ao papa : e que seu parecer era que carregassemos tudo sobre ho papa, remetendo nos ao que Sua Santidade fizesse. E deste parecer foy ho marques, e o embaixador d elrey dos Romaõs. Eu lhe respondy que eu não cria que ho papa tomasse parecer de nós, senão que quisesse notificar nos sua determinação, pera que ho escreuesse cada huum a seu principe ; e que, quando quisesse parecer ou voto, que eu não tinha comissão em tal caso de Vossa Alteza, senão de lhe escreuer o que passaua. E estando nestas praticas, se abrio ho consistorio e nos chamarão. Entrados, e feita a reuerencia custumada, ho papa de sua cadeyra consistorial, estando todos os Cardeaes em seus escabellos, e todos os outros em pee com os baretes fora, disse em seu italiano desta maneira : « Senhores embaixadores e agentes dos principes christaõs, que aquy vos achaís, eu vos fiz chamar pera vos dizer que, tendo eu ho ano passado proposto e denunciado ho concilio geral pera se hauer de celebrar na cidade de mantua, e começar a vinte tres de mayo, que ora vyrá do ano presente ; e desejando ho por muytas e euidentes causas necessarias á christandade, e tendo pera se effeituar usado de minha parte toda a deligencia que conuinha, asy em ho fazer intimar a todos os principes e pouos christaõs, como no al, e estando determinado de eu em pessoa entreuyr no dito concilio, e aparelhando me pera me partyr a ysso, encomendey por meus breues ao senhor duque de mantua que, neste meo que eu hya, fizesse bem receber e tratar os que pella ventura primeyro que eu aribassem. Do qual, respondendo me, entendy que queria seguridade, a qual era que lhe dessem o necessario pera asoldadar gente de pee e de cauallo, asy para sua guarda como do concilio. E posto que tornassemos ha escreuer lhe que não era cousa conueniente hauer se de ter presidio de gente de guerra no concilio, principalmente á nossa custa, por muytas razoẽs, e antre as outras porque os luteranos, por cuja causa moormente este concilio se faz, não podessem allegar que lhe era sospeito e não tuto acesso, o dito Senhor Duque de mantua, bem que com muyta modestia, persistio sempre em querer a dita guarda. Pollo qual, consultando nós isto com estes Reuerendissimos Senhores Cardeaes, pareceo que se deuesse mudar ho lugar do concilio pera outro, onde não ouuesse este inconueniente.»E

ainda que ao papa soo pertença asy o conuocar e fazer concilio geral, e asy o mudar o lugar e tempo; todauia, por mais satisfação dos principes christaõs e dos que hão de viir, pareceo tambem deuel o communicar com os mesmos principes. E porque nesta comunicação e reposta necessariamente se requere tempo, para ho hy auer para tudo prorogámos ho concilio a hum certo termo, que nem fosse tão longo que parecesse que alentamos nada ho desejo que temos grande de celebrar este concilio pera seruiço de Deos, nem tão pouco tão curto que não podesse isto ser notificado aos principes e auer sua reposta. E a prorogação he ate o principio do mes de nouembro, primeiro que vier, passado ho dia de todolos Santos e dos mortos. E certo este empedimento, que se agora offreceo, foy com muyta molestia de nosso animo pollo ardor e vontade que tinhamos de começar e proseguir ho dito concilio, ho qual ao seruiço de Deos e bem da christandade julgamos sempre muy necessario e saudauel; mas, pois que al se não pode fazer, he de crer que Deos, por cuja mão se ordena, e a cujo prouimento todos os conselhos humanos são inferiores, ho quer asy por milhor. E que neste meo poderá fazer se paz antre estes principes christaõs, e alguum ou alguuns delles poderão viir ao mesmo concilio, e asy outras pessoas com mais comodidade: e tambem em tanto se entenderá milhor no prouimento da defensão contra os aparatos grandes do turco contra a christandade, e nós não leixaremos em tal tempo a Roma, que nossa he propria sede, o que não podera ser, partindo nos, sem grande perturbação e temor dos que ficarão em nosso absensia, posto que ha não ouueramos de leixar desprouida. Ysto quis dezer uos pera que ho façaes asy entender a vossos principes com toda a presteza que poderdes. E nós tambem avisaremos a nossos nuncios do mesmo, e faremos as mais prouisoẽs necessarias a esta notificação e a todo ho sobre dito».

A isto respondeo ho Conde de Ciffuentes que elle tinha ouuido e entendido todo o que Sua Santidade dezia, de que parte communicara ho dia d antes com ho marques d aguilar, que hy estaua presente, e com elle; e que elles ambos farião ho officio de avisar com prestesa ao Emperador seu senhor da deliberação de Sua Santidade. E todos os outros diserom que farião o mesmo a seus princepes, e eu disse que faria o mesmo a Vossa Alteza com toda deligencia e fieldade. E com isto e com a benção do papa nos despedymos todos.

Depois me disse ho Cardeal Santiquatro que podia tambem escreuer a Vossa Alteza que ho papa estaua muy posto em fazer este concilio; e que, ainda que aly não proposera lugar determinado, sua tenção era fazello ou em bolonha, ou em prasença, ou em Roma, porque, perseuerando elle nesta neutralidade, em que está muy constante, via que em terras do Imperio, ou feudatarias a elle, como he mantua, e as que tem os venezeanos, e as do ducado de milão, não se contentaria elrei de França; nem tão pouco ho Emperador das d elrey de França, ou suas affeiçoadas. Disse me tambem que elle escreueria á Vossa Alteza, posto que hy não auia mais que dizer acerca destas cousas.

A expedição do bispado de goa, alem de ho auiso de Vossa Alteza sobre elle me ser dado tão tarde, e no tempo que tenho dito, ouue mais dilação do que ouuera, por causa de qua não se achar a sedula consistorial da eleição de francisco de melo, posto que se achasse disso e da ereição de Goa huma breue memoria nos liuros do consistorio. E os do Arcebispo Dom martinho, que aquy estão, bem que se lembrão desta ereição, não se determinarão se a cedula se asynou, e remetian se ás escrituras do dito Arcebispo, que dizem que elle leixou cerradas em hum cofre de que leuou a chaue. E andando nesta busca se passou tempo; e depois, em tornar a fazer outra cedola, mais, por nos conuiir hyr nisto como ás escuras, por eu não ter lume algum das particularidades, mais que aquella geral memoria do consistorio. Outra cousa não se offrece, e esta conuem cerrala logo, porque ho homem, que na outra disse que estaua pera partyr, esperou ategora, creo por leuar tambem esta resolução. Nosso Senhor a vida e real estado de Vossa Alteza acrecente, e conserue com toda prosperidade.

De Roma, xx de Abril, 1537.

Soube agora como ho viso rey de napoles faz destelhar todas as casas de napoles, que estão a marinha, e enchelas de terra: e poẽ nellas muyta artelharia, pera a qual faz desfazer todos os synos e almofarizes, que ha na cidade e fora. E per aquy pode Vossa Alteza veer quam em breue esperão a furia dos turcos afora a dos francezes.

Pero de sousa de tauora [1].

[1] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. I, Maç. 58, Doc. 83. *Estão em cyfra as palavras que vão em italico no principio desta carta.*

Breve do Papa Paulo III dirigido a el-Rei.

1537 — Abril 23.

Paulus Papa III Carissime in christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem.

Non dubitamus quin Tua Maiestas, pro suo studio in fidem catholicam et rempublicam christianam, quae hoc tempore celebrationem generalis Concilii maxime postulant, moleste acceptura sit id impedimentum, quod dicto Concilio per Ducem Mantuae nunc allatum est. Is enim, cum essemus eum per litteras nuper hortati ut, appropinquante concilii incohandi tempore, ciuitatem ordinatam et preparatam in hospitiis et victualiis haberet ad tantos hospites excipiendos, nosque cum nostra curia iam ad iter accingeremur, ecce subito, quod nunquam antea nobis significauerat, presidium militare et pro eo stipendium a nobis petiit ad nostram maxime, ut dicebat, securitatem; cumque nos, non tam pecunia parcentes, cui tamen parcere cogimur, cum preter alias impensas nostras et apostolicae sedis solito grauiores, nunc etiam littora et vrbes status nostri ab utroque Italiae mari ob metum Turcarum defendere cogamur, quam malum exemplum habendi armati concilii uitantes, statim ipsi Duci rescripsissemus nihil nos timere, et ceteros etiam omnes situ loci ac diligentia ipsius Ducis satis tutos esse posse, Ipse secundo rescripsit se non tantum nobis, uerum etiam sibi et suae ciuitati metuere, propterea que se et illam ciuitatem tot nationibus simul conuenturis, sine oportuno presidio, committere non audere. Replicauimus ei tertio rem, quam peteret, non solum fore suspitiosam multis, uerum etiam actioni tam piae esse incongruam, cum ad concilium homines non armati sed pacati, fereque omnes ecclesiastici, conueniant; nec aequum esse arma ibi conspici, ubi libera omnium suffragia esse debeant, neminemque esse ausurum perturbare ipsum concilium, quod ex omni christianitatis corpore congregatum esset.

His rationibus cum acquieturum eum putaremus, nihil tamen proficere tot suasionibus ac totiens iteratis potuimus, nam tertio suum ho-

minem cum eisdem mandatis de presidio et stipendio ad nos misit. Qua rei nouitate, fili carissime, et tanta obstinatione ipsius Ducis, ita perturbati fuimus ut nulla perturbatione grauius affici hoc tempore potuerimus. Cum enim propediem, nulla etatis nostra uel alia ratione habita, nos ad iter daturi essemus, hoc inopinato casu in maximam anxietatem coniecti sumus, non solum quod rem tam salutarem quam primum aggredi cupiebamus, uerum etiam quod uerebamur multos ex conuenturis nostra indictioni confisos iter ingredi cepisse, et magno cum suo incommodo et nostro pudore uel progressuros unde exclusi iam sunt, uel tanto itinere frustra suscepto in suam patriam reddituros. In hac itaque sollicitudine positi, ut quam citius incommodis uenientium occurreremus, Die veneris proxima, in consistorio nostro secreto, de Venerabilium fratrum nostrorum Sanctae Romanae ecclesiae cardinalium consilio, quod et necessitas ipsa nobis praescribebat locum mutandum esse decreuimus; utque interim de alio loco per nos eligendo deliberare, et de electo tempestiue significare omnibus possemus, tempus incohandi Concilii ad calendas Nouembris proximi prorogauimus, ipsamque loci mutandi deliberationem et temporis prorogationem tuo agenti, et ceterorum principum oratoribus apud nos existentibus, quos ad ipsum consistorium propterea uocari fecerамus, statim significauimus, ut idem tuus Agens Tuae Maiestati, et suis quisque Principibus nostro nomine perscriberent. Licet igitur credamus dictum Agentem tuum suo officio functum esse, hoc tamen etiam nostris litteris ei innotescere uoluimus, cui, sicut nunc de tempore prorogato, ita de alio loco, quem elegerimus, qua quidem in electione omnem, que haberi debeat et possit, rationem habere conabimur, propediem significabimus, et litteris etiam sub plumbo nostris ad omnium notitiam deducemus.

Datum Romae, apud sanctum Petrum, sub annulo piscatoris, Die XXIII Aprilis MDXXXVII, Pontificatus nostri Anno Tertio — *Blosius* [1].

[1] ARCH. NAC., Maç. 25 de Bullas n.° 17.

Carta de Pedro de Sousa de Tavora a el-Rei.

1537 — Abril 24.

Senhor — Vindo me agora ter ás maõs huma carta, que Elrey de França enuiou aos eleitores do imperio e certos Senhores de Alemanha, parecendo me que Vossa Alteza folgará de ha ueer, lha enuio. He tiida ca por elegante: e quanto á sustancia della ha hy diuersos gostos desuayrados; e la por ventura hauerá outros.

E porque vim a falar na elegancia, se me offrece de dizer a Vossa Alteza que, quanto ao latim, vejo que tem Vossa Alteza necessidade de huma pessoa, que corresponda, ao menos em parte, a sua grandeza; e que, se la a tiuesse, muitas cousas ha hy e se offrecem cada dia em seus reynos, muito grandes e sinaladas, que parecerião o que são, e que eu vejo estar ás escuras. Se Vossa Alteza mandar que dos que qua ha se lhe enculque huum sufficiente para ho seruyr em semelhantes cousas, farey o officio n isso que vyr que compre a seu seruiço.

Beijo as mãos de Vossa Alteza.

De Roma, xxiiii d abril, 1537—*Pero de Sousa de tavora* [1].

Breve da Penitenciaria Apostolica.

1537 — Abril 24.

Antonius, miseratione diuina tituli sanctorum Quattuor Coronatorum presbiter Cardinalis, Venerabili in christo patri domino Johanni, dei gratia Electo ecclesie Ciuitatis de Goa, in India, Salutem et sinceram *in* domino charitatem.

[1] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. I, Maç. 58, Doc. 84.

Sedis apostolice indefessa clementia circumquaque peruigil, cum temporum et personarum ac locorum qualitas id exigit, rigorem Juris mansuetudine temporare, et animarum christifidelium saluti et tranquillitati consulere, ac exigentibus meritis eorum commoditatibus consulere; et ne christifideles ipsi, qui ob uiarum longinquitatem et discrimina ad sedem ipsam propterea recursum habere commode non possunt, ob id patiantur, personis prouidis et circunspectis desuper vices suas libenter committere, presertim in partibus de nouo ad fidem conuersis, consueuit, prout id in domino salubriter expedire cognoscit. Sane, exhibita nobis nuper pro parte Serenissimi domini Joannis, portugallie et Algarbiorum Regis, petitio continebat quod, cum ipse, et predecessores sui portugallie et Algarbiorum Reges, zelo propagande fidei catholice diuersas Ciuitates, oppida et prouincias in partibus Indie, et forsan Ethiopie, Arabie ac persie, ab Infidelium manibus, non sine magnis eorum expensis, et quandoque subditorum suorum christifidelium periculis et cedibus, eripuerint et parti fuerint, ac sub eorum christiano dominio et potestate reduxerint, et in eas plures christianos incolas traduxerint, et diligenti verbi diuini predicatione Regia sollicitudine adhibita quamplures infideles ad fidem catholicam conuersi fuerint et in dies conuertantur, nec valeat cum illis ob ipsorum paucitatem et alias rigor Canonum sanctorum patrum obseruari, sed expediat rigorem ipsum circa eos, adhuc in cunabulis fidei constitutos, in pluribus occurrentibus casibus relaxari; et, ob magnam locorum a sede apostolica distantiam notoriam, defficile et quasi impossibile sit in singulis eisdem casibus ad sedem predictam habere recursum, Et propterea si vobis, de cuius persona dicta sedes apostolica, ad nominationem dicti Regis, vestris exigentibus meritis, ecclesie Ciuitatis de Goa, nuper in cathedralem per eandem sedem erecte, prouidit, Vos illi preficiendo in Episcopum et pastorem, et de cuius circunspectione plurimum est in domino confidendum, et vestris in dicta ecclesia successoribus, vt quoscunque christifideles, tam de nouo conuersos ad fidem quam a parentibus christianis progenitos, in partibus Ethiopie, Arabie, persie et Indie huiusmodi prefato Regi nunc et pro tempore subiectis, pro tempore commorantes, etiam exemptos, etiam quorumcunque, etiam mendicantium, ordinum religiosos, Videlicet ad omnes, etiam sacros et presbiteratus, ordines, etiam extra tempora a Jure statuta, aliquibus diebus dominicis vel festiuis, etiam in sexto decimo ad subdiaconatum, et in decimo octauo ad diaconatum,

et in vigesimo tertio annis inceptis constitutos ad presbiteratum promouere; et a non suis Episcopis, etiam extra tempora ac ante etatem legitimam vel per saltum ac ad fictum titulum promotos, copulatiue vel deiunctiue, ab excessibus huiusmodi et censuris propterea incursis absoluere; et cum eis ac quibusuis, qui censuris irretiti missas et alia diuina officia, non tamen in contemptum clauium, celebrauerint, ac alias illis se immiscuerint, ad ordines susceptos et suscipiendos ac beneficia ecclesiastica obtenta et obtinenda dispensare; Ac confessiones quorumcunque christifidelium partium earundem, seu in illis moram trahentium, per vos vel a vobis pro tempore deputandos, quorum probitas et sufficientia vobis nota existant, audire, eosque in quibusuis casibus, etiam sedi apostolice reseruatis, etiam contentis in bulla in Cena domini nuncupata, in foro conscientie tantum absoluere; et de nouo ad fidem catholicam venientes, per vos vel alium seu alios, baptizare; necnon ecclesias quascunque consecrare, ac ecclesias, cimiteria et loca sacra, sanguinis aut seminis humani effusione polluta, reconciliare; necnon tres religiosos ordinis minorum, cuius vos professi estis, cuiuscunque prouincie, quos duxeritis eligendos in socios vestros pro verbo diuino in dictis partibus predicando, et confessionibus audiendis, et eis vel eorum aliquo defuncto seu defunctis, vel eis de licentia vestra ad ordinem ipsum redeuntibus, alium seu alios eorum loco, dummodo omnes insimul tres numero non excedant, ad effectum predictum, licentia superiorum dictorum religiosorum per eos super hec petita licet non obtenta, assumere; et insuper vnum ex dictis religiosis, qui confessione vestra, quotiens confiteri volueritis, diligenter audita, vos ab omnibus et singulis peccatis vestris et censuris propterea incursis, etiam in casibus sedi apostolice reseruatis, etiam contentis in bulla in Cena domini nuncupata, absoluat, et pro commissis penitentiam salutarem iniungat, pro tempore eligere libere et licite possetis facultas concederetur, profecto ex hoc ecclesie in partibus illis statui et animarum fidelium predictorum saluti et spirituali consolationi, ac illorum necessitatibus non modicum consuleretur: Quare supplicari fecit humiliter dominus Johannes, Rex prefatus, sibi super his per sedem apostolicam de opportuno remedio misericorditer prouideri. Nos igitur, zelum dicti domini Regis in his plurimum in domino comendantes, ac cupientes ne ecclesia et christifideles in partibus predictis ob earum distantiam a sede apostolica patiantur prouidere, eiusdem domini Regis sup-

plicationibus inclinati, auctoritate domini pape, cuius penitentiarie curam gerimus, et de eius speciali et expresso mandato super hoc viue vocis oraculo nobis facto, paternitati vestre quoad uixeritis, et in dicta ecclesia de Goa successoribus vestris, vsque ad vigintiquinque annos quoad successores ipsos, ac vobis, et vsque ad dictum tempus eorum cuilibet, vt in partibus Ethiopie, Arabie, persie ac Indie prefato Regi nunc et pro tempore subiectis, tam vestre quam aliarum quaruncunque Ciuitatum et diocesium, quoscunque christifideles, tam de nouo ad fidem conuersos, quam a parentibus christianis progenitos, ibidem nunc et pro tempore commorantes, etiam exemptos et sedi apostolice imediate subiectos, et quoruncunque, etiam mendicantium, ordinum religiosos, ad omnes, etiam sacros et presbiteratus, ordines, dummodo alias ydonei existant, et seculares clerici sufficientem titulum habeant, etiam extra tempora a Jure statuta, aliquibus diebus dominicis aut festiuis, dummodo vno et eodem die duo sacri ordines non conferantur, etiam in sexto decimo ad subdiaconatum, et in decimo octauo ad diaconatum, ac in vigesimo tertio annis inceptis constitutos ad presbiteratum ordines, alias rite et dummodo, si in aliena Ciuitate et diocesi ordines huiusmodi contuleritis, ad hoc per diocesanum ipsum, vel eius vicarium in spiritualibus, fueritis inuitati, promouere ; et a non suis Episcopis, aut extra tempora, vel ante etatem ligitimam, seu per saltum siue ad fictum titulum promotos, copulatiue vel disiunctiue, ab excessibus huiusmodi et censuris propterea incursis absoluere; et cum eis ac qui censuris irretiti missas et alia diuina officia, non tamen in contemptum clauium, celebrauerint, aut alias illis se immiscuerint, super irregularitate inde contracta ad ordines susceptos et suscipiendos et ad beneficia ecclesiastica obtenta, et preterquam episcopalem dignitatem obtinenda, dispensare, dummodo ante ligitimam etatem promoti in ordinibus sic susceptis, donec ad etatem ligitimam, aut saltem subdiaconi ad sextumdecimum, et diaconi ad decimum octauum, ac presbiteri ad vigesimum tertium suarum etatum annos peruenerint, in eisdem sic susceptis ordinibus non ministrent; et insuper confessiones eorundem christifidelium dictarum partium, vel in illis moram trahentium, per vos vel a vobis pro tempore deputandos, audire, eosque in quibusuis casibus, etiam sedi apostolice reseruatis, etiam contentis in bulla in Cena domini nuncupata, absoluere, et deuotio ad fidem catholicam venientes per vos vel alium seu alios baptizare ; preterea ecclesias quascunque consecrare et cimiteria be-

nedicere, ac ecclesias cimiteria et loco sacra, sanguinis vel seminis humani effusione polluta, reconciliare, dummodo ad consecrationem et benedictionem ac reconciliationem ecclesiarum, cemiteriorum et locorum, alterius quam vestre ciuitatis et diocesis, a diocesano illius, vel eius vicario in spiritualibus, aut Rectore seu alias beneficiato ipsius ecclesie, fueritis inuitati; necnon tres religiosos dicti ordinis Minorum cuiuscunque pouincie, per vos eligendos in socios vestros, pro diuini verbi in dictis partibus predicatione ac confessionibus audiendis assumere, et eis vel eorum aliquo defuncto, vel ad ordinem ipsum de vestra licentia redeunte, alios eorum loco, dummodo omnes simul tres numero non excedant, ad effectum predictum, licentia Superiorum dictorum religiosorum per eos super hoc per se, vel alium seu alios, petita licet non obtenta, assumere; preterea vnum ex dictis religiosis, qui, confessione vestra quotiens confiteri volueritis diligenter audita, vos ab omnibus peccatis vestris et censuris propterea incursis, etiam in casibus sedi apostolice reseruatis, etiam contentis in bullis Cena domini nuncupatis, absoluat, et pro commissis penitentiam iniungat salutarem, pro tempore eligere; ac vos, domine Johannes, omnibus et singulis priuilegiis, fauoribus, gratiis, concessionibus, indulgentiis et indultis, tam spiritualibus quam temporalibus, quibus fratres dicti ordinis minorum in illius domibus commorantes vtuntur, potiuntur et gaudent, vti potiri et gaudere libere et licite valeatis, tenore presentium facultatem concedimus, vobisque et dictis religiosis pariter indulgemus. Non obstantibus apostolicis, ac prouincialibus et Synodalibus Constitutionibus et ordinationibus, necnon ecclesiarum, ciuitatum, prouinciarum, ordinum et monasteriorum quorumcunque, etiam juramento, confirmatione apostolica, vel quauis firmitate alia roboratis, statutis et consuetudinibus, priuilegiis quoque, indultis et litteris apostolicis, illis ac quibusuis aliis, sub quibus verborum formis et clausulis, etiam derogatoriarum derogatoriis, aliisque fortioribus efficatioribus et insolitis, irritantibusque et aliis decretis concessis, confirmatis et etiam iteratis vicibus innouatis, etiam Marimagno, aut bulla aurea, vel alias nuncupatis, quibus omnibus illorum tenores, ac si de verbo ad verbum insererentur, presentibus pro plene et sufficienter expressis habentes, illis alias in suo robore permansuris, hac vice dumtaxat specialiter et expresse derogamus, ceterisque contrariis quibuscumque.

Datum Rome, apud Sanctum petrum, sub sigillo officii penitencia-

rie, VIII Kalendas Maii, Pontificatus domini Pauli pape tertii Anno Tertio [1].

Breve da Penitenciaria Apostolica.

1537 — Maio 18.

Antonius, miseratione diuina tituli sanctorum Quattuor Coronatorum presbiter Cardinalis, Serenissimo portugallie et Algarbiorum Regi Illustri Salutem in domino.

Ex iniuncto nobis a sede apostolica seruitutis officio ad ea libenter intendimus, per que diuinus cultus vbique incrementum suscipiat et christifidelium deuotio augeatur, eorumque animarum saluti salubriter in domino consulatur. Sane exhibita nobis nuper pro parte vestra petitionis series continebat quod, cum in partibus Indie, et forsan Ethiopie, Arabie, persie, diuina fauente clementia nuper vestre ditioni adiectis, ob diuersitatem climatis earundem partium, dies, quo solennis festiuitas sacratissimi Corporis christi ex vniuersali instituto ecclesie celebratur, in hiemale tempus incidat, ideoque cum debitis cerimoniis eaque qua decet solennitate eo tempore celebrari nequeat, desideratis festiuitatem eandem in aliud tempus, quo absque hiemis impedimento conuenientius et decentius celebrari possit, transferri; Cumque partes predicte a Regno vestro portugallie nimium remote, ac in illis etiam Ciuitates et oppida ac prouincie inter se valde distent, eoque fiat vt difficile aut ex dicto vestro Regno portugallie ac illas partes, aut ex aliquo earundem partium loco siquis ibi resideat Catholicus Antistes ad alia loca distantia accedere, et in illis ornamenta ecclesiarum diuino cultui necessaria benedicere, ipsasque ecclesias et cimiteria, humani sanguinis vel seminis effusione polluta, reconciliare valeat; ac propterea oleum sanctum quolibet anno vbique confici aut confectum ex dicto vestro Regno portugallie ob nauigationis difficul-

[1] *Em transumpto do Vigario geral de Lisboa, de 30 de Janeiro de 1538, no* Arch. Nac., Maç. 15 de Bullas, n.° 14. *Nas costas do documento lê-se a nota seguinte:* Trelado da bula, que o bispo de goa dom Johão d alboquerque leuou pera a India das faculdades que se concederam das que se pediam: e estas que se concederam sam ao bispo que ora he em sua vida, e a seus subcesores per xx anos somente (*sic*).

tatem eo aduehi nonnunquam iuxta Juris dispositionem haberi non possit, singulis Rectoribus ecclesiarum dictarum partium ornamenta predicta benedicendi, et ecclesias ac cimiteria polluta reconciliandi, vel nouiter erectas et erecta benedicendi, necnon oleo sancto ex portugallia adducto per Quinquennium, aut per aliquem Antistitem in illis partibus confecto et consecrato per Triennium, vtendi licentiam concedi; Insuper cum sepe contigat aliquos in partibus predictis orthodoxam fidem abnegare, et postmodum diuina inspiratione resipiscentes ad eandem fidem reuerti, ac quamplures turchas et Mahumetam seu alterius cuiusuis erroris sectatores ad dictam fidem conuerti, nec ad sedem apostolicam aut ab ea in dicto vestro Regno portugallie pro his semper recursus haberi possit, eisdem Rectoribus ecclesiarum partium earundem redeuntes ad fidem christi recipiendi et absoluendi, ac in pristinum et eum, in quo antea erant, statum in omnibus et per omnia reponendi et restituendi, plenam et liberam facultatem tribui: Super quibus supplicari fecistis humiliter vobis, dictarumque partium populis vobis subiectis, per sedem eandem de opportuno remedio misericorditer prouideri. Nos igitur, laudabilia desideria vestra huiusmodi in domino commendantes, volentesque ea fauore, vt tenemur, prosequi gratioso, auctoritate domini pape, cuius penitenciarie curam gerimus, et de eius speciali et expresso mandato super hoc viue vocis oraculo nobis facto, omnibus et singulis venerabilibus in christo patribus dei gratia Episcopis illarum partium ad vos successoresque vestros nunc et pro tempore spectantium, vel eorum in spiritualibus vicariis generalibus nunc et pro tempore, vt cum eorum respectiue cleri et populi consilio dictam festiuitatem sacratissimi Corporis christi in aliud tempus, quo absque hiemis impedimento cum debitis solennitatibus et cerimoniis decenter celebrari queat, transferre possit; Quodque hi, qui festiuitatis sic translate celebrationi interfuerint, omnes et singulas indulgentias et gratias, quas, si die ab vniuersali ecclesia statuto illi interessent, consequerentur, consequantur, illisque pariter gaudeant; ac omnibus et singulis Rectoribus pro tempore ecclesiarum earundem partium vt vestes, cruces, imagines, et alia ornamenta ecclesiastica quecunque diuino cultui necessaria et opportuna, in eorum respectiue ecclesiis, citra tamen calices et patenas, benedicere; ac ipsas ecclesias, Cappellas et Cimiteria, humani sanguinis vel seminis effusione pollutas et polluta, vel nouiter erectas et erecta, cum aqua per aliquem Episcopum, seu absente Episcopo per aliquam personam in digni-

late ecclesiastica constitutam, seu Rectorem alicuius parrochialis ecclesie curam animarum acta exercentem, benedicta, et aliis adhibitis opportunis rituque et more solitis debite obseruatis, vbique aliquis Catholicus Antistes presens in loco non fuerit, reconciliare et benedicere, ac oleo sancto ex portugallia adducto per quinquennio, et si illis partibus aliquis Catholicus Antistes, qui illud nouum conficiat, existat, per Triennium, vti ; Necnon quoscunque, qui sacrum baptisma semel susceperint, et veram christi fidem abnegantes et ad eandem postmodum redeuntes, ab heresi, quam propterea incurrerunt, quotiens in eam quouis modo lapsi fuerint, et a quibuscunque aliis maculis et labibus, quibus huiusmodi occasione aspersi et notati fuerint, absoluere, et ad gremium sancte matris ecclesie, ac in pristinum et eum, in quo antea erant, statum, in omnibus et per omnia reponere et restituere, eisque pro modo culpe penitentiam salutarem iniungere, possint et valeant, dummodo ea, que per Episcopum quando est presens sunt exequenda, in locis in quibus Episcopus presens sit non exequantur, licentiam plenamque et liberam facultatem concedimus. Non obstantibus apostolicis, ac in prouincialibus et Synodalibus Conciliis editis, generalibus vel specialibus Constitutionibus et ordinationibus, ac statutis et Consuetudinibus, Ceterisque contrariis quibuscunque.

Datum Rome, apud Sanctum petrum, sub sigillo officii penitentiarie, XV Kalendas Junii, Pontificatus domini Pauli pape III anno tertio [1].

Bulla do Papa Paulo III.

1537 — Julho 12.

Paulus episcopus seruus seruorum dei Ad futuram rei memoriam.

Considerantes et animo reuoluentes quod impiissimus Turcharum tyrannus, non contentus quod superioribus annis Belgradu, quod non modo regni Vngariae sed etiam totius christianitatis solidum antemurale erat, expugnauerit, et deinde insulam et ciuitatem Rhodi, que totius orientalis

[1] *Transumpto de 30 de Janeiro de 1538, no* Arch. Nac., Maç. 13 de Bullas, n.° 27.

maris quasi custodia et ianua quedam erat, in potestatem suam redegerit, ac postmodum totum Vngariae regnum deuastauerit, et subsequenter ciuitatem Viennensem, quae caput Archiducatus Austriae extitit, seua et longa obsidione oppresserit, ac in eius agro et locis illi uicinis innumera damna intulerit, ac demum, paulo ante decessum pie memorie Clementis Pape VII, praedecessoris nostri, insignem pyratam, Barbarrossam nuncupatum, ad occupandum Tuneti regnum cum ingenti classe destinauerit, qui ipsum regnum postea occupauit, et adhuc occupatum teneret nisi uirtute charissimi in Christo filii nostri Caroli, Romanorum Imperatoris semper Augusti, qui illuc ad hoc se personaliter contulit, viriliter expulsus esset: Considerantes etiam quod in presentiarum idem Tyranus, his non contentus, sed tot uictoriis aduersus Christianos reportatis elatus, ad Siciliae Citrapharum regnum maximam triremium et aliorum nauigiorum quantitatem cum magna militum manu misit, ibique iam quamplures terras ferro et igne deuastauit, multis Christianis occisis seu in miseram seruitutem redactis, et in dies ad ulteriora procedere non cessat, ea intentione, vt ab exploratoribus fidedignis intellectum est; ut almam Vrbem, beati Petri et Romanorum Pontificum peculiarem sedem totiusque christiani orbis caput, ac demum uniuersam Italiam, Qua subiecta facile residuum christianitatis sibi subiicere posse antiqua historiarum documenta nos edocent, in miseram seruitutem reducere possit, ac tandem christi nomen sanctissimum una cum illius cultoribus toto orbe, nisi quantotius eius occurratur furori, delere penitus moliatur: Nos, uices saluatoris nostri Jesu christi, qui pro redemptione humani generis a miserabili Sathane seruitute se in precium immolando non abnuit vt nos sui regni celestis efficeret possessores, licet immeriti gerentes in terris, vigilis more pastoris, quibus possumus mediis cunctorum fidelium mentes pro instantis temporis necessitate ad eiusdem catholicae fidei defensione, et ut morbo tantum inualescenti et uirus suum dilatanti et diffundenti congruum antidotum exhibere, ac omnia nobis possibilia ad resistendum eisdem Turchis peragere continue non cessamus, parati pro defensione huiusmodi, si opus fuerit, illius exemplo cuius (ut praefertur) uices gerimus, proprium effundere sanguinem, et incommoda quaecunque subire. Sed cum ad tantae rei molem perferendam nostrae et eiusdem Romanae ecclesiae facultates non suppetant, propter ipsius rei, quae aduersus nos paratur, magnitudinem, et cum ab his christianis principibus, qui promptius subsidium nobis minis-

trare possent, illorum animis adeo in mutuam sui rerumque suarum prosequutionem et defensionem intentis et occupatis, ut nemo ad id satis facultatem habere existimet, ea subsidia, quae alias ipsi Principes praedecessoribus nostris etiam ultro offerre et prestare consueuerunt, expectare non ualeamus, ac aerarium sedis apostolicae ex preteritis calamitatibus atque ruinis et bellis ita exaustum sit ut uix habeamus unde ordinarii sumptus sustineri possint: Et licet tam laicis in ciuitatibus terris oppidis et locis nobis et sanctae Romanae Ecclesiae in temporalibus subiectis, quam clericis in tota Italia existentibus, ultra alias impositiones, quas praefatus Clemens predecessor paulo ante eius obitum imposuerat, certa onera propterea imposuerimus; Cum tamen ualde exigua pecunia rei magnitudine considerata expectari possit, ne ob defectum pecuniarum, quae neruus belli semper extiterunt, imparati offendamur, cogimur ad aliorum christifidelium, presertim clericorum, qui in regnis et dominiis aliorum Principum, quorum erga dictam fidem deuotionem et erga christianam religionem pietatem ipsa sedes experta est, et refugium recurrere. Matura igitur cum venerabilibus fratribus nostris Sanctae Romanae ecclesiae Cardinalibus super hoc deliberatione prehabita, de eorundem fratrum consilio, Duas decimas prouentuum ecclesiasticorum secundum uerum ualorem annuum quarumcunque cathedralium, etiam metropolitanarum, ac parrochialium, aliarumque ecclesiarum, necnon monasteriorum, prioratuum, praeceptoriarum, Praepositurarum, Dignitatum, personatuum, Administrationum et officiorum, ac canonicatuum et prebendarum, ceterorumque beneficiorum ecclesiasticorum, ac hospitalium, preterquam in quibus hospitalitas actu obseruatur, ac aliorum piorum locorum cum cura et sine cura saecularium; ac etiam Sancti Benedicti, Sancti Augustini, Cisterciensis, Cartusiensis, Premonstratensis, Cruciferorum, Sancti Hieronymi, et aliorum quorumuis ordinum, Necnon Cassinensis, alias Sanctae Justinae Montisoliueti, Sancti Saluatoris et Lateranensis, aliarumque Congregationum regularium; necnon quarumuis militiarum, tam virorum quam mulierum, etiam mendicantium, ex priuilegio uel alias bona immobilia sub certos redditus habentium, a singulis venerabilibus fratribus nostris Patriarchis, Archiepiscopis, Episcopis, ac dilectis filiis electis Administratoribus, Abbatibus, Prioribus, Prepositis, Prelatis, Capitulis, Conuentibus, Clero et personis ecclesiasticis, secularibus et regularibus, quorumuis ordinum, etiam mendicantium, ex priuilegio uel alias bona stabilia,

ut prefertur, possidentibus, aut certos redditus percipientibus, pro rata bonorum seu reddituum eorundem, necnon congregationum ac mulierum omnium exemptis et non exemptis, Dilectis filiis Magistro, Prioribus, Praeceptoribus, ac fratribus domorum hospitalis Sancti Joannis Hierosolymitani, ac Domini nostri Jesu christi, Cisterciensis, et Militiae Sancti Jacobi et de Auis Sancti Augustini ordinis, qui se et sua contra hostes ipsius christianae fidei iugiter exponunt, ac clericis in prouentibus ecclesiasticis ultra ualorem vigintiquatuor Ducatorum auri de Camera annuatim non habentibus, duntaxat exceptis, huiusmodi fructus redditus et prouentus in Portugalliae et Algarbiorum regnis, quae charissimus in Christo filius noster Joannis, ipsorum Regnorum Rex Illustris, possidet, habentibus et percipientibus, ac infra annum proxime futurum habituris et percepturis, etiam exemptis, et quantumcunque priuilegiatis, infra annum a Data presentium computandum, in terminis ac locis et modis per dilectum filium nostrum Hieronymum Ricenatem de Capite ferreo, nostrum et apostolicae sedis in dictis regnis Nuntium, quem super praemissorum omnium executione, cum plena libera et omnimoda facultate que circa praemissa fuerit necessaria et opportuna faciendi, nostrum et apostolicae sedis Commissarium constituimus et deputamus, ordinandis et declarandis, persoluendas, Ac per Nuntios et Collectores ac Subcollectores, uiros utique prouidos ac fide et facultate locupletes et solertes, per ipsum Nuntium et Commissarium deputandos et ordinandos, exigendas et leuandas, ac in praemissum fidei tam coniunctum sanctum tamque necessarium opus, videlicet, defensionis fidei et fidelium eorundem aduersus ipsos perfidissimos Turchas, et non alios usus, omnino conuertendas, auctoritate apostolica tenore presentium imponimus, et impositas esse, ipsosque Patriarchas, Archiepiscopos, Episcopos, electos, Administratores, Priores, Praeceptores, Praepositos, Prelatos, Capellam, Conuentus, Clerum et personas ecclesiasticas, ad earundem solutionem iuxta illarum impositionem huiusmodi efficaciter obligatos fore, et ad illius solutionem censuris et poenis ecclesiasticis, etiam interdicti appositione, et omnibus aliis iuris et facti remediis, cogi et compelli posse, Ac omnes et singulos pensionarios seu eos quibus loco pensionum fructus in toto uel in parte reseruati sunt, cuiuscunque conditionis existant, militibus praefatis ex causis praemissis exceptis, ad huiusmodi decimae prestationem in omnibus et per omnia, per inde ac si illa nominatim ac specialiter et expresse imposita fuissent

clausulis et decretis in litteris apostolicis reseruationum pensionum huiusmodi appositis, etiam quod dictae pensiones ab omni decima subsidio, etiam charitatiuo, et quouis alio onere, tam ordinario quam extraordinario, quauis auctoritate apostolica, etiam pro expeditione Turcharum, tam defensiua quam offensiua, et contra alios infideles, aut reipublicae christianae ab illorum conatibus quauis defensione, ac etiam pro recuperatione terrae sanctae, seu Fabrica basilicae Principis Apostolorum de Vrbe, uel pro aliis necessitatibus, etiam si saeculari instantia seu quacunque alia excusabili causa a Romano Pontifice pro tempore existente, etiam Motu proprio et ex certa scientia, imposito et imponendo exemptae sint disponentibus nequaquam obstantibus, teneri et efficaciter astrictos esse, et si pensiones seu fructus reseruati huiusmodi exemptae seu exempti fuerint, Praelati seu Rectores ecclesiarum, monasteriorum, beneficiorum, super quorum fructibus seu quorum fructus reseruatae seu reseruati existunt, nisi pro rata seu parte fructuum, quibus potiuntur et gaudent, grauari non posse, caeteris uero pensionibus seu fructuum reseruationibus non exemptis, ipsos titulares pensionariorum suorum, seu quibus fructus sunt reseruati, si forsan ipsi essent in mora, satisfacere posse, Ac libere postmodum sua propria auctoritate penes seu pro se totum illud, quod ipsis pensionariis, seu pro eis quibus fructus huiusmodi sunt reseruati, persoluerint, retinere posse, decernimus et declaramus. Et insuper uolumus quod huiusmodi decimae, postquam collectae fuerint per Nuntios et Collectores et subcollectores praefatos, penes personas fide et facultatibus idoneas, per ipsum Nuntium et Commissarium eligendas, cum conditionibus cautelis et obligationibus necessariis, deponantur ad hoc ut in huiusmodi sanctum opus iuxta rei exigentiam conueniri possint. Caeterum, volentes illos, quos Dei timor a malo non reuocat, saltem formidine poenae et publica disciplina compescere, omnes et singulos cuiuscunque dignitatis, status, gradus, ordinis uel conditionis fuerint, etiam si Pontificali dignitate potiantur, qui de huiusmodi exigendis decimis aliquid usurpare siue distrahere, aut illas exigendo colligendo uel conseruando fraudem aut deceptionem aliquam committere, maliciose persumpserint, maioris excommunicationis sententia, ac etiam priuationis beneficiorum suorum, quae obtinent, necnon inhabilitatis ad illa et alia obtinenda, sententias censuras et poenas incurrere uolumus ipso facto, et ab eadem excommunicatione ab alio, quam a Romano Pontifice, praeterquam in mortis ar-

ticulo, beneficium absolutionis nequeant obtinere. Et nihilominus Nuntiis, et Collectoribus ac subcollectoribus per Nuntium et Commissarium praefatum deputandis, vt illos de prouintiis, ciuitatibus et diocesibus, in quibus deputati fuerint, quos ex defectu non factae solutionis huiusmodi duntaxat excommunicationis suspensionis et interdicti sententias incurrere fortasse contigerit, ab eisdem post satisfactionem debitam, facta prius fide ipsis Nuntiis et Collectoribus ac subcollectoribus de satisfactione praedicta, absoluere, et cum eis super irregularitate, si qua sint ligati, non tamen in contemptum clauium, diuina celebrando seu illis se immiscendo contraxerint, dispensare; Necnon eisdem Nuntio et Commissario ut ab eo deputandos Nuntios et Collectores et subcollectores, qui in huiusmodi Collectoris uel subcollectoris officiis negligentes fuerint uel remissi, aut alias mutiles uel suspecti, absque processu aliquo, ab huiusmodi officiis quoties opus fuerit pro ipsius nutu amouere, et prout qualitas excessuum exegerit corrigere et punire, ac alium seu alios eorum loco surrogare et deputare, similiter ualeat, plenam et liberam facultatem concedimus. Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis, ac ecclesiarum, monasteriorum, Prioratuum, ordinum, congregationum et militiarum huiusmodi, iuramento, confirmatione apostolica, uel quauis firmitate alia roboratis, statutis, consuetudinibus, stabilimentis, usibus et naturis, necnon quibusuis priuilegiis, indultis, exemptionibus, etiam in corpore iuris clausis, immunitatibus et litteris apostolicis, quibusuis Dignitatibus, Capitulis, Conuentibus, ac etiam singulis praedictis ordinibus, congregationibus, Militiis et Conuentibus, generaliter uel specialiter, sub quacunque forma et uerborum expressione, ab eadem sede concessis, quibus omnibus ac litteris reseruationum pensionum et fructuum huiusmodi, etiam si de illis eorumque totis tenoribus de uerbo ad uerbum mentio seu quaeuis alia expressio habenda foret, et in eis caueatur expresse quod per huiusmodi generales clausulas, etiam specialem mentionem importantes, eis derogatum non censeretur, nec derogari uideretur, nisi sub certis modo et forma in eis expressis, tenores huiusmodi pro sufficienter expressis habentes, illis alias in suo robore permansuris, hac uice duntaxat specialiter et expresse derogamus, ceterisque contrariis quibuscunque. Aut, si Patriarchis, Archiepiscopis, episcopis, clericis, Administratoribus, Prioribus, Praeceptoribus, Prepositis, Capitulis, Conuentibus, Clero et personis prefatis, uel quibusuis aliis communiter uel diuisim, ab eadem sit sede in-

dultum quod ad solutionem uel prestationem alicuius subsidii uel Decimae minime teneantur, et ad id compelli, aut quod interdici suspendi uel excommunicari, siue propterea priuari, non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam, ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi, ac eorum personis locis ordinibus et nominibus propriis, mentionem, et quibuslibet aliis priuilegiis, indulgentiis et litteris apostolicis, generalibus uel specialibus, quorumcunque tenorum existant, per quae presentibus non expressa uel totaliter non inserta effectus earum impediri ualeat quomodolibet uel differri, et de quibus quorumque totis tenoribus habenda sit in nostris litteris mentio specialis, Quae quoad praemissa uolumus aliquatenus suffragari. Vt autem presentes ad omnium notitiam deducantur, eas in duarum aut trium cathedralium, aut aliarum ecclesiarum, per ipsum Nuntium et Commissarium eligendarum, ualuis affigi seu appendi facimus, quae se suo quasi sonoro preconio et patulo iudicio publicabunt vt hi, quos praemissa contingunt, quod ad ipsos non peruenerint aut ea ignorauerint, nullam possint pretendere seu ignorantiam allegare, Cum non sit uerisimile quo ad ipsos remanere incognitum, quod tam patenter omnibus extitit publicatum. Caeterum, quia difficile foret presentes ad singula quaeque loca, in quibus expediens foret deferri, volumus et apostolica auctoritate predicta decernimus quod earundem presentium transsumptis, manu alicuius Notarii subscriptis et sigillo alicuius curiae ecclesiasticae, aut personae in dignitate ecclesiastica constitutae, munitis, ea prorsus fides in iudicio et extra in omnibus et per omnia adhibeatur, que ipsis presentibus adhiberetur, si forent exhibitae uel ostensae. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostrae constitutionis, deputationis, impositionis, concessionis, declarationis, derogationis, uoluntatis et decreti infringere, uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attentare presumpserit, indignationem omnipotentis dei, ac beatorum Petri et Pauli Apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Romae, apud Sanctum marcum, Anno Incarnationis Dominicae Millesimo quingentesimo trigesimo septimo, Quarto Idus Julii, Pontificatus nostri anno Tertio [1].

[1] *Inserta no breve da Camara Apostolica, de 22 de novembro de 1539, no* Arch. Nac., Maç. 10 de Bullas n.° 22.

Carta de Pedro de Souza de Tavora a el-Rei.

1537 — Julho 19.

Senhor — Esperando de cada dia acabar despedir estes despachos, que Vossa Alteza me tem enuiados, e os enuiar com ho moniz, que trouxe muita parte delles, fazia conta de com elle escreuer sobre tudo largamente; todauia, offerecendo se outro primeiro mesejeyro nestes tempos, em que sempre ocorrem nouidades e cousas, que eu creo que Vossa Alteza folgará entender, direi o que a breuidade do tempo me der lugar.

Ho viso Rey de napoles avisou aquy ao papa como o turco, aos oito deste, era chegado a velona com trezentas velas, e esperaua outras cento e cincoenta: e em tanto andaua á caça. E ontem chegou aqui aviso d ancona conforme a isto, e mais disse que erão aribados trezentos Camelos á mesma velona com armas e outros pretechos. Ho exercito de terra he cento e cincoenta mil caualos, e a gente de pee huma cousa sem conto; e que trazem tres mil bocas d artelharia em suas carretas, antre artelharia de campo e outra grossa pera combater lugares. Este exercito se affirma que hyrá a uolta de Esclauonia e friuol, terra de Venezeanos: outros dizem que hyrá contra Vngria. E alguuns querem affirmar que he este exercito tão grande que poderá tomar seguramente estas duas empresas e sayr com ellas. Da armada tão pouco não se sabe certo onde dará: em genoua se fortificão e se temem muito; e asy em todolos pontos de cizilia, e reyno de napoles, e em Ancona. E porem agora s escreueo aqui de napoles como ho visorey era partido a gram furia com dous mil homens pera brindisi, que he huma cidade que tem hum porto muy capaz e bom, porque se entendia que a armada do turco daria sobre elle: e mais se dizia que o Alcayde s entendia com ho mesmo turco. Não pode tardar muito que não venha alguma gram noua d aribada desta armada turquesca: praza a deos que seja de sua destruição. Ho campo dos francezes se refez e engrosou alguma cousa mais em piamonte, e os imperiaes leyxarom a Aste, a qual agora dizem que os franceses ocuparom logo que os spanhoes se partyrom. E porem ategora, em todas as esca-

ramuças e arebates, que antre os huuns e os outros ouue, sempre os Imperiaes forom superiores.

De frandes creo que ja Vossa Alteza terá sabido como os framengos fizerom huum campo de vinte mil peoẽs e sete mil caualos, gente muy luzida e com muita e boa artelharia. Derom em Sampo, que estaua pellos franceses, onde auia tres mil infantes e cento e cincoenta lanças, e a baterom e tomarom por força, e depois a arrasarom. Ali forom tomadas algumas pessoas de conto, antre os quaes nomeão ho preuoste de paris, e huum Rey de tyfe tafe, que nunca de tal Rey tyue noticia, nem elle anda no qualandayro. E daly forom mais adiante, e se lhes deu huma boa cidade d aquellas partes, que chamam mostrul, onde estaua ho parlamento de picardia. E dy se dezia que hyrião sobre bolonha, donde foy conde vosso antecessor elrey dom Anrique *(sic)*. De maneira que ategora os framengos se tem bem vingado da tomada de hedim, a qual fazem conta de recuperar e tomar á fome, porque lhe tem tomados todos os lugares donde lhe podem vyr mantymentos: e asy esperão oito mil spanhoes, que, se lhes vem, darão bem que cuydar a franceses. Ho Emperador tem enuiado a estas partes credito de hum milhom e dozentos mil ducados, donde se cree que elle passará a ellas depois que la fizer suas cortes. E de Ingraterra hum seu embaixador mendoça, que está n aquella corte, escreue que as cousas vam la muito ao preposito do Emperador; e grandes esperanças de aquelle Rey se reduzir á verdadeira religião nossa. E do casamento do Iffante dom luys com sua filha ho dizem e affirmão por concruydo, não somente os imperiaes, mas tambem os franceses: e ainda que todos quaisy concruem nas condições destes casamentos, no modo do representalas são descordes, porque os franceses dizem que ho Emperador, por se ysto concruyr, consente que a filha d elrey, sua prima, seja decrarada por yligitima; os Imperiaes negão isto, e dizem que ho emperador, por comprazer a elrey d ingraterra, por ventura consentyrá que esta sua prima renuncie á sucesão do reyno de Ingraterra. As outras condições não refyro porque, se algo he, Vossa Alteza as terá muito milhor sabido: somente toquei ysto por dizer ho sonsonete dos huuns e dos outros. Eu, em algumas praticas que me achey, tenho dito que não creo que Vossa Alteza consinta que o Iffante faça este casamento com nenhuma condição de bastardia; nem menos creo que, ainda que ho Emperador quisesse, nem ella mesma, lhe poderão tyrar ser ella ligitima, por-

que, ainda os doutores, que escreuerom nesta causa d yngraterra contra a rainha, que deos tem, vossa tya, disserom que, posto que o casamento antre ella e elrey fosse ynvalido, esta sua filha era ligitima polo casamento ser feyto bona fide, e não ha quem a isso contradiga. Nas cousas do Concilio, e no lugar e tempo delle, todauia ho papa fala em seus consistorios, posto que as do turco estem tão quentes, e as dos principes christaõs tão mal despostas. E élrey de França fez que se dissesse ao papa de sua parte que se marauilhaua, estando as cousas nos termos em que estão, cuydar Sua Santidade que se poderia fazer concilio, a que viessem os que deuião entreviir; porem que, pois tanta vontade tynha, se o quisesse fazer em lyom de França, que hy poderião seus prelados vyr. E com tudo ho papa manda chamar todos os Cardeaes: e porem não se cree que os que estão longe queyrão nem possão vyr, e os de Castella diz que tem respondido que, estando as cousas da maneira que estão, Sua Santidade os aja por escusados. Ho papa tambem emtende em fortificar estes seus portos e esta cidade; e nisto, e em fazer tyrar dinheiros pera isso, he tão ocupado, que todas as outras Espediçoẽs, que com elle se hão de fazer, são muito longas. Folgou de saber ho recebimento e gasalhado e bom trato, que la se faz ao seu nuncio; e tanto mais, quanto ca avia alguma sospeita do contrayro. E veo esta noua a muy bom tempo pera o Cardeal Santiquatro poder outer ho indulto do Iffante dom Anrique em sua vida.

Estes dias passados se deu aqui a obediencia d elrey de polonia por huum fidalgo de sua casa, que veo a ysso asaz priuadamente, escusando se que seu rey estaua la muy empedido em guerras, e que os caminhos pera outras embaixadas pomposas erão muy perigosos. Sobre ysto escreuerey mais de vagar a Vossa Alteza, cuja vida e real estado nosso senhor acrecente e conserue com toda a prosperidade que deseja.

De Roma, XIX de Julio, 1537 — *Pero de sousa de tavora*[1].

[1] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. I, Maç. 59, Doc. 11.

Carta de Pedro de Sousa de Tavora a el-Rei.

1537 — Julho 19.

Senhor — Depois de ter scrito a Vossa Alteza as nouas geraes destas partes, sobreueo huum caso muito mais particular para o deuer avisar, e he que hum aluaro madeira, natural de Sousel, chegou aqui, e me disse que vinha da India, e sua vinda conta que foy desta maneira. Que elle foy *preso*, com *hum manuel* de meneses, *em* Xael; e elrey de Xael o mandou, com outros XXXIIII portugueses, ao gram turco em prezente, e leuou os per seu mandado hum turco, que veo de Diu em huma nao, com licença de nuno da cunha, o qual os entregou ao capitão do Cayro. E este capitão se enformou quaes destes portugueses erão mais praticos na India, e antre elles escolheo este Aluaro madeira e a hum diego martins, christaõ nouo, e os mandou ao gram turco pellas postas a costantinopra, onde ho gram turco se enformou largamente das cousas da India deste Diego martins, por lhe dizerem que era piloto. E depois forom entregues a hum Joham francisco Justiniano, Venezeano, que ja esteue em portugal, de que ho gram turco faz gram conta pera as cousas da India. E logo então, que podião ser XV dias de outubro passado, despachou ho turco solymam bassa pera que fosse fazer prestes a armada, que tem em Çuez, pera irem contra a de Vossa Alteza. A qual armada he de sesenta galees, e sete ou oito galleões, que lhe mandou elrey de Cambaya depois de Diu ser tomado: com os quaes galleões veo huum embayxador do mesmo Rey de Cambaya, e leuou ao gram turco huum gram seruiço de dinheiro, que segundo emtendeo serião quatro milhões d ouro, e isto pera que ho gram turco ho socorresse contra Vossa Alteza *com aquella armada e com gente, com que lhe* pedia trinta mil homes, dizendo que o concerto, que fizera com os de Vossa Alteza sobre diu, fora pera mais os descuydar com crerem que, tendo diu, tinhão a India segura, e pera nesse meo o gram turco poder fazer sua armada prestes com aquella gente que mandaua pedir; e que elle lhe daria ho porto de çurrate ou Cambaiete, onde se poderião acolher sem ho saberem os de Vossa Alteza; e que de-

pois que os turcos la fossem elle lhe daria diu, e os portugueses que hy estevessem : e asy lh enuiou pilotos mouros. Com a qual embaixada ho turco muito folgou, crendo que per esta uia poderia conquistar a India; e por tanto logo mandou fazer a armada e a gente prestes, e asy mandou que se reteuessem todas as naos, que viessem da India a Judá e a meca, pera que leuassem gente e mantimentos pera esta armada. E depois desto, neste mes de março ora passado, despachou ho turco por capitão geral desta empresa huum seu cunhado, irmão de huma de suas molheres, de que lhe não lembra ho nome, e por capitão do mar huum mouro capitão das gallees d alexandria, e ao Johão francisco justiniano mandou que fosse por sobreentendente e conselheyro e como piloto moor, e com elles se tornou ho embaixador d elrey de cambaya. E, como acima se disse, estes Aluaro madeira e diogo martins hyão em poder do Justiniano, e partyrom de costantinopra dia de pascoa. E o diego martins se tornou mouro. E asy forom ter a ilha de Xio, que he dos genoueses, tributayra ao turco, onde este aluaro madeira teue despozição de fugir, e com muita difficuldade veo ter aqui pera passar ho mais prestes que poder em portugal, e dar estas nouas a Vossa Alteza, posto que diz que de costantinopra escreueo por tres vias a Vossa Alteza, e deu as cartas a mercadores venezeanos. E neste meo que ho apercebo, porque elle vem muy destroçado, me pareceo necessario escreuer esta, a qual duplicarei por outras vias, e tras ella irá com ajuda de nosso Senhor o mesmo autor com toda a presteza possiuel.

De Roma, XIX de Julho, 1537 —*Pero de sousa de tauora.*

Diz este madeira que o preposito desta gente do turco he irem primeiramente sobre ormuz, e dy passarem a Cambaya. E diz mais que, segundo os mouções e o tempo pera se fazerem prestes, não podem sayr do estreyto de meca senão este feuereyro que vem [1].

[1] ARCH. NAC., Corp. Chron., Part. I, Maç. 59, Doc. 12. *As palavras em italico estão comidas da tinta.*

Carta de Pedro de Sousa de Tavora a el-Rei.

1537 — Julho 29.

Senhor — Aluaro madeyra, portador d esta, me disse algumas cousas que julguey ser seruiço de Vossa Alteza, não soomente escreuer lhas, como ja tenho feyto, mas tambem que ho mesmo lhas fosse dizer; e por tanto ho remediey d algumas cousas necessarias, e lhe dey espesa para ho caminho. Delle entenderá ho mais, e de my que me pareceo hum muito fiel e bom vasallo de Vossa Alteza, em que bem caberá toda merce. Praza a nosso Senhor que ho leue a saluamento, e a uida e real estado de Vossa Alteza acrecente e conserue com toda a prosperidade que deseja.

De Roma, 29 de Julho, 1537 — *Pero de Sousa de tavora* [1].

Bulla do Papa Paulo III dirigido a el-Rei.

1537 — Agosto 24.

Paulus episcopus seruus seruorum dei Carissimo in christo filio Johanni, Portugallie et Algarbiorum Regi illustri, Salutem et apostolicam benedictionem.

Gratie diuine premium et humane laudis preconnium acquiritur, si per seculares principes ecclesiarum prelatis, presertim pontificali dignitate preditis, opportuni fauoris presidium et honor debitus impendatur. Hodie siquidem ecclesie Saphienis, tunc per obitum bone memorie Johannis, olim Episcopi Saphiensi, extra Romanam Curiam defuncti, pastoris solatio destitute, de persona dilecti filii Gundisalui, Electi Saphiensis, nobis et fratribus nostris ob suorum exigentiam meritorum accepta,

[1] Arch. Nac., Gav. 15, Maç. 19, n.º 39.

de fratrum eorundem consilio apostolica auctoritate prouidimus, ipsumque illi in Episcopum prefecimus et pastorem, curam et administrationem ipsius ecclesie sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur. Cum itaque, fili Carissime, sit virtutis opus dei ministros benigno fauore prosequi, ac eos verbis et operibus pro Regis eterni gloria venerari, Maiestatem tuam regiam rogamus et hortamur attente quatenus, eundem Gundisaluum Electum, et ecclesiam predictam sue cure commissam, habens pro nostra et dicte sedis reuerentia propensius commendatos, in ampliandis et conseruandis iuribus suis sic eos benigni fauoris auxilio prosequaris, quod ipse Gundisaluus Electus, tue Celsitudinis fultus presidio, in commisso sibi cure pastoralis officio possit Deo propicio prosperari, ac tibi ex inde perennis vite premium et a nobis condigna proueniat actio gratiarum.

Datum Rome, apud Sanctum marcum, Anno Incarnationis dominice millesimo quingentesimo trigesimo septimo, Nono Kalendas Septembris, Pontificatus nostri Anno Tertio [1].

Breve do Papa Paulo III dirigido a el-Rei.

1537 — Agosto 30.

Paulus Papa III Carissime in christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem.

Recepimus litteras Maiestatis tuae, die XXV Maii proxime preteriti Eborae datas, per quas eadem Tua Maiestas a nobis petit ut cum dilecti filii Cardinalis Portugallensis et Henricus electus Bracharensis, frates tui, caeterique regnorum tuorum Praelati, Episcopi, atque Abbates, qui, iuxta formam indictionis vniuersalis Concilii in virtute sanctae obedientiae, et sub vinculo praestiti iuramenti, ad dictum Concilium venire et personaliter interesse tenentur, partim ob aduersam valetudinem, partim uero ob

[1] Arch. Nac., Maço 17 de Bullas n.º 31.

temporum difficultates, ac multis aliis de causis, in dicto Concilio omnes adesse non possent, vellemus eis omnibus censuras huiusmodi obedientiae ac iuramenti prestiti tuo intuitu relaxare, totumque hoc negocium in tuam fidem reiicere, te postea eos electurum venturos, qui magis idonei et necessarii forent ut dicto Concilio interessent et causam catholicae fidei agerent. Cui quidem tuae Maiestatis desiderio ac petitioni libentissime satisfecissemus, nihil enim est quod fidei tam pii et tam catholici Principis non commetti posse credamus; Verum, fili carissime, ea sunt tempora, ea in hoc Concilio tractanda sunt, is est aduersariorum numerus, ea audacia, vt non facile paruus catholicorum numerus sufficere possit, plusque multitudo bene sentientium, quam causa ipsa, quam tuemur, profutura esse videatur. Boni itaque consulet Tua Maiestas si quod petit ei non concedimus, quando ob has rationes maiorem quam possumus bonorum numerum ex totius christianitatis locis, praesertim ab haeresibus intactis, sicut tua sunt regna, id quod cum tua magna laude libenter referimus, exquirere et coadunare cogimur; efficietque pro sua veteri et insigni pietate ut quotquot dictorum tuorum Regnorum Praelati ad ipsum Concilium venire poterunt, id eis cum tua bona venia libere facere liceat, vt etiam difficultatibus superatis, vna nobiscum et cum caeteris bene sentientibus pro tua tuorumque regnorum gloria et honore fidem Jesu Christi, Domini et Saluatoris nostri, aduersus impios asserere possint. Sicut in tua Maiestate, cui omnem optamus felicitatem, firmiter speramus, et Nuntius apud te noster tibi latius referet.

Datum Romae, apud Sanctum Marcum, sub annulo piscatoris, die XXX Augusti, MDXXXVII, Pontificatus nostri Anno Tertio — *Fabius Vigil*[1].

[1] ARCH. NAC. Maç. 7 de Bullas n.° 4, e Maç. 23, n.° 4.

Breve do Papa Paulo III dirigido a el-Rei.

1537 — Agosto 30.

Paulus papa III Carissime in Christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem.

Superioribus diebus cum clero vniuersae Italiae et ei vicinarum insularum Duas Decimas fructuum ecclesiasticorum, et nobis sanctaeque huic sedi temporaliter subditis diuersa alia subsidia imposuissemus, ut pro nostra virili Turcis Italiam inuadentibus obsisteremus, et huiusmodi subsidia ad tam acre bellum valde tenua ac parua essent, cogitaremusque, sicut vniuersa christianitas in hoc defendebatur, ita omnes christianos in defensionis partem assumendos esse, de clero etiam tuorum Regnorum fiduciam sumpsimus, eique duas similes Decimas imposuimus, dilectum filium Hieronymum Ricenatem, Nuntium apud te nostrum, illarum collectorem deputantes, prout ex aliis nostris sub plumbo expeditis literis tuae Maiestati latius constabit. Quamobrem, etsi id non minus tua pietate confisi quam nostro iure vtentes fecimus, nec dubitamus Maiestatem tuam suis etiam opibus, quando accidat, nos coadiuuaturam esse; nihilominus, pro nostra potius in eam paterna beniuolentia quam quod necesse esse arbitremur, Maiestatem tuam hortamur et requirimus ut eidem Nuntio collectori, et subcollectoribus ab eo deputandis, omni ex parte benigne adesse et fauere velit, ut dictae Decimae celeriter, sicut res postulat, exigi possint. In quo rem sua pietate ac probitate dignam, Deo sicut debitam ita acceptam, et nobis gratissimam faciet.

Datum Romae, apud Sanctum Marcum, sub annulo piscatoris, die XXX Augusti MDXXXVII, Pontificatus nostri Anno tertio — *Fabius Vigil.* [1].

[1] ARCH. NAC., Maç. 7 de Bullas, n.° 7.

Breve do Papa Paulo III.

1537 — Agosto 31.

Paulus tertius etc. Ad futuram rei memoriam.

Dudum a Nobis emanarunt litterae tenoris subsequentis: *(Segue o breve de* 20 *de julho de* 1535, *que publicámos a pag.* 220 *deste volume.)* Cum autem, sicut accepimus, a nonnullis plusquam oporteat sapere uolentibus asseratur patrocinium, auxilium, consilium et fauorem, de quibus in eisdem praeinsertis litteris mentio, solum de Aduocatis et Procuratoribus intelligi, et ipsis pro incarceratis tantum patrocinari licere, non posseque illis, contra quos super haeresi proceditur, pecunias uel alia auxilia subministrari: Nos, cupientes, ut par est, unicuique ad praemissam defensionem aditum patere, uolentesque omnia obstacula, per quae huiusmodi defensio impediri possit, tollere, motu proprio et scientia similibus per praesentes decernimus *et* declaramus Patres, fratres, filios, consanguineos, affines, amicos, et quascumque alias, etiam vtriusque sexus, personas, Christianam Religionem profitentes, pro ipsis conuersis ad fidem catholicam, eorumque descendentibus, tam ibidem praesentibus quam ab inde absentibus, quoties ipsos, uel eorum aliquem, de heresis et Apostasiae seu blasphemiae criminibus denunciari, inquiri uel accusari, seu alias publice uel occulte diffamari, seu propterea incarcerari contigerit, tam in judicio quam extra illud, patrocinari, consulere, sollicitare et procurare, ac patrocinium, defensionem, auxilium, opem, consilium et fauorem, tam in partibus illis quam in Romana Curia, et extra eam, ubique locorum praestare, ac pecunias et alia ad eorum defensionem necessaria subministrare; ipsosque patres, fratres, filios, consanguineos, amicos, et quascumque alias personas pro ipsis ad fidem conuersis sollicitantes, negotiantes, procurantes, subsidia et auxilia ministrantes, et aliis viis et modis a jure permissis eos quomodolibet defendentes, dummodo crimine huiusmodi accusati aut delati uel inquisiti seu publice diffamati non sint, pro fautoribus haereticorum huiusmodi haberi, teneri, uel reputari, neque inquiri, denuntiari, uel accusari, aut

alias molestari, nullamque praemissorum occasione infamiae notam aut inhabilitatis maculam, aut sententias, censuras et poenas in fautores haereticorum a jure statutas, aliquatenus incurrere: ac districtius inhibentes eisdem Archiepiscopis, Episcopis et aliis Praelatis, eorumque in spiritualibus et temporalibus Vicariis Generalibus, ac aliis Officialibus, necnon Inquisitoribus et Judicibus, quauis auctoritate et praeeminentia fulgentibus, sub excommunicationis, suspensionis et interdicti sententiis, et beneficiorum ac officiorum priuationis poenis, eo ipso si contrauenerint incurrendum, ne eosdem patres, fratres, filios, consanguineos, affines, amicos, et aliasque quascumque personas pro dictis ad fidem conuersis, ut praefertur, negotiantes eosque defendentes, quominus omnia et singula supradicta iuxta praesentium tenorem libere et sine aliquo impedimento facere et gerere possint, quouis quaesito colore impedire, perturbare, aut illos praemissorum occasione quomodolibet molestare, audeant uel praesumant. Joannem uero Regem praedictum in Domino hortantes et requirentes ut, pro sua in hanc Sacrosanctam Sedem deuotione et reuerentia, ipsos negotiantes et defendentes, quominus omnibus et singulis in praesentibus litteris comprehensis gaudere possint et ualeant, ab aliquibus impediri seu molestari non permittat uel consentiat. Decernentes quoque easdem praesentes litteras sub quibusuis reuocationibus, modificationibus, limitationibus et suspensionibus quarumcumque similium uel dissimilium litterarum, ac etiam per nos et Sedem eandem factis et faciendis, nullatenus comprehensas, sed ab illis semper exceptas esse, et quoties reuocatae uel limitatae fuerint toties in pristinum et eum, in quo ad praesens existunt, statum restitutas et reintegratas existere, et sic per quoscumque, tam ordinaria quam delegata et mixta auctoritate fungentes, iudices et personas ubique iudicari, cognosci et decidi debere, sublata eis et eorum cuilibet quauis aliter iudicandi, cognoscendi, decidendi et interpraetandi facultate et auctoritate, irritum quoque et inane quidquid secus super his a quoquam quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contigerit attentari. Et nihilominus eisdem Archiepiscopo Tranensi, et Pisauriensi, necnon Ferrariensi Episcopis, per easdem praesentes mandamus quatenus ipsi, uel duo aut vnus eorum, pro se, uel alium seu alios, auctoritate nostra faciant easdem praesentes litteras, et in eis contenta quaecumque, plenum effectum sortiri, omnesque, qui in ipsis praesentibus litteris comprehenduntur, earum effectu pacifice frui et gaudere, nec per-

mittant eorum quemlibet molestari, impediri aut inquietari, contradictores quoslibet et rebelles ac defensionem huiusmodi quomodolibet in dictis Regnis et extra impedientes, cuiuscumque dignitatis, status, gradus, ordinis uel conditionis existant, etiam per quascumque de quibus eis placuerit censuras et poenas, appellatione postposita, compescendo: non obstantibus constitutionibus et ordinationibus Apostolicis, ac omnibus illis, quae in eisdem praeinsertis litteris uoluimus non obstare, Caeterisque contrariis quibuscumque.

Datum Romae, apud Sanctum Marcum, sub annulo Piscatoris, die ultima Augusti, millesimo quingentesimo trigesimo septimo, Pontificatus nostri anno tertio [1].

Breve do Papa Paulo III, dirigido a el-Rei.

1537 — Outubro 18.

Paulus Papa III Charissime in christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem.

Prorogationem vniuersalis concilii, quam superioribus mensibus, cum Dux Mantuae suam ciuitatem per nos ad id electam concedere nobis noluisset, ut de alio loco maturius cogitare possemus, in Calendas Nouembris futuri fecimus, Tuae Maiestati tunc per alias litteras nostras significauimus, et de alterius loci electione nos significaturos polliciti sumus: cum uero nos deinde nullibi in Italia aut commodius aut liberius quam in Dominio venetorum ipsum concilium celebrari posse existimaremus, et plusquam medietas temporis prorogati elapsa iam foret, nec a te, cuius opinionem super hac noui loci electione rescire cupiebamus, sicut a Nuntio apud te nostro intelligere potuisti, aliquid certi haberemus, licet Turcae Italiam tunc inuadentes nos non nihil in hoc suspensos facerent, Dilectos filios Nobiles viros Ducem et Senatum venetiarum, apud quos vt vna nobiscum et cum Serenissimo Cesare, affine tuo, foedus contra Turcas inirent antea institeramus, requisiuimus vt vnam ex suis ciuitatibus,

[1] *Copia na* Bibliotheca d'Ajuda, Symmicta, Tom. 32, fol. 114.

quarum copiam habebant, ad celebrationem concilii nobis accomodarent, Qui, a veteri eorum in Deum pietate et erga christianitatem amore non discedentes, simul foedus ipsum percusserunt, simul vicentiam pro celebratione Synodi alacri animo nobis obtulerunt. Quod autem, etsi locum habebamus quem desyderaueramus, concilium ipsum in dictis calendis non inciperemus illud nos impediebat quod residuum temporis prorogati Principibus christianis, qui voluissent, et Praelatis, qui eidem concilio interesse debuissent, ad ueniendum vicentiam non sufficere arbitrabamur, ex quo factum est vt, de venerabilium fratrum nostrorum sanctae Romanae ecclesiae cardinalium consilio, dictam celebrationem in calendas Maii proxime venturi distulerimus: quam quidem dilationem Tuae Maiestati, sicut caeteris christianis Regibus et Principibus, per has nostras litteras significare voluimus, illam quanto possumus studio hortantes et in Domino rogantes vt, quando iam locus situ et positione conventuris commodus, hospitiis et annonae vbertate refertus, ac aeris temperie salubris, et nemini jure suspectus, nobis concessus est, velis eandem synodum, per quam catholicae fidei defensionem, incrementum religionis christianae, tot venenosarum heresum ardentium extinctionem, honorem summi Dei, et christianorum Principum gloriam, sperare omnes debemus, tua presentia, si poteris, uel saltem tuis oratoribus, exornare, curareque efficaciter vt tuorum Regnorum Praelati eidem celebrationi dicto tempore, in quo hanc sanctam Synodum in nomine Domini ac cum eius maxime auxilio ad eius gloriam et laudem omnino inchoare, et ipso Deo actus nostros dirigente ad finem perducere statuimus, intersint. Sicut Maiestatem Tuam pro sua veteri probitate ac pietate facturam esse non dubitamus.

Datum Romae, apud sanctum Petrum, sub Annulo Piscatoris, Die XVIII Octobris MDXXXVII, Pontificatus Nostri Anno Tertio — *Fabius Vigil.* [1].

[1] ARCH. NAC., Maç. 25 de Bullas, n.° 21.

Carta de Pedro de Sousa de Tavora a el-Rei.

1537—Novembro 15.

Não se tendo acerca do concilio innouado outra cousa mais do que tenho escrito a Vossa Alteza, tinha deliberado não despachar este correo senão com enuiar a Vossa Alteza todo o resto dos negocios que me ficauão. E andando nisso chegou aquy a noua da passada dos frãnceses em Italia, onde o papa tomou ocasion de querer escreuer a Vossa Alteza, e mostrou desejo que este correo se despachasse logo, e que me contentasse eu que leuasse elle os negocios que achasse despachados, que os outros hyrião de mão em mão. E com esta vontade do papa concorreo tambem ha do Cardeal Santiquatro, que muito a ysso me exhortou e disse que releuaua, e que ho breue do papa pera Vossa Alteza era polla moor parte credencial, remetendo se ao que a seu nuncio acerca disto escreue que falle com Vossa Alteza, que em suma, segundo pude comprender, he exhortar Vossa Alteza que queyra entrepoer se, e esforçar se quanto nelle for a induzyr ao Emperador a fazer paz com el rey de frança, e poer fim a esta tão perigosa discordia na christandade, que parece craramente que pode ser a total destruyção della. E a isto enuiar hũa pessoa d autoridade a tratar isto com ho Emperador, e do que achar responder a Sua Santidade. E porque ho ducado de milão he ha dama sobre que estes competidores metem tudo em reuolta, e o Emperador tem muitas vezes dito por se justificar e mostrar que ho que faz não he por cobiça, senão por sua seguridade, *diz ho Cardeal que, querendo ho Emperador* [1] verdadeiramente sem nenhũa tea *a paz*, se achará bem ho modo *de o segurar*. Mais diz que se vee craramente que *ho Emperador* todo seu intento *he fazer se senhor de Italia* ; e que, tendo *ho reino de napoles, jenova, e os estados de frorença, sena e milam*, craramente se vee que ho que fica he tão pouco e de maneira que nelle estará querello ou não. E que vendo como disto *se tem* hyndo *emposando* se pode bem julgar que ho quererá

[1] *Estas palavras, e todas as outras em italico, estão em cyfra.*

tambem fazer do resto. E que depois que *tiver a italia, e a Rei de França abaixado e enfraquecido* de maneira que lhe não possa resistyr, tambem desejará delle e dos outros *seus vezinhos ouqupar ho que poder*, mormente o que lhe parecer que milhor lhe vem. E que não deue ser sem desejo de querer tambem *portugal*, pois isso soo *empede que* não tenha *todo espanha*, e o mais. E que se lembre Vossa Alteza que em cousas *de estado* não se olha nem ha respeito *a parentesquo*, nem a outras razões por grandes que sejão. E que postoque Vossa Alteza, confiado nas que hy ha muitas *antre ela e ho Emperador*, não duuide que em seus tempos *se intente* cousa *tal*, deue *arecear que nos erdeiros* de huum e do outro possão soceder azos pera ysto, socedendo *a ho Emperador, na grandeza e* desigualdade *que quer ter*, socessor, que herde com tanto estado *desejo de ho acrecentar*, como vemos que naturalmente não mingoa nunca, antes créce *com ter* vontade *de ter* mais. E que a estes inconuenientes pode Vossa Alteza hyr á mão *com induzir ao Emperador a esta* paz tão santa e necessaria á christandade, e tão proueitosa *para a conservaçam dos* outros Estados, de que a Vossa Alteza *toqua* tão grande e tão notauel parte, se considera *no porvir e no fim das* cousas. E que agora, offrecendo se esta ocasyão tão honesta de Vossa Alteza poder entreviir a persuadyr esta paz e acaballa, não deue leyxar passar ho aparelho disse, antes se deue prezar muito de ser autor de hũa tal paz, que, alem de ser tão necessaria *a ho comum e a cada hum*, julga que redundará em tanta honra e louuor de Vossa Alteza, como a moor vitoria que lhe podesse soceder. E nesta opinião e desejo de se concruyr esta paz concorre ho mundo todo. E o papa ha deseja sobre todalas cousas. E os Venezeanos a trabalhão por suas vias qúanto podem, postoque queyrão liga com Emperador contra ho turco. *E dise me* mais *ho Cardeal* estas palavras, pera que vejaes a tenção *do Emperador*: estes dias, falando se *nas condições* desta liga antre o papa Emperador e venezeanos, *nam houveram vergonha os agentes do Emperador* de dizer que *seu amo* não podia *concorrer* aas espesas desta liga contra ho turco, *fazendo lhe o Rei de França guerra no ducado de milão, se o Papa e* Venezeanos *ho nam ajudavam para a defensam de* milão. E que, *ajudando ho*, eles prometem que *o Emperador concorrerá* com toda ha suma, que lhe couber *para esta liga*. E, se comprir, que viraa em pessoa contra ho turco, e poerá sobre ysso todo seu Estado, e em outra maneira *nam*. E que d aquy socederá que, *nom querendo ho*

Papa nem Venezeanos *ser em* fauor *do Emperador* a esta defensam do estado de mylão, os venezeanos forçadamente se acordarão com ho turco, de cuja concordia pende muito o acrecentamento das forças do turco e deminuição das da christandade. E estando isto asy, e *a rota grande, que agora* ouue *ho campo d el Rei dos* romãos *do Vaivoda*, ajudado *dos turcos, e franceses* ja *entrados em* Italia *poderosamente, e esta guerra* de maneira, que mostra que he *para durar algum tempo*, parece lhe que tem Vossa Alteza aparelho pera, entrepoendo se, poder acabar esta paz, e satisfazer a todolos beẽs, que dela se seguem, que são muitos e grandes, alem do louuor que sempre lhe darão, não somente do effeito, mas do intento, ainda que ho não acabe. E por tanto lhe parece que Vossa Alteza em todalas maneiras enuie esta pessoa bem instruta ao Emperador, que com ha autoridade de Vossa Alteza e seu bom modo e razoẽs possa conduzir a bom porto esta santa empresa, mormente sendo cousa que lhe requere ho santo padre, e em que Vossa Alteza não encorre periigo de nenhũa parte, e de todas lhe resultará sempre, de qualquer maneira que ella soceda, grande groria acerca do mundo, e não menor merito pera com deos, alem do contentamento e fama que leixão cada uez mais as obras vertuosas, ainda que sejão trabalhosas e de muito custo, o que esta parece que não será a Vossa Alteza.

Parece tambem ao Cardeal que Vossa Alteza deue entrar nesta liga contra ho turco, comum imigo da christandade, e de Vossa Alteza tambem em particular, segundo se vee polas armadas, que continuamente faz contra as da India de Vossa Alteza.

Acerca das decimas passa o que tenho escrito a Vossa Alteza. E descobrio me ho mesmo Cardeal que, depois de ho papa as ter empostas em portugal, e sobr ysso escrito a Vossa Alteza e a seu nuncio, como terá visto, parecendo ao Cardeal que nisso fazia negocio e seruiço a Vossa Alteza, estivera em fazer com o papa que enuiasse la huum a contratar com Vossa Alteza que tomasse ametade d estas decimas pera sy ; e isto pera fazer mais facil e corrente ha arecadação d ellas. Pareceo me que queria tentar me, e vêr o que em mym achaua. Eu, não tendo outra comissão, não quis nem pude allargar me a mais que a dizer lhe os grandes gastos, que Vossa Alteza continuamente faz, asy nos lugares d alem como na India, contra os Inficis, e os muito moores que agora se lhe offrecem pera resistir á grossa armada, que ho turco enuia á India contra Vossa Alteza:

por onde muy alhea cousa pareceria intentar se de tyrar nada dos reynos e senhorios de Vossa Alteza pera guerra de outras prouincias, tendo ha Vossa Alteza nas suas tão necessaria e tão santa. Donde elle concruyo de sobrestar até tomar lyngoa do parecer e gosto de Vossa Alteza sobre isto. Beijar lhe ey as mãos, se nisso mais me fallarem, escreuer me o que manda que lhes responda, e como quer que nisso me aja ate que venha esse embayxador, que escreueo que despachaua pera qua, ao qual neste caso e nos mais deue dar larga instrução e comissão.

E não querendo Vossa Alteza que as decimas se tyrem em seus reynos, como parece que não deue consentyr senão se forem pera ajuda das guerras de Vossa Alteza, pode, antre as outras cousas, licitamente responder ao papa, ou a seu nuncio que lho screua, que, posto que Sua Santidade possa das cousas ecclesiasticas fazer o que quer, nunca se costumou empoer decimas em terras de nenhuum principe senão a sua requisição, e para algũa obra pya ou necessidade das mesmas terras e senhorios donde se empoẽ.

Eu enuio agora a Vossa Alteza dous despachos: hum das bullas do bispado de Çafym em pessoa de gonçallo pinheiro; outro das do mosteiro de trauanca em dom manuel de sousa. E vay a conta d ambas as espedições. O que se pôs mais que o que pera ellas se enuiou saberá fernam d alueres, que deu as polices e letras de caymbo pera ysso; e a elle tambem tocará fazer se pagar a demasia do que mais custaram que o que elle ouue das partes. Os banqueyros vsão ca, quando lhe mandão algũa expedição e menos dinheiro do que ella importa, expedir as bullas, e mandal as a seus respondentes que as não dem até não serem pagos do que poserão do seu. Digo isto porque, pois o que mais s espendeo foy de algũus dinheiros que ca estauão de fernão d aluerez, a elle pareceria honesto que as bullas se dessem, pera que, quando as partes as viesem tomar, averiguassem tambem com elle suas contas.

As outras espedições, a saber, ha despensação que os da India possão casar se no terceyro grao etc., e a das destribuyções quotidianas pera os Inquisidores, e a cousa dos paues, espero, prasendo a deos, enuiar com ho primeiro. E pera isto e cousas semelhantes parece que não deuia Vossa Alteza enuiar correo a posta, pois pode viir ho recado d isso e enuiar se com muito menos espesa pollos ordinayros e bancos de mercadores com algũa avantajem mais do custumado. E em cousas de vagan-

tes e de mor importancia podia Vossa Alteza mandar seus correos; postoque acerca das vagantes não sey como d aquy em diante acharey o Cardeal Santiquatro, e tenho arreceo que se leuante com ha presa, se Vossa Alteza com elle não vsa outros meos. E ainda que eu tenha rezão de me queixar delle pollo de trauanca e de mancellos, com tudo me parece que, pois Vossa Alteza ja tomou esta via d encomendar nesta corte suas cousas a este homem, e elle tem n ellas tão metidos os braços, que ho deue amymar e responder lhe ás suas, mormente no que falla em seus interesses, e dar lhe alguum, e a voltas d isso esperanças, que ho entretenhão. E, se vagar alguum mosteiro ou outra cousa, dar lhe sobre elle algũa pensão. E ás vezes enuiar lhe hũa pouca de canella e especiaria pera a cozinha, e cousinhas da India, que a Vossa Alteza he pouco, e elle ho estimará muito e se honrará d isso, e sey que ho assoalhará bem, o que redundará em muito credito e autoridade de Vossa Alteza. Mas não ver elle em tanto tempo nunca senão negocios de maa disistão que aja de tratar com ho papa, e não lhe responderem ás suas, sendo frorentim, que tem ingenhos diabolicos, e não menos apitetos que os outros homens a seus interesses, cuyde Vossa Alteza que animo pode ser ho seu. E não m o diz por acenos, senão ja agora muito craramente se queixa e leuanta a voz; e não tenho nunca com elle pratica, por apartada que seja deste proposito, que elle a não rodee de maneira que venha teer a queixar se: e como n isso entra nunca acaba.

E do papa, principalmente, Vossa Alteza se deueria lembrar, pois lhe pode fazer muitos prazeres, e tambem desgostos; e quando não al, ao menos das cousas da India enuiar algo, que se lhe possa dar, que elles tudo tomão. E quando a Vossa Alteza parecesse cousa baixa mandar cousas semelhantes em nome de presente, se teria maneira que eu, ou outro qualquer homem de Vossa Alteza que ca estê, ho desse como a furto de Vossa Alteza, que elles entenderiam por descrição o que fosse bem que entendessem.

Item. A estes micer Ambrosio e micer Durante, secretario, e camareyro de Sua Santidade, deue Vossa Alteza logo mandar comprir com o que lhe tenho scrito, que he pouca cousa e importa muito ao seruiço de Vossa Alteza. E quanto mais prestes, muito mais aceito será, e não dará lugar ás desconfianças, que comummente a tardança consigo soe trazer. E pode Vossa Alteza mandar escreuer em algum capitolo de algũa carta, que

m escreua, que eu de parte de Vossa Alteza lhes agradeça a boa vontade, que mostrão ter a seu seruiço, como por minhas cartas tem entendido. São estas cousas, que custão pouco e ás vezes vallem muito.

Bem vejo que, quando pera outra cousa não aproueitar esta minha carta, ao menos será pera que Vossa Alteza se rya das piquyces muitas que nella digo: e porem eu quero antes que me tenha por tal, que por menos fiel em não lhe dizer o que synto que he seu seruiço.

Estando pera cerrar esta me mandou chamar ho Cardeal, e foy comigo tambem ho correo, que vio a pratica custumada, em que logo começou a entrar. Eu o atalhei e acalantei ho milhor que pude. O que queria era fallar em hũa obrigação, em que diz que el rey dom manuel, que aja groria, vosso pay lhe he, por razom da qual Vossa Alteza pôs de tença a Cesar bianqueto, seu camareiro, LXXV ducados cad ano, que correm des ho ano de XXXV a esta parte: que supricasse a Vossa Alteza que os mandasse pagar la a lucas giraldes. E por este respeito diz que tambem deu Vossa Alteza licença que se posessem outros LXXV ducados de pensão sobre ho mosteiro de grijó em fauor de Jorge Vgolino, seu primo, que agora he castellão de Santo angello, e correm ha duas pagas: suprica a Vossa Alteza que tambem mande que lhe sejão ca pagos. E pois isto he ja deuido, e a merce d isso ja feita, deue Vossa Alteza mandar que se cumpra e alguem que lho lembre: eu escreuo ao bispo de Lamego da parte do mesmo Cardeal que ho faça. Beijarei as mãos de Vossa Alteza mandal o asy, e que aja effeito; que d outra maneira não se pode viuer nem tratar com este Cardeal: e ho correo poderá dizer as vozes que ouuyo, postoque não entendesse ho italiano.

Os franceses, depois que entrarão em Italia, não fizerom outra cousa mais notauel que passar o passo dos montes, que era guardado dos imperiaes; os quaes tão pouco não se esmerarão muito, antes ategora se mostrarom inferiores, asy em leixal o passo, em que poucos podem resistyr a muitos, como em se retyrarem a lugares fortes, e comsigo toda a vitualha que poderão meter, e a outra toda queymarom e destruyrão. Os que os querem desculpar atribuem a siso este seu retroer, com dizer que a primeira furia francesa se deue leyxar passar. Os franceses dizem que são cincoenta mil fantes, e tres mil caualos antre-ligeiros e homẽs d armas. E na verdade os imperiaes são menos ametade deste numero; e porem boa gente e pratica. E, se elles refusão batalha campal, durará a

guerra mais, se os franceses achão que comer no campo de que ategora são senhores, o que se cree que não acharão polla deligencia que n isso vsarão os imperiaes. E sendo asy, conuirá aos franceses, depois de ter socorrido a turim e a pinharol, que ategora estiuerão cercadas e em grande aperto, ou tornar se a França, ou tomarem a via de toscana e frorença pollas terras do papa e do duque de ferrara, que lhes não negarão ho passo e vitualhas. E fazendo esta uia poerão em muito perigo as cousas de frorença, e as do reyno de napoles tambem vacilarão. E pera isto será necessario o que se diz: que el rey de França vem logo tambem em Italia com outro exercito, que não pode ser menos vindo em pessoa como dizem ; e que ja está em briançon, que he muito perto dos montes. Com este exercito, que he passado, vem ho gram mestre de França. O que mais soceder escreuerei de mão em mão a Vossa Alteza, cuja vida e real estado nosso senhor acrecente sempre e conserue com toda a prosperidade que deseja.

De Roma, xv de nouembro, 1537 — *Pero de Sousa de Tavora* [1].

Despachos, que levou D. Pedro Mascarenhas.

1537 — Dezembro 29 [2].

CRENÇA QUE LEUOU DOM PEDRO [3] MAZCARENHAS, QUE FOY POR EMBAYXADOR AO PAPA.

Muito santo in christo padre e muito bem aventurado Senhor, o voso deuoto e obediente filho dom Joham etc., com toda humildade enuio beijar seus santos pees.

[1] Arch. Nac., Gav. 2, Maç. 5, n.º 26.

[2] *É o dia da partida do embaixador, e não a data dos despachos, porque as minutas não a trazem. Convém advertir que D. Pedro Mascarenhas ia tambem encarregado de tractar negocios de ponderação nas côrtes de Carlos V e de Francisco I, o que fez retardar muito a sua chegada a Roma.*

[3] *Na minuta está* dom p.º, *que lêmos* dom pedro, *porque assim temos algumas ve-*

Muito Santo in christo padre e muito ben aventurado senhor, eu pela grande confiança que tenho de dom pedro mazcarenhas, do meu conselho, e experiencia de seus serviços, e por me ter dada de sy em tudo o de que o emcarreguey muito boa conta, o escolhi pera o mandar a Vosa Santidade por meu embaixador, e em sua corte Residir e o seruir em tudo conforme a meus grandes desejos e obriguaçam, que tenho como filho obediente de Vosa Santidade e d esa santa see apostolica pera em tudo o seruir. Sopliquo e peço muito por mercê a Vosa Santidade que o queira ouuir, e em todas as cousas que de minha parte lhe diser lhe dar inteira fee e crença, e o fauorecer e mandar tratar como lhe eu mereço pelo muy grande amor de verdadeiro filho, que lhe sam, e a todas as cousas de seu seruiço tenho, que Receberey de Vosa Santidade em muy singular merce. E eu lhe mando que continuamente me mande nouas da saude e disposisam de Vosa Santidade, que espero em nosso Senhor deos por sua mysericordia que sejam sempre tam boas, como Vosa Santidade deseja.

Muito Santo In christo padre, etc.

INSTRUÇÃO QUE LEUOU DOM PEDRO DO QUE HADE FALAR AO PAPA.

O que vós dom pedro mazcarenhas de minha parte direes ao santo padre, a que vos enuio por meu enbaixador pera em sua corte residirdes, he o seguinte:

Item. Vós leuaes carta de minha crença pera Sua Santidade, per que lhe faço saber como vos mando por meu enbaixador pera residirdes em sua corte. Esta lhe darês a primeira vez que a Sua Santidade falardes, e lhe beijarês por mim com toda humildade seus santos pees, sem por entam nem por vertude della lhe dizerdes mais que o que a mesma carta diz, por aquellas pallauras que vos milhor parecerem. E ao que vos Sua Santidade emtam perguntar lhe responderês: e a reposta remito a vosa descriçam. E no fim da pratica que emtam teuerdes, que deueraa de ser breue, dirês a Sua Santidade que vós lhe leuaes outras cartas minhas, e

zes encontrado por extenso este nome, embora em geral se dissesse Pero. *Suppomos que, por alguma razão de euphonia, por nós ignorada, ora se escrevia* Pero, *ora* Pedro, *conforme era ou não precedido pelo titulo de* Dom, *ou outro semelhante.*

lhe avees de falar em algumas cousas, que leixaes pera quando Sua Santidade for seruido de vos ouuir, e que vos fará merce ser o mais cedo que poder ser.

Item. Se loguo vos quiser ouuir, lhe darês a derradeira carta que leuaes acerqua da materia do concilio; e entam, ou quando vos der audiencia senam for no mesmo dia, depois de a ler, lhe direes que eu vos tiue despachado ha muitos dias pera loguo partirdes apos a carta, que escreuy a Sua Santidade em reposta de seu breue e bula do concilio, como n ela lho escreuy; e que n aquela conjunçam me vieram nouas da India dos grandes apercebimentos e armadas, que alguuns Reis mouros muy poderosos e muy ricos faziam pera contra minhas fortelezas e armadas; e que nam somente eles por sy e com seu poder me queriam mouer guerra, mas com seus tisouros ajudariam o turquo pera com maior facilidade poder ajudal os a elles, e ofender a mim e a meu estado por aquela banda. E d el Rey de canbaya, que he hum muy grande e muy poderoso Rey, imiguo muy antiguo da naçam portuguesa por longua guerra, que ja do tenpo d el Rei meu senhor e padre, que santa gloria aja, senpre lhe foy feita, e por mim, e grandes danos que recebeo, asy por mar como por terra, fuy certeficado que tinha mandado ao turquo enbaixadores a pedir lhe armadas e jente grossa, pera o que lhe mandou loguo grande soma de dinheiro, que sam certeficado ser oito comtos d ouro, e com isto muita artelharia, de que elle tem muy grande cantidade. E juntamente com isto me veio outro recado, per pesoa certa, que a armada e jente do turquo era prestes em suez pera partir loguo pera a india; e que leuaua vinte cinco mil homeens, de que os tantos mill eram arcabuzeiros, que o turquo mandou escolhidos de constantinopoly, e a outra jente toda lympa e de guerra, que se enbarcaua em sesenta galees e outros muitos navios de remo e naaos e nauios outros, bem armados e artilhados e com muita abastança de monição e mantimentos. Com arreceo das quaes cousas todas, que sam tanto pera arrecear como Sua Santidade vee, meu gouernador e capitaẽs com muy grande pressa me mandam pedir socorro de naaos e jentes e artelharia, porque, sem iso, temiam que minhas cousas e vassallos corresem muy gram periguo: no que, alem da perda de tamta e tam leal gente, todos criados e naturaes, e outros muitos christãos da mesma terra, era poer em claro risquo todo o fruito que estaa feito, e se continuadamente faz e espera fazer, no seruiço de deos e acrecentamento

de sua santa fee n aquelas partes, o qual he tanto que eu tenho por certo que, ainda que se nom digua por mim, a fama e a grandeza da cousa tenha chegado muitas vezes ás orelhas de Sua Santidade. E, pela armada que me veio de la o ano pasado, soube que em huma muy pequena prouincia das sogeitas a mim, que he no cabo de comorim, se conuerteram e receberam aguoa do santo bautismo pasante de cincoenta mil almas, e se esperaua em noso Senhor que se conuerteria toda a terra; os quaes sam christaãos aguora, e nom soomente tem recebido o nome de Christo geralmente, mas em particular os nomes da igreja Romaã, e n eles se vee tam manifestamente a graça do esprito santo pelas obras e feruor com que receberam a fee, e fazem o que lhe he emsinado por os sacerdotes e letrados, de que la tenho pera estes semelhantes efeitos mandado grande cantidade, que isto me fez ainda recear mais os mouimentos dos imiguos, e me pos em tamanha fadigua, e asi do esprito como em necesidade da fazenda, pela grande armada com que conuinha socorrer, de que ja he hida huma boa parte, que estiue em a Sua Santidade o fazer saber por vós, e lhe pedir que pera cousa tamanha, e em tempo de tamanhas minhas despesas necesarias a tantas outras minhas comquistas, que tenho contra infiees em tantos e tam desuairados luguares, com tamto espargimento de sangue portugues, pois a Sua Santidade, como a pastor vniuersal, tamto he encomendado a defensam d aquella terra e d esta, como da em que reside, que me quisese ajudar com alguma parte dos tesouros da see apostolica, como os pontifices pasados aos Reis destes Regnos em menores necesidades que esta senpre o custumaram fazer, porque claramente viram de que inportancia, nom somente a toda a espanha, mas a toda a christindade, he a continua guerra, que tenho em afriqua com el Rey de fez e el Rey de marrocos, dous muy grandes e poderosos Reis imiguos, por rezam da guerra e da fee, em cujos Reinos posuyo quatro cidades e quatro villas ganhadas aos mouros por força, e cercadas delles casy por todas as partes, e defendidas milagrosamente alem do mar na face de tamanho poder. Onde allem, das despesas ordinarias, que sam muy grandes, vós lhe podês dizer as extraordinarias, que nom sam menores dos socorros e rebates de cada dia. E, se no mesmo tenpo me nom vieram nouas da vinda dos turquos á Itallia, a qual cousa casy me punha em me esquecer de todo das minhas, sendo tamanhas, eu pedira a Sua Santidade a ajuda, que acima diguo, e me parecia ter muita rezam

pera a esperar. E porque tanbem depois Sua Santidade me fez saber por seu breue a porrogaçam do concilio, e eu, pera por vós lhe poder milhor mandar dizer o que n iso me parecia, quiz esperar mais certeza do lugar e tenpo de que aguora me certeficou ; a qual noua, juntamente com a retirada dos turquos, e ligua que Sua Santidade fez com o enperador meu irmaão e com a Republica de Veneza, foy pera mim de tanto prazer e contentamento, que nom soomente por cartas, mas por pesoa certa me pareceo bem mostrar lho e vos mandey logo partir. E dir lhees que por todas estas tres cousas dey e dou muito grandes graças a noso Senhor, porque em cada huma d ellas ha partes muy grandes pera esperar que noso Senhor se quer lenbrar da christindade, pois juntamente as traz a tal caminho e as guardou pera seu tenpo, no qual, por suas grandes vertudes e carreguo e santisimo zelo de verdadeiro vigairo de sam pedro, nom se pode esperar senam todo bem. E por tudo o que Sua Santidade n isto faz, lhe beijo seus santisimos pees, que verdadeiramente sam obras propias pera o tenpo ; e no louuor de todas ellas tem elle muy particular parte, porque da retirada do turquo tanbem se vee claramente que as prouysões e apercebimentos de Sua Santidade, e principalmente a obra que fez na conclusam da lingua, foy a principal causa. E d ela espero em noso Senhor que se sigam outros maiores beens com a paz dos christaõs, que se aguora trata, e em que tanbem nom poso leixar de lhe louuar muito a deligencia grande e cuidado, com que a ajuda e procura ; e asy lhe pedir muito omildosamente por merce que n esta, como em parte muy principal, nom canse, porque sua autoridade e santas amoestações ham de ser muy grande parte da conclusam ; e concluindo se a ele se siguirá muy grande louuor no mundo e merecimento ante deos, e se lhe azará ter juntamente a principal parte da gloria e vitoria dos christaãos contra os infyees imygos de nosa santa fee catolica, na qual sem a paz da christindade nom se pode cuidar, e com ela deue se de ter por muy certa com a recuperaçam de tantos inperios e Reinos e Senhorios perdidos mais pela discordia dos nosos que por força dos imiguos: pera a qual obra eu espero na misericordia de noso Senhor, e na santa temçam e desejos de Sua Santidade, que lhe dará forças iguaes pera conforme a elles a poder efeituar, no que eu, como obediente filho e seruidor de Sua Santidade, ey senpre de poer todas minhas forças e as de meus Regnos e Senhorios por cima de todas minhas necessidades ditas, e outras quaesquer que se

me posam oferecer, comprindo em tudo o que deuo a Rey christaão e ao grande amor, que a Sua Santidade tenho pera em tam santa e tam gloriosa obra muito folguar de lhe ter companhia e o seruir.

Item. Depois de dizerdes a Sua Santidade o sobredito, lhe direes que, alem do que lhe escreuo acerqua do concilio, eu lhe beijo seus santos pees pela firme detriminaçam e muy santo preposito em que estaa acerqua da celebraçam delle, e do tenpo e luguar; e lhe peço muitas vezes por merce que queira proseguir n iso conforme a tall principio, e ao que a necesidade da fee e aseseguo do pouo christaão requere, que nam pode ser mais pellas vniuersaes discordias dos christaõs, e principalmente das erradas openiões na Religiam, a que Sua Santidade com tamanha presteza e vigia deue socorrer e prouer que a tardança nom faça o mall incurauel, ou ao menos de cura muy deficultosa; e que olhando, asi como por suas obras claramente se vee que olha, non leixará de fazer cousa allguma das necesarias aa conclusam de cousa, a que elle tem tam grande obriguaçam, e lhe tam particularmente por seu carreguo e oficio pastoral pertence, da qual sem duvida pende o soo remedio de tamtos malles e eresias do mundo, e em partes tam periguosas, e tanto pera temer mais ainda o futuro que o presente, as quaes cesando deuemos de ter firme esperança que cesará a ira de deos, pera o que sua autoridade, contra a qual mais se emderença as armas dos imiguos da fee, he a que mais pode e ha d aproueitar: pera cuja defensam e efeito da mesma obra Sua Santidade pode ser muy certo que eu trabalharey senpre por fazer inteiramente meu oficio, e comprir com o que deuo a deos e a elle, tomando seu exemplo como de pay que tam inteiramente cumpre com o que deue a deos e a sy mesmo. E esta lenbrança, postoque eu veja que onde ha tanto cuidado e vontade he muy pouquo necesario, todavia, porque nas cousas de tamanha calidade nunqua acabo de me satisfazer, lhe torno a pedir outra vez com muita vmildade por merce que a tenha senpre diante de sy, e a tome de mim como de obidiente filho e verdadeiro seruidor seu, que em todas as cousas de seruiço de noso Senhor desejo seu louuor tam adiantado como elle mesmo o deseja.

Item. O santo padre me escreueo e mandou fallar por seu nuncio acerqua de duas dizimas, que quer da clerezia de meus Regnos, apontando me as necesidades da see apostoliqua e suas. E as minhas sam sabidas e notorias em toda parte da christindade, onde quer que se sabem

minhas comquistas e continuas guerras comtra infiees, e estas de cada anno, alem das outras que acima vão apontadas no primeiro capitulo desta vosa instruçam, das quaes nunqua se pode dizer tanto que, consirando a importancia das cousas da india e periguo presente em que ellas estam, que se nom deua crer muito mais. E allem desta rezam ha outras muitas e muy grandes, pelas quaes os papas pasados concederam muitas vezes aos Reis destes Regnos muitas graças, como foram terças, cruzadas, e outras, avendo consiraçam aos seruiços, que a mesma See apostolica destes Regnos continuadamente recebia no proseguimento da guerra dos infiees, com a qual á custa das fazendas dos Reis meus antepasados e minhas, e de muitas vidas, e com muito espargimento de sangue, sam ganhadas mais allmas á fee de noso Senhor Jesu Christo, e edificados mais templos, e adqueridas mais rendas á Igreja, que em parte alguma da christindade: e n estas cousas todas senpre polo amtiguo e leal custume destes Regnos e de meus vasalos tiueram senpre tanta parte os perlados e clerezia, ajudando seus parentes que na guerra seruiam, e seu Rei em suas necesidades, e suas Igrejas na defensam dellas mesmas, que senpre se ouue por tanta rezam aver lhes respeito, como a todos os outros que na mesma guerra pesoalmente pelejauam: e isto eu nom espero que Sua Santidade o consire menos, sendo minhas necesidades maiores, e meus seruiços a deos e á Igreja nom menores, do que o fizeram os santos padres seos antecesores aos meus antepasados. O que tudo o mais larguamente que poderdes apresentarês a Sua Santidade, e lhe direes que eu lhe peço muito por merce que nom queira fazer me tamanho agrauo como n isto me faria, que eu nam espero; nem tirar de meu Regno em tal tempo dinheiro, que ha clerezia de meus Reinos, pelo continu seruiço que me fazem no modo sobredito nom menos seruem a deos que em reedificar suas proprias Igrejas, seria muy dificil e casy inposiuel paguar. E n isto insistirês quanto poderdes, como em cousa de grande meu seruiço, e que seria de muy perjudicial exemplo ao porviir; e comfio que nam leixarês nada por dizer nem fazer pera que eu seja n isto seruido.

Item. Quando, depois de n iso terdes insistido muito e por muitas vezes, o papa por cima de tudo se resoluer em todauia querer as dizimas, em tal caso tornarês a lhe pedir que Sua Santidade vos dee tempo pera me escreuerdes sua reposta, porque pera outra cousa nam leuaes

minha comisam, nem eu podia crer quê cousa tam justa e em tal tenpo me ouuese de ser negada; e em toda deligencia me avisarês.

Item. O santo padre tem chamado ao concilio, alem do cardeal e Iffante meus irmaãos, todos os perllados e abades e outras pesoas de meus Regnos, que ao concilio sam obrigados; e porque eu ey de folguar de en tudo comprazer e servir Sua Santidade, e principalmente pera as cousas do concilio, cuja autoridade eu ey senpre de procurar quanto em mim for, e tiramdo aquellas pesoas, que Sua Santidade com rezam deua escusar, e as que o direito escusà, ey d auer por bem que vam todos aquelles de que nosso Senhor posa la ser seruido, e fazer fruito no que se ouuer de tratar; e seria grande inconueniente, e ainda cousa desarrezoada, que, tendo os taes perlados e pessoas muitos beneficios, asi de meu padroado como outros, que senpre os papas proueram e deram a soplicaçam dos Reis, e a pesoas de merecimento, que, morrendo os taes no caminho ou durando o concilio, que seus beneficios fosem la prouidos a outras pesoas, e nam a aquelas por que eu suplicase, o que me seria e a meus Regnos muy grande perjuizo; vós direes a Sua Santidade que lhe peço muito por merce que pera isto me queira mandar sua prouisam, asi declarada que nela nom posa aver duuida allguma, e com todas as clausulas necesarias pera inteira segurança do sobredito. A qual prouisam trabalharês muito por ser muy abastante asi nos beneficios de meu padroado, como outros quaes quer que os taes perlados e pesoas teuerem: e avendo n iso allguma duuida ou lemitaçam, que nam espero, me escreuerês o que Sua Santidade vos responde e niso esperaes que se faça, e com tall deligencia, qual conuem sendo o tenpo do dito concylio tam chegado.

Item. Porque as cousas da paz antre o enperador e elRey de França estam tanto avante que parece que com ajuda de noso Senhor tomarám asento, e o enperador me tem n iso oferecido o de que se vos ca deu parte, e de que vistes a reposta que lhe mandey, nom me pareceo fora de preposito fazer uos esta lenbrança pera, quando fordes em Roma, trabalhardes de sentir e saber mui particularmente o que se pratica n esta materia, e parte que se de la dá ao santo padre, e o que Sua Santidade pode n ella ajudar; e conforme a iso, e as praticas que com Sua Santidade tiuerdes, vendo boa conjunçam posaes pedir lhe de minha parte que no que a sua maão vier, e em que se requerer seu parecer, que nam pode lei-

xar de ser em muitas cousas, tenha lenbrança das minhas, pois que, sendo a tençam de Sua Santidade ser a paz muy inteira e tal que nom posa nacer nouos inconuenientes, sem asento de minhas cousas com França nunqua poderia deixar de nacer ocasiam de deferenças, e dellas outros inconuenientes mayores, por onde a obra da paz nam ficase tam perfeita, como sey certo que Sua Santidade deseja, no que eu particullarmente, pollo desejo que tenho do aseseguo de meus vasallos com os d el Rey de França, toda ajuda e exortaçam de Sua Santidade nesta materia receberey em grande merce. E porem n isto avees de ter muy grande tento que nam posa parecer que se faz por nenhuma desconfiança, que eu tenha do que vistes que o enperador n iso me mandou oferecer. E do que n isto fizerdes, ou vos parecer que se deue fazer, me avisarês muy declaradamente, e de maneira que vos nom fique nada por dizer, nem la se perca nenhuma ocasiam, se a virdes tal que ajuda do papa seja necesaria.

Item. Vós leuaes cifras: por ellas me escreuerês aquellas cousas, que forem de tal calidade que por outra nenhuma via vos pareça que se me deue escreuer; e das cousas d italia e estado em que estam; e asi do concilio, e certeza delle e da paz; e o que la se cre ou espera da empreza contra os infiees, e per que parte e com que eixercitos. E de tudo o mais, que virdes que cumpre eu ser avisado, me avisarês asi larguo e declaradamente como cada cousa requerer; e muy em especial trabalharês por saber o modo, em que as cousas do turquo estam, e o que se d ele teme, e que jente tem ou faz, asi de mar como da terra, e em que partes.

PERA O PAPA — REPOSTA DO BREUE DO CONCILIO.

Muito santo im christo padre etc.

Vosa Santidade me escreueo os dias pasados sua santa detrimiaçam de fazer concilio jeral, e me mandou sua bulla de chamamento, de que depois me mandou porroguaçam pelas causas e inpidimentos, que entam se ofreceram ao lugar onde se avia de celebrar. E a anbas suas cartas tenho respondido a Vosa Santidade tudo o que me pareceo que conuinha, como terá visto por minha reposta. E aguora Jeronimo Ricenate, seu nuncio, me deu hum seu breue e bula do tenpo e declaraçam do lugar do dito concilio, e me dise o que mais Vosa Santidade lhe mandou

que de sua parte me disese acerqua desta materia, e seu grande desejo n ella mouido de muitas e muy samtas e verdadeiras rezões, pelas quaes sem nenhuma duuida se ha de crer que pera os males presentes e discordias da Christindade, e tam perigosas heresias como andam espalhadas pello pouo christaão, nom se podia agora achar nem desejar mais certo remedio, nem mezinha mais propia, que a do concilio geral; pera o que, quando nenhuma outra rezam lenbrase, abastaua a clara experiencia dos concilios pasados, com os quaes se remediaram sempre grandes males, e sem elles nunqua se achou maneira de dar verdadeiro aseseguo nas cousas da Reepublica christaã, tanto nas deferenças dos estados como nas das opinioẽs na Religiam, com as quaes anda tam conjunto o desaseseguo do mundo, quasy por pena de erro que se comete contra deos, que senpre se vio tras bom e santo concilio seguir boa e santa paz na christindade; e pela mesma maneira, asi como as boas ordenanças e asentos dos taes concilios se foram apartando dos fundamentos com que se tomaram santamente, asy tanbem todo o aseseguo dos estados começou a descair, e os imyguos da fee a tomar pee contra os christaãos e crecerem suas forças, ajudados mais por nosos erros e deminuiçam das nosas que por outra nenhuma cousa. E como isto asi seja, e ainda no tenpo presente pela ventura mais que em muitos dos pasados, pela calidade dos erros e grandeza dos pouos em que andam, e a que parece que, se muy asinha se nam acode, poderám tomar raizes taes que seja despois ou muy trabalhoso ou imposiuel o remedio, que noso senhor nam permita, eu, pella parte que como a Rei Christaão, menbro d este corpo, deuo, e especialmente pelo particular desejo, que ao bem da christindade, e acrecentamento da fee catoliqua, e autoridade da samta see apostolica e de vosa santidade, me sempre moueo e moue, nam poso leixar de particularmente lhe ter em muy singular merce tudo o que n esta materia ateegora tem feito e faz, que he obra tam santa e necesaria, e tam deuida a vigairo de Christo e pastor vniuersal, que nenhuma o pode ser mais: e assy muy afectuosamente peço por merce a Vosa Santidade que a continue com aquella mesma vontade e santo zelo, com que a começou e tem posta em tam bom termo; e que nenhum inpidimento posa nacer, que estorue a conclusam de tamanho seruiço de deos. E posto que em seus santos desejos pouquo ou nada posa acrecentar nenhuma lenbrança de fora, eu todavia, por esta minha obrigaçam, e porque ysto particularmente me

parece que erdey de meus antepasados Reis destes Regnos, e dos outros de que descendo, peço outra vez muy omildosamente por merce a Vosa Santidade que esta lenbrança tenha sempre ante seus olhos como cousa muy principall, e muy dina de suas grandes vertudes e dignidade, pera efeito da qual eu tambem de minha parte lhe ofereço meu seruiço com todos meus Regnos e senhorios, e com a propia pesoa, quando fose posiuel, como verdadeiro e obediente filho e seruidor da santa see apostolica e de Vosa Santidade; e isto com maior contentamento ainda por ser em seu tenpo, pera o qual parece que nosso senhor guardou esta santa obra, e de tam grande merecimento amte elle, e louuor no mundo.

Muito santo etc.

PERA PERO LUIS, FILHO DO PAPA.

Illustrisimo e excelente principe, eu dom johão etc. vos emuio muito saudar.

Eu enuio dom pedro mazcarenhas, do meu conselho, ao santo padre por meu enbaixador, e pera em sua corte residir e o seruir em todas as cousas, que de seu seruiço se oferecerem, como he meu desejo pello grande amor que, allem da obrigaçam geral de Rey christão, tenho a sua santisima pesoa. E porque a vós, asi pela rezam de Sua Santidade, como por vosa pesoa e grandes merecimentos, eu tenho muy especial afeiçam, e vomtade pera em tudo, o que vos de mim comprir de voso contentamento e honra, vos comprazer como a irmaão, lhe mandey que de minha parte vos vesitase, e em tudo o que la a minhas cousas cumprise vos requerese com aquella comfiança, que eu muito folguarey que vós tenhaes em mim pera me requerer no que virdes que eu poso aproueitar a vós e a vosas cousas. E receberey muyto prazer elle achar em vós toda ajuda e fauor, e no mais que de minha parte vos diser o ouuirdes e lhe dardes fee e crença.

Illustrisimo etc.

PERA O CARDEAL SANCTI QUATUOR.

Reuerendissimo im Christo padre etc.

Eu pela muita confiança, que tenho em dom pedro mazcarenhas, do meu conselho, o escolhy pera delle me seruir nesa corte, onde o mando por meu enbaixador ao santo padre. E por o grande e especial amor, que vos tenho, e rezam que ha pera asi ser, eu lhe mandey que de minha parte vos vesitase, e de minhas cousas vos dese senpre aquela parte que requere a confiança, que eu tenho em vós pela maneira que nellas senpre obrastes, e vontade e amor com que ó fezestes ateeguora, que eu espero que ao diante seja o mesmo, e mais se posiuel for. Muito vos roguo que, em tudo o que se oferecer de meu seruiço, o ajudês e enderencês asi com o fauor, que sey que lhe podès dar, como com o avisardes das cousas de que vos parecer que cumpre elle ser sabedor pera me milhor poder seruir; e por muy certo tenho que vós o farês asy pera que, alem do muy grande contentamento, que eu tenho de vosas obras, seja causa pera se me acrecentar muito mais. E folgarey muito de em tudo, o que de minha parte vos diser, lhe dardes fee e crença.

PERA O VICE CHANCELER, NETO DO PAPA.

Reuerendissimo im christo padre etc.

Eu mandey a dom pedro mazcarenhas, do meu conselho, que ora emuio ao santo padre por meu embaixador, e pera em sua corte residir e o seruir, que de minha parte vos vesitase, e de vosa boa disposiçam me mandase nouas, que praza a noso Senhor que senpre sejam tam boas como vós desejaes. E de minhas cousas, principalmente das que muito me releuasem, vos dese parte, e nellas vos pedise ajuda, que eu tenho por muy certo que folgarês de lhe dar. E o que n iso fizerdes receberey de vós em mui singullar prazer: e asi receberey grande contentamento de crerdes que eu vos tenho muy especial amor, asy por respeito do Santo padre, como pelo do Illustrisimo dom pedro luis de fernese voso pay, e de

vosa pesoa e grandes merecimentos ; e que pera tudo o que a vosa pesoa e honra conprir me terês muy certo e com muito boa vontade.

Reuerendissimo etc.

PERA O CARDEAL DE SANTA FLOR, LEGADO DE BOLONHA E CAMARLENGO DA SEE APOSTOLLICA.

Reuerendissimo etc.

Dom pedro mazcarenhas, do meu conselho, enuio por meu enbaixador ao santo padre pera em sua corte residir e o seruir. E porque, pela rezam do santo padre, e asy por vosa pesoa, eu vos tenho muito amor, e folguarey de vollo mostrar em tudo o que de mim vos cunprir, lhe mamdey que asy vollo disese de minha parte, e vos vesitase, e quando lhe cumprise vos requerese e vsase de voso fauor e ajuda pera me milhor poder seruir, que eu sey que podees muito aproueitar, e comfio que o farês com boa vontade, e a que vos eu tenho o merece; e eu lhe mandey que sempre de vossa boa disposisam e saude me avisase, que praza a noso Senhor que sempre seja a que vós desejaes. E no que o dito meu embaixador de minha parte vos diser averey muito prazer lhe dardes imteira fee e crença.

Reuerendissimo etc.

PERA O CARDEAL DE SENA.

Reuerendisimo im christo padre etc.

Porque eu mando dom pedro mazcarenhas ao santo padre por meu enbaixador pera residir em sua corte, e sey o grande amor com que sempre folguastes de ajudar em minhas cousas, por que vos sam em grande obrigaçam, eu lhe mandey que vos visitase de minha parte, e vos dese as graças pelo que asi tendes feito, que de vós recebo em muy singullar prazer. E vos roguo muito que assy o queiraes continuar, e no que meu enbaixador vos requerer acerqua de minhas cousas lhe dardes toda ajuda, que em vós for, como sey que folgarês de o fazer ; e em todo o que de mim vos comprir, e a vosas cousas, acharês aquela boa vontade, que requere vossos grandes merecimentos ; e senpre ha d acrecentar muito no

grande amor, que vos tenho, a muy estreita e especial afeiçam, que senpre elRey meu senhor e padre, que santa gloria aja, teue a vosa muy nobre Reepublica de sena, e que ella teue e tem á naçam portuguesa, que eu istimo tanto como he rezam.

Reuerendisimo etc.

PERA O CARDEAL CAMPELO.

Reuerendissimo im christo padre etc.

Eu tenho sabido a muito boa vomtade, com que senpre folguastes de ajudar as cousas que me tocauam, e que asi o fazês em tudo o que se oferece continuadamente, e o istimo tamto quanto he rezam, e comfio que ao diante o farês asy: pello que mandey a dom pedro mazcarenhas, do meu conselho, meu enbaixador, que de minha parte vos vesitase, e de minhas cousas vos dese aquela parte, que comuem ao muito amor, que vos tenho. E em syngullar prazer receberey de vós em tudo o que vos requerer o ajudardes, pera me milhor poder seruir: e de mim sede certo que desejo muito de a vós e a vosas cousas aproueitar com muito amor.

Reuerendissimo im christo padre etc.

PERA O CARDEAL DE SALUIATE.

Reuerendissimo etc.

Dom pedro mazcarenhas, do meu conselho, vay pera n esa corte do santo padre e com Sua Santidade residir por meu enbaixador: e porque sey quanto senpre folguastes de me comprazer e ajudar em minhas cousas, e o grande amor com que o fizestes, lhe mandey que de minha parte vos vesitase. E eu recebo de vós o que tendes feito em muy singular prazer, e vos roguo muito que ao diante o queiraes continuar asy, porque em mim senpre acharês pera vós e vosas cousas toda boa vomtade, e asy como o merecem vosas obras, e se deue a vosos grandes merecimentos.

Reuerendisimo etc.

PERA O CARDEAL DE SANTA CRUZ.

Reuerendissimo etc.

Pelo muito amor, que sey que tendes pera me comprazer, e quanto em minhas cousas sempre folguaes d aproueitar, mandey a dom pedro mazcarenhas, meu enbaixador, que em tudo o que me comprir vos requeira e aproueite de vosa ajuda e autoridade, que eu sey que he muy grande e que pode muito aproueitar. Receberei de vós em singular prazer no que se oferecer folguardes de fazer o que acustumaes, e o que vos merece o grande amor e boa vontade que vos tenho. E eu mandey ao dito meu enbaixador que de minha parte vos vesitase, e que me mande nouas de vosa boa disposiçam, que praza a noso Senhor que seja senpre tam boa como vós desejaes.

Reuerendissimo etc.

PERA O CARDEAL DE GINUCHE.

Reuerendissimo etc.

Dom pedro mazcarenhas, do meu conselho e meu embaixador, que mando ao santo padre pera em sua corte residir, vos dará conta d algumas cousas minhas, em que lhe mandey que o fizese pelo grande amor, com que tenho sabido que senpre em tudo o que se ofereceo follgastes de me comprazer, que muito istimey e istimo de vós; e tenho muy grande confiança que nas mesmas obras e vontade continuarês asi como a minha vollo merece, que eu senpre vos mostrarey com efeito em tudo o que de mim vos comprir e me requererdes. E allem de vosos grandes merecimentos, e calidades de vosa pesoa, acrecenta no amor que vos tenho a grande affeiçam, que senpre el Rey meu senhor e padre, que santa gloria aja, teue a vosa Reepublica de Sena, da qual a naçam portuguesa recebe tam bom tratamento como em meus propios Regnos, que eu muito istimo.

Reuerendissimo etc.

PERA O CARDEAL CESARINO.

Reuerendissimo im christo padre etc.

Eu enuio dom pedro mazcarenhas, do meu conselho, por meu enbaixador ao santo padre pera residir em sua corte. E porque eu, asy por vosos merecimentos, como por o muito amor que sey que senpre mostrastes em minhas cousas, vos tenho syngullar afeiçam, lhe mandey que de minha parte vos vesitase, e de vós me mandase nouas, que sempre queria que fosem tam boas como vós desejaes. E asi que, quando se oferecese, vsase de vosa ajuda pera me melhor poder seruir, a quall comfio que sempre folguarês de lhe dar, e de vós o receberey em singullar prazer. E podees crer que eu, no que a vós e a vosas cousas comprir, folguarey de vos mostrar a muito boa vomtade, que vos tenho.

Reuerendissimo etc.

PERA PERO DE SOUSA.

Pero de sousa, eu el Rey vos enuio muito saudar.

Eu enuio dom pedro mazcarenhas, do meu conselho, ao santo padre por meu enbaixador, e pera em sua corte residir. E ouue por meu seruiço vos avisar d iso, E vos encomendo e mando que lhe entreguês todos os papees, de qualquer calidade que sejam, que a meu seruiço toquem, asy os que vos leixou o arcebispo do Funchal, á sua partida, como todos os outros, que despois vos foram ; e lhe dees conta de tudo o que nos neguocios teuerdes feito, e toda outra emformaçam do que esteuer por expedir, e dos termos em que cada neguocyo estaa, e das pesoas por cujas maãos se tratam, e tudo asi declaradamente e tanto pelo miudo que nom vos fique nada por lhe dizer, nem por mingua d iso leixe em nenhuma cousa de ser seruido, nem nos neguocios posa aver dillaçam allguma.

Esprita.

PERA PERO DE SOUSA.

Pero de sousa, eu elRey vos emuio muito saudar.

Eu mando ao santo padre por meu enbaixador dom pedro mazcarenhas, do meu conselho. E posto que eu lhe mandey que fizese seu caminho com a maior deligencia, que lhe fose posiuel, todauia me pareceo meu seruiço vos avisar de como asy vay e o tenho despachado, pera o dizerdes ao santo padre; e que espero que seja muy cedo com Sua Santidade, a que por elle escreuo e mando fallar muy largamente em tudo o que se me ofereceo em todas as cousas, assy sobre o que Sua Santidade me tem escrito, e mandado fallar por seu nuncio, como em todas as outras, em que me pareceo conveniente ao tenpo e necesidade da christindade e de seu seruiço lhe mandar fallar. E esta vos leua correo propio, que mandey que pasase em toda deligencia, e nom vay a outra cousa. E vós na ora que ella vos chegar dizee ao santo padre tudo o que acima diguo.

Esprita.

PERA PERO DE SOUSA SOBRE SUA VINDA.

Pero de sousa etc.

Ey por meu seruiço que, tanto que em boa ora cheguar a esa corte dom pedro mazcarenhas, do meu conselho, que enuio por meu enbaixador ao santo padre pera em sua corte residir, vós vos partaes e venhaes em boa ora. E asy vos encomendo e mando que o façaes: e trazê conuosco todas as prouisões de quaesquer negocios, que teuerdes expedidos e acabados, d aquelles que vos tenha sprito e mandado que suplicaseis ao santo padre e expediseis.

Escripta [1].

[1] *Minutas na* Bibliotheca d'Ajuda, Correspondencia original de D. Pedro Mascarenhas, fol. 2 a 10. *Seguem as instrucções do que tinha a tractar com o Imperador; e na capa, que cobre tudo, lê-se:* Caderno do despacho que leuou Dom pedro mazcarenhas, que foy por enbaixador ao papa. E partio de lixboa oje sabado xxix dias de Dezembro de v^{c}xxxviii. *Note-se que data do anno do nascimento, começado em 25 de Dezembro.*

Bulla do Papa Paulo III.

1538 — Janeiro 7.

Paulus episcopus seruus seruorum Dei ad perpetuam rei memoriam.

Dum ad fidei constantiam et deuotionis affectum, quibus Carissimus in christo filius noster Johannes, Portugallie et Algarbiorum Rex Illustris, in nostro et apostolice sedis conspectu clarere dinoscitur, nostre considerationis aciem dirigimus, merito inducimur ut que predecessoribus suis per dictam sedem benigne concessa fuerunt ampliantes, ea sibi fauorabiliter concedamus, per que sui et successorum suorum indemnitati prouideri ac profectui consuli possit. Dudum siquidem felicis recordationis Leoni pape x, predecessori nostro, pro parte clare memorie Emanuelis, olim Portugallie et Algarbiorum Regis, exposito quod licet antea Palus de Muia, prope Opidum de Muia, Vlixbonensis diocesis, aquis desiccata et illius terre ad culturam reducte fuissent; tamen postea tempore succedente, propter ingentes impensas, ut uerisimiliter credebatur, quas Coloni et Agricole in manutenendo terras dicte paludis aquis siccas et arabiles ac cultiuas subire cogebantur, paulatim terras ipsas colere et remedia necessaria pro illorum cultura facere omiserant, ipsaque palus ad pristinam suam naturam redierat, adeo quod ibidem terre tunc non colebantur, nec reperiebatur aliquis, ob graues impensas quas in ipsius paludis desiccatione fieri necesse erat, qui illius desiccationi intenderet, eodem Emanuele Rege excepto, qui utilitati subditorum suorum et aeris salubritati dicti Opidi libenter intendens, illorumque cupidus omni studio arte et impensa ad id necessariis paludem ipsum desiccari et ad culturam reduci, illamque fertilem et arabilem effici desiderabat, quod, cum non sine magna expensa efficere posse consideret, volebat omnes decimas ex fructibus in terris dicte paludis, si illa ad culturam redigeretur et arabilis ac fertilis redderetur, excrescentibus pro tempore prouenientes per eundem Emanuelem Regem in prosecutione belli Aphrici, quod contra perfidos christi nominis hostes, partes dicte Prouincie Aphrice occupantes, continue gerebat, et successores suos Portugallie Reges pro tempore existentes, ac in ma-

nutentionem duorum perpetuorum Capellanorum seu plebanorum, qui parrochiali ecclesie dicti Opidi, cui decime ipse quando dicta palus colebatur persolui consueuerant, perpetuo deseruirent in diuinis et non alios usus conuertendas, sibi per eundem predecessorem concedi, Idem predecessor, ipsius Emanuelis Regis in ea parte supplicationibus inclinatus, prefato Emanueli Regi, pro se suisque successoribus prefatis, omnes et singulas decimas fructuum tam predicte quam quarumcunque aliarum in suis Regnis et dominiis consistentium paludum, quas suis opera et impensa desiccari et cultiuas arabiles et fertiles reddi contingeret, pro tempore excrescentium, per eundem Emanuelem Regem in prosecutione dicti belli, et dictos successores suos Portugallie Reges pro tempore existentes, et manutentionem perpetuam singulorum duorum perpetuorum Capellanorum seu plebanorum, qui in dicta et singulis aliis parrochialibus ecclesiis, quibus deberentur decime ratione paludum, quas pro tempore desiccari contingeret, ut prefertur, diuina officia celebrare deberent, et non in alios usus conuertendas, ex certa sua scientia ac de apostolice potestatis plenitudine per suas litteras perpetuo concessit et elargitus fuit, prout in illis plenius continetur. Cum autem, sicut exhibita nobis nuper pro parte dicti Johannis Regis petitio continebat, licet credatur dictum Leonem predecessorem decimas paludum, in dictis Regnis per Emanuelem Regem et successores prefatos pro tempore desiccatarum, eisdem Emanueli Regi et successoribus ut prefertur concedere uoluisse, et prefatus Johannes Rex, post ipsius Emanuelis Regis, Genitoris sui, obitum, nonnullas paludes in dictis Regnis consistentes suis opera et impensa desiccari et ad culturam redigi, sub spe decimas ex illis percipiendi et ut prefertur conuertendi, procurauerit, et ut alie in futurum, dante domino, desiccentur procurare intendat; Nichilominus a nonnullis nimium curiosis, sub pretextu quod in litteris predecessoris huiusmodi dictum fuerit de paludibus, quas opera et impensa ipsius Emanuelis Regis desiccari contingeret, asseratur Johannem Regem, et successores suos, solum decimas fructuum ex paludibus per Emanuelem, et non per Johannem, Reges prefatos, pro tempore desiccatis excrescentium prouenientes percipere posse; Et, sicut eadem petitio subiungebat, paludum huiusmodi in illis partibus desiccationes et ad culturam reductiones, pro quibus faciendis eundem Johannem Regem notabiles expensas subiisse et subire necesse fuit et est, christifidelium salutem et propagationem plurimum concer-

nant, et in dicto Opido de Muia, et forsan in certis aliis paludosis locis, aeris intemperies plurimum uigeat, et exinde fiat ut plerumque pauci presbiteri, qui in illis proprie uite discriminis metu morari et residere uelint, reperiantur; Et si Johannes Rex et successores prefati in singulis ecclesiis, quibus decime paludum per Johannem Regem et successores prefatos pro tempore desiccatarum debentur seu deberi spes est, duos singulos Capellanos manutenere deberent, decime ipse ad sustentationem Capellanorum huiusmodi minime suppeterent, sed Johannes et successores Reges prefati de suo proprio exponere cogerentur, nullum aut saltem minimum inde lucrum reportarent, uel emolumentum nequaquam expensis responderet: pro parte eiusdem Johannis Regis nobis fuit humiliter supplicatum ut, ad omnem in premissis ambiguitatem tollendam, litteras predictas, etiam quoad decimas ex terris paludum per Emanuelem ac Johannem, et successores Reges prefatos, eorum opera et impensa nunc et pro tempore desiccatarum et desiccandarum, et ad culturam ac fertilitatem reductarum et reducendarum pro tempore prouenientes, extendere et ampliare, et qualinus opus sit sic intentionis et mentis prefati predecessoris fuisse decernere et declarare, aliasque in premissis oportune prouidere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur, qui fidelium quorumlibet, presertim Catholicorum Regum, uotis, quantum cum deo possumus, libenter annuimus, ipsius Johannis Regis in hac parte supplicationibus inclinati, litteras predictas, cum omnibus et singulis in eis contentis clausulis, etiam ad hoc ut tam Johannes, quam successores Reges prefati, omnes decimas ex terris paludum per Emanuelem, et Johannem, ac successores Reges prefatos, eorum opera et industria nunc et pro tempore desiccatarum, et ad culturam ac fertilitatem reductarum, pro tempore prouenientes, percipere libere et licite ualeant, auctoritate apostolica tenore presentium extendimus et ampliamus, Et qualinus opus sit sic intentionis et mentis prefati predecessores fuisse decernimus et declaramus. Et nichilominus eidem Johanni, et successoribus Regibus prefatis, ut pro paludibus, tam per Emanuelem quam per Johannem et successores Reges prefatos pro tempore desicatis et desiccandis, et ad culturam reductis et reducendis, duos tantum perpetuos uel ad nutum amouibiles Capellanos, qui in dicta de Muia, uel aliis ecclesiis, infra quarum limites paludes ipsas pro tempore desiccari et ad culturam reduci ac fertiles effici contigerit, prout ipsi Johanni Regi et successoribus suis prefatis Regibus Portugallie

pro tempore existentibus videbitur, diuina officia celebrare debeant, ex dictis decimis manutenere teneantur, eisdem auctoritate et tenore de speciali gratia perpetuo concedimus et indulgemus: Non obstantibus premissis, et apostolicis, ac in prouincialibus et Sinodalibus Conciliis editis, generalibus uel specialibus, Constitutionibus et ordinationibus, ac omnibus illis, que dictus predecessor in dictis suis litteris uoluit non obstare, ceterisque contrariis quibuscunque. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostrarum extensionis, ampliationis, decreti, declarationis, concessionis et indulti infringere, uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis dei, ac beatorum Petri et Pauli Apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, Anno Incarnationis dominice Millesimo quingentesimo trigesimo septimo, Septimo Idus Januarii, Pontificatus nostri Anno Quarto [1].

Carta de Pedro de Sousa de Tavora a el-Rei.

1538 — Janeiro 20.

Senhor — Ja a Vossa Alteza tenho scrito como ho papa mandou prender micer Ambrosio, seu secretairo, por muitas peitas, que se achou que tinha tomadas muy em grosso. E antre as outras ho bispo de senegalha lhe apresentou, logo quando veo de portugal, *quinhentos cruzados por parte dos cristãos novos* [2]. Tambem entendi que *ho nuncio, que* agora *la está*, não sabendo *de sua prisam*, ho mandaua cometer, por parte dos mesmos *cristãos, com hum tributo* cada ano *de mil* cruzados, ou mais, pera que os fauorecesse. E estas *cartas vieram ter* ás mãos *do Papa, e as viho*; por onde não creo que tenha muito contentamento *do dito nuncio*, porque, quem aquillo comete a outrem, he sinal que não duuidará para sy tambem tomar o que lhe derem.

Ho papa, como por outras tenho scrito a Vossa Alteza, está muy

[1] Arch. Nac. Maç. 7 de Bullas, n.º 33.

[2] *As palavras em italico estão em cyfra.*

posto em hir a Lombardia, por teer intelligencia que ho Emperador viirá aly, e asy El rey de França, d acordo d ambos, pera que Sua Santidade em suas deferenças ponha fim: o que a cada hum delles será mais reputação parecer ao mundo que se decem de seus direitos e intentos, mais pollo papa n isso entreviir e o rogar, que por outra via. E se estes dous principes vem e ficão em concordia, então se deliberará do Concilio. E antes não parece que se pode delle dizer cousa certa, ainda que seja ho papa, porque tambem elle pende n isto d este sucesso.

Pollo que de lla escreuerom, empôs ho papa as decimas em portugal: e pollo que agora tambem escreuem, torna apertar muito em avellas, e me disem que quer despachar a isso. Vossa Alteza, creo eu, terá em cousa tão importante deliberado o que mais for seu seruiço e bem de seus reynos. E n este caso tenho escrito, ja muitos dias ha, hum certo discurso, a que me remeto. E, se se ellas hão de consentyr, não deuem tão pouco denegar a Vossa Alteza graças costumadas fazer se aos outros Reys, como he a presentação dos moesteiros in perpetuum, como se concedeo ao Emperador e a El rey de França. As nouas tenho por outras uias escrito, e as que ca ha teerá Vossa Alteza mais de perto, pois vem d essas partes.

De Roma, xx de Janeiro, 1538.

Esta he copia d outra, que ja ha dias escreui a Vossa Alteza — *Pero de Sousa de tauora* [1].

Carta d'el-Rei a D. Pedro Mascarenhas.

(1538 — Abril 10?) [2].

Dom pedro etc. — Por outro coreo, que d aquy vos mandey despachar e partio aos xix dias de março, terês visto tudo o que vos mandey que deseseys ao Santo padre acerqua das cousas da India, e periguo em

[1] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. I, Maç. 60, Doc. 76.

[2] *A fol. 25 da* Correspondencia original, *já citada, lê-se a cota seguinte:* Cartas pera dom p.° mazcarenhas que levou o sobrinho de luys a.° o qual partio de lixboa

que estam segundo os avisos que tenho. E creo que terês n iso feyto o que vos mandey asy inteiramente, e com todo aquele boom modo, que o sempre fazês nas cousas de meu serviço; e que os caminhos estaram bem despostos pera o que agora vos escrevo e mando que façaes, porque com ese fundamento se vos escreveo entam tam larguo, de que vos vay com esta o trelado pera todo caso que ao coreo posa ter acontecido. E porque, como vedes, as novas são de tamanha importancia, e a materia tam periguosa e em que vay tudo; e por estas rezõis polo remedio se ha de fazer tudo, nem pode aver cousa nem de tamanho gasto nem de tamanho trabalho que não se deua a tamanho risquo, como he o em que estaa todo meu estado da India, e tam grande numero de meus vasalos e nobreza portuguesa, se se não socorre com todalas forças posiues, que pera abastarem ham de ser muy grandes, por quam grande he o imigo, que ainda he muyto mayor polo aparelho da terra e conformidade da seyta na mayor parte dela, e odio que naturalmente os sojugados e vencidos tem sempre aos vencedores: e sendo esta necesidade tamanha, e as cousas de minha fazemda, por outras tantas a que sempre foy necesario acodir, estando nos termos em que estam, seria imposiuel sem nova ajuda poder satisfazer a este novo caso. E despois de cuydar todolos outros remedios e modos pera poder ser, nam acho posebilidade sem ajuda da See Apostolica e thesouros da Igreja de Deos, por cujo serviço se começaram todos estes trabalhos com esperança nele, e se continuaram: e pois á mesma Igreja, asy n aquelas partes como n estas, se faz tanto serviço com o contino acrecentamento dos christaõs e nouas obediencias e reconhecimentos da See apostoliqua, ey por cousa muy conviniente, quando se todos estes beẽs aventuram, socorer me a ela, como em menores casos sempre meus antepasados o fizerão, nam esperando eu agora menos merce, do que eles receberam todalas vezes que pediram ajudas; antes sendo em tempo do Santo padre, cujas grandes vertudes e grandes obras pera bem da christindade e confusão dos In-

quarta feira ás VII oras depois meio dia, X dias de abril de 1538. *Esta folha serviu evidentemente de capa ás minutas das cartas, a que se refere; mas essas minutas não se encontram no volume. Crémos que uma d'ellas é esta que publicamos, e á qual parece referir-se um rascunho, tambem sem data, que publicaremos depois do Breve de 31 de maio.*

fiés me prometem tudo, sendo esta necesidade das propias, por que vejo que Sua Santidade faz tudo, fiquo com muy certa sperança que ele nam averá esta terra, nem meus vasalos, onde quer que estam servindo a deos e pelejando por Sua Santa fee, por menos seus e do seu cural, a que elé como pastor vnyuersal he obrigado, que os propios povos de Italia, e terra em que agora reside, pois toda a Christindade sem deferença nenhuuma he seu asento pola vniuersal obrigaçam e vniuersal poder em toda ela. Estas cousas todas lhe dirês, e que eu, vendo me n esta fadigua, me socorro a Sua Santidade, como Rey christaõ e como a viguairo de Christo. E que não deixa de me acrecentar muyto tambem a esperança de aver de receber d ele toda merce, saber de mym o que desejo servilo, e o grande amor que lhe tenho, e sey que elle me tem, por onde particularmente devo confiar que este meu trabalho aja de ser ainda mais propio seu. E porque o socorro de laa e merce de Sua Santidade não poderia ser de sua propia fazenda, de que eu a tambem speraria quando nam soubese os gastos de laa, me pareceo bem apontar as cousas em que, com o d esta mesma terra de cuja defensam se trata, Sua Santidade me pode socorrer em alguma parte, que em tudo seria imposiuel ; e mais neste ensejo, em que eu, polas grandes fomes e carestia em que a terra estaa, e trabalho de todo o pouo, ey de trabalhar quanto poder de vsar o menos que me for posiuel das propias merces, que me Sua Santidade fizer. E as cousas sam estas :

Primeiramente todo o dinheiro, que se arrecadar d estas duas dizimas, que Sua Santidade mandou pòr n esta terra á clerezia, que nam seria rezam, sobrevindo tamto mayor necesidade a mym e á coroa de meus Reynos, do que pode ser nenhuuma outra, tirar se d ela a propia força e dinheiro pera outra parte. E por muy certo tenho que Sua Santidade sempre neste negocio teria resguardado todo tempo e caso, em que qua a necesidade fose maior que a de laa, que he este verdadeiramente.

Item. Hos comendadores e rendas da ordem de Saõ Joham do ospital nestes Reynos paguam certas responsoẽes cada anno ao gram mestre. E que seja pouqua cantidade, todavia deue Sua Santidade d auer por bem que neste tempo, em que craramente pera defender meus vasalos e estado os naturais de qua das rendas, que qua tem, paguem antes qua por algum tempo, que a outra nenhuma parte, onde se não pode fazer igual serviço a deos na mesma causa pera que esta renda he deputada e

ordenada pelos Santos padres. E esta merce ey por bem que peçais somente por tenpo de cinco annos. Polo qual tempo de cinquo annos pedirês tambem a Sua Santidade que me faça merce das rendas de tres annos de todolos beneficios, que em meus Reynos e senhorios vagarem, que forem de valia de dozentos cruzados pera cima, tirando conesias e comendas.

Item. Que Sua Santidade aja por bem que eu posa vender todas as Jurdições de vasalos, que os arcebispados e bispados e moesteiros, asy domeñs como de molheres, tem nestes Reynos, áquelas pesoas que me bem parecer, e polos preços que me parecer, pera se converter nesta santa obra e defensão, qua não he de crer que aos mesmos dotadores, que foram os propios Reis desta terra, e que a ganharam pelejando sendo vivos, e vendo estoutras necesidades, parecese outra cousa. E eu spero em noso Senhor que, com a ajuda de Sua Santidade e com a justiça da causa, ele me dará tal mão contra os imigos de sua Santa See Catoliqua, que a igreja deste Reyno aja mor recompensa de tudo o que se agora vender.

Item. As igrejas e moesteiros e bispados deste Reyno tem muytos prazos, que comummente se aforam em tres pesoas: a qual maneira d aforar nas terras de paã he boa; nas casas, vinhas, ortas, moinhos e olivaes he contraria ao propio bem e proveito da igreja, porque sam propriadades que recebem grande perda, e muytas se perdem totalmente soo pola daneficação; e bemfeitorias não as faz, senão quem cuyda que o que gasta ha de ficar a sua socesão: dizei a Sua Santidade que lhe peço muito por merce que aja por bem de eu poder aforar em fatiota todas estas erdades desta calidade ás pesoas que me bem parecer, e com o acrecentamento dos foros que for comviniente. E que o dinheiro, que as partes quizerem dar por estes aforamentos, eu o posa mandar arrecadar e gastar neste mesmo vso da guerra dos infieis. E nisto Sua Santidade crea que as igrejas nam receberám perda nenhuuma. E de mym deue de confiar que no aforar mandarey ter tal maneira, e se fará com tanto respeito ao bem da igreja, que na mesma cousa em que eu recebo merce os clerigos recebam proveito.

Estas sam as cousas, que ey por meu seruiço pedirdes ao Santo Padre de minha parte, e em que Sua Santidade me pode fazer merce sem poer mais de sua casa que sua autoridade. E porem, por cima de todas minhas necesidades, e deste tamanho perigo da india, se deos o não re-

medea, minha tençam nam he pedir ao papa senam aquelas cousas, que o emperador meu irmão tem avidas, porque estas, ainda que ao pedilas se nam aja de nomear o emperador, todavia he de crer que, lenbrando se Sua Santidade que lhas tem concedidas, as nam negará a mym. E porque eu sam informado que alguũas d estas tem pedidas e lhe sam concedidas, vos trabalharês la pera saberdes as que pedio e lhe deram, e essas pedirês somente, nam falando nas outras ate mo nam escreverdes, tirando as dizimas e responsões das rendas, e licença de emprazar em fatiota, porque n estas falarês sem embargo do emperador as nam ter pedidas. E farês toda instancia posivel e deligencia por que se tudo conceda na forma em que se pede. E ey por escusado emcaregar vos estes negocios mais, porque o tempo e causa per que se pedem, e voso desejo de me servir, volos encaregam tanto que abasta. E eu confio de vós que n isto me servirês tan bem, como sempre o fazês. E de tudo o que fizerdes e passardes com o papa, e Sua Santidade vos responder, e vos parecer em cada cousa, me avisarês muy meuda e declaradamente.

Sprita etc. [1].

Breve do Papa Paulo III dirigido a el-Rei.

1538 — Abril 26.

Paulus Papa III Carissime in Christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem.

Quarto iam scribimus ad dilectum filium nostrum Cardinalem Portugalliae, fratrem tuum, ut aduentum ad nos suum ulterius non differat; Non enim conuenit illius aetatis et dignitatis virum itinerum labores, aut ulla alia incommoda pro celebratione vniuersalis Concilii, et pro pacandis inter se Christianis Principibus, euitare, Quando nos ipsi in hac constituti aetate pro hoc peregrinari et omnes labores subire non recusamus, ut tandem aliquando per ipsorum Principum pacem, et eiusdem synodi celebrationem, miseram Christianitatem, tam diu afflictam, consolari pos-

[1] *Rascunho no* Arch. Nac., Cartas missivas sem data, Maç. 2, n.° 353.

simus. Qua in re eiusdem fratris tui presentia, pro sua virtute et auctoritate, non parum profutura et particulariter tuo Regno honorem ac utilitatem allatura est. Quapropter Maiestatem tuam in Domino requirimus ut, sine alia ulteriori excusatione, quam quidem admissuri non sumus, eundem Cardinalem hortari uelit ut tandem istinc discedere et ad nos uenire maturet, in quo tua Maiestas rem nobis gratissimam faciet.

Datum in Ciuitate nostra Placentiae, sub annulo Piscatoris, Die XXVI Aprilis, MDXXXVIII, Pontificatus nostri Anno Quarto — *Fabius Vigil.* [1].

Breve do Papa Paulo III dirigido a el-Rei.

1538—Maio 22.

Paulus Papa III Carissime in christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem.

Dicet Maiestati tuae nostro iussu dilectus filius Hieronymus Ricenas de Capite ferreo, Nuntius apud te noster, quo desyderio aduentum Praelatorum tui Regni ad vniuersalis concilii celebrationem expectemus. Quare Maiestatem tuam hortamur ut eidem Nuntio super hoc solitam fidem habere et nostrum hoc desyderium tua auctoritate, si opus fuerit, confouere uelis.

Datum in Domo sancti Francisci extra muros Nicienses, sub annulo piscatoris, Die XXII Maii, MDXXXVIII, Pontificatus nostri Anno Quarto — *Fabius Vigil.* [2].

[1] ARCH. NAC., Maç. 37 de Bullas, n.° 55.

[2] *Ibid.* n.° 57.

Bulla do Papa Paulo III, dirigida ao Infante D. Henrique.

1538 — Maio 31.

Paulus episcopus seruus seruorum dei dilecto filio Henrrico, electo Bracharensi, Salutem et apostolicam benedictionem.

Personam tuam nobis et apostolice sedi deuotam tuis exigentibus meritis paterna beniuolentia prosequentes, illa tibi fauorabiliter concedimus, que tuis commoditatibus fore conspicimus opportuna. Cum itaque Prioratus Monasterium nuncupatus per Priorem soliti gubernari Sancti Martini de Caramoros, ordinis sancti Augustini Canonicorum regularium, Bracharensis diocesis, ex eo quod dilectus filius noster Franciscus, tituli Sancte Crucis in Ihierusalem presbiter Cardinalis, cui alias Prioratus predictus, certo tunc expresso modo vacans, per eum quoad uiueret. etiam vna cum Sancte Crucis in Ihierusalem, que tituli sui cardinalatus existit, ac quibusuis aliis ecclesiis monasteriis et beneficiis ecclesiasticis, que ex quibusuis concessionibus et dispensationibus apostolicis in titulum seu commendam vel alias obtinebat et expectabat, tenendus regendus et gubernandus apostolica fuerat auctoritate commendatus, ipsius Prioratus possessione per eum non habita, commende huiusmodi ac omni iuri sibi in dicto Prioratu vel ad illum quomodolibet competenti hodie in manibus nostris sponte et libere cessit, nosque cessionem huiusmodi duximus admittendam adhuc eo quo ante commendam eandem uacabat modo uacare noscatur ad presens: Nos tibi, qui, sicut accepimus, Carissimi in christo filii nostri Johannis, Portugalie et Algarbiorum Regis Illustris, frater germanus, Infans nuncupatus, existis, vt statum tuum iuxta Pontificalis dignitatis exigentiam decentius tenere valeas, de alicuius subuentionis auxilio prouidere, premissorumque meritorum intuitu specialem gratiam facere uolentes, teque a quibusuis excommunicationis suspensionis et interdicti, aliisque ecclesiasticis sententiis censuris et penis, a iure uel ab homine quauis occasione uel causa latis, si quibus quomodolibet innodatus existis, ad effectum presentium duntaxat consequendum, harum serie absoluentes et absolutum fore

censentes ; necnon omnia et singula beneficia ecclesiastica, cum cura et sine cura, que in titulum et commendam, seu alias, etiam ex quibusuis concessionibus et dispensationibus apostolicis, obtines et expectas, ac in quibus et ad que ius tibi quomodolibet competit, quecunque quotcunque et qualiacunque sint, eorumque fructuum, reddituum et prouentuum ueros annuos valores, ac huiusmodi concessionum et dispensationum tenores, uerumque et ultimum dicti Prioratus uacationis modo, etiam si ex illo queuis generalis reseruatio, etiam in corpore iuris clausa, resultet, presentibus pro expressis habentes ; Prioratum huiusmodi, qui conuentualis est, cuiusque et illi forsan annexorum fructus redditus et prouentus Sexingentorum ducatorum auri de Camera secundum communem extimationem ualorem annuum, ut asseris, non excedunt, siue premisso siue alio quouismodo aut ex alterius cuiuscunque persona, seu per liberam cuiusuis resignationem de illo in Romana Curia vel extra eam, etiam coram Notario publico et testibus sponte factam, aut Constitutionem felicis recordationis Johannis pape XXII, predecessoris nostri, que incipit « Execrabilis » vel assecutionem alterius beneficii ecclesiastici quauis auctoritate collati uacet, etiam si tanto tempore uacauerit quod eius collatio iuxta Lateranensi statuta Concilii ad sedem apostolicam legitime deuoluta, ipseque Prioratus dispositioni apostolice specialiter vel ex eo quod est dignitas conuentualis generaliter reseruatus existat, et ad illum consueuerit, quis per electionem assumi, eique cura etiam iurisditionalis immineat animarum super eo quoque inter aliquos lis, cuius statum presentibus haberi volumus pro expresso, pendeat indecisa, dummodo tempore date presentium non sit in eo alicui specialiter ius quesitum, cum annexis huiusmodi ac omnibus iuribus et pertinentiis suis, tibi per te quoad uixeris, etiam vna cum ecclesia Bracharensi, cui preesse dinosceris, ac quibusuis aliis beneficiis ecclesiasticis, cum cura et sine cura, secularibus et quorumuis ordinum regularibus, que ut prefertur obtines et imposterum obtinebis, tenendum regendum et gubernandum, Ita quod liceat tibi, debitis et consuetis Prioratus huiusmodi ac dilectorum filiorum illius Conuentus supportatis oneribus, de residuis illius fructibus redditibus et prouentibus disponere et ordinare, sicuti illum in titulum pro tempore obtinentes de illis disponere et ordinare potuerunt seu etiam debuerunt, alienatione tamen quorumcumque illius bonorum immobilium et preciosorum mobilium tibi penitus interdicta, apostolica auctoritate tenore presentium commendamus. Quo-

circa Venerabilibus fratribus nostris Gaietano et Casertano Episcopis, ac dilecto filio Officiali Bracharensi per apostolica scripta mandamus quatinus ipsi, uel duo aut vnus eorum, per se uel alium seu alios, te, recepto prius a te nostro et Romane ecclesie nomine fidelitatis debite solito iuramento iuxta formam quam sub bulla nostra mittimus introclusam, uel procuratorem tuum nomine tuo, in corporalem possessionem Prioratus et annexorum iuriumque et pertinentiarum predictorum inducant auctoritate nostra et defendant inductum, amoto ex inde quolibet illicito detentore, facientes te uel pro te, procuratorem predictum, ad Prioratum huiusmodi ut est moris admitti, tibique de illius ac annexorum huiusmodi fructibus redditibus, prouentibus, iuribus et obuentionibus uniuersis integre responderi, Contradictores auctoritate nostra, appellatione postposita, compescendo. Non obstantibus pie memorie Bonifacii pape VIII, etiam predecessoris nostri, et aliis apostolicis Constitutionibus, ac Monasterii et ordinis predictorum iuramento confirmatione apostolica uel quauis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus contrariis quibuscumque. Aut si aliqui super commendis sibi faciendis de Prioratibus huiusmodi speciales uel aliis beneficiis ecclesiasticis in illis partibus generales dicte sedis uel Legatorum eius litteras impetrarint, etiam si per eas ad inhibitionem, reseruationem et decretum uel alias quomodolibet sit processum, quibus omnibus te in assecutione dicti Prioratus uolumus anteferri, sed nullum per hoc eis quoad assecutionem Priorauum seu beneficiorum aliorum preiudicium generari. Seu si pro tempore existenti Archiepiscopo Bracharensi et eisdem Conuentui uel quibusuis aliis communiter uel diuisim, ab eadem sit sede indultum quod ad receptionem uel prouisionem alicuius minime teneantur et ad id compelli aut quod interdici suspendi uel excommunicari non possint; quodque de Prioratibus huiusmodi, uel aliis beneficiis ecclesiasticis ad eorum collationem presentationem electionem seu quamuis aliam dispositionem coniunctim uel separatim spectantibus, nulli ualeat prouideri seu commenda fieri per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem, et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali uel speciali cuiuscumque tenoris existat, per quam presentibus non expressam uel totaliter non insertam effectus huiusmodi gratie impediri ualeat quomodolibet uel diferri, et de qua cuiusque toto tenore habenda sit in nostris litteris mentio specialis. Volumus autem quod propter huiusmodi commendam dictus Prioratus debitis non fraudetur obse-

quiis, et animarum cura in eo siqua illi immineat nullatenus negligatur, sed eius ac Conuentus predictorum congrue supportentur onera antedicta. Et insuper ex nunc irritum decernimus et inane si secus super hiis a quoquam quauis auctoritate scienter uel ignoranter contigerit attemptari. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre absolutionis commende mandati decreti et uoluntatis infringere, uel ei ausu temerario contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis dei, ac beatorum Petri et Pauli Apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum extra muros Nicienses Anno Incarnationis Dominice Millesimo quingentesimo trigesimo octauo, pridie kalendas Junii, Pontificatus nostri Anno Quarto [1].

Carta d'el-Rei a D. Pedro Mascarenhas.

(1538—,,.?)

Dom pedro etc. — Eu vos escreyy e respondy a todas vosas cartas largamente, e se vos despachou correo, que d aquy partyo aos x d abril, emderençado pola corte da emperatriz por via de francisco pesoa. E por este correo vos mandey cartas pera o papa, e outras. E porque era ja tempo da reposta d estas minhas cartas ser vinda, e nam vem, me pareceo, asy pola calidade dos tempos que correm, e por outros desastres, que em todo tempo soyem acontecer a correos, que poderia ser este que vos despachey ter avido alguum impedimento. E porque as cousas que leuaua releuavam todas; e a meu serviço agora releva muyto mais ver reposta d elas, e do que por aquelas cartas vos mandava que diseseys e negoceaseys com o Santo padre, e o que Sua Santidade vos respondeo e manda, me pareceo necesario vos tornar a despachar este coreo com toda diligencia. E por ele vos mando o duplicado de tudo o que o outro levou, porque, se por alguum caso as outras cartas ainda não forem em vosa mão, por estas posaes fazer o mesmo, que pelas outras vos man-

[1] Arch. Nac., Maç. 24 de Bullas, n.° 24.

dava que fizeseys. E en tal caso he bem saber de vós Sua Santidade a causa da tardança das outras cartas. E muyto vos emcomendo que, se ainda nam tendes respondido ás outras, que a estas, e ao que vos agora mais sprevo, o façaes com a mayor presteza que vos for posivel.

CAPITOLO POR SY APARTADO.

Porque, despois d estas cartas que vos sprevy, ouue avisos por muytas vias asy da partyda do papa pera niça, como dos legados, que mandou a vincença, serem partidos pera darem principio ao Concilio; e agora de Sua Santidade ja ser em Saona; e, segundo parece, as cousas se vão achegando a mais concrusão, da que antes parecia; e, sendo asy, he tambem rezão eu apertar mais a resolução do que devo fazer em todas estas cousas, que sempre ha de ser o que me parecer que he mais serviço de deos e bem do mesmo negocio, e serviço de Sua Santidade; e como vedes pelas outras cartas, e pelo duplicado d elas, eu escrevy a Sua Santidade e a vós asaz declaradamente o que me pareceo que convinha, e em que eu desejaua de receber merce de Sua Santidade; porque lhe não pareça pela ventura agora que, com se la apertarem as cousas, e eu nam apertar tambem qua, nem me determinar de todo do que deuo fazer, he alguum descuido, ou nam ter esta vontade que digo, que em mym he e será sempre muy determinada e verdadeira, vos quys com esta dyligencia e presteza sprever. E ha Sua Santidade darês minha carta de crença, que com esta vos vay, e lhe dirês que eu vos despachey os dias pasados sobre estas cousas todas, como terá visto, ou agora verá pelo duplicado que vos mando; e que, por estar cada dia esperando sua resposta, sem a qual eu nam quis fazer outra mudança, parecendo que o que se ouuer de fazer se fará muyto milhor despois de ver sua vontade determinada, que eu sempre ey de folgar de compryr, e obedecer como o devo a Rey christaão, e como filho muy obidiente seu e servidor; e por me tardar a reposta d estas cartas, que de qua partiram aos x d abril, quys tornar a sprever e despachar este coreo em toda diligencia pera, se o outro teve impidimento e nam pasou, este fazer o mesmo efeyto, e, se tardou, este vos solicitar mais e me trazer a reposta, com a qual me resolverey logo e conformarey, quanto me a mym for posivel, com ho que

Sua Santidade ouver mais por seu serviço e me mandar, que eu tenho por muy certo que será sempre conforme a suas grandes vertudes, e ao que deue a verdadeiro vigairo de christo, e seu santisimo oficio pastoral, e conforme ao que as necesidades da christindade, e perigo em que a fee e povo christão n estes tempos estaa, pera ajuda e presteza das quaes cousas e remedio delas eu ey de poer todas as forças minhas e de meus regnos com a mayor autoridade, que poder, e com toda a de meus estados, prelados, e clerezia deles. E em tudo tomarey resoluçam no ponto que me seu recado, e reposta do que lhe tenho sprito, e por vós mandado dizer, me chegar: nem averá outra dilaçam em Sua Santidade ser servido no que eu dever de fazer, que a que ouuer em eu ser certo da concrusão que as cousas la tomam, e certeficado de sua vontade.

E esta he a causa porque se despacha este coreo, juntamente com arrecear do outro nam ser la, e ser causa de me mais tardar esta reposta, que eu queria que me viese ho mais asinha que podese ser, porque, pera fazer o que devo ao serviço de deos e a bem da christindade, e mays em tempo de Sua Santidade, me pesaria muyto de qualquer impedimento, que se me oferecese, por pequeno que fose, por quam verdadeiramente desejo de comprir em tudo inteiramente minha obrigaçam.

Acerqua das dizimas não ha que vos mais dizer que o que por vosas Istruções levastes, e despois se vos escreveo, e agora por estas duplicadas verês muy largamente. E avendo tantas rezois como ha pera o papa n iso folgar de me comprazer e fazer merce, eu confio em Sua Santidade e em voso boom cuidado, e maneyra que n iso terês, que o negocio sayrá conforme a esperança, que dele me escrevestes em vosas deradeiras cartas que levaveys, polo que Cobos vos disera, e alcançareys na corte do emperador meu irmão.

E quanto á yda de meus irmãos ao concilio, e oferecimento que mando fazer ao papa, nam ha que mudar nem vos mais sprever, que o que vos tenho sprito e mandado que digais, somente, pois que as cousas estam ja tão achegadas a concrusam, e o emperador e o papa juntos, segundo tenho aviso por cartas de dom aleixo, que de sua chegada a vila franqua me avisou, e de como o santo padre era em Saona e seria logo em niça, não parece que posa estar o negocio do concilio e proseguimento dele mais tempo sospenso. E porque o nuncio do Santo padre dá muyta presa aos perlados de meus Reynos, e he cousa de grande im-

portancia eu saber o termo em que verdadeiramente as cousas la estam, e o que devo fazer, asy acerqua de meus Irmãos como dos outros perlados, que com eles, ou sem eles, ouuerem de hyr; E todavia averia por muyto meu serviço Sua Santidade querer leixar em mym os que ouuerem dyr, pois he certo que eu n iso, nem em outra nenhuma cousa, onde entrar o serviço de deos, e necesidade das cousas da fee, e autoridade da See apostolica e de Sua Santidade, eu ey sempre de querer e escolher o que a este preposyto mais fizer e no negocio todo mais posa aproveitar e servyr. As quaes rezois todas, alem de as ja levardes em vosas Instruções, e despois volas ter repricadas e mandado que as apresentaseys ao Santo padre, e trabalhaseys por ele o querer asy; todavia não ouue por sobejo volo tornar nesta a lembrar, e vos emcomendo muyto e mando que n iso torneys apertar todo o posivel. E do que Sua Santidade vos responder, e determinadamente asentar, me avisarês com grande diligencia, e muy declaradamente porque, como no capitolo atras vos sprevo, sperar sua reposta, e determinação do que manda, me detem no que devo fazer, e nam outra cousa. Estando as cousas de maneyra e Sua Santidade em tal determinaçam que nam aja remedio de a tal eleição deixar a mym, e todavia quiser que vão todos os que nam tiverem legitimo impedymento, e virdes que niso não aja mais que esperar, entam pedirês a Sua Santidade, como nes outras cartas vos vay apontado, que alargue alguum tempo pera se pôrem em ordem os que ouuerem d yr. E asy mesmo trabalharês muyto por tirardes despacho e breve de Sua Santidade, como em vosas instruções levais muy declarado, acerqua dos beneficios, asy bispados como moesteyros, dos prelados que forem. E, se acertar, yndo, estando, ou tornando, de falecer, que destes se proveja a mynha vontade e contentamento, qua nam seria rezam, pois que quando acontece os taes beneficios vagarem em meus Reynos nunqua se dam, senam ás pesoas pera que eu os peço, e asy deos he mais servido, porque eu sempre escolho os que mais sam pera eles, morendo as mesmas pesoas em serviço de deos e da Igreja e na obidiencia de Sua Santidade e por meu mandado, averem o que vagar pesoas estranhas. E posto que eu tenha por muy certo que Sua Santidade, nem o Sagrado Concilio, nam proveria em outra maneyra, nem me faria tamanho agravo; todavia ey por muy necesario pera tirar toda duuida, e a Sua Santidade causa de importunações, ysto pasar per breve muy declarado, e com taes clausulas que, acontecendo tal caso,

nam posa nacer duvida alguuma. E esta provisam me mandarês com os primeiros recados.

Muyto folgarey de me spreverdes, por todas as vias que vos forem posives, asy de coreos do emperador meu irmão, e por via da corte da emperatriz endereçando as cartas a antonio homem, meu capelam, que nela pera este efeyto mando andar, como por via de mercadores, e de qualquer outra que se oferecer, porque os tempos sam de calidade e os negocios do mundo tamanhos, que por todalas vias nam podem deixar de a mym toquar muyto e muy particularmente. E de todas queria ser avisado muyto ameude e muy largamente, e em special da paz antre o emperador e elRey de França, o que nela he feyto ou sespera que se faça ; e, avendo impedimentos ou dilaçam, que noso senhor nam permita por sua misericordia, a calidade dos impedimentos, e tudo o mais que nesta materia e na do Concilio e cousas de laa, e apercebimentos do turquo poderdes saber, porque, como forem cousas pubricas, e em que se trate do bem ou mal uniuersal, não podem deixar de serem ante mym muy particulares, e de me toquarem particularmente.

Sprita etc.

Muyto Sancto etc. Eu sprevy os dias pasados a Vosa Santidade, e por dom pedro mascarenhas, do meu conselho e meu enbaixador, lhe mandey dizer alguuãs cousas, e responder a seus breves e ao que seu nuncio de sua parte me dise. E porque a reposta d estas cartas tarda, e pode ser que nam pasase tam asinha, polo desejo grande que tenho de em tudo comprir com o que devo e os mandados de Vossa Santidade, torno a despachar este coreo em toda diligencia pera de sua vontade em todas as sobre ditas cousas ser certeficado, e conforme a ela poder obrar e o servyr, como mais largamente dom pedro lhe dirá. Soprico e peço a vosa santidade muy humildosamente que o ouça e crea em tudo o que de minha parte lhe diser.

Muyto Sancto etc. [1].

[1] *Rascunho no* Arch. Nac., Cartas missivas sem data, Maç. 2, n.º 123. *Diz no verso:* Pera dom Pedro mascarenhas, que leuou sylva.

Breve do Papa Paulo III dirigido ao Infante D. Henrique.

1538 — Setembro 16.

Paulus episcopus, Seruus Seruorum dei, Dilecto filio Henrico, Infanti Portugalie, Electo Bracharensi, Salutem et apostolicam benedictionem.

Personam tuam nobis et apostolice sedi deuotam, tuis exigentibus meritis, paterna beniuolentia prosequentes, illa tibi fauorabiliter concedimus, que tuis commoditatibus fore conspicimus opportuna. Dudum siquidem omnes dignitates, ceteraque beneficia ecclesiastica, cum cura et sine cura, apud sedem apostolicam tunc vacantia et in antea vacatura, collationi et dispositioni nostre reseruauimus, decernentes ex tunc irritum et inane, si secus super hiis a quoquam quauis auctoritate scienter vel ignoranter contingeret attemptari. Cum itaque postmodum Prioratus secularis et collegiate ecclesie sancti martini de Cedofeita, prope et extra muros Portugalenses, per liberam resignationem dilecti filii Emanuelis de Sousa, nuper ipsius ecclesie Prioris, de illo quem tunc obtinebat per dilectum filium Petrum Mascarenhas, militem militie Jesu christi, Cistertiensis ordinis, procuratorem suum ad hoc ab eo spetialiter constitutum, in manibus nostris sponte factam et per nos admissam, apud sedem predictam uacauerit et vacet ad presens, nullusque de illo preter nos hac vice disponere potuerit siue possit, reseruatione et decreto obsistentibus supradictis, Nos tibi, qui, vt asseris, Carissimi in Christo filii nostri Johannis, Portugalie et Algarbiorum Regis Illustris, frater germanus existis, vt statum tuum iuxta pontificalis dignitatis èxigentiam decentius tenere valeas, de alicuius subuentionis auxilio prouidere, ac premissorum meritorum tuorum intuitu specialem gratiam facere volentes, teque a quibusuis excommunicationis suspensionis et interdicti, aliisque ecclesiasticis sententiis censuris et penis, a iure vel ab homine, quauis occasione vel causa latis, si quibus quomodolibet inodatus existis, ad effectum presentium duntaxat consequendum, harum serie absoluentes et absolutum

fore censentes; Necnon omnia et singula monasteria et beneficia ecclesiastica, cum cura et sine cura, secularia et quorumuis ordinum regularia, que ex quibusuis dispensationibus et concessionibus apostolicis in titulum et commendam ac alias obtines et expectas; necnon in quibus et ad que ius tibi quomodolibet competit, quecunque quotcunque et qualiacunque sint, eorumqne fructuum reddituum et prouentuum veros annuos valores ac huiusmodi dispensationum et concessionum tenores; necnon quarumcunque pensionum annuarum tibi super quibusuis fructibus redditibus et prouentibus ecclesiasticis assignatarum quantitates, presentibus pro expressis habentes, Prioratum predictum, qui inibi dignitas principalis existit et cuius fructus redditus et prouentus trecentorum et septuaginta ducatorum auri de Camera, super quibus pensio annua quinquaginta ducatorum auri similium dilecto filio Roderico Lopez de Carualho, clerico illam annuatim percipienti, apostolica auctoritate, vt etiam asseris, reseruata existit, secundum cnmmunem extimationem valorem annuum, vt similiter asseris, non excedunt, siue premisso, siue alio quouis modo aut ex alterius cuiuscunque persona, seu per similem resignationem dicti Emanuelis vel cuiusuis alterius de illo, in Romana Curia vel extra eam, etiam coram notario publico et testibus sponte factam, aut Constitutionem felicis recordationis Johannis pape XXII, predecessoris nostri, que incipit «Execrabilis», vel assecutionem alterius beneficii ecclesiastici quauis auctoritate collati vacet, etiam si tanto tempore vacauerit quod eius collatio iuxta Lateranensis statuta Concilii ad sedem prefatam legitime deuoluta, ipseque Prioratus dispositioni apostolice specialiter vel alias generaliter reseruatus existat, et ad illum consueuerit, quis per electionem assumi eique cura etiam iurisdictionalis immineat animarum super eo quoque inter aliquos lis, cuius statum presentibus haberi volumus pro expresso, pendeat indecisa, dummodo eius dispositio ad nos hac vice pertineat, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis tibi per te quoad uixeris, etiam vna cum ecclesia Bracharensi, cui preesse dinosceris, etiam postquam munus consecrationis susceperis, ac omnibus et singulis monasteriis et beneficiis ecclesiasticis, cum cura et sine cura, secularibus et regularibus, que in titulum et commendam ac alias obtines, vt prefertur, et im posterum obtinebis, ac pensionibus annuis, quas percipis et percipies in futurum, tenendum, regendum et gubernandum. Ita quod liceat tibi, debitis et consuetis ipsius Prioratus supportatis oneribus, de residuis illius fructibus

redditibus et prouentibus disponere et ordinare, sicuti illum pro tempore in titulum obtinentes de illis disponere et ordinare potuerunt seu etiam debuerunt, Alienatione tamen quorumcunque illius bonorum immobilium et preciosorum nobilium tibi penitus interdicta, auctoritate apostolica commendamus, Decernentes prout est irritum et inane, si secus super hiis a quoquam quauis auctoritate scienter vel ignoranter attemptatum forsan est hactenus, vel imposterum contigerit attemptari. Non obstantibus pie memorie Bonifacii pape VIII, etiam predecessoris nostri, et aliis apostolicis Constitutionibus, ac dicte ecclesie sancti Martini iuramento, confirmatione apostolica, vel quauis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus, contrariis quibuscunque, Aut si aliqui super prouisionibus seu commendis sibi faciendis de dignitatibus ipsius ecclesie sancti Martini speciales, vel aliis beneficiis ecclesiasticis in illis partibus generales, dicte sedis vel legatorum eius litteras impetrarint, etiam si per eas ad inhibitionem, reseruationem et decretum, vel alias quomodolibet sit processum, Quibus omnibus te in assecutione dicti Prioratus volumus anteferri, sed nullum per hoc eis quoad assecutionem dignitatum vel beneficiorum aliorum preiudicium generari, Seu si venerabili fratri nostro Episcopo Portugalensi et dilectis filiis Capitulo ipsius ecclesie sancti Martini vel quibusuis aliis, communiter vel diuisim, ab eadem sit sede indultum quod ad receptionem vel prouisionem alicuius minime teneantur, et ad id compelli non possint. Quodque de dignitatibus eiusdem ecclesie sancti Martini, ac huiusmodi vel aliis beneficiis ecclesiasticis ad eorum collationem, prouisionem, presentationem, electionem, seu quamuis aliam dispositionem, coniunctim vel separatim, spectantibus nulli valeat prouideri, seu commenda fieri per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem, Et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali vel speciali, cuiuscunque tenoris existat, per quam presentibus non expressam, vel totaliter non insertam, effectus huiusmodi gratie impediri valeat quomodolibet vel differi, Et de qua cuiusque toto tenore habenda sit in nostris litteris mentio specialis, Prouiso quod propter huiusmodi commendam dictus prioratus debitis non fraudetur obsequiis, et animarum cura in eo, siqua illi imineat, nullatenus negligatur, sed eius congrue supportentur onera antedicta. Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre absolutionis, commende, decreti, et voluntatis infringere, vel ei ausu temerario

contraire. Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis dei, ac beatorum Petri et Pauli Apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Rome, apud sanctum marcum, Anno Incarnationis dominice Millesimo quingentesimo trigesimo octauo, Sexto decimo Kalendas Octobris, Pontificatus nostri Anno Quarto [1].

Bulla do Papa Paulo III dirigida ao Bispo de Caserta e aos Vigarios geraes do Porto e de Evora.

1538 — Setembro 16.

Paulus episcopus seruus seruorum dei Venerabili fratri Episcopo Casertano, et dilectis filiis Portugalensi et Elborensi Officialibus, Salutem et apostolicam benedictionem.

Hodie dilecto filio Henrico, Infanti Portugalie, Electo Bracharensi, Prioratum secularis et Collegiate ecclesie sancti Martini de Cedofeita, prope et extra muros Portugalenses, tunc per liberam resignationem dilecti filii Emanuelis de Sousa, nuper ipsius ecclesie Prioris, de illo quem tunc obtinebat, per certum procuratorem suum ad id ab eo specialiter constitutum, in manibus nostris sponte factam et per nos admissam, apud sedem apostolicam vacantem, et antea dispositioni apostolice reseruatum, cum omnibus iuribus et pertinentiis suis, per eum quoad viueret tenendum regendum et gubernandum per alias nostras litteras commendauimus, prout in eisdem litteris plenius continetur. Quocirca Discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos, vel duo aut vnus vestrum, si et postquam dicte littere vobis presentate fuerint per vos, vel alium seu alios, eundem Henricum, recepto prius ab eo nostro et Romane ecclesie nomine fidelitatis debite solito iuramento, iuxta formam, quam sub Bulla nostra mittimus introclusam, vel procuratorem suum eius nomine, in corporalem possessionem Prioratus iuriumque et pertinentia-

[1] Arch. Nac., Maç. 18 de Bullas, n.º 26.

rum predictorum inducatis auctoritate nostra, et defendatis inductum, amoto exinde quolibet detentore, facientes Henricum, vel pro eo procuratorem predictum, ad Prioratum huiusmodi, vt est moris, admitti, sibique de ipsius Prioratus fructibus, redditibus, prouentibus, iuribus et obuentionibus vniuersis integre responderi, Contradictores auctoritate nostra appellatione postposita compescendo: Non obstantibus omnibus, que in dictis litteris voluimus non obstare. Seu si venerabili fratri nostro Episcopo Portugalensi, et dilectis filiis Capitulo dicte ecclesie, vel quibusuis aliis communiter vel diuisim ab eadem sit sede indultum quod interdici, suspendi, vel excommunicari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem.

Datum Rome, apud Sanctum marcum, Anno Incarnationis dominice millesimo quingentesimo trigesimo octauo, Sexto decimo Kalendas Octobris, Pontificatus nostri Anno Quarto [1].

Bulla do Papa Paulo III dirigida a el-Rei.

1538 — Setembro 23.

Paulus episcopus, seruus seruorum dei, Carissimo in christo filio Johanni, Portugallie et Algarbiorum Regi Illustri, Salutem et apostolicam benedictionem.

Gratie diuine premium acquiritur et humane laudis preconium, si per seculares principes ecclesiarum prelatis, presertim pontificali dignitate preditis, opportuni fauoris presidium et honor debitus impendatur. Hodie siquidem ecclesie Siluensi, tunc per obitum bone memorie Ferdinandi, olim episcopi siluensis, extra Romanam Curiam defuncti, pastoris solatio destitute, de persona dilecti filii Emanuelis, Electi Siluensis, nobis et fratribus nostris ob suorum exigentiam meritorum accepta, de fratrum eorundem consilio, apostolica auctoritate prouidimus, ipsumque illi in Episcopum prefecimus et pastorem, curam et administrationem ipsius

[1] Arch. Nac., Maç. 31 de Bullas, n.º 10.

ecclesie sibi in sperituálibus et temporalibus plenarie committendo, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur. Cum itaque, fili Carissime, sit virtutis opus dei ministros benigno fauore prosequi, ac eos verbis et operibus pro Regis eterni gloria venerari, Maiestatem tuam regiam rogamus et hortamur attente quatenus eundem Emanuelem, Electum, et ecclesiam predictam sue cure commissam, habens pro nostra et apostolice sedis reuerentia propensius commendatos, in ampliandis et conseruandis iuribus suis sic eos benigni fauoris auxilio prosequaris, quod ipse Emanuel, Electus, tue Celsitudinis fultus presidio, in commisso sibi cure pastoralis officio possit deo propicio prosperari, ac tibi exinde a deo perennis vite preminm et a nobis condigna proueniat actio gratiarum.

Datum Rome, apud Sanctum marcum, Anno Incarnationis dominice millesimo quingentesimo trigesimo octauo, Nono Kalendas Octobris, Pontificatus nostri Anno Quarto [1].

Bulla do Papa Paulo III dirigida a el-Rei.

1538 — Setembro 23.

Paulus episcopus seruus seruorum dei Carissimo in Cristo filio Johanni, Portugallie et Algarbiorum Regi Illustri, Salutem et apostolicam benedictionem.

Gratie diuine premium et humane laudis preconium acquiritur, si per seculares principes ecclesiarum prelatis, presertim pontificali dignitate preditis, opportuni fauoris presidium et honor debitus impendatur. Hodie siquidem ecclesie Sancti Jacobi, Insule sancti Jacobi de Cabo verde nuncupate, tunc per obitum bone memorie Blasii, olim Episcopi sancti Jacobi eiusdem Insule, extra Romanam Curiam defuncti, pastoris solatio destitute, de persona dilecti filii Johannis, Electi sancti Jacobi dicte Insule, nobis et fratribus nostris ob suorum exigentiam meritorum accepta, de fratrum eorundem consilio, apostolica auctoritate prouidimus, ipsumque illi in Episcopum prefecimus et pastorem, curam et administrationem

[1] Arch. Nac., Maç. 17 de ullas, n.º 23.

ipsius ecclesie sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur. Cum itaque, fili carissime, sit virtutis opus dei ministros benigno fauore prosequi, ac eos verbis et operibus pro Regis eterni gloria venerari, maiestatem tuam Regiam rogamus et hortamur attente quatinus eundem Johannem, Electum, et ecclesiam predictam sue cure commissam, habens pro nostra et apostolice sedis reuerentia propentius commendatos, in ampliandis et conseruandis iuribus suis sic eos benigni fauoris auxilio prosequaris, quod ipse Johannes, Electus, tue celsitudinis fultus presidio, in commisso sibi cure pastoralis officio possit deo propicio prosperari, ac tibi exinde a deo peremnis vite premium et a nobis condigna proueniat actio gratiarum.

Datum Rome, apud Sanctum marcum, Anno Incarnationis dominice millesimo quingentesimo trigesimo octauo, Nono kalendas Octobris, Pontificatus nostri Anno Quarto [1].

Bulla do Papa Paulo III dirigida ao Infante D. Henrique.

1538 — Setembro 23.

Paulus episcopus, seruus seruorum dei, Dilecto filio Henrico, Electo Bracharensi, Salutem et apostolicam benedictionem.

Romani pontificis prouidentia circumspecta ecclesiis et monasteriis singulis, que vacationis incommoda deplorare noscuntur, vt gubernatorum vtilium fulciantur presidio, prospicit diligenter, ac personis ecclesiasticis quibuslibet, presertim pontificali dignitate preditis, vt in suis opportunitatibus congruum suscipiant releuamen, de subuentionis auxilio, prout decens est, prouidet opportuno. Sane sancti Saluatoris de Trauanca, et sancti Petri de Pedroso, ordinis sancti Benedicti, Bracharensis et Portugalensis diocesium, Monasteriis, que dilectus filius Emmanuel de Sousa, presbiter, ex concessione et dispensatione apostolica in commendam nuper obtinebat, commenda huiusmodi, ex eo quod dictus Emanuel

[1] Arch. Nac., Maço 24 de Bullas, n.º 25.

illi hodie in manibus nostris sponte et libere cessit, nosque cessionem ipsam duximus admittendam, cessante, adhuc eis, quibus dum eidem Emanueli commendata fuerunt vacabant, modis vacantibus: Nos veros et vltimos dictorum monasteriorum vacationum modos, etiam si ex illis queuis generalis reseruatio, etiam in corpore juris clausa, resultet, presentibus pro expressis habentes, ac tam eisdem monasteriis de gubernatore vtili et idoneo, per quem circumspecte regi et salubriter dirigi valeant, quam tibi carissimi in christo filii nostri Johannis, Portugallie et Algarbiorum Regis Illustris, fratri germano, et pro quo idem Johannes Rex nobis super hoc per suas litteras humiliter supplicauit, vt statum tuum iuxta pontificalis dignitatis exigentiam decentius tenere valeas, de alicuius subuentionis auxilio prouidere volentes, monasteria predicta sic vacantia tibi, per te quoad vixeris, etiam vna cum ecclesia Bracharensi, cui preesse dinosceris, etiam postquam munus consecrationis tibi impensum fuerit, tenenda regenda et gubernanda, de fratrum nostrorum consilio, apostolica auctoritate commendamus, curam regimen et administrationem sancti Saluatoris, super cuius vna tertie partis omnium illius fructuum, reddituum et prouentuum Guidoni ascanio, sanctorum viti et modesti in Macello Martirum diacono Cardinali, Camerario nostro, ac super cuius fructibus redditibus et prouentibus alia pensiones annue Centum et Quinquaginta ducatorum auri de Camera Duranti, Electo Algarensi, dilectis filiis illas annuatim percipientibus dicta auctoritate reseruate existunt, que in omnibus et per omnia salue sint et illese permaneant, sancti Petri Monasteriorum eorundem tibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo, firma spe fiduciaque conceptis quod, dirigente domino, actus tuos Monasteria predicta per tue diligentie laudabile studium regentur vtiliter, et prospere dirigentur, ac grata in eisdem spiritualibus et temporalibus suscipient incrementa. Volumus autem quod propter huiusmodi commendam in dictis Monasteriis diuinus cultus, ac solitus Monacorum et ministrorum numerus, nullatenus minuatur, sed illius ac dilectorum filiorum Conuentuum eorundem congrue supportentur onera consueta. Et quod oneribus huiusmodi debite supportatis, Necnon Quarta si Abbatialis separata et seorsum a Conuentuali, Si uero communis inibi mensa fuerit, Tertia parte omnium fructuum reddituum et prouentuum ipsorum monasteriorum, in restaurationem illorum fabricarum seu ornamentorum emptionem vel fulcimentum, aut pauperum alimoniam, prout maior exegerit et suase-

rit necessitas, omnibus aliis deductis oneribus, Annis singulis impartita, de residuis fructibus redditibus et prouentibus monasteriorum huiusmodi disponere et ordinare libere et licite valeas, sicuti ipsorum monasteriorum Abbates, qui pro tempore fuerunt, de illis disponere et ordinare potuerunt seu etiam debuerunt, Alienatione tamen quorumcunque illorum bonorum immobilium, et preciosorum mobilium, tibi penitus interdicta. Quodque antequam regimini et administrationi dictorum monasteriorum te in aliquo immisceas, in manibus venerabilium fratrum nostrorum Lamacensis et Visensis Episcoporum, vel alterius eorum, fidelitatis debite solitum prestes iuramentum, iuxta formam, quam sub bulla nostra mittimus introclusam, Quibus et eorum cuilibet per alias nostras litteras mandamus vt ipsi, vel eorum alter, a te nostro et Romane ecclesie nomine huiusmodi recipiant seu recipiat iuramentum. Quocirca Discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus curam regimen et administrationem Monasteriorum huiusmodi sic per te, vel alium seu alios, gerere et exercere studeas sollicite fideliter et prudenter quod monasteria ipsa gubernatori prouido et fructuoso administratori gaudeant se commissa, Tuque, preter eterne retributionis premium, nostram et apostolice sedis benedictionem et gratiam exinde vberius consequi merearis.

Datum Rome, apud Sanctum marcum, Anno Incarnationis dominice millesimo quingentesimo trigesimo octauo, Nono Kalendas Octobris, Pontificatus nostri Anno Quarto [1].

Breve do Papa Paulo III dirigido a el-Rei.

1538 — Setembro 28.

Paulus Papa III Charissime in christo fili noster salutem et apostolicam benedictionem.

Exponi nobis nuper fecisti quod tu, ut ad laudem et gloriam omnipotentis Dei Regna et Dominia tua melius gubernare et administrare valeas, et in causis negociis et rebus in eisdem tuis Regnis pro tempore

[1] Arch. Nac., Maç. 23 de Bullas, n.º 11.

occurrentibus maturius procedatur, sacrique canones et diuina jura non uiolentur uel postponantur, sed peramplius obseruentur, cupis in consilio tuo personas ecclesiasticas graduatas uel honoratas interuenire et adesse; sed, quia aliquae ex dictis personis, dubitantes id absque sedis apostolicae licentia eis non licere, se in hoc difficiles reddunt, nobis humiliter supplicari fecisti ut personis ipsis super hoc opportunam licentiam concedere et impartiri dignaremur. Nos igitur, qui christifidelium, presertim catholicorum Principum, votis a bono zelo prouenientibus, quantum cum Deo possumus, satisfacere summis desyderamus affectibus, huiusmodi supplicationibus inclinati, omnibus et singulis dictorum Regnorum personis ecclesiasticis, etiam in sacris, etiam Presbiteratus, ordinibus constitutis, etiam quaecunque quotcunque et qualiacunque beneficia ecclesiastica obtinentibus, ut quam diu in humanis egeris in dicto tuo consilio interuenire et interesse, et Ciuiles causas in eo pro tempore introductas, non tamen ad forum ecclesiasticum spectantes, audire, cognoscere, et prout justitia suadebit terminare, libere et licite ualeant auctoritate apostolica per presentes concedimus et indulgemus. Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis, ac quibusuis, etiam juramento, confirmatione apostolica, uel quauis firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus, caeterisque contrariis quibuscunque.

Datum Romae, apud sanctum Petrum, sub Annulo Piscatoris, Die XXVIII Septembris MDXXXVIII, Pontificatus Nostri Anno quarto. — *Blosius* [1].

Carta de Pedro de Sousa de Tavora a el-Rei.

1538—Novembro 29.

Senhor. — Depois que a Vossa Alteza escreuy como ho papa me concedera todos os beneficios, que vagarom pollo bispo bras neto, que deos aja, soube que n isso recebera Vossa Alteza desgosto, com dizer que, estando eu nesta corte em cousas de seu seruiço, não auia de empetrar

[1] ARCH. NAC., Maç. 7 de Bullas, n.º 13.

beneficios sem sua licença; e muito menos na tal empetração derogar ho indulto do Iffante Dom Anrique: e asy estranhou tambem ser a data de minha prouisão do dia do fallecimento do dito bispo.

Certo, Senhor, se eu soubera que Vossa Alteza desta graça, que ho papa me fez, não auia de ser muy contente, não somente a não aceitara, mas não me passara nunca por pensamento fallar nella; porem, yndo eu por huma estrada que me pareceo muy trilhada e chãa, cay em huma coua a my muy encuberta, porque, não me tendo Vossa Alteza deffeso que aceitasse beneficios, e tendo eu uisto e sabido que todos os embaixadores de principes, que aqui ouue, e os de Vossa Alteza, e de seus antepassados, empetrarom graças e beneficios dos papas, a que erão enuiados, não podia nem deuia imaginar que, por me Vossa Alteza ocupar em seus negocios, ouuesse de ser nesta parte de menos condição que elles, ja que ho era no nome merces e prouisão; e não somente menos que elles, mas que todos os outros portuguezes que aqui ha.

A sospensão do indulto do Iffante, que la prosopõe que eu fiz, he por não terem pratiqua do estillo de qua, porque nisso ho papa não fez senão o que custuma em todas as graças que faz, que quer que ajão effeito sem embargo de todo outro empedimento; e isto geralmente sem nomear a ninguem, quanto mais que nesta geeralidade não se podia comprender ho indulto do Iffante, pois era notorio a todos ser reuogado áquelle tempo, e o foy depois por mais de seis mezes por huma regra de cancelaria, que ho papa tinha feito pubricar muito antes: e em quanto ho Iffante teue Indulto me guardey eu sempre de em seu arcebispado empetrar beneficio alguum, e nem soomente para elle quis tomar expectativa sendo de sua diocesi, e tomando ha muytos outros.

O mandar me ho papa de seu motu proprio dar a prouisão do dia da morte, he cousa que toca ao papa, e não a my mandallo e podello fazer; e nestas cousas não ha hy contra o que elle quer disputa alguma. E se a my se não derão estes beneficios, outrem asy como asy os ouuera dauer com as mesmas clausulas e condições, que por ventura não fora tão seruidor de Vossa Alteza.

E se Vossa Alteza os pedio para outrem, eu não podia ysso adeuinhar, e tenho que aja la muy poucos que nem por sy nem a Vossa Alteza os mereção milhor que eu: todauia, se outra cousa lhe parece ou manda, farey eu nisso tudo o que Vossa Alteza julgar que eu boamente

possa. Porem he necessario, querendo Vossa Altesa que eu d estes beneficios desponha em fauor d outrem, que se lembre e aja consideração que sobre elles estão postos tresentos e cincoenta ducados de pensão, e que mande que me tyrem d esta obrigação e me paguem as pensões que tenho e tyuer pagas, de maneira que fique eu ao menos sem dano, se Vossa Alteza quer que outrem leue ho proueito.

Ou, se a Vossa Alteza parecer, o que certo seria mais chãa e licita cousa, em quanto n isto manda tomar alguum meo, mandar tambem que me dem a posse e fruitos d estes beneficios para que eu possa comprir com o que deuo, e asy as cousas procederião por sua via, pois eu não ey de fazer senão o que Vossa Alteza quizer, o que d esta maneira seria sem alguum scrupolo de conciencia e como deue, e sem ninguem poder dizer que n este meu seruiço ha y força algũa, que certo quanto a meu desejo de hũa ou outra maneira he sem ella, e, ainda que seja pequeno, he de minha pobreza todo o que eu posso.

Beijarei as mãos de Vossa Alteza auer respeito a esta minha .....ara vontade para ho seruir e aos incom..... que se me seguem grandes, se eu não cumpro com o papa e com os a que deu estas pensões.

E nosso Senhor a uida e real estado de Vossa Alteza acrecente e conserue com toda a prosperidade que deseja.

De Roma, xxix de Nouembro, 1538.

Vasallo e seruidor de Vossa Alteza, que suas reaes mãos beija. — *Pero de sousa de tauora* [1].

[1] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. II, Maç. 6, Doc. 58.

Breve do Papa Paulo III dirigido ao Arcebispo do Funchal.

1538—Dezembro 22.

Paulus Papa III. Venerabilis frater salutem et apostolicam benedictionem.

Cum nuper charissimus in christo filius noster Joannes, Portugalliae et Algarbiorum Rex Illustris, nobis, et suis litteris et magna etiam instantia sui apud nos oratoris, supplicasset vt tibi, cuius opera apud se ualde eget, ne ad vniuersale concilium uenire tenearis indulgere dignaremur: Nos, contemplatione eiusdem Regis, id tibi concedere ea lege contenti fuimus vt omnes alii Praelati sui Regni, precipueque et ante omnes Dilectus filius noster Cardinalis vlixbonensis, omnino uenirent. Quamobrem, supplicationibus dicti Regis inclinati, Tibi, ut pro seruitio eiusdem Regis in eius Regno absque vllo censurarum incursu remanere, nec ad ipsum concilium uenire tenearis, auctoritate apostolica tenorè presentium concedimus et indulgemus. Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis ac litteris nostris, tam sub plumbo quam in forma Breuis, generaliter uel spetialiter contra te emanatis, caeterisque contrariis quibuscunque.

Datum Romae apud sanctum Petrum, sub Annulo Piscatoris, Die XXII Decembris, MDXXXVIII, Pontificatus Nostri Anno Quinto. — *Blosius* [1].

[1] ARCH. NAC. Maç. 37 de Bullas, n.° 59.

Carta do cardeal Santiquatro a el-Rei.

1538 — Dezembro 23.

Senhor. — Nam duuido, antes sou certo, dom pedro, enbaixador de Vosa Magestade, lhe escreuer por este coreo quanto pode fazer e por mym foy feito acerqua do negocio das dizimas, e por esta causa pouco necesario fora o meu screuer; porem, por satisfazer em parte ao que deuo, quis eu dar ainda a Vosa Magestade particular conta d iso, a qual saiba que, como aquy foy chegado o seu deradeiro coreo, e o embaixador vio por sua carta quanto Vosa Magestade deseiaua não se pôrem as dizimas em seu Regno, e quantas rezões alegaua pera se não deuerem de pôr, apartadamente primeiro do seu embaixador, e despois juntamente com ele, fiz quanto pude pera persuadir a yso Sua Santidade; mas as suas rezões em contrayro erão tantas que me pareceo imposiuel poderse alcançar de Sua Santidade quanto Vosa Magestade desejaua. E o mesmo pareceo ainda ao embaixador, o qual, cuidando despois em alguum meyo pera se concertar com Sua Santidade, o comunicou comigo. E parecendo me que tinha n iso bem cuidado, fiz que logo tornasemos juntamente a Sua Santidade pera lhe dizermos tudo e trabalharmos de concruyr huum de quatro partidos, que ele tinha cuidado; mas ainda ysto nam aproueitou. Os partidos erão estes:

Ho primeiro fazer huum presente a Sua Santidade pera que não posese dizimas em portugal.

Ho segundo que, quando Sua Santidade posese as dizimas e as leuase pera sy nos outros Regnos e senhorios de christãos, da mesma maneira as posese e leuase no Regno de Portugal.

Ho terceiro, querendo todavia pôr as duas dizimas em portugal, fosem e se leuasem pera Vosa Magestade; e que ela fizese aquy pagar a Sua Santidade vinte myl ducados d ouro.

Ho quarto que, querendo todavia Sua Santidade participar das duas dizimas, ouuese das tres partes a huũa, e Vosa Magestade as duas par-

tes, com deputar dous Coleitores, huum por Sua Santidade e outro por Vosa Magestade, e huum depositario comuum.

Não aprazendo a Sua Santidade alguum d aquestes quatro partidos, e respondendo ao enbaixador, e o enbaixador repricando pelo que tocava a Vosa Magestade asy quentemente como convinha ao desejo que tem de servir Vosa Magestade, pareceo me ser necesario pôr me no meo pera que Sua Santidade e o enbaixador podesem sem alteração dizer e repricar quanto lhes ocorese. E depois de se muyto descutir, o embaixador se contentou que de novo proposese ao papa em scrito o que Vosa Magestade verá; ao que o papa respondeu tambem em scrito o que asi mesmo Vosa Magestade verá. A qual reprica não aprazendo ao enbaixador, ajuntou huum capitolo, o qual per nenhuũa maneira o papa quis aceitar, e pos outro capitolo, o qual ainda não aprouue ao embaixador. O que visto por mym, persuadi o a que se contentase d este deradeiro partido, e não fizese instancia de mudar outro, porque, sabendo o papa, seria duro em tudo, ou proporia outras cousas menos pera Vosa Magestade satisfazer.

Ho partido he que as duas dizimas se recolhão per dous coleitores, huum do papa e outro de Vosa Magestade. E que todos os dinheiros se depositem em huum depositario de fee e de idonea faculdade, nomeado por Vosa Magestade com consentimento do nuncio de Sua Santidade, com dar sempre cedulas dupricadas aos ditos dous coleitores de tudo o que receber; e que não pague dos ditos dinheiros nada, senão per ordem de Sua Santidade e de Vosa Magestade juntamente, per scritura asinada de suas proprias mãos.

Este partido me aprouue mais que nenhuum outro. E peço a Vosa Magestade que se contente, porque tem causa de se contentar, e faça fauor á recadação, pois que d ela se não ha de despoor sem vontade de Vossa Magestade. A qual saiba como aos vinte mil cruzados, oferecidos polo seu enbaixador, ofereci eu de ajuntar mais cinquo mil. Item: d onde o embaixador oferecia o terço, eu, contra sua vontade, oferecy ao papa a metade. Não foy posiuel alcançar huum nem o outro, porque sempre Sua Santidade insistio em querer os dous terços, e Vosa Magestade o terço. Por este partido, que se manda, não se declara cousa alguuma, senão que tudo se recolha e se deposite a comuum disposição de Sua Santidade e de Vosa Magestade, e não em outra maneira. A qual cuide

naquylo que mais lhe compre, ou tratar a composição com o nuncio, ou aquy com o papa por seu enbaixador. O nuncio averá faculdade amplisima per breue chumbado pera poder fazer composição com Vosa Magestade: querendo em outra maneira, o negocio se tratará e concluyrá aquy segundo a comisão de Vosa Magestade. Á qual peço que se queira concertar com Sua Santidade, pois vee a necesaria e mais que necesaria causa de tal imposição, porque, certo, o aparato e movimento do papa, do emperador, e dos venezeanos, co ajuda que daa o christianisimo Rey, he tal que dos Romaõs pera qua não foy feito nem visto nem ouuido, polo qual podemos julgar que seja causa da total ruina dos Cristaõs, que deos não queira, ou dos infiees, que mais s espera. A despeza do dinheyro he pera não crer; nem parece ser posiuel que os principes cristãos o posão sofrer, não contribuindo o Rey cristianisimo mais que trinta mil cruzados cada mes, e não tendo nisto parte alguña el Rey de Ingraterra por ser de todo apartado dos Cristaõs, e que sem ajuda da clerezia vniuersal o papa posa sofrer o peso a que he obrigado. Quando Vosa Magestade viir partir o emperador d espanha e viir a napoles, seja certa que a empresa se fará; e, fazendo se, a nenhuña cousa he mais necesario acudir que a provisão de dinheiro, o qual he uerbo da guerra. Conheço que Vosa Magestade tem muytas necesidades da India e d afriqua, mas que deos lhe tem feyto graça de as poder sofrer sem carega da clerezia, porque pela ventura nunca mais em nossos tempos se acontecerá fazer se huum aparcebimento da pesoa de huum emperador de christaõs contra o turquo quanto ao presente.

Se Vossa Magestade podese concertar se co papa que ouuese a metade, certo me pareceria cousa conviniente por huuma parte e pela outra, ainda que por esta vez pedise a Vosa Magestade não ouuese por graue dar ao papa qualquer outra cousa de mais, não polas dizimas mas pola concesam da Inquisiçaõ, pela qual, mediante Aluaro mendez, eu oferecy a Sua Santidade que Vosa Magestade lhe faria qualquer graça; na qual ainda que Sua Santidade nunqua me falase, quando os efeytos respondesem ás minhas palauras e ás d aluaro mendez, cuido que lhe não será cousa desagradauel. Deos sabe que tal he minha tenção pera o papa e pera Vosa Magestade, e o seu embaixador lhe poderá dar d iso mais conta. E n isto faço fim oferecendo me, e encomendando sempre na boa graça de Vosa Magestade meu seruiço; remetendo-me em toda outra

cousa a seu embaixador, porque sey que largamente o fará por sua carta. E benauenturadamente valeat.

De Roma a XXIII de dezembro de 1538.

De mão do cardeal — Todo o de cima do deradeiro capitolo screuo de mym, sem o saber noso senhor, o qual não quis conceder mais a Vossa Magestade que o terço. Eu farey o que puder por seu seruiço, mas ela cuyde quanto me poso prometer de Sua Santidade neste negocio e nestes tempos.

De Vosa Magestade humil seruidor A. Cardeal de Santiquatro — Mayor penetenciario [1].

Carta de D. Pedro Mascarenhas a el-Rei.

1538 — Dezembro 24.

Senhor — Na dilação d este correo pode Vossa Alteza bem julgar quanto trabalhey por dilatar este negocio das decimas, como a milhor cura que nelle ha, e nom por falta de me Sua Santidade apertar per muitas vezes na concrusão do negoceo: mas eu me aproueitey de todas as dilações que pude, ás vezes amostrando querer tratar, e outras comfesando nom ter comisão de Vosa Alteza pera mais que o que lhe de sua parte tinha dito. E quando semtia, ou mo dauam a emtemder, queryam despachar a seu nuncio, mouia alguns apontamentos, delles, que eu sabia que me nom avyam de receber, e outros mais arrezoados, prosopondo sempre nom ter pera o tall comyção de Vossa Alteza, senam como quem buscaua meos de escusar escandolos e poder contentar as partes, quando nom em todo, em parte, ofrecendo me a por minhas cartas prosuidir Vossa Alteza que lho parecese asy bem. E nisto, senhor, durey dous meses, que á ja que boroa ca chegou, amostrando sempre querer despachar est outro correo cada somana. Relatar per estenso tudo o que dise, e me diseram, em quantas vezes faley ao papa soo, e outras acom-

[1] *Traducção contemporanea no* ARCH. NAC., Corp. Chron., Part. I, Maç. 63, Doc. 83.

panhado com santiquatro, e outras santiquatro sem mym, leixarey por escusar prolixidade. Somente direy o que nom poso escusar do que faz ao caso, por honde Vossa Alteza poderá vêr que me nom ficou nada por fazer.

Primeiramente na primeira fala, que tiue com Sua Santidade, lhe dise tudo o que me Vossa Alteza per sua carta mandou, e todo ho mais que mo tempo ca deu, que seruia á materya. Ao que logo me respondeu com ho que ja me tinha dito outras muitas vezes, e eu tenho esprito a Vossa Alteza. E, por me nom ficar o cabo cortado, torney a meter em pratica peramte Santiquatro, que era prezente, o que lhe ja tinha dito em tibolle, como nom pidia a Vossa Alteza algũa ajuda de armada em fauor da lygua; e dar lhe as decimas pera este efeito, e pera as mais comquistas que tinha comtra emfieies? E quanto eu mais sabia que elle isto menos querya, mais rezões lhe dey por onde nenhuma outra companhya pudia ser mais utile á armada da lyga que a das caravelas de purtugall, e com ellas Sua Santidade poder bem escusar hũa boa parte do gasto, que fazia com as suas galés. Ho cardeall samtiquatro, a quem isto pareceo muy bem, tomou a mão a prosuidir o papa que nenhũa outra cousa lhe podia estar milhor nem mais proueitosa pera ho mesmo feito. E que a armada, que lhe Vossa Alteza podia mandar, serya propia sua, e que a que agora trazia, aimda que ho gasto era seu, ho nome era de uenezeanos polas gales serem suas e fazerem o que seu generall querya. E outras rezões eficaces pera este efeito.

Ho papa nos respomdeo que tudo aquilo asy era; mas que Vossa Alteza, pola obrygação que tinha a sy mesmo e a seus amtepasados e profisão da Coroa de purtugall, sem se falar nas decimas, tinha obrygação de ajudar e fauorecer tam samta empreza como esta comtra ho turquo, mormente imdo nella em pesoa o emperador seu Irmão e Sua Santidade com toda sua velhice: e mais avendo de ser nella ho Infante dom Luis, a cuja pesoa só Vossa Alteza deuia mandar a tall armada, onde serya tam bem e milhor empregada que na jornada de tunes. E que elle auia mister as suas decimas da igreja pera compryr com a sua parte, a que estaua obrygado pera esta comquysta de mar e de tera; e que ho nom podia emtemder d outra maneyra.

E por Sua Santidade ás craras me dizer o que ja auia dias que eu nelle emtendia, que era aver por certo que Vossa Alteza auia de mandar sua armada com o emperador, e o Infante aver de uir em sua com-

panhya, e que eu lhe querya meter em desconto das decimas o que Vossa Alteza asy coma asy sem ellas auia de fazer, pollo tirar d aquella opiniam lhe dise que Sua Santidade estaua mal enformado, e que d aly uinha nom lhe parecer bem meu conselho ou lenbrança que lhe fazia. E porque perdese aquelle pensamento, eu lhe juraua n ũa vera cruz, que trazia ao pescoço, que ate aquella ora eu nom sabia que Vossa Alteza ouuese de mandar nenhũa armada com ho emperador nem em fauor da lygua; amtes o que sabya era que hũa so carauella nom uirya de purtugall, senam se fose em seruiço de Sua Santidade, polo oferecimento que da parte de Vossa Alteza lhe tinha feito. E que ainda d este oferecimento Sua Santidade querya bem desobrygar Vossa Alteza com ho bom tratamento, que suas cousas amte elle recebiam, e pouca graça que achaua amte Sua Santidade nas cousas que muy justamente lhe mandaua requerer. E que, quanto ao Infante dom luis aver de uir com ho emperador, isto sabia eu muito menos; amtes sabya que elle nom farya senam o que lhe Vossa Alteza mandase. E que Vossa Alteza nom estaua em tempo de trabalhar mais seu Reino, do que estaua, em jogo alheo, temdo ao presente tantas cousas propias abertas a que acodir com seu estado e com ha pesoa de seu Irmão quando compryse, as quaies nom eram menos inportantes á crystimdade que est outra empresa do turquo, senam quanto est outra era voluntaria e por comquistar, e as de Vossa Alteza eram forsadas e por defemder o ganhado, e tapar as portas a nom entrarem os mouros em espanha. E o que Vossa Alteza fazia era so com as despezas de sua coroa e uasalos, sem ajutoryo d outrem; e o que elles ca faziam era de companhyas, em que cada hum delles emtraua por seu particular enterese, aimda que tudo jumto fose bem comum da cristimdade. Que eu lhe dizia e alembraua todas estas cousas pollo que deuia o meu carego; e tambem por descarego de minha comciencia, asy ao presemte como no porvir. E que sopricaua a Sua Santidade que quisese oulhar milhor o que me tinha dito; e que, quando nom quisese, que respomderya a Vossa Alteza o que me Sua Santidade mandase, que eu sabia certo que Vossa Alteza responderia a Sua Santidade conformando se com ho que lhe parecese mais seruiço de noso senhor e bem de ambos de dous.

Com este meu juramento e portestação o papa amostrou apertar hum pouco os ombros, e me dise que elle querya cuidar no que lhe

tinha dito, e dar comta de sy aos parceiros da' lyga. E dise ao cardeall Samtiquatro e a mym que nos rogaua que nós tambem cuidasemos no que nos tinha dito, e nos ajumtasemos a praticar o negoceo; e que depois nos ajumtariamos todos tres.

Neste cuidar e praticas com ho cardeall dilatey os dias que pude, ate que o cardeall, sobre repricas e trepicas que tiuemos, mandado do papa me dise que Sua Santidade se resoluia em nam querer de portugall senão dinheiro. Eu lhe dise que eu nam tinha comisão de Vossa Alteza pera dar dinheiro, nem oferecer armada, nem cometer partidos, senam sopricar a Sua Santidade que nom quisese agrauar Vossa Alteza em Sua Santidade ser o primeiro pomtifice, que empunha decimas em purtugall pera as trazer a Italia, estamdo ese Reino em custume de tamtos annos lhe nunca serem postas senam pera a defemsão do mesmo Reino e quonquistas comtra Infieyes. E porque Sua Santidade vyse que a temção de Vossa Alteza nom era tirynisar os creligos, como em outras partes se fazia, antes defemdel os polos muytos seruiços, que naquesas partes a noso senhor faziam e á coroa de portugall, e com suas despesas, quando comprya, ajudarem Vossa Alteza comtra os Infieies, que eu me oferecia dar aquy a Sua Santidade dez myll crusados mortos, com tamto que nem pera sy nem pera Vossa Alteza metese as decimas.

Com esta reposta tornou ho Cardeall Samtiquatro ao papa, com me dizer prymeiro que Sua Santidade a nom receberya. Depois me tornou a dizer que o papa nom era comtemte de minha oferta, e que todauia querya suas decimas, pois de lure eram suas; e me mandaua pedyr que eu esprevese a Vosa Alteza que lhas nom quisese empedir, pois elle as nom podia escusar, e as auia de precurar per todas as vias que a elle eram licitas. Mesturado com isto me dise o cardeall que lhe parecia que, comsemtindo Vossa Alteza nas decimas, que ho papa lhe daria nellas a terça parte; e nom que ho papa lho disese, senam que das praticas que tiueram o entendia asy. Eu lhe respondi que Vossa Alteza nom pertemdya senam que se nom metesem decimas em purtugall, e que, quando as comsentise, me parecia que Sua Santidade tomarya a parte que lhe desem; mas que eu irya responder a Sua Santidade ao que me mandaua dizer. Ao cardeall pareceo que era asy milhor.

Ao outro dia fuy ao papa, e me lementey da reposta que Sua Santidade me mandara polo cardeall Samtiquatro, tornando lhe a lembrar

tudo o que lhe ja da parte de Vossa Alteza tinha dito. E de mym lhe torney a relatar o que elle obraua nesta parte com os outros Reies, que estauam na obidiencia da sé apostolica, e o que querya obrar com Vossa Alteza, que nom era menos Rey e poderoso em seus Reinos, que cada hum dos outros nos seus. E que no seruiço de deos e obidiencia da sé apostolica, sem prejuizo de nenhum dos outros Reies catolicos, se uia bem o que Vossa Alteza fazia com quam pouco interese seu particular era. E que Sua Santidade deuia de dar mais graças e louuores a Vossa Alteza de suas obras, que dar lhe materya d escamdolos, que, segundo eu vya, se nom poderiam escusar.

E que tambem alembraua a Sua Santidade que neste tempo, em que se elle fazia tam proue pera esta empresa do turquo, daua em dote a seu neto quinhentos mill cruzados, amtre o dote e despezas d este cazamento; e trataua dar outros duzentos mill em framça com outra sua neta. E que neste mesmo tempo, por fazer so justiça a huum cavaleiro priuado, tinha mouido guera ao duque d orbino, pera a quall auia mister cada mes satenta mill cruzados, e duraria o tempo que deos quisese. E que nom parecya cousa justa que, podemdo Sua Santidade fazer tamanhas despesas esturdinarias, ouuese com nome da guera do turquo, que tambem era voluntaria, pedir decimas a purtugall, sem nas alegora pidir a nenhum outro Rey. E que quanto ao que me Sua Santidade tinha dito de tambem aver de leuar as decimas, e mais que decimas, de castella e de framça, e que ja as la tinha mandado praticar com os Reies, que eu lhe dezia que, posto que nesta parte Vossa Alteza deuia ser aceiçoado dos outros Reies, que nom tinham tam comtinoa guera comtra os Infieys, como Vossa Alteza, que, polla empresa ser tall em que Sua Santidade queria meter sua pesoa, que me parecia justo Sua Santidade meter as decimas em portugall, com tanto que nom tirase dellas pera sy mais que outro tanto como leuase de castella e de framça, e leixase a Vossa Alteza outro tanto como leixasse ao emperador e a elrey de framça, respeitiuamente ao que se tirase em cada Reino.

Ho papa recebeo com paciencia tudo o que lhe dise, porque eu tambem o fiz com todas as saluas diuidas, e pedindo lhe licemça pera lhe falar craro tudo o que naquele caso emtemdia e comvinha a seu seruiço e ao de Vossa Alteza. A tudo me repricou, começando que elle tinha Vossa Alteza e a suas cousas naquelle grao, que se deuia a sua Reall

pesoa e gramdeza de sua coroa, e asy lhe tinha o mesmo amor sem fazer aceição de outro nenhum primcepe. E que em crystianysymo e bom seruidor da samta sé apostolica, sem ofensa dos outros, Vossa Alteza e sua coroa de amtigamente fazia vamtajem a muitos, pollo que tambem da Sé apostolica era bem meryto amtre os outros Reies, polas mesmas rezões Vossa Alteza nas cousas de tamto seruiço de deos e aumento da samta Sé apostolica deuia ser o primeiro, e com quem se dese emxempro aos outros.

E quanto a seus gastos estordinarios, gastou nisto muito tempo damdo me muytas rezões, que lhe a elle estam bem, fumdado que por amor d estes dois princepes se fiarem mais delle, e os poder trazer á paz em que estauam, fora neceçario fazer seu paremtado com ho emperador. E que aimda o dote de sua filha o emperador o convertia nesta empreza do turquo. E quanto á guera d orbyno, que lhe era forçada pola desobidiencia d aquelle seu vasallo. E outras rezões d esta calidade, que na Rota de parys nom sei se lh as amitariam. E quanto a eu dizer que elle leuasse das decimas de purtugall outro tanto como das de castella ou de framça, que elle era comtente; mas que na segunda parte de elle dar a Vossa Alteza outro tanto dellas, como daua ao emperador, que isto nam era iguall, porque o emperador metia na empreza a pesoa e a fazenda, tomado so sobre sy a metade de todo ho gasto, e que asy era rezão leuar tambem a mayor parte das decimas, o que nom era a Vossa Alteza ficando em seu Reino e sem meter nenhum gasto na jornada. E que, quanto a framça, ate as cousas da paz nom acabarem d asentar de todo, como desejaua e precuraua, amtre estes dous primcepes, nom ousaua forçallo n estas cousas da Igreja, porque, tambem falamdo tudo, elRey de framça, em quanto o emperador nom acabase com elle d asemtar sua paz, a quall nom podia ser verdadeira senam medeamte alguns casamentos, e damdo lhe milão, elRey nom comsemtyrya tirar de seu Reino com que a parte do emperador se fizese mor; e que por vemtura lhe nom pesarya ter o emperador mais necesidade delle pera esta empreza do que aimda tinha. Asy que ao presente, no das decimas, se nom podia fazer comparação com framça.

Mas que elle serya comtemte, se Vossa Alteza quizese leixar meter as decimas, por se emtretamto nom perder tempo em se isto auiryguar, que se metam per dous coleitores, hum seu e outro de Vossa Alteza, a

quem Sua Santidade dará sua auturydade, e que per ambos de dous se recolham. E tudo o que se recolher se deposyte em mão de huma pesoa fiell e abonada, quall Vossa Alteza ordenar de parecer de seu nucio. O quall deposytario, depois de toda a soma recebida, dará hum conhecimento do recebido a seu nucio, e outro tall a quem Vossa Alteza por sy ordenar, no qual decrarará a comtia que tiuer recebida, e nom aver de dar nem gastar algũa cousa dese dinheiro senam da uontade e mandado de Sua Santidade e de Vossa Alteza juntamente, e por asynados de suas proprias mãos. E que este deposyto estará ate se detreminar amtre Sua Santidade e Vossa Alteza a parte que cada hum ouuer d aver.

Eu, senhor, lhe respondi que, se Sua Santidade mandaua que eu espreuese aquilo a Vossa Alteza como reposta sua ao que lhe tinha dito da parte de Vossa Alteza, que eu o faria ; e que Sua Santidade mo mandase dar por esprito o que me dezia, pera o asy mandar a Vossa Alteza. Sua Santidade me dise que era comtemte de mo mandar dar per esprito, e me rogaua que ho mandase a Vossa Alteza, e que lhe notificase per minha carta as causas, que o forçavam a querer estas decimas. E que tambem pedise a Vossa Alteza que a reposta d este seu esprito dese la a seu nucio, a quem mandaua poder pera se tudo pôr em obra, e nom se perder tempo. Eu promety a Sua Santidade que tudo o que lhe tinha dito, e me elle dezia, espreverya a Vosa Alteza, como nesta faço.

Ho esprito mando com esta. Creo que outro tall, com a mais detreminação de sua vontade, irá ao nucio. Eu senhor o aceitey como ho milhor meo, que nesta cousa de ca podia mandar a Vossa Alteza, nom semdo o propio que Vossa Alteza pedia ; porque, pera dilação, este he o caminho, pois fica em sua mão querer ou nam querer, e estamdo lhe bem, no modo do como pode dilatar com o nucio quanto quizer, que elle se comtemtará com lhe abrir querelas comsemtir com as condições que poser. E em serem asy ou asy se gastarám outros dias. E em quem será o coleitor por Vossa Alteza averá outra demora. E no recolher das decimas se fará com o vagar que Vossa Alteza quizer. E depois de recolhydas e deposytadas, fica o leixalas tirar pera ca tamto á desposição de Vossa Alteza, como agora está ho nom leixalas meter. Senam quanto terá o dinheiro fora do poder dos crelegos e perlados, que am mor medo ás escumunhões. E des que o dinheiro estiuer deposytado, com a auturydade que lhe o papa dá per ese seu esprito, que he caise comtrato,

em mão de Vossa Alteza ficará tomar e dar a parte que quizer, e dilatar quanto poder o falar na partilha. E ja pode ser que com as dilações acomtemção muitas cousas: e ao menos o que acomteceo em framça a este mesmo papa com elRey, que lhe leixou pôr outras taies decimas, deposytadas de permeo pera as averem de partyr pola metade; e, alargando se a partilha, elRey se emposeou de toda a soma quando o emperador quis emtrar em framça, dizemdo que o queria pera defender sua tera. E a Vosa Alteza nom lhe faltará outro cerquo ou rebates de fez ou marocos, ou algũa armada comtra emfieys, em que lhe seja justo tomar sua parte ou todo. E com isto, senhor, acabo de lhe dizer o que ca pasey e meu parecer no que se no caso deue fazer.

Noso senhor por muitos emfimdos anos tenha em sua especiall garda a uida e Reall pesoa de Vosa Alteza, com tamto acrecentamento de sua Reall coroa e maiores Reinos e senhoryos, quanto Vosa Alteza deseja.

De Roma, aos XXIIII de dezembro de 538. — *Dom pedro Mascarenhas*[1].

[1] Arch. Nac., Corp. Chron., Part. I, Maç. 63, Doc. 86. *Lê-se em uma cota, que tem nas costas:* Recebida a XVII de janeiro em lisboa.

FIM DO TOMO TERCEIRO.

INDICE

1534		PAG.
.....	Carta d'el-rei D. João III ao papa Clemente VII acreditando D. Henrique de Menezes, que ia a Roma para tratar, juntamente com D. Martinho de Portugal, do estabelecimento da inquisição, e da revogação do perdão geral concedido aos christãos novos....	1
.....	Projecto de instrucções aos embaixadores ácerca dos dois negocios sobreditos.....	2
.....	Apontamentos sobre a fórma em que el-rei desejava que se expedisse a bulla da inquisição.....	6
.....	Allegações propostas pelos embaixadores contra a bulla do perdão geral.....	11
.....	Resposta por parte da curia ás allegações precedentes	29
.....	Outras respostas dadas pelos theologos romanos.....	47
Março 4.	Bulla *Gratiae divinae praemium* provendo D. Diogo da Silva no bispado de Ceuta.....	63
Abril 2.	Breve *Venit ad nos*, no qual Clemente VII expõe as razões, que o moveram a desattender as reclamações dos embaixadores portuguezes contra o perdão geral.....	64
Abril 8.	Carta de D. Martinho de Portugal ao secretario de Estado....	71
Abril 8.	Breve *Cum sicut* absolvendo el-rei das censuras canonicas, em que tivesse incorrido pelo modo por que tinha provido certas commendas da ordem de Christo	72
Abril 9.	Breve *Ex litterarum exemplo*, prohibindo ao nuncio que leve emolumento algum pela applicação da bulla do perdão geral.....	75

1534		PAG.
Abril 10.	Carta de D. Henrique de Menezes, na qual, alludindo ao breve de 2 de abril, declara a sua opinião e a do cardeal Santiquatro ácerca do perdão geral, e dá algumas noticias da Europa.....	76
Julho 26.	Traducção do breve *Cum inter alia*, que manda cumprir a bulla do perdão geral, embora não estivesse ainda publicada em Portugal.....	82
Agosto 19.	Carta de D. Henrique de Menezes, em que pede a el-rei que o mande retirar de Roma, e lhe participa as melhoras do papa, a morte de diversos cardeaes, etc.....	84
Agosto 21.	Outra pedindo novamente que o mande recolher ao reino, e dando noticias do estado melindroso da saude do papa.....	86
Setembro 3.	Outra ao mesmo respeito.....	87
Setembro 3.	Projecto de instrucções aos embaixadores ácerca do negocio dos christãos novos.....	88
Setembro 3.	Instrucções ao mesmo respeito.....	90
.....	Novas allegações dos letrados portuguezes contra a bulla do perdão geral.....	93
.....	Apontamentos para serem apresentados a Sua Santidade, nos quaes se mencionam as modificações que el-rei propunha tanto a respeito da inquisição como do perdão geral.....	111
Setembro 25.	Carta de D. Henrique de Menezes participando a el-rei o fallecimente de Clemente VII, e pedindo instrucções para tratar com o novo pontifice.....	116
Outubro 4.	Outra a respeito das exequias do papa; da proxima reunião do conclave; da difficuldade de tirar o habito de Christo a Duarte de Paz, etc.....	117
Outubro 13.	Outra noticiando o encerramento do conclave; a tomada de Tunes por Barba-roxa; e os apercebimentos do imperador contra elle.....	119
Outubro 13.	Outra participando ter sido eleito papa o cardeal Farnesi.....	120
Outubro 29.	Outra relatando o que elle e D. Martinho de Portugal tinham passado com o novo papa, Paulo III, a respeito dos christãos novos, e principalmente em relação ao breve de 26 de julho.....	121
Outubro 29.	Outra ácerca das razões secretas, que tinham movido Clemente VII a conceder aquelle breve.....	124
Novembro 3.	Monitoria do nuncio suspendendo a execução do mesmo breve.	125
Novembro 3.	Bulla *Aequum reputamus*, concedendo ao infante D. Henrique a administração dos mosteiros de S. Salvador de Paço de Souza, S. Miguel de Bustello, e S. Salvador de Moreira.....	126
Novembro 3.	Bulla *Aequum reputamus* erigindo o bispado de Angra.....	129
Novembro 3.	Bulla *Gratiae divinae praemium* provendo D. Agostinho Ribeiro no bispado de Angra.....	139
Novembro 3.	Bulla *Aequum reputamus* erigindo o bispado de S. Thomé....	140

1534 PAG.

Novembro 3. Bulla *Gratiae divinae praemium* provendo D. Diogo Ortiz no bispado de S. Thomé..... 150

Novembro 3. Bulla *Aequum reputamus* instituindo o bispado de Goa..... 151

Novembro 3. Bulla *Dudum felicis* recommendando a el-rei o infante D. Henrique comó administrador dos tres mosteiros concedidos pela bulla da mesma data..... 161

Novembro 3. Bulla *Cum dudum* auctorisando o arcebispo de Lisboa e o bispo de S. Thomé a tomarem o juramento de fidelidade ao infante D. Henrique..... 162

Novembro 5. Carta de D. Henrique de Menezes participando a el-rei a coroação do papa Paulo III, e que se estava lavrando o breve que suspendia o outro de 26 de julho..... 163

Novembro 6. Outra a respeito da protecção que Duarte de Paz encontrava em Roma, e aconselhando el-rei a vir a um accordo com o papa.. 164

Novembro 10. Breve *Cum venerabilem* renovando os poderes do nuncio Marco della Ruvere..... 165

Novembro 15. Carta de D. Henrique de Menezes a el-rei a respeito do perdão geral e da inquisição, dizendo que o papa comettera a dois cardeaes o exame de ambos os negocios, etc..... 165

Novembro 16. Outra ao mesmo respeito, e participando que Duarte de Paz não queria comparecer perante os embaixadores, apesar das repetidas intimações..... 166

Novembro 22. Breve *Sacrum ordinem* recommendando a el-rei a ordem de Malta..... 168

Novembro 26. Carta de D. Henrique de Menezes ácerca da inquisição, e dizendo que o privilegio concedido por el-rei D. Manuel aos christãos novos tornava muito difficil a negociação de que estava encarregado, etc..... 169

Novembro 26. Breve *Romanus Pontifex* suspendendo o de 26 de julho..... 171

1535

Fevereiro 12. Breve *Ex tuis amantissimis* no qual o papa agradece a el-rei as felicitações, que lhe mandara pela sua elevação ao pontificado... 174

Fevereiro 13. Carta de D. Henrique de Menezes dizendo a el-rei que Santiquatro lhe escrevia a respeito dos relapsos; que elle tencionava tambem fazel-o mais de espaço quando se resolvesse o negocio da inquisição, etc..... 175

Fevereiro 15. Fragmento de uma carta de D. Martinho de Portugal ao Conde de Vimioso queixando-se de o infamarem impunemente, e dizendo que D. Henrique de Menezes era muito suspeitoso..... 176

Março 14. Carta do cardeal Santiquatro relatando o que se passára ácerca do perdão geral e da concessão do tribunal da fé, e pedindo a el-rei que acceitasse a resolução tomada por sua santidade..... 177

Março 14. Carta de D. Martinho de Portugal remettendo a el-rei as deci-

1535		PAG.
	sões finaes da Curia; dando noticias do novo papa, e do seu modo de reger a igreja, etc.	181
.....	Projecto de bulla de perdão geral aos christãos novos.	190
.....	Resoluções dos commissarios pontificios a respeito da inquisição.	202
Março 17.	Carta de D. Henrique de Menezes a respeito do modo por que tinham sido resolvidos os dois negocios sobreditos, e lembrando a el-rei alguns alvitres para neutralisar os effeitos do mallogro das negociações.	210
Março 17.	Breve *Inter caetera*, no qual sua santidade expõe a el-rei os motivos, que o moveram a desattender as reclamações dos seus embaixadores, e o exhorta a acceitar a resolução que tomára no negocio dos christãos novos.	216
Março 17.	Breve *Dudum postquam* mandando ao nuncio que promova a execução da bulla *Sempiterno Regi*, de 7 de abril de 1533.	218
Julho 20.	Breve *Cum sicut* concedendo aos christãos novos a liberdade de escolherem para seus procuradores e defensores as pessoas que quizerem.	220
Julho 26.	Breve *Non dubitamus* narrando o procedimento criminoso do rei de Inglaterra Henrique VIII, e pedindo o concurso d'el-rei para tornar efficazes as medidas de rigor, que ia tomar contra aquelle soberano.	223
.....	Carta d'el-rei a D. Henrique de Menezes mandando-o demorar por mais tres mezes na corte de Roma, para dar cumprimento ás novas instrucções que remettia.	225
.....	Outra a D. Martinho de Portugal accusando a recepção das suas cartas, e indicando-lhe o modo de se servir das instrucções que mandava	226
.....	Instrucções aos embaixadores para incetarem novas negociações, tanto a respeito do perdão geral, como da inquisição.	228
.....	Carta de crença para os embaixadores pedirem a retirada do nuncio.	237
.....	Instrucções aos embaixadores sobre a maneira de pedirem a remoção do nuncio.	238
.....	Relação dos abusos commettidos pelo bispo de Sinigaglia	239
Setembro 13.	Carta de D. Martinho de Portugal a el-rei aconselhando-lhe a fundação de alguns conventos da Cartuxa, e tratando de varios outros negocios.	242
Setembro 13.	Outra relativa aos negocios dos christãos novos, e pedindo a el-rei que fizesse sair de Roma Duarte de Paz.	245
Outubro 6.	Outra de D. Henrique de Menezes ácerca das pretenções de D. Martinho de Portugal ao cardealado.	250
Outubro 12.	Breve *Illius vices* concedendo perdão geral aos christãos novos.	254

1535		PAG.
Novembro 1.	Carta de D. Henrique de Menezes a respeito das pretenções de D. Martinho de Portugal; da remoção do nuncio, etc.....	274
Dezembro 10.	Carta do cardeal Santiquatro assegurando a el-rei que D. Martinho de Portugal não alcançaria o capello de cardeal, que pretendia.....	278
Dezembro 16.	Outra dizendo que D. Martinho de Portugal, a occultas do seu collega e d'elle cardeal, aconselhára sua santidade a mandar publicar o perdão.....	279
Dezembro 17.	Outra participando a el-rei que D. Martinho de Portugal possuia um breve concernente ao cardealado, passado em vida do papa Clemente VII.....	280
Dezembro 17.	Breve *Hodie dilectus filius* pedindo a el-rei que empregasse a sua influencia para resolver o imperador a mandar partir sem demora a expedição contra o turco.....	281
Dezembro 27.	Carta de Alvaro Mendes de Vasconcellos participando a el-rei a chegada de D. Henrique de Menezes a Napoles, e o que ambos tinham passado com o imperador a respeito da inquisição.....	283
1536		
Janeiro 17.	Outra de D. Henrique de Menezes ao mesmo respeito.....	286
Fevereiro 3.	Fragmento de uma carta de Alvaro Mendes de Vasconcellos...	288
Março 1.	Carta do bispo de Sinigaglia (talvez a Ambrosio Ricalcati, secretario particular do papa) a respeito de certo contracto secreto que fizera com os christãos novos.....	290
Maio 2.	Carta do cardeal Santiquatro a el-rei a respeito de differentes negocios de que tratara.....	298
Maio 3.	Carta de D. Henrique de Menezes a el-rei ácerca do provimento de varios beneficios ecclesiasticos.....	301
Maio 23.	Bulla *Cum ad nihil magis* estabelecendo definitivamente a inquisição.....	302
Maio 26.	Breve *Cum dilectus filius*, no qual sua santidade dá a el-rei os pezames pela morte de um filho; falla nas esperanças que tinha de que Henrique VIII voltasse ao gremio da egreja catholica; e recommenda D. Henrique de Menezes, que recolhia ao reino.....	307
Maio 28.	Carta do cardeal Santiquatro a el-rei ácerca da revisão do processo da legitimidade de D. Martinho de Portugal, etc.....	309
Junho 2.	Bulla *Ad dominici gregis* annunciando a abertura do concilio geral em Mantua para o dia 23 de maio.....	312
Junho 10.	Carta de Alvaro Mendes de Vasconcellos participando a el-rei a concessão do tribunal da fé; pedindo-lhe que escolhesse uma pessoa importante para representar Portugal na côrte de Roma; etc..	316
Junho 12.	Breve *Exponi nobis fecit* commettendo aos bispos de Lamego, Sant'Iago e S. Thomé, a decisão da causa, em que D. Martinho de Portugal tentava provar a legitimidade do seu nascimento....	318

1536		PAG.
Julho 20.	Carta d'el-rei participando a sua santidade a tomada de Dio...	322
.....	Outra ao cardeal Santiquatro agradecendo-lhe a parte que tomara na resolução do negocio da inquisição; desculpando-se de não lhe fazer a vontade no que dizia respeito a Duarte de Paz, etc.	329
.....	Outra recommendando a Pedro de Souza de Tavora que procurasse obter com brevidade a dispensa necessaria para o casamento do infante D. Duarte com D. Isabel filha do duque de Bragança..	333
.....	Outra ao mesmo para promover o bom despacho de certas cousas, que pedia a sua santidade.....	334
Agosto 25.	Bulla *Gregis dominici* desmembrando do arcebispado do Funchal as igrejas pertencentes á vigararia de Thomar.....	336
Setembro 5.	Breve da penitenciaria apostolica absolvendo el-rei das censuras canonicas, em que tivesse incorrido por mandar demolir uma capella em Evora para poder passar o acqueducto.....	345
Dezembro 24.	Breve *Praeter eam curam*, no qual Paulo III pede a el-rei que dê credito ao que da sua parte lhe disser o nuncio Ricenati.....	347
Dezembro 24.	Breve *Licet quemadmodum*, no qual sua santidade participa a el-rei que remette pelo nuncio a bulla da convocação do concilio, e lhe pede que faça concorrer a elle os seus embaixadores e os prelados do reino.....	347
1537		
Janeiro 9.	Breve *Cum nos te* auctorisando o nuncio a fiscalisar o procedimento dos inquisidores, avocando a si qualquer processo, contra o qual houvesse fundadas reclamações, etc.....	348
Janeiro 27.	Breve da penitenciaria apostolica dispensando o parentesco do infante D. Duarte com a filha do duque de Bragança.....	350
Janeiro 31.	Carta de Pedro de Souza de Tavora dizendo a el-rei que sua santidade expedia um correio com a resposta ácerca das duas decimas impostas nos rendimentos ecclesiasticos.....	351
Fevereiro 7.	Breve *Superiori anno* (?) no qual o pontifice promette a el-rei demorar até á chegada do nuncio a Lisboa qualquer providencia, que houvesse de tomar a respeito da inquisição, contra a qual recebia continuas queixas.....	352
Fevereiro 7.	Breve *Dilectus filius* no qual sua santidade pede ao infante D. Affonso que acredite o que o nuncio lhe disser.....	353
Fevereiro 7.	Breve *Quoniam in negotio* dando amplos poderes ao nuncio para fiscalisar o procedimento do tribunal da fé, e até para suspendel-o, se lhe disputar a competencia.....	353
.....	Instrucções ao nuncio Ricenati ácerca da inquisição.....	354
Fevereiro 17.	Outras instrucções sobre o modo de se apresentar na côrte, e de tratar os differentes negocios de que vinha encarregado.....	355
Abril 11.	Bulla *Regimini universalis ecclesiae* provendo D. João d'Albuquerque no bispado de Goa.....	361

1537		PAG.
Abril 12.	Carta de Pedro de Souza de Tavora, na qual falla da repugnancia com que o pontifice provera D. João d'Albuquerque no bispado de Goa; diz que o concilio já não se reunia em Mantua; e dá varias noticias das guerras de Italia	368
Abril 20.	Outra com differentes noticias politicas, e transcrevendo o discurso feito por sua santidade em consistorio a respeito dos motivos, que impediam a reunião do concilio em Mantua	372
Abril 23.	Breve *Non dubitamus* adiando para o 1.° de novembro a reunião do concilio geral	377
Abril 24.	Carta de Pedro de Souza de Tavora dizendo a el-rei que lhe remettia uma carta escripta por Francisco I aos eleitores do Imperio	379
Abril 24.	Breve da penitenciaria apostolica concedendo varias faculdades ao bispo de Goa	379
Maio 18.	Outro dando varios poderes ao mesmo bispo	384
Julho 12.	Bulla *Considerantes et animo revolventes* impondo duas decimas nos rendimentos ecclesiasticos	386
Julho 19.	Carta de Pedro de Souza de Tavora a el-rei a respeito da guerra de Italia; das versões que corriam ácerca do casamento do infante D. Luiz, etc	393
Julho 19.	Outra relatando os movimentos do turco, segundo as informações que lhe dera um captivo fugido, chamado Alvaro Madeira	396
Julho 29.	Outra recommendando o mesmo Alvaro Madeira, que partia para o reino	398
Agosto 24.	Bulla *Gratiae divinae praemium* provendo D. Gonçalo Pinheiro no bispado de Saphim	398
Agosto 30.	Breve *Recepimus litteras* desculpando-se de não poder conceder a el-rei a liberdade de escolher os prelados, que deviam concorrer ao concilio, e pedindo-lhe que fizesse partir os que não tivessem absoluta impossibilidade	399
Agosto 30.	Breve *Superioribus diebus* pedindo a el-rei que désse ao nuncio todo o auxilio necessario para verificar a arrecadação das duas decimas impostas nos rendimentos ecclesiasticos	401
Agosto 31.	Breve *Dudum a nobis* revalidando e explicando o de 20 de julho de 1535	402
Outubro 18.	Breve *Prorogationem universalis concilii* annunciando para o primeiro de maio futuro a abertura do concilio geral em Vicenza	404
Novembro 15.	Carta de Pedro de Souza de Tavora relatando a el-rei o que passara a respeito da imposição das duas decimas, e dando noticias da guerra de Italia, etc	406
Dezembro 29.	Cartas de crença e instrucções, que levou o novo embaixador D. Pedro Mascarenhas	412

1538		PAG.
Janeiro 7.	Bulla *Dudum ad fidei* explicando o sentido de outra de Leão x, que concedêra a el-rei D. Manuel e seus successores as decimas dos fructos, que se colhessem no paul de Muge, e em outros quaesquer que reduzissem a cultura	429
Janeiro 20.	Carta de Pedro de Souza de Tavora a respeito da prizão do secretario particular do papa; dos esforços que sua santidade fazia para congraçar o imperador com o rei de França; e das duas decimas ecclesiasticas	432
Abril 10?	Carta d'el-rei a D. Pedro Mascarenhas encarregando-o de pedir ao pontifice que lhe permittisse dispor do producto das duas decimas, e, por tres annos, de todas as rendas dos beneficios que vagassem; bem como que o auctorisasse a vender a jurisdicção de vassallos, que tinham os arcebispados, bispados, e conventos do reino, e a converter em prazos fateosins os prazos em vidas pertencentes ás mesmas corporações	433
Abril 26.	Breve *Quarto jam scribimus* instando pela partida do infante D. Affonso para o concilio	437
Maio 22.	Breve *Dicet magestati tuae*, no qual o pontifice pede a el-rei que dê credito ao que o nuncio lhe disser a respeito da partida dos prelados para o concilio	438
Maio 31.	Bulla *Personam tuam* provendo o infante D. Henrique no priorado do mosteiro de S. Martinho de Caramos	439
.....	Carta d'el-rei a D. Pedro Mascarenhas recordando as instrucções anteriores a respeito da applicação do producto das duas decimas; da escolha dos prelados, que deviam concorrer ao concilio; do provimento dos beneficios que vagassem, etc	442
Setembro 16.	Breve *Personam tuam* provendo o infante D. Henrique no priorado de S. Martinho de Cedofeita	447
Setembro 16.	Bulla *Hodie dilecto filio* mandando ao bispo de Caserta e aos vigarios geraes do Porto e de Evora, que deem posse ao infante D. Henrique do mosteiro de Cedofeita	450
Setembro 23.	Bulla *Gratiae divinae praemium* provendo D. Manuel de Souza no bispado de Silves	451
Setembro 23.	Bulla *Gratiae divinae praemium* provendo D. João no bispado de Sant-Iago de Cabo-verde	452
Setembro 23.	Bulla *Romani Pontificis* concedendo ao infante D. Henrique a administração dos mosteiros de S. Salvador de Travanca e de S. Pedro de Pedroso	453
Setembro 28.	Breve *Exponi nobis nuper* permittindo aos ecclesiasticos exercerem as funcções de desembargadores do Paço	455
Novembro 29.	Carta de Pedro de Souza de Tavora a el-rei defendendo-se de ter acceitado os beneficios vagos por morte do bispo D. Braz Neto, dos quaes sua santidade lhe fizera mercê	456

1538 PAG.

Dezembro 22. Breve *Cum nuper* dispensando o arcebispo do Funchal de concorrer ao concilio 459

Dezembro 23. Carta do cardeal Santiquatro a el-rei relatando o que se passára com o papa ácerca da imposição das duas decimas nos rendimentos ecclesiasticos, e da applicação das sommas que ellas produzissem 460

Dezembro 24. Carta de D. Pedro Mascarenhas dando conta do modo porque cumprira as suas instrucções 463

ERRATAS.

PAG.	LIN.	EM LOGAR DE	LÊA-SE
18	30	at	et
20	3	acculta	occulta
22	8	et	di
28	6	Inquisizione	Inquisitore
»	Nota 3	Tom. xxx	Tom. xxxi
52	8	haerecticis	haereticis
»	19	Nom	Non
57	21	consitio	consilio
69	29	voluissimus	voluissemus
71	12	tua	tuae
111	15	bem suas	bem de suas
139	1	**Breve**	**Bulla**
150	6	**Breve**	**Bulla**
151	10	quingentesimo quarto	quingentesimo trigesimo quarto
161	1	**Breve**	**Bulla**
162	1	**Breve**	**Bulla**
170	Nota	Arch. Nac. Part.	Arch. Nac., Corp. Chron., Part.
171	27	ragionis	regionis
175	Nota 1	*Reynaldo*	*Raynaldo*
178	21	igni	ogni
184	11	nom	non
216	26	charissimes	charissime
217	15	quisset	quisisset
»	19	iuta	uita
219	11	intentebamus	intendebamus
234	17	santto	sancto
240	7	nomeáram	nomearám
242	31	com a	com as
290	13	**Christiane**	**Christiani**
307	Nota	*Fica de nenhum valor a observação relativa á remessa da bulla, em vista do breve de* 26 *de maio do mesmo anno.*	
326	25	it ut	ita ut
327	36	Magores	Mogores
328	29	dignitatus	dignatus
336	28	iugitur	iugiter
350	3	ceterisquc	ceterisque
»	9	Illustribns	Illustribus
351	7	Ceterisqne	Ceterisque
358	18	riccherze	ricchezze
365	25	lurgitur	largitur
367	7 e 8	domino nostrum nostro	domino nostro
375	23	nosso	nossa
398	21	Saphienis	Saphiensi
»	22	Saphiensi	Saphiensis
400	8	commetti	committi
410	17	apitetos	apetitos
448	15	cnmmunem	cummunem

NB. Não se corrigiram os erros de pontuação.

JX
821
A4
t.3

Academia das Sciencias de Lisboa
Corpo diplomático português

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY